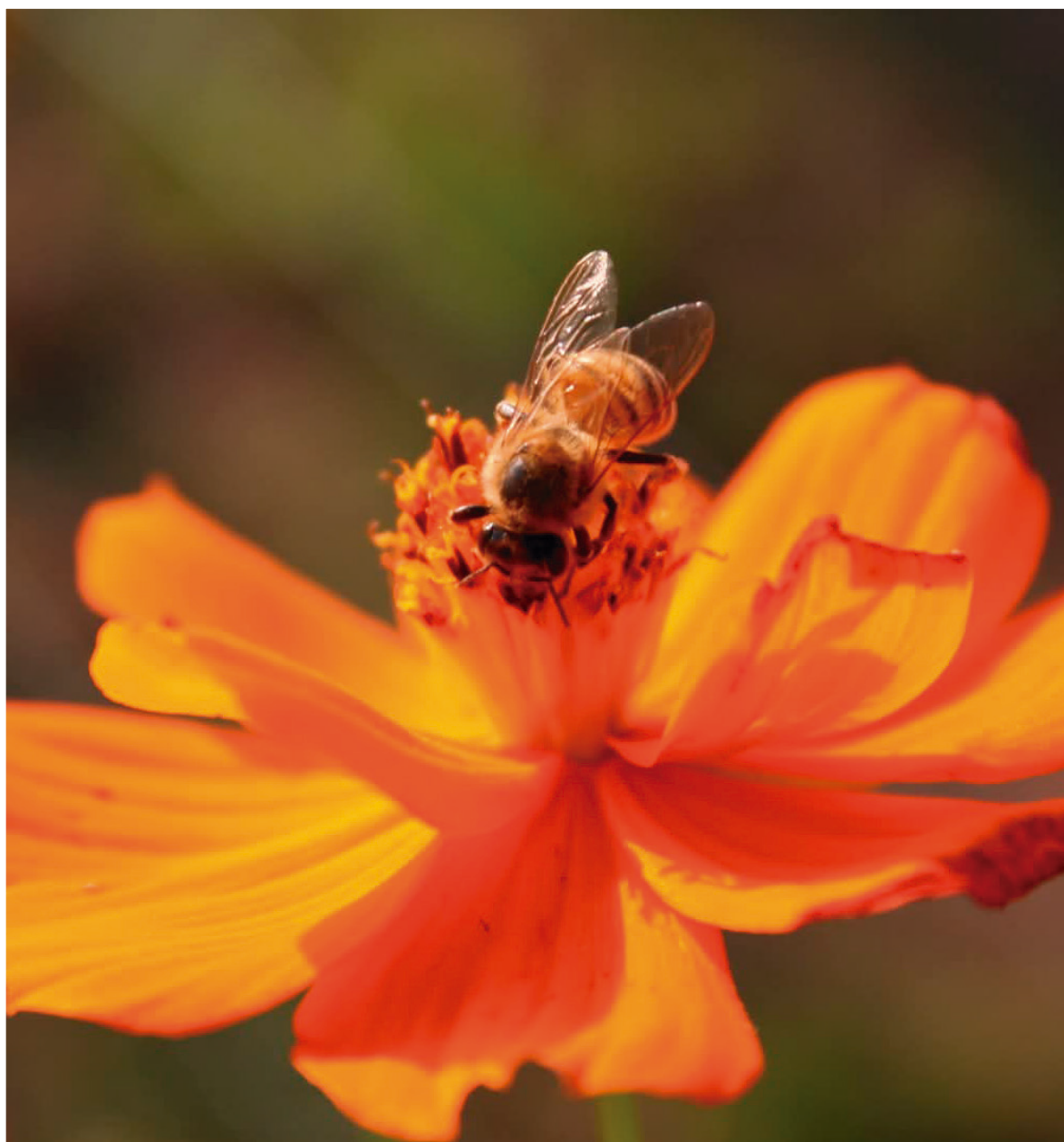

Momentum

Revista Técnico-Científica do Centro Universitário UNIFAAT
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas



Vol. 2 - Nº 24 - 2025

Momentum: revista técnico-científica do Centro Universitário UNIFAAT: multidisciplinar., v. 2,
n. 24 (2025), Atibaia, SP, Brasil.
Anual – ISSN eletrônico 2764-0027

1. Pesquisa 2. Iniciação científica 3. Interdisciplinar

CDD 378.007

Ficha elaborada por Vanessa Barrote – CRB-8/8404|

Equipe Editorial

EDITORES

Micheli Kowalczyk Machado, Centro Universitário UNIFAAT

João Luiz de Moraes Hoefel, Centro Universitário UNIFAAT

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Almerinda Antonia Barbosa Fadini, IFSP - Instituto Federal de São Paulo. Campos Salto.

Antonio Alves de Almeida, CAMI- Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (SP).

Carlos Nabil Ghobril, USP e Instituto de Economia Agrícola - SP.

João Hilton Sayeg de Siqueira, PUC-SP.

Miguel Henrique Russo, UNICID.

Milton Farina, USCS.

Mucio Whitaker, USCS

Pedro Sergio Fadini, UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.

Roberta Gurgel Azzi, UNICAMP.

Sérgio Ricardo Lourenço, Universidade Federal do ABC.

Sonia Regina da Cal Seixas, UNICAMP.

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL

Cássia Aparecida Sales Magalhães Kirchner, Centro Universitário UNIFAAT.

Cristiano Pereira de Moraes Garcia, Centro Universitário UNIFAAT.

Dirce Sanches Rodrigues, Centro Universitário UNIFAAT.

Flavia Amaral Rezende, Centro Universitário UNIFAAT.

Gilvan Elias Pereira, Centro Universitário UNIFAAT.

Hercules Brasil Vernalha, Centro Universitário UNIFAAT.

Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga, Centro Universitário UNIFAAT.

Marli Amélia Lucas de Oliveira, IFSUDESTEMG, Campus Barbacena.

Orivaldo Leme Biagi, Centro Universitário UNIFAAT.

Paulo Artur Malvasi, Centro Universitário UNIFAAT.

Tácito Carderelli da Silveira, Centro Universitário UNIFAAT.

Valquiria Aparecida Cintra Tricoli, Centro Universitário UNIFAAT.

REVISÃO

Maria Carolina Ruas Vernalha

CAPA

Milca de Oliveira Pinto

FOTOGRAFIA DA CAPA

Autor: Cesário Ribeiro de Paula Filho

Título: Polinização

SUMÁRIO

Editorial

..... 07

ARTIGOS

CONEXÃO ENTRE FERROVIAS E ACHADOS ARQUEOLÓGICOS: UM ESTUDO MULTIDISCIPLINAR COM ÊNFASE NA LINHA 6 - LARANJA DO METRÔ DE SÃO PAULO

Stefannie da Silva Sousa; Juliana Queiroz Borges de Magalhães Chegury

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-541>..... 12

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL: AS DIFERENÇAS DE CÁLCULO E AS PROPOSTAS DE MELHORIAS

Matheus Felipe Garcia Oliveira; Tito Flávio Rodrigues de Aguiar; Giselle Oliveira Mascarenhas

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-549>..... 31

ARQUITETOS E HABITAÇÃO POPULAR: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E ESTUDO DE CASO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Beatriz Pacheco; Fernanda Militelli; Larissa Zarpelon

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-551>..... 46

O INCONSISTENTE LAR MODERNO DOS ANOS 60 – UMA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA REVISTA CASA E JARDIM

Heloisa Martins Mendes Pereira Helena; Vanessa Stuque

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-575>..... 64

PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO DA LITERATURA

Rafael da Nova Favarin; Michele Gutierrez Ignacio

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-576>..... 81

<i>A CO-CONSTRUÇÃO REFLEXIVA COMO ESTRATÉGIA INOVADORA NO ENSINO DE FÍSICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS</i> Colarinho Brito Cuchupica; Alsénio Jerónimo da Costa Azevedo https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-589.....	105
<i>O TEATRO NA EDUCAÇÃO: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA</i> Juliana Gonçalves Gobbe https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-590.....	120
<i>A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MULTILETRAMENTOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE</i> Gleise Prudenciano; Ivani Rodrigues Silva; Cecília Guarnieri Batista https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-592.....	144
<i>A CRISE DA EDUCAÇÃO E O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE PODER: REFLEXÕES SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)</i> Maria Eduarda Silva Santos; Cássia Sales Kirchner https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-593.....	164
<i>MATERIAIS DIDÁTICOS TRANSMÍDIA NO ENSINO DE BIOQUÍMICA</i> Thais Campos dos Santos; Cristina Maria Silva Campos; Maisa Damaris dos Santos; Carolaine do Carmo de Souza Rodrigues; Ricardo Salviano dos Santos https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-566.....	188
<i>AS ORIGENS DOS ESCRAVIZADOS FUGIDOS NOS ANÚNCIOS DO JORNAL A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1875-1884)</i> Iago Yoshimi Antunes Seo; Bruno Pereira de Oliveira https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-550.....	207

DESAFIOS AO INGRESSO DA MULHER RURAL COMO PACE NO PROGRAMA SUSTENTA: CASO DA PROVÍNCIA DE NIASA

Isabel Fernando Mapapa Jamisse; Almeida Joao Almeida

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-570>..... 230

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE E HOSPITALAR: O PSICÓLOGO NO HOSPITAL MUNICIPAL

Andressa Gonçalves Milani; Sérgio Everson da Silva; Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-574>..... 252

A INFLUÊNCIA DO E-SPORTS NA PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE À LUZ DO REFERENCIAL PSICANALÍTICO

Emanuelle Moraes Livramento; Marcela Cavallari Augusto

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-546>..... 266

PSICOLOGIA DO TRABALHO E TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO MANEJO DA ANSIEDADE SOCIAL E DE DÉFICITS EM HABILIDADES SOCIAIS: ESTUDO DE CASO

Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli; Valquiria Aparecida Cintra Tricoli

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-588>..... 286

AValiação de Nutrientes no Composto Orgânico Feito na Base de Resíduos Sólidos para uso na Produção de Hortícolas na Cidade de Lichinga, Niassa, Moçambique

Estela Fiel Manso; Nelson Bonifacio Picardo; Saidelamine Abibi Mahadal

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-579>..... 302

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA APÓS O VENDAVAL NA VILA MUNICIPAL DE METANGULA EM MOÇAMBIQUE

Mustafa Ussene; Joaquim Maloa; Francisco Gonçalves Nhachungue; Graciano Bocaimane Salimanja Junior

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-582>..... 325

USO DE REDES SOCIAIS PELAS EMPRESAS: SUA INFLUÊNCIA NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TALENTOS

Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga; Allycia Catarina da Silva Almeida

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-595>..... 342

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DAS DÍVIDAS BANCÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO DO SETOR DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO DE MARRUPA, PROVÍNCIA DE NIASA, MOÇAMBIQUE

Isabel Fernando Mapapa Jamisse; Almeida Joao Almeida

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-584>..... 361

EFETIVIDADE E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Gustavo Brabo

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-587>..... 381

O REFLEXO PSICOSSOCIAL DE UM TEMPO TRADUZIDO EM ROUPAS: A MODA DAS DÉCADAS DE 1930 A 1970 NO BRASIL ATRAVÉS DA VIDA DE AMÉRICA FERREIRA MELCHIORI

Orivaldo Leme Biagi; Mel Lyz Ferreira Abbas

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-548>..... 399

EDITORIAL

Anunciamos a publicação de outro número da Revista *Momentum*, do Centro Universitário UNIFAAT.

Agradecemos à Profa. Maria Carolina Ruas Vernalha pela revisão gramatical dos artigos e a Milca de Oliveira Pinto pela elaboração da capa deste volume da Revista *Momentum*.

A Revista *Momentum* v. 2 n. 24 inicia com o artigo *“Conexão entre ferrovias e achados arqueológicos: um estudo multidisciplinar com ênfase na Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo”*, de Stefannie da Silva Sousa e Juliana Queiroz Borges de Magalhães Chegury, que explora as frequentes e significativas descobertas arqueológicas, destacando a importância de abordagens multidisciplinares para garantir a preservação do patrimônio histórico enquanto se atende às demandas de desenvolvimento ferroviário. O trabalho evidencia como a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento pode harmonizar o desenvolvimento urbano com a proteção do patrimônio cultural, assegurando um ambiente urbano mais consciente e conectado à sua história.

O artigo *“Déficit habitacional no Brasil: as diferenças de cálculo e as propostas de melhorias”*, de Matheus Felipe Garcia Oliveira, Tito Flávio Rodrigues de Aguiar e Giselle Oliveira Mascarenhas, analisa o déficit habitacional no Brasil a partir das metodologias utilizadas pelas principais instituições produtoras de dados, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O trabalho aponta que as metodologias atuais não contemplam integralmente as múltiplas dimensões da inadequação habitacional, e também são apresentadas propostas de aprimoramento dos indicadores, com foco na inclusão de critérios territoriais, socioeconômicos e demográficos.

Em *“Arquitetos e habitação popular: possibilidades de atuação e estudo de caso na periferia de São Paulo”*, Beatriz Pacheco, Fernanda Militelli e Larissa Zarpelon investigam diferentes maneiras pelas quais os arquitetos podem atuar no contexto habitacional de baixa renda contemporâneo marcado por desafios complexos, incluindo a prevalência de autoconstrução e a falta de infraestrutura urbana, a partir de duas abordagens: a primeira é institucional e envolve a análise da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com a exploração de suas possibilidades e limitações, e a segunda diz respeito à materialização da atuação do arquiteto nas áreas periféricas, examinando um projeto específico implementado no município de São Paulo.

Heloisa Martins Mendes Pereira Helena e Vanessa Stuque, no artigo *“O inconsistente lar moderno dos anos 60: uma narrativa historiográfica a partir da Revista Casa e Jardim”*, analisam os interiores residenciais publicados na revista *Casa & Jardim* nos anos 1960. Os dados já examinados indicam uma hegemonia do estilo moderno frequentemente vinculado a seções de sugestões editoriais e não necessariamente a demandas reais de mercado. Os produtos preliminares do estudo apontam para uma promoção, por parte da revista, da difusão do ideário moderno.

Rafael da Nova Favarin e Michele Gutierrez Ignacio apresentam o artigo *“Práticas na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão da literatura”*, com o objetivo de compreender como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos em uma base de dados brasileiras. Ao todo, foram analisados sete estudos que contemplavam a inclusão escolar de pessoas com TEA em diversos

segmentos de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior. Observa-se, nos estudos levantados, um esforço em direção à inclusão voltado ao planejamento, formação de professores, laço social, mediação e uma visão que leva em conta a singularidade de cada criança.

“A co-construção reflexiva como estratégia inovadora no ensino de Física: potencialidades e desafios”, de Colarinho Brito Cuchupica e Alsénio Jerónimo da Costa Azevedo, explora uma abordagem pedagógica inovadora que alia reflexão crítica e colaboração, visando aprimorar o ensino-aprendizagem na disciplina de Física. A pesquisa foi realizada em quatro escolas, duas no Distrito de Macanga-Tete e duas no Distrito de Cuamba-Niassa, envolvendo dez professores. A análise centrou-se nos resultados obtidos a partir das interações entre professores e alunos e na eficácia da abordagem em promover uma compreensão mais profunda dos conteúdos. Conclui-se que, embora demandante em termos de planejamento e superação de barreiras institucionais, a co-construção reflexiva constitui uma estratégia pedagógica promissora que pode transformar o ensino de Física ao formar alunos mais críticos, engajados e preparados para enfrentar os desafios da contemporaneidade.

O artigo de Juliana Gonçalves Gobbe, *“O teatro na educação: uma história a ser contada”*, trata da temática da arte em sua manifestação artística, o teatro dentro de uma perspectiva histórico-crítica na tentativa de debater o assunto como forma de impulsionar os questionamentos sobre o papel da arte na educação como formadora em um horizonte de emancipação humana. O artigo abordou a importância da arte na educação em seu contexto de representação via teatro, através do percurso histórico, levando-se em conta o papel dos jesuítas como professores da arte teatral na colonização brasileira, bem como o papel das políticas públicas para a arte ao longo das últimas décadas na educação brasileira.

“A contação de histórias e multiletramentos no Atendimento Educacional Especializado – AEE”, de Gleise Prudenciano, Ivani Rodrigues Silva e Cecília Guarnieri Batista, teve como objetivo identificar e descrever possibilidades de letramentos e multiletramentos no contexto de um Projeto de Contação de Histórias, desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em três escolas de um município do interior de São Paulo. Foram analisados três episódios do projeto de intervenção, evidenciando avanços no reconto de histórias e no engajamento nas atividades. Considera-se que os resultados podem contribuir para a elaboração de estratégias para o atendimento no AEE, assim como para a sala regular, favorecendo a inclusão e o letramento dos alunos.

Maria Eduarda Silva Santos e Cássia Sales Kirchner, no artigo *“A crise da educação e o currículo como espaço de poder: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”*, discutem as crises enfrentadas pela escola ao longo da história, ligadas à sua organização, ao currículo e à formação docente, destacando que a educação perde sua função quando reduzida a um valor privado e de mercado, em vez de transmitir legados simbólicos. A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre 2014 e 2018, ocorreu em meio a instabilidade no Ministério da Educação e influenciada por uma agenda neoliberal, que priorizou competências técnicas em detrimento de uma formação crítica. Assim, o trabalho teve como objetivo analisar a implementação da BNCC nesse cenário a partir de revisão bibliográfica, relacionando teorias curriculares ao contexto histórico, identificando a crise vivida pela escola e investigando como a conjuntura política contribuiu para a crise na educação do período.

“*Materiais didáticos transmídia no ensino de Bioquímica*”, de Thais Campos dos Santos, Cristina Maria Silva Campos, Maisa Damaris dos Santos, Carolaine do Carmo de Souza Rodrigues e Ricardo Salviano dos Santos, teve por objetivo elaborar e avaliar materiais didáticos transmídia para o ensino de Bioquímica. Estes materiais foram avaliados por estudantes de diferentes cursos de graduação do IFSudeste-MG, campus Barbacena, matriculados na disciplina de Bioquímica nos 1º e 2º semestres de 2023. Os resultados evidenciaram não apenas a acessibilidade e a funcionalidade dos recursos produzidos, mas, principalmente, seu potencial para tornar o conteúdo mais atrativo e dinâmico, e reafirmam o papel das tecnologias educacionais como aliadas na construção de práticas pedagógicas inovadoras, ao mesmo tempo em que valorizam a autoria docente.

No artigo “*As origens dos escravizados fugidos nos anúncios do jornal A Província de São Paulo (1875-1884)*”, Iago Yoshimi Antunes Seo e Bruno Pereira de Oliveira analisam quantitativamente as menções a escravizados foragidos no *jornal A Província de São Paulo*, explorando suas raízes históricas. A pesquisa, realizada a partir da abordagem metodológica baseada na coleta e categorização regional de anúncios de “escravos fugidos”, destaca padrões recorrentes e características que possam oferecer informações sobre as origens desses escravizados, e observa-se a recorrência de descrições detalhadas dos cativos em anúncios de fugas, incluindo por vezes suas terras de origem.

Isabel Fernando Mapapa Jamisse e Almeida Joao Almeida, no artigo “*Desafios ao ingresso da mulher rural como PACE no Programa Sustenta: caso da Província de Niassa, Moçambique*”, analisam os desafios que limitam o ingresso da mulher rural como Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes (PACE) na província do Niassa. Os resultados demonstram que os critérios formais de seleção são desajustados à realidade da maioria das mulheres rurais. Entretanto, observa-se um crescimento do número de mulheres PACEs entre 2020 e 2023, sinalizando potencial de inclusão quando há apoio direcionado. Os autores concluem que, para garantir justiça social, é necessário rever os critérios do programa, implementar ações afirmativas e fortalecer os mecanismos de capacitação e apoio técnico às mulheres rurais.

O artigo “*Relatos de experiências de estágio em Psicologia da Saúde e Hospitalar: o psicólogo no hospital municipal*”, de Andressa Gonçalves Milani, Sérgio Everson da Silva e Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli, apresenta a experiência de estagiários do curso de Psicologia no contexto hospitalar, especificamente no setor ambulatorial, por meio da disciplina Procedimentos Investigativos e Interventivos em Psicologia da Saúde e Hospitalar. A proposta visou desenvolver um olhar crítico e empírico sobre o papel do psicólogo no ambiente hospitalar, considerando investigações e intervenções que envolveram paciente, família, equipe de saúde e o fator institucional.

“*A influência do e-sports na produção da subjetividade à luz do referencial psicanalítico*”, de Emanuelle Moraes Livramento e Marcela Cavallari Augusto, investiga a influência do cenário de *e-Sports* na produção da subjetividade e na construção da identidade de jovens e adultos, utilizando o referencial teórico psicanalítico. A pesquisa busca compreender como a participação em competições de jogos eletrônicos impacta a constituição da identidade por meio da identificação com grupos, além de explorar o papel do profissional de psicologia no desenvolvimento e desempenho de atletas de alto rendimento nesse universo.

No artigo *“Psicologia do trabalho e Terapia Cognitivo-Comportamental no manejo da ansiedade social e de déficits em habilidades sociais: estudo de caso”*, Taian Felipe Pinto Puzoni Tricoli e Valquiria Aparecida Cintra Tricoli analisam, através de um estudo de caso, a importância da psicologia do trabalho no ambiente corporativo. Relatam que uma jovem adulta buscou o atendimento psicológico a fim de que pudessem ajudá-la a lidar com as crises de ansiedades e excesso de timidez, além de não conseguir fazer as coisas que queria e sentir medo da rejeição. A abordagem que direcionou este caso foi a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) em consonância com a Psicologia do Trabalho, e foram utilizadas técnicas cognitivas, comportamentais e emocionais.

“Avaliação de nutrientes no composto orgânico feito na base de resíduos sólidos para uso na produção de hortícolas na cidade de Lichinga, Niassa, Moçambique”, de Estela Fiel Manso, Nelson Bonifacio Picardo e Saidelamine Abibi Mahadal, avalia os nutrientes contidos em um composto orgânico de origem vegetal, produzido com base na mistura de resíduos orgânicos gerados no município de Lichinga, província de Niassa, Moçambique, e o trabalho foi motivado pela observância da excessiva produção de resíduos sólidos orgânicos de origem vegetal nos mercados da cidade de Lichinga e do perigo que este fenômeno constitui para a comunidade. Os resultados da pesquisa mostraram que, no processo de compostagem, entraram 15 tipos de resíduos sólidos, e com a avaliação do composto produzido, verificou-se que apresentava sinais de maturação aceitáveis e capazes de responder positivamente na adubação de solos com deficiência crítica de nutrientes, para certas culturas. Assim, considerou-se existir uma contribuição do composto produzido tanto para as plantas como para a redução dos resíduos sólidos.

“Resiliência comunitária após o vendaval na vila municipal de Metangula em Moçambique”, de Mustafa Ussene, Joaquim Maloa, Francisco Gonçalves Nhachungue e Graciano Bocaimane Salimanja Junior, analisa a resiliência da população após um desastre de ventos fortes e a passagem de um vendaval. Os resultados mostram desafios na melhoria da gestão dos desastres, a necessidade da potenciação do nível de preparação a qualquer evento climático perigoso e que o nível de resiliência comunitária pode ser considerado baixo nesta vila, isto é, há longo tempo para recuperação dos danos causados associados a vários fatores sociais e econômicos, o que se evidencia pela dependência total da população ao apoio das autoridades governamentais.

O artigo *“Uso de redes sociais pelas empresas: sua influência no recrutamento e seleção de talentos”*, de Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga e Allycia Catarina da Silva Almeida, apresenta um estudo sobre a temática Recrutamento e Seleção (R&S) de candidatos pelas empresas, no Brasil, mediados pelas redes sociais, como tendência da atual sociedade. Os principais resultados apontam para o uso das redes sociais LinkedIn e Whatsapp pelas empresas para a atração e comunicação com os candidatos e a falta de percepção dos colaboradores de que as empresas os monitoram pelas redes sociais, com reflexo nos processos de promoção ou não. Os setores industrial e serviços entendem que a qualidade do R&S depende da competência do recrutador, e todos os setores concordam que o uso das redes sociais torna o R&S mais ágil e com menor custo em relação ao modelo tradicional, mas que não influencia na qualidade da seleção.

“Impacto socioeconômico das dívidas bancárias dos funcionários e agentes do Estado do Setor da Educação no distrito de Marrupa, província de Niassa, Moçambique”, de Isabel Fernando Mapapa Jamisse e Almeida Joao Almeida, analisa os efeitos sociais e econômicos do

sobre-endividamento entre Funcionários e Agentes do Estado (FAE), abordando suas implicações na estabilidade pessoal e funcional. Os resultados evidenciam que o endividamento compromete o rendimento líquido, limita o consumo, provoca absentismo, sofrimento psicoemocional, conflitos familiares e insegurança laboral, além da recorrência de práticas como tomada de novos créditos para pagar dívidas antigas e o uso de álcool como mecanismo compensatório, tornando-se um fenômeno estrutural que fragiliza o funcionalismo público. Os autores concluem que é necessária uma resposta integrada, com políticas salariais ajustadas, educação financeira e regulação adequada do crédito.

O artigo *“Efetividade e promoção do acesso à justiça”*, de Gustavo Brabo, analisa a crescente litigiosidade no Poder Judiciário brasileiro, investigando o descompasso entre o aumento exponencial de processos e o crescimento populacional, identificando fatores como a massificação das relações digitais e a amplitude do direito de acesso à justiça. O estudo aponta o próprio Estado e grandes empresas como protagonistas na geração de demandas massificadas e conclui pela urgência de se investir em políticas de desjudicialização e métodos extrajudiciais de solução de conflitos para assegurar uma justiça mais efetiva e acessível.

Finalizando esta edição, o artigo *“O reflexo psicossocial de um tempo traduzido em roupas: a moda das décadas de 1930 a 1970 no Brasil através da vida de América Ferreira Melchiori”*, de Orivaldo Leme Biagi e Mel Lyz Ferreira Abbas, aborda a moda como uma construção social e cultural humana, ou seja, é um campo significativo para o estudo de certos grupos e momentos históricos e sociais. As imagens de apoio datam das décadas de 1930 a 1970 no Brasil e, ao compará-las aos desfiles de alta-costura de 2025, é possível ver o retorno dos modelos e ideais representados pelas peças. Os autores ressaltam que, vista como “imagem passageira” ou “pensamento superficial”, quando não “fútil”, a moda, assim como outras manifestações culturais, apresenta representações sociais e históricas muito significativas.

Gostaríamos de agradecer a colaboração para que esta edição da Revista Momentum fosse concluída, e esperamos continuar com a publicação de trabalhos científicos em diversas áreas, que permitem a difusão do conhecimento e da ciência, itens básicos e fundamentais ao desenvolvimento humano.

Boa Leitura,

Micheli Kowalczyk Machado e João Luiz de Moraes Hoefel (editores)

Publicado: 05 dez. 2025.

CONEXÃO ENTRE FERROVIAS E ACHADOS ARQUEOLÓGICOS: UM ESTUDO MULTIDISCIPLINAR COM ÊNFASE NA LINHA 6-LARANJA DO METRÔ DE SÃO PAULO

SOUSA; Stefannie da Silva¹; CHEGURY, Juliana Queiroz Borges de Magalhães².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-541>

RESUMO

Pelo prisma do desenvolvimento de infraestruturas ferroviárias, este artigo explora as frequentes e significativas descobertas arqueológicas, destacando a importância de abordagens multidisciplinares para garantir a preservação do patrimônio histórico enquanto se atende às demandas de desenvolvimento ferroviário. Através da análise de relatórios de escavação e estudos de caso, este trabalho evidencia como a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento pode harmonizar o desenvolvimento urbano com a proteção do patrimônio cultural, assegurando um ambiente urbano mais consciente e conectado à sua história.

Palavras-chave: ferrovia; Arqueologia; patrimônio histórico.

ABSTRACT

Through the lens of railway infrastructure development, this article explores the frequent and significant archaeological discoveries, highlighting the importance of multidisciplinary approaches to ensure the preservation of historical heritage while meeting the demands of railway development. Through the analysis of excavation reports and case studies, this work highlights how collaboration between different areas of knowledge can harmonize urban development with the protection of cultural heritage, ensuring an urban environment that is more conscious and connected to its history.

Keywords: railroad; Archeology; historical heritage.

¹ Licencianda em Pedagogia pelo Centro Universitário - Faculdade de Educação Paulistana - FAEP (2025); Graduanda em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia do Tatuapé - Victor Civita (2024); Pós-graduada (Lato Sensu) em Engenharia Ferroviária pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT 2024); Graduada em Tecnologia em Transporte Terrestre pela Faculdade de Tecnologia do Tatuapé - Victor Civita (2022); Pós-graduada (Lato Sensu) no programa de Especialização em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CIS) pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Bacharela em Administração de Empresas pela Faculdade de São Paulo UNIESP (2015); Técnica em Administração de Empresas (2011) e Técnica em Logística (2013) pela Escola Técnica Estadual Jaraguá, regida pelo Centro Paula Souza. *E-mail:* profissionalsss10@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista (Universidade de Uberaba, 2000). Mestre em Engenharia Urbana (UFSCar, 2006). Doutora em Física Ambiental (UFMT, 2019). Professora Adjunta II na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Campus de Várzea Grande, curso de Engenharia de Transportes. Atividades de pesquisas nas áreas de análise microclimática de sistemas urbanos, mobilidade urbana, urbanismo, planejamento urbano, infraestrutura urbana e tecnologia de materiais. Foi Professora Assistente II no Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM (2010-2015) e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo no UNIPAM (2014-2015). Foi coordenadora do curso de Engenharia de Transportes na UFMT/CUVG (2021-2022). *E-mail:* juliana.chegury@ufmt.br

INTRODUÇÃO

A constituição Federal Brasileira define que o patrimônio cultural brasileiro inclui bens materiais ou intangíveis que são centrais para a identidade cultural e a memória coletiva dos grupos que compõem o Estado brasileiro. Estas propriedades, consideradas individual e coletivamente, desempenham um papel importante na preservação das tradições e da história destes grupos. Além disso, a lei inclui edifícios urbanos e locais de importância histórica, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica e científica como parte do patrimônio que estabelece a identidade da cultura nacional (Brasil, 1988).

Dessa forma, com a crescente expansão urbana e a construção intensa de infraestruturas de transporte, como ferrovias, é evidente que tais acontecimentos têm sido essenciais para o desenvolvimento socioeconômico das grandes cidades. No entanto, esses acontecimentos frequentemente coincidem com a preservação do patrimônio arqueológico, resultando em um cenário onde essas complexidades exigem abordagens inovadoras. A problemática da pesquisa surge, portanto, ao questionar: como é possível conciliar o desenvolvimento urbano, representado pela integração da Engenharia e Arqueologia, com a preservação do patrimônio arqueológico e histórico, especialmente em áreas de alta relevância para a identidade territorial? De acordo com Sousa (2007, p.128-129), a identidade territorial é vista como “[...] resultado do enraizamento de um grupo social nas relações cotidianas balizada por tradições e mudanças no tempo e no espaço”. A Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo é um exemplo dessa conexão de identidade territorial, onde importantes achados arqueológicos foram descobertos durante as escavações (LinhaUni, 2024).

Este artigo busca, nesse contexto, explorar destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar desses achados. Entende-se por uma abordagem multidisciplinar a colaboração de várias áreas do conhecimento, combinando métodos e perspectivas (Oliveira, 2017). Na prática, isso significa que arqueólogos trabalham lado a lado com engenheiros e gestores de patrimônio para garantir que tais achados sejam identificados, documentados e preservados, enquanto as obras de infraestrutura ferroviária cumprem, concomitantemente, seu progresso e respeito aos achados arqueológicos. A construção da Linha 6-Laranja, que visa melhorar a mobilidade urbana na cidade de São Paulo conectando o centro da capital à Brasilândia na Zona Norte, atendendo a um fluxo previsto de mais de 600 mil pessoas por dia, gerando cerca de 9 mil empregos, revelou vestígios significativos que datam de períodos pré-coloniais e coloniais, incluindo cerâmicas, ferramentas e fundações de antigas edificações (LinhaUni, 2024).

Portanto, a justificativa para o estudo do tema em questão ressalta que a necessidade de desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico, assim como a importância da

construção ferroviária, são de grande importância para as cidades como São Paulo, onde o crescimento desordenado entra em conflito com a conservação de sua rica herança cultural. Assim, estudos que exploram essa conexão entre esses interesses são importantes para as práticas do progresso da preservação da memória e cultura. Desta forma, este artigo destaca a importância de incluir considerações arqueológicas nas fases iniciais de projetos na engenharia ferroviária. A união entre diferentes áreas de estudo não contribui apenas para a preservação do patrimônio cultural, mas também contribui para a criação de um ambiente urbano mais consciente e respeitoso com sua história, fazendo da ferrovia um agente integrador entre gerações.

O objetivo geral do presente estudo é analisar a conexão entre a construção de ferrovias e achados arqueológicos, garantindo a preservação do patrimônio arqueológico, sendo a ferrovia um agente transformador no desenvolvimento urbano e de memória e cultura para um povo.

1 Referencial Teórico

1.1 Histórico Ferroviário e Contexto da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo

O avanço das obras da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo é fundamental para o crescimento da mobilidade urbana e do transporte sob trilhos da cidade. Este capítulo aborda de forma breve o contexto da São Paulo *Railway*, primeira linha férrea em São Paulo, como um agente integrador do passado, presente e futuro, e em seguida dados relativos da Linha 6-Laranja, desde seu planejamento até a execução do início das obras.

1.1.1 Primeira Ferrovia Paulista: Breve Contexto da São Paulo *Railway*

As notícias sobre a construção de uma ferrovia surgiram no ano de 1853 em São Paulo, no século XIX. Segundo Martins (1853, p. 51 *apud* Ribeiro, 2012), o ministro da época, Francisco Gonçalves Martins, afirmou para a população:

Cidadãos muito respeitáveis projectão, e para isto tem mandado proceder aos necessários trabalhos preparatórios, huma outra empresa de hum caminho de ferro da Provincia de S. Paulo, desde o porto de Santos até a villa da Constituição.

Foi com a produção em massa dos grãos de café que surgiu o interesse pela construção da estrada de ferro de Santos até o planalto paulista, que mais tarde teve como destino a cidade de Jundiaí. Já na Europa, de acordo com Calo (1978), especialmente na Inglaterra, com o mercado de café praticamente certo, a exportação e o transporte dos grãos que vinham do interior paulista sofriam com o acesso às estradas de rodagem, mesmo com as melhorias

construtivas da época, principalmente perto do acesso ao porto de Santos, fazendo com que grande quantidade desses grãos não fosse transportada pelo modo muares, levando em consideração também o clima úmido da Serra do Mar, o que criou o paralelismo com as incertezas da receita ferroviária e o preço internacional do café.

De acordo com a Legislação Informatizada – Decreto nº 1.759, de 26 de abril de 1856, no *site* da Câmara dos deputados (2024), em sua publicação ocorreu a autorização para a construção da primeira ferrovia paulista:

[...] Art. 1º Ficão autorizados os referidos Cidadãos para incorporarem huma Companhia fóra do Paiz, a qual se encarregue de construir, usar e costear, mediante as condições a que se refere o Artigo seguinte, huma Estrada de ferro, que, partindo das visinhanças da Cidade de Santos, onde for mais conveniente, se approxime da de S. Paulo e se dirija á Villa de Jundiahy na respectiva Provincia. Art. 2º A' sobredita Companhia, se for incorporada na conformidade do Decreto Nº 838 de 17 de Setembro de 1855, e das condições que com este baixão, assignadas pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, serão concedidos os privilegios e favores constantes das mesmas condições.

Com o passar dos anos, novos decretos foram aprovados para facilitar os empréstimos vindos do exterior para a construção da Ferrovia, e assim em 1859, com o apoio dos Banqueiros de Londres, foi incorporada em Londres a São Paulo *Railway Company Ltd.*, em que Barão de Mauá detinha um terço do montante do capital empregado (Ribeiro, 2012).

Em 1867, ano da inauguração da São Paulo *Railway*, teve início uma era de expansão ferroviária, o que facilitou na época o escoamento de grãos de café e outras mercadorias, o que proporcionou também a estimulação do crescimento econômico, pois, para levar ao mercado o café paulista, as ferrovias convergiam todas para a cidade de São Paulo, fazendo um mercado único acompanhado da urbanização acelerada (Dean, 1969).

De acordo com Passarelli (1994 *apud* Ribeiro, 2012), foram inauguradas, junto ao início de operação, 11 estações, sendo as principais: Santos (Km 0), São Paulo ou Luz (Km 78) e a de Jundiaí (Km 139). As demais estações foram construídas a cada 03 ou +20 km, para garantir o abastecimento de água e carvão das locomotivas: Cubatão (Km 12), Raiz da Serra (Km 22), Rio Grande (Km 41), São Bernardo (Santo André) (Km 60), Brás (Km 76), Água Funda (Km 81), Perus (Km 101) e Belém (Francisco Morato) (Km 117). O mapa 01 a seguir apresenta o traçado original e as estações principais e intermediárias.

MAPA 01 – Início da operação da São Paulo Railway (1867)



Fonte: Mapa elaborado no *Software* Qgis, a partir de dados extraídos do *Site* Ministério dos Transportes. Autoras (2024)

Desde o final do século XIX, as ferrovias desempenham papel fundamental não só em São Paulo, mas também em nível nacional, em relação ao desenvolvimento econômico, urbano e cultural (Benini, 2017). O crescimento da malha ferroviária continuou ao longo do século XX, com a expansão de novas linhas que conectaram bairros mais afastados ao centro da cidade. No entanto, a partir da década de 1950, houve uma mudança de investimentos no setor de transporte, investimentos estes para o setor rodoviário, o que levou à diminuição do investimento em ferrovias urbanas (Leme, 1999). Observa-se que, para o autor, essa mudança, com o passar dos anos, resultou em congestionamento de tráfego e poluição, destacando a necessidade de um sistema de transporte público mais eficiente e sustentável.

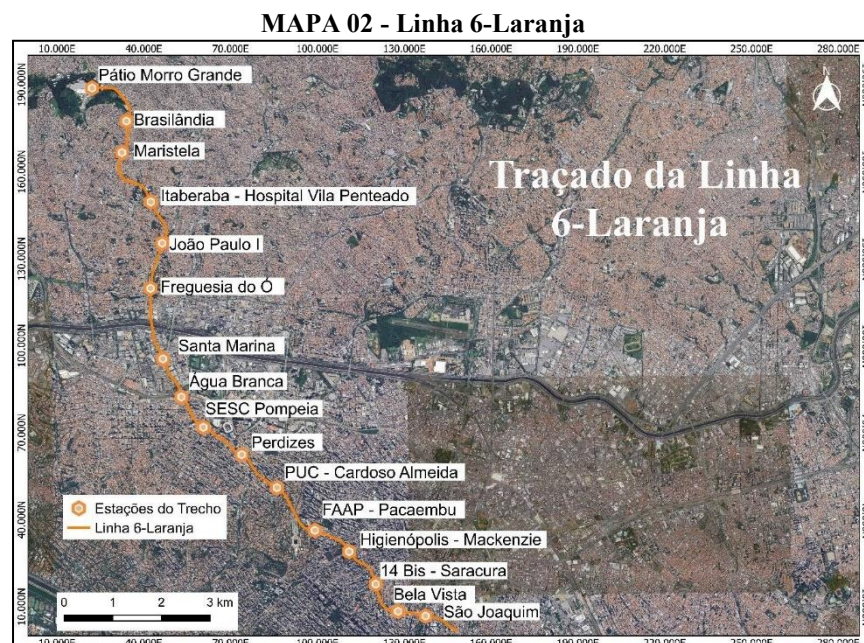
Para o atual modelo econômico do Brasil, que basicamente exporta matérias-primas, a ferrovia se encaixa perfeitamente, pois são as principais mercadorias transportadas por trem, sendo os grãos, minério de ferro, cimento, derivados de petróleo, produtos siderúrgicos etc. O problema é que a malha ferroviária brasileira não cria um polo de desenvolvimento socioeconômico (Machado, 2023, p. 06).

As certezas ou até mesmo as incertezas determinadas na história no passar do tempo nos fazem crer na continuidade do transporte sobre trilhos, seja ele de carga ou passageiro, sem que seu passado seja esquecido, tornando-o sempre uma herança cultural para as gerações seguintes.

1.1.2 Conhecendo a Linha 6-Laranja

De acordo com Guimarães (2011), os projetos desenvolvidos para o transporte urbano de pessoas (sejam obras de expansão de infraestrutura, medidas para a gestão da mobilidade ou projetos de outra natureza) impactam na vida e no cotidiano de muita gente.

A Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo, também conhecida como a Linha das Universidades, é uma Parceria Público-Privada (PPP) firmada entre o Governo do Estado de São Paulo em dezembro de 2013 e renovada em outubro de 2020 e que estabelece um contrato de 25 anos entre a construção e a operação (São Paulo, 2015). A linha visa atender à crescente demanda por transporte público, recebendo um fluxo previsto de mais de 600 mil pessoas por dia, e gerar cerca de 9 mil empregos. Atualmente, a construção e implantação da Linha 6-Laranja é o maior projeto de infraestrutura da América Latina, que contemplará 15 km de linha e 15 estações, e vai conectar o centro da capital à Brasilândia, na zona norte da cidade de São Paulo, além de fazer conexões com a Linha 1-Azul do metrô, 4-Amarela da ViaQuatro, 7-Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e 8-Diamante da ViaMobilidade (Linha Uni, 2024). O mapa 02 a seguir apresenta o traçado da linha e suas respectivas estações.



Fonte: Mapa elaborado no *Software Qgis*, a partir de dados extraídos do *Site Geosampa*. Autoras (2024)

Guimarães (2011) ainda destaca que, devido a sua geometria radial em um espaço urbano marcado pela conexão entre centro e periferia, pode-se esperar, em princípio, que o projeto promova um aumento da acessibilidade de grupos sociais em proporção maior do que a das camadas mais abastadas da população. Neste caso, a Linha 6 representa um instrumento de redução da desigualdade de acesso às oportunidades de trabalho no contexto metropolitano.

De acordo com Ponchio (2016. p 113):

Portanto, profissionais do setor afirmam que a Linha 6 pode assemelhar-se muito à magnitude da Linha 4, mas, com certa margem de segurança, os níveis de demanda da Linha 6 poderiam ficar um pouco abaixo dos números atuais da Linha 4, podendo-se considerar a média de 650.000 passageiros/dia útil em operação plena, ficando aproximadamente 8% abaixo dos níveis atuais da Linha 4 do metrô SP.

É importante observar, dado o que os autores dizem, que com a regulamentação correta do governo estadual, o indicador de destaque da demanda atendida por novos sistemas de média e alta capacidade pode garantir que os padrões de qualidade, segurança e acessibilidade sejam mantidos, a fim de que, com a redução do tempo de deslocamento, a população da Zona Norte tenha melhor acesso a oportunidades de emprego e educação, o que pode contribuir para a redução das desigualdades sociais. Quanto ao prazo de entrega, o consórcio responsável afirma que a Linha 6 é estimada para ser entregue parcialmente em 2026 e totalmente concluída em 2027 (LinhaUni, 2024).

2 METODOLOGIA MULTIDISCIPLINAR: CONEXÃO ENTRE ARQUEOLOGIA E ENGENHARIA

A construção de infraestruturas urbanas, como linhas de metrô, frequentemente coincide com áreas de interesse arqueológico. A Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo é um exemplo emblemático, com grandes achados arqueológicos que exigiram a conciliação entre a preservação do patrimônio cultural e o progresso ferroviário. Para enfrentar esse desafio, adotou-se uma abordagem multidisciplinar que integra duas grandes áreas: Arqueologia e Engenharia.

Este estudo classifica-se como uma pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimento para a solução de problemas específicos, relacionados à preservação arqueológica em meio ao desenvolvimento urbano. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois pretende descrever e analisar como a integração entre as áreas envolvidas pode harmonizar progresso e preservação.

Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa utilizou análise documental, baseada em artigos científicos, dissertações e relatórios técnicos provenientes das escavações realizadas na Linha 6-Laranja. Essa abordagem permitiu reunir informações precisas e atualizadas sobre as descobertas arqueológicas e as metodologias aplicadas no projeto. A abordagem da pesquisa é qualitativa, uma vez que se concentra na interpretação dos dados coletados e na análise dos significados e contextos associados às descobertas arqueológicas. Os resultados foram sintetizados por meio de uma análise crítica das fontes consultadas,

destacando a importância da colaboração interdisciplinar para que o avanço ferroviário não implique perdas históricas. Os achados e exemplos relevantes são apresentados de forma contextualizada, evidenciando como o planejamento urbano pode dialogar com a preservação do patrimônio cultural.

2.1 Definindo Arqueologia e Engenharia

A compreensão entre as áreas de estudo da Arqueologia e Engenharia é fundamental para o desenvolvimento e descobertas de projetos de infraestrutura que respeitem o patrimônio cultural de uma civilização. Para uma abordagem multidisciplinar dos conceitos dessas áreas, é importante observar o que diz a definição de seus respectivos termos.

De acordo com Saladino e Pereira (2016 *apud* Funari, 2003):

A Arqueologia se caracteriza como uma ciência que se debruça sobre o estudo da materialidade elaborada pelas sociedades humanas como um dos aspectos de sua cultura – em sentido amplo – sem limitar-se ao caráter cronológico. A Arqueologia, portanto, é uma das disciplinas científicas que estudam as relações entre cultura material e sociedades estabelecidas na longa duração.

Ainda em definição de Arqueologia, Gheno e Machado (2013 *apud* Najjar, 2005) dispõem que, de uma forma geral, podemos conceituar a Arqueologia como o estudo dos grupos humanos, em seus mais diversos aspectos, através da sua cultura material. É possível observar que os autores definem a Arqueologia no mesmo sentido, mas de formas singulares, o que evidencia a forma como a Arqueologia pode ser interpretada sem perder seu sentido original. Não obstante as definições apresentadas sobre Arqueologia, agora é possível definir o conceito de Engenharia entendendo seu significado.

A engenharia é uma arte, capaz de recompensar seu artista, o engenheiro, e beneficiar os seres cujas necessidades serão atendidas pelas soluções encontradas e implantadas (...) A Engenharia é também uma ciência ligada a solução de problemas práticos. Embora essa definição seja extremamente abrangente, podendo incluir um médico que atua na solução de problemas de saúde ou um físico que busca as bases do comportamento do universo, o engenheiro se diferencia porque seu trabalho consiste na construção de artefatos ou na análise e na otimização destes. Assim, o projeto e a construção desses artefatos, bem como o trabalho com os artefatos construídos, representam a melhor expressão do trabalho do engenheiro (Santos Jr., 2001).

Entende-se que o autor explicita que a Engenharia abrange uma rede de disciplinas que contribuem para o crescimento e aperfeiçoamento da infraestrutura necessária ao funcionamento das sociedades ao longo dos anos até chegar no que vivemos hoje. Em outra definição, agregando a temática custo, algo muito importante e discutido a todo momento em projetos de Engenharia, seja de pequeno ou grande porte, Carfi (2017) define que a Engenharia é a ciência que estuda como fazer algo desejado bem e com o menor gasto possível. Na mesma linha de raciocínio, como as definições de Arqueologia, os autores conversam entre si também

nas definições de Engenharia, mas com suas próprias singularidades, respeitando e evidenciando que a Engenharia não é apenas algo a ser feito e entregue à sociedade, e sim uma arte que precisa de cuidados minuciosos para a efetivação do que foi proposto inicialmente.

2.1.1 Contexto Multidisciplinar

Em um mundo cada vez mais avançado, onde as tecnologias se inovam a todo instante, a conexão de conhecimentos de diferentes áreas de estudo se torna primordial para a solução de problemas existentes. A conexão multidisciplinar entre Arqueologia e Engenharia não só abre um leque das possibilidades de trabalho mútuo entre profissionais da área, como também permite ideias para soluções inovadoras que seriam muito trabalhosas e que atrasariam as obras por meio de uma única área do saber.

Quando se utiliza a expressão “Arqueologia em obras de Engenharia”, pode-se entender que as diferentes pesquisas que são executadas pelos arqueólogos em áreas com obras de grande infraestrutura da engenharia serão implantadas e que, por sua vez, essas obras, além das construções já edificadas em um contexto urbano, necessitaram em algum momento de estudos de viabilidade, projetos, antes da execução das atividades, mais precisamente no seu planejamento desde a instalação até o início de sua operação (Monticelli, 2005). Além da parte burocrática de um projeto, como mencionado pela autora, sempre existirá também, no canteiro de obras, o resgate da história que ficou adormecido por muitos anos.

De acordo com Copé (2010, p. 16):

A frequência de achados arqueológicos em obras de Engenharia se deve às legislações que, desde 1986, regulam o tema e ao aporte financeiro facilitado e à menor burocracia que as pesquisas arqueológicas vinculadas à Engenharia, chamadas de Arqueologia de Contrato ou empresarial, possibilitam. Em muitos casos os Engenheiros são também os profissionais responsáveis por pensarem e executarem soluções para a preservação dos achados, contribuindo para o estudo e o conhecimento mais abrangente das antigas sociedades dos locais onde intervêm, aliando o desenvolvimento ao respeito pelo passado.

No Brasil, o tipo vigente de Arqueologia que atua nos canteiros de obras de Engenharia é a Arqueologia de Contrato, que veio da promulgação da Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), contemplando, além dos relatórios de impacto ambiental, os de impacto no patrimônio cultural (Copé, 2010). No quadro 01 a seguir é disponibilizada a síntese com os principais pontos da Arqueologia de contrato em obras de Engenharia.

QUADRO 01 – Características fundamentais na Arqueologia de Contrato

Tipo	Arqueologia de Contrato
Definição	É a prática executada por profissionais que atuam em obediência a um contrato estabelecido, visando à prestação de serviços a determinado cliente.
Origem	A partir da necessidade de cumprimento de leis de proteção ao patrimônio cultural, onde a regulamentação por leis e normas é de responsabilidade do IPHAN.
Finalidade	Controle dos impactos nos sítios arqueológicos durante obras de Engenharia.
Contexto de Atuação	Realizada em obras públicas ou privadas em que o licenciamento ambiental e arqueológico é exigido para continuidade nos trabalhos.
Publicação de Resultados	Divulgados em relatórios técnicos obrigatórios para consulta pública.

Fonte: Autoras (2024). A partir de dados extraídos da tese de doutorado de Monticelli (2005).

Os dados trazidos até aqui reiteram a importância de estudo das duas áreas em conjunto em obras. Uessler (2010, p. 16) ressalta que o Conama aumentou a convergência entre Engenharia e Arqueologia, tornando os estudos conjuntos fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Jardim (2010, p. 18) estabelece enfaticamente que:

As soluções devem ser buscadas em conjunto, organizando um plano de ação que começa no escritório e é aplicado na vistoria arqueológica. Nunca esquecendo que os especialistas das questões arqueológicas são os Arqueólogos, mas os responsáveis pelo bom entendimento do empreendimento por parte destes profissionais são os Engenheiros, pois se trata de uma obra de Engenharia. Assim, a participação da equipe de Arqueólogos no processo de projeto e construção é de facilitadores.

Vale ressaltar que a conexão de trabalho entre as duas áreas não deve ser vista com rivalidade ou até mesmo competição, visto que uma sociedade sem passado simplesmente não existe, assim, os profissionais das áreas estando dispostos a trabalharem juntos, é uma forma de ampliar as descobertas e experiências aos demais profissionais de outras áreas envolvidas em um mesmo projeto (Copé e Uessler, 2010).

Em suma, a colaboração contínua entre Arqueólogos e Engenheiros faz com que a descoberta e preservação dos vestígios históricos demonstre que é possível administrar o desenvolvimento urbano e a conservação do legado cultural de um povo. Esse tipo de modelo

entre áreas é importante para futuros projetos de Engenharia em áreas com grande potencial arqueológico, fazendo com que mais precaução e prevenção, com atenção voltada para a sustentabilidade e trabalhando com profissionais responsáveis, credenciando as obras com a qualidade de um excelente trabalho, resultem que a Engenharia e a Arqueologia convivam de forma harmoniosa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de grandes obras como as de metrô e a preservação do patrimônio arqueológico sempre foram um desafio, não só no Brasil, mas também ao redor do mundo. A construção do metrô de Atenas ilustra como a preservação histórica de achados arqueológicos influencia diretamente na mobilidade urbana de seus passageiros, afinal, não é apenas Arqueologia e Engenharia, é a história de um povo contada através da ferrovia. Este capítulo destaca o equilíbrio do desenvolvimento urbano de Atenas e a sua preservação arqueológica. Também será destacada a construção da Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo, que proporcionou uma oportunidade única para a descoberta arqueológica em uma cidade tão densamente povoada como a cidade de São Paulo. Durante as escavações, diversos artefatos de grande valor histórico foram descobertos, oferecendo novas perspectivas sobre a ocupação e o desenvolvimento da cidade ao longo dos anos.

3.1 Estudo de Caso: O Metrô de Atenas e seus Achados – Passado, Presente e Futuro

O Estado grego é datado de sua construção no século XIX, mais precisamente no ano de 1832; Atenas foi se desenvolvendo e trazendo consigo o progresso econômico e demográfico. Este crescimento esteve atrelado com a necessidade de proteger as descobertas arqueológicas e, ainda no decorrer do século XX e início do XXI, houve a rápida expansão do sistema de metrô. Desde então novos desafios e oportunidades surgiram para a conexão desses vestígios históricos no tecido urbano moderno (González, 2020).

De acordo com o *site* Metrô Grego S.A (2023):

No final da Segunda Guerra Mundial, a rede de transporte de Atenas, como a da maioria das cidades europeias, foi completamente destruída. No centro de Atenas estavam os restos de um sistema de bonde obsoleto, que precisava de reparos ou substituição. A única linha de metrô partia do porto de Pireu e continuava para o norte, através da Praça Omonia – o coração do centro comercial de Atenas – até a Praça Ática. Antes da guerra, o metrô estava conectado à Praça da Ática por uma ferrovia a vapor e chegava aos subúrbios do norte, Kifissia. O que restou da linha foi um caminho abandonado. Ônibus e táxis circulando no período anterior à guerra eram quase inexistentes, pois a maioria dos veículos havia sido requisitada pelas forças de ocupação ou destruída. Assim, caminhar foi o meio de transporte mais difundido.

A rede de transporte ferroviário de Atenas ainda conta com grande expansão, o que evidencia que possivelmente mais achados arqueológicos podem ser descobertos neste período.

González (2020) elucida que todas as ações evidenciam um trabalho conjunto, que permitiu, por um lado, realizar a necessária reflexão teórica prévia às intervenções do projeto, o que ajudou a saber se as zonas onde estava prevista a implantação das estações eram potenciais estruturas arqueológicas. Por outro lado, deixando de lado as exigências do cronograma, os engenheiros não foram autorizados a iniciar a execução do projeto até que a intervenção arqueológica estivesse concluída.

De acordo com o *site* Metrobits (2021), a construção do metrô é cara e envolve muita escavação e trabalho minucioso dos engenheiros, assim como da arqueologia. Então, na melhor das hipóteses, ambos andam de mãos dadas. As linhas de concentração arqueológica baseiam-se em estações pertencentes às linhas 2 e 3 - conhecidas respectivamente como linhas Vermelha e Azul (González, 2020). O quadro a seguir apresenta alguns desses achados e como foram incorporados ao *design* das estações, criando exposições permanentes que permitem aos passageiros apreciarem a herança histórica da cidade enquanto utilizam o sistema de transporte ferroviário. O quadro 02 a seguir apresenta os achados de Atenas.

QUADRO 02 – Alguns dos vestígios arqueológicos de Atenas em suas estações

DESCOBERTA	INFORMAÇÕES	ANO
	Estação Agios Ioannis: Nesse período foram descobertos importantes vestígios cerâmicos, além de doze túmulos do período clássico (parte de sistema de canalização de água da Estação Evangelística)	Ano de descoberta entre 1994 e 1995.
	Estação Syntagma: O grande saguão superior com suas muitas exposições arqueológicas.	Inaugurada em 2000.
	Estação Monastiraki: Uma ponte feita de vidro passa por antigos esgotos e fundações.	Inaugurada em 2003.
	Estação Syntagma: Valorização das fontes termais privadas de uma casa Romana onde se observam sistema de cobertura e a diferença de altura	Conservação que data de final do século III A.C. e início do século IV D.C.

Fonte: Autoras (2024). A partir de dados extraídos de González (2020) e do *site* Metrobits (2021).

3.1.1 Linha 6-Laranja e Achados Arqueológicos: Descobertas e Significados

Segundo A LASCA Arqueologia (2014), em relação à evolução urbana da cidade de São Paulo, a maioria dos bairros paulistanos alcançados pela Linha 6-Laranja se originou a partir do loteamento de chácaras existentes no entorno do centro da cidade, que se apresentava muito pequeno antes do início do século XX, mas que, devido ao crescimento acelerado, começou a pressionar essas terras vizinhas. Vale ressaltar aqui a situação da cidade de São Paulo no século XIX, que ainda não era esta grande cidade, tendo ainda muito do aspecto provinciano, que só começa a se alterar quando recebe, em 1823, o título de Imperial Cidade de São Paulo.

De acordo com a LinhaUni (2024), durante as escavações para a construção da Linha 6-Laranja, foram identificados vestígios históricos que remontam a história do desenvolvimento urbano de São Paulo. Quando esses vestígios são encontrados em obras de grandes

infraestruturas como as do metrô, durante um monitoramento, novas etapas de pesquisa podem ser realizadas, como o resgate. Nesta fase, escavações mais detalhadas e análises laboratoriais são feitas para garantir que esses achados sejam preservados e incorporados ao Patrimônio Cultural Brasileiro, assegurando que sua importância seja protegida e de reconhecimento público. O Programa de Arqueologia Preventiva da Linha 6-Laranja visa à pesquisa arqueológica e faz parte do licenciamento ambiental da obra, que, desde o início do processo em 2014, já indicava o potencial arqueológico das áreas a serem resgatadas. Oficialmente as escavações estão a cargo de A LASCA Arqueologia, responsável por garantir que o desenvolvimento da cidade seja feito respeitando a história e os bens culturais ali presentes (A LASCA Arqueologia, 2014).

Embora o *site* da LinhaUni apresente ainda as informações iniciais dos primeiros sítios arqueológicos, foram identificados nove sítios arqueológicos históricos de 2021 até o ano de 2023, sendo sete já resgatados e, desde o início das obras, já são 11 cadastrados: Miguel Conejo (Estação Freguesia do Ó), Água Branca (Estação Água Branca), Santa Marina I (Estação Água Branca), Santa Marina II (Estação Santa Marina), Pompeia (Estação Sesc-Pompeia), São Joaquim I (Estação São Joaquim), Falha Taxaquara (VSE Tietê), Sara de Souza (VSE Sara de Souza), Saracura/Vai-Vai (Estação 14 Bis), Vila Cardoso (Estação Vila Cardoso) – Atualmente Vila Cardoso teve seu nome alterado para Estação Maristela – e Lavapés (VSE Felício dos Santos), este último no bairro da Liberdade (ANP trilhos, 2023). De acordo com a ANP trilhos (2023), o monitoramento arqueológico está sendo executado em todas as unidades construtivas e turnos de atividades (manhã, tarde e noite) para garantir a proteção dos contextos arqueológicos identificados para preservar a memória da cidade de São Paulo.

Conforme afirma A LASCA Arqueologia (2024):

Hoje, o patrimônio cultural e ambiental são importantes articuladores das relações socioeconômicas. A definição de seus múltiplos significados varia de acordo com as identidades de caráter pessoal ou social. São identidades cotidianamente construídas e reelaboradas pelas pessoas e grupos.

A Educação Patrimonial aliada a projetos de Arqueologia e a projetos de grandes infraestruturas possibilita às comunidades terem acesso a um passado, muito frequentemente, desconhecido, que, via de regra, se apresenta como importante formador de identidades locais e regionais. É uma ferramenta fundamental nos processos de reconhecimento, promoção e, consequentemente, proteção dos bens públicos e privados (A LASCA Arqueologia, 2024). O quadro 03, a seguir, apresenta alguns exemplos de achados arqueológicos em algumas das futuras estações da Linha 6-Laranja.

QUADRO 03 – Exemplos de achados arqueológicos na Linha 6-Laranja

Estação Maristela	Estação SESC Pompeia	Estação 14 Bis - Saracura
		
		
		

Fonte: Autoras (2024). A partir de dados extraídos do *site* LinhaUni, 2024.

Os achados destacados acima são alguns exemplos da imensidão do que foi descoberto na Linha 6-Laranja e revelam importantes descobertas sobre a população ao longo dos anos na cidade de São Paulo, demonstrando que esse processo de urbanização foi diversificado, porém intenso. Esses resultados indicam que a memória de um povo que habitou este lugar não será apagada, evidenciando também que a ferrovia pode trazer progresso, mas não deixará de ser um agente de transformação urbana, em que a necessidade de reflexões precisa estar sempre presente. Além disso, reforçam a relevância da conexão da Engenharia e da Arqueologia para a compreensão significativa desses achados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reforça a importância da integração entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio arqueológico e cultural. A construção de grandes infraestruturas, como a Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo, exemplifica a necessidade de abordar essas questões com ética, sensibilidade e responsabilidade, garantindo que a modernização não apague as marcas da história que compõem a identidade territorial de uma região.

A partir da análise multidisciplinar que une engenheiros e arqueólogos, é possível encontrar soluções que conciliem progresso e preservação, em que o crescimento das cidades não precisa ser sinônimo de perda histórica. Pelo contrário, tais descobertas arqueológicas revelam as camadas de ocupação humana que, de outra forma, poderiam ser esquecidas, fortalecendo a conexão entre passado e presente.

Além disso, o estudo mostra que a ferrovia, enquanto agente de transformação urbana, pode ser vista também como uma ponte entre gerações, integrando a memória dos que viveram ali antes e o cotidiano da população atual. Ao trazer à luz vestígios de civilizações passadas, como cerâmicas, roupas, sapatos, brinquedos e até mesmo ferramentas, a construção da Linha 6-Laranja nos lembra que o desenvolvimento não deve apagar o passado, mas sim dialogar com ele, contribuindo para um futuro rico em história.

Esse tipo de abordagem deve ser expandido para outros projetos urbanos, porém entendendo que as áreas de Engenharia e Arqueologia precisam andar sempre juntas para que a preservação arqueológica seja uma parte central das decisões de planejamento.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se aprofundar a análise da interação entre processos tecnológicos e metodologias de preservação em diferentes fases da construção de infraestruturas. Além disso, seria relevante explorar como modelos colaborativos entre áreas técnicas e culturais podem ser aplicados em outras obras urbanas, assegurando um legado de preservação consistente em diferentes contextos.

Assim, é assegurado que o avanço tecnológico e a expansão urbana caminhem de mãos dadas com o respeito à herança cultural, em que a ferrovia não transporta apenas cargas e passageiros, mas também transporta história e conhecimento do passado ao futuro.

REFERÊNCIAS

- A LASCA Arqueologia. **Relatório Trimestral**: abril, maio e junho de 2024. Relatório emitido em agosto de 2024. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Sob número do processo de consulta: 01506005549/2014-76. Acesso em: 17 set. 2024.
- ANP trilhos. **LinhaUni lança área inédita em seu site com informações sobre os sítios arqueológicos**. 2023. Disponível em: <https://anptrilhos.org.br/linha-uni-lanca-area-inedita-em-seu-site-com-informacoes-sobre-os-sitios-arqueologicos/>. Acesso em: 17 set. 2024.
- BENINI, Maria Lina. 150 anos da primeira estrada de ferro paulista. **Revista Ferrovia, edição especial**, 2017. Disponível em: <https://www.aeefsj.org.br/site/wp-content/uploads/2017/05/FERROVIA-ED-172-150-ANOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CALO, Fabrício. **Ferrovias Paulistas: Influência Histórica Sobre a Malha Urbana**. Tese de Graduação Interdisciplinar I, 1978. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP);
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. Legislação Informatizada - Decreto nº 1.759, de 26 de abril de 1856- Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1759-26-abril-1856-571236-publicacaooriginal-94323-pe.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- CARFI, Osni. **Oficina para Alunos da Educação Básica: O que é Engenharia? Um Enfoque em Mecânica**. 2017. Universidade de São Paulo - Escola Politécnica. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/ba3bf045-4c91-4932-ab4e-7fed53231a61/OSNI%20CARFI%20PME17.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- COPÉ, Silvia. A história escondida no canteiro de obras. Entrevistada por Luciana Patella. **Conselho em Revista**, Rio Grande do Sul, Ano VI, n. 72, p. 16-18, ago. 2010. Disponível em: <https://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed72.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- DEAN, Warren. **The Industrialization of São Paulo, 1880-1945**. University of Texas Press. 2 ed.. Editora: DIFEL. Tradução: Octavio Mendes Cajado, 1969. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4563597/mod_folder/content/0/3%C2%A A%20Semana/Dean-Grande%20Guerra-digital.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.
- GHENO, Diego Antônio. MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica - Abordagens. **Historical Archaeology – Approaches**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013. (Centro Universitário Univates) Editora Universidade Federal do Paraná. (UFPR). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/33875/21149>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- GONZÁLEZ, Júlia García. Arqueología y transporte urbano: la línea metropolitana en Atenas y otros proyectos contemporáneos de puesta en valor de espacios arqueológicos y estaciones de metro. **Astarté. Estudios del Oriente Próximo y el Mediterráneo**, n. 3, p. 1-21, 2020. Momentum, Atibaia, v. 2, n. 24, p. 12-30, 2025. ISSN-e 2764-0027

ISSN 2659-3998. *Universidad de Málaga*. Disponível em: <https://journals.uco.es/astarte/article/download/12951/11901/20773>. Acesso em: 25 ago. 2024;

GUIMARÃES, Thiago. 2011. **Desenvolvimento de um Indicador de Acessibilidade para a Avaliação de Projetos de Transporte da Perspectiva da Exclusão Social: A Linha 6 do Metrô de São Paulo**. Universidade Tecnológica de Hamburgo. Instituto de Planejamento de Transportes e Logística. Disponível em: https://pralaepraca.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/06/guimaraes_transporteexclusao2011.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Legislação - Constituição Federal Brasileira de 1988 - Artigo 2016**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

JARDIM, Luiz Carlos. A história escondida no canteiro de obras. Entrevistada por Luciana Patella. **Revista mensal do conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia do Rio Grande do Sul - Conselho em Revista**, Rio Grande do Sul, ano VI, n. 72, p. 16-18, ago. 2010. Disponível em: <https://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed72.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1985-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil 1895 – 1965**. Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999. p. 20-38. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6187237/mod_resource/content/1/LEME_Maria%20Cristina_A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20urban%C3%ADstico%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

LINHA UNI. Linha 6, São Paulo. **Achados Arqueológicos**. Disponível em: <https://www.linhauni.com.br/linha-6-laranja/achados-arqueologicos>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LINHA UNI. Linha 6, São Paulo. **Institucional - Sobre a Linha Uni**. Disponível em: <https://www.linhauni.com.br/institucional#linha-uni>. Acesso em: 07 ago. 2024.

LINHA UNI. Linha 6, São Paulo. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <https://www.linhauni.com.br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MACHADO, Mayogan Freitas. Importância do transporte ferroviário para o desenvolvimento do Brasil. **Semana Acadêmica - Revista Científica**, Fortaleza - CE, v. 11, n. 232. ISSN: 22366717, 2023. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/88_importancia_do_transporteferrovuario_para_o_desenvolvimento_do_brasil.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

METRÔ GREGO S.A. **Transporte Público**. 2023. Disponível em: https://www.emetro.gr/?page_id=10. Acesso em: 24 ago. 2024.

METROBITS.ORG. **Arqueologia e Metrô**s. 2021. Disponível em: <https://micro.com/metro/archaeology.html#reference>. Acesso em: 03 set. 2024.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Mapas nacionais e Bases georreferenciadas**. Momentum, Atibaia, v. 2, n. 24, p. 12-30, 2025. ISSN-e 2764-0027

Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bit-mapas>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. 370 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2396>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *Memória Ferroviária: Esforço de Revisão Crítica da Memória Histórica sobre a Ferrovia e seu Valor Patrimonial*. **Anais [...]** VI Congresso Internacional de Historia Ferroviaria Ferrocarriles, Historia y Patrimonio Industria, p.16, Mendoza, Argentina 2017. Disponível em: OLIVEIRA2017-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 08 jul. 2024.

PONCHIO, Caoní Farias. **Uma análise crítica sobre o *Value for Money* de um protótipo de linha de metrô em São Paulo tendo como referência as atuais PPPdas linhas 4 e 6**. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-18012017-095437/publico/CaoniFariasPonchioCorr16.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

RIBEIRO, Emerson. Os Caminhos de Ferro no Estado de São Paulo: Ascensão e Queda - 1860-1990. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 33- 57, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49544> . Acesso em: 25 jul. 2024.

SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. Arqueologia histórica. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.(verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/63/arqueologiahistorica>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SANTOS JR, Auteliano Antunes dos. **Faculdade de Engenharia Mecânica – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Apostila para a disciplina Elementos de Máquinas I**. 2001. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/apostila-de-elementos-de-maquinas/38286693>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. 2015. **Plataforma do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) Linha 6 - Laranja**. Disponível em: <https://www.parcerias.sp.gov.br/Parcerias/Projetos/Detalhes/116>. Acesso em: 04 ago.2024;

SOUSA, Adriano Amaro de. Território e Identidade: Elementos para a Identidade Territorial. **Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.]**, v. 1, n. 30, p. 119–132, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>. Acesso em: 16 jul. 2024.

UESSLER, Cláudia. A história escondida no canteiro de obras. Entrevistada por Luciana Patella. **Revista mensal do conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia do Rio Grande do Sul - Conselho em Revista**. Rio Grande do Sul, Ano VI, n. 72, p. 16-18, ago. 2010. Disponível em: <https://www.crea-rs.org.br/site/arquivo/revistas/ed72.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL: AS DIFERENÇAS DE CÁLCULO E AS PROPOSTAS DE MELHORIAS¹

OLIVEIRA, Matheus Felipe Garcia²; AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de³;
MASCARENHAS, Giselle Oliveira⁴.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-549>

RESUMO

Este trabalho analisa o déficit habitacional no Brasil a partir das metodologias utilizadas pelas principais instituições produtoras de dados, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP). São discutidas as diferentes abordagens de cálculo, suas limitações e as implicações dessas diferenças para a formulação de políticas públicas. O trabalho aponta que as metodologias atuais não contemplam integralmente as múltiplas dimensões da inadequação habitacional, como a situação da população em extrema pobreza e em condição de rua. Também são apresentadas propostas de aprimoramento dos indicadores, com foco na inclusão de critérios territoriais, socioeconômicos e demográficos. O estudo contribui para o debate técnico e político sobre o direito à moradia no Brasil.

Palavras-chave: déficit habitacional; aglomerados subnormais; favelas e comunidades urbanas.

ABSTRACT

This work analyzes the housing deficit in Brazil based on the methodologies adopted by key data-producing institutions, particularly the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the João Pinheiro Foundation (FJP). It discusses the different calculation approaches, their limitations, and the implications of such divergences for public policy formulation. The study indicates that current methodologies fail to fully capture the multiple dimensions of housing inadequacy, such as the conditions of people in extreme poverty and homelessness. It also presents proposals to improve the indicators by incorporating territorial, socioeconomic, and demographic criteria. The paper contributes to the technical and political debate on the right to adequate housing in Brazil.

Keywords: housing deficit; subnormal agglomerations; favelas and urban communities.

¹ Este artigo é uma seção derivada da dissertação de mestrado intitulada *Viabilidade de aplicação de técnicas construtivas vernáculas atualizadas para a produção de habitação de interesse social no Brasil*, em 2025, desenvolvida por Matheus Felipe Garcia Oliveira, sob orientação do professor Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar e coorientação da professora Dra. Giselle Oliveira Mascarenhas.

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário UNIFAAT, Arquiteto e Mestre em Engenharia das Construções pela Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (EM/UFOP) / E-mail: matheus.garcia@unifaat.edu.br

³ Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ) e do Mestrado Profissional em Engenharia das Construções (MECON) da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (EM/UFOP).

⁴ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEARQ) da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (EM/UFOP).

INTRODUÇÃO

A questão do déficit habitacional no Brasil configura-se como um problema complexo e multifacetado, intrinsecamente ligado à histórica produção desigual do espaço urbano e à dificuldade de acesso à moradia digna para parcelas significativas da população. A mensuração desse déficit e a análise das carências habitacionais demandam a utilização de dados e metodologias diversas, sendo a Fundação João Pinheiro (FJP) uma das instituições de referência na formulação de metodologias de cálculo (Bonduki, 2022). Seus trabalhos, adotados como referência na política habitacional brasileira, baseiam-se em uma abordagem domiciliar, analisando as características dos domicílios a partir de microdados, a fim de classificá-los quanto à adequação habitacional (Feitosa, 2022).

A forma como o déficit habitacional é calculado e interpretado possui implicações diretas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o setor. Nesse contexto propõe-se a apresentar um panorama geral das fontes de dados utilizadas no cálculo do déficit habitacional no país, com o intuito de elucidar as diferenças existentes entre os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). A análise também se debruçará sobre as propostas de aprimoramento metodológico que emergem da literatura especializada.

A professora Flávia Feitosa (2022) argumenta que a própria formação histórica do espaço urbano brasileiro contribui para a perpetuação de desigualdades sociais no acesso às oportunidades na cidade, com reflexos diretos no acesso à habitação. Essa perspectiva territorial e histórica é fundamental para complementar a abordagem domiciliar de mensuração do déficit, conforme apontam outros autores (Santos, 2022). Ferreira (2022) apresenta que a compreensão da dinâmica do mercado de habitação e de terras, tanto formal quanto informal, também se mostra crucial para a análise do comportamento do déficit habitacional e para a avaliação dos impactos das políticas públicas.

Importa salientar que este trabalho não pretende abordar todos os parâmetros utilizados no cálculo do déficit habitacional, mas apresentar um panorama geral sobre as fontes de dados disponíveis. A partir disso, discute-se, por exemplo, a diferenciação entre os dados do IBGE e da FJP e as propostas de aprimoramento metodológico encontradas na literatura.

Portanto, este trabalho busca contribuir para o debate acerca da mensuração do déficit habitacional no Brasil, explorando as diferentes fontes de dados, as metodologias empregadas e as discussões sobre seus aprimoramentos. Ao analisar as distintas abordagens metodológicas do IBGE e da FJP para o cálculo do déficit habitacional, e ao apresentar as propostas de revisão

metodológica que emergem da literatura especializada, espera-se oferecer elementos para uma compreensão mais robusta e multifacetada do problema habitacional no Brasil. Essa análise busca subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas com o direito fundamental à moradia digna, considerando a complexidade e as desigualdades socioespaciais intrínsecas à questão.

Ao elucidar as diferenças entre a abordagem territorial do IBGE, focada em aglomerados subnormais, e a abordagem domiciliar da FJP, que analisa a precariedade, a coabitação e o ônus excessivo com aluguel, assim como ao incorporar as críticas e propostas de aprimoramento que consideram a demanda demográfica, a qualidade das moradias, a adequação ambiental e a inclusão da população mais vulnerável, como a em situação de rua, busca-se fornecer um panorama para o desenvolvimento de intervenções mais direcionadas e eficazes.

1 O DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL: CONCEITOS, MENSURAÇÃO E DESAFIOS METODOLÓGICOS

A habitação é necessidade essencial para o ser humano, pois por meio dela se obtêm proteção, segurança e conforto. Além disso, a habitação é um espaço fundamental para o desenvolvimento de relações sociais e familiares, assim como para o exercício de diversas atividades cotidianas e até mesmo comerciais. O Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, art. 6, grifo nosso). Também está presente na Declaração dos Direitos Humanos, reconhecido no Artigo 25: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, grifo nosso).

Desse modo, o Estado, junto com o setor da construção civil, deveria desempenhar papel crucial na construção de moradias acessíveis e adequadas para a população. No entanto, a urbanização acelerada das cidades sem um planejamento adequado, ou mesmo apesar deste, tem sido um fator que contribui para o aprofundamento das desigualdades e a expansão dos problemas sociais. Dentre eles, quando se trata de habitação, há um grande déficit habitacional no Brasil, principalmente para a população de baixa renda, refletindo desigualdades e a segregação socioespacial.

De acordo com o censo publicado pelo IBGE, em 2010⁵, existem cerca de cinco milhões de domicílios inadequados, o que representa cerca de 13% das residências brasileiras. Os dados mais recentes da FJP, que incluem domicílios precários, em coabitação e com elevado custo de aluguel, apontam que, em 2019, o déficit habitacional chegava a quase seis milhões de moradias e representava 8% dos domicílios do país. Além disso, a FJP (2022) apresenta que, no país, 41,2% dos domicílios urbanos apresentam algum tipo de inadequação habitacional.

A FJP (2019) apresenta que há 6,8 milhões de imóveis desocupados e sem uso nos centros das grandes cidades. Os dados mais recentes apontam:

Segundo o mapeamento preliminar dos aglomerados subnormais, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, o Brasil apresentava 13.151 aglomerados subnormais, com um total estimado de 5.127.747 domicílios (IBGE, 2020). Complementarmente, a pesquisa divulgada pela Fundação João Pinheiro (FJP), realizada a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) de 2019, revela que 5.876.699 e 24.893.961 domicílios encontram-se, respectivamente, em situação de déficit e inadequação habitacional no país (Feitosa, 2022, p. 38).

A professora Flávia Feitosa (2022) argumenta que, historicamente, a forma como o espaço urbano é produzido no Brasil gera configurações que perpetuam desigualdades sociais no acesso às oportunidades disponíveis na cidade, especialmente no que se refere ao acesso a moradias adequadas, o que aprofunda as injustiças sociais existentes. De acordo com Feitosa (2022), as principais dificuldades para a construção de metodologias para a estimativa do problema habitacional no Brasil estão relacionadas à natureza multidimensional e territorial das necessidades habitacionais, assim como às limitações dos dados disponíveis.

Feitosa (2022) menciona duas abordagens metodológicas para a representação das necessidades habitacionais: a abordagem domiciliar e a abordagem territorial. A primeira utiliza microdados domiciliares do censo demográfico, da Pnad e da PnadC, para caracterizar as necessidades habitacionais em termos de características das unidades e condições de vida dos moradores. A FJP adota essa metodologia como abordagem (FJP, 2013, 2018, 2021). Enquanto isso, a segunda envolve a identificação de áreas habitacionais precárias⁶ e a estimativa do número de famílias ou domicílios que vivem nessas áreas. O estudo sobre os aglomerados

⁵ Este trabalho começou a ser desenvolvido antes da divulgação do Censo de 2022. Além disso, mesmo após sua publicação, os dados relativos à inadequação habitacional ainda não foram tabulados e/ou divulgados oficialmente.

⁶ Áreas habitacionais precárias são aquelas que não oferecem condições mínimas de saúde, segurança e conforto aos moradores. Essas condições podem envolver, por exemplo, falta de água potável, esgoto, energia elétrica, entre outros fatores que comprometem o bem-estar dos habitantes. Feitosa (2022) argumenta que a localização das moradias precárias não pode ser determinada com exatidão devido às restrições dos dados existentes, o que prejudica a elaboração de políticas habitacionais mais eficazes.

subnormais⁷ do IBGE (2010, 2020) é um exemplo de levantamento que adota essa abordagem territorial.

Nesse contexto, apresenta-se o conceito de aglomerados subnormais, que segundo o IBGE (2019) são formas “de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.” Assim, Feitosa (2022) apresenta que isso constitui uma das manifestações das desigualdades nas condições de acesso às oportunidades disponíveis no espaço urbano e que se manifestam, de forma perversa, no âmbito habitacional, sendo um dos principais fatores que contribuem para o déficit habitacional no Brasil, uma vez que representam uma parcela significativa da população que vive em condições precárias de moradia e sem acesso adequado a serviços públicos básicos. Portanto, os aglomerados subnormais são fruto da incapacidade do Estado em fornecer moradias adequadas por meio dos programas públicos. Em outras palavras, eles só se tornam um problema porque o governo não consegue suprir o déficit com qualidade.

Conforme Feitosa (2022) explica, o IBGE e a FJP têm abordagens diferentes para caracterizar a questão habitacional no país. O IBGE foca na identificação dos assentamentos precários e no número de famílias ou domicílios que vivem neles, enquanto a FJP analisa as características das unidades habitacionais e as condições de vida dos moradores, considerando, por exemplo a inadequação habitacional e o impacto do aluguel no orçamento familiar.

Complementando as informações acerca do cálculo que a FJP realiza sobre o déficit habitacional, a professora Denise Morado Nascimento e a arquiteta e pesquisadora Raquel Carvalho de Queiroz Braga (2009) apresentam que esse indicador engloba domicílios precários, situações de coabitação e residências com custos elevados de aluguel. Isto é, ele é calculado por meio de uma metodologia que leva em conta dois aspectos principais: a dimensão quantitativa do déficit habitacional (ou seja, o tamanho do estoque de habitações necessário para atender à demanda) e a inadequação das moradias disponíveis (ou seja, as especificidades internas desse estoque) (Nascimento; Braga, 2009). O coordenador da área de Habitação e Saneamento da

⁷ Segundo Nery e Britto (2024), da Agência de Notícias do IBGE, o instituto está alterando a terminologia utilizada para designar os “Aglomerados Subnormais”, nome adotado em seus censos e pesquisas desde 1991. Após ampla discussão com movimentos sociais, a comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais, a nova denominação passa a ser “Favelas e Comunidades Urbanas”. Portanto, o instituto resgata o termo “Favela”, historicamente empregado pelo órgão desde 1950, combinado ao termo “Comunidades Urbanas”, em consonância com identificações mais recentes. No Censo Demográfico 2022, o termo ainda está em uso.

FJP, Frederico Poley Martins Ferreira (2022), apresenta que a FJP revisou a metodologia recentemente:

Assim, o déficit habitacional lançado pela Fundação João Pinheiro (FJP), a partir da recente revisão de sua metodologia, tem, entre seus principais objetivos, o acompanhamento das condições do estoque habitacional no país, nos estados e nas regiões metropolitanas em um determinado ano. Além do cálculo dos índices consolidados propriamente ditos (no caso, o número total de domicílios considerados déficit e o número de habitações com algum tipo de inadequação), também foi possível avaliar seus diversos componentes, subcomponentes e variáveis de forma específica. Tudo isso tem propiciado uma maior flexibilidade analítica para subsidiar tanto as mais diversas políticas públicas quanto trabalhos de pesquisa, inclusive de cunho acadêmico (Ferreira, 2022, p. 22).

Além disso, Ferreira (2022) expõe que os dados secundários oficiais que são utilizados para o cálculo do déficit habitacional no Brasil, realizado pela Fundação João Pinheiro, são:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Dados dos censos demográficos para o Déficit Habitacional Municipal;
- Registros administrativos disponibilizados pelo Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), notadamente para a obtenção dos domicílios improvisados.

Convém salientar que foi a partir de 2016 que o cálculo do déficit habitacional passou a incluir dados fornecidos pelo Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) para calcular o déficit quantitativo – procedimento inédito até então –. Os dados do CadÚnico têm sido particularmente úteis na identificação de domicílios temporários que contribuem significativamente para o déficit habitacional. No entanto, de acordo com Ferreira (2022), como a entrevista realizada é autodeclaratória, esses dados podem possuir inconsistências ou discrepâncias.

Ferreira (2022) destaca algumas variações dos componentes que contribuem para o déficit habitacional no Brasil. Segundo o autor, até meados dos anos 2000, famílias coabitantes, ou seja, famílias que vivem em casa ou quarto compartilhado, apresentavam maior participação para o cálculo. Porém, esse componente vem sendo reduzido, dando lugar ao ônus excessivo com aluguel, que se torna o fator prevalente na nova metodologia. Além disso, a participação dos domicílios improvisados e rústicos⁸ no componente habitacional precário também

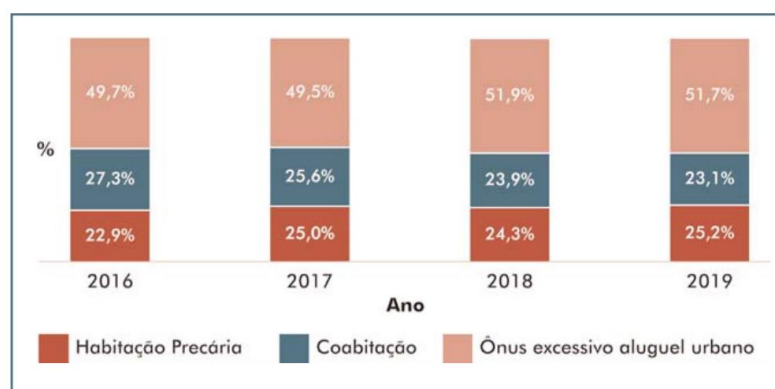
⁸ De acordo com o IBGE (2011), considera-se como domicílios improvisados “o domicílio localizado em unidade não residencial (loja, fábrica etc.) ou com dependências não destinadas exclusivamente à moradia, que estava ocupado por morador, como prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc.” Por outro lado, domicílios rústicos são aqueles que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, construídos com materiais inapropriados, como, por exemplo: paredes de taipa não revestida, madeira aproveitada e material de vasilhame; piso de terra, madeira aproveitada, tijolo de barro cozido ou de adobe; cobertura de madeira aproveitada, palha, sapé ou material de vasilhame. Trata-se de domicílios que apresentam desconforto para seus ocupantes, além de riscos de desmoronamento e contaminação por doenças em decorrência de suas precárias condições de salubridade.

diminuiu, refletindo a consolidação e expressividade do processo de urbanização da população brasileira, uma vez que os domicílios rústicos possuem maior proporção nas áreas rurais.

Entretanto, é necessário problematizar a classificação dos domicílios rústicos, pois muitas vezes são associados à construção com materiais não convencionais. Nabil Bonduki (2022) apresenta que esse componente não abrange todas as moradias precárias. Há domicílios muito precários, como as moradias em favelas, feitas com blocos sem acabamento, apertadas entre outras construções, sem ventilação e iluminação adequadas, com umidade e graves problemas de vazamento de água e que, às vezes, podem ficar em áreas de risco. Essas moradias não são classificadas como precárias pela metodologia.

No gráfico da figura 1, é possível verificar essas variações, em que, no período de 2016 a 2019, houve um aumento na participação das habitações precárias no déficit habitacional, principalmente devido ao aumento de domicílios improvisados e ao ônus excessivo. Por outro lado, a coabitação tem diminuído sua participação, com redução tanto nos domicílios de tipo cômodos quanto nas unidades domésticas conviventes em situação de déficit.

Figura 1 – Componentes no déficit habitacional no Brasil (2016-2019)



Fonte: IBGE (2016-2019) e FJP (2022)

Nesse contexto, vários componentes têm contribuído para o déficit habitacional no Brasil. Pode-se mencionar: o ônus excessivo com aluguel, a coabitação familiar e a precariedade das moradias são fatores significativos. Conforme Ferreira (2022), esses elementos são importantes para a análise do déficit. Adicionalmente, a falta de acesso a serviços básicos como água e esgoto agrava a situação de inadequação habitacional, especialmente em aglomerados subnormais, identificados pelo IBGE. A própria definição de habitação adequada da ONU enfatiza a disponibilidade desses serviços essenciais:

- Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.
- Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.
- Economicidade: a moradia não é adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.
- Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.
- Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levadas em conta.
- Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais, ou se localizada em áreas poluídas ou perigosas.
- Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural.
(ONU, 1991 *apud* Brasil, 2013).

Portanto, a análise do déficit habitacional não se restringe à simples contagem de domicílios inexistentes ou insuficientes. Ela abrange, de forma mais ampla e complexa, as condições inadequadas das moradias existentes, bem como a carência de infraestrutura essencial e de serviços públicos básicos, como saneamento, abastecimento de água, coleta de lixo e acesso à energia elétrica. Isso reflete desigualdades históricas e estruturais, exigindo uma abordagem integrada e multidimensional para sua compreensão e enfrentamento efetivo.

2 ANÁLISE CRÍTICA E PERSPECTIVAS PARA O APRIMORAMENTO DO CÁLCULO DO DÉFICIT HABITACIONAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

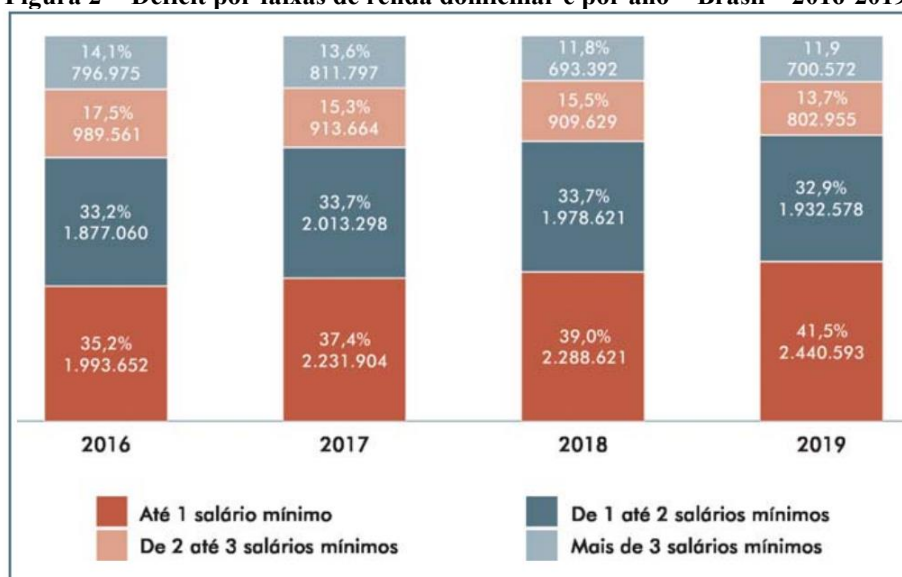
Dada a complexidade do déficit habitacional como reflexo das desigualdades sociais e econômicas, é fundamental dispor de instrumentos eficazes para seu dimensionamento e análise. Nesse contexto, Ferreira (2022) ressalta que os indicadores de déficit habitacional e inadequação domiciliar desempenham um papel crucial.

Antes de abordar as críticas e perspectivas de aprimoramento dessas metodologias, é essencial reconhecer que esses indicadores são ferramentas relevantes para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a habitação. Acompanhar as condições do estoque habitacional no país, como proposto pela FJP com a revisão de sua metodologia, é um passo importante para subsidiar tanto políticas públicas quanto pesquisas acadêmicas (Ferreira, 2022). A capacidade de identificar as áreas e populações mais vulneráveis, bem como as suas principais demandas por moradia e serviços básicos, é uma das funcionalidades primordiais

desses indicadores. Ao fornecerem um panorama das necessidades habitacionais, eles possibilitam que recursos e programas sejam direcionados de forma mais eficiente para as regiões e grupos mais necessitados, com o objetivo final de reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de vida da população.

O déficit habitacional afeta majoritariamente a população de baixa renda. Em 2019, quase 42% das famílias com renda de até um salário-mínimo enfrentavam esse problema, como mostra a Figura 2. Além da falta de moradia em si, a população mais pobre frequentemente enfrenta outros componentes do déficit habitacional, como ônus excessivo com aluguel e condições de moradia precárias.

Figura 2 - Déficit por faixas de renda domiciliar e por ano – Brasil – 2016-2019



Fonte: FJP, 2021 *apud* Ferreira (2022)

Evidencia-se, portanto, a necessidade de políticas públicas consistentes voltadas à HIS, especialmente para a população de baixa renda. Mais do que ampliar a oferta de novas unidades habitacionais, é necessário adotar uma abordagem integrada e participativa, envolvendo diferentes atores dos setores governamental e social em todas as etapas do processo.

Por outro lado, Bonduki (2022) apresenta uma avaliação crítica sobre a metodologia de cálculo do déficit habitacional no Brasil, formulada pela FJP e adotada pelo governo federal desde os anos 1990. O autor aponta questões como a necessidade de incluir a demanda demográfica entre os componentes das necessidades habitacionais, o subdimensionamento das carências das famílias de baixa renda e a ausência de critérios claros para avaliação da qualidade das moradias e da adequação ambiental, além da escassez de bases de dados. Ademais, Bonduki (2022) expõe que a interpretação equivocada e simplista do déficit quantitativo não incorpora

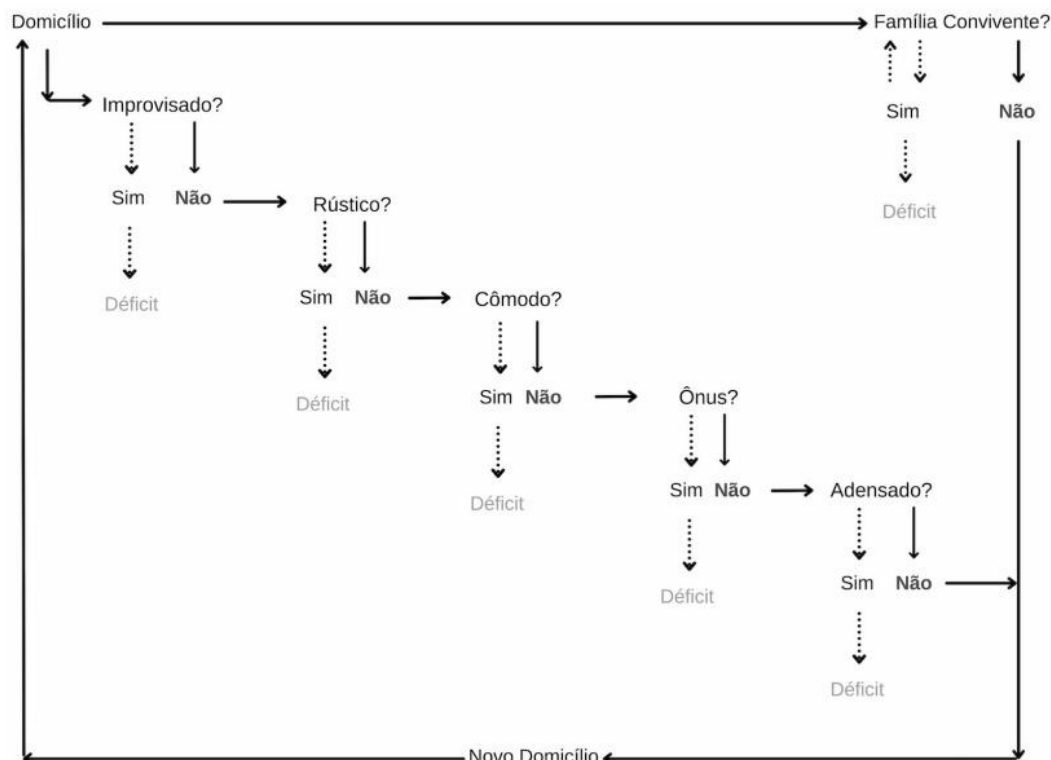
o caráter dinâmico da questão habitacional, ou seja, que todo dia se criam necessidades de moradia, por várias razões.

O pesquisador Wellington Migliari (2022), do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, apresenta que as metodologias do IBGE e da FJP para o cálculo do déficit habitacional no país não incluem a população em situação de rua, assim como famílias e indivíduos que vivem em condições de pobreza extrema, pobreza moderada ou baixa renda.

Em 2020, acompanhando a estagnação dos anos 2018 e 2019, o déficit habitacional era de 5.876.699, isto é, segundo o IBGE e a FJP, no total do último cálculo para os estados e regiões metropolitanas brasileiras não houve aumento ou queda significativa em relação aos dois anos anteriores. No mesmo ano, conforme a coleta de dados do CadÚnico, Ministério da Cidadania, 13.972.392 de famílias viviam em situação de extrema pobreza, entre elas, estão incluídas nessa estatística também famílias em situação de rua (Migliari, 2022, p. 1)

Dessa forma, segundo Migliari (2022), o déficit habitacional é calculado pelo IBGE e pela FJP a partir de entrevistas com pessoas domiciliadas. As variáveis consideradas para essa metodologia são, por exemplo, o impacto do aluguel nos salários, nível de rusticidade, entre outras que foram mencionados anteriormente. No entanto, o autor também destaca que essa metodologia não é adequada para acompanhar dinâmicas urbanas, no que se refere à pobreza, e propõe a inclusão de dados sobre a pobreza estrutural para uma análise mais completa do déficit habitacional no país. Ou seja, o déficit habitacional não deveria considerar apenas os critérios que essas instituições apresentam, uma vez que o problema é subdimensionado e afeta as políticas públicas, não incluindo essa população em situação de rua.

No organograma da Figura 3, adaptado por Migliari (2022), a partir de dados da FJP (2021), é mostrada a metodologia adotada por diferentes instituições para estimar o déficit habitacional no Brasil. Porém, o autor questiona a validade desse método e propõe que sejam incorporados outros dados, indicadores associados à vulnerabilidade socioeconômica das famílias. Para o autor, o organograma é um ponto de partida relevante para compreender o cálculo do déficit habitacional no país, mas não é capaz de retratar toda a complexidade da questão habitacional no Brasil.

Figura 3 – Organograma das entrevistas para a coleta de dados - déficit habitacional

Fonte: FJP (2021), adaptado por Migliari (2022)

Diante desse contexto, de cálculos de déficit habitacional, Migliari (2022) propõe algumas metodologias para uma abordagem desse cálculo. Algumas das principais propostas são:

1. Expandir as estimativas relacionadas à falta de moradia digna observando as dinâmicas de pobreza e o perfil dos indivíduos em situação de pobreza no país;
2. Cruzar os dados sobre o déficit habitacional com aqueles níveis de renda em que se encontram pessoas em situação de vulnerabilidade econômica;
3. Apontar a proximidade entre os dados de agrupamentos subnormais e os do déficit habitacional;
4. Desenvolver um índice que sugira as metas mínimas de oferta de unidades habitacionais a serem perseguidas pelas regiões metropolitanas, com base no crescimento demográfico das metrópoles brasileiras;
5. Utilizar uma abordagem qualitativo-quantitativa para a coleta e análise dos dados, a fim de obter informações mais precisas sobre as necessidades habitacionais da população brasileira.

O objetivo dessas propostas é fornecer um retrato preciso da realidade habitacional brasileira, levando em consideração não apenas o quantitativo absoluto de moradias inadequadas, mas também as dinâmicas sociais e econômicas que contribuem para essa situação.

Assim, os dados explicitam que o cálculo do déficit habitacional no Brasil é importante para orientar políticas públicas de habitação. Contudo, é necessário aperfeiçoar a metodologia utilizada, considerando vários fatores relevantes, como a demanda demográfica, a qualidade das moradias, a adequação ambiental e a localização em relação aos serviços urbanos e equipamentos públicos, além de considerar a participação da população nesse processo.

Ademais, como mostram os dados, a falta de moradias adequadas e a precariedade habitacional atingem mais a população pobre, que muitas vezes paga altos custos de aluguel ou vive em condições precárias. Essa concentração do déficit na população de baixa renda explicita a importância crucial do desenvolvimento de políticas públicas específicas, como as de habitação de interesse social (HIS), voltadas para atender a essa parcela da população.

Por último, a questão habitacional no Brasil vai além dos aspectos técnicos, englobando fatores culturais, sociais e antropológicos (Bonduki, 2022). Esses elementos devem ser levados em conta na elaboração de políticas públicas, buscando adotar uma visão ampliada do direito à moradia, incluindo melhoria, acesso, regularização e integração social. Considerar as especificidades de cada território e adotar uma abordagem integrada e participativa é essencial para promover soluções sustentáveis e socialmente justas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do déficit habitacional no Brasil evidencia a complexidade e a urgência da questão, permeada por desafios conceituais, metodológicos e, sobretudo, sociais. As diversas perspectivas apresentadas revelam a necessidade de uma abordagem multifacetada para a compreensão da real dimensão das necessidades habitacionais do Brasil.

Um ponto crucial a ser reforçado é a própria definição de habitação adequada, conforme estabelecido no Comentário nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (ONU, 1991 *apud* Brasil, 2013). Esta não se limita a um teto, mas engloba elementos essenciais, como a segurança da posse; a disponibilidade de serviços básicos; a habitabilidade (incluindo espaço adequado e proteção contra intempéries); a acessibilidade econômica; a localização adequada em relação a emprego e serviços; e a adequação cultural. A moradia digna é, portanto, intrinsecamente ligada ao direito de viver em segurança, paz e dignidade.

Nesse sentido, as metodologias de cálculo do déficit habitacional, embora importantes para o planejamento de políticas públicas, apresentam limitações significativas (Ferreira, 2022). Uma das mais graves é a exclusão da população em situação de rua das estimativas tradicionais. Se o déficit habitacional representa a falta de moradia adequada, é inegável que essa população, que vivencia a ausência mais extrema de um lar, deveria ser contabilizada de forma explícita.

De acordo com Cruz (2025), reportando para a Agência Brasil, uma pesquisa divulgada pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apontou um aumento de aproximadamente 25% no número de pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Em dezembro de 2024, esse número chegou a 327.925, um aumento significativo em relação aos 261.653 registrados em dezembro de 2023. O levantamento também constatou que o número atual é 14 vezes superior ao registrado onze anos antes, quando havia 22.922 pessoas nessa situação. A pesquisa se baseou nos dados do CadÚnico.

Esse aumento do número de moradores de rua evidencia essa lacuna, demonstrando que a falta de moradia atinge um contingente ainda maior de pessoas do que os números oficiais podem indicar. Para essas pessoas, o "déficit" não é apenas uma questão de inadequação, mas sim a ausência total de um espaço seguro e digno para viver.

As discussões presentes nos ensaios também apontam para a necessidade de aprimoramento metodológico em diversos outros aspectos. A forma como a coabitação familiar é definida e mensurada é questionada, ressaltando a importância de considerar as mudanças na dinâmica familiar e demográfica. O ônus excessivo com aluguel, que tem crescido como componente do déficit, levanta debates sobre se sua inclusão no déficit quantitativo é a abordagem mais adequada, ou se demandaria outras formas de intervenção, como subsídios e políticas de renda. A inadequação das edificações e a carência de infraestrutura também são dimensões importantes que precisam ser consideradas de forma mais aprofundada (Santos, 2022).

Nessa perspectiva, é necessário enviar esforços para alinhar a mensuração da habitação inadequada às definições de pobreza e déficit habitacional, buscando uma abordagem mais integrada e abrangente. Essa perspectiva reforça a importância de articular a melhoria das condições habitacionais com a redução da pobreza em todas as suas dimensões, através de um trabalho intersetorial coordenado.

De acordo com Feitosa (2022), é fundamental reconhecer a natureza multidimensional e territorial das necessidades habitacionais. As diferentes realidades urbanas e regionais exigem

abordagens que considerem as especificidades de cada território, integrando a dimensão espacial na análise do déficit e na formulação de políticas. A articulação entre a abordagem domiciliar, focada nas características das moradias, e a abordagem territorial, que considera o contexto dos assentamentos precários, pode enriquecer a compreensão do problema e orientar intervenções mais eficazes.

Em suma, a superação do déficit habitacional no Brasil pressupõe um compromisso com a produção de dados de qualidade e o aperfeiçoamento constante das metodologias de mensuração. No entanto, é igualmente crucial que as políticas públicas adotem uma visão ampliada do direito à moradia, que vá além da mera construção de novas unidades e contemple a melhoria das condições existentes, o acesso a alternativas habitacionais, a regularização fundiária e a integração social e urbana. A escala do problema nos lembra da urgência em transformar o déficit habitacional em uma política pública robusta, justa e verdadeiramente inclusiva. O reconhecimento da moradia como um direito humano fundamental, e não apenas como uma mercadoria, constitui condição indispensável para o avanço na construção de cidades mais justas e equitativas para a população brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BONDUKI, Nabil Georges. Metodologias de avaliação do déficit habitacional: avaliação crítica e perspectivas. In: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e Discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. p. 53-78.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

FEITOSA, Flávia da Fonseca. Aspectos territoriais na estimativa das necessidades habitacionais: construindo alternativas metodológicas. In: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e Discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. p. 37-52.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. O déficit habitacional: aperfeiçoamentos, desafios e políticas. In: SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e Discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. p. 21-36.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. FJP. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **26 milhões de domicílios urbanos brasileiros apresentam algum tipo de inadequação**. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/26-milhoes-de-domicilios-urbanos-brasileiros-apresentam-algum-tipo-de-inadequacao/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados Subnormais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílio (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MIGLIARI, Wellington. **Déficit Habitacional, Cruzamento de Dados e Propostas Metodológicas. Debates do Observatório**, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 1, 2022.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. **Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Paulo, v. 0, n. 9, p. 98–222, 2009. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i9p98-109.

NERY, Carmen; Britto, Vinícius. **Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais**. Agência de Notícias - IBGE. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 8 dez. 2024.

OLIVEIRA, Matheus Felipe Garcia. **Viabilidade de aplicação de técnicas construtivas vernáculas atualizadas para a produção de Habitação de Interesse Social no Brasil**. 2025. 304 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia das Construções) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025.

SANTOS, Eleonora Cruz (Org.). **Ensaio e Discussões sobre o déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022. p. 37-52.

ARQUITETOS E HABITAÇÃO POPULAR: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E ESTUDO DE CASO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

PACHECO, Beatriz¹; MILITELLI, Fernanda²; ZARPELON, Larissa³.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-551>

RESUMO

O contexto habitacional de baixa renda contemporâneo é marcado por desafios complexos, incluindo a prevalência de autoconstrução e a falta de infraestrutura urbana. Este artigo tem como objetivo investigar as diferentes maneiras pelas quais os arquitetos podem atuar neste contexto, a partir de duas abordagens: a primeira é institucional e envolve a análise da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com a exploração de suas possibilidades e limitações. A segunda diz respeito à materialização da atuação do arquiteto nas áreas periféricas, examinando um projeto específico implementado no município de São Paulo. Esse projeto visou explorar as diversas possibilidades e a flexibilidade dos espaços, revelando a dinâmica subjacente à apropriação e ocupação dos espaços de moradia nas áreas periféricas.

Palavras-chave: habitação de interesse social; Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social; habitação periférica.

ABSTRACT

The contemporary low-income housing context is marked by complex challenges, including the prevalence of self-construction and the lack of urban infrastructure. This article aims to investigate the different ways in which architects can act in this context, based on two approaches: the first is institutional and involves analyzing the Technical Assistance for Social Interest Housing (TASIH), exploring its possibilities and limitations. The second concerns the materialization of architects' work in peripheral areas, examining a specific project implemented in the city of São Paulo. This project aimed to explore the diverse possibilities and flexibility of spaces, revealing the dynamics underlying the appropriation and occupation of housing spaces in peripheral areas.

Keywords: social interest housing; Technical Assistance for Social Interest Housing; peripheral housing.

¹ Arquiteta e Urbanista, pedagoga e mestre e doutora em Comunicação e Semiótica. Especialista em Educação e Urbanismo Contemporâneo. Professora e coordenadora nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista e Centro Universitário UNIFAAT, com experiência em disciplinas de projeto arquitetônico, projeto urbano e Trabalho de Conclusão de Curso. Sócia-fundadora do escritório Supernova – Cinema e Arquitetura LTDA.

² Arquiteta e Urbanista, doutora em Urbanismo, com experiência em consultoria urbanística e estudos socioambientais no Brasil e Moçambique. Atua como docente na Universidade Paulista desde 2015, ministrando disciplinas de Projeto Urbano e Paisagístico e TCC. Especialista em Direito Urbanístico, Desenvolvimento Ambiental e Regularização Fundiária.

³ Doutora e mestre em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie), com formação internacional no Politecnico di Milano. Pesquisa espaço público e arquitetura contemporânea na América Latina. Docente na UNIP em disciplinas de Projeto e TCC. Experiência em projetos arquitetônicos, gestão de obras e atuação como conselheira do CAU/SP e co-curadora da Bienal de Arquitetura de São Paulo.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Muito se discute acerca dos problemas enfrentados pela população de baixa renda nas grandes cidades brasileiras. Sobre a questão da moradia, este cenário não é diferente e emerge como um intrincado desafio social. Pode-se destacar aqui a disparidade entre a oferta habitacional de baixo custo e a demanda da população, que relega uma parcela significativa da sociedade a condições precárias de moradia: ocupação de encostas e áreas de preservação ambiental; falta de saneamento básico; carência de equipamentos públicos, áreas verdes e outros serviços; problemas de acesso ao emprego e de mobilidade urbana; além da falta de segurança. A carência de políticas públicas eficazes e o rápido crescimento urbano convergem para criar um panorama no qual se enfrenta a tarefa de encontrar habitação acessível e digna. Nesse cenário intrincado, a busca por soluções sustentáveis e inclusivas é o maior desafio a ser vencido.

Este artigo visa explorar formas de atuação do arquiteto em regiões residenciais periféricas a partir de duas frentes: a institucional, por meio da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), discutindo suas possibilidades e limitações, e a segunda, a da materialização, a partir da análise de um projeto executado na periferia do município de São Paulo, que explora as possibilidades e flexibilização dos espaços, desvendando a dinamização da apropriação e ocupação dos espaços de morar periféricos. O estudo de caso visa, portanto, oferecer uma compreensão mais profunda das estratégias adotadas pelos arquitetos nesse contexto, proporcionando percepções valiosas sobre como abordar intervenções e projetos futuros em comunidades periféricas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa parte de uma contextualização da questão habitacional em São Paulo. A seguir, detalha as ações e iniciativas ao longo do tempo, tanto por parte do Estado quanto de movimentos sociais, no enfrentamento do déficit habitacional. Posteriormente aprofunda a análise ao levantar questionamentos sobre a eficácia e abrangência da Lei de ATHIS, especialmente em contextos em que o Estado não adere plenamente à iniciativa, ressaltando a dependência da adesão das prefeituras e da presença de organizações habilitadas da sociedade civil. O texto, então, destaca a importância da presença de profissionais de arquitetura em áreas periféricas, abordando os desafios específicos, como a autoconstrução, o déficit na formação dos profissionais para enfrentarem o contexto urbano periférico e a falta de infraestrutura urbana. Por fim, o artigo apresenta um estudo de caso, visando contribuir para a construção de

conhecimento em arquitetura e urbanismo, explorando possibilidades de atuação do arquiteto e urbanista nesses contextos desafiadores.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O histórico da produção de habitação popular em São Paulo é marcado por mudanças na dinâmica urbana. Inicialmente, a convivência de diferentes estratos sociais no núcleo central refletia as dimensões reduzidas e a incipiente atividade econômica da cidade. Inicialmente, a diferença entre as moradias de ricos e pobres residia na organização doméstica, com técnicas construtivas similares e uma localização urbana baseada em critérios topográficos e de abastecimento. No entanto, à medida que a sociedade se tornava mais complexa, surgiam diferenças na localização das moradias por estrato social. Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o alojamento da crescente população, associado aos movimentos econômicos, tornava-se um desafio urbano (Viola, 2007).

Nos anos 1930, com a cidade atingindo um milhão de habitantes, várias formas de produção habitacional surgiram, incluindo moradias construídas por indústrias para seus operários e construções seriadas para aluguel, próximas aos locais de trabalho. A Lei do Inquilinato de 1942, que congelava o valor dos aluguéis, desestimulou o investimento privado na construção para aluguel, resultando em uma crise habitacional. O "sonho da casa própria" passou a impulsionar a periferação da oferta de moradias populares, criando vazios urbanos propícios à especulação imobiliária (Viola, 2007).

A autora (2007) destaca, ainda, que nos anos 1960, os Institutos de Aposentadoria e Pensão introduziram conceitos modernistas na habitação coletiva, contribuindo para a expansão espraiada da cidade. Entretanto, a Lei do Inquilinato e a falta de uma alternativa estatal eficaz levaram à prevalência da autoconstrução como alternativa habitacional. A década de 1960 marcou o início do Sistema Nacional de Habitação, financiado pelo BNH, mas a realidade econômica levou a um foco na classe média. As cidades formal e informal coexistem, revelando disparidades urbanas e arquitetônicas entre as camadas sociais. A segregação social é legalmente reforçada, consolidando a propriedade privada como o único acesso à habitação urbana.

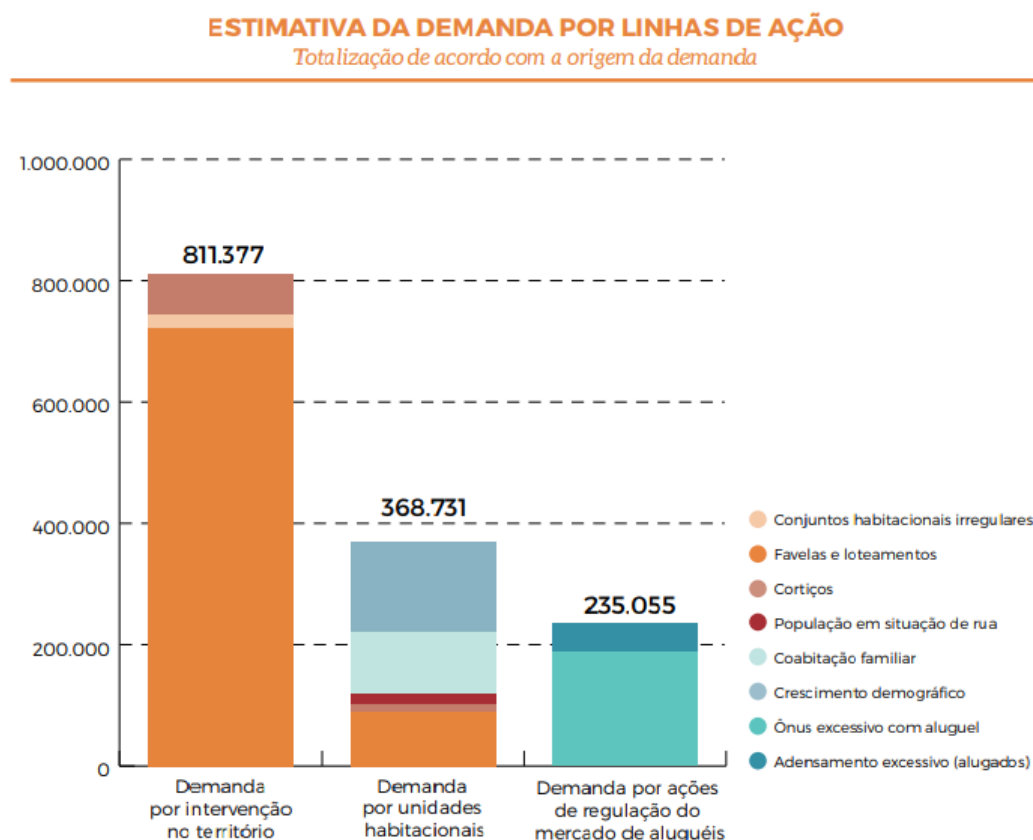
Nesse cenário percebe-se o surgimento e crescimento da autoconstrução, prática na qual as próprias comunidades participam ativamente na edificação de suas moradias, muitas vezes em resposta à falta de opções habitacionais formais. Essa estratégia envolve a construção gradual e autogerida de residências, frequentemente em áreas urbanas desfavorecidas. Vale

dizer que esta atividade não se limita às construções onde os moradores trabalham diretamente nas obras, mas inclui também as realizadas por profissionais remunerados, muitas vezes moradores da região.

A autoconstrução foi e ainda é modalidade dominante na produção do espaço das periferias brasileiras. Bonduki (1998) reconhece a autoconstrução como uma expressão de resistência e protagonismo por parte das comunidades de baixa renda, oferecendo uma alternativa diante da escassez de moradias acessíveis. Maricato (1982), por sua vez, conecta a prevalência da autoconstrução à carência de políticas públicas eficazes, sublinhando a necessidade de considerar essa prática como um componente essencial ao desenvolver estratégias abrangentes para enfrentar os desafios habitacionais nas grandes cidades do Brasil.

Maricato (1982), ao discutir a produção habitacional e o assentamento popular no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, estabelece uma importante distinção entre os processos tradicionais de construção nas periferias, como mutirão e ajuda mútua, reconhecidos por sua natureza solidária e cooperativa, e a prática de autoconstrução habitacional nos grandes centros. Enquanto esses últimos diminuíram com a modernização, nas áreas periféricas ganharam destaque como método de produção habitacional para a classe trabalhadora. Este processo continua ganhando força e prevalece até hoje.

O déficit habitacional de São Paulo (2016) é composto por três tipos de demanda: novas unidades habitacionais, ações de regulação no mercado de aluguéis e intervenções no território; a mais expressiva é composta por cortiços, conjuntos habitacionais irregulares e principalmente favelas e loteamentos irregulares, onde a autoconstrução é a única alternativa (Figura 01).

Figura 01 – Estimativas de Demanda Habitacional, por linhas de ação.

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, Caderno de Discussão Pública para o Plano Municipal Habitacional (2016, p. 23)

Este contexto não é exclusivo de São Paulo. A pesquisa “Como o Brasil Constrói”, realizada pelo Instituto Datafolha para o CAU/BR, constatou que, em 2022, 82% das moradias brasileiras haviam sido construídas sem o auxílio de profissionais arquitetos ou engenheiros. Os motivos passam principalmente por questões financeiras ou por acreditarem não ter sido necessário (Datafolha-CAU/BR, 2022).

A Lei Federal nº 11.888/2008, conhecida como Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), estabelece diretrizes para a garantia de assistência técnica pública e gratuita a famílias com renda de até três salários-mínimos. Essa assistência abrange a elaboração de projetos, o acompanhamento e a execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias (Brasil, 2008).

Apesar dessa importante iniciativa, entretanto, o problema das habitações de interesse social nas áreas periféricas de cidades como São Paulo se intensifica rapidamente e ganha complexidade a cada ano.

Nesse sentido, a relevância do acesso dessa população aos serviços de arquitetos transcende a esfera meramente estética, erigindo-se como um imperativo social que visa alinhar os pilares da equidade urbana e do direito à cidade. O desenho e a concepção dos espaços habitacionais, quando guiados pela expertise de arquitetos, convertem-se em instrumentos catalisadores de transformações substantivas nas comunidades marginalizadas.

Primordialmente, a presença do arquiteto nas áreas periféricas se traduz em um agente propulsor da melhoria da qualidade de vida. O planejamento arquitetônico não apenas busca a otimização dos espaços, mas, de maneira mais preponderante, procura assegurar ambientes que promovam o bem-estar e a dignidade dos habitantes. A incorporação de técnicas adequadas às peculiaridades locais, aliada a um desenho que leve em consideração as necessidades específicas da comunidade, resulta em moradias mais funcionais, saudáveis e integradas ao tecido social.

Além disso, a presença do arquiteto na periferia reverbera na promoção de um senso de pertencimento e identidade. A arquitetura, quando permeada pela cultura e história locais, não apenas erige edificações, mas erige símbolos que ressoam com a comunidade. A materialização da identidade arquitetônica, ao invés de ser imposta de maneira exógena, emerge como um processo inclusivo, no qual os moradores participam ativamente das decisões que moldarão o ambiente que os circunda.

No âmbito da inclusão social, a presença dos arquitetos nas periferias desafia o estigma histórico que relegou tais comunidades à margem do planejamento urbano. A oferta de assistência técnica pública e gratuita, conforme preconizado pela Lei Federal nº 11.888/2008, não apenas democratiza o acesso aos serviços arquitetônicos, mas representa um passo significativo na construção de cidades mais justas e igualitárias (Brasil, 2008).

A Lei de ATHIS apresenta um grande avanço nos aspectos relacionados ao alcance da moradia digna, entretanto, a configuração da norma demanda provisões orçamentárias vinculadas às políticas habitacionais, sobretudo municipais, ou iniciativas isoladas, como projetos de extensão universitária, de cooperativas e associações com apoio de equipe técnica credenciada e contratada por órgãos governamentais, o que denota entraves da eficácia da lei face às dimensões informais e vulneráveis que experimentam as áreas periféricas de São Paulo (RMSP).

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2.1 Assistência Técnica de Interesse Social: Possibilidades e Limitações

A Lei da ATHIS abrange todo o território brasileiro. Seu propósito é reforçar o direito constitucional à moradia digna, valorizando especialmente as áreas demarcadas como Zonas Especiais de Interesse Social.

A Lei Federal nº11.888/2008 enfatiza que, para ser efetivada, demanda apoio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. O governo local deve apresentar programa habitacional para selecionar as famílias e previsão orçamentária para execução do projeto e obra.

Assim, a assistência técnica poderá ser ofertada diretamente às famílias com renda até 03 salários-mínimos, cooperativas ou outros grupos organizados. Contudo, o regimento legal indica que a assistência técnica deve ser priorizada em iniciativas a serem implantadas sob regime de mutirão e/ou em zonas especiais de interesse social.

A assistência técnica para habitação de interesse social aborda diferentes frentes, entre elas destacam-se: elaboração de projetos para novas edificações, reformas estruturais, ampliações dos espaços de moradia, regularização edilícia e fundiária.

É importante destacar as diferenças simbólicas entre os termos assessoria e assistência. O termo "assessoria técnica" remonta às primeiras experiências de contratação de arquitetos pelos movimentos de moradia em São Paulo nos anos 1990. Estas práticas foram significativas e influenciadas pelas cooperativas habitacionais uruguaias, que se referem ao trabalho de arquitetos e outros profissionais como *asesoramiento* técnico. O termo assistência, utilizado na lei federal, denota caráter assistencialista, pois a Lei de ATHIS foi inspirada no Sistema Único de Saúde e em outros ramos da assistência social (Baltazar & Kapp, 2016).

Segundo Baltazar e Kapp (2006), ambos os termos apresentam questões a serem discutidas. O termo assistência reconhece a dificuldade de grupos vulneráveis de superarem determinadas condições por conta própria e se contrapõe ao termo assessoria, por estar vinculado com o alcance de autonomia, coletiva ou individual.

Há diferença entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se “adaptem a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na perspectiva de que consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las” (Baltazar & Kapp, 2016, p. 5).

A ATHIS figura como uma, dentre o conjunto de possibilidades, para o desenho de políticas habitacionais para o enfrentamento do déficit de moradias dignas e o direito à cidade.

Ao contrário dos programas habitacionais de larga escala, que disponibilizam financiamento para aquisição de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, a ATHIS individualiza as soluções por estreitar a relação entre técnicos e moradores, em uma relação mais horizontal e direcionada para as demandas específicas dos usuários finais.

Na prática, ainda há entraves para sua aplicabilidade de maneira mais ampla e horizontal. A tabela 01 – elaborada a partir da pesquisa de Borel (2020) e da apresentação feita pela Comissão de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CATHIS) do CAU/SP em 2021 – indica as entidades e possibilidades de ação para o campo da ATHIS, bem como suas dificuldades e limitações.

As universidades são importantes neste processo, pois além das possibilidades de promover ATHIS a partir de projetos de extensão – obrigatórios para os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia – e escritório-modelo, podem promover novas metodologias de ação, contribuir para a formação de profissionais mais críticos e sensíveis a estas demandas sociais com profusão de ações junto às comunidades e movimentos de moradia. Contudo, não são todas as faculdades de Arquitetura e Engenharia que apresentam aporte para desenvolvimento de escritório-modelo, laboratório de pesquisa e extensão com esta interface. Além disso, o tempo necessário para o desenho das propostas de ATHIS junto às comunidades, em geral, não é o mesmo do calendário acadêmico, dificultando a adesão. A escassez de bolsas de estudos para estudantes também foi apontada como uma das limitações para a difusão da ATHIS nas universidades.

O desenho de políticas habitacionais que considerem a ATHIS nos governos locais ainda tem pouca expressividade. A pesquisa de Borel (2020) analisou a legislação e programas habitacionais específicos para a ATHIS de 11 municípios brasileiros e revelou características em comum, que esbarram em enclaves inerentes à produção do espaço urbano em áreas periféricas e de vulnerabilidade social. Entre elas: a. a família atendida precisa ter acesso à terra urbana por seus próprios meios, pois os programas não preveem oferta ou financiamento de lotes; b. exigem documentos que comprovam a posse ou propriedade do imóvel e c. não vinculam a ATHIS com subsídios que garantam a execução das obras.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo, autarquia federal, não responde pelo desenho de políticas públicas, mas pode mobilizar arquitetos, conselhos regionais e universidades para estabelecer parcerias, colaborar com organizações da sociedade civil, auxiliar o poder público na implementação de políticas específicas de habitação social e esclarecer dúvidas sobre a Lei de ATHIS.

No estado de São Paulo, os fomentos em ATHIS realizados pelo CAU/SP em 2021 beneficiaram 1514 famílias, aproximadamente 6.132 habitantes, e, segundo o relatório do CAU/SP, gestão de 2021-2023, podem ter impactado indiretamente até 82.500 pessoas (CAU/SP, 2022).

Tabela 01 – Possibilidades e Limitações para o campo da ATHIS

Possibilidades para o campo da ATHIS	Dificuldades e Limites
UNIVERSIDADES Grupos de pesquisa e extensão e escritório-modelo	Falta reconhecimento por professores e universidades; Faltam bolsas para os estudantes e pós-graduandos; Tempo das demandas é diferente do tempo dos estudantes e pós-graduandos.
MUNICÍPIOS Políticas Públicas Locais	Ausência de subsídios para execução de obras; A família atendida precisa ter acesso à terra urbana por seus próprios meios; Exigência de documentos que comprovem a posse ou propriedade do imóvel.
CAU Chamadas Públicas Mobilização de universidades e profissionais	O CAU como autarquia federal não responsável por desenho de Políticas Públicas; Chamadas Públicas devem seguir a legislação do MROSC (Lei 13.019/2014 e Lei 13.204/2015 – entraves burocráticos); Distribuição de recursos e ações é desigual no território brasileiro.

Fontes: Relatório de Gestão Integrado CAU/SP (2021) e Borel (2020)

Um exemplo, fomentado pelo CAU/SP, é o projeto Plantões de Atendimento ATHIS e as Boas Práticas da Arquitetura e Urbanismo, criado em 2024 pelo Coletivo ATHIS na Baixada, que atua na Vila dos Criadores, na Baixada Santista (SP), com foco na prestação de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). A proposta visa à realização de diagnósticos habitacionais e desenvolve projetos participativos de arquitetura e urbanismo, em assentamento precário em área de manguezal. O projeto promoveu plantões com equipe multidisciplinar e estudantes, visando orientar moradores sobre melhorias em suas moradias e fortalecer a luta contra o despejo. Os atendimentos geraram relatórios técnicos que subsidiam decisões judiciais e contribuem para o processo de regularização fundiária (Coletivo ATHIS na Baixada, 2025).

Outro exemplo relevante são as oficinas de ATHIS – promovidas pela Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais⁴ – entre 2015 e 2016 em 14 áreas vulneráveis de São Paulo, com objetivo de construir e fortalecer as redes voltadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). As oficinas promoveram o debate sobre as diversas dimensões das necessidades habitacionais e o quanto estas são contempladas nas políticas públicas. As ações também visam contribuir para a formulação de arranjos institucionais e produtivos adequados às diferentes realidades locais, além de fomentar a formação de estudantes e profissionais no campo da habitação social (Santo Amore *et al.*, 2016).

No entanto, além dos entraves econômicos, burocráticos e de permeabilidade efetiva da ATHIS nos territórios informais com vulnerabilidade, a formatação da norma não engloba os fatores simbólicos que envolvem a questão do morar:

Conforme a definição e diretrizes indicadas na Lei Nº 11.888/2008, podemos entender a “assistência” como um serviço técnico direcionado aos problemas físico espaciais da unidade habitacional, não abrangendo questões simbólicas, sociopolíticas e econômicas do “habitar” popular. Para assegurar o direito à cidade e à moradia adequada é preciso um atendimento mais amplo e participativo, que contemple o tratamento conjunto das carências sociais, econômicas e políticas, bem como das subjetividades que se refletem nos modos e expressões do morar da classe trabalhadora de menor renda (Demartini, 2016, p. 05 *apud* Borel, p. 127).

De acordo com Borel (2020), a ausência do aspecto simbólico e as questões tecnicistas que envolvem a ATHIS direcionam à prevalência do domínio do conhecimento técnico em detrimento do protagonismo dos moradores e usuários.

Nesse sentido, o protagonismo da população usuária na tomada de decisões, as relações mais horizontalizadas, a consideração do valor simbólico do habitar, da morada são fundamentais para elaboração de projetos e reformas em áreas vulneráveis. Como consequência, a prevalência de moradias construídas ou reformadas sem a orientação de profissionais habilitados representa uma preocupação substancial nas políticas habitacionais, mas que, de maneira geral, não costuma chegar à maioria da população.

A pesquisa Datafolha – CAU/BR (2022) aponta que, infelizmente, a maioria da população ainda opta por engajar-se em projetos liderados por mestres de obras e pedreiros, desprovidos de habilitação legal e responsabilidade técnica. Os dados apontam que os responsáveis pela condução de 77% das obras no Brasil eram mestres de obras ou pedreiros, seguidos por autoconstrução (14%). Somente 7% das obras tiveram acompanhamento por profissional arquiteto e urbanista (CAU/ BR, 2022). A pesquisa revelou que a experiência da

4 em parceria com o Sindicato dos Arquitetos no estado de São Paulo (SASP), com apoio do edital de patrocínio nº 002/2015 do CAU/SP e patrocínio complementar da Caixa Econômica Federal.

maioria dos entrevistados foi marcada por uma série de problemas, abrangendo desde deficiências no planejamento até questões relacionadas à mão de obra e material. Ao serem questionados sobre o porquê de não terem contratado um arquiteto, cerca de metade dos entrevistados alegou questões financeiras, enquanto 40% deles disseram que não houve necessidade.

A partir dessa discussão, é relevante abordar alguns questionamentos significativos. Muitos indivíduos não conseguem acessar os serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), muitas vezes devido à falta de conhecimento ou à falta de conexão com as entidades que facilitam essa assistência. A população de baixa renda muitas vezes acredita que não possui recursos financeiros para contratar os serviços de um arquiteto. A prática de autoconstrução é uma realidade prevalente em todas as periferias das grandes cidades brasileiras. Portanto, a atuação dos arquitetos nesses locais torna-se importante para desmistificar esses argumentos e apresentar soluções que assegurem habitações de qualidade para essa população.

2.2 Estudo de caso: projeto de arquitetura popular contemporânea

A partir da década de 1960, observou-se uma transformação significativa no cenário habitacional de São Paulo e outras grandes cidades brasileiras, caracterizada pela emergência de diversas formas de moradia. A opção pela casa própria, muitas vezes de maneira irregular, tornou-se uma prática disseminada, impulsionando a autoconstrução como alternativa habitacional. Paralelamente, os cortiços ganharam destaque como espaços de habitação subnormal, refletindo condições precárias de moradia. As favelas também se tornaram uma expressão marcante desse período, representando outra forma de habitação subnormal que se disseminou na paisagem urbana. Essas mudanças refletem não apenas a dinâmica habitacional, mas também os desafios e transformações sociais que moldaram a cidade nesse período (Viola, 2007).

A vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo, a partir dos anos 1980, passou por mudanças significativas, especialmente no que diz respeito à habitação. A pesquisa "Periferia de São Paulo: heterogeneidade e novas formas de vida coletiva" foca nas estratégias de sobrevivência da população, explorando a autoconstrução e as transformações no padrão habitacional, especialmente no extremo leste paulistano. A transitoriedade desse cenário é evidente na prática do "puxadinho" nas moradias (Sousa, 2020).

Sousa (2020, p.01) destaca que a população trabalhadora, por conta própria e organização, construiu suas moradias e buscou garantir direitos básicos, como infraestrutura, saúde e educação. O "se virar" tornou-se a universidade da população brasileira. Em períodos de crise, como o pandêmico, acentua-se a pobreza, e a população busca condições mínimas de subsistência, refletindo-se nas ruas e espaços urbanos precários.

Sousa (2020) aponta ainda que há um constante trânsito entre diferentes formas de habitação, a ocupação de terrenos e a divisão de casas destacam a transitoriedade urbano-periférica. A falta de segurança jurídica na posse da moradia é um desafio constante, refletindo a condição de transitoriedade permanente imposta aos trabalhadores precarizados.

Pode-se destacar também a divisão e ampliação das casas, não apenas como resposta à necessidade de abrigar mais pessoas, mas como estratégia de geração de renda. O "puxadinho" é utilizado como ponto comercial, demonstrando a criatividade da população na busca pela sobrevivência. A casa torna-se não apenas um espaço de reprodução da força de trabalho, mas também uma fonte de renda para enfrentar as crises conjunturais (Sousa, 2020).

Infer-se, então, que a transitoriedade urbano-periférica se revela não apenas na arquitetura dos puxadinhos, mas também no modo de vida da população. Essas estratégias heterogêneas refletem a diversidade das condições impostas pelo contexto econômico, político e sociocultural. A casa, enquanto único bem acessível para muitos, mesmo que não regularizado, torna-se um ponto de resistência e adaptação, caracterizando a transitoriedade como uma constante na vida dos trabalhadores precarizados.

Nesse contexto, vale pensar em formas de se produzir uma arquitetura de certa qualidade e que atenda às demandas de tal população. O presente estudo apresenta um exercício projetual para habitação de uma família na periferia de São Paulo.

Para o projeto considerou-se um terreno típico das ocupações periféricas: menor que o lote básico regularizado, com atividade muito acentuada e dois acessos: um em uma via coletora e outro em uma viela de comunidade. No entorno, autoconstruções que desconsideraram a topografia e fizeram grandes cortes no terreno.

Figura 02 – Vista aérea e detalhe do lote e sua ocupação inicial



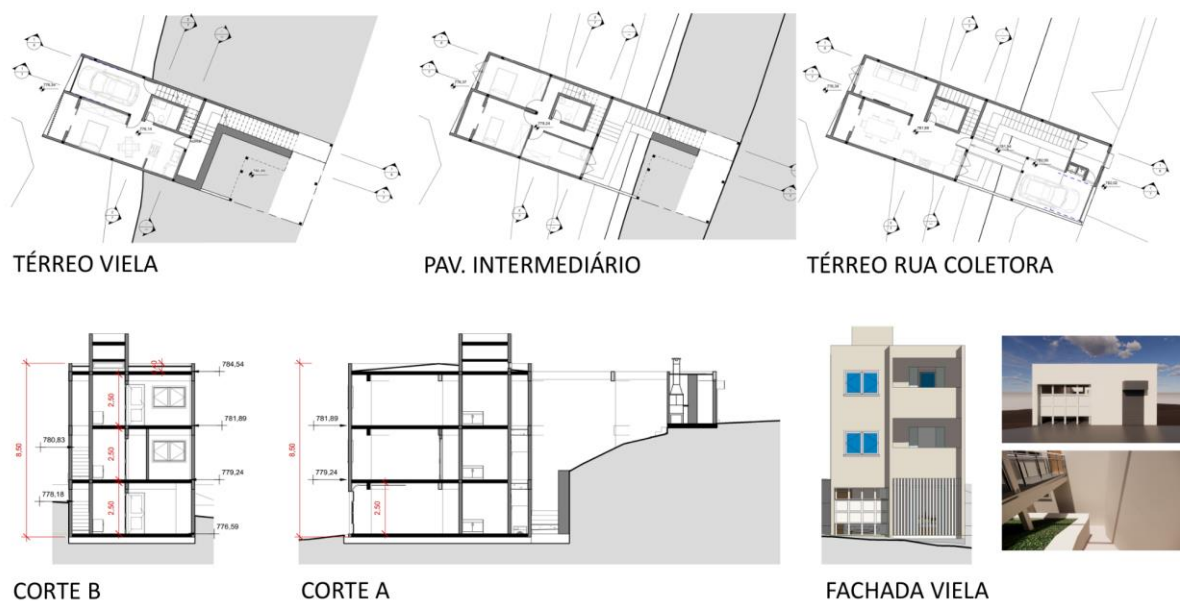
Fonte: Elaborada pelos autores

O projeto de arquitetura habitacional considerou diversas formas de utilização dos espaços habitacionais, que são adaptáveis. Assim, com a flexibilidade dos espaços e acessos independentes, o projeto considera a subdivisão da unidade habitacional em outras unidades autônomas, que podem abrigar a ampliação do núcleo familiar ou gerar renda com a locação de unidades independentes. Também foram incorporados ao projeto área de lazer e um espaço comercial, ambos podem ser utilizados de forma conjunta ou independente para diversas finalidades, dependendo da demanda dos moradores.

Além das questões relacionadas às adaptações das formas de ocupação do espaço habitacional, ao conceber o projeto para a construção de uma residência, deve-se considerar diversas condicionantes de arquitetura, especialmente as relacionadas às condições climáticas e características do terreno. A topografia do lote, de aproximadamente 84 m² e um desnível de 6,0 m, ditou o conceito do projeto.

O desafio residia em integrar a casa com o terreno, movimentando o mínimo de terra e garantindo certa permeabilidade, levando em conta a frente de 5,20 m (leste) na rua principal e 6,5 m na viela (oeste). Além disso, as condições climáticas, como exposição solar, incidência de chuva, variações de temperatura e direções predominantes dos ventos foram consideradas no desenho arquitetônico.

A Figura 03, a seguir, mostra, esquematicamente, o projeto proposto:

Figura 03 – Representação esquemática do projeto

Fonte: Elaborada pelos autores

O projeto parte do pressuposto de que os usos em uma residência periférica são adaptáveis. Com base na topografia, foram propostos três pavimentos: um na cota da viela, outro intermediário e, por fim, um na cota da via coletora. Esses pavimentos podem operar de forma conjunta ou independente, sendo que cada um deles possui infraestrutura hidráulica para servir como habitação autônoma. O elemento central consiste nos banheiros sobrepostos, com a caixa d'água posicionada acima, proporcionando uma solução que reduz os custos hidráulicos. O banheiro do pavimento superior é iluminado e ventilado pelo telhado, o inferior pela garagem, enquanto o intermediário é o único com sistema de ventilação forçada.

Ao redor do banheiro, está posicionada a circulação vertical. Ela parte da garagem inferior e chega ao andar intermediário, garantindo privacidade caso o morador opte por usar este pavimento de forma independente. Já a partir do pavimento superior, esta escada pode ser fechada ou aberta, garantindo total independência entre eles, ou que funcionem de forma conjunta.

Na configuração apresentada, o pavimento intermediário está configurado como área íntima, enquanto o superior, como área social. Este tem acesso por uma passarela à via coletora, onde há uma área de lazer e uma loja (para aluguel ou uso dos habitantes da casa). Pela loja tem-se acesso ao andar inferior por escada externa.

Pode-se perceber, na solução proposta, as aberturas para leste e oeste, e a construção chegando ao limite do lote nas faces norte e sul. Outro ponto de destaque foi o uso de cobogós

na fachada da viela, garantindo a ventilação e iluminação mesmo no térreo. Os portões propostos também permitem ventilação, mas garantem a privacidade dos moradores.

Outro ponto de destaque foi a manutenção da topografia original, com um platô na via coletora de cerca de 2,5 m e outro na viela, de cerca de 9,0 m. Foi proposta a construção de um muro de arrimo reforçado após este platô da cota da viela, para que houvesse a contenção da terra e a preservação da área verde existente (vide fig. 03).

Diante disso, o projeto apresentado abrangeu uma variedade de usos e a adaptabilidade do espaço, característica marcante nas habitações periféricas. As residências foram concebidas para serem utilizadas de forma independente ou em conjunto, considerando diferentes momentos familiares. Houve especial atenção à preservação da topografia existente, ao conforto térmico e lumínico dos ambientes projetados, visando assegurar a salubridade, um aspecto frequentemente comprometido nas autoconstruções. Além disso, o projeto enfatizou a permeabilidade e a preservação da área verde do lote, identificada na Figura 01 como uma das últimas presentes na comunidade. Esses elementos juntos caracterizam uma proposta que atende às necessidades diversas dessa população de forma empática e abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da questão habitacional em São Paulo deve ser abordada como uma questão complexa e multifacetada. A expansão periférica da cidade, baseada no trinômio autoconstrução, lote irregular e casa própria, apresentou significativas ações e omissões do Estado, fundamentais para a situação atual, pois a ausência de condições para a produção de moradias via políticas habitacionais resultou em uma cidade espontânea (Bonduki, 1998). A ausência significativa de arquitetos e engenheiros na construção dessa paisagem está diretamente relacionada à pouca importância que o Estado atribuiu à construção física da cidade. O que é hoje considerado luxo, como bairros organizados e habitações de qualidade, deveria ser um dever público, que foi negligenciado. A posição do Brasil na periferia do capitalismo não justifica a ausência de projetos de qualidade para habitação nas periferias das cidades, especialmente em um município com a dimensão de São Paulo.

Esta pesquisa buscou posicionar de maneira breve a situação da questão habitacional das áreas periféricas e de vulnerabilidade social, com foco no município de São Paulo, bem como contextualizar algumas ações e iniciativas por parte do Estado e de movimentos sociais, de algumas formas de enfrentamento do déficit habitacional, inserindo a população moradora no centro da questão, como as assessorias técnicas e assistência habitacional de interesse social.

É inquestionável que a Lei Federal de ATHIS de 2008 é um grande avanço nas políticas públicas habitacionais, do direito à moradia digna, porque, em sua concepção mais ampla, procura individualizar as soluções, e ao estreitar os laços entre os técnicos e moradores, direciona as demandas personalizadas e adaptadas ao contexto.

Contudo, ao avaliar as possibilidades de sua aplicabilidade, verificamos diversos impasses e contradições, principalmente no desenho das políticas públicas em esfera local. As prefeituras são responsáveis por incluir a ATHIS nos programas habitacionais do município, envolvendo a previsão orçamentária. A pesquisa revelou que poucos municípios do Brasil consideram a ATHIS como uma das propostas para o déficit habitacional. E a avaliação de sua aplicabilidade nos municípios que a utilizam revelou que os entraves burocráticos e econômicos – solicitação de documentos que comprovem a posse ou propriedade, requisitos de composição da renda familiar, a ausência de financiamento para concepção das obras, entre outros – apontam dissonância com a realidade periférica urbana brasileira.

As ações das universidades – via projetos de extensão e escritórios modelo – e do CAU, por meio da mobilização dos profissionais e chamadas públicas para projetos que envolvam ATHIS, são fundamentais e de suma importância, mas ainda precisam ampliar sua permeabilidade.

A presença de arquitetos, urbanistas e engenheiros em áreas periféricas, principalmente aquelas onde predomina a autoconstrução e a falta de infraestrutura urbana, é de suma importância, da mesma forma que a formação de profissionais habilitados para enfrentarem esse contexto urbano específico.

O estudo projetual apresentado é um exemplo de como a parceria entre arquiteto e moradores é fundamental para os aspectos de habitabilidade e funcionalidade da edificação, como também considera a flexibilidade e adaptabilidade dos espaços de acordo com as demandas sociais, econômicas e simbólicas para apropriação do espaço pelos usuários.

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), apesar de um avanço, ainda não atinge grande parte da população. Por outro lado, de forma autônoma, a atuação de arquitetos em regiões periféricas apresenta baixa capilaridade. A prática da autoconstrução prevalece como norma em grande parte das periferias brasileiras. A atuação dos arquitetos e urbanistas em conjunto com a população é urgente e demanda maiores esforços para que projetos como o apresentado se tornem regra e não exceção.

REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP Silke. Assessoria Técnica com Interfaces. **Anais [...]** IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998.
- BOREL, Mariana Barbosa Miranda. **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo**: práticas na direção da autonomia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.
- BRASIL. Lei 11888:2008: Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11888.htm. Acesso em: out. de 2023.
- CARDOSO, Fernanda Simon. **Experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social**. Apresentação da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (CATHIS) na semana da habitação, promovida pelo CAU/BR. Agosto de 2021. Disponível em: https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Semana-Habitacao_CAUBR_o-que-e-ATHIS.pdf. Acesso em: out. de 2023.
- COLETIVO ATHIS NA BAIXADA. Projeto Arq. Pop. Popularizar a arquitetura, 2025. Disponível em: <https://arqpop.org.br/project/plantoes-de-atendimento-athis-e-enfrentamento-ao-despejo-na-baixada-santista/>. Acesso em: ago. de 2025
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO (CAU/SP) Relatório de Gestão Integrado, 2021. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Gestao-Integrado-CAUSP-Exercicio-2021.pdf>. Acesso em: out. de 2023.
- Datafolha–CAU/BR”. Pesquisa Como o Brasil Constrói. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2022/>. Acesso em: out. de 2023.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro (Org.). **São Paulo Metrôpole**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- SANTO AMORE, Caio; Horigoshi, Maria Rita; BARRIO, Marina; PEREIRA, Rafael. Cadernos de ATHIS: Oficina De Assistência Técnica Em Habitação De Interesse Social, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/12pEWh2wykCMqKBXJaRjGoLxq_Iz-A2jM/view. Aceso em: ago. de. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO (SEHAB). **Plano Municipal de Habitação de São Paulo**: Caderno para discussão pública, 2016. Disponível em: <http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/09/CadernoPMH.pdf>. Acesso em: ago. de 2025.

SOUSA, Renata Adriana. A produção do espaço urbano-periférico: barracos, ocupações e puxadinhos. *Le Monde Diplomatique* (blog). **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-producao-do-espaco-urbano-periferico-barracos-ocupacoes-e-puxadinhos/>. Acesso em out 2023.

VIOLA, Assunta. [s.d.]. “Arquitextos 088.04: A Formação Da Paisagem Na Periferia Da Cidade de São Paulo (1)”. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/207>. Acesso em out. de 2023.

O INCONSISTENTE LAR MODERNO DOS ANOS 60: UMA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA REVISTA CASA E JARDIM¹

HELENA, Heloisa Martins Mendes Pereira²; STUQUE, Vanessa³.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-575>

RESUMO

O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “O Inconsistente Moderno do Lar”, que examina os interiores residenciais publicados na revista Casa & Jardim nos anos 1960. A investigação se baseia no levantamento de fontes primárias e em metodologia de análise qualitativa de conteúdo por temática, com apoio de uma planilha digital desenvolvida pelas autoras. Os dados já examinados indicam uma hegemonia do estilo moderno, no entanto, este é frequentemente vinculado a seções de sugestões editoriais e não necessariamente a demandas reais de mercado. Os produtos preliminares do estudo apontam para uma promoção por parte da revista da difusão do ideário moderno, e a metodologia adotada demonstrou-se adequada à complexidade do tema.

Palavras-chave: moderno; interiores residenciais; revista Casa e Jardim.

ABSTRACT

This article presents partial results from the research project "The Inconsistent Modern of the Home," which examines residential interiors published in Casa & Jardim magazine in the 1960s. The research is based on a survey of primary sources and a qualitative content analysis methodology by theme, supported by a digital spreadsheet developed by the authors. The data already examined indicate a hegemony of the modern style; however, this is often linked to editorial suggestions rather than to real market demands. The preliminary results of the study point to the magazine's promotion of the dissemination of modern ideas, and the adopted methodology proved appropriate to the complexity of the topic.

Keywords: modern; residential interiors; Casa e Jardim magazine.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidades pela FECFAU-Unicamp, Doutoranda e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Design, Arte e Tecnologia da Universidade Anhembi Morumbi, docente de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* heloisa.pe@hotmail.com

³ Bacharel em geofísica pela USP, técnica em Design de Interiores pelo SENAC RS, graduanda de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* vanessastuque@gmail.com

INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna, com seus princípios de funcionalidade, racionalidade e estética essencial, emergiu no século XX como um movimento global que prometia revolucionar a forma como as pessoas viviam e interagiam com seus espaços. No Brasil, essa linguagem arquitetônica foi rapidamente assimilada, tornando-se um símbolo de progresso e modernidade e, em muitos casos, foi erroneamente interpretada como uma identidade nacional. No entanto, uma análise mais aprofundada da produção residencial dos anos 1960 revela uma inconsistência notável entre o discurso teórico do modernismo e a realidade prática da ambientação dos lares.

Se é verdade que “cada tendência arquitetônica propaga e justifica sua produção por meio de uma teoria”, nem por isso é preciso ver sempre texto e arquitetura como um todo indissolúvel, sob pena de perder-se, ao menos parcialmente, a autonomia da crítica. Como esclarece magnificamente Francesco Dal Co: “a aparência da coisa, antes de revelar mecanicamente a ideologia de sua produção, existe simplesmente como o lugar onde sua absoluta autonomia do ato que a produziu é revelada [...] E assim ela só pode ser medida, lida, e conhecida, se é vista como autônoma a todas essas ‘realidades’ às quais a historiografia tradicional em geral, e a ideologia arquitetônica, em particular, sempre tentaram amarrá-la” (Zein, 2002, p. 26).

Conforme observa Peixoto (2006, p. 4), a linguagem moderna é frequentemente desmascarada por encontrarmos em seu bojo produções que contradizem a inflexibilidade da sua concepção ideológica, sendo através das “ambientações modernas” residenciais, hoje conhecidas como prática de design de interiores, que a autora verifica as principais características dissonantes entre teorias e práticas.

Esse descompasso no projeto dos interiores residenciais ainda é assunto pouco abordado de forma direta, talvez devido ao entendimento de uma imagem imaculada do autor da proposta arquitetônica, como pela necessidade de revisão que tal observação possa suscitar, visto que estudos focados de autores de renome tendem para uma validação de alinhamento, como vemos em Marlene Acayaba (1981; 2011) e Sanvitto (1994). Outro aspecto que contribui para a ausência de maior investigação e corpo teórico nacional sobre o assunto são os estereótipos carregados pelo design de interiores e pelo espaço doméstico, associados a questões de disputa profissional e de gênero, de modo depreciativo.

Em face aos atuais debates sobre decolonialidade e plurinarrativas, mostra-se necessária a revisão historiográfica das ideologias dominantes e hegemônicas perpetuadas até os dias atuais pela história, dentre as quais está a da linguagem moderna como uma identidade nacional. Entendimento este que é contraditório, visto que o modernismo tem como essência a internacionalidade, não sendo coerente ser a linguagem identitária de um país.

Um objeto de grande relevância para abordar essa contradição são os periódicos da área, que foram grandes precursores de narrativas nos anos 60. Conforme observam Peters e Challitta (2017, p. 121), “revistas sobre variados temas como quadrinhos, moda e decoração foram introduzidos no cotidiano de todos. Isso ocorreu porque, no período, os setores se diversificaram com o surgimento de público especializado para eles”. Com isso, arquitetos e, sobretudo, o público em geral passam a ter acesso e a desejar novas soluções decorativas e de composição dos ambientes. Dentre as revistas veiculadas neste arco temporal, destacam-se a Acrópole e a Casa e Jardim (C&J). Na primeira o público-alvo eram os profissionais da área, sendo classificada como uma revista especializada, enquanto a segunda era proposta para uma audiência geral e, portanto, se classifica como um periódico ilustrado. No âmbito profissional, a propagação das ideologias é mais descomplicada, visto que nem tudo vira prática. Já no social, aspectos associados a aplicação prática e rotineira acabam se sobrepondo aos discursos teóricos dominantes, a complexidade das relações interfere na pureza da doutrina, e isso fica evidente na apreciação dessas duas revistas. O que se observa então é que na C&J, ainda que se propagassem as retóricas dominantes, era preciso dar espaço para outras narrativas de interesse do público não especialista.

Com base no exposto, é que foi proposta e desenvolvida a iniciação científica (IC) “O inconsistente moderno do lar – narrativa historiográfica a partir da revista Casa e Jardim nos anos 60”, realizada durante dois semestres – 2.2024 / 1.2025 –, com apoio do CEPE/UNIFAAT, por docente e estudante da instituição. O objetivo de tal projeto consistiu em investigar, sistematizar e qualificar, a partir do periódico Casa e Jardim, os interiores residenciais dos anos 60, relacionando teoria e prática sob a ótica de narrativas plurais.

A justificativa para tal pesquisa reside no fator de relevância social e acadêmica, de verificação e contribuição com as revisões historiográficas pertinentes à produção de arquitetura e design, buscando preencher um hiato que se manifesta entre as narrativas e as práticas na década de 1960. Como bem coloca Rafael Cardoso (2008), sobre a investigação histórica:

A história não é tanto um conjunto de fatos, mas um processo contínuo de interpretar e repensar velhos e novos relatos, constatação esta que leva a uma indagação de fundamental importância para a história do design: repensar o passado para quê? (...) A resposta reside na conclusão inescapável de que, embora tratando do passado, toda versão histórica é escrita no presente. Todo historiador escreve em um contexto específico para um público atual, e, conseqüentemente, a interpretação do passado apresentada terá impacto no presente. Pode ser que o passado não mude, mas uma mudança na sua interpretação pode alterar completamente a visão, não somente do presente como também do futuro (Cardoso, 2008, p. 17).

Este artigo discorre sobre os trabalhos desenvolvidos no período de vigência da IC, cuja principal diligência foi o levantamento das edições do periódico e o desenvolvimento de uma ferramenta para sistematização das análises quantitativas e qualitativas. Ao final serão apresentados resultados preliminares obtidos durante essas etapas de exploração e investigação do material, que validam os argumentos inicialmente apresentados, de significativa coexistência de construções arquitetônicas modernistas com interiores de ambientação híbrida, incorporando diferentes estilos e elementos que contradizem a pureza e a inflexibilidade da teoria moderna.

1 RECORTES E A CONSTITUIÇÃO DE UM ACERVO DIGITAL

O universo potencial objeto desta pesquisa abrange 10 anos, entre 1960 e 1969, que no periódico *Casa e Jardim* é contemplado por um conjunto de 120 edições mensais e 12 edições especiais, com uma média de 90 páginas por volume. A abundância dessa fonte primária seria inadequada para os limites de tempo, e mesmo para a disponibilidade dos integrantes do projeto, tornando necessária a aplicação de recortes dentro deste universo, capazes de atender aos objetivos da pesquisa e seus enquadramentos.

Para tanto, a primeira medida foi a adoção de uma metodologia que fundamentasse a seleção do material, aplicando-se o método qualitativo de análise de conteúdo por temática, com base em Bardin (2009) e Guerra (2014). A partir de Bardin (2009), Simone Guerra (2014, p.38) define esse procedimento metodológico como “uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”. Esses autores propõem o desenvolvimento da análise de conteúdo por temática a partir de três fases, cada qual com suas especificidades (Quadro 1).

Quadro 1 – Fases e respectivas características do método de análise de conteúdo por temática de Guerra (2014), conforme Bardin (2009)

Fase 1 - Pré-análise	Fase na qual se estabelece uma organização do material, a partir da escolha de documentos/informações relevantes, permitindo-se uma “leitura flutuante” até que a decisão sobre quais informações devem ser consideradas na análise fique mais clara. São regras indispensáveis dessa fase: exaustividade, representatividade, homogeneidade e a pertinência.
Fase 2 - Exploração do material	Nessa fase é necessário criar uma codificação, que neste caso consiste em transformar dados brutos dos textos em temáticas, para que atinja a representação do conteúdo ou sua expressão.
Fase 3 - Tratamento dos resultados	Para se chegar na fase três do tratamento dos resultados, o pesquisador deve realizar as interpretações dos dados a partir da teoria escolhida.

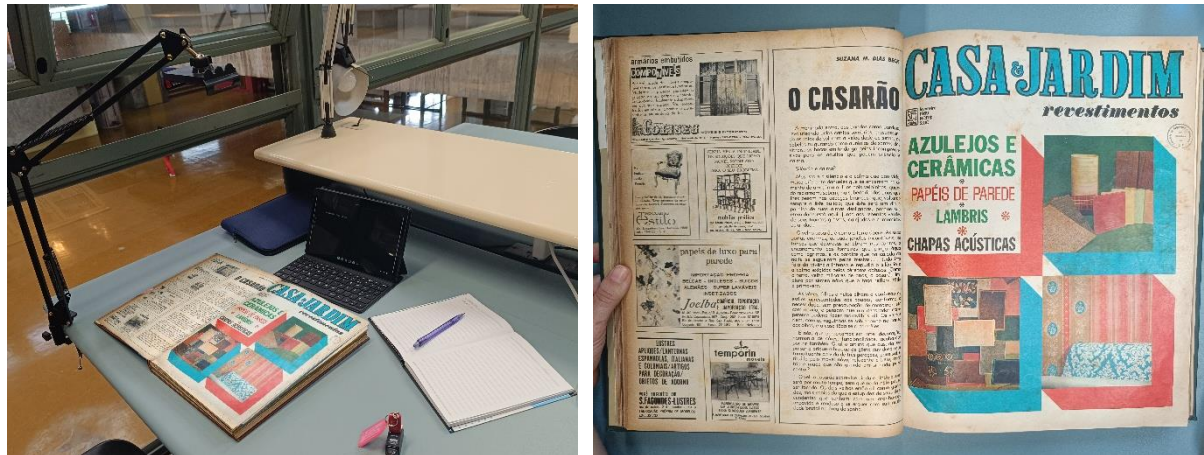
Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Guerra (2014)

Com base nessas etapas, iniciou-se o trabalho de levantamento e constituição de um acervo digital de edições da revista Casa e Jardim, disponíveis para acesso público na biblioteca da FAUUSP. Na etapa de pré-análise da fonte primária, a primeira observação é a organização do periódico em quatro macrosessões principais, que são: propostas projetuais, propagandas e reportagens instrutivas sobre decoração e interiores e sobre artesanato e culinária. Dentre os tópicos identificados, o que possui alinhamento com os objetivos da pesquisa é o referente aos projetos publicados, construídos ou não, que irão possibilitar a leitura entre teoria e prática, e este é o primeiro recorte de conteúdo estabelecido. Após esta definição, realizou-se uma segunda leitura flutuante do conjunto, e constatou-se a existência de mais de 500 itens como universo potencial. Em paralelo a esse levantamento quantitativo, foi possível observar que as edições dos mesmos meses, de anos diferentes, estabelecem relações cronológicas significativas, sendo bastante expressiva a renovação de abordagem presente nos meses de janeiro. Portanto, visando atingir os objetivos iniciais da pesquisa, adotou-se como objetos específicos finais as edições de janeiro dentro do arco temporal, com a análise detida nas obras, executadas ou não, presentes nesses volumes.

Ainda que o enfoque seja especificamente nas propostas projetuais, os números selecionados foram registrados e organizados em sua íntegra, a fim de evitar equívocos na hora do levantamento, mecanizar a atividade de coleta para posterior análise, além de contribuir com a construção de um banco digital que pode vir a ser disponibilizado para outros pesquisadores com interesse na revista. As fotografias foram feitas das páginas lado a lado, com auxílio de um suporte fixo de mesa, celular e controle *bluetooth* (Figura 01). Concomitantes aos registros eram

feitas breves anotações, também digitais no word, dos pontos notados durante o processo. Todo esse material foi reunido e salvo em formato pdf, dividido por edições, que foram armazenadas em pasta do grupo de pesquisa no *onedrive* (Figura 2).

Figura 01 – Processo de levantamento (à esq.) e enquadramento obtido (à dir.)



Fonte: Registro das autoras (2024)

Figura 02 – Diagrama ilustrativo do levantamento das fontes primárias



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A ferramenta de sistematização dos dados foi desenvolvida para a fase 2 de exploração do material, conforme delineado no método de análise de conteúdo por temática de Bardin (2009), retomado por Guerra (2014). Essa etapa compreende a codificação e categorização das informações tangíveis, com o objetivo de transformá-las em unidades significativas que representem as interpretações latentes ou manifestas. A elaboração de planilha digital que organiza os projetos publicados na revista Casa e Jardim foi, portanto, um desdobramento direto do processo de exploração do corpus documental e do esforço de construir uma codificação que permitisse análises qualitativas e quantitativas dos interiores residenciais dos anos 1960. Trata-se de uma etapa fundamental para garantir a objetividade, o rigor metodológico e a

inteligibilidade dos produtos ao longo da pesquisa, além de subsidiar futuras análises interpretativas mais amplas.

A ideia de construção de uma planilha de classificação da produção teve como ponto de partida metodológico a tese desenvolvida por Dely Bentes (2021), especialmente o capítulo no qual a autora relata a constituição de uma tabela para decupagem dos projetos publicados na revista *Casa & Jardim*, no intervalo entre 1977 e 1992. Embora o foco do estudo de Bentes seja a arquitetura residencial e sua inserção na historiografia disciplinar, o método de sistematização proposto por ela — baseado em marcações binárias (0/1), organizado por tópicos e codificação objetiva — serviu como referência inicial para o desenho da estrutura analítica desta investigação. A ferramenta desenvolvida por Bentes (2021) é um exemplo relevante de como a organização sistemática do material viabiliza a análise de um corpus extenso e heterogêneo, com graus variáveis de informação.

Entretanto, a presente pesquisa, ao se debruçar sobre o design de interiores e os modos de ambientação residencial publicados na década de 1960, exigiu o desenvolvimento de uma ferramenta própria, adaptada a esse universo específico. Enquanto a tabela de Bentes (2021) foca em parâmetros arquitetônicos e construtivos das obras, a desenvolvida pelas autoras do artigo é voltada para a identificação de características visuais, decorativas, compositivas e autorais, com especial atenção aos elementos de hibridismo estilístico e aos indícios de participação de decoradores.

A ferramenta foi desenvolvida em formato Excel, com interligação entre planilhas e distribuição em blocos de informação estruturados por categorias de análise. Esse modelo permite a criação de filtros e combinações múltiplas que serão utilizadas na terceira fase da pesquisa — o tratamento dos resultados —, possibilitando visualizações por meio de gráficos, cruzamentos e segmentações por tema, autoria, ano ou estilo.

A primeira aba é constituída pelas 22 colunas-base da planilha, acompanhadas ou não de listagem de itens conforme a temática (Figura 03). Já na segunda aba é que temos a parte a ser preenchida, que por estar vinculada à lista anterior, possibilita maior controle da codificação e dos dados indicados (Figura 04).

Figura 03 – Bloco 1, recorte da aba lista

Revista	Edição	Ano	Descrição da capa	Autor da matéria	Título/Matéria	Nome dos Autores da reportagem
				a. Homem		
				b. Mulher		
				c. Não indicado		

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Figura 04 – Bloco 1, recorte da aba tabela

Revista	Edição	Ano	Descrição da capa	Autor da matéria	Título/Matéria	Nome dos Autores da reportagem
Casa e Jardim	Nº60	1960	A casa espelha a vida que leva	a. Homem	Casas paulistas de outrora	Vinício Stein de campos
				a. Homem		
				b. Mulher		
				c. Não indicado		

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

As colunas se dividem em quatro grandes blocos, sendo o primeiro composto por informações gerais das revistas e matérias analisadas, como o nome da própria revista prospectando o uso dessa ferramenta em outros periódicos da área, o número da edição, data de publicação, descrição temática da capa, título das matérias e informações sobre os autores, nome e gênero. Esse conjunto de campos visa construir um mapeamento básico do corpus, possibilitando uma leitura temporal e estrutural do editorial. Nessa parte a maioria dos dados, por ser de natureza variável, é preenchida de forma manual, com exceção do gênero dos autores (Figuras 3 e 4).

O segundo grupo organiza as informações relativas aos projetos, com ênfase para identificação do autor, sua profissão e indicação do gênero, se as propostas são assinadas por mulheres, homens ou por equipes mistas. Inclui também informações sobre o status do projeto, ano de referência, região, uso, área e a indicação de quais desenhos estão presentes na matéria. Esses produtos constituem um núcleo importante de análises, evidenciando questões pertinentes ao gênero, tipologia, localidade, entre outras (Figuras 5, 6).

Figura 05 – Bloco 2, recorte da aba lista

Tipo de Projeto	Gênero dos Autores	Profissão dos autores do projeto	Nome dos autores do projeto	Ano de Construção	Região	Uso	Área estimada	Desenhos
a. Projeto	a. Feminino	a. Arquiteto			a. Região Norte	a. Urbano	a. Até 100 m ²	a. corte
b. Construído	b. Masculino	b. Decorador			b. Região Nordeste	b. Campo	b. De 101 m ² a 299 m ²	b. fachada
c. Reforma	c. Sem informação	c. Reporter/Escritor			c. Região Sul	c. Praia	c. Acima de 300 m ²	c. perspectiva
d. Decoração		d. Sem informação			d. Região Sudeste	d. Sem informação	d. Área indicada na matéria	d. planta
					e. Região Centro-oeste		e. Sem informação	e. desenho completo
					f. Sem informação			f. planta e fachada
								g. corte e planta
								h. planta e perspectiva
								i. Sem informação

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Figura 06 – Bloco 2, recorte da aba tabela

Status do Projeto	Gênero do(s) Autore(s) do projeto	Profissão dos autores do projeto	Nome dos Autores do Projeto	Ano de Construção	Região	Uso	Área estimada	Desenhos
b. Construído	c. Sem informação	d. Sem informação	Sem informação	século XVII	d. Região Sudeste	c. Praia	b. De 101 m ² a 299 m ²	i. Sem informação

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Em seguida, um terceiro grupo foi criado para registrar os elementos pertinentes aos interiores, levantados a partir das imagens e texto das matérias. O primeiro dado é a identificação da linguagem compositiva, para tanto foram criadas codificações que indicam se a designação consta na própria redação da revista ou se foi feita pelo grupo de pesquisa a partir das imagens. A seguir são relacionados os atributos referentes ao estilo, às formas que predominam. A indicação de fornecedor associado foi uma inclusão que ocorreu após o início do preenchimento da planilha, a partir da análise do periódico, que com um intuito comercial frequentemente associa os projetos como veículo de propaganda de prestadores de serviço e lojas especializadas. Por fim, são levantadas informações pertinentes aos clientes do projeto, se existem indicações no texto e quais são elas.

Figura 07 – Bloco 2, recorte da aba lista

Linguagem estética da composição	Atributos visuais que justificam a linguagem estética identificada	Formas predominantes	Fornecedor associado	Referências ao cliente	Descrições qualitativas
a. Moderno CJ		a. curvas	a. sim	a. sim	
b. Colonial CJ		b. retas	b. não	b. não	
c. Clássico CJ		c. híbrida			
d. Neo-Clássico CJ		d. Sem Informação			
e. Art decor CJ					
f. Pós-moderno CJ					
g. Híbrido CJ					
h. Moderno HV					
i. Colonial HV					
j. Clássico HV					
k. Neo-Clássico HV					
l. Art decor HV					
m. Pós-moderno HV					
n. Híbrido HV					
o. outros					

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Figura 08 – Bloco 2, recorte da aba tabela

Linguagem estética da composição	Atributos visuais que justificam a linguagem	Formas predominantes	Fornecedor associado	Atributos ao cliente	Descrições qualitativas
b. Colonial CJ	mobiliário/decoração/layout e estilo geral colonial	c. híbrida	b. não	a. sim	distinto casal, entusiasmo pelo passado, requinte social de outrora,

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

A ferramenta conta ainda com um bloco complementar de observações, onde foram inseridos comentários livres e subjetivos sobre cada projeto. Esse campo permitiu registrar questões que escapam à codificação, como incoerências entre texto e imagem, contradições entre discurso e prática, ou mesmo aspectos editoriais relevantes para a leitura do conteúdo. Embora esse campo não seja passível de análise estatística direta, ele é essencial para a etapa interpretativa da pesquisa e para complementação dos parâmetros analíticos adotados.

Figura 09 – Bloco 2, recorte da aba tabela

Observações
A matéria mostra duas casas, a primeira é a sede do sítio do Padre Inácio, que segundo o autor da matéria deveria ter sido preservada. A segunda, considerada como objeto de análise é a residência do litoral do casal - Dr. Egon Falkenberg e D. Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg. Frase final da reportagem menciona contraponto da casa com a era moderna.
Nessa matéria os projetos tem desenhos de plantas e perspectivas. A escrita indica como sendo um projeto real, no entanto não tem fotos dele executado.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Por fim, destaca-se que a estrutura da ferramenta foi pensada para ter flexibilidade e escalabilidade, de forma a poder ser ampliada com novos dados, refinada com categorias mais específicas e aplicada futuramente a outras edições ou periódicos similares. Sua construção não partiu de um modelo fechado, mas de um processo progressivo de identificação de padrões e repetição de elementos, próprio da leitura temática do material. Assim, a tabela cumpre um duplo papel: de sistematização do corpus e de construção de uma métrica de leitura historiográfica sobre os interiores residenciais dos anos 1960 publicados nas edições de janeiro da revista Casa e Jardim.

Esse procedimento não apenas garante maior controle sobre as informações levantadas, mas também representa uma mediação entre o quantitativo e o qualitativo. A materialização do conteúdo em números possibilita a extração de padrões recorrentes, ao passo que o diálogo constante com as imagens e os textos publicados permite problematizar as narrativas presentes na revista. Com isso, a ferramenta digital desenvolvida nesta etapa se consolida como um dispositivo metodológico essencial da pesquisa e será a base para os gráficos e análises apresentados na próxima seção do artigo.

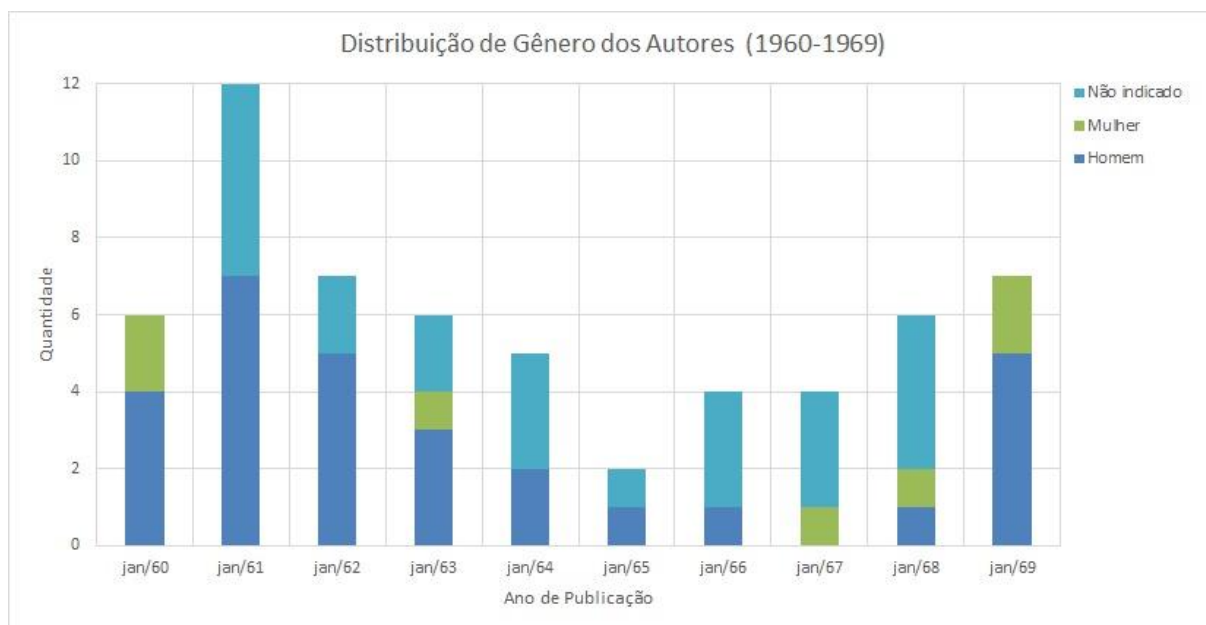
3 PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE UMA HISTORIOGRAFIA EM CONSTRUÇÃO

A revista Casa & Jardim foi criada em 1953 pela editora Monumento, com o objetivo de atender um público não especializado, interessado em construir, decorar ou melhorar suas residências. Inicialmente com periodicidade bimestral, passou a ser publicada mensalmente a partir de 1955. Pioneira na segmentação editorial brasileira, posicionou-se entre os primeiros títulos voltados exclusivamente aos temas da casa, decoração e bem-estar (Bentes, 2021).

A investigação das edições de janeiro, entre 1960 e 1969, ainda em curso, valida alguns pontos observados por outras pesquisas e premissas estabelecidas no projeto de iniciação científica. Apesar de muitas vezes classificada como “revista feminina”, com grande enfoque neste público, o que se observa nos volumes estudados é que na prática projetual a predominância é de autores homens, mesmo na proposição dos interiores e decoração (Gráfico 01). Essa desigualdade também se estende para as décadas seguintes, segundo o estudo de Dely Bentes (2021). Quando mencionadas as mulheres, nem sempre são reconhecidas como profissionais, as menções costumam vir acompanhadas de referências que reforçam estereótipos de fragilidade ou informalidade, como também observa Turpin (2001). Relacionado a essa temática, destaca-se ainda que a indicação dos autores dos projetos na

revista *Casa & Jardim* está frequentemente incompleta, com ausências recorrentes e, por vezes, atribuições genéricas, o que dificulta a identificação precisa dos profissionais envolvidos e compromete as devidas atribuições de autoria.

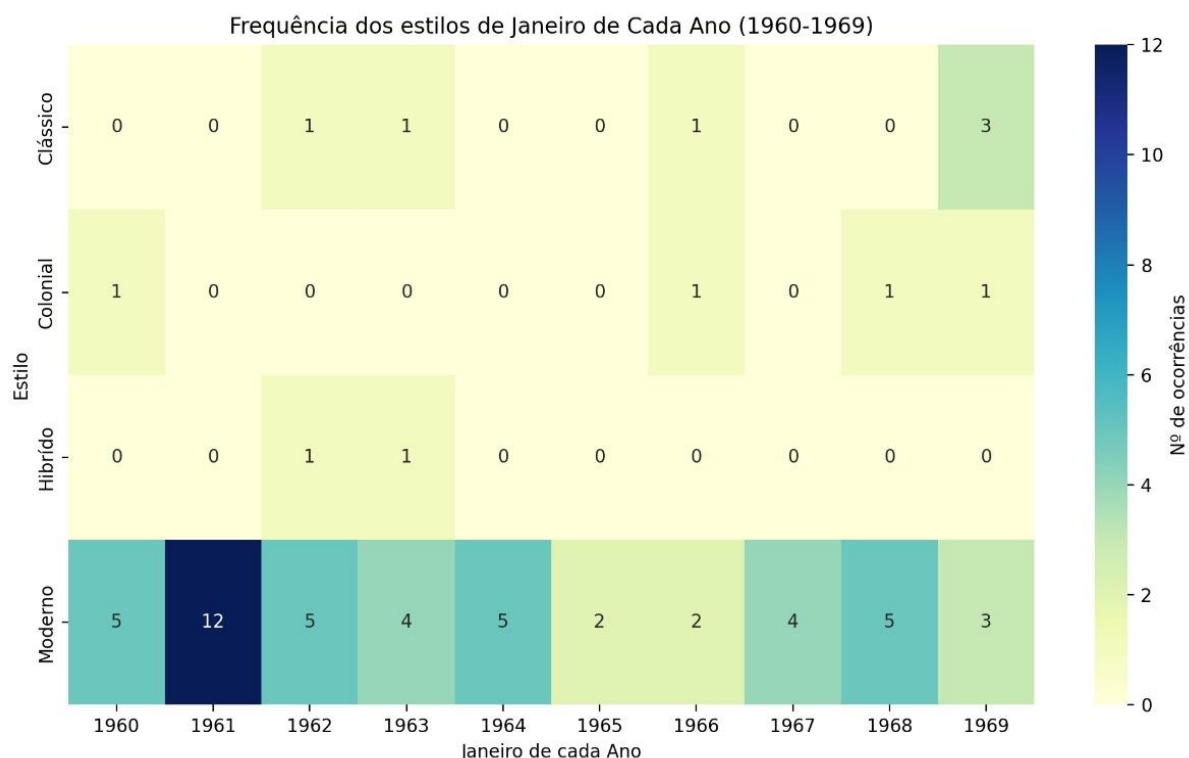
Gráfico 01 – Gênero dos autores de projeto



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Já a análise preliminar em relação à frequência dos estilos publicados nas edições de janeiro do periódico, entre os anos de 1960 e 1969, identificou a predominância do estilo moderno ao longo de toda a década. Com presença contínua em todos os anos analisados e pico expressivo em 1961 (12 ocorrências), o moderno se consolida no levantamento quantitativo como a principal linguagem estética veiculada pela revista nesse período, alinhando-se aos ideais de funcionalidade, progresso e racionalidade característicos da modernidade arquitetônica brasileira do período. Em contrapartida, estilos como o clássico, o colonial e o híbrido aparecem de maneira esporádica, com pouca representatividade e distribuição pontual ao longo dos anos. Notadamente, observa-se um leve movimento de diversificação estilística nos anos finais da década, especialmente em 1969, quando três estilos distintos são registrados simultaneamente. Essa abertura para outras linguagens pode indicar uma resposta editorial às transformações culturais em curso, revelando uma gradual flexibilização dos paradigmas modernos na construção da imagem do lar brasileiro.

Gráfico 02 – Linguagem da composição



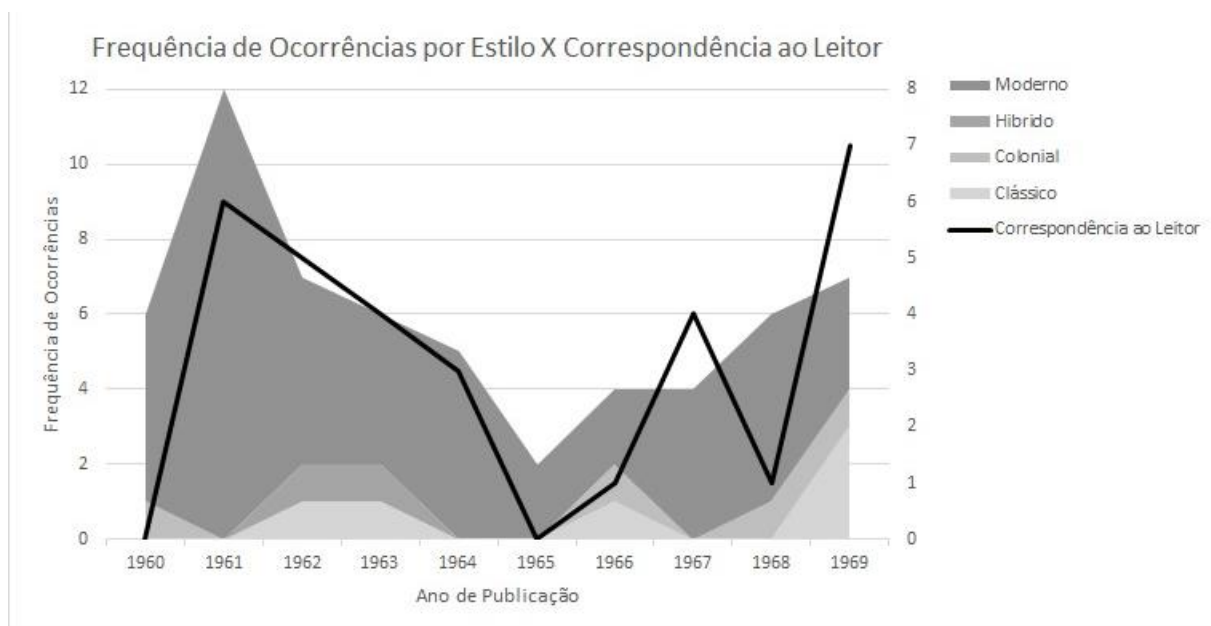
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Contudo, durante os levantamentos, observa-se que a recorrência da estética moderna está associada em grande parte à seção de respostas e sugestões ao leitor, que era uma temática comum nesse tipo de periódico, e consistia em proposições projetuais elaboradas pela equipe da revista que eram disponibilizadas para o público (Gráfico 03)⁴. Então, o cruzamento entre a frequência de estilos publicados e a quantidade de correspondências ao leitor manifesta que o predomínio do moderno na Casa & Jardim não corresponde, necessariamente, a uma demanda direta do mercado. Embora os anos de maior ocorrência coincidam com picos de participação dos leitores, a análise dos conteúdos mostra que boa parte dos projetos modernistas divulgados são propostas não construídas, criações assinadas por profissionais integrantes do corpo editorial C&J (Figuras 11 e 12). Esse dado indica que a revista atuou não apenas como vitrine de tendências, mas também como agente ativo na proposição e difusão do ideário moderno,

⁴ As seções dessa temática mudam de nome ao longo dos anos, tendo se iniciado em 1960 como correspondência ao leitor, sendo adotada para fins de codificação essa designação, uma vez que o objetivo do segmento se mantém o mesmo.

alinhando-se às retóricas arquitetônicas do período. Tal interpretação vai ao encontro do que autores como Colomina (1994) já apontaram sobre o papel da mídia na arquitetura moderna, de que os meios de comunicação especializados não apenas documentavam ou refletiam o ambiente projetual, mas se propunham a construir os imaginários e os modos de habitar por meio de estratégias discursivas e visuais. Por mais que a revista *Casa e Jardim* seja considerada uma revista ilustrada, a sua temática tem como foco a área de arquitetura e decoração, e o levantamento manifesta que, mesmo nesse periódico voltado para o público leigo, observa-se um alinhamento significativo com os cânones modernistas. Mas a expressiva elevação no número de correspondências em 1969, ano marcado por maior diversidade estilística, sugere que a abertura a outras linguagens pode ter favorecido uma interlocução mais efetiva com os leitores, apontando para tensões e negociações entre prescrição editorial e recepção do público.

Gráfico 03 – Linguagem da composição correlacionada a seção específica.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Figura 11 – Páginas de orientação projetual da revista Casa e Jardim, edição de janeiro 1968

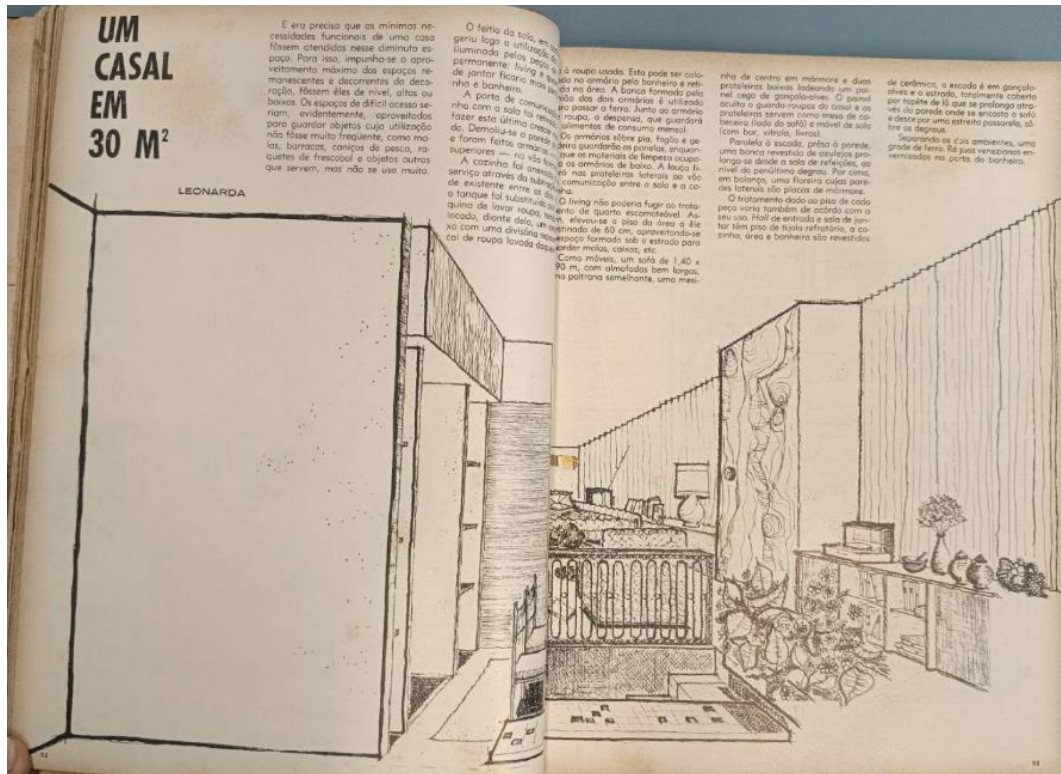


Figura 12 – Páginas de orientação projetual da revista Casa e Jardim, edição de janeiro 1968.



Fonte: Registro das autoras, da revista Casa e Jardim jan./1968 (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa ainda esteja em curso, as impressões preliminares já se mostram significativas para os objetivos traçados. O levantamento realizado a partir das edições de janeiro da revista *Casa & Jardim*, entre 1960 e 1969, evidencia, sim, uma significativa presença do discurso moderno, mas também aponta fissuras significativas quanto à hegemonia desse paradigma, especialmente quando se observa o periódico com olhar atento às contradições entre teoria e prática, aos atravessamentos comerciais e às subjetividades presentes nas retóricas editoriais.

O método de análise de conteúdo por temática, conforme delineado por Bardin (2009) e Guerra (2014), revelou-se adequado e coerente com a proposta de investigar a relação entre narrativas e a produção de ambientação residencial. A flexibilidade da planilha de sistematização construída — com múltiplas entradas, filtros e campos de observação — tem sido fundamental para dar conta da complexidade dos dados e para permitir articulações entre números e narrativas.

Destaca-se ainda o valor da interrelação entre os levantamentos quantitativos, obtidos com rigor sistemático, e as percepções qualitativas, derivadas da leitura atenta do periódico. Essa dupla via de análise enriquece a interpretação, como se pode observar na identificação do papel da *Casa e Jardim* como agente ativo na difusão do ideário moderno. A associação frequente entre projetos modernos e seções editoriais de sugestões ao leitor reforça o entendimento de que muitas propostas não partiam de demandas concretas do mercado, mas sim de intenções editoriais de formação de gosto e prescrição de padrões. Assim, o processo investigativo em andamento não apenas confirma a pertinência da abordagem adotada, como também revela o potencial da metodologia para aprofundar a historiografia do design de interiores e da cultura doméstica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Marlene Milan de Azevedo. **Branco & Preto: Uma história do design brasileiro nos anos 50.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1981.

ACAYABA, Marlene Milan. **Residências em São Paulo 1947 – 1975.** 2 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2009.

- BENTES, Dely. **Crônica ilustrada de uma arquitetura cotidiana**. Projetos residenciais publicados na revista Casa & Jardim (1977-92). 2021. [Tese de doutorado PROARQ-UFRJ], Brasil.
- COLOMINA, Beatriz. **Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media**. Cambridge: MIT Press, 1994.
- CARDOSO, Rafael. **Uma Introdução à História do Design**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2008.
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.
- PEIXOTO, Marta Silveira. **A sala bem temperada: interior moderno e sensibilidade eclética**. 2006. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura – PROPARG. São Paulo e Porto Alegre, 2006.
- PETERS, Carlos Eduardo M.; CHALLITTA, Nathalia C. O design de interiores nas habitações brasileiras na década de 60. **Contemporânea: Revista Uniletoledo - Arquitetura, Comunicação, Design e Educação**, v. 2, p. 116-129, 2017. Disponível em: <http://ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2645>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Brutalismo paulista: uma análise compositiva de residências paulistanas entre 1957 e 1972**. Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.
- TURPIN, John. Omitted, devalued, ignored: Reevaluating the historical interpretation of women in the interior design profession. **Journal of Interior Design**, v.27, n. 1, p.1–11, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1939-1668.2001.tb00361.x>. Acesso em: 03 dez. 2025
- ZEIN, Ruth Verde. **Brutalismo, Escola Paulista: entre o ser e o não ser**. Porto Alegre: ARQTEXTO, 2002.

PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO DA LITERATURA

FAVARIN, Rafael da Nova¹; IGNACIO, Michele Gutierrez².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-576>

RESUMO

Pode-se dizer que historicamente as pessoas com deficiência foram reiteradamente excluídas da sociedade, sendo a inclusão, conceito desenvolvido no final do século XX, um novo paradigma socialmente assumido. Assim, este estudo apresentou como objetivo geral compreender como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), descritas nos últimos cinco anos em uma base de dados brasileira. Dois foram os objetivos específicos, a saber: descrever o histórico da inclusão escolar no Brasil e descrever metodologias e práticas escolares inclusivas. Assumiu-se como método uma revisão da literatura com base no levantamento bibliográfico em uma base de dados brasileira, sendo escolhida a base da SciELO, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros. A análise contou com um perfil qualitativo, mediante a leitura do material pesquisado. Ao todo, foram analisados sete estudos que contemplavam a inclusão escolar de pessoas com TEA em diversos segmentos de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior. Observa-se, nos estudos levantados, um esforço em direção à inclusão voltado ao planejamento, formação de professores, laço social, mediação e uma visão que leva em conta a singularidade de cada criança. A tendência sociointeracionista nas escolas assume protagonismo no cenário brasileiro, mas ela não exclui outras práticas e métodos. Por outro lado, observa-se a prevalência do discurso do modelo biomédico sobre as pessoas com TEA, que enfatiza o diagnóstico e seus sintomas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; educação inclusiva; história social.

ABSTRACT

Historically, people with disabilities have been repeatedly excluded from society, with inclusion, a concept developed at the end of the 20th century, becoming a new social paradigm. Therefore, this study's general objective was to understand the configuration of inclusive school practices for people with Autism Spectrum Disorder (ASD), as described over the last five years in a Brazilian database. The specific objectives were twofold: to describe the history of school inclusion in Brazil and to describe inclusive school methodologies and practices. The method adopted was a literature review, based on a bibliographic survey of a Brazilian database, using SciELO, an electronic library of Brazilian scientific journals. The analysis adopted a qualitative approach, based on the reading of the research material. In total, seven studies were analyzed, addressing the school inclusion of people with ASD in various educational segments: Early Childhood Education, Elementary Education, and Higher Education. The studies highlighted a drive toward inclusion focused on planning, teacher training, social bonding, mediation, and a perspective that takes into account the uniqueness of each child. The socio-interactionist trend in schools is taking center stage in Brazil, but it does not exclude other practices and methods. On the other hand, the biomedical model's discourse on people with ASD, which emphasizes diagnosis and its symptoms, is prevalent.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; inclusive education; social history.

¹ Psicólogo escolar; mestre pelo Programa de Psicologia como profissão e ciência da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); especialista em Psicologia Escolar pelo Conselho Federal de Psicologia. Atualmente, atua como psicólogo escolar na Prefeitura de Monte Mor e docente na rede municipal de Indaiatuba. *E-mail:* rnfavarin@gmail.com

² Psicóloga escolar; neuropsicóloga pelo Instituto de Psiquiatria da USP - IPq – FMUSP; especialista em promoção do desenvolvimento infantil pela Escola de Enfermagem da USP; especialista em Psicologia Escolar pelo Conselho Federal de Psicologia. Atua como psicóloga escolar e professora de Educação Socioemocional na rede privada. *E-mail:* michelegutierrezignacio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que, nos últimos 30 anos, ocorreram intensas transformações no que se refere à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Compreende-se, como marco legal histórico e decisivo, a Declaração de Salamanca, documento assinado por 92 países, entre eles o Brasil, que serviu como princípio para o desenvolvimento de políticas e práticas à educação especial em uma perspectiva inclusiva (Brasil, 1997).

Contudo, sob uma perspectiva histórica, pessoas com deficiência estiveram à margem da sociedade ao longo dos séculos, sendo por vezes punidas por sua condição (Miranda, 2004). Alguns pesquisadores compreendem que a concepção de deficiência passou por quatro estágios ao longo da história, a saber: período de negligência, da era pré-cristã até a Idade Média; período de institucionalização, entre os séculos XVIII e XIX; período de integração, do século XIX até meados do século XX, e finalmente o momento da inclusão, a partir da década de 70/80 até os dias atuais (Kirk e Gallagher, 1979; Mendes, 1995; Sassaki, 1997 apud Miranda, 2004).

Entretanto, estas transformações, longe de seguirem historicamente um desenvolvimento linear, aproximam-se mais de mudanças revolucionárias, com avanços e retrocessos, sofrendo resistências e dificuldades. Por isso, conforme Mantoan (2015), estas mudanças significam rupturas de paradigmas, ou seja, uma crise de concepção ou visão de mundo em direção a revoluções científicas. Desta forma, a inclusão escolar, ainda permeada de incertezas, segue construindo seu saber histórico.

Observa-se que a construção da inclusão escolar segue assumindo um estatuto que ultrapassa os muros da escola, uma vez que sua legitimidade depende intrinsecamente da mudança da visão de mundo da sociedade e da cultura a qual pertence. A escola, compreendida como um microcosmos social, refletirá dentro dela as mudanças que ocorrem ao seu redor (Sanches; Teodoro, 2006).

Além disso, o conceito de deficiência está em evolução e, desta forma, tal como promulgado pela Convenção de Nova Iorque em 2007, deve-se olhar para as barreiras, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, instrumentais ou qualquer outra que ressalte a deficiência e dificulte a inclusão da pessoa na “sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2009, n.p.). Para efeito legal, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) conceitua-se dentro do campo da deficiência.

Conforme Mas (2018), o Transtorno do Espectro Autista passou por diversas revisões em sua definição ao longo da história. No campo da medicina, pode-se fazer um recorte histórico iniciando-se pelo uso do termo a um grupo de sintomas da Demência Precoce ou

Esquizofrenia, definido pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler em 1911. No entanto, foi com o psiquiatra austríaco e radicado nos Estados Unidos Leo Kanner que, em 1943, o termo ascendeu ao campo de uma categoria diagnóstica a partir do estudo de 11 crianças que apresentavam incapacidade de se relacionar. Nesta mesma época, mas sem o mesmo reconhecimento imediato, o segundo médico a discutir o autismo foi Hans Asperger, um psiquiatra e pesquisador também austríaco. Residindo em Viena, ele escreveu o artigo “Psicopatia Autista na Infância” em 1944. Em contraste com o trabalho de Kanner, que chamou a atenção após seu lançamento em 1943, o artigo de Asperger permaneceu relativamente obscuro até que Lorna Wing, médica e psiquiatra inglesa, o trouxe à luz em 1981.

Recentemente, em 2015, com a publicação do DSM-V pela Associação de Psiquiatria Americana (APA), observa-se uma nova relação do diagnóstico frente à necessidade de apoio e cuidados. Para isso, assumiu-se o diagnóstico dentro de um espectro. Assim, passa-se a levar em conta déficits persistentes na comunicação social e na interação social em vários ambientes, além de padrões restritos e repetitivos em seu comportamento.

Seguindo esta evolução histórica, tanto no campo social, escolar, como no estudo de pessoas com TEA, sucintamente demonstrado, este trabalho partiu da seguinte questão: como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos, em uma base de dados brasileira?

Desta forma, o objetivo geral buscou compreender como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos em uma base de dados brasileira. Dois são os objetivos específicos, a saber: descrever o histórico da inclusão escolar no Brasil e descrever metodologias e práticas escolares inclusivas.

Este trabalho assume como método o levantamento bibliográfico em uma base de dados brasileira, sendo escolhida a base da SciELO, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros. A análise contou com um perfil qualitativo, mediante a leitura do material pesquisado.

Pode-se dizer que este trabalho se justifica por dois grandes motivos. O primeiro refere-se ao aumento na prevalência de crianças com TEA. Segundo os últimos levantamentos realizados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) nos Estados Unidos, 1 em cada 36 crianças com 8 anos foram identificadas com TEA em 2020 (Maenner et al., 2023). Esta taxa mostra-se crescente se comparada com os últimos 10 anos.

O segundo motivo destacado é que, passados 30 anos da Declaração de Salamanca, as práticas inclusivas ainda se encontram escamoteadas e pouco frequentes nas escolas³, mantendo este tema atual e contemporâneo.

Por fim, este estudo apresenta dois eixos. No primeiro, disserta-se sobre o percurso histórico da representação social da pessoa com deficiência, bem como historiciza-se a inclusão escolar e as diversas leis que hoje a garantem. Já no segundo, apresenta-se os diversos tipos de educação, a identidade docente e seu impacto na inclusão escolar, as tendências teórico-filosóficas que embasam a educação formal e uma breve apresentação do Programa TEACCH®.

1 O PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Um dos caminhos que se pode tomar ao falar sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência, mais precisamente sobre a inclusão escolar de pessoas com TEA, é abordar os diversos momentos históricos, a representação social que estas pessoas despertavam na sociedade e as consequências dos discursos hegemônicos que recaíam sobre elas.

Pode-se dizer que ocorreram muitas fases na história humana no que se refere ao acolhimento ou à exclusão das pessoas com deficiência. Neste sentido, faz-se necessário compreender que, ao falar sobre inclusão, inexoravelmente fala-se de exclusão, condições que correspondem a dois lados da mesma moeda. Segundo Sawaia (2014, p. 100), “ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais”.

Ao longo do tempo, as relações sociais e de poder posicionaram as pessoas com deficiência em locais pré-definidos, causando-lhes sofrimento e apagamento social. Somente recentemente observam-se esforços para que este lugar siga um certo reposicionamento, mas como é possível observar nas instituições sociais, as mudanças são lentas e carregadas de estigmas.

Segundo Mazzotta (1999), observa-se que a posição social da pessoa com deficiência, no decorrer do tempo, migrou da marginalização para o assistencialismo e deste para a educação, reabilitação, integração social e, mais recentemente, para a inclusão social. No entanto, pode-se dizer que este percurso foi marcado por avanços e retrocessos, ou seja, não ocorreu de forma linear, mas encontrou muita resistência, de modo que ainda hoje encontram-

³ BONINO, Rachel. Apenas 3 em cada 10 alunos com deficiência participam efetivamente das aulas. *Nova Escola*, 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21685/alunos-com-deficiencia-aulas>. Acesso em: 29 mar. 2024.

se traços de um passado ecoando no discurso social e materializados em comportamentos e atitudes capacitistas e preconceituosas.

De acordo com Miranda (2004), a primeira fase foi carregada de negligência e abandono das pessoas com deficiência. Este foi o período pré-cristão, um momento histórico em que imperavam comportamentos voltados à sobrevivência. O abandono das pessoas com deficiência ocorria, seja inicialmente pelos nômades, caçadores coletores, que precisavam se deslocar com frequência por lugares arriscados, seja posteriormente, pela necessidade de que as pessoas pudessem lutar e proteger suas cidades, sendo as pessoas com deficiência deixadas à própria sorte e levando-as inevitavelmente à sua morte. Tais condutas eram consideradas normais e comuns pela sociedade de sua época.

Como exemplo, observam-se os costumes do povo Chiricoa, que habitava as florestas da Colômbia e realizava deslocamentos frequentes conforme as necessidades de sua sobrevivência. Durante cada mudança, somente era permitido levar o essencial consigo. Por isso, indivíduos com limitações físicas, idosos ou enfermos eram deixados para trás nos antigos acampamentos da tribo; no entanto, os gestos de exclusão não eram resultado de um preconceito deliberado (Pacheco e Alves, 2007).

Com o surgimento do Cristianismo, mudanças profundas na política e na administração pública passaram a ocorrer, sendo que a divisão de poder entre a elite e o clero marca dramaticamente a posição social das pessoas e da sociedade. As crenças religiosas passam a influenciar, sobremaneira, a percepção sobre indivíduos com deficiência. Se, por um lado, a Igreja condena práticas de extermínio, pela crença da criação divina de todas as pessoas, por outro, a negligência social a estes grupos amplia-se, relegando-os à marginalização social. Segundo Miranda (2004), até meados do séc. XVIII, abandono, afogamento e sacrifícios ainda eram comuns, pois as pessoas com deficiência eram invisíveis para a sociedade.

Com o crescimento do movimento iluminista na Europa, novas concepções sociais, administrativas, políticas e econômicas ganham força. Surgem, entre os séculos XVIII e XIX, diversas instituições que se propõem a assegurar à sociedade, por um lado, a promessa de assistência às pessoas com deficiência e, por outro, o higienismo social, retirando estas pessoas da visão dos demais cidadãos, uma vez que representavam certo risco aos demais. Neste período, as pessoas com deficiência eram segregadas em instituições, um período marcado pela concepção organicista, que defendia a ideia de que a deficiência era de origem hereditária, com evidências de degenerescência da espécie (Miranda, 2004).

Observa-se, neste período, o surgimento de profissionais da área médica, tais como: Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Froebel, entre outros, que apresentavam maior interesse em estudar a deficiência, especialmente a mental (Pacheco e Alves, 2007).

Segundo Aranha (1995 apud Pacheco e Alves, 2007), somente com a Revolução Industrial e a nova organização social, agora voltada à produção e modos de operação de trabalho, que um novo paradigma surge diante da sociedade. Neste momento, e um pouco mais tarde, diante da falta de mão de obra frente às baixas causadas pelas grandes guerras, houve a necessidade de se criar sistemas de ensino e escolarização para uma população potencialmente produtiva. Desta forma, busca-se integrar as pessoas com deficiência na produção e consumo de produtos que a nova ordem social, regida pelo capitalismo, propõe.

Atualmente, vive-se a passagem deste paradigma para um novo, a inclusão social de pessoas com deficiência. Como lembra Mantoan (2015), em nossa sociedade contemporânea, há sinais de esgotamentos do antigo paradigma, que buscava unilateralmente integrar as pessoas com deficiência, adaptando-as ao sistema. As redes de comunicação estão cada vez mais complexas, sendo a velocidade da comunicação e informação mais dinâmica e difundida em tempo real. Não há mais espaço para o escamoteamento social das pessoas com deficiência. Vive-se, portanto, o advento da inclusão. Isso não significa que os antigos paradigmas, brevemente colocados, ainda não façam parte desta sociedade. Caminha-se com base em dualismos e contradições, uma vez que a diversidade de opiniões e conceitos são estruturas inalienáveis dos seres humanos. Assim, observam-se ainda segregação, negligência, institucionalização, integração, mas também esforços de inclusão. Na escola, compreendida como um microcosmos do social, não poderia ser diferente. Como lembra Mantoan (2015, p. 23):

A escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Ela ainda exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

Após este breve recorte histórico da posição social das pessoas com deficiência, faz-se necessário falar agora sobre a inclusão escolar, mais precisamente sobre a inclusão escolar de pessoas do Transtorno do Espectro Autista.

Pode-se dizer que, do ponto de vista histórico, o primeiro momento voltado à educação de uma pessoa dentro do espectro foi a intervenção realizada pelo médico Jean Itard ao jovem Victor do Aveyron, na França, no início do século XIX (Banks-Leite; Galvão, 2000). Obviamente, nesta época, a nosologia não era TEA, mas segundo os relatos históricos

produzidos, identificam-se algumas características no jovem que remetem a esta categoria. Assim, encontrado em um bosque em Aveyron, Victor não contemplava os traços de crianças surdas e que não falavam, com os quais estava sendo classificado diante de tamanha alienação social à qual fora submetido.

Itard, interessado pelo jovem, leva-o para sua casa e inicia uma certa educação médica-pedagógica, inserindo o jovem em costumes e hábitos sociais que entendia serem fundamentais para a sobrevivência (Banks-Leite; Galvão, 2000). Ações voltadas a alimentação, higiene e autocuidados foram introduzidas paulatinamente, com a intenção de ensinar o jovem Victor a organizar-se na sociedade. Esta iniciativa ecoará anos mais tarde junto à médica e educadora italiana Maria Montessori (1870-1952), que desenvolveu um programa de treinamento para crianças com deficiência mental, baseado no uso sistemático e manipulação de objetos concretos, e contribuirá para a construção do quadro diagnóstico de autismo, descrito por Leo Kanner em 1943.

Contudo, como descrito acima, o processo de educação e escolarização de crianças com deficiência, sendo que, aqui compreende-se também as pessoas dentro do espectro, permaneceu à margem da educação formal, quando muito, integrando-as ao sistema em uma perspectiva adaptacionista.

Observou-se que, a partir da década de 50, no âmbito mundial, iniciou-se uma discussão sobre a educação especial e a sua qualidade. É neste período que aumenta exponencialmente a oferta de escolas especiais no Brasil. Segundo Miranda (2008), em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, criada em 1945, já contava com 16 instituições por todo o país, igual número também apresentava a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), que foi criada em 1954, no ano de 1962. A autora lembra que, durante a década de 60, ocorreu uma grande expansão no número de escolas de ensino especial, sendo que “em 1969, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960” (Miranda, 2008, p. 35).

No entanto, somente a partir dos anos 90, inicia-se um olhar voltado à inclusão escolar nas escolas regulares propriamente ditas. Pode-se dizer que, como marco deste processo, encontra-se a Declaração de Salamanca, redigida e assinada por muitos países em 1994 e que proclama que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro da pedagogia centrada na criança e ser capaz de satisfazer tais necessidades” (Brasil, 1997, p. 1). Este documento é considerado um marco e divisor de águas ao novo paradigma, agora a inclusão escolar.

Em 2006, outro documento se destaca na esfera mundial, trata-se da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Uma das grandes contribuições desta convenção reside na reflexão a respeito das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. De forma dialética, pode-se dizer que só há deficiência se esta, em contato com as diversas barreiras sociais e atitudinais, implica à pessoa impedimentos de longo prazo (Garcez; Ikeda, 2021).

Há 9 anos, uma lei mais robusta, chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é promulgada. Uma lei que defende o respeito pleno do cidadão em todas as esferas de sua vida, garantindo o exercício pleno e efetivo de todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (Brasil, 2015).

No que se refere à legislação propriamente para pessoas com TEA, destaca-se aqui neste estudo a Lei Berenice Piana (12.764/12), que além de estabelecer e formalizar que as pessoas com autismo, para todos os efeitos legais, são pessoas com deficiência, garante o pleno acesso à educação, diagnóstico precoce, tratamento e demais serviços que necessitarem (Brasil, 2012).

Observa-se, com isso, que o reposicionamento paulatino no discurso social, com as mudanças históricas de paradigmas, resultou na construção de uma legislação de proteção e inclusão. A inclusão passa a ser vista como uma necessidade de diminuir e eliminar as barreiras sociais, arquitetônicas e, sobretudo, atitudinais. No entanto, para além destes avanços, a inclusão escolar de crianças com TEA ainda se encontra longe de ser assumida como uma condição comum e própria do cotidiano escolar, e os desafios permanecem, haja vista que dentro do espectro cada criança é única e toda tentativa de uniformizar as intervenções mostram-se pouco produtivas. Neste caso, se, por um lado, o paradigma da educação escolar visa a um olhar coletivo sobre um grupo de alunos, por outro, as crianças com TEA solicitam atitudes singulares e únicas sobre si. Santos e Ramos (2021, p. 6), sobre o assunto, destacam que:

Em se tratando da instituição escolar, suas dinâmicas, complexidades curriculares e relacionais, estudantes autistas podem enfrentar dificuldades para ser e estar nestes espaços, pois são ambientes que apresentam muitos estímulos sensoriais. Caso o estudante apresente algum comprometimento nesta dimensão, permanecer ali, relacionar-se e aprender serão situações extremamente desafiadoras e, muitas vezes, o currículo hegemônico e a estrutura escolar não levam tais aspectos em consideração.

Desta forma e diante deste desafio, no próximo capítulo, busca-se tratar um pouco mais sobre a escolarização de crianças com TEA na atualidade.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA

Primeiramente, é importante lembrar que a educação das crianças não ocorre exclusivamente no ambiente escolar, assumindo basicamente duas modalidades, a saber:

a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados (Gohn, 2014, p. 40).

Desta forma, observamos uma educação formal, ou seja, definida a partir do seu caráter regulamentar, planejado, especializado e intencional, com base em premissas científicas, e a outra, uma educação para a vida prática e do cotidiano, que assume os valores culturais de uma família ou grupo social. Cada uma destas modalidades contribui, a sua maneira, no processo de desenvolvimento das crianças e no estabelecimento do seu sistema de crenças e valores.

No entanto, mesmo na educação formal, aquela que ocorre no interior das escolas, tema de interesse deste trabalho, deve-se levar em conta outros fatores, quando o assunto é a transmissão de conhecimento. Por um lado, temos a figura do professor, sua história e identidade e, por outro, temos o sistema como um todo, amparado por modelos e metodologias pedagógicas, com uma visão de homem pré-estabelecida coletivamente e socialmente.

Assumindo como pressuposto básico que o processo de constituição identitária do professor é construído por suas experiências de vida, sobretudo no que se refere às experiências em um período em que também era, ele próprio, o aluno, no que tange a sua formação inicial, como também sua formação continuada (Tardif, 2002), e sendo estas vivências, por excelência, variadas e singulares, poder-se-ia questionar: qual é o aluno idealizado por este professor a partir do seu sistema de crenças?

Esta pergunta é fundamental se estamos pensando na inclusão de crianças com TEA, uma vez que já observamos que o paradigma da inclusão é um conceito recente, que não abarca a sociedade na sua integralidade e ainda sofre resistência de setores internos e externos da própria educação. Com isso, não é incomum observar, nos corredores das escolas, quem ainda considere a importância de salas e escolas especiais para determinados alunos.

Como saída, os sistemas de ensino cada vez mais investem em processos formativos aos professores que contemplem esta visão inclusiva. Aquele que ensina também precisa aprender, uma vez que se compreende que o processo formativo caminha ao longo da carreira docente e pode ser utilizado como um recurso de transformação. Assim, a identidade docente é

“constituída por meio de um processo dinâmico, em relação direta com o contexto social no qual está inserida” (Iza et al., 2014, p. 288).

Por outro lado, observa-se o sistema escolar e suas metodologias, que a seu tempo pensa a educação a partir de premissas de sua época. Como reflexo do passado, a escola atual ainda carrega metodologias tradicionais de ensino que resistem em compreender o aluno contemporâneo e a diversidade. Ainda assim, nos últimos duzentos anos, observam-se muitas mudanças na escola.

Com as revoluções burguesas, entre as quais, as revoluções inglesa, industrial e francesa, uma nova forma de pensar, o iluminismo, pouco a pouco torna-se a corrente de pensamento predominante. Tornar-se cidadão correspondia a ter um conhecimento iluminado, sendo a educação o berço para a formação deste novo homem (Leão, 2008).

Com efeito, vem à tona a necessidade de uma educação laica, livre e gratuita em que a população tenha acesso. De acordo com Leão (2008), se antes da Revolução Francesa, a Igreja e sua educação predominavam, impondo sua visão teocêntrica sobre o conhecimento, agora a razão surge como um elemento-chave para que se possa pesquisar e compreender a realidade. Pouco a pouco o idealismo a respeito do mundo cede espaço ao realismo, atribuindo importância ao estudo dos fenômenos naturais e do próprio homem. Assim, uma nova concepção de escola começa a aparecer.

Novas formas de educação surgem, como a Escola Nova do final do século XIX e começo do século XX, que, partindo da Europa e dos Estados Unidos, chegou ao Brasil com uma ideia profícua e revolucionária na educação. Nesta época, segundo Kulesza (2002, p.89), “O chamado “ensino intuitivo”, antecedente imediato do “ensino ativo”, era a contrapartida educacional do naturalismo e realismo que agitavam a cultura intelectual da época. E a Escola Normal seria a grande artífice desta verdadeira revolução cultural em solo brasileiro”.

No entanto, ao longo do século XX, o que se observou na educação brasileira não foi exatamente a materialização destas ideias, mas uma mixagem de tendências tradicionais, com outros ideais, como por exemplo, mais no final deste século, as teorias sociointeracionistas.

Chegando na atualidade, observa-se que a escola contemporânea se encontra em um emaranhado de contradições e dualismos, onde, segundo Libâneo (2012), especialmente nas últimas décadas, por um lado, encontra-se a escola do conhecimento, para alunos que se valem da possibilidade de comprar seu estudo e, por outro, a escola voltada à assistência, para os alunos de camadas populares, subjugados ao ensino público. Esta distância nas metas de ensino, ou seja, aquilo que se propõe como prioridade de ação, resulta no alargamento da distância

social entre as classes e no tolhimento do pleno acesso à cultura de um dos lados. No que se refere às pessoas com deficiência, outros desafios se somam a estes, levando à inclusão escolar ainda ser pensada como em um estágio inicial.

Pode-se dizer que a esta escola descrita e sobre este professor, como pano de fundo, observam-se diversas tendências pedagógicas, que influenciam diretamente a prática docente. Autores como Libâneo e Saviani incluem estas tendências em dois grandes grupos.

No primeiro grupo, encontram-se as tendências liberais, que são classificadas como “tradicional, renovadora progressiva, renovadora não diretiva e tecnicista” (Libâneo, 1989 apud Silva, 2018, p. 98). Nesta perspectiva, levam-se em conta as aptidões do estudante, e ele é educado e preparado para executar diversos papéis sociais de maneira que esteja adaptado ao sistema. Destaca-se aqui a tendência tecnicista, tendo como maior expoente o psicólogo behaviorista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), que preconizava um modelo de ensino fragmentado e autogerido pelo aluno com base em um sistema de reforçamento (Piletti; Rossato, 2017).

Segundo Saviani (2013 apud Silva, 2018, p. 101), na tendência tecnicista:

O elemento principal é a organização racional dos meios, professor e o aluno ocupam uma posição secundária relegada à condição de executores de um processo, cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas habilitados, neutros, objetivos e imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, e compensa e corrige as deficiências do professor e os efeitos de sua intervenção.

No segundo grupo, encontram-se as tendências progressistas, constituídas por meio das tendências libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos (Silva, 2018). Estas tendências buscam uma análise crítica da realidade social, posicionando o aluno como um sujeito ativo, que busca o conhecimento, desenvolvendo-se e aprendendo em interação com o meio. Temos o crescimento destas tendências a partir da década de 80, momento no qual o Brasil atravessava seu processo de redemocratização e a escola ganhava destaque como um equipamento de transformação social.

Ressalta-se aqui a tendência progressista crítico-social, que tem sua origem em autores que concebiam o método materialista histórico-dialético, que “concretiza-se como a teoria que visa captar o movimento objetivo do processo histórico, direcionando o ensino para a superação dos problemas do dia a dia da prática social e buscando a emancipação intelectual” (Silva, 2018, p. 102). Destaca-se a chegada das ideias de intelectuais como Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934) e Henri Paul Wallon (1879 – 1962), que passam a ser traduzidas e incorporadas como norteadoras na legislação educacional.

Estas concepções e tendências ecoam nas escolas brasileiras de modo que, considerando a cultura própria do Brasil e, dentro dele, diversos “Brasis”, dada sua dimensão continental e sua ampla rede de ensino, fica uma questão: podemos falar de métodos e tendências híbridas?

Uma das metodologias que vem ganhando destaque nos últimos anos na escolarização de crianças com TEA é o Programa TEACCH®. Segundo Bonome-Vanzelli et al. (2021), este programa surgiu nos anos sessenta dentro da Faculdade de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, como uma resposta aos pais de crianças autistas que se encontravam desamparadas nas escolas deste país. A figura central deste programa foi o psicólogo alemão, radicado nos EUA, Dr. Eric Schopler (1927-2006).

Este programa assume a premissa de um ensino estruturado, tendo sido influenciado diretamente pelo behaviorismo. Historicamente, ele iniciou suas atividades no ambiente clínico e caminhou em direção à educação, chegando primeiramente às salas e escolas especiais. De acordo com Vatauvuk (1997 apud Bonome-Vanzelli et al., 2021, p. 103845), quatro são os seus objetivos: “a) oferecer serviços para as crianças e suas famílias; b) desenvolver pesquisa em um contexto de ajuda e trabalho clínico; c) capacitar profissionais no contexto do serviço; d) esclarecer o público sobre o que é o autismo, suas implicações comportamentais, sociais e educacionais”.

De acordo com Leon, Bernardino e Guimarães (2023), o TEACCH® visa identificar as potencialidades dos estudantes com TEA, bem como aspectos que precisam ser desenvolvidos, buscando ampliar estas potencialidades, a partir dos seus pontos fortes e zonas de interesse. Desta forma, o ensino sistematizado e hierarquizado promovido pelo TEACCH®, pouco a pouco, avança em desdobramentos das potencialidades das crianças, caminhando do concreto e mais familiar, seu hiperfoco, ao mais simbólico. Por fim, é um programa que deve abarcar não apenas o ambiente escolar, mas que também deve ser apoiado pela família.

Como descrito neste capítulo, questões históricas, a identidade do professor e as diversas tendências forjaram o ensino do Brasil. Como saída para as crianças com TEA, observamos o Programa TEACCH®, um método pragmático de ensino que contribui no seu desenvolvimento. Sua aplicação depende do conhecimento e de habilidades específicas e relacionais dos professores. Faz-se necessário compreender agora as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA.

3 MÉTODO

Este trabalho assume como método uma revisão da literatura por meio do levantamento bibliográfico na base de dados da SciELO, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros, durante o período de 2019 até maio de 2024, considerando publicações dos últimos 5 anos.

A seleção destes trabalhos deu-se com base no cruzamento das palavras-chave “inclusão escolar” e “autismo”, uma vez que esta pesquisa apresenta como objetivo compreender como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos nas bases de dados brasileiras.

Sendo assim, assume-se que, ao falar em inclusão escolar, realiza-se um recorte de outras possibilidades de inclusão. Além disso, a base de dados SciELO é uma biblioteca nacional que permite o recorte de produções brasileiras. Após este procedimento, levantaram-se setes estudos que tiveram seus resumos lidos. Não houve necessidade de exclusão de trabalhos, uma vez que os setes estudos descreviam diretamente ou indiretamente experiências inclusivas no âmbito da educação de pessoas com TEA.

Na sequência, foi realizada a leitura das publicações na íntegra e feita uma análise a partir da aproximação e distanciamento entre os textos. Os resultados e a discussão dos trabalhos encontram-se a seguir.

4 RESULTADOS

Os resultados aqui descritos versam sobre o levantamento de trabalhos na base de dados da SciELO, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros, durante o período de 2019 até maio de 2024. Por meio do uso das palavras-chaves “inclusão escolar” e “autismo”, foram selecionados setes estudos que aqui serão resumidamente descritos.

Tabela 1 – Resultado dos Trabalhos Encontrados entre 2019 e maio de 2024 na Base da SciELO (continua)

Ano	Nome	Referência
2023	Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade	SILVEIRA, Victoria Gimenez et al. Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade. Psicologia Escolar e Educacional , v. 27, p. e238308, 2023.
2023	Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão	ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. Psicologia Escolar e Educacional , v. 27, p. e247367, 2023.

(conclusão)

Ano	Nome	Referência
2023	Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo	COSTA, Daniel Da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. Revista Brasileira de Educação , v. 28, p. e280098, 2023.
2022	História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura	LAZZARINI, Fernanda Squassoni; ELIAS, Nassim Chamel. História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 28, p. e0017, 2022.
2021	As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo	FRANCÊS, Lyanny Araujo; MESQUITA, Amélia Maria Araújo. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. Revista Brasileira de Educação , v. 26, p. e260026, 2021.
2020	Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio	LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; NUNES, Laísy de Lima; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 26, p. 69-84, 2020.
2019	Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016)	WUO, Andrea Soares. Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). Saúde e Sociedade , v. 28, p. 210-223, 2019.

Fonte: Os autores (2025)

No trabalho intitulado “Planejamento Educacional Individualizado de Estudante com Autismo na Universidade”, Silveira et al. (2023) relatam um estudo de caso realizado com uma aluna com TEA no ensino superior. As autoras relatam a escassez de pesquisas em inclusão escolar e as dificuldades enfrentadas por uma aluna com TEA neste contexto.

Neste estudo, as autoras enfatizam a necessidade e a importância do PEI (Planejamento Educacional Individualizado) para o sucesso da inclusão escolar. Destacam que a elaboração de um PEI deve passar pela avaliação das necessidades e especificidades dos estudantes e ser construído de forma multidisciplinar, levando em conta “sobretudo a participação ativa dos profissionais, professores e da própria estudante” (Silveira et al., 2023, p. 9).

As autoras enfatizam que o uso do PEI deve considerar especialmente o planejamento de ações que levem em conta as contingências individuais, do que ser apenas um plano meramente de conteúdo. Neste estudo, a partir do uso do PEI com uma aluna com TEA, observou-se que as suas dificuldades, antes observadas na relação ensino-aprendizagem e que eram permeadas por barreiras, levando ao fracasso escolar da estudante, foram superadas quase

em sua totalidade. Por fim, ressaltaram que esta prática exitosa ainda não é comum nas universidades, sendo vista apenas como experiências esparsas e pontuais.

Em “Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão”, Araujo, Silva e Zanon (2023) realizam um trabalho teórico buscando compreender os impasses que as pessoas com TEA encontram na sociedade para sua plena inclusão. Realizando um resgate histórico, descrevem a construção social e cultural dos diversos preconceitos enfrentados pela população com TEA e sua luta para romper com estes estigmas, como no caso do movimento voltado a neurodiversidade, que busca compreender o autismo em uma perspectiva diferente ao modelo biomédico.

As autoras destacam achados teóricos que valorizam, em geral, dois modelos na compreensão do TEA: o modelo médico, que procura descrever pessoas autistas com base nos manuais médicos que ressaltam déficits e dificuldades, e o modelo crítico, que se contrapõe ao modelo biomédico. Cabe mencionar que a neurodiversidade compreende pessoas autistas a partir de um modelo biopsicossocial, ou seja, não se restringe aos modelos que explicam o TEA a partir de uma ótica puramente biológica ou social.

Do ponto de vista da escolarização, as autoras ressaltam estudos que apontam o conhecimento sobre o TEA como uma importante ferramenta à inclusão. Observam que uma visão que não se paute na perspectiva de cura, mas que leve em consideração as facilidades e dificuldades de cada pessoa, contribuem também neste processo. Segundo as autoras:

[...] acredita-se que formações, capacitações e treinamentos sobre o TEA e que incluam ativamente pessoas com TEA e seus familiares no seu desenvolvimento, apoiando-se assim no movimento da neurodiversidade, podem ser ferramentas potentes para a mudança na concepção e no aumento do conhecimento sobre o transtorno. Tais fatores, por sua vez, podem representar uma luta contra a patologização do TEA em uma busca por atitudes mais compreensivas e inclusivas, respeitando as diversidades humanas (Araujo; Silva; Zanon, 2023, p. 6).

Já na pesquisa “Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo”, Costa, Schmidt e Camargo (2023) pesquisaram a importância da construção de um PEI com base em uma equipe colaborativa e corresponsável.

Os autores destacam, a partir de um estudo de caso envolvendo uma criança de onze anos com TEA, que o trabalho colaborativo é fundamental não apenas para a aplicação do PEI, mas para sua fundamentação e montagem. Ressaltam a importância de uma equipe que envolva diversos atores, como o coordenador pedagógico, professoras da sala regular, professora da sala de recursos, a própria criança e sua família. Segundo os autores:

O processo de desenvolvimento do PEI, harmonizado com a grade curricular, propicia os benefícios trazidos pelo trabalho colaborativo e capitaliza indiretamente avanços na inclusão do estudante, na medida em que os educadores se sentem amparados e motivados pela própria equipe e suas práticas passam a ser norteadas por um plano de ensino detalhado e fundamentado (Costa; Schmidt; Camargo, 2023, p. 18).

Nesta montagem, os autores destacam algumas fases, tais como: a avaliação do aluno e a capacitação continuada dos professores, visando identificar as demandas do aluno, os seus interesses, compartilhar informações e promover autoconfiança nos professores.

Em “História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura”, Lazzarini e Elias (2022) discorrem, a partir de uma pesquisa de revisão de literatura, sobre o uso do método História Social™ no tratamento e escolarização de crianças com TEA. Considerando os critérios de inclusão e exclusão, eles analisaram onze estudos, sendo dois brasileiros, oito norte-americanos e um saudita.

Segundo os autores, o uso de Histórias Sociais é útil, sobretudo, por sua facilidade de aplicação, por providenciar uma visão sobre o que pensam ou sentem as pessoas e ensinar habilidades sociais para comportamentos inadequados. Além disso, os autores destacam que se trata de um método barato e menos invasivo, sendo possível sua aplicação na escola, ainda que se encontrem muitos trabalhos no campo clínico.

Os estudos levantados pelos autores confirmam a eficácia deste método, mas o número de publicações sobre o tema vem apresentando certa diminuição. Além disso, os autores observaram poucas publicações brasileiras, somente dois estudos, o que denota sua baixa inserção no ambiente escolar neste país. De acordo com os autores:

A partir dos resultados apresentados nos estudos selecionados, pode-se inferir que as Histórias Sociais produziram modificações de comportamento relevantes para participantes com TEA de diversas idades e em diferentes ambientes [...]. Os estudos demonstraram também a eficácia das histórias na instalação de diversas habilidades sociais e pró-sociais, de comunicação, de autocuidado, entre outras (Lazzarini; Elias, 2022 p. 362).

Francês e Mesquita (2021), no estudo: “As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo”, a partir da observação participante de uma criança com TEA na educação infantil, descrevem a inclusão escolar considerando a estrutura de espaços e tempos da escola.

Neste estudo, admitem que a criança é um sujeito ativo na construção de seu conhecimento e observam que, muitas vezes, a estrutura rígida dos espaços escolares e os tempos destinados às crianças acabam por interromper as possibilidades escolares e as escutas das crianças. Neste trabalho, mesmo a criança apresentando recursos cognitivos e de linguagem, acabava sendo considerada, pela escola, mais por suas limitações e por meio do uso do seu

diagnóstico do que por suas capacidades. A dificuldade de observar a criança em sua singularidade acaba por ser um entrave no processo de inclusão. Segundo os autores:

Os resultados reafirmam a imprescindibilidade de ampliar estudos que busquem desvelar a voz da criança com deficiência em suas diversificadas formas de expressão acerca das experiências vividas nos espaços-tempos da escola, reconhecendo-a como sujeito que traz singularidades, por vezes, não exclusivas a sua deficiência, mas com peculiaridades próprias da infância que envolvem temporalidades únicas, não possíveis de serem rotuladas e programadas em espaços-tempos escolares tão rígidos (Francês; Mesquita, 2021, p. 19).

No penúltimo trabalho analisado, intitulado “Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio”, Lemos, Nunes e Salomão (2020) realizaram uma pesquisa de campo observacional, para analisar os Episódios Interacionais envolvendo 4 crianças com TEA, que apresentavam na época entre 3 e 5 anos de idade, 42 crianças com desenvolvimento típico e 4 professoras.

Partindo da análise de gravações realizadas, os estudos de caso apontaram a importância da mediação realizada pelas professoras, que potencializam as interações entre as crianças. As autoras notaram que as interações diádicas verbais e não verbais, em contexto de sala de aula com a produção de atividades, ocorreram na maior parte do tempo entre as professoras e as crianças com TEA. Desta forma, destacam que uma posição interacionista das professoras é necessária a fim de que favoreça ações conjuntas entre as crianças. Por outro lado, as crianças com desenvolvimento típico não evitaram as crianças com TEA, especialmente em situações de atividades livres.

Esta pesquisa apresentou a importância da mediação em um processo inclusivo, que segundo as autoras demonstra:

[...] a importância da interação social para a aquisição de habilidades referentes ao desenvolvimento infantil. [...] entendem-se os benefícios da inclusão escolar tanto em termos da criança atípica, como das demais crianças, que desenvolvem habilidades relativas a tolerância, respeito e empatia por meio das vivências escolares (Lemos, Nunes e Salomão, 2020, p. 82).

Por fim, no artigo “Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016)”, Wuo (2019), realizou uma revisão da literatura com base no método do estado do conhecimento, levantando teses e dissertações que pesquisaram a inclusão escolar de crianças com TEA nas regiões do Sul e Sudeste do Brasil entre 2008 e 2016. Após a realização dos critérios de inclusão e exclusão, a autora realizou a análise de 9 dissertações voltadas a inclusão escolar.

Segundo a autora, novamente vemos nestes trabalhos a primazia do discurso biomédico sobre as crianças com TEA com foco nos seus déficits e prejuízos psicológicos,

fonoaudiológico e sociais. Desta forma, pesquisas na área da educação, como demonstrado pela autora, ressaltam que, à revelia das condições sociais que revelam a singularidade de cada sujeito, estes estudantes acabam por serem reduzidos aos seus diagnósticos. Por outro lado, também foram observados estudos que buscam problematizar a inclusão escolar no tocante às barreiras e preconceitos sociais que impõem limites ao desenvolvimento das pessoas com TEA.

Wuo (2019) encerra salientando a necessidade de estudos na área da educação sobre a inclusão escolar de pessoas com TEA que superem a imagem biomédica e hegemônica dos estudos desta população, realizada hegemonicamente pelo campo da saúde. Para ela,

Trabalhos orientados por uma perspectiva crítica que privilegia as condições educacionais, sociais e históricas de constituição do sujeito, em contraposição a um olhar individual e patologizante sobre o TEA, permitem a emergência de diferentes olhares sobre a inclusão escolar e o TEA (Wuo, 2019, p. 221).

Após esta breve descrição de cada estudo, segue-se para a discussão dos resultados.

5 DISCUSSÃO

Diante do exposto e com base no levantamento de trabalhos na base de dados da SciELO, uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros, durante o período de 2019 até maio de 2024, selecionaram-se setes estudos. A seleção destes trabalhos deu-se com base no cruzamento das palavras-chave “inclusão escolar” e “autismo”, uma vez que esta pesquisa apresenta como objetivo compreender como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos nas bases de dados brasileiras. Sendo assim, assume-se que, ao falar em inclusão escolar, realiza-se um recorte de outras possibilidades de inclusão. Além disso, a base de dados SciELO é uma biblioteca nacional que permite o recorte de produções brasileiras. Não houve necessidade de exclusão de trabalhos, uma vez que os setes estudos descreviam diretamente ou indiretamente experiências inclusivas no âmbito da educação de pessoas com TEA.

Considerando os trabalhos analisados, encontraram-se quatro estudos de caso (Silveira et al, 2023; Costa, Schmidt e Camargo, 2023; Francês e Mesquita, 2021; Lemos, Nunes e Salomão 2020). Dentro destes trabalhos, ao todo, foi analisada a inclusão de 7 estudantes, sendo 5 alunos da Educação Infantil, 1 do Ensino Fundamental e 1 do Ensino Superior. Além disso, dois trabalhos realizaram uma revisão de literatura (Lazzarini e Elias, 2022; Wuo, 2019) e um trabalho dissertou teoricamente sobre a inclusão escolar (Araujo, Silva e Zanon, 2023).

De modo geral, os trabalhos destacam a importância de a inclusão escolar ser realizada com base em um planejamento que envolva uma equipe interdisciplinar, a família e os

interesses do próprio aluno. Dois estudos (Silveira et al, 2023; Costa, Schmidt e Camargo, 2023) destacam a importância da construção do Plano de Educação Individualizado – PEI, considerando um trabalho colaborativo de toda a equipe escolar, bem como formativo. Ressaltou-se que a montagem do PEI resulta não apenas no sucesso inclusivo do estudante, mas garante maior segurança ao docente, que reconhece um sentido em sua ação e sente-se embasado em uma prática fundamentada e definida.

Os estudos teórico e de revisão ressaltam a importância da superação do discurso biomédico (Araujo, Silva e Zanon, 2023; Wuo, 2019), embora este seja dominante nos trabalhos pesquisados pelos autores. Com isso, ainda é possível observar nas pesquisas uma prática educacional com ênfase nas limitações das pessoas com TEA e o diagnóstico em detrimento das suas potencialidades.

As interações e habilidades sociais também surgiram nos estudos (Lazzarini e Elias, 2022; Francês e Mesquita, 2021; Lemos, Nunes e Salomão 2020). Os autores descrevem o quanto são importantes os relacionamentos entre os pares e os processos de mediação dos professores. Estes trabalhos defendem a ideia de uma educação sociointeracionista que respeite os tempos dos alunos, os espaços de circulação e sua singularidade. Tal premissa encontra-se de acordo com as tendências pedagógicas citadas na fundamentação teórica deste trabalho, como por exemplo ao observar a tendência progressista crítico-social (Silva, 2018, p. 102).

Os trabalhos analisados reafirmam a necessidade de observar a criança como protagonista em seu processo educativo, sendo a inclusão uma ruptura dos processos meramente adaptacionistas para um olhar que leve em conta o interesse dos alunos.

Desta forma, os estudos criticam a mecanização dos processos escolares, sua visão médica, por vezes excludente, e acedem à necessidade de se continuar a pensar a neurodiversidade na construção de políticas públicas que rompam com leituras estereotipadas e preconceituosas (Araujo, Silva e Zanon, 2023). A necessidade desta crítica abarca a ideia das contradições históricas levantadas na fundamentação teórica deste trabalho e que ainda remetem a uma visão médica dentro dos espaços escolares (Mantoan, 2015).

Embora descrito na literatura como um método de escolarização às crianças com TEA, o Programa TEACCH® não surgiu em nenhum estudo analisado. O único estudo que evidencia um método de trabalho foi produzido por Lazzarini e Elias (2022) ao descrever o uso da História Social™. Nesta pesquisa de revisão, os autores evidenciam a necessidade de levar a criança com TEA ao reconhecimento das emoções e das convenções sociais por meio das histórias.

Contudo, pode-se dizer que este estudo encontra limitações, como o fato de este levantamento bibliográfico encontrar apenas um trabalho de estudo de caso que remeta diretamente ao Ensino Fundamental (Costa, Schmidt e Camargo, 2023). Neste estudo observou-se uma criança com TEA de 11 anos que recebera o diagnóstico composto pela antiga classificação de Síndrome de Asperger, ou autismo de alto desempenho. Fica aqui o questionamento sobre a ausência de trabalhos circunscritos no Ensino Fundamental e que contemplem crianças autistas níveis 2 e 3 de suporte, ou seja, que necessitam de um apoio maior. Quais são as possibilidades frente a desafios maiores de suporte?

Outra limitação reside na delimitação da seleção de trabalhos apenas para estudos nacionais e na base da SciELO. Quais são as possibilidades de inclusão em outros países, como por exemplo nos países latinos, próximos ao Brasil? Sabemos que, diante da sua história, professores que assumem a educação brasileira necessitam de um verdadeiro processo criativo para a inclusão escolar de pessoas com deficiência; como será em outros países? Ressalta-se que, nos estudos levantados, enfatizou-se a necessidade da formação dos professores e o planejamento das ações docentes.

Assim, se, por um lado buscou-se olhar para os estudos recentes com uma visão crítica e orientada historicamente, por outro, recomendam-se estudos desta natureza que abarquem um número maior de trabalhos para esta análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível compreender o desenvolvimento e os impasses que a inclusão social e escolar assumiu historicamente. Longe de ser uma lógica assumida em sua plenitude, a inclusão escolar encontra avanços e retrocessos em sua práxis. Contudo, é correto afirmar que, na atualidade, a robustez legal e a disseminação das ideias inclusivas nunca encontraram paralelo na história da humanidade.

Embora o discurso do modelo biomédico sobre as pessoas com TEA, que enfatiza o diagnóstico e os sintomas, ainda seja hegemônico socialmente, outras explicações realizam rupturas neste discurso, na direção das possibilidades e potencialidades das crianças em suas singularidades.

Assim, para encerrar este trabalho, resgata-se sua questão inicial, a saber: como se configuram as práticas escolares inclusivas de pessoas com TEA, descritas nos últimos cinco anos em uma base de dados brasileira?

Observa-se, nos estudos levantados, um esforço ao planejamento, formação, laço social, mediação e uma visão que leva em conta a singularidade de cada criança. A tendência sociointeracionista assume protagonismo no cenário brasileiro, mas ela não exclui outras práticas e métodos.

Recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema na educação. Percebe-se, pela potência do discurso biomédico, que o posicionamento ético-político sobre o tema em pesquisas no campo da educação pode favorecer uma inclusão escolar cada vez mais humanizada e voltada ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM- V)** Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2015.

ARAÚJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/> /. Acesso em: 25 maio 2024.

BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel. Uma introdução à história de Victor do Aveyron e suas repercussões. In BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel (orgs). **A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 11-24.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília 7 jul. de 2015.

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília 27 dez. de 2012.

BRASIL. Decreto n. 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 ago. de 2009.

BONOME-VANZELLI, Sílvia Regina Cassan et al. Contribuições do programa Teacch® à educação regular Contribuciones del programa Teacch® a la educación regular. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 103837-103851, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/39290>. Acesso em: 03 dez. 2025.

COSTA, Daniel Da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PPfgrTp5g4bCWvpYLTydbMK/> Acesso em: 25 maio 2024.

FRANCÊS, Lyanny Araujo; MESQUITA, Amélia Maria Araújo. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260026, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?format=html>. Acesso em: 25 maio 2024.

GARCEZ, Liliane; IKEDA, Gabriela. **Educação inclusiva de bolso**: o desafio de não deixar ninguém para trás. São Paulo: Arco 43, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/gohn_2014.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto et al. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/978/339> Acesso em: 03 abr. 2021.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da escola nova no Brasil. **Educação em Foco**, v. 7, n. 2, p. 83-92, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3mkN6N0> Acesso em: 03 abr. 2021.

LAZZARINI, Fernanda Squassoni; ELIAS, Nassim Chamel. História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, p. e0017, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xJbTxLYxdpkR7wbdtxM8spr/> Acesso em: 25 maio 2024.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. A influência do Iluminismo nas políticas educacionais atuais: em pauta a cidadania. **Diversa**, ano I, v. 1, n. 2, p. 69-84, 2008.

LEMONS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; NUNES, Laísy de Lima; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 69-84, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/z9kw6rcvPhxsPSkmLnXwMhd/>. Acesso em: 25 maio 2024.

LEON, Viviane Costa de; BERNARDINO, Camille Moura Palma da Silva; GUIMARÃES, Viviani Pereira Amanajás. Adaptação da coleção Novo Alfabetização com Boquinhos® para crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 7, p. 21905-21916, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/61403/44267>. Acesso em: 22 maio 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e**

Pesquisa, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MAENNER, Matthew J. et al. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years—Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2020. **MMWR. Surveillance Summaries**, v. 72, 2023. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr>. Acesso em: 03 dez. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MAS, Natalie Andrade. **Transtorno do espectro autista-história da construção de um diagnóstico**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.47.2018.tde-26102018-191739. Acesso em: 28 mar. 2024.

MAZZOTTA Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf. Acesso em: 09 jun. de 2020.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, v. 7, 2008. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/> Acesso em: 08 maio 2024.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social. **Acta fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>. Acesso em: 03 dez. 2025.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Capítulo - Skinner: condicionamento e aprendizagem. In. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. São Paulo: Contexto. 2017, p. 13-33.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de educação**, n. 8, p. 63-83, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3hgZzy8>. Acesso em: 09 jun. de 2020.

SANTOS, Vanessa Nicolau Freitas; RAMOS, Phagner. A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva Histórico-cultural. **Rein-Revista Educação Inclusiva**, v. 6, n. 4, 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Aracéli Girardi da. Tendências pedagógicas: perspectivas históricas e reflexões para a educação brasileira. **Unesc & Ciência-ACHS**, v. 9, n. 1, p. 97-106, 2018. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/aperfeioamento-em-docncia-e-prtica-de-ensino-apostila05.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

SILVEIRA, Victoria Gimenez et al. Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e238308, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3CB76smsrNFXjLTXVYQx84F/>. Acesso em: 25 maio 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

VIGOTSKI, Lev. S. Consciência como problema de la psicologia del comportamiento. *In: Obras Escogidas I*. Madrid: Viso, Ministério de Educación y Ciencia, 1991.

WUO, Andrea Soares. Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 210-223, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Xchrj5dRf6gWzH7bvsZ8gKM/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2024.

A CO-CONSTRUÇÃO REFLEXIVA COMO ESTRATÉGIA INOVADORA NO ENSINO DE FÍSICA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

CUCHUPICA, Colarinho Brito¹; AZEVEDO, Alsénio Jerónimo da Costa².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-589>

RESUMO

Este estudo explora uma abordagem pedagógica inovadora que alia reflexão crítica e colaboração, visando aprimorar o ensino-aprendizagem na disciplina de Física. Investiga como o método de co-construção reflexiva pode ser implementado para fomentar uma aprendizagem significativa, promover o desenvolvimento de competências críticas e colaborativas e assegurar uma maior contextualização dos conceitos físicos. Com uma abordagem qualitativa fundamentada na observação e entrevista, a pesquisa foi realizada em quatro escolas, duas no Distrito de Macanga-Tete e duas no Distrito de Cuamba-Niassa, envolvendo dez professores. Nessas escolas, foram observadas aulas planejadas e conduzidas com base na co-construção reflexiva, incorporando atividades práticas, como experimentos, debates guiados e resolução coletiva de problemas. A análise centrou-se nos resultados obtidos a partir das interações entre professores e alunos e na eficácia da abordagem em promover uma compreensão mais profunda dos conteúdos. O método favorece significativamente o engajamento dos alunos, estimula a curiosidade científica e aprimora a capacidade de aplicar conceitos teóricos a situações práticas. Contudo, a implementação enfrenta desafios importantes, incluindo a necessidade de capacitação do professor, a resistência inicial dos alunos frente a novas metodologias e as limitações estruturais e de recursos em muitas escolas. Conclui-se que, embora demande em termos de planejamento e superação de barreiras institucionais, a co-construção reflexiva constitui uma estratégia pedagógica promissora. Consequentemente, pode transformar o ensino de Física ao formar alunos mais críticos, engajados e preparados para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Para tanto, é imprescindível que gestores educacionais e formuladores de políticas públicas priorizem ações que sustentem e expandam o uso dessa abordagem no contexto escolar.

Palavras-chave: co-construção reflexiva; ensino de Física; estratégias pedagógicas; aprendizagem significativa; desafios educacionais.

ABSTRACT

This study explores an innovative pedagogical approach that combines critical reflection and collaboration, aiming to improve teaching and learning in the subject of Physics. However, it investigates how the reflective co-construction method can be implemented to foster meaningful learning, promote the development of critical and collaborative skills, and ensure a greater contextualization of physics concepts. Using a qualitative approach based on observation and interviews, the research was carried out in four schools, two in the Macanga-Tete District and two in the Cuamba-Niassa District, involving ten teachers. In these schools, classes planned and conducted based on reflective co-construction were observed, incorporating practical activities such as experiments, guided debates and collective problem-solving. The analysis focused on the results obtained from the interactions between teachers and students and on the effectiveness of the approach in promoting a deeper understanding of the content. The method significantly favors student engagement, stimulates scientific curiosity, and improves the ability to apply theoretical concepts to practical situations. However, implementation faces significant challenges, including the need for teacher training, students' initial resistance to new methodologies, and structural and resource limitations in many schools. It is concluded that, although demanding in terms of planning and overcoming institutional barriers, reflective co-construction constitutes a promising pedagogical strategy. Consequently, it can transform Physics teaching by forming students who are more critical, engaged, and prepared to face contemporary challenges. To this end, it is essential that educational managers and public policy makers prioritize actions that sustain and expand the use of this approach in the school context.

Keywords: reflective co-construction; Physics teaching; pedagogical strategies; meaningful learning; educational challenges.

¹Licenciado em Ensino de Física com Habilitações em Ensino de Matemática pela Universidade Púnguê. Docente e Director da Escola Básica de Mpota, Distrito de Macanga -Tete, Moçambique. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Niassa, membro e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino (NuPECE). Filiação: Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma-Niassa (ISDRB), Pais Moçambique. *E-mail:* cuchupica94@gmail.com ,<https://orcid.org/0009-0007-7461-092>

²Licenciado em Ensino Básico pela Universidade Pedagógica. Actualmente docente da Escola Básica Josina Machel-Cidade de Lichinga, Moçambique. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências (ISDRB). *E-mail:* alseniojeronimodacostaazevedo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino de Física, no contexto escolar contemporâneo, enfrenta diversos desafios que comprometem a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Com efeito, entre os principais entraves, encontram-se a dificuldade em contextualizar conceitos de natureza abstrata e a reduzida participação ativa dos alunos, fatores que, inevitavelmente, contribuem para o desinteresse e para o distanciamento em relação ao conteúdo lecionado. Por conseguinte, tais limitações tornam evidente a necessidade de adoção de estratégias pedagógicas inovadoras que promovam o protagonismo estudantil, a reflexão crítica e a articulação do saber científico com situações práticas da vida quotidiana (Silva, 2020, p. 45).

Nesse sentido, o método de co-construção reflexiva apresenta-se como uma abordagem particularmente promissora, na medida em que se fundamenta em práticas pedagógicas que estimulam a colaboração e a participação ativa de estudantes e professores no processo educativo. De acordo com Araújo (2021, p. 78), a co-construção reflexiva procura integrar a aprendizagem teórica com a experiência prática, permitindo que os alunos não apenas compreendam os conteúdos, mas igualmente sejam capazes de aplicá-los em contextos diversos, favorecendo, assim, o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas.

Do mesmo modo, Freire (2019, p. 63) defende que a aprendizagem significativa ocorre quando os sujeitos educativos se envolvem ativamente na construção do conhecimento, cabendo ao professor o papel de mediador que orienta e estimula a autonomia intelectual dos alunos. Complementando esta perspectiva, Libânio (2023, p. 112) sublinha que a utilização de metodologias interativas no ensino de disciplinas como a Física pode superar a fragmentação do saber, promovendo uma visão integrada que relacione teoria e prática, ciência e vida.

Adicionalmente, a literatura recente reforça os benefícios da adoção de estratégias colaborativas no ensino de ciências. Martins e Almeida (2022, p. 89) salientam que metodologias baseadas na interação entre os participantes do processo educativo ampliam o envolvimento, fomentam a curiosidade científica e potencializam a capacidade de resolução de problemas complexos. Todavia, a implementação destas práticas requer não apenas uma mudança de mentalidade por parte dos docentes, mas também o enfrentamento de desafios estruturais e pedagógicos que ainda se fazem sentir em diferentes contextos escolares.

Em face deste panorama, o presente estudo propõe-se a investigar de que forma o método de co-construção reflexiva pode ser aplicado no ensino de Física, explorando as suas potencialidades enquanto estratégia transformadora e analisando, em simultâneo, os desafios

inerentes à sua implementação. Assim, pretende-se contribuir para o debate em torno das inovações pedagógicas no ensino de ciências, evidenciando a relevância de práticas que favoreçam a formação integral dos alunos e que estejam alinhadas com as exigências da sociedade contemporânea.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino de Física, no contexto educacional contemporâneo, encontra-se diante de um conjunto de desafios estruturais, pedagógicos e metodológicos que limitam de forma significativa a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Entre os principais obstáculos, destacam-se, nomeadamente, a dificuldade em contextualizar conceitos de natureza abstrata, a baixa participação ativa dos estudantes nas atividades escolares e a persistente fragmentação do saber científico.

Em virtude desses fatores, observa-se frequentemente o desinteresse discente em relação ao conteúdo científico, bem como a ausência de uma ligação consistente e significativa entre a teoria e a prática. Deste modo, torna-se evidente a necessidade de desenvolver e implementar estratégias pedagógicas inovadoras que contribuam para aproximar os conceitos científicos da realidade dos estudantes e, conseqüentemente, para reforçar a motivação e o envolvimento no processo de aprendizagem.

Neste cenário, a co-construção reflexiva emerge como uma abordagem pedagógica inovadora, orientada para a promoção do protagonismo discente, a articulação do saber científico com o cotidiano e o desenvolvimento de competências críticas, criativas e reflexivas. Tal metodologia fundamenta-se na ideia de que a aprendizagem não pode ser entendida como mera recepção de informação, mas antes como um processo dinâmico de interação, diálogo e partilha de saberes.

Com efeito, Silva (2020) e Araújo (2021) convergem no entendimento de que um dos maiores entraves ao ensino de Física reside na desconexão entre os conceitos científicos e as experiências práticas dos alunos, o que culmina em um aprendizado descontextualizado e desmotivador. Como sublinha Silva (2020), “a dificuldade em aproximar os conceitos teóricos da realidade quotidiana dos alunos compromete o interesse e a compreensão dos mesmos” (p. 45).

Complementando essa perspectiva, Araújo (2021) argumenta que “a falta de interação entre a teoria e as vivências práticas no ensino de Física gera uma barreira para a aprendizagem significativa” (p. 78). Ambos os autores sustentam, portanto, que é fundamental desenvolver

metodologias que promovam a integração entre a teoria e a prática, proporcionando aos estudantes uma visão mais ampla e funcional do conhecimento científico.

Neste sentido, a co-construção reflexiva apresenta-se como uma solução pedagógica eficaz, ao favorecer a criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual alunos e professores constroem conjuntamente o conhecimento. Através deste processo, é possível explorar a aplicabilidade dos conceitos científicos em situações do dia a dia, promovendo, desse modo, uma compreensão mais integrada, contextualizada e envolvente da disciplina.

Freire (2019) reforça esta visão ao salientar que a aprendizagem significativa ocorre quando os estudantes assumem um papel ativo e participativo na construção do saber. Segundo o autor, “a mediação pedagógica, conduzida de forma dialógica e colaborativa, transforma o estudante em protagonista de sua própria aprendizagem” (p. 63). Este enfoque, além de fomentar a reflexão crítica, contribui também para o desenvolvimento da autonomia intelectual e para o fortalecimento do compromisso com os conteúdos escolares, tornando o ensino de Física mais coerente com as exigências educativas do século XXI.

Do mesmo modo, Libânio (2023) amplia o debate ao problematizar as condições estruturais e pedagógicas necessárias para a adoção desta metodologia. Para o autor, “essa metodologia requer uma mudança paradigmática, onde o professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdos e passa a atuar como mediador do conhecimento, criando condições para a aprendizagem colaborativa” (p. 112). No entanto, alerta para o fato de que a implementação efetiva desta abordagem exige investimentos robustos, tanto ao nível da disponibilização de recursos tecnológicos quanto no que concerne à formação continuada dos docentes.

Paralelamente, Martins e Almeida (2022) evidenciam que, ao privilegiar práticas pedagógicas de caráter colaborativo, a co-construção reflexiva contribui para ampliar o engajamento dos alunos, estimular a curiosidade científica e favorecer o desenvolvimento de competências de resolução de problemas complexos. De acordo com os autores, “ao adotar uma abordagem interativa e colaborativa, o ensino de Física não só se torna mais dinâmico, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos e preparados para lidar com questões práticas e sociais contemporâneas” (p. 89).

De forma complementar, Almeida et al. (2025) reforçam a relevância desta estratégia, destacando a sua capacidade de alinhar a aprendizagem científica às demandas sociais, tecnológicas e profissionais do século XXI. Para os autores, “a metodologia promove uma aprendizagem conectada às necessidades da sociedade globalizada, permitindo que os

estudantes compreendam a relevância da Física em seu cotidiano e desenvolvam competências cruciais para o mercado de trabalho” (p. 56).

Assim, a Física deixa de ser percebida como um conjunto de fórmulas descontextualizadas, passando a ser reconhecida como um instrumento útil para a compreensão e intervenção no mundo real. Face ao exposto, é possível afirmar que a co-construção reflexiva se apresenta como uma estratégia pedagógica promissora para transformar o ensino de Física em um processo dinâmico, interativo e socialmente relevante.

Todavia, para que esta abordagem alcance plena eficácia, torna-se imprescindível ultrapassar os desafios de ordem estrutural e pedagógica, garantindo que os professores disponham de condições adequadas e sejam devidamente capacitados. Só assim será possível consolidar práticas que promovam uma educação científica mais significativa, contextualizada e capaz de responder às exigências do nosso tempo.

1.1 Estratégia Inovadora no Ensino de Física

A implementação de estratégias pedagógicas inovadoras no ensino de Física constitui, na contemporaneidade, um requisito essencial para superar os desafios relacionados ao desinteresse dos estudantes e à fragmentação do conhecimento científico. Com efeito, tais metodologias procuram engajar os alunos de forma mais significativa, promovendo a articulação entre teoria e prática e contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas, reflexivas e criativas.

De acordo com Silva (2020), o ensino de Física, no contexto atual, exige a adoção de práticas pedagógicas que transcendam a mera transmissão de conteúdos. Nesse sentido, é fundamental estimular o protagonismo discente através de atividades que contextualizem os conceitos científicos em situações cotidianas, permitindo não apenas a compreensão teórica, mas também a sua aplicabilidade prática. Assim, torna-se possível proporcionar uma aprendizagem mais relevante, integrada e duradoura (p. 45).

Complementando esta perspectiva, Araújo (2021) defende que a co-construção reflexiva se destaca como uma metodologia inovadora, justamente por integrar o aprendizado teórico às experiências concretas dos alunos. Este processo possibilita o desenvolvimento simultâneo da autonomia intelectual e do pensamento crítico, na medida em que promove o engajamento discente na construção coletiva do conhecimento. Dessa forma, tal estratégia enfatiza a participação ativa dos estudantes e a mediação colaborativa do professor, configurando um ambiente dinâmico, interativo e inclusivo (p. 78).

Na mesma linha de raciocínio, Freire (2019) sublinha que a aprendizagem verdadeiramente significativa ocorre através do envolvimento ativo dos sujeitos do processo educativo, sustentado por um diálogo constante que valoriza a reflexão crítica e a contextualização dos conteúdos curriculares. Sob essa ótica, a co-construção reflexiva transforma a sala de aula num espaço de interação e construção mútua, onde professores e estudantes atuam como parceiros, partilhando responsabilidades no processo de ensino-aprendizagem (p. 63).

Do mesmo modo, Martins e Almeida (2022) apontam que metodologias colaborativas baseadas na interação entre professores e alunos favorecem a curiosidade científica e ampliam a capacidade de resolução de problemas complexos, competências consideradas fundamentais para o ensino de ciências no século XXI. Todavia, os autores alertam para a existência de barreiras estruturais e pedagógicas que ainda precisam de ser superadas, tais como a escassez de recursos materiais e a insuficiência da formação continuada de docentes (p. 89).

Nessa perspectiva, Libânio (2023) acrescenta que a fragmentação do saber no ensino de Física pode ser atenuada ou mesmo superada mediante a utilização de metodologias interativas. Estas, ao promoverem uma visão integrada dos conteúdos, contribuem para relacionar os conceitos científicos às realidades sociais e tecnológicas dos estudantes. Tal abordagem não apenas reforça a compreensão teórica, mas também estimula a aplicação prática do conhecimento em contextos diversificados, favorecendo uma aprendizagem mais transformadora e socialmente relevante (p. 112).

Dessa forma, torna-se evidente que as estratégias pedagógicas inovadoras, em especial a co-construção reflexiva, revelam um potencial expressivo para reconfigurar as práticas educativas no ensino da Física. Contudo, a concretização dessa transformação requer um esforço coletivo e institucional capaz de ultrapassar os obstáculos estruturais, assegurando condições materiais adequadas e fomentando a formação contínua de professores. Só assim será possível consolidar uma prática pedagógica coerente com as exigências educacionais contemporâneas e alinhada com as necessidades sociais do século XXI.

1.2 O Método de Co-Construção Reflexiva

O método de co-construção reflexiva configura-se como uma proposta pedagógica inovadora, de inequívoca pertinência no contexto contemporâneo da educação superior, em particular nas áreas das ciências exatas, como a Física. Com efeito, trata-se de uma abordagem que se fundamenta em princípios de colaboração, interação dialógica e reflexão crítica, os quais

visam superar a visão tradicional do ensino, excessivamente centrada na transmissão unidirecional do conhecimento. Assim sendo, ao privilegiar a articulação entre teoria e prática, esta metodologia coloca em evidência a necessidade de uma aprendizagem ativa, participativa e situada.

Araújo (2021) sublinha que “a co-construção reflexiva é um método que integra o aprendizado teórico com a experiência prática, permitindo que os estudantes compreendam e apliquem os conteúdos em contextos reais, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências críticas e reflexivas” (p. 78). Ora, tal concepção traduz-se numa clara valorização do estudante enquanto sujeito epistêmico, responsável pela construção gradual e contextualizada do saber. Por conseguinte, a co-construção reflexiva afasta-se da lógica bancária do ensino, na qual o docente deposita conteúdos em mentes passivas, e aproxima-se de um modelo que enaltece a autonomia intelectual e a agência dos discentes.

Nesta linha de pensamento, Freire (2019) afirma que “a mediação pedagógica, central no método de co-construção reflexiva, potencializa o aprendizado significativo ao estabelecer um diálogo entre os sujeitos do processo educativo, promovendo a autonomia intelectual e o engajamento crítico dos estudantes” (p. 63). Tal posição remete para uma redefinição substantiva do papel do professor, que deixa de ser um mero transmissor de conteúdos para se assumir como mediador e facilitador de processos cognitivos e reflexivos. Deste modo, a autoridade docente não desaparece, mas é reconfigurada numa perspectiva dialógica, centrada na interação e na problematização.

Do mesmo modo, Martins e Almeida (2022) reforçam que “o método de co-construção reflexiva possibilita um ensino mais dinâmico e participativo, ao priorizar a interação entre professores e estudantes, o que amplia a curiosidade científica e incentiva a resolução de problemas complexos” (p. 89). Por outras palavras, ao privilegiar a cooperação, a interação e a partilha de perspectivas, este método rompe com paradigmas tradicionais e promove uma visão integrada do conhecimento científico. Particularmente no ensino da Física, tal abordagem mostra-se determinante, uma vez que permite estabelecer pontes entre conceitos abstratos e fenômenos empíricos do cotidiano, ampliando a relevância e a aplicabilidade do saber acadêmico.

Por sua vez, Silva (2020) advoga que “a co-construção reflexiva é particularmente eficaz no ensino de disciplinas como Física, pois articula o saber científico com situações práticas da vida quotidiana, favorecendo o interesse e o engajamento dos estudantes” (p. 45). Assim, torna-se patente que a contextualização dos conteúdos, elemento central nesta metodologia, não

constitui apenas uma estratégia didática, mas antes um imperativo pedagógico que confere sentido e relevância à aprendizagem.

Todavia, cumpre reconhecer que a implementação deste método exige condições estruturais e pedagógicas específicas. Libânio (2023) adverte que “a implementação do método de co-construção reflexiva exige mudanças estruturais e pedagógicas significativas, incluindo a capacitação dos professores e a adoção de recursos que favoreçam práticas interativas e colaborativas” (p. 112). Destarte, a operacionalização desta metodologia implica investimentos institucionais em formação contínua, em reconfiguração de espaços de aprendizagem e na disponibilização de materiais adequados à experimentação pedagógica.

Em síntese, a co-construção reflexiva apresenta-se como um paradigma transformador do ensino, uma vez que articula, de forma consistente, teoria e prática, crítica e ação, autonomia e colaboração. Por conseguinte, ao mesmo tempo que promove a emancipação intelectual dos estudantes, redefine o papel do professor e introduz novas dinâmicas no processo educativo, revela-se como uma resposta pertinente às exigências de uma sociedade em constante mutação, marcada pela complexidade e pela necessidade de saberes aplicados e interdisciplinares.

Assim sendo, pode concluir-se que esta metodologia não constitui apenas uma técnica pedagógica, mas antes uma visão epistemológica sobre o ato educativo, capaz de reconfigurar profundamente a relação entre conhecimento, ensino e aprendizagem. A co-construção reflexiva, ao valorizar o diálogo e a criticidade, projeta-se como um contributo relevante para a consolidação de uma educação universitária mais humanista, inclusiva e socialmente comprometida.

1.3 Aprendizagem Significativa

A teoria da aprendizagem significativa, proposta por David Ausubel e ampliada por diversos autores contemporâneos, enfatiza a conexão substancial entre os novos conhecimentos e os saberes previamente adquiridos pelos estudantes. Esse modelo teórico pressupõe que o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando os conteúdos são integrados ao repertório cognitivo do aprendiz, resultando em uma compreensão mais profunda, duradoura e aplicável à realidade vivenciada.

De acordo com Freire (2019), "a aprendizagem significativa ocorre quando o estudante se envolve ativamente no processo de construção do conhecimento, estabelecendo relações entre os conteúdos estudados e sua realidade cotidiana" (p. 63). O autor sublinha que a prática

educativa centrada no diálogo e na mediação pedagógica é fundamental para fomentar reflexões críticas que transcendem a mera memorização de informações.

Silva (2020) complementa essa perspectiva ao afirmar que "o ensino só se torna significativo quando os conteúdos são apresentados de forma contextualizada, permitindo que os estudantes percebam sua relevância prática e aplicabilidade em situações reais" (p. 45). Segundo o autor, essa abordagem promove uma conexão direta entre o saber escolar e os desafios do mundo contemporâneo, destacando a necessidade de estratégias pedagógicas que vinculem teoria e prática.

Araújo (2021) também contribui com a discussão ao destacar que "a conexão entre teoria e prática é um dos pilares da aprendizagem significativa, pois possibilita que os estudantes desenvolvam competências críticas ao aplicar conceitos teóricos em contextos diversificados" (p. 78). Essa visão aponta para a importância de práticas educacionais que estimulem a capacidade de análise, síntese e aplicação do conhecimento em situações reais.

Martins e Almeida (2022) reforçam a relevância das metodologias ativas ao observarem que "as metodologias que promovem a interação e a colaboração no ambiente escolar potencializam a aprendizagem significativa, ao envolverem os estudantes em processos ativos de construção e aplicação do conhecimento" (p. 89). Esses autores destacam que, além da aquisição de conhecimentos, esse modelo de ensino favorece o desenvolvimento de habilidades como a curiosidade científica e a resolução de problemas complexos.

Adicionalmente, Libânio (2023) argumenta que "o uso de metodologias interativas, como a co-construção reflexiva, fortalece a aprendizagem significativa ao conectar os saberes escolares às experiências e vivências dos estudantes, superando a fragmentação do conhecimento" (p. 112). Para o autor, práticas pedagógicas integradas e contextualizadas promovem um aprendizado que contribui para a formação integral dos alunos, alinhando-se às demandas educativas do século XXI.

Portanto, a aprendizagem significativa emerge como uma estratégia central no campo educacional, promovendo a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas e o engajamento ativo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Esse modelo teórico-prático exige, no entanto, um compromisso por parte dos educadores e das instituições escolares para a implementação de abordagens pedagógicas inovadoras que transcendam a tradicional transmissão de conhecimentos e favoreçam um aprendizado transformador.

1.4 Potencialidades e Desafios do Método de Co-Construção Reflexiva

O método de co-construção reflexiva apresenta-se como uma abordagem pedagógica promissora, especialmente para disciplinas que demandam a integração entre teoria e prática, como a Física. Contudo, a implementação desse método traz consigo tanto potencialidades significativas quanto desafios que requerem atenção das instituições e dos educadores.

1.4.1 Potencialidades

Uma das principais potencialidades do método de co-construção reflexiva é o estímulo ao protagonismo dos estudantes, permitindo que eles sejam ativos na construção do conhecimento. Conforme Araújo (2021), "essa abordagem promove um engajamento crítico dos discentes ao conectá-los com os desafios reais do aprendizado, favorecendo o desenvolvimento de competências complexas, como a resolução de problemas e a curiosidade científica" (p. 80).

Além disso, a contextualização dos conteúdos é um aspecto-chave dessa metodologia. Segundo Silva (2020), "ao aproximar os conceitos teóricos de situações práticas e cotidianas, o método potencializa a aprendizagem significativa, tornando o ensino mais relevante e aplicável" (p. 47). Essa conexão entre teoria e prática facilita a assimilação dos conteúdos e sua aplicação em contextos variados, ampliando a compreensão dos estudantes.

Freire (2019) também destaca que "a mediação pedagógica nesse método fomenta o diálogo entre professor e estudante, criando um ambiente de aprendizado mais democrático e participativo, essencial para o desenvolvimento da autonomia intelectual" (p. 65). Essa prática contribui para a formação de sujeitos críticos e reflexivos, preparados para lidar com as complexidades do mundo contemporâneo.

1.4.2 Desafios

Por outro lado, a implementação do método de co-construção reflexiva exige mudanças estruturais e culturais significativas nas escolas. Libâneo (2023) aponta que "o principal desafio está na capacitação dos professores, que precisam desenvolver habilidades de mediação e organização de práticas colaborativas, o que demanda tempo e recursos" (p. 115).

Outro ponto crítico está relacionado às condições materiais das instituições de ensino. De acordo com Martins e Almeida (2022), "a falta de recursos pedagógicos adequados e de infraestrutura limita a aplicação plena de metodologias interativas, comprometendo os

resultados esperados" (p. 91). Para esses autores, o sucesso do método depende de investimentos contínuos que garantam as condições necessárias para sua implementação.

Ademais, o envolvimento ativo dos estudantes também pode representar um desafio, especialmente em contextos em que predominam práticas tradicionais de ensino. Silva (2020) observa que "a transição para um modelo mais participativo exige uma mudança de mentalidade por parte dos discentes, que nem sempre estão preparados ou motivados para assumir um papel ativo no processo educativo" (p. 49).

As potencialidades do método de co-construção reflexiva são inegáveis, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, além da promoção de uma aprendizagem significativa. Contudo, os desafios associados à sua implementação evidenciam a necessidade de esforços integrados por parte de gestores educacionais, professores e estudantes. Investimentos em formação docente e infraestrutura, aliados a práticas pedagógicas consistentes, são essenciais para superar os obstáculos e consolidar os benefícios desse método no contexto educacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, buscou explorar as potencialidades e os desafios da co-construção reflexiva como estratégia inovadora no ensino de Física. O estudo foi realizado em quatro escolas, sendo duas no Distrito de Macanga, na província de Tete, e duas no Distrito de Cuamba, na província de Niassa. A escolha dos locais foi baseada na diversidade de contextos educacionais e nos desafios comuns enfrentados no ensino de Física em Moçambique.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos principais: a observação direta em sala de aula e entrevistas semiestruturadas com dez professores de Física, selecionados por conveniência. As observações tiveram como objetivo identificar como os professores aplicavam estratégias de co-construção reflexiva e como os alunos reagiam a essas metodologias. As entrevistas buscaram compreender as percepções dos professores sobre os benefícios e dificuldades associadas à implementação dessa abordagem. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, seguindo as etapas de categorização, codificação e interpretação das informações coletadas. Sendo assim, foram aplicadas as técnicas de observação, análise documental e a entrevista ao grupo de participantes.

No que concerne aos participantes deste estudo, dez (10) professores de Física foram selecionados, sendo cinco (5) oriundos das Escolas Básicas do distrito de Macanga, na

província de Tete, e cinco (5) das Escolas Básicas do distrito de Cuamba, na província de Niassa. A seleção dos participantes foi probabilística com a aleatória simples, visando garantir a representatividade dos professores que atuam nestas escolas das duas províncias.

Tabela 1 – Amostra dos professores entrevistados das Escolas Básicas do distrito de Macanga -Tete e Distrito de Cuamba - Niassa

Grupo-alvo	Sexo		Amostra
	Masculino	Feminino	
Professores do distrito de Macanga (PMT)	04	01	05
Professores do distrito de Cuamba (PCN)	04	01	05
Total dos Participantes	08	02	10

Fonte: Elaborada pelos autores (2025)

O gênero dos participantes não foi objetivamente considerado como um fator influente na criatividade dos professores, mas sim uma representatividade necessária na totalidade das professoras que trabalham com esta disciplina nas escolas.

A análise documental consistiu na consulta do programa de ensino de Física da 10ª Classe, levando em conta que foram as turmas nas quais os professores entrevistados vêm trabalhando, tanto os professores de Macanga como os professores de Tete.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram tanto potencialidades quanto desafios associados à implementação da co-construção reflexiva como estratégia inovadora no ensino de Física. Observou-se que a aplicação da co-construção reflexiva contribuiu significativamente para o aumento do envolvimento dos alunos nas atividades de ensino. Em ambas as localidades, os estudantes demonstraram maior interesse e motivação, especialmente quando as aulas incluíam experimentos práticos e discussões colaborativas.

A análise documental evidenciou que os professores participantes procuraram alinhar os conteúdos programáticos às experiências cotidianas dos alunos. Por exemplo, em Macanga, foram utilizados exemplos locais, como o uso de fontes renováveis de energia, para ilustrar conceitos de Física, enquanto em Cuamba, temas relacionados à mecânica e eletricidade foram explorados em contextos práticos.

Os professores relataram que a co-construção reflexiva permitiu aos alunos desenvolverem habilidades importantes, como a capacidade de resolver problemas complexos

e trabalhar colaborativamente. Esse resultado foi especialmente evidente nos materiais demonstrativos criados pelos professores e utilizados em sala de aula.

3.1 Desafios Identificados

Tanto em Macanga quanto em Cuamba, os professores apontaram a escassez de recursos pedagógicos e laboratoriais como um dos principais entraves para a implementação plena da estratégia. Materiais básicos, como kits de experimentação e acesso a tecnologia, eram insuficientes ou inexistentes. Em ambos os distritos, as turmas superlotadas foram destacadas como uma limitação significativa.

Esse fator dificulta a personalização do ensino e a aplicação de metodologias interativas, reduzindo a eficácia da co-construção reflexiva. Os entrevistados enfatizaram a importância de programas de formação continuada para capacitar os professores na aplicação de metodologias inovadoras. Muitos relataram que sua formação inicial não os preparou adequadamente para utilizar abordagens como a co-construção reflexiva.

3.2 Discussão dos Resultados

Os resultados corroboram com estudos de Araújo (2021) e Freire (2019), que destacam a co-construção reflexiva como uma abordagem capaz de transformar o ensino em um processo mais significativo e centrado no estudante. Contudo, os desafios identificados refletem a necessidade de ações estruturais e pedagógicas para superar as limitações contextuais. Por exemplo, como Libâneo (2023) ressalta, "a eficácia de metodologias inovadoras depende de um ambiente educacional favorável e da formação continuada dos docentes" (p. 112). Essa perspectiva é reforçada pelos participantes do estudo, que sugeriram maior investimento em infraestrutura e em programas de capacitação como estratégias essenciais para o sucesso da co-construção reflexiva.

Além disso, a análise documental demonstrou que, apesar dos desafios, os professores vêm tentando adaptar o currículo para contextualizar os conteúdos de Física às realidades locais. Essa prática é um passo importante para conectar os alunos ao aprendizado significativo, conforme defendido por Silva (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A co-construção reflexiva desponta como uma estratégia promissora no ensino de Física em Moçambique, contribuindo para o envolvimento dos alunos e desenvolvimento de

habilidades essenciais. Contudo, seu sucesso depende de investimentos em infraestrutura, formação docente e compromisso institucional. Assim, reforça-se a importância de estratégias pedagógicas que conectem o conteúdo à realidade local, promovendo um ensino mais equitativo e relevante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; MARTINS, L.; SANTOS, R. **Estratégias pedagógicas e aprendizagem significativa no ensino de ciências**. Lisboa: Académica, 2025.

ARAÚJO, M. **Metodologias activas no ensino superior: reflexões e práticas**. Lisboa: Académica, 2021.

ARAÚJO, R. **Metodologias activas na educação básica: reflexões e práticas pedagógicas**. São Paulo: Educação, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do diálogo e da autonomia**. Porto: Campo das Letras, 2019.

LIBÂNIO, J. C. **Didática: práticas pedagógicas para o século XXI**. Belo Horizonte: Editora Contexto, 2023.

LIBÂNIO, J. C. **Didática: princípios e aplicações para a educação do futuro**. Belo Horizonte: Contexto, 2023.

LIBÂNIO, J. C. **Educação e prática pedagógica: desafios contemporâneos**. Coimbra: Almedina, 2023.

MARTINS, A.; ALMEIDA, R. **Ensino colaborativo: caminhos para a formação integral do estudante**. Lisboa: Académica, 2022.

MARTINS, A.; ALMEIDA, R. **Ensino de Física e práticas interactivas: desafios e perspectivas**. Lisboa: Saber, 2022.

MARTINS, R.; ALMEIDA, S. **Interação e aprendizagem na era digital**. Braga: Universidade do Minho, 2022.

SILVA, F. **Educação e contextualização: desafios no ensino de ciências**. Porto Alegre: Sul, 2020.

SILVA, R. **Desafios do ensino de Física no século XXI: uma abordagem reflexiva**. Lisboa: Académica, 2020.

SILVA, R.; ALMEIDA, R. **Educação e inovação:** repensando o papel do professor. Lisboa: Universitária, 2021.

SILVA, T. **Ensino contextualizado:** caminhos para uma prática reflexiva. Lisboa: Gulbenkian, 2020.

O TEATRO NA EDUCAÇÃO: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

GOBBE, Juliana Gonçalves¹.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-590>

RESUMO

O presente artigo trata da temática da arte em sua manifestação artística: teatro dentro de uma perspectiva histórico-crítica na tentativa de debater o assunto como forma de impulsionar os questionamentos sobre o papel da arte na educação como formadora num horizonte de emancipação humana. Para tanto, o artigo abordou a importância da arte na educação em seu contexto de representação via teatro, através do percurso histórico, levando-se em conta o papel dos jesuítas como professores da arte teatral na colonização brasileira, bem como o papel das políticas públicas para a arte ao longo das últimas décadas na educação brasileira.

Palavras-chave: arte; teatro; história; educação.

ABSTRACT

This article addresses the theme of art in its artistic manifestation: theater, from a historical-critical perspective. It attempts to debate the subject as a way to foster questions about the role of art in education as a formative tool within a horizon of human emancipation. To this end, the article addresses the importance of art in education in its context of representation through theater, through its historical trajectory, considering the role of the Jesuits as teachers of theatrical art during the Brazilian colonization, as well as the role of public policies for art in recent decades in Brazilian education.

Keywords: art; theater; history; education.

¹ Profa. Dra. Juliana Gonçalves Gobbe. Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* julianagobbe@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a presença do teatro em suas diversas manifestações, destacando-se na colonização brasileira e sendo parte integrante da história da educação no Brasil.

Dada a grandeza de sua gênese, a arte atravessou os séculos trazendo aos seres humanos as benesses do ato criativo. No entanto, aqui, chama-se a atenção para a criatividade que o artista certamente não encontrará nas musas e muito menos na chamada inspiração.

Tendo em vista questões que englobam o pensamento e sua apropriação da realidade em um processo árduo, pois parte do caos mundano para a captação do real, pela mediação de conceitos abstratos para o alcance do concreto, trata-se então de buscar compreender esse concreto no fenômeno em sua totalidade (Saccomani, 2014).

Geralmente, aplica-se o conceito de criatividade aos artistas, muitas vezes considerados gênios pela apropriação de uma inventividade oriunda de um misticismo exacerbado. Assim, desloca-se a ação criativa para aspectos considerados inatos, ou seja, o tão famoso “dom”. No entanto, esquece-se que a formação escolar deve estar comprometida com o ensino dos clássicos, favorecendo a construção do processo criativo através de vasto repertório cultural angariado por crianças e jovens.

Na aurora dos tempos, a arte ainda se ancorava no transcendental para manejar questões complexas e, até então, não respondidas pela vida cotidiana. A libertação da arte de suas características transcendentais decorreu de um processo moroso e contraditório (Assumpção, 2019).

Nas bases artísticas que forjaram novos modos de olhar e perceber o mundo, encontra-se a arte da representação, muito embora, em seu viés ainda em formação nos primórdios, no decorrer dos séculos, tornar-se-ia uma espécie de arte formadora, pois concentraria grande parte da interatividade humana ao explicitar nos palcos os amores e também as mazelas da humanidade. Esse caráter formador ganha força com teatrólogos dispostos a confrontar suas plateias e a fazê-las pensar as contradições da sociedade.

1 AS MANIFESTAÇÕES TEATRAIS AO LONGO DA HISTÓRIA

Já na Grécia Antiga, a educação tinha forte lastro na música, na literatura e, sobretudo, na declamação das poesias de Homero. As obras do poeta eram decoradas e recitadas utilizando-se, inclusive, recursos teatrais e gestos dramáticos (Courtney, 1980).

O teatro à época tornou-se importante no processo educacional, pois expandia o conhecimento e trazia ao povo representações importantes. Os dramaturgos eram uma espécie de “professores”. O teatro foi constituindo-se uma força unificadora e educativa no mundo ático (Courtney, 1980).

Para Courtney (1980, p. 9):

Por volta do século IX, porém, as coisas gradativamente começaram a mudar. Carlos Magno, coroado Sacro Imperador Romano em 800, fundou escolas e monastérios por toda a Europa; e, assim, quando os trabalhos de Aristóteles reapareceram, um pouco mais tarde, o cenário estava pronto para a reavaliação do teatro. Isso teve início com São Tomás de Aquino, que foi o primeiro religioso a adaptar a filosofia aristotélica à fé católica, dando plena aprovação à representação, desde que fosse recreação, e aos jogos e divertimentos, se propiciassem relaxamento após trabalho sério. Foi sobre tal base que o teatro cristão pôde se desenvolver e assim, quando os *tropos* do século X tornaram-se dramáticos (vide p. 181 e ss.), havia um elemento do pensamento aristotélico dentro da Igreja que pôde garantir-lhe o apoio. Foi criado um teatro litúrgico com um propósito didático centrado nas escolas monásticas. Seu objetivo era claramente o de ajudar o analfabeto a compreender a fé. Mas, educacional ou não, uma vez começado o processo, a criação dramática se desenvolveu rapidamente. Hroswitha, abadessa beneditina do século X, pôde mesmo escrever textos latinos seculares, baseados em Terêncio. Os beneditinos, porém, sempre tiveram na palavra falada uma tradição de educação e é provável que tenham mantido a declamação de conversações prefixadas através da Idade Média.

Essas relações turbulentas acirraram ainda mais uma perspectiva de luta por um teatro engajado com questões religiosas, ou que, se assim não fosse, estaria flertando com a moralidade imposta pela Igreja. Essa “cartilha” caracterizou-se por um não confronto em relação às questões divinas, dadas como inquestionáveis pelo poder clerical.

Até a modernidade, a filosofia aristotélica predominava no ocidente em suas mais diversas interpretações. A Igreja Católica adaptou e serviu-se dela para suas manobras relativas à arte da representação na obscura face da doutrinação. Alfabetizar através da fé, via representação, foi um estímulo para a Igreja Católica no processo de convencimento de muitos fiéis.

Nas entranhas desse processo turbulento, nasceu e se desenvolveu o teatro da Igreja Cristã. Mistério e moralidade culminavam no máximo prazer do povo. A escola constituía privilégio de poucos. O teatro era, então, a escola das massas (Courtney, 1980).

Os livros clássicos chegariam aos olhos humanos na Renascença como uma grande descoberta. A Academia Romana de Pomponius Laetus foi uma primeira grande influência dramática na metade do século XV. O local era uma espécie de associação de estudiosos. Por lá muitas peças latinas foram encenadas. Os membros da Academia tornaram-se professores, e o teatro logo chegaria ao conhecimento das crianças. Vittorino da Feltra foi um famoso professor, e sua escola em Mântua obteve destaque em seu currículo orientado por jogos e atividades físicas.

Os jovens praticavam a simulação de batalhas, montavam acampamentos e podiam exercer assim os jogos dramáticos orientados pelo mestre (Courtney, 1980).

O interesse pelas atividades dramáticas logo chegaria às escolas:

No final do século XVI, as atividades dramáticas surgiram em quase todas as escolas. O humanismo enfatizava a arte do falar, particularmente o latim, e, muitas vezes, essa prática se fazia através do diálogo; isto reintroduziu o estudo do teatro antigo. Como consequência, encenações escolares eram comuns. Mas, esse caminho também permitiu aos pensadores desenvolverem formas ainda mais liberais de educação. Rabelais diz, por exemplo, que Gargantua precisa manter-se ocupado com a educação e que o estudo dos livros deve ser suavizado pelo jogo e ocupações manuais. Fornece trezentos e dezesseis jogos para exercitar a mente e o corpo e, além disso, introduz canto, dança, modelagem, pintura, estudo da natureza e trabalho manual - mostrando, dessa forma, uma amplitude de pensamento dois séculos à frente de seu tempo (Courtney, 1980, p. 10).

Na esfera da fala, encontra-se o humanismo caracterizado pelo diálogo. Desse modo, a representação ganhou espaço mais uma vez no contexto escolar com o estudo do teatro antigo. De certa forma, isso possibilitou aos alunos o traçado de um caminho frutífero, pois daí nasceram diversas obras com jogos que introduziram: canto, dança, pintura e modelagem. Esse avanço ampliou a forma de pensar do século XVI, caracterizando estudos mais diversificados e inserindo os jovens no mundo do teatro por meio de práticas estimuladoras.

O uso do teatro na Europa foi também objeto de trabalho educacional por parte dos jesuítas. A ordem de 1534 em sua base aristotélica procurou fomentar o latim como língua em diversos países. Assim, a didática concentrada no espetáculo escrito por professores e alunos fez-se presente em muitas atuações.

Ainda em Courtney (1980, p.12), verifica-se:

As bases para o pensamento humanista no teatro foram Aristóteles e Horácio, em particular, assim como a frase de Cícero de que o teatro era “uma cópia da vida, um espelho dos costumes, um reflexo da verdade”. A partir de 1498, traduções da *Poética* passaram a ser obtíveis e, na metade do século seguinte, vários estudiosos italianos deram originais contribuições ao pensamento dramático – particularmente Minturno, Scaliger e Castelvetro. Embora baseados em Aristóteles e Horácio, eles mantêm a tendência moralizante do período medieval. Tentam codificar uma série de “leis” para a composição dramática: a tragédia referia-se e terminava em catástrofe; a comédia tinha personagens “comuns”, representando tipos e terminava da maneira feliz; tanto a estrutura de cinco atos quanto Sênica eram os modelos; e, enquanto Aristóteles havia enfatizado a unidade de ação, os pensadores da Renascença acrescentaram as de tempo e lugar.

Aristóteles e Horácio foram, sem dúvida, muros de arrimo para todo o pensamento humanista no teatro. A partir da popularização das traduções da *Poética*,² alguns intelectuais

² A *Poética* de Aristóteles tem sido ao longo do tempo uma obra rica em interpretações e, sobretudo, mistérios que envolvem o seu conteúdo. Muitos críticos observam que a obra teria sido escrita pelos comentadores de Aristóteles. Em muitos segmentos contata-se termos controversos em suas interpretações e o uso nas muitas áreas do conhecimento.

italianos, como Minturno, Scaliger e Castelvetro, contribuíram para um pequeno progresso nas concepções dramáticas de até então. No entanto, ainda assim, as questões morais idealizadas pela Igreja estariam presentes nesse tríplice ideário.

Com o avanço dos séculos e a crença baseada em Locke de que a educação seria o aprimoramento de hábitos, não se levando em conta o conteúdo, mas apenas o método, sofreu o impacto do uso das línguas mortas para disciplina interna. O teatro na educação no século XVIII sofreu uma queda significativa no número de apresentações, e apenas crianças do gênero masculino podiam atuar (Courtney, 1980).

Aqui vislumbra-se o pensamento de Goethe sobre a educação dramática:

O pensamento de Goethe com relação à educação dramática brilhantemente resumido por Coggin [67], distinguia esta do teatro profissional, o qual não encontrava lugar na educação (embora Schiller o quisesse como grande educador popular). O teatro escolar, considerava ele, tem um efeito benéfico tanto sobre o espectador quanto sobre o ator: exige grandes habilidades de memória, gesto e disciplina interna (Courtney, 1980, p. 16).

O pensamento alemão do século XVIII, aqui caracterizado por Goethe, traz à baila um teatro que deveria encontrar na educação algumas possibilidades concentradas nos aspectos da memória e, sobretudo, na disciplina interna.

O renascimento do teatro ocorre pela via da nobreza quando os filhos da rainha Vitória representaram a peça *Athalie*³ e outras peças em suas línguas originais. Seguindo esse percurso, algumas escolas secundárias utilizaram o teatro como ajuda no processo de aprendizagem de outros idiomas. Eram feitas montagens do teatro grego e de Shakespeare. O teatro profissional se desenvolveu quando em 1843 rompeu-se o monopólio do Patent Theatres.⁴

Em termos de teatro na educação, o progresso só viria no século XX. Com a publicação de *Child Drama*, em 1954, por Peter Slade, encontra-se uma proposta orientada por um trabalho de 20 anos, cujo objetivo era evidenciar que existiria um “jogo dramático infantil”, como existe uma “arte infantil”, que poderia entrar no currículo escolar juntamente com a arte, a música e a literatura. A reivindicação era de que a arte dramática fosse uma disciplina independente no horário escolar (Courtney, 1980).

No decorrer do século XX, a figura da criança passa a ganhar interesse de vários dramaturgos que se debruçarão na produção de peças infantis para o chamado “teatro infantil”, que difere do “teatro escolar” não só pelas representações dadas em lugares diferentes, sendo as primeiras em palcos de teatros oficiais e as segundas nas escolas, mas também pela qualidade

³ Esta peça é de 1691. Considerada a obra-prima de Jean Racine. Muitas vezes é comparada a *Édipo Rei*.

⁴ Esses teatros precisavam de uma espécie de licença para funcionar e representar os chamados “dramas falados”.

literária dos textos. No Brasil é conhecido o exemplo de Ana Maria Machado, que escreveu várias obras destinadas posteriormente às montagens teatrais, como *Era uma vez um tirano*. Infelizmente, os textos escolares passam muitas vezes pela pobre apropriação e dissecação dos clássicos num processo dicionarizante e pouco afeito ao compromisso estético e crítico. A escrita ou montagem de textos já consagrados torna-se, no entanto, um passatempo para nossas crianças mal preparadas pela educação escolar ou um fardo para professores sem nenhum conhecimento elaborado do assunto.

O século XX trouxe consigo a antiga problemática das tantas desigualdades presentes em nossa sociedade. Assim sendo, o teatro infantil passa a ser horizonte privilegiado para as crianças da burguesia. A Igreja ainda estaria atenta para adentrar na escola com peças motivacionais na intenção de angariar fiéis. No século XXI, isso se repete com as escolas sendo frequentemente visitadas por projetos teatrais do neopentecostalismo, tentando abordar temas como o uso de drogas e a gravidez na adolescência, mas sem nenhum estudo científico, esses grupos procuram a conversão dos seres mundanos e pecaminosos para o processo de “recuperação” através da palavra sagrada.

Toda a “miséria religiosa” é expressa pela “miséria real” e, ao mesmo tempo, está contra essa miséria real. Caracterizada como “ópio do povo” por Marx, é ela também aquilo que traz ao povo uma felicidade imaginária, descabida, ordenada por aqueles que querem manter vivo o espírito inglório da falsificação através do pensamento mágico (Marx, 2010).

A crítica da religião ao longo dos séculos é necessária para arrebentar um suporte frágil de consolo para os seres humanos, pois este se baseia na construção ilusória de mecanismos aligeirados e destituídos de cientificidade. Para tanto, desvencilhar os seres humanos do que lhes sustenta o engano é uma forma de operar a favor da realidade em seus movimentos contraditórios (Marx, 2010). Observa-se, assim, que o teatro sempre esteve sob o jugo da religião, seja para rechaçá-lo ou para usá-lo como doutrinação.

Courtney (1980, p. 52) traz o seguinte:

No decorrer deste século, o teatro escolar tem crescido em popularidade. Antigamente, era um evento anual e, mesmo hoje em dia, em certas escolas, esse conceito pode permanecer. Agora, há uma tendência crescente em favor de mais de uma peça por ano, apresentada ao público e, frequentemente, as representações são realizadas independentes em cada unidade da escola e segundo os diferentes graus de escolaridade. A princípio, era prerrogativa das escolas privadas e das escolas públicas de melhor nível, que normalmente encenavam os clássicos. *Contudo, com a ampliação da educação inglesa, o movimento difundiu-se e todos os tipos de peças passaram a ser representados – dos clássicos em sua língua original, a Shakespeare, e das peças modernas às peças improvisadas*. Todos os tipos de representação são usados: aproveitando não apenas o prosclênio ou palco formal, mas arenas e formas abertas de espaço, assim como muitas de suas variantes (grifos nossos).

Tendo em vista que as relações entre nações serão caracterizadas pelo desenvolvimento de cada uma delas, observando-se as forças produtivas, divisão de trabalho e relações internas, é possível reconhecer também o desenvolvimento alcançado por estas (Marx, 2010). Discutir a formação da sociedade brasileira passa então à percepção de movimentos políticos e sociais extraterritoriais que por aqui estabeleceram regras claras em torno da exploração dos seres humanos e dos recursos naturais.

A constituição nacional norteou-se pelo fornecimento de açúcar, tabaco e, posteriormente, ouro e diamantes para a Europa. É o branco europeu que virá catequizar, especular e recrutar mão de obra para seus intentos. Isso resultará numa espécie de “organização produtora”, tendo como base a fundação da colônia brasileira. Esse processo se manterá por três séculos e vai caracterizar profundamente as feições da vida nacional (Prado Júnior, 2011).

Ao observar a educação europeia, não é difícil constatar o avanço que obteve o teatro escolar no século XX, seja pela encenação dos clássicos, seja pelo acesso a estes, tanto nas escolas privadas como nas públicas. No entanto, em um país periférico como o Brasil, onde ainda se luta para erradicar o analfabetismo, a inserção do teatro na educação nunca foi alvo de nenhum governo.

Eis aqui uma longa e necessária citação, caracterizando o processo formativo do teatro fora da escola:

Fora da escola, três tipos de trabalho teatral se desenvolveram: o teatro juvenil, o teatro infantil e o teatro da comunidade. Após experimentos iniciais em muitos países, um certo número de teatros juvenis iniciaram suas atividades em Yorkshire, após o término da Segunda Guerra, e grupos voluntários de jovens reuniram-se, sob a orientação de monitores treinados, para apresentarem peças ao público. *Há agora o National Youth Theatre, sob a direção de Michael Croft, e muitos dos grandes conglomerados urbanos estão propiciando facilidades similares: o Enfield Youth Theatre, por exemplo, existe paralelamente a um programa de educação dramática, organizado pela autoridade educacional local. Os teatros infantis são companhias representando especificamente para uma plateia de crianças; a maioria é composta por atores profissionais, mas algumas se compõem de crianças representando para crianças.* Na Grã-Bretanha, esse movimento começou em Londres, com Sir Ben Greet, em 1918, enquanto Berta Waddell fundava a famosa companhia- Scots, em 1927. Léon Chancerel iniciou movimento similar na França, e houve muitos experimentos nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Rússia, Suécia e outros lugares. Os teatros comunitários servem as áreas locais e são comuns na Rússia e Europa Oriental, enquanto que nos Estados Unidos estão frequentemente associados às Universidades. No Reino Unido tem havido um lento, porém estável crescimento de tais teatros desde 1955, principalmente nos grandes centros: talvez, o mais amplo desses projetos seja o de John English, para a City of Birmingham (Courtney, 1980, p.157, grifos nossos).

O teatro infantil é mais uma vez estimulado por programas locais na Europa que fomentavam modelos educacionais na expectativa de que crianças pudessem representar para crianças. E, assim, esse movimento estendeu-se por outros países juntamente com as peças produzidas em espaços comunitários e também em universidades, como nos EUA.

O caráter espetacular da profissionalização do teatro muitas vezes ganha o horizonte escolar num movimento caracterizado pelas expectativas de muitos estudantes no que diz respeito ao que o teatro é e ao que ele pode vir a ser. Aqui, a questão dos formatos convencionais e lineares de se representar a vida também são fundamentais para essa visão estereotipada dos processos teatrais, que na prática resulta no mesmo caminho de sempre: encenações pobres para cobrir o calendário escolar. É necessário fomentar a práxis artística nas escolas, com o intento de que a arte seja um rico processo de reflexão sobre a vida.

Entra aí a contradição de nossos???? tempos. Tem-se a racionalidade da técnica, o domínio sobre a natureza, mas no campo comportamental a irracionalidade domina. Imagina-se com frequência a possibilidade de resolução dos problemas da humanidade, mas ao mesmo tempo a irracionalidade do poder cria guerras e destrói a vida⁵ (Candido, 2013).

Em suas diversas manifestações, confirma-se que, ao longo da história, o teatro⁶ vai, de alguma forma, se envolvendo com os processos educacionais. Na base da educação primitiva, encontra-se a representação, seja para formalizar os ritos de iniciação, seja para cerimônias especiais de culto aos deuses. Os adolescentes eram conduzidos pelos padrões culturais vigentes, relacionando-se com a comunidade de acordo com as tarefas determinadas pelo ambiente. A ação dramática, assim, vai passar pela memória e pela sensibilidade até chegar à apreciação (Courtney, 1980).

O teatro é, para Courtney (1980, p. 159), um relevante aspecto da sociedade:

O teatro é um dos aspectos de uma sociedade, mas um aspecto vital. Por sua própria natureza, o teatro supõe comunicação – e este é o processo social primário. Uma peça (de Shakespeare ou Sófocles, Hauptmann ou Hroswitha) é uma tentativa de

⁵ Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (Candido, 2013, p. 176).

⁶ Dessa forma, o social passa a ser o valor principal, a força operativa que redimensiona boa parte da dramaturgia. Houve, por certo, um grande embate, pois a individualidade burguesa, mesmo decadente, ainda tinha sua força de atuação e não abriria tão fácil assim os espaços para um pensamento coletivo em que o social se tornasse o eixo principal da reflexão. Esta oposição, indivíduo x coletivo, vem desde as tragédias gregas, passando pelo Renascimento, porém o indivíduo esteve sempre acima do social, ou era o elemento de desestabilização do social. No Renascimento, por exemplo, o caos acontecia quando o líder, o rei, o príncipe, enlouquecia ou morria, advindo disso a desordem social, pois havia nestes elementos a presença de Deus, ou da Lei. Com sua morte ou loucura, tudo se desestabilizava (Figueiredo, 2016, p. 185).

comunicação de tipo particularmente importante dentro de uma sociedade. Para o homem primitivo, era uma tentativa de comunicação com um deus, ou espírito, e parte indissolúvel da vida comunal. No mundo moderno, é uma tentativa de comunicação entre homem e homem, entre o dramaturgo e a comunidade ou, como diria um psicanalista, entre o inconsciente do artista e o do público. Padrões dramáticos, seja nas danças miméticas dos primitivos ou na poesia intelectual de T. S. Eliot, refletem de modo detalhado e emocionalmente relevante, o pensamento e a vida da comunidade. *A história do teatro é a história da raça humana. Mas, ao invés de ser contada por eventos reais, é a história da mente do homem em desenvolvimento.* Nesse sentido, os sociólogos consideram que o desenvolvimento da inteligência está relacionado com as mudanças na linguagem, mitos, rituais dramáticos e vida social como um todo.

É nesse processo comunicativo que a prática social pode revestir-se de criticidade face ao seu tempo histórico em suas contradições. Os clássicos aqui colocam-se como agentes de transformação, no sentido de trazer ao povo o universo da arte através de emoção e racionalidade. No entanto, é importante enfatizar que esse processo só se dá, seja nos meios educacionais ou em outros meios, através do amplo processo de formação e emancipação humana, ou seja, nossa luta pela educação não se fará por reformas, mas por revolução.

Se antes os primitivos travavam suas batalhas internas com os “deuses”, nossas demandas hoje são as batalhas travadas cotidianamente em uma sociedade marcada por relações opacas e empobrecidas pela precarização de uma educação voltada para interesses mesquinhos e contraditórios do capital.

Se a história do teatro se confunde com a dos humanos, esta certamente alça notoriedade se ligada à formação dos seres, através da imitação ou no decorrer da história com as reflexões colocadas na arte da representação, mostrando que esta é também arte política.

Embora ainda haja templos-teatros remanescentes (o Kathakali, nas fronteiras Indo-Tibetanas etc.), em muitas áreas culturais, o teatro emergiu do templo – em Atenas, durante o século V a. C., na China e na Europa Medieval com o posterior desenvolvimento do ciclo dos Mistérios. Tendo-se dissolvido os vínculos entre os rituais e a liturgia, o teatro tornou-se profano e desenvolveu-se de diferentes maneiras. O método variou de acordo com a estrutura da cultura existente. Todos utilizamos elementos do teatro “total” – representação e identificação, dança, diálogo, máscara, música, espetáculo, figurinos, vestuário, improvisação e estilização – cada sociedade, porém, deu ênfase a esses elementos de acordo com seus próprios modelos sociais e históricos. A partir da divisão de sacerdotes e celebrantes do templo, o teatro desenvolveu a divisão entre atores e público. O mito do ritual, entretanto, persistiu no teatro como a base para a trama, de duas formas: na comédia, como ajustamento comunal, e, na “tragédia”, como experiência suprema (Courtney, 1980, p. 161).

Nem sempre a divisão entre público e atores permaneceu a mesma. No século XX, as peças didáticas de Bertolt Brecht enfatizavam a representação de adolescentes sem público, pois esta deveria estar focada especificamente na reflexão sobre as questões sociais em suas contradições na história.

Outros modelos teatrais surgiriam com a pós-modernidade. Uma gama de possibilidades artísticas desvelou-se neste início do século XXI. Muitas delas sacralizadas pela crítica, algumas rechaçadas pelo público, mas, sem dúvida nenhuma, ancoradas na visão do modo de produção capitalista e subservientes às demandas empresariais.

Desse modo, apreende-se que, em um trajeto de mais de 500 anos, a história teatral nacional passou por diversos momentos; certamente, a colonização pelos portugueses trouxe pelo teatro as primeiras manifestações artísticas.

O próximo item trata da educação pela representação trazida pelos jesuítas ao Brasil.

2 OS JESUÍTAS E A EDUCAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO

O processo de colonização no Brasil caracterizou-se em um longo trajeto histórico forjador da máxima exploração territorial, bem como alicerçado num sólido projeto educacional autoritário e aculturador.

Cabe ressaltar que João Antônio Andreoni⁷ (1649-1716), conhecido como Antonil, escreveu uma obra editada em 1711 com o seguinte título: *Cultura e opulência do Brasil*⁸. Nela encontra-se, não por acaso, passagens orientadas por um franco apoio aos portugueses e um extremo descaso ao povo africano aqui escravizado. Entre outras querelas, no excerto abaixo o autor faz um extenso elogio ao Padre José de Anchieta (1534-1597), o missionário jesuíta que em terras brasileiras efetuou uma ampla catequização do povo indígena via teatro.

Segue o referido trecho:

Deve tanto o Brasil ao Venerável Padre José de Anchieta, um dos primeiros e mais fervorosos missionários desta América Meridional, que à boca cheia o chama seu grande apóstolo e novo taumaturgo pela luz evangélica que comunicou a tantos milhares de índios e pelos inumeráveis milagres que obrou em vida e obra continuamente, invocado para benefício de todos. Porém, confessar estas obrigações e não cooperar às glórias de tão insigne benfeitor, não basta para um verdadeiro agradecimento, devido justamente e esperado (Andreoni, 1967, p. 129).

Antonil é uma das primeiras figuras do clero português a exaltar o trabalho de José de Anchieta em terras brasileiras. De maneira afetada, desvela-se aos olhos do leitor a

⁷ João Antonio Andreoni conseguiu ser uma espécie de arauto das polêmicas do Brasil Colônia. O jovem sacerdote chegara ao Brasil a convite do Padre Antônio Vieira e teve neste um amigo e posteriormente um desafeto. Se no mestre Vieira ainda se manifestavam escrúpulos oriundos de sua formação escolástica, em Andreoni o mercantilismo colonial falava mais alto. Através de cartas ao clero, Andreoni contava versões pouco nobres dos feitos de Vieira em terras brasileiras (Bosi, 2010).

⁸ O livro de Andreoni *Cultura e Opulência do Brasil* foi escrito em 1711. Nele, nos valem da erudição de Andreoni enfatizando um Brasil sob um ponto de vista ligado ao mercantilismo. Passagens em que o autor se apieda do martírio da cana ao passar pela moenda, mas não enxerga o suplício do negro escravizado na condução destes trabalhos, nos dão a medida exata do teor da obra e da ideologia daquele que a escreveu.

proeminência de um “santo” ao gosto da Igreja executando uma nobre missão com dedicação e lisura.

Os jesuítas foram chegando ao Brasil obtendo nas aldeias indígenas uma fonte de renda necessária para a manutenção dos colégios jesuítas nas vilas. Árdios defensores da coroa portuguesa, eles estavam sempre prontos para servi-la (Prezia, 2017).

Com o passar do tempo, o descontentamento dos indígenas em relação aos missionários jesuítas tomou fôlego em conflitos, como *A guerra de Piratininga*⁹, *O massacre de Ilhéus*¹⁰, *A vingança dos Caetés de Sergipe*¹¹, entre outros.

Em relação ao governo, aumentava a cada dia o acirramento entre os ânimos. Este temia a importância que a Companhia de Jesus¹² angariava junto aos segmentos sociais. A Companhia enriquecia em suas missões altamente “lucrativas” (Aranha, 2013).

Sobre a colonização, Saviani mostra o seguinte:

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (Saviani, 2011, p. 29).

Esses três aspectos mencionados transitarão pelos caminhos da colônia brasileira por um bom tempo. Através da religião dos colonizadores, tentou-se conquistar os colonizados pela aculturação, que nem sempre ocorreria de modo pacífico.

⁹ Os jesuítas se instalaram no Planalto do Piratininga. Por lá tiveram apoio do cacique Tibiriçá e, inclusive, construíram uma casa e até mesmo uma escola. Pretendiam ensinar parte das crianças indígenas, no entanto, muitos estavam descontentes pela ocupação das terras e a transformação de indígenas em escravos. A guerra começou com a resistência dos Tupi do sertão e dos Tupinambás do Vale do Paraíba. A tensão do início de 1560 acentuava-se pelo aprisionamento de portugueses que voltavam do Paraguai pelos Tupi do sertão. Com o tempo e, após muitos conflitos, os Tupi foram abandonando Piratininga. Nesta mesma época morria Tibiriçá, vítima de varíola, epidemia que assolou o planalto à época (Prézia, 2017).

¹⁰ Em junho de 1559, no interior da Bahia, o massacre ocorreu contra os Tupinikim de Ilhéus. Naquele tempo dois Tupinikins foram mortos e os indígenas não tomaram conhecimento dos mandantes do crime. A não punição dos culpados criou, evidentemente, uma revolta entre o povo indígena. Num primeiro momento três portugueses foram mortos. Logo após, os indígenas ocuparam algumas fazendas, libertaram escravos que por lá viviam. Infelizmente, os portugueses invadiram Ilhéus, e a luta por terra e mar foi travada (Prézia, 2017).

¹¹ A violência foi determinante na conquista do Nordeste da Bahia, numa região denominada *Cerigipe* ou *Sirigipe*. A morte de Mem de Sá fez com que o rei de Portugal tivesse algumas dificuldades na administração da imensa colônia. Assim sendo, foi nomeado para dirigir as terras nordestinas Dom Luís de Brito de Almeida. Em 1576, na intenção de vingar a morte ocorrida 20 anos antes [do bispo Dom Pero Sardinha], ocorreu uma expedição ao norte da Bahia, onde massacraram e escravizaram indígenas (os Caetés). Numa cilada, ocorreu uma verdadeira chacina, e o povo indígena foi massacrado sem nenhuma piedade por parte dos “cristãos” (Prézia, 2017).

¹² A Companhia de Jesus foi fundada em 1534 por estudantes da Universidade de Paris e chefiada a princípio por Inácio de Loyola. No Brasil seu papel foi crucial em seu intento catequizador sob a proclamação de “educação” dos “gentios”.

A catequese teve papel central nesse processo, sendo, inclusive, objeto de análise por parte de diversos estudiosos. Esse trabalho norteou-se por seu caráter pedagógico, trazendo o convencimento como forma de conversão. Isso se deu de modo institucional através das escolas e não institucional pelo “exemplo”, no entanto, as formas não institucionalizadas traçaram e estabeleceram uma ampla “dominação cultural” (Saviani, 2011).

A economia agrícola também orientou grande parte da colonização, deixando aos comerciantes das metrópoles o lucro da exploração humana. Nessa perspectiva a educação em nenhum momento foi objetivo claro para a Coroa portuguesa. O dispêndio de energia física na lida com a agricultura não carecia de formação intelectual. A Igreja não somente catequizava à época, mas também era uma espécie de garantidora da unidade política com o papel de nivelar fé e consciência (Aranha, 2013).

Ao avaliar o que realmente importa no período da colonização, é necessário voltar a reflexão para a aliança de um sistema “agromercantil”, tendo como algoz a economia europeia (Bosi, 2010).

Nas questões relativas à educação na colonização, Saviani traz o seguinte:

A educação colonial no Brasil compreende etapas distintas. A *primeira etapa* corresponde ao chamado “período heroico”, que, segundo Luiz Alves de Mattos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do padre Manuel da Nóbrega em 1570. Considero, entretanto, mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação do *Ratio Studiorum*, em 1599. A *segunda etapa* (1599-1759) é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada no *Ratio Studiorum*. A *terceira etapa* (1759-1808) corresponde à fase pombalina, que inaugura o segundo período da história das ideias pedagógicas no Brasil (Saviani, 2011, p. 31).

Para o alicerce de uma educação voltada para as claras intenções de catequese, o *Ratio Studiorum* foi fundamental. A tradição aristotélica está presente nesse documento.

O plano traçado por Manoel da Nóbrega era enfatizado pelo ensino do português aos indígenas, bem como o aprendizado da doutrina cristã e, também, a leitura e a escrita, deixando como opção o canto orfeônico e a música instrumental (Saviani, 2011).

Nessa época era comum a fala utilizando-se da chamada “língua geral”, que foi sistematizada por Anchieta a partir do Tupi, língua falada pelos Tupinambás. O povo indígena encontrava-se em uma tríplice armadilha: o desejo da metrópole em integrá-lo no processo colonizador, a sanha da Igreja em catequizá-lo e a ousadia do colono na pretensão de escravizá-lo (Aranha, 2013).

Saviani aponta nesta passagem as estratégias de Manoel da Nóbrega relativas à educação:

O realismo de Nóbrega o levou a estar atento à necessidade de prover as condições materiais dos colégios jesuítas envolvendo a posse de terra para a construção dos colégios, a sua manutenção, o que implicava suprir os víveres que envolviam a criação de gado e o cultivo de alimentos como a mandioca, o milho, o arroz, a produção de açúcar, de panos e, para realizar regularmente essas tarefas, a aquisição e manutenção de escravos. Sua filosofia educacional era a concepção que em minha sistematização classifiquei como tradicional religiosa na versão católica da Contrarreforma. Essas ideias, contudo, mais do que serem pensadas no grau de abstração em que se movem os conceitos filosóficos, eram consideradas à luz das condições de sua implementação na nova terra conquistada (Saviani, 2011, p. 44).

Já em Anchieta encontra-se:

Em Anchieta, por sua vez, essas mesmas ideias educacionais encarnavam-se como ideias pedagógicas engendrando os métodos e procedimentos considerados adequados para se atingirem aquelas mesmas finalidades inerentes à filosofia educacional consubstanciada na doutrina da Contrarreforma e expressas no plano educacional que estava sendo posto em prática (Saviani, 2011, p. 44).

O trabalho de Anchieta ancorou-se em projetos que estavam sob a égide do ideário conservador da Igreja em sua versão catequizadora. O idioma tupi foi amplamente utilizado pelo padre para atingir seus objetivos (Saviani, 2011).

Sobre a questão da linguagem, Bosi (2010, p. 31) demonstra:

A transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento e linguagem deu resultados díspares. À primeira vista, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu; mas, posta em situação, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar. Que o primeiro aculturador dê exemplo: Anchieta compôs em latim clássico o seu poema à Virgem Maria quando, refém dos tamoios na praia de Iperoigüe, sente necessidade de purificar-se. *O mesmo Anchieta aprende o tupi e faz cantar e rezar nessa língua os anjos e santos do catolicismo medieval nos autos que encena com os curumins*. Uma antiga forma literária, a epopeia, nobilitada pela Renascença italiana, molda conteúdos de uma situação colonial, no primeiro caso. No segundo, porém, o jesuíta aguilhoado pelas urgências da missão precisou mudar de código, não por motivos de mensagem, mas de destinatário. O novo público e, mais do que público, participante de um novo e singular teatro, requer uma linguagem que não pode absolutamente ser a do colonizador (grifos nossos).

Dessa feita, nosso primeiro teatrólogo vê-se na condição de aligeirar-se em moldar suas expectativas às reais condições existenciais da *terra brasilis*. A urgência em se fazer entender e converter o povo indígena motivava-o a direcionar seus esforços no domínio da língua tupi.

É notável como Anchieta construía por meio do tupi um rico imaginário ao evocar figuras por ele criadas, como “karaibebé”, cujo significado é “profetas que alçam voos”. Ou até mesmo “Tupansy”, que seria “mãe de Tupã”, que, logicamente, ele relacionaria à nossa senhora. Assim, tornavam-se proeminentes a “cultura-reflexo” e a “cultura-criação” (Bosi, 2010).

A efetiva ação dos colonizadores reinstaura contraditoriamente três orientações: o cultivo, o culto e a cultura. Em relação ao cultivo, as migrações e os povoamentos ressaltam a questão de dominar a natureza, o que, aliás, é comum nas aglomerações humanas. Nas recém-descobertas terras, os bens aguçam o desejo dos invasores. O ensejo mercantil acelera os processos econômicos, e aí verifica-se o processo de acumulação das riquezas. O chamado “cultus” estava não somente ligado ao trato com a terra, mas também ao “culto aos mortos”. Nos primórdios da religião, caracterizava como agradecimento, chamamento ou até mesmo uma difamação póstuma. Já a cultura introduz uma consciência coletiva relacionada àquilo que se quer cultivar (Bosi, 2010).

Para Ribeiro (2001, p. 20):

Obrigatório se tornou empreender a colonização em termos de povoamento e cultivo da terra. Os interesses das camadas dominantes portuguesas, e em especial do componente capitalista-mercantil, é que iriam determinar, como determinaram, o produto, a quantidade e a forma de ser produzido, bem como os elementos dispostos e em condições de produzir.

Dessa forma, a colônia sofre os reveses impostos pela Coroa portuguesa. Era preciso cultivar para que as metrópoles europeias pudessem usufruir da exploração estabelecida por aqui.

Outro aspecto importante da colonização, já citado anteriormente, mas que a partir de agora será desenvolvido com mais detalhes, é o empreendimento educativo realizado através do teatro por José de Anchieta.

Nas suas andanças pelo litoral brasileiro, entre a cruz e o açoite, sucedeu uma empreitada de fôlego pelos caminhos da representação alicerçados sobre um processo de convencimento pela fé. O ideário da Igreja era claro. Ninguém tinha dúvidas sobre a catequese como uma espécie de “mecanismo” eficiente de conversão da população nativa.

O auto de São Lourenço¹³ é uma das obras mais conhecidas de Anchieta. Os personagens são: Guaixará – uma espécie de rei da perversidade (ligado à figura do “diabo”), Aimberê Saravaia – serviçais de Guaixará; Tataurana, Urubu e Jaguaruçu – camaradas dos “diabos”; Valeriano e Décio – imperadores romanos; São Sebastião – padroeiro do Rio de Janeiro; São Lourenço – padroeiro da aldeia de São Lourenço; Idosa, Anjo, Temor de Deus, Amor de Deus, Cativos e Acompanhantes.

¹³ No *Auto de São Lourenço*, Anchieta lançou mão de seu conhecimento linguístico, com variações do Tupi, português castiço e castelhano.

A temática abrange os trabalhos de Guaixará com seus aliados Aimberê e Saravaia, cujo objetivo seria o de perverter a aldeia posteriormente ao martírio de São Lourenço. São Sebastião prende os demônios. A figura angelical também entra em ação para “sufocar” Décio e Valeriano. Após o conflito, encerrado com sucesso, pois as forças do “bem” venceriam, os meninos indígenas dançam e comemoram.

No segundo ato encontra-se um desabafo de Guaixará:

Esta virtude estrangeira
Me irrita sobremaneira.
Quem a teria trazido,
com seus hábitos polidos
estragando a terra inteira?
Só eu permaneço nesta aldeia
como chefe guardião.
Minha lei é a inspiração
que lhe dou, daqui vou longe
visitar outro torrão.
Quem é forte como eu?
Como eu, conceituado?
Sou diabo bem assado.
A fama me precedeu;
Guaixará sou chamado.
Meu sistema é o bem viver.
Que não seja constrangido
o prazer, nem abolido.
Quero as tabas acender
com meu fogo preferido
Boa medida é beber
cauim até vomitar.
Isto é jeito de gozar
a vida, e se recomenda
a quem queira aproveitar (Anchieta, 2003, p. 5)

Eis o estrangeiro caracterizado por Anchieta como ser “virtuoso”. São homens e mulheres caracterizados pela “boa educação”, pelos hábitos “polidos” em detrimento da “selvageria” encontrada em solo brasileiro. Aqui evidencia-se o maniqueísmo sobrepujando as flores do bem contra a sanha do mal. Anchieta utilizou-se amplamente desse “recurso” para enfatizar que o povo indígena precisava da conversão. Necessitava sair do “pecado” no qual vivia aos olhos da Igreja, passando para o reino da “luz”, apregoado pelos religiosos. Essa espécie de assepsia tornava-se cada vez mais proeminente, reforçando o poder e sucesso de uma ordem religiosa caracterizada pela espoliação.

A questão estética também deve ser lembrada quando se discorre sobre o padre Anchieta.

Prado traz uma pista sobre a classificação das peças de Anchieta:

Como classificar as peças de Anchieta? Auto é o gênero em que elas têm sido sempre incluídas e de fato é o que melhor lhes convém, tanto por se ligarem de alguma forma (que ignoramos em detalhes, nada sabendo sobre a formação teatral do autor) à tradição ibérica, como porque o vocábulo, não significando mais do que ato, tem amplitude capaz de abranger toda uma variedade de textos impregnados de cristianismo e derivados dos espetáculos medievais. Mas não devemos insistir demais, em nosso entender, nesta filiação, como se sua obra cênica não passasse de um capítulo igual aos outros da história do teatro. Pensamos, ao contrário, que quanto mais a encarmos como teatro no sentido específico da palavra, menos a compreendemos e menos lhe fazemos justiça (Prado, 1993, p. 48).

Anchieta lançou mão do que lhe era familiar, mas ainda não se sabe ao certo o que da formação pregressa do jesuíta lhe trazia conhecimentos específicos na área da representação. O que se sabe é que se afeiçoou aos estudos linguísticos, e cabe a nós exaltarmos seu brilhantismo nesses estudos, refletidos na escrita de suas peças, mas o principal interesse era o da conversão do povo indígena.

O teatro brasileiro nasce, desse modo, servil ao ideário da Igreja. Em José de Anchieta, tem-se um homem afeito à causa do convencimento. Se sua obra chega até hoje, é por conta do processo de beatificação pelo qual seus textos dramáticos foram precariamente enviados a Roma nessa época como parte da documentação necessária para que Anchieta se tornasse mais um santo da Igreja. Quando ele escrevia, já no fim do século XVI, em versificação popular, não tinha como horizonte a arte teatral; servia-se dela, mas não se preocupava com os estudos de sua gênese na composição do que é chamado de “sermão dramatizado” (Prado, 1993).

Os fins religiosos ou comemorativos do teatro brasileiro fatalmente confundem-se com a formação da nacionalidade, tendo sido um bom instrumento educativo nas mãos dos religiosos

da Companhia de Jesus, mas certamente se estabelecendo como arte oficial, logo após a independência do Brasil (Prado, 1993).

O projeto das representações escolares junto às elites e também junto ao povo indígena fomentou ações envolvidas num projeto religioso bem-sucedido em termos catequizadores (Prado, 1993). Estabelece-se aí o intento de conhecer melhor esse povo para aculturá-lo e dominá-lo.

A catequese valeu-se da arte dramática para mostrar aos indígenas os modos de vida “puros” dos europeus. Esse processo educacional não institucionalizado foi a “educação das almas” (Nolasco, 2008).

No que diz respeito ao teatro nas instituições escolares:

Havia uma rígida regulamentação para escrever e apresentar peças de teatro nos colégios jesuíticos. Apesar das normas rígidas muitas peças eram representadas e esperadas com entusiasmo: “Duas ou mesmo três peças por ano eram produzidas regularmente em alguns colégios durante o século XVI”. Isto nos mostra a coerência interna e a rigidez hierárquica da própria ordem, e que havia uma regra maior que regulamentava o ensino, inclusive a escrita dos textos que seriam utilizados nos colégios, fossem eles excertos de textos clássicos ou mesmo peças de teatro. O conjunto de normas que regulamentava o ensino nas instituições jesuíticas, foi denominado *Ratio Studiorum* e tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nessas escolas (Toledo, 2007, p. 35.).

É importante enfatizar aqui a quem se destinariam as peças representadas nos colégios jesuíticos. Os filhos da elite teriam a chance de dominar o latim e conhecer os clássicos através das práticas teatrais vigentes. O ensino para estes passaria por uma regulamentação rígida norteada pelo *Ratio Studiorum*.

Ao tratar aqui da educação jesuítica transpassada pela arte dramática, é necessário uma orientação por aspectos determinantes em relação ao posicionamento da Igreja junto aos nativos. Salienta-se que os interesses econômicos estiveram sempre adiante dos projetos educativos para a colônia. Aliás, o que se verifica nos séculos seguintes.

3 OS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE O ENSINO DE ARTES NO BRASIL

Historicamente, a educação brasileira sofreu os reveses das políticas públicas descontínuas e desinteressadas em oferecer o conhecimento construído pela humanidade ao povo.

Sabe-se que muitas lutas foram engendradas no decorrer dos séculos desde o descobrimento, para que se conseguisse alguns ganhos na área educacional. No mais, os rudimentos do saber sempre estiveram aqui e acolá, acessados por uma minoria.

Por aqui ainda se luta contra o analfabetismo, a evasão escolar, a precarização docente, o ensino “pobre” para os pobres e os poucos recursos destinados à educação. Hoje o que se percebe são as empresas trazendo para a educação o desmonte de um ideário humanístico afeito à apropriação do ensino de qualidade por alunos e alunas, principalmente na sucateada escola pública.

Quando se pensa no teatro na história da educação brasileira, observa-se o seu início marcante com os jesuítas e, ao longo do tempo, percebe-se umas poucas inserções, já no século XIX sob a égide da Escola Nova.¹⁴ Nesse período ocorre em algumas instituições escolares do país um forte apelo ao psicodrama¹⁵ idealizado pelo médico Jacob Levy Moreno.¹⁶

As demandas em relação ao teatro escolar passavam pelas datas comemorativas. As peças escritas por alunos ou professores traziam a precariedade e o descuido para com a arte dramática, que serviria então como um complemento qualquer na comemoração de um dia cívico.

Assim, foi escolhido para um estudo histórico-crítico três dispositivos legais e suas implicações no ensino de arte no Brasil, a saber: A Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular.

A Constituição Federal de 1934 colocou regras para que a União se dispusesse a pensar a educação nacional, daí resulta a temática que deu origem às bases da educação nacional (Saviani, 2008a).

Sob o poder da ditadura civil militar, que teve início em 1964, em nenhum momento houve um direcionamento para uma nova lei de diretrizes e bases da educação no Brasil. Desse modo, os assuntos relacionados à educação giraram em torno de leis específicas. Os primeiros títulos da LDB (Lei 4.024/1961) permaneceriam vigentes (Saviani, 2008a).

A continuidade da ordem econômica foi essencial para a ruptura política levada a cabo em 1964. A ameaça reformista do governo de João Goulart assustava e, ao mesmo tempo, mobilizava alguns setores da sociedade (Saviani, 2008b).

¹⁴ O movimento escolanovista no Brasil rechaçou a escola tradicional na tentativa de atribuir ao ensino uma famigerada espontaneidade marcada por controvérsias. Para Saviani: a pedagogia nova é tributária de uma concepção centrada na existência, nas atividades corriqueiras, opondo-se à concepção tradicional centrada no intelecto (Saviani, 2018).

¹⁵ O psicodrama caracterizou-se por uma espécie de terapia em grupo dando relevância para a representação de caráter improvisado. Seu núcleo central é a questão da psique humana, dando ênfase aos vínculos emocionais e à espontaneidade dos indivíduos.

¹⁶ Jacob Levy Moreno foi médico, psicólogo, criador do psicodrama e contribuiu para os estudos da psicologia social.

Após algumas tentativas através de textos substitutivos e impasses políticos, a nova LDB vem à tona em 1996. Como nem sempre aquilo que é proposto é também executado, a lei sofreu as regras do modo de produção vigente e não passou impune pelas contradições sociais.

Saviani mostra as tendências liberais da LDB:

Em consequência, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum, não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para os quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aqueles das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (Saviani, 2008b, p. 193).

Abarca-se, assim, um amplo questionamento sobre os destinatários da educação. Quem são? A que classe pertencem? E o que lhes determinam as contradições do processo histórico? Dada a especificidade da educação em seu caráter filosófico, sobrepõem-se lacunas na formação de uns e bonanças na de outros. O conhecimento é dado, no sentido meritocrático e empreendedor do termo, a quem se esforçou por ele ou teve a “sorte” de pertencer à elite.

O ensino das artes no Brasil também será perpassado por contingências políticas e sociais. É visível, ao longo do tempo, o compromisso do ensino de artes voltado para o mercado de trabalho, com princípios claramente liberais. Outra perspectiva importante é a psicologização imposta ao ensino das artes (Vieira, 2011).

Em “artes” predominou por muito tempo dentro das escolas uma espécie de processo mimético em que as cópias do natural, a repetição de modelos, reproduzindo-os tornava-se essencial na aprendizagem. O chamado “desenho livre” serviu vários anos de expressão artística empobrecida pela precária formação dos docentes (Vieira, 2011).

Diante dessa realidade, com professores pouco preparados para o exercício de suas profissões, a partir da década de 1980¹⁷ abriram-se muitas discussões sobre o ensino de arte no Brasil, bem como a criação de cursos superiores em Educação Artística e Licenciatura Plena em Educação Artística. Mesmo porque as formações davam destaque para uma determinada

¹⁷ No fim dos anos de 1980, as discussões em torno do aprendizado da arte problematizam a ênfase dada no fazer artístico descontextualizado e na proposta da livre-expressão. Essas reflexões são impressas principalmente nas obras de Ana Mae Barbosa e no que ela então denomina de proposta triangular. A proposta de Barbosa se refere a três perspectivas para o trabalho com arte na escola: o fazer artístico, a apreciação artística e a contextualização. Como anteriormente, na livre expressão, enfatizava-se quase que exclusivamente o fazer artístico; com a proposta triangular, este fazer se caracteriza pelas atividades específicas em determinada subárea, ou seja, no caso das artes visuais, são as práticas relacionadas ao desenho, à pintura, à fotografia etc. Tais práticas se relacionam então com as outras duas dimensões, com a apreciação e com a contextualização. A apreciação de objetos artísticos se dá por meio de leitura de imagens realizadas em sala de aula ou em visitas às exposições, e devem ser discutidas com os alunos a partir do contexto histórico e cultural em que os objetos apreciados estão inseridos (Lobo, 2010, p. 53-54).

área do ensino de artes, como artes visuais, deixando de fora: música, dança e teatro. Nas escolas exigia-se a polivalência dos professores, mas na formação superior as perspectivas afunilavam-se para apenas uma área da arte (Vieira, 2011).

Na década de 1990 ocorreram os PCNs:

A partir de 1990, com toda a reformulação das políticas sociais e econômicas mundiais e nacionais, o Brasil passou a participar de encontros internacionais, visando à discussão de questões relativas às políticas educacionais. O primeiro, em 1990, foi denominado “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizado em Jomtiem, na Tailândia, e convocado por organizações como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Outra conferência resultou na “Declaração de Nova Delhi”, onde países em desenvolvimento e de maior contingente populacional do mundo assumiram o compromisso consensual de lutar por universalizar a oferta de educação fundamental, bem como ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos (Jacomeli, 2004, p. 47-48).

As conferências internacionais traduziam em seu bojo as demandas do capitalismo face à educação latino-americana. Resultando em artigos prolixos e delineados pelo aspecto argumentativo contraditório e sagaz da pós-modernidade, erigiu-se um ideário iluminado na forma e obscuro em sua feição prática.

Esse documento foi elaborado após a promulgação da Lei nº 9.394/1996. Entre os seus objetivos, estava o de sistematizar o ensino no Brasil independentemente das particularidades regionais. Em todos os níveis da Educação Fundamental, os PCNs da área da arte propõem as seguintes modalidades artísticas: Artes Visuais, Artes Plásticas, que englobariam: vídeo, cinema, fotografia, música, teatro e dança (Vieira, 2011).

Os PCNs – Arte optaram por organizar os conteúdos por modalidade artística, e não por ciclos. Assim estabeleceram-se os PCNs – Arte:

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, as propostas para essas diversas linguagens artísticas estão submetidas a orientação geral, apresentada na primeira parte do documento, que estabelece três diretrizes básicas para a ação pedagógica. São diretrizes que retomam, embora não explicitamente, os eixos da chamada “Metodologia Triangular” ou melhor, “Proposta Triangular”, defendida por Barbosa (1998) na área de Artes Plásticas. Segundo os próprios Parâmetros, o “conjunto de conteúdos está articulado dentro do processo de ensino e aprendizagem e explicitado por intermédio de ações em três eixos norteadores: **produzir, apreciar e contextualizar**”. (BRASIL, 1998, p. 49). Vale ressaltar que, em nosso país, a “Proposta Triangular” representa a tendência de resgate dos conteúdos específicos da área, na medida em que apresenta, como base para a ação pedagógica, três ações mental e sensorialmente básicas que dizem respeito ao modo como se processa o conhecimento em Arte (Vieira, 2006, p.189, grifos nossos).

A tensão que encerra a produção artística ainda está muito longe de se resolver no espaço escolar. A formação dos docentes não os habilita a trabalharem a arte de maneira a contemplar seus vários segmentos com a profundidade necessária. O currículo mais uma vez refletiu as

políticas neoliberais e mais interessadas em “reproduzir” a estética padrão do mercado. Muitos estudantes brasileiros nunca tomaram conhecimento da história da arte, e, apesar de os Parâmetros Nacionais Curriculares da década de 1990 prometerem uma mudança positiva no ensino de artes, as coisas pouco mudaram, e, mais uma vez, a proclamação diferiu da execução, ou da falta desta.

No que tange à presença do teatro na escola, verifica-se:

O teatro promove oportunidades para que adolescentes e adultos conheçam, observem e confrontem diferentes culturas em diferentes momentos históricos, operando com um modo coletivo de produção de arte. Ao buscar soluções criativas e imaginativas na construção de cenas, os alunos afinam a percepção sobre eles mesmos e sobre situações do cotidiano (Brasil, 1998, p. 88).

No excerto acima, o termo “cotidiano” só reafirma as práticas que se tornariam plausíveis no *modus operandi* do aprender a aprender.¹⁸

Um outro dispositivo legal para subsidiar o ensino de Artes no Brasil foram os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Nele, a arte aparece como: “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” (Vieira, 2011).

As soluções dadas ao ensino de Artes pelos PCNs, atentando-se para o detalhe de que o texto desse documento, no que diz respeito à arte, foi escrito por profissionais da área,¹⁹ mais uma vez enviesam sua discussão para uma visão tecnológica, dando pouca ênfase à arte como conhecimento necessário para a emancipação humana.

As modificações do ensino de Artes ao longo da história brasileira e suas reformas educacionais atestam a pouca valorização deste segmento para a formação de estudantes (Vieira, 2011). Não há o reconhecimento da disciplina em relação aos outros componentes curriculares. Mesmo assim, a luta é árdua em relação a não só fazer parte da legislação educacional brasileira, como a fazer parte do cotidiano escolar, trazendo aos estudantes a chance do contato com o sensível, passando pela racionalidade histórico-crítica.

¹⁸ Tanto no escolanovismo como no construtivismo, o mote “aprender a aprender” carrega em sua gênese alguns valores. O conhecimento tácito traz ao indivíduo grande parte da responsabilidade pelo aprendizado. O conhecimento centrar-se-á na experiência com ênfase na vida cotidiana (Duarte, 2011).

¹⁹No momento da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Arte-Educadores conseguiram garantir a participação nesse processo, o que possibilitou a construção de um livro próprio da área de Arte. Nesse documento, a Arte está representada como uma área de conhecimento humano, sendo explicitadas as linguagens artísticas que fazem parte dessa área, com conteúdos próprios, apresentando, também, algumas sugestões que ajudam a criar projetos educativos e a planejar as aulas de Arte, buscando proporcionar a reflexão sobre a prática educativa (Perez, 2018, p. 27).

Considerando mais um documento que vem movimentando os debates ultimamente, chega-se à BNCC²⁰ (Base Nacional Comum Curricular). Ela pretende estabelecer as aprendizagens essenciais que estudantes devem desenvolver na Educação Básica. Trata-se de documento que abrange “sugestões” para a construção de propostas curriculares respeitando o que a pós-modernidade chama de “diversidade cultural brasileira”.

Trata-se de um texto prolixo. As questões políticas que o encerram refletem o obscurantismo atual. As dimensões da arte no documento são seis: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. No que diz respeito ao teatro, verifica-se o seguinte:

O Teatro instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em performance. Nessa experiência, o corpo é locus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física. Os processos de criação teatral passam por situações de criação coletiva e colaborativa, por intermédio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atuantes e espectadores. O fazer teatral possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção. (Brasil, 2016, grifos nossos).

Mais uma vez, observa-se que o teatro é classificado unicamente como prática sensorial, reforçado no texto pelo uso do termo “multissensorial”, sem se levar em conta seu horizonte social encerrado por uma perspectiva que pode ser também orientada por uma práxis política. Em nenhum momento ocorre o uso do termo *crítica*, que também pode e deve ser usado nas práticas teatrais. Assim, constata-se que o teatro explicitado pela BNCC serve para estimular apenas o sensorial, e isso é, sim, extremamente importante, no entanto, esquece-se de aguçar nos estudantes o gosto pelo sabor dialético da crítica.

Para compreender o contexto histórico em que nasce a BNCC, deve-se analisar o que antes já estava previsto no artigo 26 da LDB de 1996: “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum”. Fica explícito que a adoção da BNCC no Brasil faz-se desnecessária face ao que já se encontra nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Saviani, 2020).

Dessa forma, a educação brasileira vai sofrendo os golpes do neoliberalismo e da pós-modernidade nas entrelinhas dos documentos oficiais.

²⁰ Em 2015, ganha força o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular, que tem como meta orientar a construção do currículo da Educação Básica das escolas brasileiras públicas e privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a expressão artística efetuada pelo teatro ao longo da História, verifica-se o quão rica em contradições é a arte da representação, sobretudo no campo da Educação.

Por um lado, encontra-se muitas vezes os arroubos da religião, por outro, um ensino de arte tendenciado por modismos e por questões de especializações de cada educador ao escolher ou não trabalhar em sala de aula com determinada expressão artística em detrimento de outra. Assim sendo, muitas vezes a questão estética foi deixada de lado para dar espaço a outras menos relevantes, no caso do teatro, é possível observar que seu ensino, desde a colonização brasileira, foi determinado por horizontes religiosos.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, de José. **Auto de São Lourenço**. Pará de Minas. Virtual Books: 2003.

ANDREONI, J. A. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional: 1967.

ARANHA, M.L. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil**. São Paulo. Editora Moderna: 2013.

ASSUMPÇÃO, Mariana. **Pedagogia Histórico-Crítica e as relações entre Arte e Vida na Educação Escolar**. Curitiba, Appris: 2019.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo. Companhia das Letras: 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum (Proposta Preliminar – Segunda versão)**. Ministério da Educação. Disponível em: [file:///C:/Users/BETOPERES/ Downloads/BNCC052016.pdf](file:///C:/Users/BETOPERES/Downloads/BNCC052016.pdf). Acesso em: 20 maio 2025.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: *Vários escritos*. 6. Ed. São Paulo, Ouro Sobre Papel, 2013.

COURTNEY, Richard. **Jogo, Teatro & Pensamento: as bases intelectuais do teatro na educação**. São Paulo. Editora Perspectiva: 1980.

JACOMELI, Mara Regina. **Dos Estudos Sociais aos Temas Transversais: uma abordagem histórica dos fundamentos teóricos das políticas educacionais brasileiras (1971-2000)**. Educação. Unicamp. Campinas, 2004.

JACOMELI, Mara. **Temas Transversais: Análise histórica das políticas educacionais brasileiras**. Campinas: Alínea, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

NOLASCO, Patrícia Carmello. **A Educação Jesuítica no Brasil Colonial e a pedagogia de Anchieta: Catequese e Dominação**. Educação. Unicamp. Campinas, 2008.

PRADO, Décio de Almeida. **Teatro de Anchieta A Alencar**. São Paulo. Perspectiva: 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Companhia das Letras: 2011.

PREZIA, Benedito. **História da Resistência Indígena: 500 anos de luta**. São Paulo. Expressão Popular: 2017.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 17. ed. Campinas. Autores Associados. 2001.

SACCOMANI, Maria Cláudia, **A Criatividade na Arte e na Educação Escolar: uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski**. Araraquara: Educação. Unesp, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas. Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 10.e. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 11. ed. Campinas. Autores Associados: 2008b.

SAVIANI, Dermeval. Educação, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN, Julia; ORSO, Paulino José; MATOS, Neide da Silveira Duarte (org). **A Pedagogia Histórico-crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: AutoresAssociados, 2020.

TOLEDO, César; RUCKSTADTER, Flávio; RUCKSTADTER, Vanessa. O teatro jesuítico na Europa e no Brasil no Século XVI. **Revista Histedbr On-Line**. Campinas, n.25, p 33-43, marc. 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4961/art03_25.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

VIEIRA, M. Um olhar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Educação em questão**, Natal, v.26, n. 12, p. 185 -197, maio./ago. 2006.

VIEIRA, M. As reformas educacionais e o ensino das artes. **Revista Cocar Belém**, Natal, v.05, n.10, p. 65-71, jul./dez. 2011.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E MULTILETRAMENTOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE¹

PRUDENCIANO, Gleise²; SILVA, Ivani Rodrigues³; BATISTA, Cecília Guarnieri⁴.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-592>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar e descrever possibilidades de letramentos e multiletramentos no contexto de um Projeto de Contação de Histórias, desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em três escolas de um município do interior de São Paulo. A metodologia adotada foi o estudo de caso, com análise microgenética das transcrições. Este relato destaca a participação de uma aluna com deficiência intelectual. Foram analisados três episódios do projeto de intervenção, evidenciando avanços no reconto de histórias e no engajamento nas atividades. Considera-se que os resultados podem contribuir para a elaboração de estratégias para o atendimento no AEE, assim como para a sala regular, favorecendo a inclusão e o letramento dos alunos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado – AEE; contação de história; multiletramentos.

ABSTRACT

This study aims to identify and describe the possibilities of literacy and multiliteracies in the context of a Storytelling Project developed in Specialized Educational Services (SEAs) in three schools in a city in the interior of São Paulo state. The methodology adopted was a case study, with microgenetic analysis of the transcripts. This report highlights the participation of a student with an intellectual disability. Three episodes of the intervention project were analyzed, demonstrating progress in storytelling and engagement in activities. The results can contribute to the development of strategies for SEAs and regular classrooms, fostering inclusion and literacy among students.

Keywords: Specialized Educational Assistance – AEE; storytelling; multiliteracies.

¹ Este Trabalho foi apresentado no V CONFAAT - Congresso de Pesquisa e Iniciação Científica da UNIFAAT em 2024.

² Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação pela Faculdade de Ciências Médicas -UNICAMP/SP; Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIFAAT; Docente na área de Inclusão escolar, atua na sala de recursos -Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Prefeitura da Estância de Atibaia. *E-mail:* gleisecp@gmail.com

³ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2005). É docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Estadual de Campinas e do Curso de Pós-Graduação Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. É membro do GT da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística) Interculturalidade, Linguagem e Educação, ocupando a coordenação do GT nos biênios 2016/2018; 2018/2021. É a Pesquisadora responsável pelo Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva para a Educação Bilíngue de Surdos - CCD-TAEBS (Fapesp-processo 2024-01130-0).

⁴ Psicóloga, mestrado e doutorado pelo Instituto de Psicologia da USP. Pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Unicamp. Professora da PUC-Campinas e da Unicamp - disciplinas ligadas ao Desenvolvimento Humano e à Metodologia de Pesquisa. Na Unicamp, foi coordenadora do Cepre-FCM e participou, desde o início, do curso de graduação em Fonoaudiologia e da Pós Saúde, interdisciplinaridade e Reabilitação. Atuou em pesquisa e intervenção voltadas para crianças e adolescentes com deficiências. Aposentada desde 2015, como docente do Departamento de desenvolvimento humano e reabilitação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está voltado para a pesquisa sobre as condições de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, especialmente no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O interesse por pesquisar esta temática surgiu da experiência com o trabalho na rede municipal de ensino, envolvendo alunos com deficiência.

Constatam-se muitos desafios neste processo de inclusão. Ao mesmo tempo, é possível dizer que existem muitas possibilidades, que envolvem não só a escola, como também as políticas que regem seu funcionamento. O processo de mudança de concepção da escola para uma visão mais inclusiva requer a participação de toda a sociedade e, em uma visão mais micro, de toda a comunidade escolar: discussões, mudanças didáticas e metodológicas e olhares diferenciados e cooperativos.

Neste sentido, para adentrar os multiletramentos, é importante abordar as práticas tradicionais de alfabetização que vêm sendo alvo de críticas há algum tempo. Uma dessas críticas, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, lembra que durante muito tempo as escolas iniciaram a alfabetização dos alunos, escrita e leitura a partir do ensino de sílabas, frases e palavras descontextualizadas, que não poderiam ser considerados textos, sem atrativos que pudessem torná-los interessantes para os alunos (Brasil, 1997).

Na mesma direção, Geraldi (2002) apresenta diversos trabalhos sobre a continuidade dessas práticas nos currículos elaborados para o ensino da disciplina de Língua Portuguesa. A crítica é centrada na forma autoritária e burocrática adotada nas escolhas de livros e na realização das atividades, incluindo preenchimento de fichas e provas de conteúdo, sem espaço para participação autônoma e crítica desse leitor, no caso, os alunos.

Conforme Geraldi (2002), é fundamental que todos os estudantes tenham o acesso à leitura nas escolas. Rojo (2009) concorda que aconteça a “democratização” da cultura impressa. Porém, esta mesma disponibilização ainda não ocorre com as culturas valorizadas das mídias digitais e de outros espaços culturais, como por exemplo os cinemas, museus, teatros e espetáculos. Questiona a eficácia dessas ações isoladas para a efetividade do letramento nas camadas populares que frequentam as escolas públicas.

A autora expõe o caminho para democratização da leitura e do letramento e a sua importância no mundo contemporâneo. Valoriza o que chama de “multiletramentos” ou “letramentos múltiplos”, no sentido de colocar em contato os letramentos das culturas locais e os letramentos valorizados, universais e institucionais. Enfatiza que a escola contribuirá com este aluno para a vida em sociedade e seus vários letramentos (Rojo, 2009).

Assim como Rojo (2009), Figueiredo e Guarinello (2013) discorrem sobre a cultura e a singularidade relacionada à língua e o benefício do uso dos recursos dos multiletramentos de maneira crítica e protagonista pelos alunos. Defendem que desta forma pode-se criar diversas possibilidades e atingir diferentes contextos de alunos reais e não idealizados, proporcionando condições que lhes tragam igualdade no acesso ao ensino e apropriação de conhecimentos significativos.

Os autores ainda destacam a importância de inserir no cotidiano escolar as metodologias e as linguagens diversas existentes na sociedade contemporânea, onde encontram-se os novos gêneros discursivos que fazem parte da cultura introduzida pelas novas tecnologias que se dão pela interação com os “letramentos multissemióticos”. Contextualizam que estes letramentos acontecem pela exposição a textos/mídias significativas, bem como pela ampliação para o campo da imagem, música e outras semioses, para além da escrita e da leitura de textos organizados de formas lineares (Figueiredo e Guarinello, 2013; Rojo, 2009).

Figueiredo e Guarinello (2013) apontam que estes gêneros discursivos são materializados pela “*linguagem verbal ou não verbal*”, dispostos nos textos formados pelas composições dos tipos de letras, imagens, cores, diagramação. Todas essas exposições são construídas por meio de interfaces que envolvem elementos do áudio e do visual, apresentando tanto as formas explícitas como implícitas das produções que fazem parte da multimodalidade. Barbosa (2016) concorda e complementa que os aspectos multimodais são produzidos por nós a todo momento, que são recebidos e reconfigurados pelos outros de diversas maneiras. Estes envolvem as expressões orais e escritas que refletem nos seus interlocutores, criando assim outras leituras ou expressões. Desta forma, cada um produz um sentido tanto na forma de sua transmissão como na sua recepção.

Ratifica o exposto com exemplos em sua dissertação e discorre, assim como Rojo (2009), sobre a importância dos letramentos e dos multiletramentos para o entendimento dos símbolos e significados na vida cotidiana contemporânea. Apresenta o uso da multimodalidade, por meio de exemplos de comportamentos, do uso de símbolos significativos expostos nos tipos de textos escritos, nas mensagens produzidas pelas imagens dispostas em suportes de maneira estática ou por meio de outras interfaces (Barbosa, 2016).

Levando em consideração todas essas premissas, é urgente que as escolas se utilizem de diversas metodologias e linguagens que atendam a todos os alunos que porventura tenham algum tipo de alteração, seja física, cognitiva, sensorial ou comportamental, e o aluno dito “normal”. Para uma escola inserir o seu aluno em práticas letradas, precisa garantir interações

que lhes possibilitem letramentos e multiletramentos, de forma que sejam protagonistas, críticos dessas construções e consigam fazer a leitura de mundo dentro do seu próprio contexto e do contexto global (cf. Barbosa, 2016; Figueiredo e Guarinello, 2013; Geraldi, 2002; Rojo, 2009).

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE

O termo Atendimento Educacional Especializado figura no Artigo 208, Inciso 3º da Constituição Federativa do Brasil e na LDBEN em seu Artigo 4º. Considera-se que a proposta da sala de recursos em uma visão inclusiva representa uma forma de atender às necessidades dos alunos incluídos no sistema regular de ensino.

A partir desse período, houve vários movimentos que levaram a diversas propostas de sistematização da Educação Especial. Cabe ressaltar, entre elas, que em 2001 foram instituídas, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, com a finalidade de normatizar “a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades”. Art. 1º, parágrafo único:

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (Brasil, 2001).

Em seu artigo 2º, refere-se à organização da escola para o atendimento aos “educandos com necessidades educacionais especiais” e reafirma a matrícula de todos na escola regular de ensino, desta forma. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001).

Desta forma, em seu artigo 3º, ratifica que a Educação Especial é uma modalidade inerente a todas as etapas da educação escolar; sendo assim, os sistemas de ensino devem se organizar no atendimento desses educandos (Brasil, 2001).

Além disso, em seu artigo 8º, determina que os educandos da Educação Especial devem ser matriculados na sala de aula regular, distribuídos em salas diversas nas escolas. Esta divisão tem como finalidade a troca de experiências e a convivência com a diversidade (Brasil, 2001).

No sentido de atender a esta demanda, assim como na LDBEN, ainda neste artigo, preconiza a formação continuada de “professores das classes comuns e da Educação Especial, capacitados e especializados”. Da mesma forma, orienta para que seja realizado um trabalho em colaboração, que os profissionais realizem as adaptações/flexibilizações necessárias para o atendimento desse aluno. Em seu artigo 8º - inciso V, menciona a organização da sala de recursos (Brasil, 2001).

Existem também diretrizes frente a situações de exceção, para o atendimento de alunos com necessidades acentuadas de adaptações, explícitas em seu Artigo 9º.

As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

§ 1º Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso (Brasil, 2001).

Essas resoluções foram reformuladas e apresentadas no decreto nº 6.571/2008, que “dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”, posteriormente alterado pelo decreto de nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Para melhor detalhamento das ações, a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 1º:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Brasil, 2009).

Em seu Artigo 2º, ao definir a função do AEE, amplia a sua importância para além dos muros escolares.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Brasil, 2009).

Para garantia de direitos daqueles que podem usufruir os benefícios desses recursos, o artigo Art. 4º delimita o “público-alvo do AEE”:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas

relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009).

No sentido de efetivar a participação desse aluno no ensino regular, dando-lhe como garantia o atendimento no contraturno nas Salas de Recursos, ficou estabelecido no artigo 5º:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009).

Desta forma, entendendo a importância da oferta do AEE nas escolas, é fundamental que as unidades escolares, quando da elaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos, priorizem o atendimento dos alunos da Educação Especial, contemplando, em sua organização institucional, as diretrizes previstas no Artigo 10º:

- I – Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III – Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV – Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – Professores para o exercício da docência do AEE;
- VI – Outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (Brasil, 2009).

Conforme o artigo 12º, os atendimentos devem ocorrer com um professor que possua uma “formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (Brasil, 2009).

Esta Resolução determina que o profissional que atua na sala de AEE tem como função fomentar e articular ações no sentido de estabelecer um ambiente mais acessível e inclusivo na unidade escolar que atua (Brasil, 2009).

Para tanto, especifica as atribuições do Professor do AEE que, de forma geral, deve atender o aluno, capacitando-o por meio dos recursos específicos da tecnologia assistiva. Esta é uma das possibilidades que favorecem a construção de um ambiente de oportunidades, para

que este aluno adquira e amplie a sua aprendizagem, promovendo, desta forma, autonomia e participação (Brasil, 2009).

Nesse sentido, o profissional de AEE deve atuar junto à família, trabalhando nas áreas intersetoriais e em parceria com o professor da sala de aula comum do ensino regular, dando suporte e orientações para que seja proporcionado de fato um ambiente inclusivo (Brasil, 2009).

Com a finalidade de assegurar uma alocação mais justa de recursos, permitindo a oferta adequada de infraestrutura, profissionais especializados e materiais pedagógicos, fundamentais à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, e apoiar a permanência desse aluno público-alvo da educação especial na sala regular, a sala de recursos /AEE é contabilizada como oferta complementar, prestada em turno distinto ao do ensino regular, com duplo cômputo desta matrícula (Brasil, 2020).

É muito importante salientar que o atendimento na sala de recursos/AEE não substitui o ensino da sala de aula regular. Ele vem complementar ou suplementar a formação do aluno, com o propósito de eliminar barreiras para sua plena participação na sociedade. Assim sendo, para atingir este propósito, o professor da sala de recursos/AEE precisa envolver todos na escola, realizar um trabalho em cooperação constante, muito próximo à gestão e ao professor da sala regular de ensino e se utilizar de várias estratégias no sentido de promover o desenvolvimento do educando.

1.2 Contação de história – resgate de uma tradição

O ato de se contar histórias é uma das mais antigas formas de difusão cultural, que acontecia de forma oral – “viva voz” –. As pessoas contavam histórias nas rodas de conversas, fazendo do contador o centro das atenções. Os trovadores se privilegiavam desse ato e conseguiam entrada em palácios e aldeias contando histórias do gosto popular (Mateus *et al.*, 2013; Sousa e Bernardino, 2011).

Conforme Sousa e Bernardino (2011), foi a partir do advento da escrita que surgiram as coleções de histórias, reais e de ficção, o nascimento da literatura e, posteriormente, da literatura infantil.

Mateus *et al.* (2013) acrescentam que, ao inserir a literatura infantil e a contação de história na prática pedagógica, são proporcionados ao aluno espaços para refletir sobre e com o texto, de ampliar a sua linguagem, oralidade e a sua narrativa, aprender palavras novas e contextualizadas, fazer recontos e relatos. Esse é um dos recursos essenciais para formação do

hábito e do comportamento leitor, que se considera implementado quando a criança procura um livro para olhar e contar histórias, com textos escritos ou não.

Giordano (2013, p.141) afirma, em seus estudos sobre a importância da leitura e a construção do jogo simbólico e da imaginação, que “a criança que não sabe ler de forma convencional pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir um texto já é uma forma de leitura”.

Desta forma, quando a criança tem espaços para vivenciar os recontos de histórias, lhe são proporcionados momentos para que estabeleça a relação entre a fantasia e a realidade. As histórias abrem possibilidades imaginativas, abrangendo as emoções das pessoas. Os adultos lidam com esta questão de forma racional, enquanto a criança mergulha em um mundo imaginário. Nesse universo a criança é estimulada pelo prazer da leitura, que pode lhe proporcionar estímulos importantes para a formação do leitor (Giordano, 2013; Mateus *et al.*, 2013; Souza e Bernardino, 2011).

O professor tem um vasto terreno para explorar as leituras e contações de histórias, dentro e fora do contexto real dos alunos. Os contos levam o educando a um confronto sobre as motivações do herói e do seu inimigo, produzindo na criança identificação com situações ligadas a valores universais, como liberdade, verdade, justiça, a amizade, a solidariedade etc. Ao mesmo tempo, os enredos são permeados pelas disputas que envolvem a inveja, a traição, a covardia, a desigualdade, entre outros. Estas são questões importantes para serem abordadas, pois delimitam a vida em sociedade e ajudam na formação do cidadão (Giordano, 2013; Mateus *et al.*, 2013; Souza e Bernardino, 2011).

1.3 Contação de histórias no AEE

Em decorrência das demandas globais e da legislação do país, as políticas públicas necessitam ser implementadas e reformuladas com a finalidade de derrubar as barreiras sociais e atender a todas as pessoas, em nome da igualdade de direitos. Constata-se, em âmbito geral, que várias políticas públicas vêm sendo viabilizadas. Em relação ao ensino, mais especificamente na escola, estas políticas visam ao público-alvo da Educação Especial e buscam a garantia do acesso à escola regular, a promoção da aprendizagem e a permanência de todos de maneira igualitária. No sentido de promover e assegurar a inclusão desses alunos nos níveis mais elevados da aprendizagem e do ensino, foram implementadas as políticas públicas que viabilizaram a criação das Salas de Recursos Multifuncionais, de forma a implementar o

Atendimento Educacional Especializado, que tem como função principal eliminar as barreiras para a plena participação desse aluno-foco da Educação Especial (Brasil, 2009; 2015).

Em relação à alfabetização e ao letramento, as críticas aos modos tradicionais de ensino e as sugestões de novas formas de utilizar textos em sala de aula se aplicam, também, ao planejamento de ações de Educação Especial. Nesse sentido, é relevante a adoção de textos completos, significativos em termos da tradição cultural, do aluno e do ambiente educacional em que ele se insere. Mostra-se de extrema importância o acesso aos livros e a outros recursos imagéticos que possibilitem várias leituras de mundo que estejam relacionadas à reflexão, à leitura crítica, de modo a favorecer o acesso e a valorização da cultura local e globalizada (Barbosa 2016; Brasil, 1997; Figueiredo e Guarinello, 2013; Geraldi, 2002; Rojo, 2009).

A contação de história vem ao encontro do uso contextualizado da língua, do uso do livro e de suas possibilidades. É por meio das tramas que envolvem os personagens e os elementos constantes nos livros que os alunos têm a oportunidade de se identificar e fazer relação com os seus contextos sociais. Constata-se também a ampliação ou contextualização do repertório envolvido nas histórias, assim como possibilidade de aquisição, elaboração ou reelaboração do entendimento de conceitos articulados entre os elementos da história. A contação de histórias abre possibilidades para a vivência do mundo da imaginação, que envolve heróis e vilões, princesas e príncipes, ricos e pobres em confrontos ou aproximações de valores sociais e culturais. Além das inúmeras possibilidades, para um trabalho envolvendo a contação de histórias nas escolas, pode-se ainda destacar como uma ótima estratégia de ensino para o trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais no AEE. Tem-se nesse recurso uma estratégia eficaz para o favorecimento do ensino, tanto da sala regular como no AEE (Figueiredo e Guarinello, 2013; Geraldi *et al.*, 2002; Mateus *et al.*, 2013; Rojo, 2009).

O objetivo deste trabalho é identificar e descrever possibilidades de letramentos e multiletramentos no contexto da execução de um Projeto de Contação de Histórias no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Cabe lembrar que o projeto completo foi realizado com 6 alunos, que participavam do AEE (3 com diagnóstico de deficiência intelectual, 1 limítrofe, 1 com dificuldade de aprendizagem e 1 com deficiência física). Para o presente relato, foi destacada uma aluna com diagnóstico de deficiência intelectual.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado foi de estudo de caso, apropriado para compreender as manifestações gerais de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas (Lüdke e André, 1986).

O projeto foi desenvolvido em 3 escolas, localizadas nas áreas isoladas da rede municipal de Atibaia. Participaram deste projeto 6 alunos com idades entre 7 e 11 anos, matriculados em escolas municipais na educação fundamental e na sala de AEE dessas escolas. Os alunos selecionados eram atendidos pelo AEE, em função dos seguintes motivos: deficiência intelectual (DI) – três alunos –, limítrofe – um aluno –, deficiência física (DF) – um aluno – e um aluno com dificuldades escolares (queixa de dificuldade de atenção e relato de problemas no contexto familiar). Participaram também dessa pesquisa as mães dos alunos, as professoras regentes da sala regular de cada aluno e a professora de AEE (pesquisadora). O projeto foi autorizado pelo comitê de ética.

Foram realizados os seguintes procedimentos: entrevistas semiestruturadas com os pais, com os professores (antes e depois da aplicação do projeto) e a aplicação do projeto de intervenção, que foi referente à contação de histórias.

As entrevistas tiveram gravações em áudios, e o projeto de intervenção foi registrado em áudio e vídeo. Para este trabalho foram selecionados 3 episódios referentes à intervenção de uma participante. As entrevistas realizadas com os pais e com os professores serviram de base para levantar a história familiar e o percurso de aprendizagem dos discentes.

O projeto de intervenção envolveu contação de histórias infantis, executado pela presente pesquisadora, que é professora de AEE.

Foram selecionados os seguintes livros da literatura Infantil:

João e o Pé de Feijão, recontado por Flávio de Souza, ilustrações de Roberto Weigand, Ed. FTD, São Paulo 2010. É um conto clássico, que envolve cenas do cotidiano com situações de magia; relata conflitos, lutas e desfecho favorável aos personagens-título. Este é um livro amplamente ilustrado, com gravuras grandes.

A Árvore Generosa, de Shell Silverstein, traduzido por Fernando Sabino, Editora Cosac Naify, 2012. Esta é uma história com várias possibilidades de interpretações, que abrange todas as etapas da vida dos personagens. É um livro com ilustrações em branco e preto, com traços esquemáticos.

A Galinha Ruiva, conto de Elza Luíza, Editora Moderna, ano 2010. Este livro é composto por ilustrações coloridas em todas as páginas. Texto com rimas e repetições.

Todas as histórias têm elementos da natureza, fato que se aproxima da realidade dos alunos envolvidos no trabalho.

As atividades foram desenvolvidas em um semestre e em um total de oito sessões, conforme as seguintes etapas: avaliação inicial, intervenção e avaliação final. As avaliações inicial e final foram realizadas de forma individual. As sessões de intervenção, de forma individual ou em pequenos grupos.

Avaliações: inicial e final

Essas avaliações envolveram o reconto da história João e o Pé de feijão. Para cada sessão de avaliação, foram transcritas as falas do participante e, de forma resumida, as intervenções da pesquisadora.

Intervenção

No que se refere à intervenção, foi feito o exame dos registros, selecionados e transcritos os episódios significativos. Foram destacados exemplos indicadores de aquisição, compreensão e estabelecimento de relações com situações reais.

Nessa exposição da intervenção, será feito o relato de uma das participantes da pesquisa, que é identificada pelo nome fictício de Fátima.

2.1 Contextualização da participante

A aluna Fátima morava com a sua família na zona rural, em sítios da região, seus pais trabalhavam com trabalhos manuais em contratos eventuais. A criança entrou nessa escola pesquisada quando estava no segundo ano, período em que foi encaminhada para ser avaliada por exames psicodiagnósticos. Estes exames trouxeram os seguintes apontamentos: tratava-se de uma criança retraída e ansiosa; em relação à inteligência, com base no teste WISC IV, seu QI total foi situado na faixa de 50 a 60 (classificação “extremamente baixo”), com os índices mais altos (faixa entre 60 e 70) para Memória Operacional e Compreensão Verbal. O relatório fonoaudiológico destacou que ela tinha distúrbio articulatório. No início de 2016, ela iniciou os atendimentos quando cursava o 3º ano fundamental I.

No início dos atendimentos, a aluna apresentava um comportamento tímido e era muito calada, conhecia algumas vogais e sua avaliação do Sistema de Escrita Alfabética – SEA era hipótese pré-silábica. No final do ano, a aluna, na avaliação de sua escrita, apresentava uma hipótese de escrita silábica sem valor sonoro. Identificava e registrava quase todo o alfabeto,

fazia relação do nome com as figuras quando a palavra era iniciada por vogais. Respondia a perguntas explícitas sobre textos curtos e organizava sequências de histórias com poucas imagens.

No desenvolvimento da linguagem, expressava-se com uma ou poucas palavras, sem conexões entre elas. Para desenvolvê-la, havia propostas envolvendo brincadeiras, canções e movimentos com jogos orais de repetição. Notava-se que ela conversava um pouco mais quando estava desenhando ou fazendo atividades manuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho será apresentado um fragmento das intervenções em três episódios após a leitura do livro da Galinha Ruiva, sendo que em algumas passagens aparece um dos participantes da pesquisa, que em muitas vezes a ajudou na organização de seu pensamento e desenvolvimento da linguagem.

Leitura do livro “A Galinha Ruiva”.

Participantes: Pesquisadora (P), Vitor (V) e Fátima (F)

Atividades realizadas:

No momento da leitura, Fátima fazia dupla com o colega de nome Vitor, sendo que inicialmente a pesquisadora realizou a leitura da história e ia mostrando as figuras ao longo do processo. Após este contexto, fez algumas perguntas sobre o enredo, logo em seguida solicitou que eles fizessem os desenhos das partes mais significativas da história. Vitor estava disposto e interessado na história, notava-se o seu entendimento e o seu respeito pela colega, pois sempre que a pergunta era direcionada a ela, ele aguardava e depois, quando solicitado, respondia. Eles achavam graça da história da dona galinha e dos amigos. Fátima demorava a responder, era necessário insistir, fazer perguntas diretas para ela. No decorrer da sessão, ela foi ficando um pouco mais descontraída, à medida que ia realizando a pintura do desenho. Quando era perguntado algo para o colega e ele respondia, ela olhava e ria das respostas dele. Aos poucos Fátima ficou um pouco mais interessada e mais animada com a história e se engajou na produção do desenho (F.1).

Episódios das Intervenções

Figura 1 – Desenho: A galinha pedindo ajuda



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Episódio 1 - “Pedido de ajuda”

Contexto: Eles desenharam a parte de que mais gostaram da história, e a pesquisadora traz questões de compreensão sobre o livro.

1. P: Fátima, que parte da história você desenhou?
2. **F: A casa.**
3. P: E que lugar é esse que está acontecendo a história? (Abre o livro e mostra as imagens).
4. **F: (boceja, se mexe na cadeira e não responde).**
5. *V: O sítio.*
6. P: O que você acha, Fátima, é no sítio ou é na cidade?
7. **F: Sítio.**
8. P: E quem era o personagem principal da história?
9. **F: O pato e o porquinho.**
10. P: Mas quem aparece sempre pedindo as coisas?
11. **F: A galinha.**
12. P: E os personagens secundários, Vitor?
13. **F: O porco e o pato.**
14. P: Aqui a Fátima disse que queria desenhar a casa, o que ela (mostra a imagem da galinha) fica fazendo dentro da casa, Fátima?
15. **F: O bolo.**
16. P: O bolo, fazendo a massa. E o que ela ficava pedindo lá pra eles?
17. *V: Pra ajudar ela.*
18. P: Ajudar fazer o que, Fátima?
19. *V: O bolo.*
20. P: Mas o que ela ficava repetindo pra eles toda hora, Fátima?

21. *V: Pra ajudar.*
22. P: Mas tem uma frase que ela fala pra eles toda hora, Vitor.
23. *V: Quem quer me ajudar.*
24. P: Aqui ela está pedindo pra fazer o quê?
25. *V: Pra pegar os grãos de milho.*
26. P: Vai pegar pra fazer o que, Fátima, quando ela pegar os grãos de milho ela quer...
27. **F: Plantar.**
28. P: Qual a frase que ela repete?
29. *V: Quem me ajuda.*
30. P: Fazer o quê? (Mostra a página).
31. *V: Regar.*
32. P: Fátima, o que ela está regando?
33. **F: (boceja) Água.**
34. P: Regando é jogar água, o que ela tá regando?
35. *V: O pé de milho.*
36. P: Quem me ajuda, quem me ajuda a regar essa plantinha, eu só quero o que, Fátima?
37. *V: Brincar.*
38. **F: Brincar.**

Fátima compreendeu várias passagens da história e respondeu corretamente a partir de pistas da pesquisadora, por exemplo: o personagem que mais aparece na história (“a galinha - 11), pegar grãos para (“plantar” - 27). Repetiu duas vezes as respostas de Vitor (“sítio” - 7) e (“brincar” - 38).

Figura 2 – Cenário com os personagens



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Construção do cenário e personagens de “A Galinha Ruiva”

Participantes: Pesquisadora (P) e Fátima (F).

Atividades realizadas:

Fátima realizou a confecção dos fantoches (do tipo “palitochê”, Figura 2) e a representação no cenário. Os fantoches (do tipo “palitochê”) consistiam na pintura dos desenhos dos personagens e confecção da espiga de milho com colagem de milho de pipoca; tudo foi colado em palitos de sorvete.

Para o cenário foram utilizadas folhas emborrachadas de E.V.A. das cores azul, verde e marrom, que representariam respectivamente o céu, a grama e a terra para representação da história.

Fátima desenvolveu a atividade com muito interesse e desenvoltura, organizou, recortou, colou, definiu as cores com que ia pintar os personagens e como seria a sua espiga de milho. Durante a elaboração, a pesquisadora foi ajudando na montagem e disponibilização de materiais. Nessa interação a pesquisadora brincava com a voz da galinha, pedia ajuda conforme a história, e Fátima respondia (rindo) como se fosse o porquinho e o patinho dizendo que só queria brincar.

Episódio 2 - “Entrelaçando a atividade com o contexto de vida”

Contexto: Confecção dos personagens da história. Enquanto Fátima pintava os personagens, a pesquisadora foi realizando a intervenção relacionada à história.

1. P: Quem são os personagens?
2. **F: A galinha.**
3. P: Que cor você tá pintando-a?
4. **F: Vermelho.**
5. P: É, ela é vermelha.
6. **F: Sim.**
7. P: A galinha Ruiva.
8. **F: Minha mãe ela tá trabalhando de pegar galinha.**
9. P: Mesmo? Olha, e nós estamos fazendo a galinha.
10. **F: Ela pega o ovo, coloca na caixa, depois vai enchendo, pega outra caixa e coloca de novo.**
11. P: Nossa, que legal. E o pai, trabalha de quê?
12. **F: (pinta os personagens). Não sei.**
13. P: Não sabe. Ele vai em horário diferente da sua mãe, ele vai, depois ela volta?
14. **F: (faz os personagens e cantarola) É.**
15. P: E quem cuida da sua irmã?
16. **F: Minha mãe, ela vai trabalhar 8 horas.**

17. P: Ah, a sua mãe vai trabalhar, volta e depois vai o seu pai.

No trecho analisado, pode-se observar que a Fátima representou em seu desenho a cor da galinha ruiva; como observado na linha 4, ela responde “vermelho”. Fez relação com a vivência de trabalho de sua mãe, citada na linha 8, se descontraíu enquanto elaborava a atividade, conforme a linha 14. Descreveu algumas situações de seu contexto de vida com frases longas e completas, exemplos nas menções das linhas 8, 10 e 16.

Episódio 3 – “Representações”

Contexto: Com as folhas de E.V.A., P. (F. 2) incitava a Fátima para fazer relações entre os materiais de cores (azul, verde e marrom) com os elementos que apareciam no cenário do livro.

1. P: Que lugar a gente vai representar? Que lugar é esse aqui (mostra o livro), é na cidade?
2. **F: No mato.**
3. P: Mas assim, eles estão no meio do mato, não tem nada?
4. **F: No mar.**
5. P: No mar? Que lugar é esse aí? (mostra o livro).
6. **F: Não sei.**
7. P: Você não sabe? Isso aqui representa o que da história (mostra o E.V.A, verde e marrom), olha no livro, o verde representa o que do cenário? O que é o cenário? O cenário é onde está sendo feita a história.
8. **F: (olha com riso no rosto).**
9. P: Isso aqui é o quê (mostra a imagem do céu no livro)?
10. **F: As nuvens.**
11. P: As nuvens, mas as nuvens ficam onde?
12. **F: Embaixo** (talvez para mencionar a figura no livro).
13. P: Não, a gente olha pra onde e vê as nuvens, Fátima?
14. **F: Em cima.**
15. P: E em cima é em que lugar? Que lugar é lá em cima?
16. **F: Na lua?**
17. P: Mas a lua e as nuvens, ficam em que lugar?
18. **F: Não sei.**
19. P: (mostra uma expressão de espanto) Não sabe?
20. **F: No céu.**
21. P: (mostra a cor azul do E.V.A). Olha, isso aqui representa o cenário, onde acontece a história (mostra o livro), olha, isso aqui é o céu. Que cor é o céu?
22. **F: Azul.**
23. P: Então é como se eu tivesse pintado esse lugar (mostra o E.V.A) igual o...
24. **F: A nuvem.**
25. P: A nuvem também, mas a nuvem fica onde, no...
26. **F: Céu.**
27. P: E esse lugar aqui (mostra o E.V.A. marrom junto com o livro), que parte da história eu estou representando?
28. **F: A terra.**

- 29. P: A terra, o terreno.
- 30. **F: Plantando milho.**
- 31. P: Pra fazer o quê?
- 32. **F: O bolo.**
- 33. P: Agora vamos voltar aqui, e quem são esses outros?
- 34. **F: O pato e o porquinho.**
- 35. P: E eles estão na história?
- 36. **F: Tão.**
- 37. P: E isso aqui (E.V.A. marrom), tá representando o que na história?
- 38. **F: O chão.**
- 39. P: E daqui (E.V.A. verde com o livro), esse chão está com que cor aqui, o...
- 40. **F: A grama**
- 41. P: É o céu, a terra e a grama. E agora os personagens.

Fátima compreendeu o enredo da trama, atribuiu significado aos elementos que aparecem. Em relação ao cenário, com as pistas da pesquisadora, ela articulou as relações entre o material não estruturado com a história. Como nos exemplos do trecho analisado, a folha de E.V.A. azul era o céu, como observado na linha 20, o marrom, a cor da terra, citado na linha 28, e o verde da grama, que consta na linha 42. Com os fantoches “palitochês”. Percebe-se nessa sessão que as atividades que envolvem a manipulação de materiais de pintura, recorte e colagem despertam o interesse da aluna. Nota-se também que ocorre maior apropriação do enredo da história e de suas representações.

Participação de Fátima no projeto

Fátima, durante o projeto, demonstrou oscilações em seu comportamento, em algumas ocasiões não se mostrava disposta a fazer as atividades, ou logo que entrava não autorizava a filmagem, em outras ocasiões cobrava a filmagem demonstrando interesse de se assistir. Percebe-se que, após a sua entrada na aula, inicia a atividade principalmente quando envolve algo mais lúdico e manual; ela se sente mais envolvida e se apropria mais dos eventos da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao papel do AEE, cabe lembrar que se preconiza que esse atendimento não substitua o ensino da sala de aula regular, uma vez que visa complementar ou suplementar a formação do aluno, com o propósito de eliminar barreiras para sua plena participação na sociedade (Brasil, 2009).

Há, portanto, uma certa liberdade de planejamento, pela não exigência de que o AEE signifique “reforço” em relação à sala regular, e com abertura para projetos avançados, como é

o caso do presente projeto de contação de histórias, que traz múltiplas possibilidades nas diversas atividades nele envolvidas (Brasil, 2009; Giordano, 2013; Mateus *et al.*, 2013).

Estas possibilidades envolveram vários recursos dos multiletramentos nas atividades desenvolvidas, desde a utilização dos livros ilustrados, os vídeos representativos das histórias, ilustrações, dentre outras representações que foram utilizadas no decorrer do trabalho. Estes recursos ampliaram o repertório e o entendimento da aluna sobre os fatos e conceitos apresentados nas histórias. Também possibilitaram que se identificassem, em algumas passagens, relações com situações vividas no cotidiano da criança, como no relato que diz que a mãe trabalha pegando galinha (Mateus *et al.*, 2013; Rojo, 2009).

Desta forma, o trabalho nos mostra a importância do texto escrito, porém destaca as várias possibilidades que o contato com textos relevantes da literatura entrelaçados com atividades diversas, imagéticas e digitais, ou seja, recursos que fazem parte das multimodalidades e dos multiletramentos, traz, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da linguagem e especificamente da alfabetização e letramento (Barbosa, 2016; Figueiredo e Guarinello, 2013; Geraldi, 2002; Rojo, 2009).

Pode-se constatar, neste fragmento de relato, a sua leitura para além da palavra escrita nas suas representações: no episódio 2, na reprodução do ambiente da história com as cores diversas de E.V.A. (verde do mato, azul do céu e marrom da terra), nos episódios 1 e 3, em seus desenhos representando a galinha da cor vermelha, nos quais apresenta a leitura realizada das ilustrações, apropriação de conceito e expansão do repertório, onde o ruivo da galinha representa a cor vermelha (Barbosa, 2016; Rojo, 2009).

Nesse sentido, conclui-se que a investigação, na perspectiva dos multiletramentos e da educação inclusiva, possibilita a ressignificação do processo de ensino-aprendizagem, mostrando a relevância desse tipo de abordagem para o ensino de crianças com grande defasagem de aprendizagem, com déficits cognitivos ou até mesmo para os indivíduos que se apropriam dos conhecimentos por meio de múltiplas linguagens envolvidas nos multiletramentos que vão para além dos textos escritos.

Para a implementação de projetos dessa natureza, é importante que a estrutura de organização do ensino propicie o envolvimento de todos na escola, em um trabalho em cooperação constante, especialmente no que se refere às relações entre o professor de AEE e o da sala regular de ensino. É fundamental que se disponha de espaço, recursos diversos e tempo para o planejamento e implementação das propostas de trabalho integrado e colaborativo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. **Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD**, 2016. 345 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Tecnologia) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte/MG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/RMSA-AHVLT3> Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**. Ministério da Educação e do Desporto. 1997.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva do Protocolo Facultativo à **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência educação inclusiva** Brasília, DF: MEC. Resolução nº 4/2009. **Edições Câmara**; 2009. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dm_documents/rceb004_09.pdf. Acesso em: 30 set. 2023

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 1, 25 dez. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Luciana Cabral.; GUARINELLO, Ana Cristina. Literatura infantil e a multimodalidade no contexto de surdez: uma proposta de atuação. **Revista Educação Especial**, [S. l.], Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 175–192, 2012. DOI: 10.5902/1984686X4404. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4404>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GERALDI João Wanderley, *et al.* **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.

GIORDANO, Alessandra. A arte de contar histórias e o conto de tradição oral em práticas educativas. **Constr. psicopedag.** São Paulo, v. 21, n. 22, p. 26-45, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542013000100004&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 30 set. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATEUS, Ana do Nascimento Biluca *et al.* A importância da contação de História como prática educativa na educação infantil. **Revista Pegagogia em Ação** - PUC Minas v. 5. n. 1 2013. fev;. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477/7227>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ROJO, Roxane **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. 2. ed. São Paulo. Editora Afiliada. 2009.

SOUSA, Linete Oliveira de; de; BERNARDINO, Andreza Dalla. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Educere et Educare**, [S. l.], Cascavel v. 6, n. 12, 2011. DOI: 10.17648/educare. v6 i12.4643. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643>. Acesso em: 31 ago. 2025.

A CRISE DA EDUCAÇÃO E O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE PODER: REFLEXÕES SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

SANTOS¹, Maria Eduarda Silva; KIRCHNER², Cássia Sales.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-593>

RESUMO

O trabalho discute as crises enfrentadas pela escola ao longo da história, ligadas à sua organização, ao currículo e à formação docente, destacando que a educação perde sua função quando reduzida a um valor privado e de mercado, em vez de transmitir legados simbólicos. Nesse sentido, o currículo adquire um caráter político, refletindo disputas de poder e, em determinados contextos, a crise educacional se vincula a uma crise política. A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre 2014 e 2018, ocorreu em meio a instabilidade no Ministério da Educação e influenciada por uma agenda neoliberal, que priorizou competências técnicas em detrimento de uma formação crítica. O trabalho, assim, teve como objetivo analisar a implementação da BNCC nesse cenário a partir de revisão bibliográfica, relacionando teorias curriculares ao contexto histórico, identificando a crise vivida pela escola e investigando como a conjuntura política contribuiu para a crise na educação do período.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); currículo escolar; terceiro setor; crise na educação.

ABSTRACT

This paper discusses the crises faced by schools throughout history, linked to their organization, curriculum, and teacher training, highlighting that education loses its function when reduced to a private and market value, rather than transmitting symbolic legacies. In this sense, the curriculum acquires a political character, reflecting power struggles, and in certain contexts, the educational crisis is linked to a political crisis. The development of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) between 2014 and 2018 occurred amid instability in the Ministry of Education and was influenced by a neoliberal agenda that prioritized technical skills over critical education. The paper, therefore, aimed to analyze the implementation of the BNCC in this scenario through a bibliographic review, relating curriculum theories to the historical context, identifying the crisis experienced by schools, and investigating how the political situation contributed to the educational crisis during this period.

Keywords: Brazilian National Common Curriculum (BNCC); school curriculum; third sector; educational crisis.

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino de Atibaia. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* mariaeduardasilvasantos.mess@gmail.com

² Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIFAAT. Doutora em Educação. *E-mail:* kirchnercassia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A instituição escolar tem enfrentado diversas crises ao longo de sua história, abrangendo aspectos como sua estrutura organizacional hierárquica, a seleção do conteúdo a ser disponibilizado aos alunos, o desenvolvimento profissional dos docentes e suas funções institucionais. Esta instituição é reconhecida como um espaço fundamental para a construção e organização de conhecimentos, os quais são formalizados e estruturados no currículo escolar. Ao selecionar, descartar ou mesmo apagar determinados saberes, a escola mantém o currículo como espaço de poder (Silva, 1999).

Em uma coletânea de ensaios, Arendt (2005) publicou “A crise na educação”, sendo este ensaio considerado, até os dias atuais, uma importante síntese de suas reflexões filosóficas e políticas. Apesar de tratar especificamente das insatisfações dos norte-americanos com o sistema educacional do país, as reflexões ali desenvolvidas vão além da análise sobre um fenômeno local, por estarem diretamente ligadas à crise que abatia o mundo moderno. Para compreender como tais reflexões vão além dessas insatisfações, é preciso retomar a diferenciação feita por Arendt (2005) sobre “natalidade e nascimento”; entre “vida e mundo”. Para ela, o nascer de cada ser humano apresenta sempre uma dupla dimensão: o nascimento traz a natureza biológica ou física, e a natalidade indica que, além de um novo ser humano, é também um novo ser no mundo, que deve ser iniciado no conjunto de tradições históricas, realizações materiais e simbólicas e ainda carrega a esperança de renovação (Carvalho, 2007).

Mesmo leiga em educação, como ela mesma destaca, Hannah Arendt causou certo incômodo à área ao publicar textos relacionados à sua perspectiva sobre o significado político e social da educação. Possivelmente por desenvolver uma observação exterior ao campo cada vez mais tecnicizado da pedagogia, Arendt (2005) destacou em seus textos a necessidade em compreender quais condições imprimem um significado público para a educação. A autora alertou sobre a redução da formação educacional à simples aquisição de um meio circulante, pois ao compreender a educação como compra de uma posição mais elevada na sociedade ou aquisição de um grau mais alto de autoestima, a educação era transformada em um valor privado que, como outro valor qualquer, não passa de um valor de troca (Arendt, 2005).

É certo que a escola, assim como o currículo e os documentos que a regulamentam, são espaços políticos. E historicamente os documentos que legislam os fazeres dentro da escola são desvinculados de sua implementação real, transformando tais documentos em normas a serem cumpridas, colocando em risco uma instituição repleta de potencial, mas que pode se tornar

inútil e deixar a função de iniciar os jovens em um mundo comum e público de heranças simbólicas e realizações materiais (Carvalho, 2007).

Para a autora, a educação é o processo de acolher os jovens no mundo, preparando-os para entender, valorizar e transformar as tradições públicas que fazem parte da nossa herança simbólica comum. Se fosse apenas uma herança material, os jovens a pegariam de imediato, mas como se trata de algo simbólico e compartilhado, a única forma de acessá-la é através do aprendizado. Ou seja, o acolhimento dos jovens envolve um compromisso duplo e contraditório por parte do professor, o compromisso de garantir a preservação no mundo das heranças simbólicas e, ao mesmo tempo, renovar essa herança pública, que é um direito dos jovens e só pode ser acessada por meio da educação (Arendt, 2005).

A crise na educação, segundo a autora, surge porque o processo de acolhimento e introdução dos jovens ao mundo parece perder seu sentido em uma sociedade que valoriza constantemente o novo e mistura as esferas pública e privada. Isso leva à desresponsabilização da sociedade quanto à continuidade do mundo, algo típico da sociedade moderna, que afeta profundamente as ideias e práticas educacionais.

Ao falar sobre “vida e mundo”, Arendt (2005) indica que o trabalho, essencial para manter a vida e garantir a sobrevivência da espécie, na Idade Moderna ganha outro significado e transforma o mundo em um lugar voltado para a manutenção da vida e do consumo. Por exemplo, as cidades são organizadas para a produção, o fluxo e o consumo de mercadorias, fazendo do trabalho uma forma de “ganhar a vida”, e não mais de criar objetos para o mundo. Isso leva a uma situação em que os jovens são formados como “animais laborantes”³. Dentro dessa lógica, o Estado moderno deixa de buscar o bem comum e volta-se para os interesses privados e em conflito (Arendt, 2005).

Se a “essência da educação seria a natalidade” (Arendt, 2005), compreendida como o acolhimento dos jovens ao mundo simbólico comum, essa ordem social pautada em interesses particulares em conflito coloca também em conflito os critérios que pautam a escolha do currículo de formação numa sociedade cada vez mais fragmentada. Estudiosos do currículo escolar, como Michael Apple, Henry Giroux, Paulo Freire e Herbert Marcuse, tecem críticas

³ O termo “animal laborans” aparece pela primeira vez na obra publicada de Hannah Arendt no texto “Ideologia e terror” (1953), incorporado à segunda edição da obra “As origens do totalitarismo” em 1958, mesmo ano de publicação de “A condição humana”, na qual o conceito é claramente decisivo. A era moderna tem em seu cerne, pensa Arendt, a vitória do animal laborans. Historicamente, essa vitória deveu-se à promoção do trabalho decorrente do advento do social, que pode ser mais remotamente remetido à Idade Média e aos primórdios do feudalismo, quando o antigo abismo entre o restrito domínio do lar e o elevado domínio político foi progressivamente preenchido por uma “organização pública do processo vital” (Correia, 2013).

aos currículos hegemônicos enfatizando a importância de uma pedagogia crítica em defesa de uma educação que promova a libertação e a autonomia (Silva, 1999) e promova a apropriação do conjunto de tradições históricas, realizações materiais e simbólicas pelos jovens.

A compreensão de que existe uma crise que afeta a escola exigiu uma tomada de decisão, e nas últimas décadas ocorreu o surgimento de uma agenda neoliberal que afeta a educação, levando diferentes países a reformar seus sistemas educacionais, tornando-os alinhados ao mercado e com características muito semelhantes (Caetano, 2020, p. 50). No Brasil, movimentos neoliberais, políticos, sociais interferem e influenciam na construção de documentos permeados de intencionalidade política. A interferência mais recente nesse sentido ocorreu na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo em sua versão final um documento que propõe uma formação pautada em competências tecnocráticas defendidas mais pelos institutos, empresas e fundações do que pelos profissionais diretamente ligados às instituições escolares.

Em meio às propostas de solucionar os desafios enfrentados na educação, “problemas que são decorrentes da estrutura social são tomados como problemas individuais” (Libâneo, 1994, p. 21). Quando documentos elaborados dessa forma, fruto da conjunção de muitos sujeitos além dos muros da escola, chegam às salas de aula, geralmente ficam descolados da realidade do estudante e do professor.

Entre os atores que não atuam diretamente no ambiente escolar e tiveram atuação decisiva na elaboração da BNCC, encontra-se o Movimento pela Base⁴, que obteve papel determinante no processo de elaboração e aprovação do texto que foi homologado em 2017. O movimento teve grande influência no documento que normatiza a educação no país a partir de interesse privados e interfere diretamente na escola sem estar dentro dela.

Por ser um terreno de disputas e poder, a escola, em especial o currículo escolar, sofre por estar no “meio do fogo cruzado”. Ao longo da história, houve a manifestação de documentos reguladores fortemente atrelados à agenda mercadológica, atualmente a dimensão política desse embate encontra amparo nas avaliações externas que regulam a prática docente com as demandas normatizadas pela BNCC. Desse modo, o currículo pode ser identificado como um bem:

⁴ O Movimento Pela Base (MPB) é uma organização brasileira que defendeu a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no país. No site do MPB consta: “somos um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O Movimento promove debates, produz estudos e pesquisas, investiga casos de sucesso em vários países e entrevista inúmeros alunos e professores” Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>.

[...] finito, limitado, desejável útil - que tem suas regras de aparecimento e suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão de poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma política (Foucault, 2008, p. 136 -137).

Foucault (2008), ao analisar as relações de poder presentes em um objeto fruto de luta, destaca que suas regras de uso já estão implícitas. No contexto deste trabalho, entende-se que a construção da BNCC ficou sob a influência de grupos que se apropriaram dela utilizando o discurso de que havia uma crise na educação a ser combatida. A educação brasileira sempre foi marcada por disputas ideológicas e econômicas que impactaram diretamente a implementação da BNCC, que foi fortemente influenciada por atores externos, como o terceiro setor⁵, e exige atualmente que escolas adaptem as demandas curriculares às suas realidades.

Somando-se às disputas ideológicas e econômicas, o período de implantação da BNCC ocorreu em um período de instabilidade política no Ministério da Educação, resultado das disputas ocorridas no campo entre 2014 e 2016. Nesse período o Ministério da Educação (MEC) passou por três ministros diferentes. Desse modo, a primeira versão da BNCC foi acompanhada por Renato Janine Ribeiro entre abril e setembro de 2015. A segunda versão, sob atuação de Aloísio Mercadante, entre outubro de 2015 e maio de 2016, e a terceira versão produzida sob responsabilidade de José Mendonça Filho entre os períodos de maio de 2016 e abril de 2018 (Andrade *et al.*, 2017). Ou seja, o processo de construção da BNCC se desenvolveu em um contexto tumultuado, considerando tanto as mudanças dentro do próprio Ministério da Educação quanto o contexto geral de crise política.

1 O CAMPO DE DISPUTA DO CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DA BNCC

Em uma perspectiva capitalista neoliberal⁶, o valor e utilidade são discutidos no âmbito da economia, não importando a esfera do assunto a ser tratado. No que se refere à reestruturação da educação, partindo desse lugar econômico, o discurso da crise possui como característica a necessidade de cessar o que não apresenta eficiência e eficácia substituindo-o por algo considerado novo e melhor. Por isso, quando se fala de uma crise na educação, é preciso ficar atento se a crise mencionada faz parte de uma construção de argumentos para gerar uma

⁵ O terceiro setor é composto por organizações da sociedade civil que atuam de forma independente do Estado e do mercado, com o objetivo de promover o bem-estar social, cultural, ambiental e econômico. Essas organizações são geralmente sem fins lucrativos e incluem entidades como ONGs (Organizações Não Governamentais), fundações, associações, movimentos sociais e outras iniciativas comunitárias (Roseberg, 2008).

⁶ Capitalismo neoliberal, segundo Santos e Souza (2023, p.37), é definido como “financeirização de todas as instâncias da vida social, com destaque para redução/destruição de inúmeras atividades na órbita estatal.”

reestruturação com interesses que não atendam diretamente à escola.

O conceito de crise apresentado por Hannah Arendt (2005) critica a transformação da educação, transformando-a em um valor calculado, voltado para interesses privados, e denuncia a perda de um compromisso social com a preservação e renovação das heranças simbólicas coletivas. Arendt (2005) destaca que, ao reduzir a educação a um meio para ascensão social ou autoestima, perde-se o papel transformador da educação, que deveria preparar os jovens para compreender, valorizar e transformar o mundo público e suas tradições. A autora também alerta para a fragmentação da sociedade moderna, onde o currículo escolar se torna um reflexo de interesses privados.

Quando aqueles que detêm o poder passam a difundir um discurso de que a escola como instituição está em crise, a preocupação não é a mesma apontada pela autora, mas a de criar oportunidades para implementar uma reestruturação que atenda a interesses específicos. Nessa perspectiva, as propostas para resolver os problemas da escola são apresentados por lógicas externas, desconsiderando necessidades e propostas dos profissionais da educação.

Essa intervenção externa e a trajetória histórica da construção e implementação dos documentos curriculares afetam a identidade da escola, que recebe e precisa ressignificar documentos que propõem identidades que não são suas e o uso de práticas “alienígenas” para obter resultados que pouco lhe servem.

1.1 Os documentos curriculares: um campo em disputa

Para compreender o campo de disputas em que foi construída a BNCC, é preciso fazer um recorte temporal mais amplo; para esse trabalho o recorte inicia em 1988 com a promulgação da Constituição de 1988, documento que marca a história do país. A Constituição de 1988 traz importantes conquistas para a educação:

[...] gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; ensino fundamental obrigatório e gratuito; extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio; atendimento em creches e pré escolas às crianças de zero a seis anos; [...] valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público; [...] plano nacional de educação visando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país (Aranha, 1996, p. 223-224).

Parte do processo de redemocratização do país após o período de Ditadura Militar, a Constituição Federal, além de todas as tensões naturalmente envolvidas nos diferentes campos, destaca a importância de fortalecer o ensino público e a qualidade da educação no Brasil. Em

seu artigo 210, “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, indicando a importância da construção de uma base comum. Também sinaliza a necessidade de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) esteja alinhada às concepções de educação voltadas para a emancipação dos estudantes em busca de uma sociedade mais igualitária.

Contudo, a influência externa na construção de documentos que norteiam a educação no Brasil fica evidente em acordos estabelecidos na década de 1990. Cabe ressaltar “a Conferência de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, ao ser aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos” (Aranha, 1996, p. 223), que fixou as diretrizes para a organização da educação de todos os países participantes. Essa declaração gera movimentações no Brasil para atender às demandas presentes em acordos articulados a interesses externos à escola, um modo de garantir recursos financeiros e consequentemente gerar uma dívida com os financiadores da educação. Libâneo (2016, p.42) alerta que as “[...] agências internacionais multilaterais de tipos monetário, comercial, financeiro e creditício formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento”.

Em substituição à LDB 5692/71, foi aprovada, em dezembro de 1996, a LDB 9394/96, que indica em seu artigo 26 o termo “base nacional comum” para a construção e implementação de currículos escolares. Esse documento foi marcado pelo caráter de urgência ao indicar que o modelo educacional precisa ser substituído, ou melhor, superado (Saviani, 2020, p. 64). As iniciativas para atender à legislação vigente no período viabilizam a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental em 1997 com o intuito de ser:

[...] um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. [...] Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (Brasil, p.10, 1997).

Mesmo com a intenção de ser um referencial para a melhoria e desenvolvimento da educação e não um documento prescritivo, “[...] os PCNs ressoavam com força junto aos elaboradores de currículos, servindo de guia para a concepção e o desenvolvimento da maioria das propostas curriculares brasileiras” (Galian, p. 651, 2014), gerando consequências como as apontadas por Silva (1999):

Certamente as normas, leis e regulamentos constroem aquilo que pode ser pensado e feito, fazem parte daquilo que Thomaz Popkewitz chama de “epistemologia social”, mas não esgotam seu domínio. Aquilo que finalmente termina como currículo é igualmente constrangido e moldado pelos inúmeros processos intermediários de transformação que também definem, no seu nível e sua forma, aquilo que conta como conhecimento válido e legítimo (Silva, 1999, p. 9).

Entre os constrangimentos e processos intermediários, cabe ressaltar a participação de organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) na construção desses documentos (Galian, 2014, p. 653).

A discussão em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia que a construção de políticas educacionais no Brasil não ocorre de forma neutra, mas permeada por tensões entre as demandas sociais e a agenda mercadológica. Essas tensões reaparecem no debate sobre a BNCC, especialmente quando se observa que sua institucionalização exigiu alinhamento de visões divergentes sobre o papel da escola na sociedade. Nesse contexto, o Parecer CNE/CEB nº 7/2010 já sinalizava um desafio fundamental.

O desafio colocava-se em compreender essa realidade educacional e propor indicações para a concepção e a organização da Educação Básica como um sistema, pautado em três dimensões centrais: a organicidade, a sequência dos processos formativos e a articulação entre suas etapas. Orientar a definição da formação básica nacional de modo integrado à parte diversificada, bem como à preparação para o trabalho e para as práticas sociais, significava, portanto, estabelecer princípios que sustentassem uma outra lógica de diretrizes curriculares — uma lógica que reconhecesse a formação integral de sujeitos reais, inseridos em um ambiente específico, em um determinado contexto histórico e sociocultural, e que possuem características físicas, emocionais e intelectuais próprias.

Ao recuperar esse trecho, torna-se evidente que o debate curricular, mais do que definir conteúdos, envolve a defesa de um projeto de educação que reconheça a complexidade da vida social e as múltiplas dimensões formativas dos sujeitos. A disputa em torno da BNCC, portanto, insere-se nesse cenário em que de um lado encontram-se propostas que buscam organizar o currículo apenas por competências mensuráveis; de outro, a perspectiva anunciada pelas DCNs, que reivindica uma formação integral, articulada às condições concretas de existência dos estudantes e às práticas sociais que dão sentido ao conhecimento escolar.

Ao sinalizar a preocupação com “outra lógica de diretriz curricular, que considere a formação humana de sujeitos concretos, que vivem em determinado meio ambiente, contexto

histórico e sociocultural” (Brasil, 2010, p. 5), o documento sinaliza a autonomia dos estados e municípios e consequentemente a autonomia de educadores na elaboração dos currículos para garantir uma formação humana para “sujeitos concretos”, o que conflita com as determinações presentes nos documentos construídos na sequência.

Após a aprovação do PNE em 2014, ocorreu a Conferência Nacional Extraordinária da Educação (CONAE), um espaço pensado para promover a discussão democrática sobre as necessidades da educação no país. Contudo, nesse ano a Conferência contou com atores que exaltavam a urgência das mudanças a serem feitas no sistema educacional brasileiro. Por toda mobilização ocorrida no evento, essa CONAE se tornou um marco na mobilização para a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), utilizando inclusive as metas do PNE como argumento decisivo para o estabelecimento da Base Comum.

A exemplo das tensões ocorridas e do uso do PNE para garantir encaminhamentos de interesse comum de alguns grupos, há a Meta 7, que foi tomada como uma justificativa para a produção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desconsiderando a existência de diretrizes curriculares da Educação Básica já vigentes. Toda a argumentação a partir do uso das metas do PNE indica uma “afiliação teórica antiquada em razão de resultados conhecidos de experiências internacionais, muitas já em processo de revogação, depois de evidenciada a impossibilidade de se produzir melhoria de qualidade da escola” (Oliveira, 2018, p. 56).

Os defensores da construção de uma Base Comum, desde o início, trabalham com um viés conteudista defendendo que a melhoria da qualidade das aprendizagens seria garantida através de um currículo único para estudantes de todo o país. Essa garantia se daria pelo controle dos conteúdos trabalhados por avaliações de larga escala e material didático padronizado (Oliveira, 2018).

Por meio da Portaria nº 592, foi instituída a Comissão de Especialistas para elaboração da primeira versão da Base para posterior consulta pública promovida pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Inicialmente a comissão foi composta por assessores especializados, professores universitários com experiência em docência, professores e pesquisadores da educação básica. Houve também a representação de secretarias e dos conselhos de educação (Brasil, 2017b).

Nesse contexto, o setor empresarial também se mobilizou, articulando o Movimento pela Base, formado por entidades e empresas como as Fundações Lemann e Gerdau, Roberto Marinho e Itaú Social, além do Instituto Ayrton Senna, com o apoio de movimentos como o

Todos pela Educação, com a intenção de influenciar o rumo das discussões, especialmente sob a ótica do mercado.

A primeira versão da BNCC foi apresentada no mês de setembro de 2015, e a consulta pública sobre o documento foi encerrada em maio de 2016. Após a sistematização das contribuições recebidas, a segunda versão foi disponibilizada no mês de maio do mesmo ano. Estados e municípios organizaram Seminários Estaduais entre junho e agosto para realizar a consulta e receber contribuições de educadores e demais profissionais da educação (Brasil, 2017b).

Uma segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi publicada em maio de 2016, após discussões envolvendo o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de 9 mil professores, gestores e especialistas. De acordo com o MEC, essa versão foi enviada às unidades escolares para análise e discutida por meio de consulta pública, com o intuito de aprimorar o documento final (Brasil, 2017b).

Em abril de 2017, o MEC apresentou a terceira versão da BNCC para avaliação do Conselho Nacional de Educação (CNE), juntamente com a realização de cinco audiências públicas em diferentes regiões do Brasil. O documento foi aprovado pelo CNE em dezembro e homologado pelo então Ministro da Educação, Mendonça Filho. Embora os documentos oficiais mencionem três versões da base, apenas as duas últimas estão acessíveis ao público. Alguns especialistas argumentam que a primeira versão era a mais adequada, mas as referências a ela são indiretas, encontradas apenas em citações no portal da base (Trevisan, 2024).

A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil é um reflexo das intensas disputas ideológicas que caracterizam a educação no país, um processo que não ocorre isoladamente e é influenciado pelo contexto de crise política. Ao alcançar os debates voltados para a educação, essa crise, conforme o conceito de crise apresentado por Hannah Arendt (2005), demonstra o descompasso entre a função pública da educação e os interesses privados que buscam moldar o currículo aos seus interesses.

Ou seja, para Arendt (2005), a crise da educação surge quando a escola deixa de ser um espaço de transmissão de conhecimentos essenciais para a formação do pensamento crítico e passa a ser vista como uma mera preparação para “ganhar a vida”, levando a uma situação em que os jovens são formados como “animais laborantes”. Nesse sentido, a BNCC reflete essa crise, pois é fortemente influenciada por grandes grupos empresariais, cujos interesses estão

voltados para a construção de uma educação que atenda às necessidades econômicas e ao mercado, em detrimento da formação integral do indivíduo.

No cenário contemporâneo, a terceirização da formação docente e a crescente influência do setor privado sobre as políticas educacionais ampliam a crise da educação, pois reforçam a visão de que a educação é um produto a ser consumido, e não um direito público que visa à formação de crianças e jovens. A lógica empresarial, adotada nas formações para a implementação da BNCC, faz com que o papel do professor seja cada vez mais subordinado às exigências do mercado. Esse modelo, que se baseia na ideia de “empreendedorismo” e “performatividade”, desvia a educação de sua função fundamental, que segundo Arendt (2005) seria iniciar os jovens no conjunto de tradições históricas, realizações materiais e simbólicas, possibilitando renovar a esperança na continuidade do mundo.

Desse modo, o campo de disputas no qual a BNCC foi construída privilegiou os interesses privados, priorizando a formação de competências e habilidades, subordinando a educação aos interesses do mercado. Esse movimento evidencia a tentativa de moldar a educação de acordo com uma lógica capitalista, em que o público e o privado se entrelaçam de forma a comprometer a autonomia da escola e a sua função.

1.2 A atuação das empresas, institutos, fundações e os interesses privados

Como já mencionado, é importante salientar que o currículo é um território político e evidencia as disputas existentes no campo dos interessados em formar as próximas gerações:

O currículo, enquanto um dispositivo de poder, não é apenas um conjunto de conteúdos, mas a própria forma como esses conteúdos são organizados, legitimados e transmitidos, constituindo a identidade dos sujeitos e das instituições. Ele não é neutro, mas sim uma prática social que reflete relações de poder e controle, que estão diretamente ligadas às formas de organização social e política (Silva, 1999, p. 147).

Nesse contexto, construção dos currículos reserva muitos desafios e é caracterizada por disputas por hegemonia em torno de um projeto formativo e de sociedade, disputas que atravessam o Estado e suas instâncias decisórias. Quando esses desafios estão em pauta, surgem perguntas: Quais influências a escola sofre? Quais influências a escola deveria receber?

Nos documentos que relatam o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é evidente a presença de empresas, institutos e fundações e a circulação de seus representantes no setor público e privado. Por meio do Movimento pela Base, esses atores estabelecem espaços de discussão, formação, elaboração de documentos e campanhas em apoio

à construção e implementação da BNCC, o que demonstra uma sobreposição dos interesses públicos com agendas de caráter mercantil.

As empresas envolvidas na construção da BNCC, como Natura, Itaú/Unibanco, Rede Globo e Burger King, junto a fundações como Lemann, Itaú e Roberto Marinho, e institutos como o Ayrton Senna e Natura, são claras evidências de como interesses privados influenciam a educação pública. Além disso, algumas dessas figuras atuam simultaneamente em espaços públicos, gerando uma confusão entre o público e o privado (Dávila e Lima, 2020).

Exemplos de figuras que transitam entre o público e o privado, como Mozart Neves Ramos, representante do Instituto Ayrton Senna, e Claudia Costin, representante do Banco Mundial, mostram como a educação pública é influenciada por interesses mercantis. Ramos foi membro do Conselho Nacional de Educação e secretário de Educação de Pernambuco, enquanto Costin ocupou cargos públicos significativos antes de atuar em organismos privados (Dávila e Lima, 2020).

Esses dados indicam que a filantropia e a preocupação com a educação pública, presentes na BNCC, na verdade, disfarçam um objetivo de empreender através de políticas públicas. O Estado abre espaço para instituições privadas, vendendo a ideia de uma educação de qualidade, mas transformando-a em um mercado de produtos, como cursos, materiais e sistemas pedagógicos.

Em 2017, o Movimento Pela Base disponibilizou um guia com ações e iniciativas para orientar o trabalho das secretarias de educação. O guia propunha frentes como Comunicação para engajamento, Criação/adaptação de currículos locais, Formação de professores e Alinhamento de avaliações (Movimento pela Base, 2017). No final do guia, é destacada a participação da Comunidade Educativa - CEDAC, hoje Roda Educativa, na formação técnica do documento. A Roda Educativa conta com parcerias de grandes empresas e instituições, como Eletrobras, FTD Educação, Fundação Santillana, Moderna, UNICEF, entre outras.

O Movimento Pela Base se tornou porta-voz de cada etapa da construção da BNCC, defendendo seus interesses e viabilizando ferramentas ao longo do processo (Caetano, 2019). Isso demonstra como a organização movimenta uma rede ampla de atores com objetivo de garantir a implementação da BNCC de acordo com suas agendas. No site do Movimento, é possível ver a sua atuação focada em três eixos principais: Articulação e Advocacy; Engajamento e Mobilização; e Monitoramento e Transparência. Essas ações são orientadas por métricas de impacto, reforçando a sua influência e presença no cenário educacional.

O Movimento destaca suas “conquistas”, como a ampliação da discussão sobre os direitos de aprendizagem dos alunos e a expansão da capacidade das redes de educação em discutir políticas pedagógicas. Também se fala no fortalecimento do regime de colaboração entre estados e municípios e o maior envolvimento dos Conselhos de Educação nas discussões sobre políticas pedagógicas.

Contudo, essas “conquistas” e dados apresentados pelo Movimento, embora possam parecer positivas, ocultam o caráter mercadológico por trás da construção e implementação da BNCC. A atuação decisiva do Movimento Pela Base evidencia os interesses privados de instituições empresariais que, por trás do discurso de filantropia, estão transformando a educação pública em um produto para o mercado.

O Movimento Pela Base, ao vincular suas ações ao poder, recursos financeiros e boa propaganda, criou a imagem de uma educação de qualidade para todos. No entanto, a sua abordagem enfatiza as demandas de mercado, sem trazer uma reflexão crítica sobre o papel da escola e dos profissionais da educação na formação cidadã.

É possível identificar uma aproximação da pedagogia tecnicista como a abordagem educacional que visa à obtenção de resultados mensuráveis, dessa forma, o processo educativo precisa tornar-se mais eficiente e produtivo, transformando o professor em executor. Individualidades são deixadas de lado e a criticidade não é desenvolvida, já que a padronização e o controle são as chaves para que o objetivo final seja alcançado (Libâneo, 1994).

Em seu discurso, o Movimento pela Base afirma que a BNCC oportuniza o desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania. No entanto, na prática, esse discurso muitas vezes desconsidera a realidade da escola pública, cujas características culturais e sociais são deixadas de lado em nome de uma padronização.

Apesar da promessa de uma educação integral para todos até 2026, conforme o Movimento Pela Base afirma, a realidade é que a identidade da escola está sendo substituída por demandas monetárias. A reestruturação do currículo brasileiro, focada em competências e habilidades, responde a uma demanda global que está mais alinhada com o mercado de trabalho do que com uma formação integral do estudante.

Trabalhamos para que, ao final de 2026, as escolas tenham práticas pedagógicas alinhadas à BNCC que promovam os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes com qualidade. Nosso grande sonho é que todas as crianças, adolescentes e jovens estejam na escola com educação integral, conforme previsto na BNCC, contando com apoio efetivo para seu desenvolvimento pleno e preparo para o exercício da cidadania (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2017).

A escolha de organizar o currículo em torno de competências e habilidades, em resposta a avaliações de larga escala, reflete a prioridade dada ao mundo do trabalho. Isso desumaniza o processo educativo e transforma a educação em um meio para inserir os alunos em um mercado globalizado, em detrimento do seu desenvolvimento integral.

Nesse cenário, a educação deixa de ser um compromisso com o bem comum para se tornar um terreno fértil para a privatização. O esvaziamento de seu papel social leva ao enfraquecimento da sua presença na esfera pública, tornando a escola um espaço voltado para a formação de trabalhadores, o “animal laborans” treinado para “ganhar a vida”.

1.3 A BNCC e a formação de professores: interferência disfarçada de filantropia

Através da Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, o MEC apresentou a Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica. O documento foi organizado em três eixos principais: conhecimento, prática e engajamento; a Resolução orienta tanto a formação inicial quanto a continuada dos docentes em todo o país (Brasil, 2019a).

O eixo do conhecimento é voltado para o domínio dos conteúdos a serem ensinados, compreensão dos processos de aprendizagem dos alunos, reconhecimento dos diferentes contextos educacionais e familiaridade com a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. O eixo relacionado à prática dedica-se ao planejamento de ações pedagógicas eficazes, implementação de ambientes de aprendizagem, avaliação apropriada da aprendizagem do ensino e condução de práticas pedagógicas conforme os objetos do conhecimento, competências e habilidades delineadas no currículo. O eixo do engajamento está relacionado ao compromisso do professor com o seu próprio desenvolvimento profissional, com a aprendizagem dos alunos e com o princípio de que todos são capazes de aprender (Brasil, 2019a).

A Resolução, além de orientar a formação continuada, sugere alterações nos cursos de Pedagogia, propondo que a formação seja mais voltada para a prática docente, sugerindo que, em geral, os cursos apresentam um excesso de conteúdo teórico e uma escassez de prática, além de uma formação insuficiente nas áreas de educação infantil, alfabetização e anos iniciais. O MEC defende uma formação inserida em um regime de colaboração entre a União, os sistemas de ensino e as instituições formadoras, com uma abordagem sistêmica que privilegie a interdisciplinaridade, a interculturalidade e a contextualização, tendo a BNCC como diretriz central (Brasil, 2019a).

Embora a qualificação dos docentes tenha avançado na última década, ainda não se

atingiram as metas estabelecidas. De acordo com os dados do Censo Escolar de 2023, 41,7% dos professores realizaram algum tipo de formação continuada, em comparação com 30,6% em 2013. O Plano Nacional de Educação traçou como meta que 100% dos profissionais da educação básica passassem por cursos de formação continuada até 2024, visando melhorar a qualidade do ensino no país.

Atentos às metas do PNE, as instituições privadas envolvidas na elaboração e implementação da BNCC, utilizando o argumento de que havia uma preocupação com a melhoria da qualidade da educação, utilizando uma postura filantrópica e negando a existência de um projeto neoliberal para reconfigurar a educação pública à sua imagem (Oliveira, 2018), já haviam disponibilizado o Guia com ações e iniciativas para orientar o trabalho das secretarias de educação antes mesmo de o documento da BNCC estar homologado:

Responsáveis por colocar os currículos em prática na sala de aula, os professores são interlocutores indispensáveis. Por isso, é importante que façam parte do processo desde já, em todas as ações e discussões relacionadas aos desdobramentos da BNCC na rede (Movimento pela Base, 2017).

Apesar do discurso filantrópico e participativo, corporações e fundações exercem tal influência devido ao poder econômico e relações estabelecidas. Ao projetarem discurso técnico em defesa da eficiência no investimento dos recursos públicos, que convence setores do governo, conseguem disseminar a ideia de um Estado mínimo como possibilidade de melhoria na prestação de serviço, afetando diretamente o setor público.

Uma das investidas mais ostensivas dos institutos e fundações ocorreu nas propostas de formação docente fundamentadas na visão pragmática e tecnocrática da BNCC. Essa visão reduz a complexidade da prática docente a uma simples transmissão de conteúdo e padronização de propostas, ignorando as especificidades e os desafios locais que os professores enfrentam. Essa instrumentalização da formação docente, ao se alinhar com interesses econômicos, desconsidera a necessidade de uma educação que desenvolva a autonomia crítica dos professores e alunos, transformando a escola em um espaço voltado para o treinamento e controle da aprendizagem (Oliveira, 2018).

O processo de terceirização da formação docente revela como o setor privado e as organizações do terceiro setor têm se envolvido na implementação da BNCC. Organizações parceiras do Movimento pela Base, como institutos e ONGs, produzem materiais e oferecem cursos de formação para professores, muitas vezes com o objetivo de formar os docentes de acordo com a agenda da BNCC e suas competências exigidas. Embora muitos desses recursos sejam oferecidos gratuitamente, o paradoxo da gratuidade levanta questões sobre os interesses

mercadológicos por trás dessas iniciativas.

Ou seja, apesar de não obterem um lucro direto, ajudam a formar professores mais “capacitados”, que, por sua vez, educarão alunos mais preparados para atender às demandas do mercado. Este modelo não só transfere a responsabilidade pela formação do professor para a esfera privada, mas também reconfigura a escola e o currículo como um produto que deve ser moldado para favorecer determinados interesses econômicos (Wanderer *et al.*, 2022).

O conceito de “animal laborans”, presente na obra “A condição humana”, de Arendt (2005), refere-se à figura do ser humano reduzido à sua função de trabalho, voltado exclusivamente para a produtividade e para a satisfação das necessidades imediatas por consequência de uma formação técnica e utilitária, em detrimento da reflexão crítica e do desenvolvimento pleno do ser humano. No contexto brasileiro, a formação de professores se aproxima dessa concepção de “animal laborans”, onde o papel dos educadores é muitas vezes visto como o de meros transmissores de conteúdo ou facilitadores de processos que visam à adaptação dos alunos às propostas que almejam o desenvolvimento de habilidades e competências.

1.4 A BNCC e o material didático: entre a padronização e o lucro

O material didático composto por diferentes recursos é um elemento fundamental na rotina da sala de aula, sendo essencial para a prática pedagógica dos professores. Mesmo com o avanço das tecnologias digitais, o material didático no suporte físico, como apostilas e livros didáticos, ainda ocupa um papel de destaque, funcionando como suporte indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Sua produção e escolha devem estar em conformidade com as diretrizes e legislações estabelecidas pelos documentos curriculares, de modo a garantir que sejam adequados à legislação educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Movimento Pela Base (MPB), desde o período de elaboração da BNCC, tem proposto e produzido a adequação dos materiais didáticos. Um exemplo claro dessa atuação é o guia “Materiais sobre educação infantil alinhados à BNCC: Curadoria de obras para ajudar professores e gestores a planejarem e refletir sobre a prática”, produzido em parceria com a UNDIME e Escola de Educadores.

O guia lista um total de 46 materiais, incluindo publicações científicas, coletâneas de textos e vídeos, manuais pedagógicos, livros, cursos e plataformas. Todos eles são recomendados e organizados no documento a partir de 8 grandes temas: Professor: parceiro, mediador e pesquisador; Eixos das práticas pedagógicas: Interações e brincadeira; Direitos de

aprendizagem e desenvolvimento: Brincar, explorar, expressar, conviver, participar, conhecer-se; Campos de experiências: Escuta, fala, pensamento e imaginação; Campos de experiências: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; Campos de experiências: Traços, sons, cores e formas; Campos de experiências: Corpo, gestos e movimentos e Campos de experiências: O eu, o outro e o nós.

Uma análise da tabela presente no guia revela informações sobre os materiais, como o nome, autor, tipo de material e a relação com o governo e as OSCs. Destaca-se que, dos 46 materiais listados, 30 não mencionam nenhuma parceria com órgãos governamentais, enquanto 16 fazem referência ao Ministério da Educação (MEC) e outras secretarias de educação. Dentre esses 16, 10 mencionam também a colaboração com OSCs. Ampliando a análise para o conjunto de 33 organizações que integram o MPB, verifica-se que 32 delas produzem materiais para uso em sala de aula e 13 desenvolvem tecnologias educacionais, como aplicativos e sites educativos. Isso evidencia o crescente interesse dessas entidades na prática pedagógica diária e na formação de professores, refletindo uma forte inserção do setor privado na educação pública. Contudo, a atuação dessas organizações, mesmo que frequentemente sem fins lucrativos, gera uma série de questionamentos sobre a autonomia dos docentes e sobre o controle das políticas educacionais. Como observado por Carvalho e Peroni (2019), a atuação decisiva do setor privado, por meio das OSCs, coloca obstáculos à coletivização das decisões educacionais e ao controle dos professores sobre o planejamento e a gestão escolar.

Paulatinamente a dependência dos docentes em relação a esses materiais contribui para a precarização de sua práxis, descaracterizando seu ofício e comprometendo, de forma mascarada, a autonomia do professor. Esse processo, embora sutil e cuidadosamente arquitetado, transforma o profissional em cativo, incapaz de exercer plenamente sua função.

1.5 A BNCC e as avaliações externas: a mensuração da qualidade

A avaliação da Educação Básica no Brasil se consolidou a partir dos anos 1990, embora as políticas públicas de avaliação externa em larga escala tenham se iniciado já na década de 1980. Foi nesse período que a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) marcou o início de uma política nacional que, com o uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI), permitiu comparações em diferentes perspectivas e deu maior profundidade às avaliações. Esses primeiros passos, embora baseados em esboços de pesquisa e planejamento, resultaram em uma política mais robusta, com impactos significativos no sistema educacional (Verger e Normand, 2015).

A adoção do Saeb e a criação de um sistema nacional de avaliação estão alinhadas à BNCC, que busca usar os resultados das avaliações para melhorar a eficiência dos recursos investidos na educação. Os defensores dessa proposta afirmam que as testagens servem para medir os resultados do trabalho nas escolas e possibilitam o planejamento adequado dos recursos. Verger e Normand (2015) destacam que, apesar das variações nos modelos de reforma educacional em diferentes países, é possível identificar características comuns, como a ênfase na avaliação como ferramenta de gestão.

As avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), ocupam um papel estratégico na consolidação das diretrizes propostas pela BNCC, pois permitem monitorar a qualidade do ensino em uma perspectiva nacional. Além de monitorar o desempenho, essas avaliações funcionam como instrumento de ranqueamento da educação nacional, com objetivo de maximizar os resultados da educação no desenvolvimento econômico (Gonçalves *et al.*, 2020).

O Decreto nº 9.342 de 2018, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, e a Portaria do Ministério da Educação nº 10 de 2021 estabeleceram as diretrizes do Saeb; uma das principais mudanças propostas nesses documentos é a adoção da BNCC como matriz de referência para a elaboração das avaliações externas que avaliam o desempenho das escolas.

A implementação da BNCC, ao alinhar o currículo às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), busca não apenas padronizar conteúdos, mas também elevar os indicadores de desempenho. No entanto, a eficácia dessas avaliações como instrumento de diagnóstico e intervenção pedagógica ainda levanta questionamentos, especialmente diante das desigualdades regionais e dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, que dificultaram o alinhamento curricular e o alcance dos resultados esperados.

Esses mecanismos de avaliação, com base em indicadores quantitativos, estão alinhados ao modelo gerencialista neoliberal, aprofundando a racionalidade técnica do Estado e promovendo a competitividade entre as escolas. A gestão educacional, descentralizada e focada na eficiência, tem sido moldada desde os anos 1990, que consolidou o neoliberalismo, promovendo a privatização e a ênfase no mercado (Verger e Normand, 2015).

Essa transição do Estado provedor para o Estado avaliador, acompanhada pela descentralização da gestão educacional, gerou uma série de responsabilidades transferidas para entidades como estados, municípios e organizações privadas. Paralelamente, o Saeb e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foram estabelecidos como ferramentas para

medir o desempenho educacional e orientar políticas públicas. Assim, como já mencionado, o Estado passa a ser controlador e avaliador por meio de políticas de avaliação, gerando uma obsessão por resultados e ampliando o controle sobre o processo educacional (Santana e Fonseca, 2024).

As avaliações externas se tornam, portanto, instrumentos para monitorar a qualidade do ensino e para estimular a competitividade entre as escolas. Nesse contexto, a educação é tratada como uma mercadoria, e os estudantes como consumidores. A padronização do currículo, com a implementação da BNCC, é vista como uma forma de alcançar metas quantitativas, com o uso de avaliações estandardizadas para medir os resultados. A competitividade, a responsabilidade e a performatividade ganham destaque no ambiente escolar, moldando as práticas educacionais de acordo com as diretrizes do Estado neoliberal (Santana e Fonseca, 2024).

No entanto, a ênfase nas “aprendizagens essenciais” delineadas pela BNCC, que se tornam o foco da avaliação externa, cria um ciclo fechado e potencialmente problemático. A avaliação, ao se basear em uma matriz de testes padronizados, assume um papel central no direcionamento das políticas educacionais e do trabalho nas escolas. Essa abordagem gera uma falsa sensação de neutralidade, na qual as competências e habilidades definidas pela BNCC se tornam o único objetivo educacional, sem oferecer espaço para questionar quais outras dimensões da aprendizagem são relevantes (Santana e Fonseca, 2024).

Negligenciar a realidade existente na educação brasileira, que apresenta precarização do ensino, a falta de tecnologias, evasão escolar, com avaliações apenas quantitativas aprofunda a crise que há muito acompanhava a educação, deixando de considerar que “[...] a crise força-nos a regressar às próprias questões e exige de nós respostas, novas ou antigas, mas em qualquer caso, respostas sob forma de juízos diretos” (Arendt, p. 23, 2005).

Ou seja, é imprescindível avaliar o sistema educacional, seus resultados e processos, para tomar decisões que orientem, com legitimidade técnica e política, os fluxos de problemas e soluções e observar as condições políticas favoráveis. Contudo, é preciso reconhecer que as avaliações pautadas em dados quantitativos são insuficientes para avaliar o trabalho realizado pelas escolas, por alcançar apenas um recorte das dificuldades e potencialidades presentes nas escolas. Além disso, seu formato é incapaz de capturar o processo educativo, deixando de fora aspectos essenciais do trabalho pedagógico em contextos específicos de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as relações entre as crises enfrentadas pela escola e os processos que envolveram a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando como essa dinâmica impacta o cotidiano escolar. A reflexão de Hannah Arendt sobre a crise educacional, ao associar a perda de sentido do acolhimento dos jovens ao mundo, se mostra pertinente para entender as tensões que permeiam a educação no Brasil. Arendt propõe uma educação que não se limita à ascensão social, mas que introduz os jovens nas tradições e heranças simbólicas, visando à continuidade da organização social. Esse conceito reflete criticamente as consequências das reformas educacionais neoliberais que influenciam a BNCC, revelando como a crise educacional no país é alimentada por disputas ideológicas e interesses econômicos.

A participação de organizações privadas e de figuras transitando entre espaços públicos e privados, como representantes de empresas e de movimentos de privatização da educação, reforça a tendência de transformar a escola em um campo de negócios, onde as especificidades culturais e sociais das escolas públicas são ignoradas. A reestruturação curricular centrada em competências e habilidades, proposta pela BNCC, direciona a educação para uma perspectiva técnica e mensurável, alinhada aos interesses do mercado, ao mesmo tempo em que enfraquece o papel social da escola.

Além disso, a formação de professores, elemento central no processo educacional, tem sido influenciada por uma abordagem pragmática e utilitarista, que desconsidera as dificuldades estruturais do sistema educacional e promove uma visão de educação voltada apenas para a formação de trabalhadores. A atuação de institutos e fundações privadas na formação docente levanta questionamentos sobre a mercantilização da educação e a padronização do ensino, o que pode aprofundar as desigualdades educacionais já existentes.

Assim, a BNCC e as políticas educacionais a ela associadas refletem uma crise mais ampla da educação brasileira, marcada pela disputa entre interesses privados e públicos e pela busca por um modelo de ensino que, em nome da “qualidade” e “inovação”, acaba desumanizando a educação e a transforma em um valor privado, voltado para o consumo e a ascensão social, em vez de um processo de transmissão de legados simbólicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Corrêa das.; PICCININI, Cláudia Lino. **Base nacional comum curricular**: disputas ideológicas na educação nacional.

Colemarx, 2017. Disponível em:

<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da Educação*. 2. ed São Paulo: Moderna, 1996.

ARENDT, Hannah. **A crise na cultura**: sua importância social e política. *In*: Entre o passado e o futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:

Presidente da República. 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394**,

Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº: 7/2010** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun. 2014a.

Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação

com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF, 2014b. Disponível em:

https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em:

<https://pne.mec.gov.br/publicacoes>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Parecer nº 15 de 21 de dezembro de 2017. Base Nacional Comum Curricular: BNCC. Conselho Nacional de Educação /Conselho Pleno. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação. **Diretrizes para a Educação Básica**. <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica: BNC-Formação. 2019a. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/136731-rcp002-15-1/file>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resultados do IDEB**. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CAETANO, Maria Raquel. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. *Revista Contrapontos Eletrônica*, v. 19, n. 2, p. 132-141, Itajaí, jan.-dez. 2019. Disponível em: www.univali.br/periodicos. Acesso em: 30 out. 2024.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 36-53, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397/3715>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; PERONI, Vera Maria Vidal. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) e a influência do empresariado na educação básica pública brasileira. **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 3, p. 58-79, set./dez. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261768>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **A crise na educação como crise da modernidade**. *Educação*, n. 4, p. 16-25, 2007. Tradução. Disponível em: [URL]. Acesso em: 05 dez. 2024. CORREIA, A. Quem é o animal laborans de Hannah Arendt? **Revista de Filosofia Aurora**, [S. l.], v. 25, n. 37, p. 199–222, 2013. DOI: 10.7213/aurora.25.037.DS09. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/679>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DÁVILA, Jaqueline Boeno; LIMA, Michelle Fernandes. Agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 42, n. 82, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72608>. Acesso em: 7 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 648–669, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2812>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GONÇALVES, A. M.; GUERRA, D.; DEITOS, R. A. Avaliação em larga escala e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): dimensões da política de contenção e liberação no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp1, p. 891–908, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp1.14018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14018>. Acesso em: 12 out. 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38–62, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3572>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. 2017. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br>. Acesso em: 9 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE. 2017. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/base-e-entregue-ao-conselho-nacional-de-educacao-confira-tudo/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OLIVEIRA; Inês Barbosa de. **Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016**: debates atuais, embates e resistências. In: Aguiar, Márcia Angela da S; Dourado, Luiz Fernandes (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

ROSEBERG, F. **O terceiro setor: a responsabilidade social das organizações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTANA, Maria Valquíria Barbosa; FONSECA, Josefa Sônia Pereira. A reforma do sistema de avaliação brasileiro rumo a cruzada da Base Nacional Comum Curricular. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [S. l.]**, v. 9, n. 2, p. 80–95, 2024. DOI: 10.62236/missoes.v9i2.71. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/71>. Acesso em: 8 dez. 2024.

SANTOS, Julia Lima dos; SOUZA, Angelita Matos. Capitalismo neoliberal: além da economia. **GeoTextos**, Salvador, v. 19, n. 1, p. 35-55, jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/54952/29419/218590>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: O Problema da Base Nacional Comum Curricular**. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte

de; ORSO, Paulino José (Org). A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas-SP: Autores Associados, 2020. p. 01-30.
SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TREVISAN, Amarildo Luiz. A política educacional da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um olhar a partir da biopolítica. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 35, p. e2024c0103BR, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8675994>. Acesso em: 7 dez. 2024.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: Elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educación & Sociedad**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, 2015. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799>. Acesso em: 10 set. 2024.

WANDERER, F.; VEIGA DE FREITAS, J.; LEIDENS PRATES, M. E. A terceirização da formação de professores para a implementação da BNCC: os caminhos para o endividamento da docência. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 35, 2022. DOI: 10.22456/2595-4377.124617. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/124617>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MATERIAIS DIDÁTICOS TRANSMÍDIA NO ENSINO DE BIOQUÍMICA

SANTOS, Thais Campos dos¹; CAMPOS, Cristina Maria Silva²; SANTOS, Maisa Damaris dos³; RODRIGUES, Carolaine do Carmo de Souza⁴; SANTOS, Ricardo Salviano dos⁵.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-566>

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo elaborar e avaliar materiais didáticos transmídia para o ensino de Bioquímica. Os materiais didáticos produzidos foram videoaulas, e-Book “Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano” e Jogos Didáticos Digitais. Estes materiais foram avaliados por estudantes de diferentes cursos de graduação do IFSudeste-MG, campus Barbacena, matriculados na disciplina de Bioquímica nos 1º e 2º semestres de 2023. Os resultados obtidos por meio da avaliação discente evidenciaram não apenas a acessibilidade e a funcionalidade dos recursos produzidos, mas, principalmente, seu potencial para tornar o conteúdo mais atrativo e dinâmico. Assim, os materiais didáticos digitais aqui apresentados reafirmam o papel das tecnologias educacionais como aliadas na construção de práticas pedagógicas inovadoras, ao mesmo tempo em que valorizam a autoria docente.

Palavras-chave: ensino de biologia; gamificação; TDIC.

ABSTRACT

This study aimed to develop and evaluate transmedia educational materials for teaching Biochemistry. The materials produced included video lessons, the e-Book “Biochemistry: Animated Slides with Prof. Ricardo Salviano”, and Digital Educational Games. These resources were evaluated by undergraduate students from various programs at IFSudeste-MG, Barbacena campus, who were enrolled in Biochemistry during the first and second semesters of 2023. The results from the student evaluations highlighted not only the accessibility and functionality of the produced materials, but especially their potential to make the content more attractive and dynamic. Thus, the digital educational materials presented here reaffirm the role of educational technologies as allies in the development of innovative pedagogical practices, while also valuing teacher authorship.

Keywords: biology teaching; gamification; TDIC.

¹ Estudante do curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG) – Campus Barbacena. Bolsista no projeto Projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Bioquímica (Edital Nº 10/2021) do IF Sudeste MG – Barbacena. *E-mail:* thais36campos@hotmail.com

² Estudante do curso de Bacharelado em Nutrição no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG) – Campus Barbacena. Bolsista no projeto Projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Bioquímica (Edital Nº 10/2021) do IF Sudeste MG – Barbacena. *E-mail:* criscampos@yahoo@gmail.com

³ Estudante do curso de Bacharelado em Agronomia no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG) – Campus Barbacena. Bolsista no projeto Projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Biologia Molecular (Edital Nº 10/2022) do IF Sudeste MG – Barbacena. *E-mail:* maisadamaris13@gmail.com

⁴ Estudante do curso de Bacharelado em Agronomia no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG) – Campus Barbacena. Voluntária no projeto Projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Biologia Molecular (Edital Nº 10/2022) do IF Sudeste MG – Barbacena. *E-mail:* carolainerodrigues.cr@gmail.com

⁵ Doutor em Biotecnologia, Mestre em Química, Graduado em Farmácia-Bioquímica e Licenciado em Biologia, Professor Adjunto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG), campus Barbacena, Coordenador do Projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Bioquímica (Edital Nº 10/2021) do IF Sudeste MG – Barbacena. *E-mail:* ricardo.salviano@ifsudestemg.edu.br

INTRODUÇÃO

A educação desempenha papel central na formação de cidadãos e profissionais. Nesse processo, cabe aos professores buscar estratégias que facilitem a aquisição do conhecimento. No entanto, ensinar e aprender têm se tornado tarefas cada vez mais desafiadoras, exigindo o uso de metodologias inovadoras capazes de engajar os estudantes.

Esse desafio é ainda maior no ensino de disciplinas tradicionalmente complexas, como a Bioquímica. Muitos estudantes relatam dificuldades em compreender seus conteúdos, devido à natureza abstrata e multidisciplinar da área e à limitação dos materiais didáticos convencionais, como livros-texto e aulas expositivas (Gonçalves, 2021). A falta de recursos visuais, interativos e contextualizados contribui para o desinteresse e dificulta a aprendizagem.

Silva *et al.* (2017) destacam que os recursos didáticos desempenham um papel essencial no apoio ao ensino, funcionando como pontes entre o conhecimento teórico e sua aplicação prática. Entretanto, como observam Nicola e Paniz (2016), a metodologia tradicional — ainda amplamente adotada na educação básica e no ensino superior — é centrada no professor e fundamentada no uso exclusivo de materiais convencionais, como o livro didático, o quadro e giz ou lousa e caneta. Essa abordagem, por sua vez, tende a tornar o aluno um agente passivo no processo de aprendizagem, o que pode resultar em desmotivação e baixo engajamento com as aulas.

Diante desse cenário, torna-se necessário incorporar recursos didáticos diferenciados (Nicola; Paniz, 2016), metodologias ativas (Borges; Alencar, 2014) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) (Schuartz; Sarmiento, 2020), com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas. Nesse sentido, os materiais transmídia destacam-se como estratégia capaz de integrar diferentes mídias e tornar a aprendizagem mais acessível, interativa e envolvente.

O termo transmídia, segundo Jenkins (2006), refere-se à construção de narrativas que se desenvolvem por múltiplas plataformas de mídia. No contexto educacional, essa abordagem consiste na utilização coordenada de recursos como vídeos, jogos, animações e textos digitais, com o objetivo de promover maior compreensão dos conteúdos e engajamento dos alunos (Vieira; Munaro, 2019; Aranda; Freire, 2020).

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo elaborar um conjunto de materiais didáticos transmídia para o ensino de Bioquímica, dentre eles, videoaulas, slides animados e jogos didáticos digitais. Também foi objetivo deste estudo avaliar a utilização dos referidos

materiais por estudantes matriculados na disciplina de Bioquímica em diferentes cursos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, campus Barbacena.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Desafios no ensino de Bioquímica

A Bioquímica é uma disciplina fundamental para a compreensão da vida, desempenhando um papel central na explicação dos processos biológicos que ocorrem nos organismos. Seu campo de atuação engloba o estudo das estruturas químicas, funções biológicas e o metabolismo das biomoléculas, ou seja, as transformações químicas que essas moléculas sofrem no ambiente celular. Por isso, está presente nas grades curriculares de diversos cursos de graduação nas áreas da saúde, ciências e tecnologia.

Apesar de sua importância, os conteúdos de Bioquímica são considerados de difícil assimilação. Isso se deve ao volume de termos técnicos, à abstração dos conceitos e à necessidade de compreensão integrada dos mecanismos celulares (França; Campos, 2021; Gonçalves, 2021). Tais características contribuem para desmotivação, dificuldades de aprendizagem e elevados índices de reprovação (Schoenmaker, 2009), dificultando sua relação com a futura prática profissional.

Teixeira (2008) destaca que o desempenho em sala de aula e a preparação docente influenciam diretamente no interesse dos estudantes. Para Freire (1996), a aprendizagem é impulsionada pela superação de desafios e pela construção coletiva do conhecimento. Assim, mudanças na postura de professores e estudantes são fundamentais para melhorar a qualidade do ensino superior, inclusive no campo da Bioquímica (Leite, 2023).

1.2 O uso de materiais didáticos digitais no ensino-aprendizagem

Com o avanço das tecnologias digitais e sua crescente presença no cotidiano educacional, novas possibilidades têm surgido para enfrentar os desafios no processo de ensino-aprendizagem. Tais recursos oferecem aos professores maior diversidade didática e, aos estudantes, experiências mais interativas e motivadoras (Nunes, 2020). Considerando que os alunos da era digital estão conectados a dispositivos móveis, é importante que os materiais didáticos dialoguem com suas linguagens e interesses (Alves, 2015, 2018).

Dessa forma, torna-se pertinente investigar e desenvolver recursos didáticos digitais e lúdicos, que possam contribuir para a superação das dificuldades encontradas no ensino de Bioquímica. As videoaulas vêm se consolidando como ferramentas eficazes na mediação do

conhecimento. Souza *et al.* (2011) observam que, quando bem planejadas, permitem acesso ao conteúdo no ritmo do estudante, favorecendo autonomia e aprendizagem significativa.

Sbrogio e Valente (2021) também destacam a relevância dos slides hipermediáticos para tornar o ensino mais dinâmico e atrativo. Já a gamificação, definida como o uso de elementos de jogos em contextos educacionais, tem potencial para aumentar o interesse e o envolvimento dos estudantes (Fadel *et al.*, 2014; Bissolotti; Nogueira; Pereira, 2014; Martins *et al.*, 2022).

Ainda que frequentemente associados ao ensino remoto, os materiais transmídia também têm papel importante em contextos presenciais. Plataformas como o Moodle e o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) viabilizam a integração de recursos digitais a disciplinas presenciais (Pimentel Filho *et al.*, 2024). Essa integração amplia o tempo e o espaço da aprendizagem, favorece a autonomia discente e possibilita a diversificação de estratégias pedagógicas, tornando o processo educativo mais inclusivo e alinhado à cultura digital.

Diante do exposto, observa-se que o ensino de Bioquímica demanda estratégias que superem as limitações das metodologias tradicionais e dialoguem com a realidade tecnológica e cultural dos estudantes. A literatura aponta que a utilização de recursos digitais, como videoaulas, slides animados e jogos didáticos, pode favorecer não apenas a compreensão de conceitos abstratos, mas também a motivação e o engajamento discente. Assim, os materiais didáticos transmídia configuram-se como ferramentas promissoras para a construção de práticas pedagógicas inovadoras, capazes de integrar múltiplas linguagens e potencializar a aprendizagem significativa.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e caráter descritivo, cujo foco consistiu na elaboração e avaliação de materiais didáticos transmídia voltados ao ensino de Bioquímica (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008). Quanto à abordagem, a pesquisa qualitativa possibilitou compreender como estudantes de graduação percebem a utilização de materiais didáticos transmídia no ensino de Bioquímica, considerando suas experiências e opiniões. Tal escolha dialoga com a perspectiva de Freire (1996), que defende a aprendizagem como um processo construído coletivamente e impulsionado pela superação de desafios.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Elaboração de Material Didático Transmídia para o ensino de Bioquímica” (Edital nº 10/2021) do IF Sudeste-MG – Campus

Barbacena. A proposta integrou o componente curricular Bioquímica Geral, disciplina presencial de 60 horas ofertada nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Educação Física, nos Bacharelados em Agronomia e Nutrição e no curso de Tecnologia em Alimentos.

2.1 Videoaulas

As videoaulas foram elaboradas pelo docente responsável pela disciplina, utilizando slides em PowerPoint® como material de apoio. Foram gravadas e editadas no programa ActivePresenter 8 (versão livre), com duração média entre 10 e 25 minutos. Cada tema foi organizado em playlists e disponibilizado em canal no YouTube.

Os conteúdos contemplaram tópicos como: Introdução à Bioquímica, Estrutura e função de carboidratos, lipídeos, aminoácidos e proteínas, Enzimas, Bioenergética e Metabolismo, Ciclo de Krebs, Cadeia Transportadora de Elétrons e Fosforilação Oxidativa, Metabolismo de carboidratos, lipídeos e aminoácidos.

2.2 “Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano”

O e-Book “Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano” foi elaborado com base nos mesmos temas abordados nas videoaulas. Para a construção deste material didático digital, utilizaram-se inicialmente os mesmos slides empregados nas videoaulas, os quais foram editados com a adição de um avatar criado através do aplicativo Avatoon® e utilizado como apresentador de conteúdo com linguagem de gênero textual. Conteúdos textuais foram inseridos em formato de balões de fala, contemplados com as explicações resumidas e claras dos elementos (figuras, esquemas etc.) dispostos nos slides. Por fim, utilizou-se a plataforma Canva®, por meio do pacote Canva Educação®, para elaborar a capa, prefácio e sumário. Estes slides animados foram criados em arquivos individuais .pptx para cada tema supracitado, assim como organizados em um único arquivo, tipo e-book, em formato .pdf compartilhado.

2.3 Jogos Didáticos Digitais

A criação dos jogos didáticos digitais foi realizada utilizando o plano profissional da plataforma virtual Wordwall®. Para que outras pessoas possam acessar os games, foi gerado o link de acesso para cada jogo didático digital no Wordwall®. Também foram criados links de compartilhamento de recursos, de modo que o game possa ser acessado por outros assinantes

da plataforma, permitindo-lhes alteração, compartilhamento, integração em sites próprios ou google Sala de Aula etc.

Os jogos didáticos digitais foram configurados de modo que seja necessária inicialmente a identificação do jogador, para que seja liberado o acesso ao game, juntamente com as instruções para a realização deste. Estes links foram hospedados em uma página criada na WEB e podem ser acessados em qualquer smartphone, tablet ou computador.

2.4 Disponibilização e avaliação do material didático digital

Todos os materiais didáticos digitais desenvolvidos neste trabalho — videoaulas, slides animados e jogos didáticos — foram disponibilizados aos estudantes por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), utilizado institucionalmente pelo IFSudeste-MG. A liberação destes conteúdos ocorreu gradualmente, conforme o cronograma da disciplina, de modo a articular os recursos digitais às aulas presenciais.

Ao final da disciplina, foi realizada a avaliação dos recursos didáticos criados com este trabalho pelos estudantes, por intermédio de um formulário online produzido na plataforma Google Forms®. O formulário, intitulado “Avaliação dos Materiais Didáticos Digitais Utilizados na Disciplina Bioquímica do IFSudeste-MG – Barbacena”, foi disponibilizado aos discentes regularmente matriculados na disciplina de Bioquímica, ofertada como componente curricular aos cursos de Licenciaturas em Ciências Biológicas, Química e Educação Física, Bacharelados em Agronomia e Nutrição e Tecnologia em Alimentos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste-MG, Campus Barbacena, nos 1º e 2º semestres do ano letivo 2023.

Este formulário foi construído em quatro seções, sendo a primeira destinada à apresentação do objetivo da aplicação do questionário, e foi configurado de forma que nenhuma informação pessoal fosse coletada, não sendo possível a identificação dos estudantes. Ou seja, as respostas são anônimas. As demais seções contam, cada uma, com doze perguntas destinadas a avaliarem o conjunto de videoaulas, o e-book “Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano” e o conjunto de Jogos Didáticos Digitais.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Videoaulas

A elaboração das videoaulas resultou em um total de 40 vídeos, distribuídos entre os diferentes temas da disciplina, disponíveis para acesso nos hiperlinks dos temas descritos na

Tabela 1. Os conteúdos abordaram desde aspectos introdutórios da Bioquímica até tópicos específicos, como metabolismo de carboidratos, lipídeos e aminoácidos.

Tabela 1 – Videoaulas de Bioquímica, com acesso nos hiperlinks disponíveis nos temas.

Tema	Assuntos abordados
Introdução à Bioquímica	Aspectos gerais da Bioquímica; organização molecular das células e biomoléculas; projeções de Fischer e de perspectiva; isomeria óptica; aspectos gerais do metabolismo.
Estrutura e função de Carboidratos	Estrutura geral; classificações; funções; ligações glicosídicas; dissacarídeos; propriedades redutoras; polissacarídeos.
Estrutura e função de Lipídeos	Estruturas e funções de ácidos graxos; triglicerídeos; ceras; lipídeos de membranas; eicosanóides; vitaminas lipossolúveis.
Estrutura e função de aminoácidos e proteínas	Estrutura geral dos aminoácidos; funções; titulação; classificação estrutural das proteínas.
Enzimas	Conceitos básicos; nomenclatura; propriedades catalíticas; cinética enzimática; estratégias regulatórias.
Bioenergética e Metabolismo	Aspectos gerais; 1ª e 2ª leis da termodinâmica; acoplamento de reações; metabolismo energético; mecanismos de controle.
Metabolismo de Carboidratos	Aspectos gerais; digestão e absorção; transportadores de carboidratos (GLUT); insulina e glucagon; glicólise; fermentações; gliconeogênese; via das pentoses-fosfato; glicogênese; glicogenólise.
Ciclo de Krebs	Aspectos gerais e específicos; rotas anfibólicas; reações anapleróticas; mecanismos de controle; ciclo do glioxalato.
Cadeia Transportadora de Elétrons e Fosforilação Oxidativa	Aspectos gerais e específicos; atuação de inibidores; fosforilação oxidativa; sistemas de lançadeiras.
Metabolismo de Lipídeos	Absorção e transporte de gorduras exógenas e endógenas; mobilização de triglicerídeos; circuito da carnitina; beta-oxidação; corpos cetônicos; biossíntese de ácidos graxos; controle metabólico; síntese de ômega-3; triglicerídeos; fosfolipídeos; colesterol.
Metabolismo de Aminoácidos	Digestão e absorção; reações de transaminação e desaminação; transporte de amônia via glutamina; circuito da alanina; ciclo da ureia; catabolismo de alfa-cetoácidos; biossíntese de aminoácidos e moléculas relacionadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As videoaulas configuram-se como estratégia pedagógica complementar ao ensino presencial. Esse formato amplia as possibilidades de aprendizagem, pois permite que os estudantes revisitem os conteúdos no próprio ritmo, favorecendo a assimilação dos conceitos e a autonomia nos estudos. Além disso, a gravação e disponibilização em meio digital tornam as aulas mais acessíveis e diversificam os recursos didáticos da disciplina. Essa abordagem é especialmente benéfica em disciplinas que exigem a assimilação de conceitos abstratos, como a Bioquímica, pois permite que os estudantes visualizem processos e estruturas de forma mais clara e detalhada.

De acordo com Oliveira e Monteiro (2021), o uso de videoaulas nas aulas presenciais pode ser uma estratégia eficaz para promover a aprendizagem, desde que integradas de forma planejada e alinhadas aos objetivos pedagógicos. Os autores destacam que, ao serem utilizadas

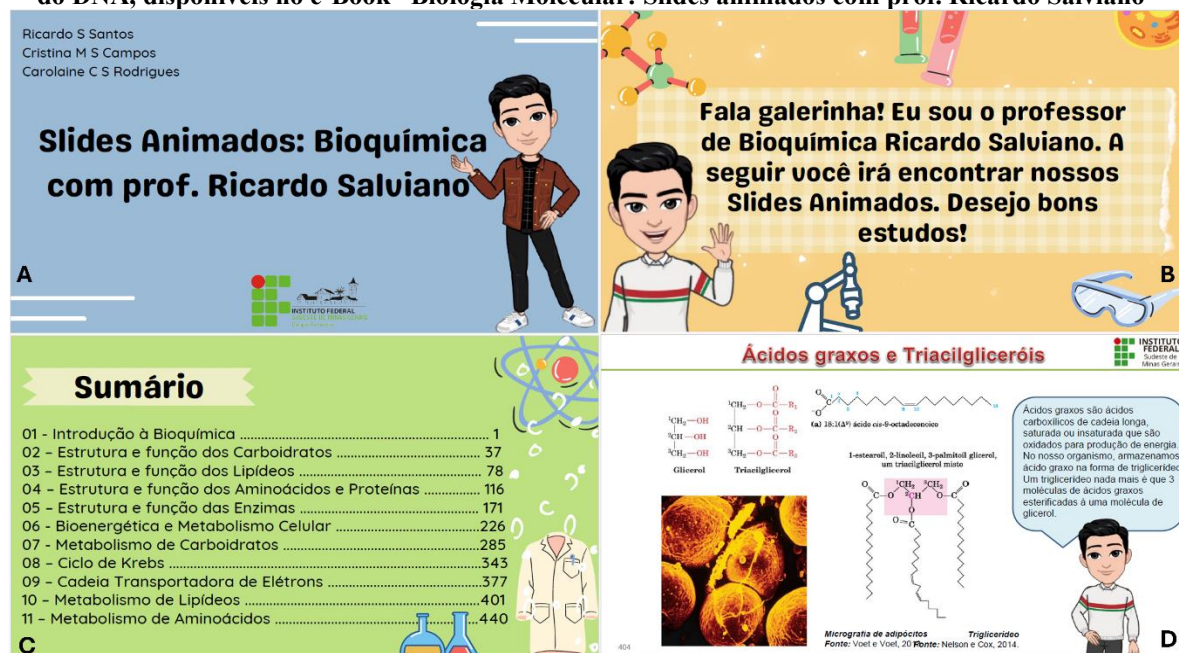
como ferramentas complementares, as videoaulas podem contribuir para a diversificação das metodologias de ensino e para o engajamento dos estudantes no processo educativo.

3.2 “Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano”

O e-book intitulado “[Bioquímica: Slides animados com prof. Ricardo Salviano](#)” pode ser acessado clicando no hiperlink do título.

O e-book é composto por capa, apresentação, prefácio, sumário e capítulos que abordam os principais temas da disciplina. O layout de alguns desses elementos pode ser observado na Figura 1. A capa apresenta a logomarca do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, o título do e-book, os autores, a edição e o ano. Na apresentação, há uma breve exposição sobre a proposta do material didático. O prefácio descreve as motivações para o desenvolvimento do recurso e as expectativas quanto ao seu uso. Já o sumário organiza as divisões do material e indica a localização das páginas correspondentes a cada tema.

Figura 1 - Imagens da A) Capa; B) Apresentação; C) Sumário; D) Slide animado do capítulo Replicação do DNA, disponíveis no e-Book “Biologia Molecular: Slides animados com prof. Ricardo Salviano”



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O e-book contendo slides animados produzido com este trabalho buscou oferecer aos alunos uma alternativa aos slides tradicionais, contribuindo para a revisão dos conteúdos e para a compreensão de temas mais complexos. Sua linguagem visual e dinâmica facilita a organização das informações e favorece o estudo autônomo. Além disso, a mobilidade do

acesso digital permite que os estudantes utilizem o e-book em diferentes contextos, o que amplia a flexibilidade da aprendizagem.

É importante ressaltar que esse tipo de material deve ser compreendido como apoio, e não como substituto das referências bibliográficas obrigatórias da disciplina. A aprendizagem mais aprofundada depende da articulação entre diferentes estratégias, fontes de estudo e do engajamento ativo dos alunos (Severo; Guimarães; Serafin, 2020).

A experiência relatada neste trabalho aproxima-se de iniciativas semelhantes registradas na literatura. Rocha, Viana e Mota (2021), por exemplo, observaram resultados positivos no uso de animações e recursos audiovisuais para o ensino inclusivo de Imunologia, com ganhos na motivação e na compreensão dos conteúdos. Nicola e Paniz (2016) também destacam que o uso de ilustrações pode facilitar a assimilação de conceitos científicos, especialmente em Biologia, ao combinar elementos lúdicos e educativos.

Além disso, o e-book reafirma a importância da autoria docente no processo educativo. Mais do que consumir tecnologias prontas, trata-se de produzir materiais que expressem a intencionalidade pedagógica do professor e estejam alinhados aos objetivos formativos da disciplina. Dessa forma, os slides animados representam um bom exemplo de inovação didática e valorização da prática docente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

3.3 Jogos Didáticos Digitais

Foram desenvolvidos 12 jogos digitais na plataforma Wordwall®, contemplando os principais conteúdos da disciplina de Bioquímica, disponíveis para acesso nos hiperlinks dos temas descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Jogos didáticos digitais de Bioquímica, com acesso nos hiperlinks disponíveis nos temas

Game - Tipo	Tema
Game 1 - Encontre a Combinação	Introdução à Bioquímica
Game 2 – Palavras Cruzadas	Estrutura e função de Carboidratos
Game 3 – Perseguição no Labirinto	Estrutura e função de Lipídeos
Game 4 – Game Show de TV	Membranas Biológicas e Transportadores
Game 5 – Caça-Palavras	Nucleotídeos e Ácidos Nucleicos
Game 6 – Quiz Ganhe ou Perca	Proteínas e Enzimas
Game 7 – Jogo da Forca	Bioenergética e Metabolismo
Game 8 – Palavras Cruzadas	Metabolismo de Carboidratos
Game 9 - Perseguição no Labirinto	Ciclo de Krebs
Game 10 - Quiz	Cadeia Transportadora de Elétrons
Game 11 – Jogo da Forca	Metabolismo de Lipídeos
Game 12 - Game Show de TV	Metabolismo de Aminoácidos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Estes jogos foram criados de modo que a realização de atividades sobre a matéria estudada seja mais divertida e motivadora. Na figura 2 pode-se observar o layout de alguns dos games criados. Os jogos didáticos foram elaborados com questões objetivas, de fácil compreensão, tendo como finalidade principal a revisão e a fixação dos conceitos abordados na disciplina de Bioquímica. Todas as questões foram produzidas pelo próprio docente, com base no conteúdo teórico ministrado em aula.

Figura 2 – Layout dos Games A) Labirinto; B) Quiz Show de Televisão; C) Jogo da Forca; D) Palavras Cruzadas



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Em cada jogo digital são apresentadas instruções claras sobre a dinâmica da atividade. Ao final da execução, os estudantes podem visualizar a pontuação obtida individualmente, o que favorece a autoavaliação imediata.

Na conta do administrador na plataforma Wordwall®, é possível acessar relatórios detalhados, incluindo o ranking de pontuações, o número de acertos e erros por questão e a frequência de participação. Esses dados permitem identificar quais conteúdos apresentaram maiores facilidades ou dificuldades para os alunos, fornecendo ao docente um feedback valioso sobre o processo de aprendizagem. Além disso, a plataforma possibilita que o professor utilize a pontuação individual como recurso avaliativo, integrando os jogos didáticos à avaliação formal da disciplina. Segundo Filho e Franco (2021), o layout do Wordwall® é dinâmico e intuitivo, o que facilita a criação de atividades por parte dos docentes. A ferramenta oferece

diferentes modalidades de jogos e permite adaptações conforme a faixa etária ou o nível de escolaridade.

Outro aspecto relevante é a flexibilidade da plataforma, que possibilita alterar automaticamente o formato das atividades e acessar jogos já produzidos por outros professores. Essa funcionalidade amplia as possibilidades de uso tanto na educação básica quanto no ensino superior, contribuindo para diversificar práticas pedagógicas.

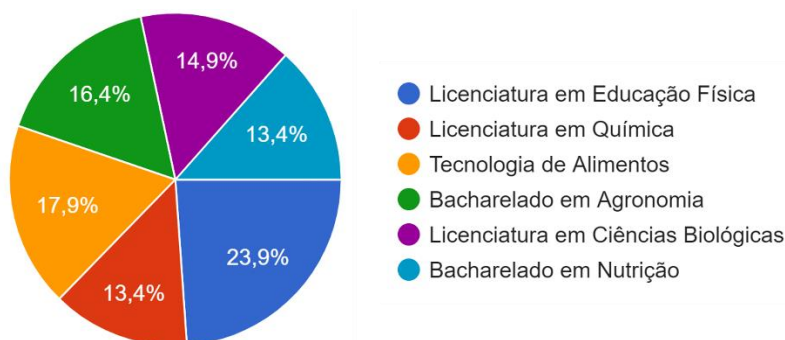
A relevância pedagógica desses recursos também é reforçada pela literatura. Nicola e Paniz (2016) destacam que os jogos didáticos são especialmente eficazes para trabalhar conceitos de difícil compreensão, pois tornam o aprendizado mais significativo e estimulam a participação ativa dos estudantes. De modo semelhante, Lima *et al.* (2023) apontam que tais recursos são amplamente utilizados em disciplinas de maior complexidade, justamente por oferecerem metodologias alternativas capazes de superar as dificuldades de assimilação.

3.4 Disponibilização e avaliação do material didático digital

A disponibilização dos materiais didáticos digitais ocorreu no ambiente virtual institucional SIGAA, garantindo acessibilidade contínua e favorecendo a autonomia dos estudantes no processo de aprendizagem. Essa estratégia também contribuiu para integrar o ensino presencial aos recursos digitais.

Os materiais produzidos foram avaliados por sessenta e sete (67) estudantes de diferentes cursos, conforme ilustrado na Figura 3, todos matriculados no componente curricular Bioquímica do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena, ao final dos 1º e 2º semestres de 2023.

Figura 3 – Distribuição dos estudantes participantes da pesquisa por curso de graduação

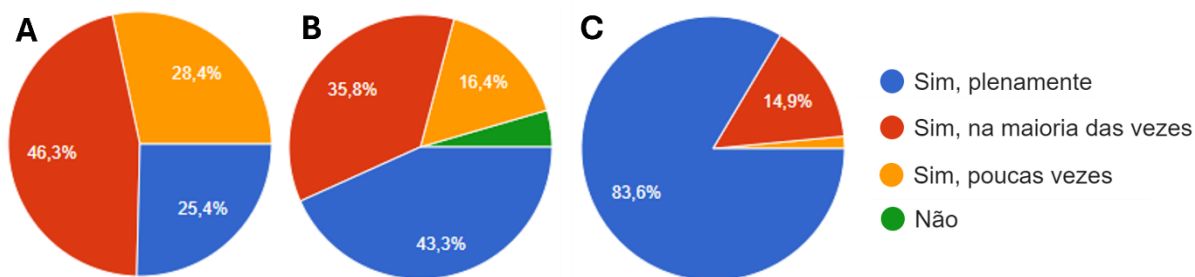


Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As percepções dos estudantes foram registradas por meio de um formulário eletrônico, que reuniu questões sobre acesso, conteúdo e contribuições dos materiais digitais. As respostas evidenciaram diferentes olhares sobre os recursos, permitindo compreender como eles auxiliaram no processo de aprendizagem. Além disso, os dados coletados possibilitaram reflexões sobre a manutenção, o planejamento e a adequação futura dos materiais didáticos digitais, de modo a potencializar sua utilização.

A primeira pergunta feita a estes estudantes foi relacionada à frequência da utilização dos materiais didáticos digitais propostos durante a disciplina, a saber, videoaulas de Bioquímica, slides animados e jogos didáticos digitais. Os resultados deste questionamento podem ser observados na figura 4. Pode-se perceber que todos os materiais propostos foram utilizados amplamente, com destaque para o uso dos jogos didáticos digitais.

Figura 4 – Respostas dos estudantes quando questionados sobre o uso frequente de videoaulas sobre Bioquímica (A), slides animados (B) e jogos didáticos digitais (C)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

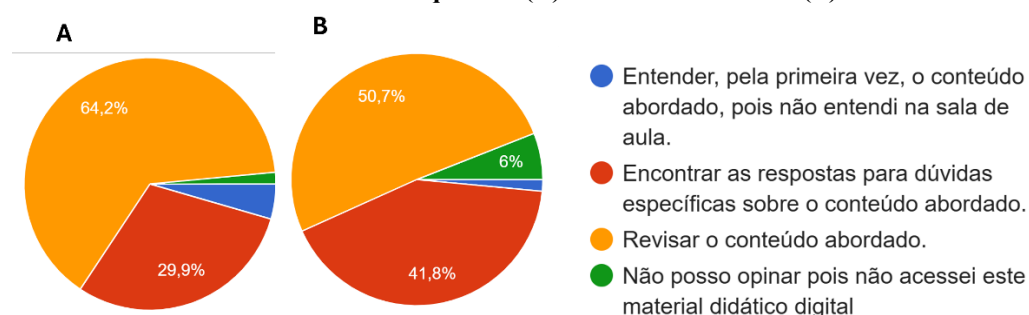
Quanto à facilidade de acesso, todos os estudantes (100%) afirmaram não terem encontrado dificuldades para utilizar os materiais. Apenas um aluno relatou uma limitação técnica ao interagir com o game do tipo Palavras Cruzadas em dispositivo móvel, devido ao tamanho reduzido das letras. O mesmo problema não ocorreu em computadores, indicando que a experiência de uso pode variar conforme o dispositivo.

Em relação às videoaulas, todos os respondentes avaliaram positivamente a qualidade do áudio e da imagem. Sobre a duração, 85% consideraram o tempo adequado, destacando que os vídeos são objetivos e não se tornam cansativos.

Outra questão abordou o objetivo principal dos estudantes ao acessar videoaulas e slides animados (Figura 5). Para ambos os recursos, a finalidade mais citada foi a revisão de conteúdo. Esse propósito foi destacado por 64,2% no caso das videoaulas e por 50,7% nos slides animados. Além disso, 29,9% dos estudantes utilizaram as videoaulas e 41,8% recorreram aos slides animados para sanar dúvidas pontuais. Já o uso para compreensão inicial do conteúdo foi

pouco frequente, indicado por apenas 3,7% dos estudantes em relação às videoaulas e 1,5% para os slides animados. Um pequeno percentual (6%) declarou não ter acessado os slides, apontando a necessidade de promover maior familiarização com esse recurso. Esses dados reforçam que videoaulas e slides animados foram utilizados prioritariamente como instrumentos de revisão, consolidação e aprofundamento.

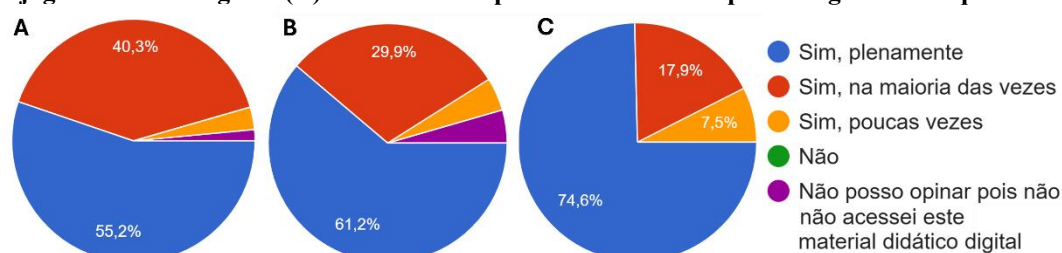
Figura 5 – Respostas dos estudantes quando questionados sobre qual era seu objetivo ao utilizar as videoaulas de Bioquímica (A) e os slides animados (B)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os alunos também foram questionados sobre o impacto dos materiais no processo de ensino-aprendizagem (Figura 6). Os três recursos foram amplamente bem avaliados, com destaque para os jogos digitais: 74,6% afirmaram que eles auxiliaram plenamente no aprendizado e 17,9% disseram que ajudaram na maioria das vezes. Os slides animados também se destacaram, com 61,2% de respostas plenamente positivas e 29,9% na maioria das vezes. As videoaulas obtiveram 55,2% de aprovação plena e 40,3% na maioria das vezes. De modo geral, os resultados confirmam que os recursos digitais diversificados, especialmente os mais interativos, potencializam a motivação e favorecem a aprendizagem de conteúdos complexos e desafiadores, como os da Bioquímica.

Figura 6 - Respostas dos estudantes quando questionados se o uso de videoaulas (A), slides animados (B) e jogos didáticos digitais (C) auxiliaram no processo de ensino-aprendizagem de Bioquímica



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

É válido ressaltar que 100% dos estudantes que responderam ao questionário recomendariam a outras pessoas a utilização de todos os materiais didáticos digitais propostos neste estudo para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de Bioquímica.

Outro aspecto relevante na avaliação dos materiais é o potencial de motivação que eles proporcionam aos estudantes. Com base em respostas discursivas de 12 alunos, foi possível observar que os slides animados utilizados nas aulas de Bioquímica contribuíram significativamente para o engajamento no estudo da disciplina. Os estudantes destacaram aspectos como a didática leve e objetiva, a clareza na apresentação dos conteúdos e o uso de imagens e avatares, que tornaram o aprendizado mais acessível e menos cansativo. Diversos alunos relataram que os slides despertaram curiosidade, facilitaram a compreensão de temas complexos e complementaram de forma eficaz as videoaulas. Houve ainda menções à inovação na forma de ensinar, com reconhecimento da preocupação do professor em garantir que o conteúdo fosse bem assimilado. Para estudantes com dificuldade em manter o foco em leituras extensas, o formato visual e dinâmico dos slides se mostrou especialmente útil.

Apesar do reconhecimento geral positivo, uma das respostas discursivas sobre o uso dos slides animados indicou a necessidade de maior aprofundamento em algumas explicações. Esse relato sugere que, embora o formato seja atrativo, poderia ser ainda mais eficaz se acompanhado de conteúdos complementares mais detalhados. Em síntese, os alunos avaliaram de forma bastante positiva o uso dos slides animados, considerando-os um recurso que motiva, facilita o aprendizado e torna o estudo da Bioquímica mais acessível e interessante.

Ainda em relação à motivação gerada pelo uso dos materiais didáticos, 24 alunos descreveram, em respostas discursivas, os motivos pelos quais a participação nos games contribuiu para o estudo da Bioquímica. Os relatos mostraram que a utilização de games como recurso pedagógico foi amplamente bem recebida e se mostrou altamente eficaz para motivar o estudo e facilitar a aprendizagem.

Os jogos foram percebidos como uma forma lúdica, leve e descontraída de aprender conteúdos complexos, promovendo o envolvimento dos estudantes de maneira espontânea. Muitos destacaram que os games despertaram o desejo de aprender, seja pelo desafio de alcançar boas pontuações, pela curiosidade gerada pelas perguntas ou mesmo pelo prazer de participar de uma atividade interativa e diferente da rotina tradicional.

A dinâmica dos jogos, segundo os relatos, contribuiu para a fixação dos conteúdos, a revisão da matéria e o estímulo à pesquisa autônoma. Diversos alunos relataram que, ao errar uma questão, sentiram necessidade de buscar as respostas corretas e compreender melhor o

conteúdo. Outros apontaram a redução da pressão típica das avaliações formais, o que favoreceu um ambiente mais leve para o aprendizado.

Também houve reconhecimento do potencial de replicação da referida estratégia pedagógica em outras disciplinas, dada a motivação gerada pela experiência. Alunos afirmaram sentir-se mais empolgados, motivados e curiosos, o que contribuiu para uma experiência de aprendizagem positiva e significativa.

Em síntese, os games utilizados nas aulas de Bioquímica foram considerados uma ferramenta didática eficaz, por promoverem o estudo por meio do engajamento ativo, da interatividade e da diversão, elementos que, segundo os estudantes, fizeram diferença na forma como se relacionaram com o conteúdo. Todos os participantes da pesquisa confirmaram que a experiência foi não apenas instrutiva, mas também um momento de diversão que colaborou para o processo de ensino-aprendizagem.

De modo geral, os resultados da avaliação evidenciam que os materiais didáticos digitais videoaulas, slides animados e jogos cumpriram papel significativo no processo de ensino-aprendizagem de Bioquímica. Cada recurso apresentou contribuições específicas: as videoaulas favoreceram a revisão contínua dos conteúdos, os slides animados se destacaram pelo caráter motivador e pela clareza na exposição e os jogos digitais se consolidaram como a estratégia mais interativa e envolvente. Os dados obtidos com este trabalho reforçam que a combinação de diferentes linguagens e formatos potencializa a motivação e a aprendizagem, ampliando as possibilidades de inovação pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais didáticos transmídia desenvolvidos neste trabalho demonstraram-se estratégias eficazes para promover o ensino e a aprendizagem da Bioquímica. Os resultados obtidos por meio da avaliação discente evidenciaram não apenas a acessibilidade e a funcionalidade dos recursos produzidos, mas também seu potencial para tornar o conteúdo mais atrativo, dinâmico e significativo.

As videoaulas possibilitaram a revisão e a fixação de conceitos importantes, destacando-se pela organização temática e pela clareza na apresentação. Os slides animados, por sua vez, atuaram como recurso complementar, favorecendo a autonomia e o interesse dos estudantes por meio de uma linguagem visual acessível e interativa. Os jogos didáticos digitais se consolidaram como a ferramenta mais motivadora, segundo a percepção dos alunos. Ao aliarem ludicidade, desafio e revisão de conteúdo, reforçaram sua relevância em contextos educativos

que exigem estratégias diferenciadas para superar as dificuldades associadas ao ensino de conteúdos complexos.

As análises realizadas evidenciam que os materiais didáticos digitais aqui apresentados reforçam o papel das tecnologias educacionais como aliadas na construção de práticas pedagógicas inovadoras e centradas no estudante. Além disso, valorizam a autoria docente e o planejamento didático, elementos fundamentais para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a experiência relatada pode inspirar novas pesquisas voltadas à promoção de uma educação cada vez mais alinhada às inovações tecnológicas disponíveis. Nesse sentido, abre-se espaço para ampliar a integração entre recursos digitais, metodologias ativas e práticas pedagógicas que favoreçam aprendizagens significativas.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras. 2. ed. São Paulo: DSV, 2015.

ALVES, L. M. **Gamificação na educação**: aplicando metodologias de jogos no ambiente educacional. Joinville: Clube de Autores, 2018. *E-book*.

ARANDA, M. C. T.; FREIRE, M. M. Narrativas transmídia: entre multiletramentos e letramentos transmídia, o que levar para a aula de línguas? **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1531-1554, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318136618811520200306>. Acesso em: 03 out. 2025.

BISSOLOTTI, K.; NOGUEIRA, H. G.; PEREIRA, A. T. C. Potencialidades das mídias sociais e da gamificação na educação a distância. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 1-11, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.53511>. Acesso em: 03 out. 2025.

BORGES, T. S.; ALENCAR, G. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**, Salvador, ano 3, n. 4, p. 119-143, 2014. Disponível em: <https://www.cairu.br/revista/artigos4.html>. Acesso em: 03 out. 2025.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II, 2008. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591/11376>. Acesso em: 06 out. 2025.

FADEL, L. M. *et al.* **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

FILHO, S. A. P.; FRANCO, B. A. R. Ensino de língua estrangeira e a tecnologia: Kahoot!, Quizlet e Wordwall. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 35083-35102, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-121>. Acesso em: 03 out. 2025.

FRANÇA, V. C. P. L. A. de; CAMPOS, W. F. Interactive Metabolism, a simple and robust active learning tool that improves the biochemistry knowledge of undergraduate students. **Advances in Physiology Education**, v. 45, n. 2, p. 353-364, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1152/advan.00042.2020>. Acesso em: 03 out. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, T. M. Uma proposta de aula experimental no ensino a distância: identificando proteínas em alimentos do cotidiano na disciplina de Bioquímica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14441>. Acesso em: 03 out. 2025.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2. ed. Tradução de Suzana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2006.

LEITE, R. F. *et al.* Aspectos sobre a didática no ensino superior: uma revisão narrativa. **Editora Licuri**, p. 77-94, 2023. Disponível em: <https://editorallicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/192/73>. Acesso em: 03 out. 2025.

LIMA, M. A.; LOPES, S. G.; SILVA, A. L. S. Jogos didáticos no ensino de Ciências: um panorama da produção encontrada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 24, n. 3, p. 327-334, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n3p327-334>. Acesso em: 03 out. 2025.

MARTINS, J. L. R. *et al.* Gamificação em imunologia como estratégia de apoio discente: uma revisão sobre Imunno Rush. In: SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DOCENTES, 41., 2021, Anápolis. **Anais [...]** Anápolis: UniEvangélica, 2021. p. 101-107. Disponível em: <https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/6993>. Acesso em: 03 out. 2025.

NICOLA, J. A.; PANIZ, C. M. A importância da utilização de diferentes recursos didáticos no ensino de Ciências e Biologia. **InFor**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 355-381, 2016. Disponível em: <https://ojs.ead.unesp.br/index.php/cdep3/article/view/InFor2120167>. Acesso em: 03 out. 2025.

NUNES, M. R. A. N. **Wordwall: Ferramenta Digital Auxiliando Pedagogicamente a disciplina de Ciências**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Patos, Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1620>. Acesso em: 03 de out. 2025.

OLIVEIRA, S. S. C.; MONTEIRO, S. B. O uso de videoaulas como ferramenta de ensino e aprendizagem nas aulas da área de Linguagens e suas Tecnologias no Ensino Fundamental. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29., 2021. **Anais [...]** Porto Alegre:

Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 1693-1706. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20284>. Acesso em: 03 out. 2025.

PIMENTEL FILHO, W. J.; MOREÍ, R. P. O. Realidade aumentada no ensino a distância: um estudo de caso na plataforma Moodle. *In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SEAD-CO)*, 5., 2024, Florianópolis/SC. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 173-182. DOI: <https://doi.org/10.5753/seadco.2024.30917>. Acesso em: 03 out. 2025.

ROCHA, J. F.; VIANA, L. C.; MOTA, E. F. Uso de animações para o ensino inclusivo de imunologia: uma experiência docente. **Revista de Iniciação à Docência**, Jequié, v. 6, n. 2, p. 52-70, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/riduesb.v6i2.9111>. Acesso em: 03 out. 2025.

SBROGIO, R. O. **Design e ensino-aprendizagem: entre slides e formação de professores**. 2021. Tese (Doutorado em Mídia e Tecnologia) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/204735>. Acesso em: 03 out. 2025.

SBROGIO, R. O.; VALENTE, V. C. P. N. Preferências e disponibilidades de recursos educacionais: a produção de slides por professores. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 16226-16246, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-308>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHOENMAKER, F. **Análise das dificuldades na disciplina de Bioquímica diagnosticadas por um plantão de dúvidas on-line**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências – Bioquímica) – Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/46/46131/tde-05102009-092050/pt-br.php>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHUARTZ, A. S.; SARMENTO, H. B. M. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 429-438, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p429>. Acesso em: 03 out. 2025.

SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F.; SERAFIN, V. F. Formação docente: metodologias ativas de aprendizagem para ensino superior. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s13304>. Acesso em: 03 out. 2025.

SILVA, A.C.M.; FREITAG, I.H.; TOMASELLI, M.V.F.; BARBOSA, C.P. A Importância dos Recursos Didáticos para o Processo Ensino-Aprendizagem. *Arquivos do Mudi*, Maringá, v. 21, n. 02, p. 20-31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/38176/pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

SOUSA, R. P.; MIOTA, F. M. C. S. C.; CARVALHO, A. B. G. (org.). **Tecnologias digitais na educação** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788578791247>. Acesso em: 03 out. 2025.

TEIXEIRA, M. A. P. et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, p. 185-202, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/vH9zX7jBvg8f8YxqBDqYyqH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2025.

VIEIRA, A. M. D. P.; MUNARO, A. C. A narrativa transmídia no processo de ensino e aprendizagem de adolescentes. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 48, p. 317-337, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n48.8182>. Acesso em: 03 out. 2025.

AS ORIGENS DOS ESCRAVIZADOS FUGIDOS NOS ANÚNCIOS DO JORNAL A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1875-1884)

SEO, Iago Yoshimi Antunes¹; OLIVEIRA, Bruno Pereira de².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-550>

RESUMO

O presente estudo analisa quantitativamente as menções a escravizados foragidos no Jornal A Província de São Paulo, explorando suas raízes históricas. A pesquisa, realizada a partir da abordagem metodológica baseada na coleta e categorização regional de anúncios de “escravos fugidos”, destaca padrões recorrentes e características que possam oferecer informações sobre as origens desses escravizados. A partir da análise dos dados coletados no acervo do jornal, observa-se a recorrências de descrições detalhadas dos cativos anúncios de fugas, incluindo por vezes suas terras de origem.

Palavra-chave: escravizados fugidos; jornal A Província de São Paulo; origem.

ABSTRACT

The present study quantitatively analyzes mentions of fugitive slaves in the newspaper A Província de São Paulo, exploring their historical roots. The research follows a methodological approach based on the collection and regional categorization of "fugitive slave" advertisements, highlighting recurring patterns and characteristics that may provide information about the origins of these slaves. Through the analysis of data collected from the newspaper's archives, a recurrence of detailed descriptions of enslaved individuals in escape announcements is observed, sometimes including their places of origin.

Keywords: runaway slaves; jornal Província de São Paulo; native land.

¹ Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário UNIFAAT (2025), atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia política, jornalismo investigativo e de dados. Autor do livro "A Teoria de Tudo Social: Democracia LTDA". ORCID: 0009-0009-1294-8732 *E-mail:* iago.seo@gmail.com

² Bacharel em História pela PUC de Campinas e Mestre em Educação pela UFSCAR, atua na pesquisa e no ensino na área de Humanas desde 2010. *E-mail:* bruno_bpo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O *Jornal A Província de S. Paulo*, atual *O Estado de S. Paulo* (ou *Estadão*), celebrou em 2025 seus 150 anos de existência consolidando-se como um dos periódicos informativos mais longevos na história da imprensa brasileira. Desde a sua fundação em 1875, o *Província de S. Paulo* seguia com uma estrutura de páginas semelhante aos jornais da época. As duas páginas do jornal eram reservadas para anúncios publicitários, os quais retratavam uma São Paulo em processo de transformação urbana, evidenciada pela presença de propagandas de estabelecimentos financeiros, livrarias, bazares e comércios importadores. Contudo, esses espaços publicitários também evidenciavam a postura do periódico em relação à escravidão e o abolicionismo. Inicialmente, de forma similar à atuação dos republicanos, o jornal evitava abordar diretamente o tema, tratando-o como uma questão “social”, e não política. Dessa forma, era comum a presença de anúncios de compra e venda de escravizados, inclusive crianças, assim como notas de fuga de cativos e recompensas oferecidas por suas capturas (Corrêa, 2023). Esses anúncios perduraram com maior frequência até 1884, e gradativamente foram perdendo espaço nos periódicos até a sanção da lei Áurea em 1888.

O *Jornal Estado de S. Paulo* estruturou e disponibilizou um acervo digitalizado de seus periódicos desde a sua fundação, possibilitando assim perscrutar os anúncios sobre escravizados foragidos, suas características e descrições que informam suas procedências geográficas. A pesquisa utiliza-se dessa base de dados para identificar os anúncios de “*escravo fugido*”. O acervo de 944 edições abrange o período de 1875 até 2020, sendo que 81,27% estão condensadas no período entre 1875 e 1884, e constitui o recorte dessa pesquisa.

Os dados dos anúncios prospectaram escravizados foragidos, originários de diversas províncias brasileiras, em especial São Paulo, com 66 escravizados fugidos, seguida da Bahia, com 54 escravizados.

Esses dados, quando contextualizados ao período de 1870 e 1890, atravessam uma justaposição que Gebara (1998) aponta sobre as diversas formas de protestos dos escravizados à ordem estabelecida, sendo as fugas um elemento essencial para acelerar a transição para o trabalho livre. Tal fenômeno ocorria porque a fuga, não sendo considerada uma atividade criminosa *strictu sensu*, envolvia progressivamente setores livres da população. Dessa forma, a repressão a essas fugas passava a depender não apenas do apoio da comunidade, mas também da ampliação do controle sobre outros grupos sociais além dos escravizados (Gebara, 1988).

Diversos veículos de imprensa à época consolidaram-se como dirigentes editoriais para tal apoio popular em função do fim da escravatura, como o próprio *Província de S. Paulo*, redigindo nas colunas de “questões sociais”.

A escravidão e o abolicionismo, duas questões em alta naquele contexto, foram tratadas em A Província de São Paulo de forma mais aprofundada na seção “Questões Sociais”. [...] a escravidão atrasava a inserção do Brasil no ‘das nações civilizadas e do progresso, mas condenavam que antes de sua extinção era necessário o cumprimento de medidas que “protegessem os interesses da lavoura’, ou seja, indenização aos fazendeiros e um amplo programa de importação de imigrantes europeus (Corrêa, 2023, p. 134).

Dessa forma, a imprensa *per se*, por meio dos seus acervos, possibilita a realização de estudos paralelos que se mostram igualmente relevantes para a compreensão de uma totalidade histórica. Entre esses aspectos, destacam-se a delimitação da área geográfica de circulação dos jornais, seu alcance e influência, bem como a composição de seu público, abrangendo diferentes estratos sociais. Ademais, elementos como o preço do periódico, sua relação com os custos de produção e as flutuações monetárias constituem fatores essenciais para a análise desse fenômeno. Dessa forma, torna-se imprescindível vincular a situação da imprensa ao contexto histórico mais amplo, considerando suas especificidades e demandas próprias (Camargo, 1971).

A partir do momento em que a imprensa assume um caráter informativo por excelência, o noticiário dos jornais torna-se um repertório significativo de dados, tais como os disponibilizados pelo acervo do Estadão. Entretanto, apesar da relevância material, outros autores como Gilberto Freyre (1979) atentaram para o papel por vezes dúbio da imprensa, enfatizando a necessidade de cautelosa análise, sob o manto dos tempos em que eram impressos seus jornais.

São os jornais, os do século XIX, quase sem nenhum interesse na parte editorial, para quem os folheie à distância de um século ou de meio século. Seus artigos de fundo e seus folhetins literários raramente nos comovem. Sua retórica política não nos comunica hoje nenhuma vibração humana. Seu noticiário só na última fase do regime escravocrático começa a dramatizar-se, interessando-nos na vida e nos crimes da época; registrando menos as fugas de escravos que os raptos das moças brancas, das iaiás finas, das filhas dos grandes proprietários, pelos bacharéis pobres ou por mulatos claros (Freyre, 1979. p. 78).

O estudo analisou 767 exemplares digitalizados ao longo do período isolado de nove anos, desde a fundação do jornal em 1875. No total foram identificados 748 anúncios mencionando escravizados fugitivos, detalhando suas características intrínsecas, bem como os devidos locais de origem.

1 IMPRENSA COMO CAMPO DE ANÁLISE

A imprensa brasileira constitui um campo fértil para investigações historiográficas, consolidando-se como objeto recorrente de estudos acadêmicos, conforme destaca Capelato (1988) em *“Imprensa e História do Brasil”*:

A reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido alvo de muitas pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos em vários setores da sociedade (Capelato, 1988. p. 43).

O noticiário desempenha um papel fundamental nas investigações históricas, sendo amplamente utilizado em análises econômicas, estudos sobre condições de vida, relações e lutas sociais, entre outros aspectos. Além disso, constitui uma fonte relevante para a literatura, conforme exemplificado pelo escritor Euclides da Cunha, que, ao elaborar sua obra *“Os Sertões”*, baseou-se nos relatos jornalísticos sobre Antônio Conselheiro e a guerra ocorrida no interior da Bahia (Capelato, 1988). Camargo (1971), por sua vez, sugere que a análise da imprensa deve incluir diferentes abordagens, as quais são igualmente relevantes para a compreensão de um contexto histórico mais amplo, reforçando a hipótese de Capelato.

No que tange à escravatura, a imprensa apresenta essa riqueza material histórica, relevante para diferentes abordagens. Ao percorrer desde anúncios de escravizados fugidos, abandonando a vida de servidão, até casos policiais, com os próprios sendo detidos, uma narrativa foi construída, dos anúncios aos noticiários, utilizada pelos proprietários de escravizados para divulgar a fuga e oferecer recompensa para aqueles que capturassem e devolvessem os fugitivos às suas propriedades (Ferrari, 2002).

A busca por esses foragidos geralmente era realizada pelos “capitães do mato”, que Bernardino José de Sousa definiu como chefes de tropilhas responsáveis por caçar e capturar os negros fugidos das senzalas (Sousa, 1939).

Tratando ainda sobre os anúncios, em *“A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no oeste paulista”*, Ferrari (2002) descreve o anúncio como uma reação do proprietário à fuga, em que ele recorre à imprensa para descrever características físicas, morais e até intelectuais desses escravizados. Uma das características mais marcantes descritas por esses proprietários, e como notado à frente, em menor frequência do que parece, diz respeito à terra natal desses escravizados. O cerne do interesse didático na coleta desses dados foi anteriormente estudado por Gilberto Freyre. Conforme escrito por

Amantino em seu artigo (2006, p. 59), “destarte, em 1934, Freyre proferiu uma palestra no Rio de Janeiro, intitulada ‘O escravo nos anúncios do jornal do tempo do império’”. A análise antropológica dos anúncios de negros fugidos publicados na imprensa brasileira do século XIX permitiu identificar diferentes grupos étnicos entre os cativos, tais como bantos, sudaneses, angolas, benguelas, congos, nagôs, minas e iorubás (Freyre, 1979). Sobre os anúncios de escravizados fugidos, Freyre (1979) destacou uma percepção do cativo como um recurso essencial ao trabalho, um aspecto que se manifestou de maneira uniforme entre os proprietários de estâncias e grandes fazendas de gado ou charqueadas no Rio Grande do Sul, assim como entre os fazendeiros de café do Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo, além de senhores do engenho na Bahia, Pernambuco e Maranhão. Os senhores da região Sul do Brasil, segundo tradição folclórica escravocrata, teriam um tratamento menos brando em relação aos escravizados, enquanto os do Nordeste seriam considerados relativamente mais benignos (Freyre, 1979).

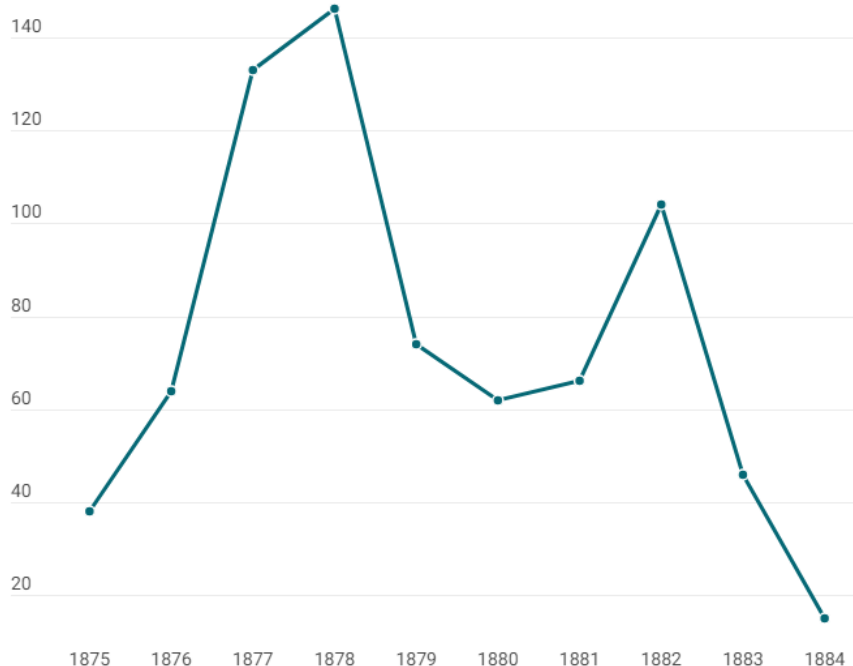
1.1 Perfil temporal dos anúncios dos escravizados fugidos

Em uma visualização a voo de pássaro, nota-se brevemente que os períodos em que houve maiores ocorrências de escravizados fugidos foram no fim dos anos de 1870 e início dos anos 80. Essa parte não diz respeito à terra natal desses escravizados, mas é digno de nota que esse período marcou o início do que Oliveira (2019, p.99) chamou em sua tese de “momento decisivo da crise escravista”. A partir de 1885, o governo imperial adotou uma postura repressiva em relação aos movimentos abolicionistas, implementando medidas legais e extralegis de contenção. Isso resultou em uma contextualização política de intimidação, a qual limitou a atuação dos abolicionistas no espaço público. Entretanto, o movimento se reorganizou e passou a adotar ações mais radicais, incluindo desobediência civil e, assim como dado por Freyre anteriormente, incitação à fuga de escravizados e ações políticas clandestinas (Baptista, 2019).

Com a ascensão do gabinete Cotegipe, a chamada “política do cacete” foi instituída, caracterizando-se por três práticas principais: manipulação eleitoral, distorção da lei e repressão aos abolicionistas. O Estado seguiu uma estratégia repressora inspirada pelo Fugitive Act de 1850, nos Estados Unidos, buscando punir aqueles que incentivassem fugas e agissem contra a escravidão (Baptista, 2019). Diante da crise política e econômica que envolvia a escravidão, a elite, ao se deparar com a instituição em declínio, concentrou-se na defesa do direito de

propriedade, o qual estava garantido pela Constituição de 1824, mas que fora enfraquecido pela Lei dos Nascituros, de 1871. Assim, com as crises políticas assentando-se e com o apoio popular a favor do abolicionismo ganhando forças no Brasil Império, era de se esperar que o número de anúncios de escravizados fugidos alcançasse seu ápice nesse período, seguido de uma queda exponencial.

Gráfico 1 - Totais de Anúncios de Escravizados Fugidos (1875-1884)



Fonte: ESTADÃO. **Escravidado fugido**. Acervo Estadão. Disponível

em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/1875-1884>

1.2 Contextualizando o Jornal *Província de S. Paulo*

O *Jornal A Província de S. Paulo* foi criado com a finalidade de ser um espaço de discussões acerca de questões econômicas e sociais fundamentais para o desenvolvimento da província, contribuindo assim para o progresso nacional. Ademais, o periódico assumia um papel pedagógico, almejando instruir a população e estabelecer um diálogo com outros veículos da imprensa da época. Desde a sua fundação, em 4 de janeiro de 1875, o jornal se posicionava como uma publicação independente, desvinculada de partidos políticos e de grupos governamentais, rejeitando qualquer subordinação a interesses individuais de agentes em busca de poder (Corrêa, 2023). O contexto da imprensa paulista e paulistana no período em que o *A Província de S. Paulo* foi ganhando espaço caracterizava-se pela proliferação de periódicos

associados à Academia de Direito do Largo de São Francisco, a qual impulsionou o desenvolvimento da imprensa de caráter político desde a fundação do curso de direito na cidade.

O grupo que compunha a rede de colaboradores do jornal compartilhava características sociopolíticas e geográficas comuns. Em grande parte, eram oriundos de Campinas e de regiões do oeste paulista, possuindo assim interesses políticos alinhados entre si, e participando de congressos, como o Congresso Republicano de Itu, realizado em 1873, anos antes da fundação oficial do jornal. Para além disso, eles eram constituídos por uma elite agrária cafeeira, engajando-se em debates agrícolas e interagindo em espaços intelectuais, acadêmicos e maçônicos (Corrêa, 2023). Do ponto de vista sociológico, esse grupo constituía uma “contra elite”, conforme o conceito de Alonso (2002), referindo-se a indivíduos que, excluídos do sistema político hegemônico, buscavam prestígio e influência política, contrapondo-se aos valores e práticas da aristocracia monárquica. Isso reforçou a linha editorial que o jornal seguiu nos anos seguintes, apresentando uma análise do cenário da imprensa brasileira e paulista da época. Argumentava-se que o alto custo da imprensa nacional resultava da dependência financeira dos veículos em relação a grupos políticos, o que restringia categoricamente a liberdade de expressão, mesmo para intelectuais e cientistas sem vínculos com essas estruturas de poder. Em contraposição a essa realidade, o jornal proclamava sua independência, garantido que o corpo editorial, liderado por Américo de Campos e Rangel Pestana, responderia exclusivamente aos mantenedores da publicação e à opinião pública (Corrêa, 2023).

Ainda conforme Corrêa, o debate acerca da escravidão e do abolicionismo foi mais amplamente desenvolvido no editorial de “Questões Sociais” do jornal, conduzido principalmente por Luiz Pereira Barreto, médico e divulgador do positivismo, e Manuel Ferraz de Campos Salles, advogado e militante do Partido Republicano. Embora a seção de “Questões Sociais” não seja o foco central desta pesquisa, foi possível identificar a posição editorial de seus colunistas ao longo da perscrutação de dados, como a de Rafael de Barros, na edição de 4 de setembro de 1883 do *Jornal Província de S. Paulo*; a primeira página apresenta a coluna intitulada “*Questões Sociais: O governo e o elemento servil, v*”, onde o autor discute a escravidão e os movimentos sociais que agitavam o país naquele período³. O colunista inicia

³ O ESTADO DE S. PAULO: Páginas da edição de 04 de setembro de 1883 – p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830904-2538-nac-0001-999-1-not/busca/escravo>. Acesso em: 09 fev. 2025.

sua análise destacando a inevitabilidade da abolição, dada a instabilidade social do Brasil na época, “Se não é possível, no que todos concordam, continuar o status quo pela agitação que está o país, menos possível é ainda a continuação da escravidão, tal qual hoje existe, como o argumento do fundo de emancipação” (Barros, 1883, p. 1).

Ao longo do texto, o autor (1883, p. 1) compara a condição dos escravizados libertos pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, com a daqueles que ainda permaneciam sob a coerção dos seus senhores, questionando: “qual escravo que não procurará por todos os meios seguir seu companheiro?” Nesse contexto, Barros buscou influenciar a opinião pública ao defender a emancipação gradual dos escravizados, evidenciando a posição editorial do veículo na época: “Tenho insistido sobre este ponto, talvez com demasiada repetição da mesma ideia, com o fim de fazer esta verdade penetrar na opinião pública que pode desorientar-se com o ruidoso entusiasmo dos que defendem a emancipação gradual” (Barros, 1883).

Essa abordagem transparece o posicionamento editorial do periódico, que, embora reconhecesse a necessidade da abolição, defendia uma transição gradual, sem apresentar críticas pontuais e duras.

Com a adesão dos movimentos abolicionistas e o favorecimento da imprensa a tal, os anúncios de negros fugidos foram desaparecendo, relegando aos espaços marginais das páginas dos jornais impressos, em caracteres menores e sem destaque tipográfico outrora conferido (Freyre, 1979). A supressão progressiva dessas publicações refletia a iminente abolição da escravidão no Brasil. Inicialmente, esses anúncios destacavam-se pelo detalhamento minucioso e realista, inclusive acompanhados, por vezes, de ilustrações representando um escravizado fugindo com uma trouxa nas costas. Contudo, com a aproximação do processo abolicionista, muitos jornais alinhados ao movimento emancipador, como o próprio *A Província de S. Paulo* se apresentou entre 1875 e 1884, passaram a recusar a divulgação de anúncios de compra, venda e fuga de escravizados, pautados por novos princípios éticos do jornalismo. Ademais, a sociedade abolicionista fomentava e, como narra Freyre (1979), auxiliava nas fugas dos cativos de maneira tão eficaz que não apenas despertava hostilidade dos proprietários de escravizados, mas também a apreensão dos donos de jornais.

2 AS FONTES

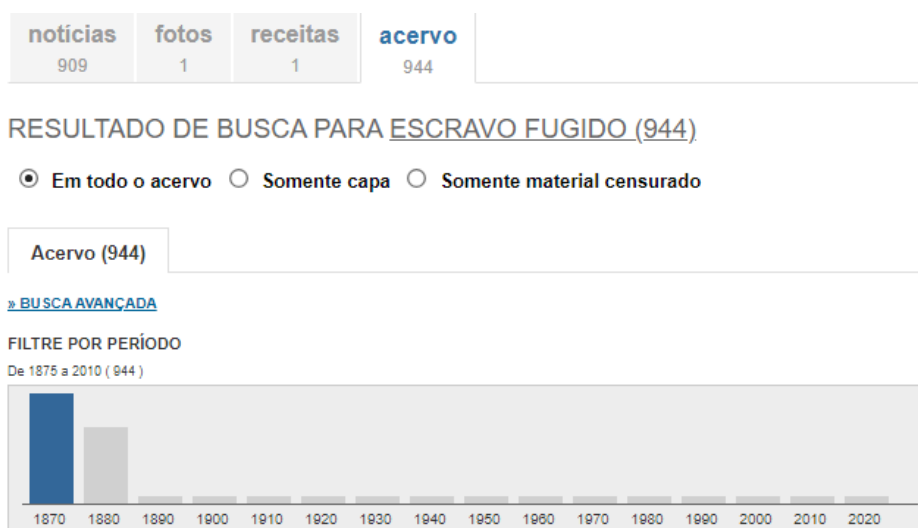
2.1 Identificação dos anúncios e suas características

Embasando metodologicamente a abordagem de Camargo (1971, p.227), que por sua vez utilizou em sua análise a classificação de Pedro Parafita de Bessa, a autora destaca a classificação proposta por Bessa para analisar o conteúdo dos jornais, com foco na divisão entre “anúncio” e “contexto”. A classificação, baseada em jornais de 1944, distingue de forma ampla as seções de anúncios comerciais, incluindo informações sobre compra, venda, aluguel, empregos, profissões; e o contexto, abrangendo as demais matérias, como noticiário, editoriais e comentários. Camargo (1971, p. 229) cita a abordagem de Stanley Stein, que extraiu informações da imprensa sobre câmbio, produção cafeeira, população escrava e tráfico negreiro. Embora o autor não aborde explicitamente jornais do século XIX, esses também podem ser incorporados a uma análise sob a divisão maior sugerida no que tange aos anúncios.

A pesquisa se concentrou, assim, na prospecção de anúncios focados exclusivamente em “escravos fugidos” e sua origem natal. Essa filtragem de dados foi possível por meio do acervo do *Jornal Estado de S. Paulo*, disponibilizado pelo próprio veículo em seu site⁴. Ao realizar a pesquisa utilizando o termo “escravo fugido” nas abas de pesquisa do acervo, foram identificadas 944 manchetes, abrangendo o período de 1875 a 2020. A maior concentração de registros está condensada entre 1875 e 1884, com 81,27% das ocorrências de todos os anos dadas apenas entre esses 9 anos, período em que se focou o escopo central da pesquisa.

⁴ O acervo completo do Estadão está disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>

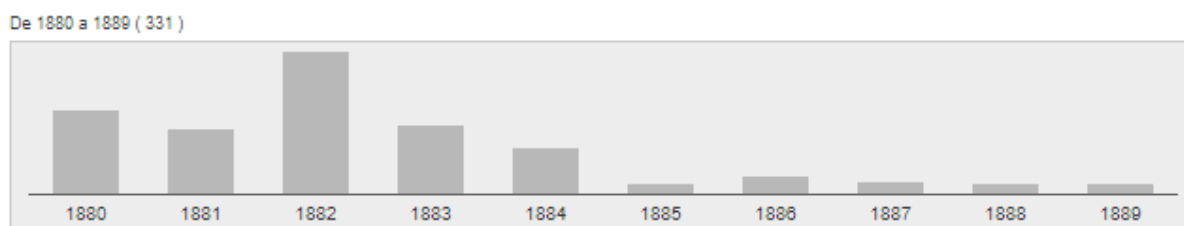
Figura 1 - Resultado de busca para “escravo fugido”



Fonte: ESTADÃO. **Escravo fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

As ocorrências de anúncios mais significativas estão entre o fim da década de 70 e início da década de 80. A partir de 1884, observou-se uma queda acentuada de registros relacionadas ao termo pesquisado. Em comparação com a década anterior, o jornal apresentou um dos menores índices de anúncios sobre escravizados fugidos. Esses dados, confrontados com a época em que o veículo consolidou sua oposição à escravidão (Corrêa, 2023), coincidiram com uma redução de 30,17% no número de anúncios de escravizados fugidos entre 1875 e 1884.

Figura 2 - Período das citações de 1880 até 1889



Fonte: ESTADÃO. **Escravo fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Com a pesquisa delimitada pelo período de 1875 a 1884, foram filtradas 767 matérias disponíveis no acervo nas quais os termos dentro de anúncios ocorrem. Dentre elas, 475 anúncios foram publicados entre 1875 e 1879, e 292 entre 1880 e 1885, cobrindo o período final da coleta. No entanto, os anúncios não apresentaram uma distribuição homogênea, e a

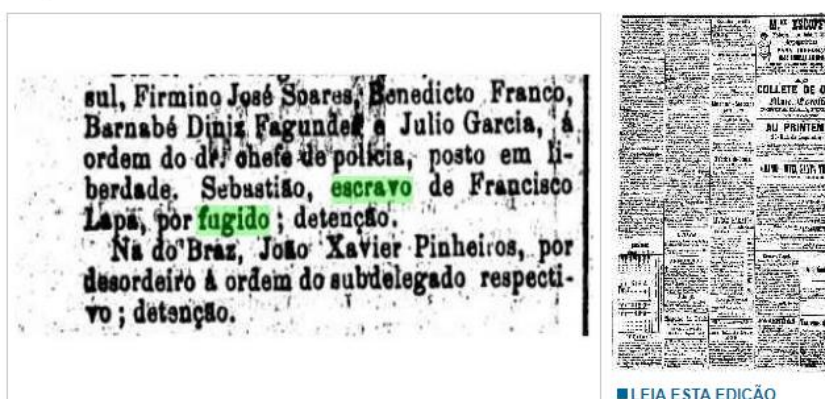
descrição dos escravizados era disposta a vicissitudes consideráveis. Para organizar esses dados, foi criado um painel digital, no qual os anúncios foram recortados e agrupados por estado, acompanhados de uma planilha. Essa organização mostrou uma diversidade e fragmentação nas ocorrências do acervo. O site contém citações que nem sempre se referem diretamente aos anúncios de escravizados, mas também a diversos contextos em que estes são mencionados, como detenções por autoridades policiais ou transações comerciais típicas da época (Freyre, p. 18).

A coleta dos dados focou assim exclusivamente nos anúncios de escravizados fugidos, exigindo uma análise das características desses indivíduos descritos, com ênfase na identificação de suas origens. Dessa forma, a catalogação foi restrita às ocorrências que continham citações diretas a anúncios de escravizados fugidos, excluindo aquelas que não condiziam com tal⁵.

Figura 3 - Exemplo de ocorrência dos termos sem referenciar um anúncio

08/10/1878, PÁGINA 3

● EDIÇÃO NACIONAL



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Nos anúncios identificados, os anunciantes forneciam detalhes dos traços dos escravizados fugidos, visando facilitar a identificação desses. Apesar da descrição detalhada, os anúncios apresentaram nuances nas descrições utilizadas. Em algumas ocorrências, o

⁵ Para as manchetes em que o acervo apresenta um resultado, mas não faz referência ao anúncio, utilizou-se o termo "N/A".

anunciante não fornece uma preleção completa do escravizado fugido, o que resultou na omissão de informações, como a terra natal desses homens⁶.

Figura 4 - Exemplo de manchete. Edição de 29 de dezembro de 1878

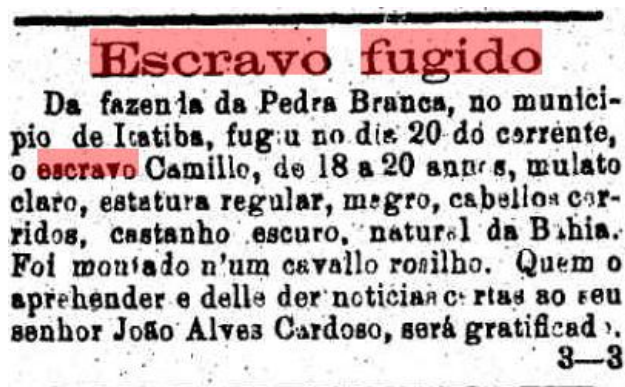
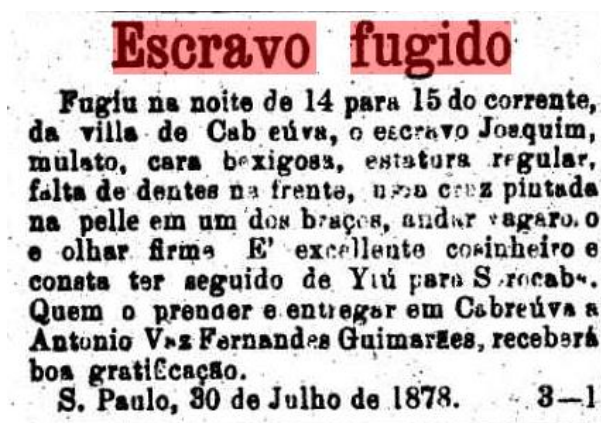


Figura 5 - Exemplo de manchete sem a citação da terra natal. Edição de 31 de julho de 1878 - p. 3



Fonte: Idem. Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

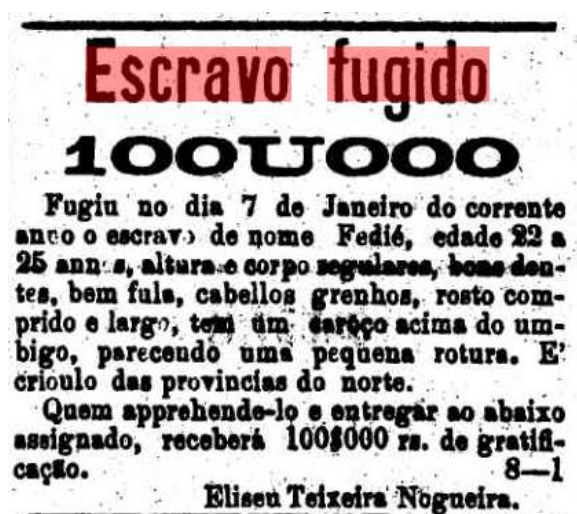
Em outros anúncios, a terra natal dos escravizados não era especificada com precisão, sendo mencionada apenas a província de origem. Diversas fontes analisadas identificaram os escravizados foragidos como originários das “províncias do norte”, atualmente reconhecidas como o Nordeste brasileiro⁷.

Em Pernambuco e sua área de influência – as capitânicas e, depois, províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas [...] Neste, amplos setores da sociedade pernambucana e das demais “províncias do Norte” ensejaram uma separação radical da monarquia portuguesa. (Silva, 2007. p. 200).

⁶ Para essas ocorrências onde foram omitidas informações que fosse possível verificar a origem do escravizado, utilizou-se o termo “sem especificação”.

⁷ Para as ocorrências citando apenas a “província do norte”, utilizou-se na prospecção como “P. do Norte”

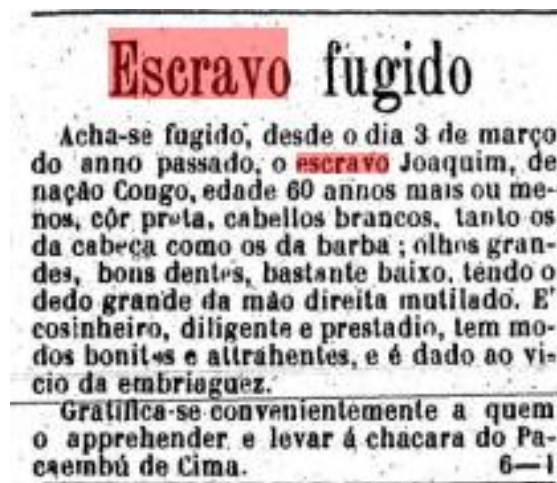
Figura 6 - Exemplo de ocorrência de um escravizado das “províncias do norte”. Edição de 15 de janeiro de 1878



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Durante a análise dos dados, foram identificados anúncios de escravizados provenientes de outros países. Embora em menor frequência, os escravizados fugidos originários desses territórios internacionais foram devidamente categorizados ao longo da pesquisa⁸.

Figura 7 - Exemplo de escravizado proveniente do Congo. Edição de 6 de janeiro de 1882

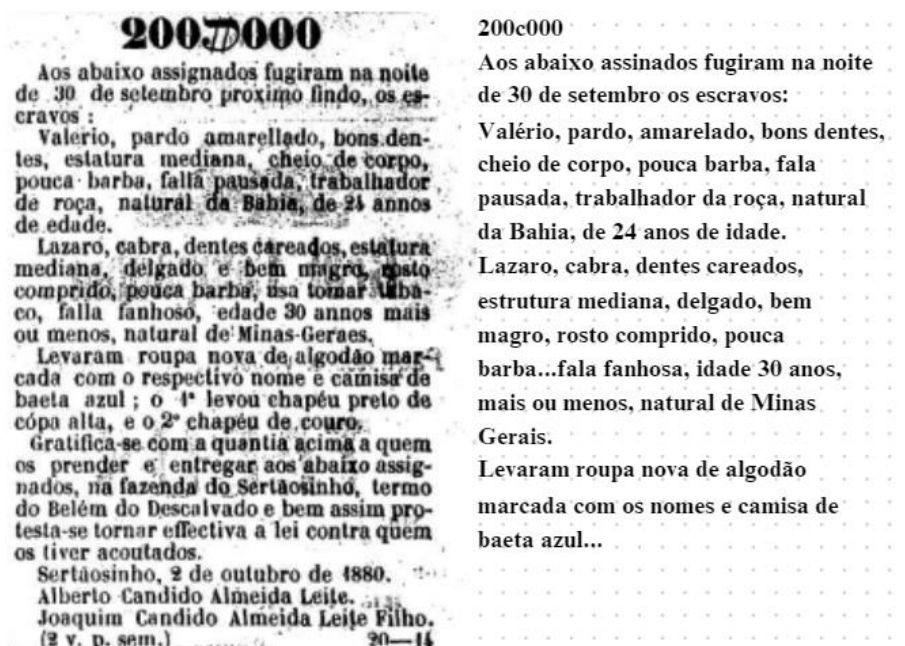


Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

⁸ Para elucidar os dados com relação aos anúncios, a pesquisa priorizou anúncios de escravizados fugidos nascidos no Brasil.

Outra característica desses anúncios refere-se à quantidade de escravizados mencionados em um único bloco. Em algumas situações, os proprietários denunciavam a fuga de mais de um escravizado em um único anúncio, estes por sua vez podendo ser provenientes de diferentes partes do país. Em detrimento disso, contabilizou-se individualmente cada escravizado, sendo agrupado em suas respectivas regiões de origem, como por exemplo:

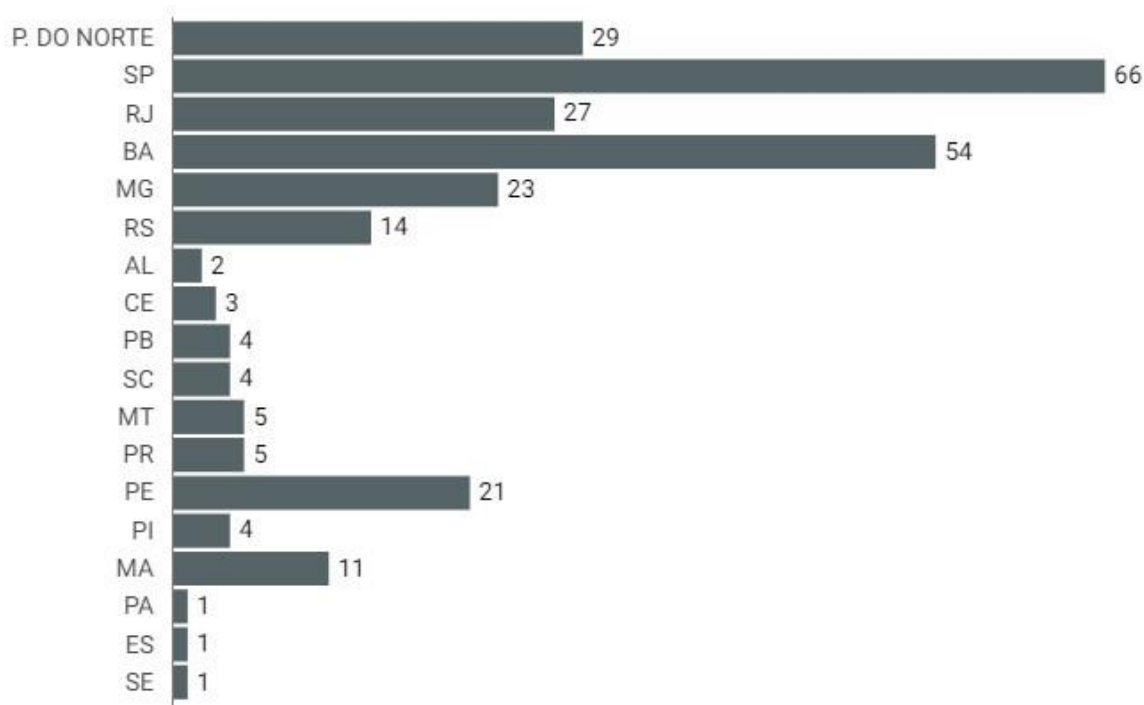
Figura 8 - Recorte extraído do jornal *Província de S. Paulo*



Fonte: Recorte de ocorrência extraído do acervo do ESTADÃO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Além disso, diversos desses anúncios identificados repetiram-se ao longo dos periódicos, o que poderia comprometer uma coleta pura dos dados, uma vez que o foco da pesquisa é identificar a origem desses fugidos. Para mitigar essa questão, a pesquisa adotou um filtro para eliminar os anúncios duplicados em diferentes ocorrências. Assim, o total de escravizados fugidos foi calculado subtraindo o número de ocorrências repetidas para os mesmos escravizados, tendo assim como resultado o total de “anúncios únicos”, como foi chamado. Com isso, foram identificados escravizados descendentes de diversos estados brasileiros, além de escravizados provenientes de outros países.

Gráfico 2 - Distribuição de escravizados fugidos por região do Brasil anunciados no “Província de S. Paulo”



Fonte: ESTADÃO. Escravizado fugido. Acervo Estadão. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

2.2 Identificando a terra natal dos escravizados fugidos

Com base na análise dos anúncios de fugitivos publicados entre 1875 e 1884, foi possível obter informações sobre suas origens natais. Dentre os 766 anúncios identificados pela pesquisa dentro de período, 740 referiam-se a anúncios de escravizados em fuga. O restante tratava de conteúdos paralelos ao termo, como casos policiais ou anúncios de vendas. Dos 740 anúncios, por sua vez, 465, correspondendo a aproximadamente 62,84% do total, referiam-se a escravizados fugidos, mas sem dados sobre suas devidas origens. Já nos 275 anúncios restantes foi possível identificar suas devidas terras de origem, e divididas por região e estado. Quando distribuídos regionalmente, identificam-se 117 indivíduos da região Sudeste; 23 do Sul; 5 do Centro-Oeste; 129 do Nordeste e 1 do Norte⁹:

⁹ A divisão regional adotada neste estudo segue a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em suas divisões regionais. Essa abordagem foi necessária devido à identificação de ocorrências de escravizados naturais do Pará, atual região Norte, e de escravizados provenientes das "províncias do norte", que

Tabela 1 - Distribuição regional dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo”

Ocorrência por região (1875-1884)	
Sudeste	117
Sul	23
Centro-Oeste	5
Nordeste	129
Norte	1

Fonte: ESTADÃO. **Escravidão fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

A significativa presença de escravizados provenientes do Nordeste encontra sua justificativa na raiz colonialista do século XVIII e XIX desse processo, conforme observado por Rodrigues e Silva (2017). No que tange às políticas intervencionistas do Estado voltado à colonização e imigração da região Nordeste do Brasil, contata-se a existência de intencionalidades específicas na formulação e implementação dessas iniciativas. Entre os principais objetivos, destacam-se: a ocupação de territórios fronteiriços com a América do Sul, anteriormente sob domínio espanhol; a manutenção da soberania nacional sobre áreas reconhecidas internacionalmente; a exploração de vastas regiões do interior ainda inexploradas e a integração entre sertão e litoral, promovida por meio do processo de colonização e imigração. Essa implantação de colônias militares insere-se em um projeto estatal voltado à ocupação territorial e à conversão dos ocupantes em colonos produtivos, mediante um regime militarizado baseado na disciplina e em normativas jurídicas específicas ao contexto castrense. Ressalta-se que o Estado promoveu, divulgou e implementou políticas migratórias para incentivar o povoamento de regiões interiores, fomentando a formação de colônias e

hoje correspondem à região Nordeste do Brasil. Para mais detalhes sobre as divisões regionais, consultar: *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: 2017* / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

estimulando a chegada de imigrantes espontâneos (Rodrigues; Silva, 2017, p. 73), o que justificaria o movimento mercadológico dos escravizados do Norte no resto do país.

Tabela 2 - Distribuição local dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo” (1875-1884)

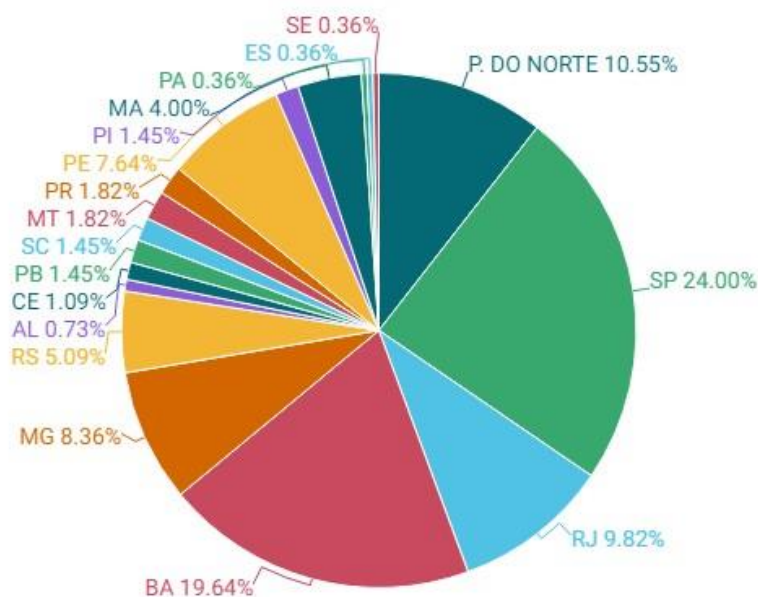
TOTAL DE OCORRÊNCIAS ÚNICAS ENTRE 1875-1884		
Região, internacional ou província	Escravos Identificados	%
P. DO NORTE	29	10.55%
SP	66	24.00%
RJ	27	9.82%
BA	54	19.64%
MG	23	8.36%
RS	14	5.09%
AL	2	0.73%
CE	3	1.09%
PB	4	1.45%
SC	4	1.45%
MT	5	1.82%
PR	5	1.82%
PE	21	7.64%
PI	4	1.45%
MA	11	4.00%
PA	1	0.36%
ES	1	0.36%
SE	1	0.36%

Fonte: ESTADÃO. **Escravidado fugido**. Acervo Estadão. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

2.3 Perfil regional e breve contexto histórico dos escravizados fugidos

Analisando individualmente os estados e regiões provinciais de que os escravizados procedem, observa-se que a província de São Paulo, com 66 escravizados fugidos, aproxima-se da Bahia, que registra 54 casos. Escravizados foragidos nascidos nessas duas províncias foram os mais frequentemente identificados, totalizando 43,64% dos anúncios entre 1875 e 1884.

Gráfico 3 - Distribuição proporcional por região do Brasil dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo” - Total, de 1875-1884



Fonte: ESTADÃO. **Escravidado fugido**. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

Outras províncias notórias são a do Rio de Janeiro, com 27 escravizados fugidos e do Rio Grande do Sul, com 14. Ambas as regiões mantinham, desde o século XVIII, uma correlação econômica, como colocado por Osório (2005, p.16):

Quanto à origem dos escravos, verificamos um equilíbrio entre crioulos e africanos na população do Rio Grande, com uma pequena superioridade dos primeiros sobre os segundos. Contrariamente, os africanos predominaram, e de forma marcante, no período 1810-1825 no Rio de Janeiro. Estas diferenças devem-se ao fato da capitania não estar diretamente vinculada ao tráfico atlântico de escravos e ter uma economia basicamente de abastecimento interno à própria colônia, enquanto o Rio de Janeiro configurava-se como o principal porto do tráfico negro da América portuguesa.

A autora argumenta que a predominância de plantéis de até quatro escravizados no Rio Grande do Sul era expressiva, representando 52% do total, enquanto 78% dos proprietários possuíam, no máximo, nove cativos. Essa configuração os classificaria como pequenos proprietários no contexto ainda da América Portuguesa. No entanto, ao analisar o meio rural do Rio de Janeiro, observa que, entre 1790 e 1830, os plantéis de 1 a 4 escravizados variavam entre 10 e 20% do total de proprietários, enquanto aqueles que possuíam entre 20 e 49 cativos estavam amplamente disseminados entre a população livre, configurando-se como uma base econômica da sociedade em uma forma comum de investimento. Além disso, a aquisição dos cativos por

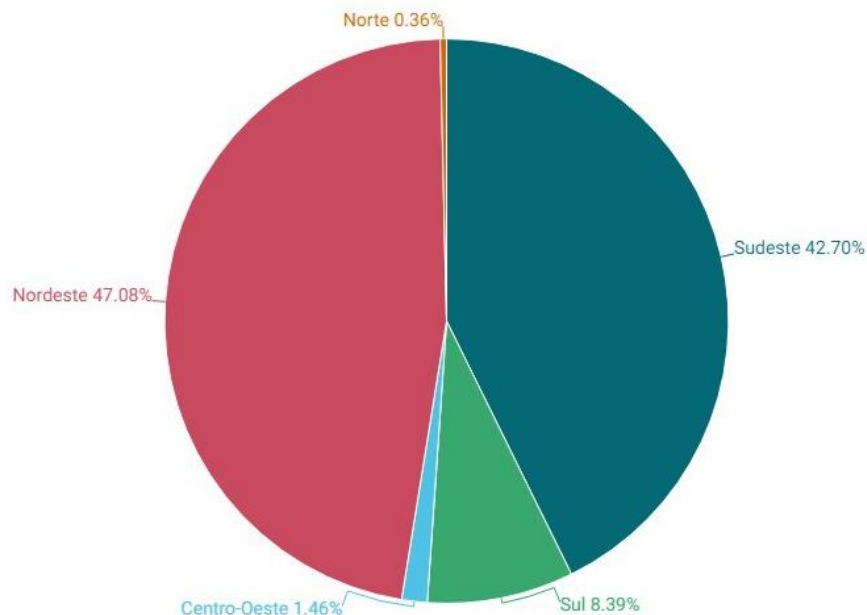
indivíduos de recursos limitados sugere que a mão de obra escravizada era relativamente acessível e abundante, o que possibilitava sua ampla distribuição, inclusive entre ex-escravizados, conhecidos como “forros” ou “libertos” (Osório, 2005).

Ainda sobre as regiões Sul e Sudeste, outro fator dominante e amplamente estabelecido na historiografia brasileira, rebusca no século XVIII a economia colonial, que passou por um processo de diversificação impulsionado pela atividade mineradora (Marquese, 2006). Tal fenômeno resultou no desenvolvimento de uma produção voltada ao abastecimento do mercado interno, como a pecuária do Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco, bem como a produção de mantimentos em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Ademais, a formação de diversos núcleos urbanos nessas cidades contribuiu para o dinamismo econômico interno, baseado sob o aspecto central de sua atividade.

Essa análise reside no fato de que essas atividades – tanto rurais quanto urbanas – baseavam-se na escravidão, com um padrão de posse de cativos distribuído em diferentes estratos de riqueza, não estando restrito exclusivamente aos grandes proprietários de capital ou aos senhores brancos. Para além disso, outro fator nesse cenário foi a expansão acelerada da cafeicultura em direção ao oeste paulista, fenômeno que, ao mesmo tempo em que era impulsionado, também fomentava uma série de processos interdependentes. Dentre eles, destacam-se a ampliação da malha ferroviária, o desenvolvimento do sistema bancário e o crescimento da imigração. Esses fatores contribuíram para a consolidação do chamado complexo cafeeiro (Eiguelman; Saes, 2005).

Analisadas em proporcionalidade, 47,08% das ocorrências de escravizados fugidos eram da região Nordeste, enquanto a segunda maior parcela, de 42,70%, da região Sudeste. Se somadas ainda as regiões Sul e Sudeste, os valores ultrapassam em mais de 50% dos casos de cativos foragidos provenientes dessas terras.

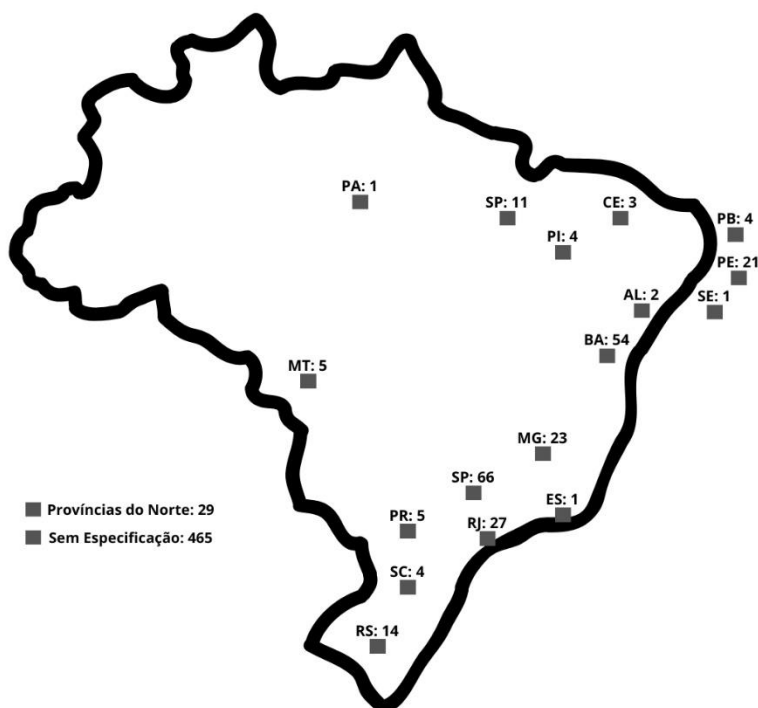
Gráfico 4 - Distribuição proporcional por região do Brasil dos escravizados anunciados no “Província de S. Paulo”



Fonte: Distribuição feita pelo autor a partir do acervo do ESTADÃO. Acervo Estadão. Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/](https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/.). - 1875-1884

Na região Sudeste, a instituição escravista, especialmente em seus últimos anos de vigência, foi compelida a adaptar-se à intensificação da pressão abolicionista. Um desses desafios mais significativo foi a ascensão da vertente radical do movimento abolicionista, que mobilizava amplos setores populares e alcançava até mesmo as senzalas. Embora essa mobilização fosse mais evidente no meio urbano, sua influência não se restringe a esse contexto. Na província de São Paulo, foco desta análise, o abolicionismo radical exerceu forte presença não apenas na capital e em Santos, mas também em áreas cafeeiras desde o início da década de 1880 (Machado, 1994).

Figura 4 - Distribuição nacional das terras descendentes dos escravizados fugidos



Fonte: Distribuição feita pelo autor a partir do acervo do ESTADÃO. Acervo Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/escravo%20fugido/Acervo///1/1870/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das menções a escravizados foragidos no jornal *Província de São Paulo* revela não apenas a recorrência das fugas como estratégia de resistência, mas também a importância das referências de origem dos escravizados quando confrontadas com os devidos contextos históricos. As descrições encontradas nos anúncios frequentemente mencionam traços físicos, habilidades e, em menores casos, a procedência geográfica dos cativos, mas suficientes para evidenciar a diversidade étnica e cultural da população escravizada no Brasil oitocentista.

A identificação das origens dos escravizados nos anúncios não era apenas um elemento de reconhecimento, mas também um fator que influenciava sua inserção na estrutura escravista. Cativos provenientes de determinadas regiões africanas ou de outras partes do Brasil eram associados a características específicas, o que influenciava sua valorização no mercado e sua relação com os senhores. Além disso, a manutenção de laços culturais e linguísticos entre indivíduos de mesma origem sugere que as fugas, muitas vezes, não eram atos isolados, mas

estratégias organizadas dentro de redes de apoio formadas por escravizados que compartilhavam vínculos regionais.

Dessa forma, ao investigar as referências às terras de origem nos registros de escravizados foragidos, este estudo reforça a relevância da identidade e da memória coletiva na resistência à escravidão. A reconstrução dessas histórias permite uma compreensão mais ampla das experiências dos cativos e de suas tentativas de reaproximação com suas raízes, mesmo diante das adversidades impostas pelo regime escravista.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAPTISTA, L. **Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dois liberais críticos? O momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889)**. 2019. Tese (Doutorado) — [s.n.], 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. **Separata dos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História**, Campinas, 1971.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CORREA, Rubens Arantes. A Província de São Paulo (1875-1889): a trajetória de um jornal na transição Monarquia-República. **Projeto História, São Paulo**, v. 78, p. 122-157, set./dez. 2023.

EIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. (Brasiliana, v. 370). (Série Estudos e Pesquisas – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 14).

GEBARA, Ademir. **Escravidão: fugas e controle social**. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 18, n. Especial, p. 103-146, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edusp, 1994. p. 143.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, mar. 2006. Disponível

em:

https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?utm_source=chatgpt.com#.
Acesso em: 05 fev. 2025.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-80.

O ESTADO DE S. PAULO. Páginas da edição de 04 de setembro de 1883 – p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830904-2538-nac-0001-999-1-not/busca/escravo>. Acesso em: 09 fev. 2025.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. In: **II Jornada de História Regional Comparada**, Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 1-16.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**, 2017.

SAES, Flávio A. M. de. **As ferrovias de São Paulo**, 1870-1940.

SOUSA, B. J. **Dicionário da Terra da Gente do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

DESAFIOS AO INGRESSO DA MULHER RURAL COMO PACE NO PROGRAMA SUSTENTA: CASO DA PROVÍNCIA DE NIASSA, MOÇAMBIQUE

JAMISSE, Isabel Fernando Mapapa¹; ALMEIDA, Almeida Joao².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-570>

RESUMO

A inclusão da mulher rural no desenvolvimento agrário em Moçambique, especialmente no Niassa, enfrenta desafios persistentes. O Programa SUSTENTA promove a integração de pequenos produtores via o modelo PACE (Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes). No entanto, as mulheres ainda enfrentam várias barreiras para participar. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios que limitam o ingresso da mulher rural como PACE na província do Niassa. A pesquisa utilizou uma abordagem mista com predominância qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres PACEs e não PACEs e técnicos do Programa SUSTENTA, complementadas por observação direta e análise documental. Os resultados demonstram que os critérios formais de seleção, como posse de DUAT, capacidade técnica, integração de 100 pequenos produtores e gestão de pacotes financeiros complexos são desajustados à realidade da maioria das mulheres rurais. Barreiras adicionais incluem a ausência de documentos de identificação, baixa literacia, normas patriarcais e fraca presença institucional nos distritos. Apesar das dificuldades, registou-se um crescimento do número de mulheres PACEs entre 2020 e 2023, sinalizando potencial de inclusão quando há apoio direcionado. Conclui-se que, para garantir justiça social, é necessário rever os critérios do programa, implementar ações afirmativas e fortalecer os mecanismos de capacitação e apoio técnico às mulheres rurais.

Palavras-chave: SUSTENTA; mulher rural; PACE; agricultura; Moçambique.

ABSTRACT

The inclusion of rural women in agricultural development in Mozambique, especially in Niassa, faces persistent challenges. The Integrated Program for Sustainable Agricultural Development (SUSTENTA Program) promotes the integration of small producers through the PACE model (Emerging Smallholder Commercial Farmers). However, women still encounter several barriers to participation. This study aimed to analyze the challenges that limit the entry of rural women as PACE members in Niassa Province. The research adopted a mixed-methods approach with a predominance of qualitative methods, of a descriptive and exploratory nature. Semi-structured interviews were conducted with PACE and non-PACE women, as well as SUSTENTA Program technicians, complemented by direct observation and document analysis. The results show that formal selection criteria such as holding a Land Use and Benefit Right (DUAT), technical capacity, integration of 100 small producers, and management of complex financial packages are misaligned with the reality of most rural women. Additional barriers include the lack of identification documents, low literacy levels, patriarchal norms, and weak institutional presence in the districts. Despite these difficulties, there was an increase in the number of female PACEs between 2020 and 2023, indicating potential for inclusion when targeted support is provided. It is concluded that, in order to ensure social justice, it is necessary to revise the program's criteria, implement affirmative actions, and strengthen capacity-building and technical support mechanisms for rural women.

Key-words: SUSTENTA; rural women; PACE; agriculture; Mozambique.

¹ Universidade Rovuma-Extensão do Niassa. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. Licenciada pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal pela Universidade Eduardo Mondlane. *E-mail:* isabelmapapa@gmail.com

² Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. *E-mail:* almeidajmucuna@gmail.com

INTRODUÇÃO

A participação efetiva das mulheres rurais em programas de desenvolvimento agrário é fundamental para a transformação socioeconômica de Moçambique, especialmente na Província do Niassa, onde a agricultura é o principal meio de subsistência para mais de 90% da população. O Programa Integrado de Desenvolvimento Agrário Sustentável (SUSTENTA), lançado pelo Governo de Moçambique e financiado em parte pelo Banco Mundial, visa integrar pequenos produtores nas cadeias de valor agroflorestais, promover o uso sustentável dos recursos naturais e garantir a segurança fundiária por meio da emissão de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT's) (World Bank, 2019). Apesar do potencial transformador do programa, as mulheres rurais enfrentam diversas barreiras que dificultam seu acesso equitativo, limitando o seu ingresso como Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes (PACE).

As explorações agrícolas lideradas por mulheres em Niassa apresentam um déficit produtivo de até 60% em relação às lideradas por homens, o que está relacionado à menor disponibilidade de insumos agrícolas, tecnologias apropriadas, assistência técnica e acesso a mercados (Aluoch, 2024). Isso reflete desigualdades estruturais de gênero que limitam a autonomia das mulheres em decisões produtivas e comerciais. Soma-se a isso o fato de que apenas uma minoria de mulheres possui formalmente o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), apesar de iniciativas como o “Terra Segura”, o que compromete sua elegibilidade para financiamento e outros benefícios do SUSTENTA (Santpoort *et al.*, 2021).

Apesar do discurso oficial de inclusão de gênero, a realidade revela que os mecanismos operacionais do SUSTENTA ainda são pouco sensíveis às desigualdades de base que afetam as mulheres agricultoras. Estudos sobre políticas de reassentamento e compensações agrárias também mostram que, em contextos de grandes investimentos, as mulheres recebem frequentemente compensações simbólicas ou sequer são consultadas nos processos de negociação (Santpoort *et al.*, 2021; Salcedo-la Viña; Boehm, 2018).

Nesse contexto, torna-se essencial compreender quais mecanismos têm limitado o acesso efetivo das mulheres ao Programa SUSTENTA, em especial no que diz respeito ao seu ingresso como PACE na Província do Niassa. Este estudo tem como objetivo principal analisar os desafios que limitam o ingresso da mulher rural como PACE nesse contexto. Para tal, foram definidos três objetivos específicos: (i) identificar os critérios e procedimentos de seleção para o ingresso como

PACE no âmbito do Programa SUSTENTA; (ii) examinar os fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que dificultam a participação da mulher rural; e (iii) descrever as percepções das mulheres rurais e dos atores locais sobre as barreiras e oportunidades de inclusão no Programa.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 A mulher rural em Moçambique: condições socioeconômicas, culturais e institucionais

A mulher rural moçambicana representa mais de 60 % da produção agrícola familiar, além de exercer papéis reprodutivos e comunitários (FAO, 2021). Apesar disso, enfrenta desigualdades graves no acesso a terra, insumos, crédito e assistência técnica, o que limita sua autonomia e operação em programas públicos de apoio (MINAG, 2019).

No plano jurídico, a Lei de Terras de 1997, que reconhece o uso consuetudinário, ainda mantém o acesso formal à propriedade via DUAT majoritariamente em mãos masculinas, com apenas cerca de 20% dos registros em nome de mulheres (Adriano; Machaze, 2016 *apud* FAO, 2021; Cabral; Norfolk, 2016). Essa tendência mostra um “déficit de eficácia na aplicação da lei em contextos locais”, reforçando a prevalência dos costumes patriarcais sobre normas estatutárias (Walker, 2020).

Em contrapartida, práticas mais recentes vêm integrando sistemas consuetudinários e estatutários de forma sensível ao gênero. Balas et al. (2024) apresentam iniciativas de “*gender-responsive good practices in documenting customary and statutory land in Mozambique*”, que combinam mapeamento participativo e co-titularidade (casal), reforçando a segurança fundiária feminina. No norte e centro do país, essa abordagem tem permitido a emissão de DUATs compartilhados e a redução dos riscos de despejo a favor de mulheres (Balas *et al.*, 2024).

A educação também apresenta desafios. O INE (2022) aponta que o nível médio de instrução das mulheres rurais é inferior à 5ª classe, restringindo acesso à informação e assistência técnica. Essa discriminação educativa está enraizada nos costumes que priorizam a educação masculina, replicando-se na exclusão de espaços públicos e decisórios (LandLinks, s.d.; FAO, 2017).

As normas patriarcais definem a trajetória de vida das mulheres rurais, impondo-lhes uma tripla jornada, sendo ela a produtiva, reprodutiva e comunitária que limita tempo e mobilidade para atividades produtivas e políticas (Whitehead; Tsikata, 2003 *apud* Kaarhus, 2011). A

presença feminina em conselhos locais continua baixa, e o modelo de crédito rural exige garantias formais, pouco acessíveis às mulheres (LandLinks, s.d.; Porsani; Lalander, 2017).

Além disso, ataques ao modelo comunitário de posse de terra favorecem a marginalização feminina. Estudos sobre grandes aquisições de terra (e.g., Grupo Madal) mostram que as mulheres chefes de família são as mais prejudicadas, com perda de acesso, terra de qualidade inferior e aumento da insegurança fundiária (LandLinks, s.d.; Porsani; Lalander, 2017).

Programas de apoio e empoderamento que ignoram as questões de gênero podem agravar desigualdades (Walker, 2020). Por isso, políticas agrárias devem incluir ações afirmativas voltadas para as mulheres, com tecnologia *labor-saving*, extensão rural adaptada e foco em cooperativas femininas.

Há, entretanto, avanços importantes. Iniciativas de apicultura lideradas por mulheres em Sofala, implementadas pela UN Women, melhoram renda familiar e promovem práticas agrícolas sustentáveis (UN Women, 2024). A experiência FitForPurpose Land Administration também tem sido aplicada em Moçambique, com auditoria participativa e sistemas de segurança fundiária que levam em conta o contexto rural e a inclusão de mulheres (Azevedo et al., 2021; Balas et al., 2024).

Para além das dificuldades no acesso formal à terra, as mulheres rurais enfrentam severos obstáculos relacionados à documentação civil e fiscal. Estima-se que apenas 34% da população moçambicana possui Bilhete de Identidade, sendo este um entrave crítico ao exercício da cidadania plena e à participação em programas de desenvolvimento rural (Bonde, 2024). A situação agrava-se quando se considera o registro de nascimento: segundo a DHS (2024), a taxa nacional caiu de 49% em 2017 para 32% em 2024, com a província do Niassa apresentando os níveis mais baixos do país. Essa falta de documentação básica impede o acesso a serviços públicos, programas de apoio produtivo e financiamento agrícola.

Esta realidade tem sido apontada por organizações nacionais e internacionais como uma das causas estruturais da exclusão das mulheres rurais. A DW (2018) alerta que a invisibilidade legal da população rural, sobretudo das mulheres, é uma das principais limitações ao seu desenvolvimento econômico e social, com efeitos diretos sobre a sua elegibilidade em programas como o SUSTENTA.

Outra dimensão importante da exclusão é o acesso desigual à informação institucional. Apesar da existência de políticas inclusivas, muitas mulheres rurais desconhecem os seus

direitos, os critérios de acesso aos programas ou sequer compreendem as oportunidades disponíveis. A AIM (2022) destaca que, em várias províncias, incluindo o Niassa, a comunicação governamental não chega de forma clara e estruturada às zonas rurais, dificultando a participação das mulheres em iniciativas como o SUSTENTA.

Mesmo quando há uma tentativa de promover inclusão produtiva, como é o caso do modelo PACE no Programa SUSTENTA, os resultados continuam desiguais. O Observatório do Meio Rural (OMR, 2023) indica que, em termos nacionais, apenas cerca de 8% dos PACEs são mulheres, apesar de representarem mais de 50% da força de trabalho agrícola. Tal discrepância evidencia que os mecanismos de seleção e os critérios de elegibilidade ainda não estão suficientemente ajustados à realidade feminina rural.

Os desafios enfrentados pela mulher rural em Moçambique mostram como sua inclusão em programas públicos, como o SUSTENTA, não é automática. Para entender as possibilidades e limitações dessa participação, é importante analisar os princípios, critérios e funcionamento do Programa SUSTENTA e a figura do PACE, tema que será abordado na próxima seção.

1.2 O Programa SUSTENTA e a figura do PACE: princípios, critérios e funcionamento

O Programa SUSTENTA, coordenado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e promover produtores com perfil comercial, chamados de PACE, que significa “Pequenos Agricultores Comerciantes Emergentes” (MINAG, 2020). Esses produtores são pequenos e médios agricultores com capacidade produtiva e potencial para comercialização organizada, inseridos em cadeias produtivas prioritárias.

Portanto, os critérios de elegibilidade para que um agricultor seja reconhecido como PACE, conforme o Manual de Operacionalização do Programa SUSTENTA, são (MADER, 2025):

-  Área produtiva mínima: Possuir pelo menos 10 hectares cultivados em culturas elegíveis para comercialização, ou produção equivalente em outras atividades agropecuárias;
-  Histórico comprovado de produção e comercialização: Demonstrar produção regular e vendas no mercado local ou regional nos últimos dois anos;

- ✚ Organização: Fazer parte de uma unidade familiar produtiva ou integrar cooperativas e associações formalizadas, com capacidade comprovada de gestão e negociação;
- ✚ Capacidade técnica: Adotar práticas agrícolas sustentáveis e estar disponível para participar em treinamentos e assistência técnica do programa;
- ✚ Capacidade de gestão financeira: Ter aptidão para administrar recursos financeiros, incluindo acesso e uso adequado do crédito agrícola;
- ✚ Residência e atuação na área rural: Comprovar residência e envolvimento direto nas atividades agrícolas no meio rural.

O processo de seleção dos PACE no Programa SUSTENTA inclui visitas técnicas, avaliação socioeconômica e validação comunitária, com prioridade a grupos vulneráveis, especialmente mulheres e jovens (MADER, 2025). Essa abordagem busca garantir legitimidade local e inclusão social, promovendo equidade no acesso aos recursos produtivos.

Apesar dessas diretrizes, estudos recentes indicam que mulheres rurais enfrentam dificuldades específicas para cumprir esses requisitos, sobretudo pela limitação no acesso à terra formal, crédito e capacitação (Balas et al., 2024; Walker, 2020). A concentração da posse da terra em homens e a falta de garantias formais dificultam o enquadramento das mulheres como PACE (Cabral & Norfolk, 2016; Adriano & Machaze, 2016). Para ampliar a inclusão feminina, é fundamental que o SUSTENTA incorpore ações afirmativas, como documentação conjunta de terras, crédito direcionado a mulheres e extensão rural com abordagem de gênero (Balas et al., 2024; UN Women, 2024).

Assim, essas barreiras estruturais não apenas limitam o acesso das mulheres ao estatuto de PACE, mas também perpetuam a desigualdade de gênero no meio rural, contrariando os princípios de inclusão do próprio programa. Sem medidas corretivas específicas, o SUSTENTA corre o risco de reforçar padrões excludentes já consolidados, deixando de atingir um dos seus principais objetivos: o desenvolvimento agrícola sustentável com justiça social.

1.3 Percepções e vozes locais sobre inclusão e exclusão no acesso ao SUSTENTA

A adoção de abordagens participativas na avaliação de programas públicos, como o SUSTENTA, revela-se fundamental para captar as percepções e experiências das comunidades beneficiárias. A inclusão ativa dos agricultores, sobretudo dos grupos historicamente marginalizados, proporciona uma compreensão aprofundada dos mecanismos de inclusão e

exclusão que condicionam o sucesso ou insucesso das políticas públicas (Chambers, 1994; Cleaver, 2012). As percepções locais constituem um elemento essencial para aferir a legitimidade do programa, a confiança nas instituições responsáveis e a adequação dos critérios de seleção, impactando diretamente o engajamento dos beneficiários (Ribot & Peluso, 2003).

As teorias contemporâneas sobre acesso e exclusão enfatizam que o cumprimento dos critérios formais não assegura, por si só, o usufruto efetivo dos recursos disponibilizados. Ribot e Peluso (2003) argumentam que o acesso é determinado por uma complexa rede de direitos, poderes e relações sociais que definem quem pode controlar e se beneficiar dos recursos. No contexto rural moçambicano, tal análise é particularmente pertinente, dado o peso das normas patriarcais, das relações “clientelistas” e das desigualdades econômicas que restringem o acesso de mulheres e jovens ao Programa SUSTENTA (Levy, 2014; Whitehead & Tsikata, 2003).

A implementação do Programa SUSTENTA em diversas províncias evidencia essas limitações. Estudos em Niassa e Zambézia demonstram que pequenos produtores, especialmente mulheres, sentem-se excluídos devido à rigidez dos critérios formais, como a exigência de posse formal da terra (DUAT) e comprovação de comercialização (Balas et al., 2024; MADER, 2025). Em Niassa, um levantamento participativo coordenado por organizações locais em 2023 revelou que mulheres líderes comunitárias frequentemente não têm seus direitos fundiários formalmente reconhecidos, ainda que desempenhem atividades produtivas e comerciais relevantes (UN Women, 2024). Essa exclusão é intensificada por práticas patriarcais que dificultam o acesso à documentação oficial, requisito indispensável para a qualificação como PACE.

Na província de Gaza, entre 2021 e 2023, a falta de comunicação clara sobre os critérios de seleção, bem como a centralização das decisões nos conselhos locais, comprometeram o acesso de mulheres e jovens, que, em virtude de barreiras culturais e sobrecarga de tarefas domésticas, não participam das reuniões de validação comunitária (Chinsinga, 2019; MADER, 2025). Tal conjuntura deu margem a denúncias de favoritismo, prejudicando a credibilidade do programa. Em Cabo Delgado, relatos da sociedade civil em 2022 indicam que o modelo de crédito rural não contempla as especificidades das mulheres chefes de família, as quais frequentemente não dispõem de garantias formais, limitando seu acesso ao financiamento (Walker, 2020).

Experiências comparativas na Tanzânia e Malawi reforçam que a inclusão efetiva requer a flexibilização dos critérios formais para reconhecimento da posse comunitária, valorização das

formas tradicionais de produção e a implementação de ações afirmativas, como microcrédito e capacitação técnica dirigida a mulheres e jovens (Mwangi, 2016; Rurangwa & Minang, 2019).

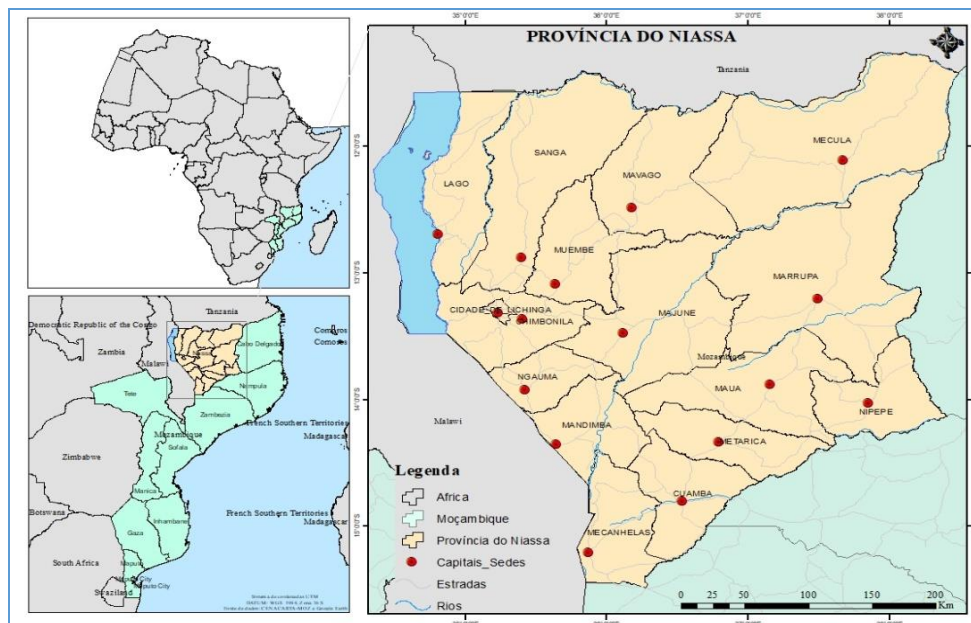
Tais evidências indicam que a exclusão no acesso ao SUSTENTA transcende as barreiras técnicas, refletindo dinâmicas sociais e culturais estruturais. Dessa forma, a incorporação efetiva das vozes das mulheres e jovens por meio de processos participativos e da flexibilização dos critérios é imprescindível para garantir um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. Ademais, a integração contínua das percepções locais deve transcender o caráter formal, configurando-se como um processo coletivo que fomente o empoderamento e a transformação social (Cornwall, 2008; Kabeer, 2012).

Assim, para assegurar a eficácia e a justiça social do Programa SUSTENTA, é imprescindível que as políticas incorporem as especificidades sociais, culturais e econômicas locais, especialmente no que tange às questões de gênero e vulnerabilidade, garantindo que os mecanismos de seleção e apoio atendam de maneira efetiva às necessidades dos grupos mais marginalizados.

2 METODOLOGIA

2.1 Descrição da área de estudo

O estudo foi realizado na província do Niassa, localizada a Norte de Moçambique, na qual faz fronteira com a Tanzânia a norte, o Malawi a oeste (compartilhando o Lago Niassa), com as províncias de Nampula e Zambézia a sul e Cabo Delgado a leste (Figura 1).

Figura 1 – Mapa da província do Niassa

Fonte: os autores

A província do Niassa é a maior do país em extensão territorial, com cerca de 122.827 km² (INE, 2019), e encontra-se dividida em 16 distritos (MINEDH, 2018). Apesar da sua vastidão, apresenta uma baixa densidade populacional. Segundo o Censo de 2017, a população era de aproximadamente 1.453.000 habitantes, sendo atualmente estimada em cerca de 1.800.000, com base na taxa média de crescimento anual (INE, 2023). Esta configuração espacial e demográfica representa desafios significativos para a provisão de serviços e para o desenvolvimento sustentável (Tvedten, 2011; World Bank, 2021).

A principal atividade econômica da província do Niassa é a agricultura de subsistência, com destaque para culturas como milho, mandioca e feijão (INE, 2017; MINAG, 2020). Esta atividade depende fortemente do clima tropical úmido a subúmido da região, caracterizado por uma estação chuvosa entre novembro e abril (DNM, 2021). Apesar das boas condições naturais, a produção é vulnerável à variabilidade climática e à fraca infraestrutura agrícola (FAO, 2019; World Bank, 2021).

2.2 Método da pesquisa

2.2.1 Abordagem e tipo de pesquisa

Esta pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa (mista) com predominância de qualitativa, descritiva e exploratória, por ser a mais adequada para compreender a realidade das

mulheres rurais no Programa SUSTENTA como Produtoras Agrárias Comerciantes Emergentes (PACE). A abordagem quali-quantitativa permite captar percepções e experiências em profundidade, considerando o contexto cultural e institucional (Creswell, 2014).

O caráter descritivo foi importante para detalhar procedimentos institucionais e fatores de exclusão, fornecendo um retrato fiel da situação (Gil, 2008). A vertente exploratória justifica-se pela escassez de estudos sobre este tema no Niassa, permitindo identificar variáveis e fatores ainda pouco conhecidos (Lakatos & Marconi, 2010). Assim, essa combinação dos diferentes métodos de pesquisa aqui usada oferece um quadro adequado para analisar tanto as experiências sociais quanto os processos institucionais do programa SUSTENTA ao nível da província do Niassa.

2.2.2 Procedimento da pesquisa

A pesquisa seguiu três etapas principais: consulta bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A consulta bibliográfica fundamentou o estudo, permitindo compreender a participação da mulher rural no Programa SUSTENTA, conforme Gil (2017) e Lakatos e Marconi (2017). A análise documental envolveu a sistematização de documentos oficiais e relatórios, enriquecendo a confiabilidade dos dados e identificando os critérios institucionais do programa, conforme Yin (2015) e Bowen (2009).

A pesquisa de campo ocorreu entre março e abril de 2025, nos distritos de Cuamba, Mecanhelas e Lago, escolhidos pela relevância agrícola e diversidade socioeconômica destes locais. Neste sentido, a recolha de dados foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas e observação direta. A entrevista foi fundamental para aferir a percepção das mulheres rurais, técnicos e atores locais sobre as barreiras e oportunidades de inclusão no Programa SUSTENTA, enquanto a observação direta possibilitou aos pesquisadores observarem *in loco* a realidade do programa no terreno sobre o curso da implementação do programa, olhando mais a questão da participação das mulheres como PACES (Amado, 2017).

A pesquisa abrangeu um total de vinte (20) participantes, sendo nove (9) mulheres rurais PACES e seis (6) mulheres não PACES, três (3) técnicos do Serviço Distrital de Atividades Econômicas, um (1) Técnico do Serviço Provincial de Atividade Econômica e um (1) técnico do Fundo de Apoio Pecuário e Extensão Rural (FAR), todos estes ligados diretamente com o programa SUSTENTA.

2.3 Análise de dados

A análise de dados foi feita por meio das técnicas de triangulação de dados e análise de conteúdo. A técnica de triangulação de dados foi usada com intuito de maior extensão da descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo, através da combinação dos obtidos da revisão da literatura, documental e as entrevistas, como sustenta Triviños (1987). Enquanto a análise de conteúdo foi usada porque permite ao pesquisador sintetizar, através da manipulação das mensagens tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a mesma da mensagem (Bardin, 1977).

Por questões éticas de investigação, foi ocultada a identidade dos participantes. Assim, para as mulheres PACES, foi usado o código "MP", que significa “Mulher PACE”, seguido de número (1 a 9), e “MNP”, que significa “Mulher Não PACE”, seguido de número (1 a 6), “TSDAE”, que significa “Técnico do Serviço Distrital de Atividade Econômica”, seguido de número (1 a 3), “TSPAÉ”, que significa Técnico do Serviço Provincial de Atividade Econômica.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Critérios e procedimentos de seleção para o ingresso como PACE no âmbito do Programa SUSTENTA

Os dados recolhidos junto às mulheres PACES e aos técnicos distritais, bem como a documentação do processo de implementação do Programa SUSTENTA³ na Província do Niassa, revelam que o ingresso como PACE é feito por uma combinação de critérios técnicos, administrativos, organizacionais e contextuais. Este processo inicia-se com chamadas públicas para candidaturas, amplamente divulgadas através de órgãos de comunicação social, Serviço Provincial de Atividades Econômicas (SPAÉ), Direção Provincial de Agricultura e Pescas (DPAP), governos distritais e estruturas locais, como os postos administrativos e lideranças comunitárias.

Durante os eventos de divulgação, que contaram com a participação de produtores, dirigentes políticos, líderes comunitários e religiosos, sociedade civil e academia, os técnicos do Ministério da Agricultura e seus representantes distritais apresentaram os critérios de

³ República de Moçambique, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. *Programa SUSTENTA: Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas*. Maputo: MADER, 2025, p. 25.

elegibilidade, metas por distrito e prazos para candidatura. Após essa fase, os interessados dirigiam-se aos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE), onde formalizavam a candidatura mediante o preenchimento de um formulário próprio e a apresentação dos seguintes documentos: Bilhete de Identidade ou Cartão de Eleitor, DUAT ou declaração de posse de terra emitida pelo SDAE, lista de 100 PAs integrados e o comprovativo do valor exigido pelo pacote tecnológico.

Além disso, era exigido que os candidatos aderissem a uma das cadeias de valor promovidas pelo programa, integrando no mínimo 100 PA, com áreas produtivas mínimas de 1,5 hectares por produtor, comprometendo-se a fornecer insumos, assistência técnica, mecanização e garantir a compra da produção por via de contratos e acordos de pré-compra. Também se exigia o cumprimento de normas ambientais e sociais, plano de restauração e não possuir incumprimentos com instituições financeiras ou estatais.

Os critérios de elegibilidade formal estabelecem assim uma barreira significativa à entrada, sobretudo para mulheres e pequenos agricultores que operam na informalidade ou sem os requisitos administrativos completos. Conforme relatado por uma das entrevistadas (MP1): *“Para entrar, precisamos mostrar documentos, ter terra... não era só querer, havia muita exigência”*. Outra participante (MP4) destacou: *“Nós não temos como pagar esses valores todos, nem conseguimos juntar tantos pequenos agricultores para trabalhar conosco”*. Estes testemunhos evidenciam o fosso entre os requisitos formais e a realidade socioeconômica da maioria das produtoras rurais.

Estes aspectos observados estão em concordância com a crítica de Cabral e Norfolk (2016), que apontam para a tendência dos programas agrícolas estruturados sobre critérios uniformizados em favorecerem produtores já capitalizados, excluindo aqueles que se encontram em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica. Balas et al. (2024) reforçam que a lógica economicista que orienta o SUSTENTA desconsidera práticas tradicionais e limita o acesso das mulheres rurais aos recursos públicos.

Adicionalmente, o processo de seleção inclui etapas de verificação documental e visitas de campo, para confirmação da área de produção declarada, comprovação dos produtores integrados num raio de 5 km e das infraestruturas de armazenamento disponíveis. Esta fase de apuramento acrescenta uma dimensão prática ao processo, mas também incorpora variabilidades contextuais, pois, como relatou uma PACE (MP6), *“No nosso distrito, foi preciso mostrar que o*

chefe do posto nos conhece. Isso ajudou”. Este testemunho revela a importância de relações informais e de poder na mediação do acesso, o que se alinha com a análise de Ribot e Peluso (2003) sobre os mecanismos sociais de acesso aos recursos, baseados em autoridade local, legitimidade e redes de influência.

Outro critério relevante prende-se com a adequação do candidato às culturas fomentadas pelo programa, conforme indicado na tabela 1.

Tabela 1- Pacotes e critérios agroecológicos para adesão como PACE – Província do Niassa

Pacote	Culturas Praticadas	Zona	Intervalo de Precipitação (mm)	Distritos Abrangidos	Custo do Pacote (MZN)
1	Soja, Feijões, Girassol, Milho, Batata Reno	Altas	1000 a 1400	Lichinga, Chimbonila, Sanga, Muembe, Ngauma, Mavago, Majune e Mandimba	14.226
2	Milho, Feijões, Gergelim	Baixa	800 a 1000	Marrupa, Maua, Metarica, Cuamba, Mandimba, Nipepe, Mavago e Mecanhelas	14.625
3	Hortícolas	Altas	1000 a 1400	Lichinga, Chimbonila, Sanga, Lago e Muembe	(não indicado)
4	Arroz e Feijão Nhemba	Baixa	800 a 1000	Mecanhelas	16.713

Fonte: os autores

A distribuição dos pacotes revela uma lógica agroecológica, baseada na precipitação e aptidão produtiva, mas também reforça a desigualdade territorial no acesso, pois nem todos os distritos têm acesso aos mesmos pacotes ou oportunidades de inserção. Para os produtores fora dos eixos agroindustriais e logísticos prioritários, como em zonas remotas, os custos logísticos e organizacionais tornam-se ainda mais proibitivos.

Assim, como se pode observar, os critérios de seleção para o ingresso como PACE no Programa SUSTENTA revelam um processo estruturado e formalizado que limita o acesso das mulheres e pequenos produtores menos estruturados. A articulação entre critérios formais e práticas informais, bem como a exigência de capacidades financeiras e técnicas elevadas, sugere que o programa, tal como implementado, tende a favorecer agricultores já inseridos em lógicas de mercado, em detrimento de uma inclusão mais ampla e equitativa das populações rurais moçambicanas.

3.2 Fatores que dificultam a participação da mulher rural no programa SUSTENTA

A participação das mulheres no Programa SUSTENTA encontra-se condicionada por uma combinação de fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que limitam significativamente a sua inclusão enquanto PACEs. Um dos principais obstáculos é a falta de documentos de identificação e de legalização da posse da terra. A maior parte das mulheres entrevistadas não possui Bilhete de Identidade (BI) nem o DUAT em nome próprio, mesmo em zonas onde predominam linhagens matrilineares. Como explicou uma das participantes (MP2), *“a terra é da família, mas o DUAT está no nome do meu irmão. Eu não posso usar para o programa”*. Esta realidade confirma os estudos de Walker (2020) e de Adriano & Machaze (2016), que indicam que os direitos formais das mulheres à terra em Moçambique raramente se traduzem em autonomia prática sobre os recursos produtivos.

Neste sentido, dados oficiais mostram que apenas 34% da população moçambicana possui BI, enquanto 55% dispõe de certidão de nascimento (Bonde, 2024). Na província do Niassa, segundo a UNICEF (2024), apenas 28% das crianças menores de cinco anos têm registro de nascimento, o que representa um desafio significativo para a implementação de direitos básicos e para a construção de uma cidadania plena. A DHS (2024) reforça esta preocupação ao mostrar que a taxa nacional de registro de nascimento caiu de 49% em 2017 para 32% em 2024. Como reporta a DW (2018), esta ausência de registro civil e documental constitui uma das maiores limitações ao desenvolvimento das mulheres nas zonas rurais.

Mesmo quando os Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE) tentam emitir uma declaração provisória com base na auscultação pública por testemunhas e líderes comunitários, muitas mulheres não conseguem atingir o mínimo de 10 hectares exigido pelo programa, tendo em média apenas 2 hectares. Isto torna inviável a sua candidatura. Algumas mulheres referiram ainda não possuir recursos para suportar os custos do DUAT, desconhecendo que, segundo o artigo nº 29 da Lei nº 19/97, a utilização da terra é gratuita para explorações familiares, comunidades locais e pequenas associações agropecuárias.

Outro entrave importante é a exigência do Número Único de Identificação Tributária (NUIT). Até 2015, apenas cerca de 15% dos moçambicanos possuíam NUIT, num total de 3.985.000 pessoas singulares (Nakare, 2015). Este número continua baixo, sobretudo em zonas rurais, onde o acesso a serviços públicos é limitado. A ausência deste documento impede que

muitas mulheres formalizem a candidatura ao SUSTENTA, sendo este um pré-requisito essencial.

Para além da documentação, a gestão técnica exigida para ser PACE também representa uma barreira. As mulheres devem integrar e apoiar tecnicamente 100 PAs, garantir o fornecimento de insumos, assistência técnica, aquisição da produção e devolução de créditos em produtos ou dinheiro. No pacote 1, por exemplo, com um custo unitário de 14.226 meticais, uma mulher PACE teria de gerir um total de 1.422.600 meticais em insumos, além de assegurar a venda da produção estimada em 11.025.000 meticais. Como revelou uma entrevistada (MNP3), *“nós temos medo de entrar e depois não conseguir pagar. Já ouvimos histórias más de outras mulheres”*. Sem capacitação específica, apoio técnico contínuo e conhecimento de gestão, esta responsabilidade torna-se inviável para muitas.

No plano cultural, a dependência da autorização dos maridos continua a condicionar a tomada de decisão das mulheres. *“Se o marido não deixar, a mulher não pode. Mesmo que queira trabalhar mais”*, disse uma participante (MP6). Esta constatação é reforçada por estudos da FAO (2021) e da UN Women (2024), que apontam que normas patriarcais, ainda que não explícitas, minam os esforços de inclusão de gênero em programas agrícolas teoricamente neutros.

Institucionalmente, a fraca presença de técnicos, a escassez de recursos e a ausência de políticas específicas para mulheres rurais agravam o problema. Um técnico local confirmou esta realidade ao dizer: *“temos poucos técnicos, e não conseguimos visitar todas as mulheres que precisam. Falta formação, faltam recursos”*. Esta constatação confirma a análise de Kaarhus (2011), segundo a qual há uma “desconexão operacional” entre o que as políticas públicas prometem e o que efetivamente se consegue implementar em nível local.

Apesar de todos estes constrangimentos, é possível observar um crescimento progressivo da participação feminina no Programa SUSTENTA ao longo das três campanhas agrícolas mais recentes. Os dados recolhidos na província do Niassa demonstram essa tendência (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de PACEs e mulheres PACEs (PACE/F) nas campanhas agrícolas 2020/21, 2021/22 e 2022/23

Distrito	2020/21			2021/22			2022/23		
	PACE	PACE-F	PA	PACE	PACE-F	PA	PACE	PACE-F	PA
Chimbunila	10	1	400	5	1	400	4	1	400
Cuamba	3	0	240	3	1	240	10	2	1000
Lago	2	0	160	3	1	240	5	0	500
Majune	1	1	80	9	0	720	4	0	400
Mandimba	4	1	320	5	1	400	6	2	600
Mecanhelas	5	0	400	10	0	800	7	2	700
Mecula	0	0	0	3	0	240	0	0	0
Metarica	3	0	240	3	0	240	0	0	0
Ngauma	2	0	160	10	1	800	7	3	700
Sanga	5	0	400	8	2	640	4	1	400
Mavago	0	0	0	0	0	0	6	2	600
Marrupa	0	0	0	5	2	160	4	1	400
Lichinga	0	0	0	0	0	0	3	0	300
Muembe	1	0	80	0	0	0	0	0	0
Totais	36	3	2.480	64	9	4.880	60	14	6.000

Fonte: os autores

Ao todo, participaram 160 PACEs nas três campanhas, dos quais 26 eram mulheres, o que corresponde a 16,25%. Apesar de ser um número ainda reduzido, está acima da média nacional, onde apenas 8% dos PACEs são mulheres, segundo o OMR (2023). O crescimento, embora lento, é reflexo dos esforços institucionais para simplificar os requisitos e apoiar tecnicamente as candidatas. De acordo com o Censo de 2017, Moçambique tem 28 milhões de habitantes, dos quais 52% são mulheres. Dessas, 90% em idade ativa trabalham no setor agrícola. No entanto, apenas 25% das explorações agrícolas são chefiadas formalmente por mulheres, ainda que 33% destas sejam chefes de família e sustentem economicamente os seus agregados.

O quadro legal moçambicano, nomeadamente o artigo nº 10 da Lei nº 19/97, reconhece que homens e mulheres têm iguais direitos ao uso e aproveitamento da terra. Entre 2015 e 2022, foram emitidos mais de um milhão de DUATs a favor de mulheres. Contudo, este esforço não tem sido suficiente para suplantar as barreiras culturais e estruturais que continuam a dificultar o seu acesso efetivo a programas como o SUSTENTA. A responsabilidade do Estado, embora assumida, esbarra na realidade local, onde persistem limitações técnicas, culturais e institucionais. Mesmo com o envolvimento dos extensionistas e técnicos locais no desenho dos planos de negócio e no apoio às famílias, a desigualdade de gênero ainda se reflete nos processos de tomada de decisão, controle da produção e gestão dos rendimentos.

Assim, apesar das dificuldades, as melhorias observadas nos últimos anos sinalizam um caminho positivo, desde que os obstáculos estruturais sejam reconhecidos e enfrentados com medidas específicas para a inclusão efetiva das mulheres rurais no desenvolvimento agrícola.

3.3 Percepções das mulheres rurais e dos atores locais sobre as barreiras e oportunidades de inclusão no Programa SUSTENTA

As percepções das mulheres rurais e dos atores locais recolhidas através dos grupos focais revelam que, apesar dos avanços, a implementação do Programa SUSTENTA permanece marcada por barreiras estruturais e operacionais que dificultam a participação plena das mulheres. Muitas proponentes consideram que o programa apresenta uma estrutura pesada e burocrática, desajustada às condições locais e com pouca acessibilidade à informação. Algumas relataram que não houve difusão adequada dos critérios de acesso ao programa, o que contribuiu para a exclusão. De acordo com a AIM (2022), as mulheres rurais continuam a ter acesso muito limitado à informação institucional, realidade que se reflete também no SUSTENTA.

As dificuldades vão além da documentação. As participantes relataram falta de políticas diferenciadas que privilegiassem a mulher no acesso ao programa, ausência de capacitação prática em áreas como contabilidade, gestão de crédito e elaboração de planos de negócio, além de receios concretos sobre a fuga dos produtores integrados na hora de devolver o crédito. A isto soma-se a fraca capacidade logística para distribuir insumos e armazenar excedentes. Algumas mulheres que participaram como PACEs na campanha de 2020/21 revelaram que não conseguiram dar continuidade na campanha seguinte, pois não conseguiram recuperar os créditos. A fuga dos PAs, que se recusaram a entregar os produtos alegando baixos preços de compra, foi apontada como um dos principais motivos dessa dificuldade.

Apesar desses desafios, as mulheres que conseguiram aderir ao programa destacam ganhos significativos, como o aumento da produtividade de 1,6 para 3 toneladas por hectare para a cultura de milho, a diversificação da produção com culturas como soja e gergelim, bem como o reconhecimento social. *“Agora sou chamada para falar nas reuniões da aldeia. Antes, ninguém me ouvia”*, relatou uma PACE (MP9), expressando como a participação no programa lhe conferiu maior visibilidade e voz na comunidade. Estes relatos confirmam os estudos de Whitehead e Tsikata (2003), que defendem que, quando devidamente apoiadas, as mulheres rurais são capazes de liderar e transformar os sistemas produtivos locais.

Ainda assim, os benefícios registrados não anulam os entraves. Persistem dificuldades com a devolução dos créditos, a ausência de formação contínua e a falta de clareza nos contratos. “Assinei um contrato, mas nem entendi bem tudo o que estava lá. Ninguém explicou direito”, afirmou uma participante (MP4), evidenciando a falha de mediação institucional. Entre as mulheres que não conseguiram tornar-se PACEs, a percepção é de que o programa é *excludente*, declarou uma delas (MNP6), reforçando a ideia de que o SUSTENTA favorece os produtores com maior capital econômico e redes de influência. O analfabetismo e a ausência de tradução cultural e linguística nos processos e formações reforçam esse sentimento de exclusão.

Estas constatações confirmam as advertências de Chinsinga (2019), que alerta para o risco de “captura institucional” por elites locais, fenômeno que distorce o propósito inclusivo de programas públicos e impede que os benefícios cheguem aos grupos mais vulneráveis. Embora os técnicos distritais reconheçam avanços no número de mulheres PACEs, que passou de 3 em 2020/21 para 14 em 2022/23, admitem que ainda faltam metas claras de gênero, indicadores específicos e parcerias ativas com organizações da sociedade civil. Como expressou um técnico local, “*estamos a caminhar, mas sem estratégia não vamos longe*”.

Neste contexto, a inclusão efetiva das mulheres no Programa SUSTENTA exige mais do que ajustes técnicos. É necessária uma abordagem transformadora que enfrente os fatores estruturais que continuam a limitar o acesso das mulheres aos recursos, à informação e à capacidade de decisão. Como defendem Cornwall e Edwards (2010), não basta incluir mulheres: é preciso transformar os espaços de participação para que sejam, de fato, emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu constatar que, embora o Programa SUSTENTA se fundamente em princípios de inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável, os mecanismos de implementação e os critérios formais de seleção de PACEs acabam por reproduzir desigualdades históricas de gênero e de classe, limitando o acesso efetivo das mulheres rurais na Província do Niassa.

Dos critérios exigidos para o ingresso como PACE, destacam-se a posse de DUAT, capacidade de organização de 100 pequenos produtores, gestão de crédito, adesão a cadeias de valor específicas e domínio de aspectos técnicos e administrativos, que mostram-se desajustados à realidade da maioria das mulheres rurais, que enfrentam múltiplas formas de exclusão. A

burocracia documental, a falta de formação, a ausência de garantias formais e as normas patriarcais são fatores centrais que dificultam a participação feminina, tal como revelado pelos testemunhos das participantes e dos técnicos entrevistados.

Apesar dos obstáculos, o estudo revelou avanços tímidos, mas significativos, com o crescimento do número de mulheres PACEs entre as campanhas agrícolas de 2020/21 e 2022/23. Este crescimento, embora ainda insuficiente, reflete um potencial de transformação social quando há apoio institucional, formação técnica e medidas afirmativas. Os dados apontam também para uma necessidade urgente de tornar os espaços de participação mais inclusivos, com escuta ativa das percepções locais, formação culturalmente apropriada e simplificação dos processos de adesão.

Contudo, o Programa SUSTENTA pode representar uma via importante de empoderamento econômico feminino e desenvolvimento rural, desde que se comprometa de forma mais decidida com a justiça social e com uma abordagem sensível ao gênero.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, T.; MACHAZE, J. **Relatório de avaliação dos DUATs em Moçambique**. FAO, 2016.

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (AIM). **Mulher rural clama inclusão no sector socioeconómico**. Maputo: AIM, 2022. Disponível em: <https://aimnews.org>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ALUOCH, J. **Gender and agricultural productivity gaps in Mozambique**. Maputo: IFPRI, 2024.

AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

AZEVEDO, M. et al. **Fit for Purpose Land Administration: A Case of Mozambique**. Washington, DC: World Bank, 2021.

BALAS, M. et al. **Gender-responsive land tenure practices in Mozambique**. Rome: FAO, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONDE, F. **Estatísticas vitais em Moçambique: uma análise crítica**. Maputo: INE, 2024.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009.

CABRAL, L.; NORFOLK, S. **Inclusive land governance in Mozambique**. London: IIED, 2016.

CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of experience. **World Development**, v. 22, n. 9, p. 1253–1268, 1994.

CHINSINGA, B. The political economy of agricultural policy processes in Africa: A comparative study of Malawi and Zambia. **Future Agricultures Consortium Working Paper**, n. 122, 2019.

CORNWALL, A. Unpacking ‘Participation’: models, meanings and practices. **Community Development Journal**, v. 43, n. 3, p. 269–283, 2008.

CORNWALL, A.; EDWARDS, J. Introduction: Negotiating empowerment. **IDS Bulletin**, v. 41, n. 2, p. 1–9, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

DHS. **Inquérito Demográfico e de Saúde 2024: Resultados preliminares**. Maputo: INE, 2024.

DIAS, L. *Gestão de resíduos sólidos nas cidades africanas: desafios e soluções*. Maputo: Centro de Estudos Urbanos, 2018.

DNM. **Boletim climático anual**. Maputo: Direcção Nacional de Meteorologia, 2021.

DW. **Moçambique: Invisíveis, por falta de registo**. Deutsche Welle, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FAO. **The role of women in agriculture**. Rome: FAO, 2017.

FAO. **Perfil de género do sector agrícola em Moçambique**. Roma: FAO, 2021.

FAO. **Boletim agroclimático de Moçambique**. Roma: FAO, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INE. **Censo Populacional 2017**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2017.

INE. **Estatísticas anuais da província do Niassa**. Maputo: INE, 2019.

INE. **Estatísticas demográficas e vitais 2023**. Maputo: INE, 2023.

INE. **Relatório da educação e alfabetização por género**. Maputo: INE, 2022.

KAARHUS, R. Women's land rights and land tenure reforms in Mozambique. *In*: ENGLUND, H. (Ed.). **Rights and the politics of recognition in Africa**. London: Zed Books, 2011. p. 67–95.

KABEER, N. Empowerment, citizenship and gender justice: a contribution to locally grounded theories of change in women's lives. **Ethics and Social Welfare**, v. 6, n. 3, p. 216–232, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANDLINKS. **Land tenure and property rights: Mozambique**. Washington, DC: USAID, s.d.

LEVY, B. **Working with the grain: integrating governance and growth in development strategies**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Lei nº 19/97 de 1 de Outubro. Lei de Terras. República de Moçambique.

MADER. **Manual de operacionalização do Programa SUSTENTA**. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2025.

MINAG. **Relatório anual de actividades do sector agrário**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2020.

MINAG. **Diagnóstico sobre a mulher rural no agronegócio**. Maputo: Ministério da Agricultura, 2019.

MINEDH. **Plano Estratégico da Educação 2016-2024**. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2018.

MWANGI, E. **Gender and access to land in Africa: Strategies to enhance women's land rights**. Nairobi: ICRAF, 2016.

NAKARE, I. **Sistemas de identificação fiscal em Moçambique**. Maputo: Autoridade Tributária, 2015.

OMR. **Relatório Anual de Monitoria Rural 2023**. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2023.

PORSANI, J.; LALANDER, R. *Women, land rights and social exclusion in Mozambique*. **Land Use Policy**, v. 64, p. 65–73, 2017.

RIBOT, J. C.; PELUSO, N. L. A theory of access. **Rural Sociology**, v. 68, n. 2, p. 153–181, 2003.

RURANGWA, E.; MINANG, P. **Inclusive agricultural transformation in Africa**. Nairobi: ICRAF, 2019.

SALCEDO-LA VIÑA, C.; BOEHM, S. **Making women's voices count in community decision-making on land investments**. Washington, DC: World Resources Institute, 2018.

SANTPOORT, M. V. *et al.* **Land governance in Mozambique: Gender, equity and rights**. Maputo: Acção Académica, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TVEDTEN, I. **Mozambique country case study: Gender equality and development**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2011.

UNICEF. **Relatório de registo civil e nascimento em Moçambique**. Maputo: UNICEF, 2024

UN WOMEN. **Mulheres na agricultura em Moçambique: desafios e boas práticas**. Maputo: ONU Mulheres, 2024.

WALKER, C. **Gender equality and land administration in Mozambique**. Rome: FAO, 2020.

WHITEHEAD, A.; TSIKATA, D. Policy discourses on women's land rights in sub-Saharan Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1-2, p. 67–112, 2003.

WORLD BANK. **SUSTENTA Mozambique: Performance Report**. Washington, DC: World Bank, 2019.

WORLD BANK. **Mozambique country diagnostic**. Washington, DC: World Bank, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE E HOSPITALAR: O PSICÓLOGO NO HOSPITAL MUNICIPAL

MILANI, Andressa Gonçalves¹; SILVA, Sérgio Everson da ²; TRICOLI, Taian Felipe Pinto Puzoni ³.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-574>

RESUMO

Este trabalho tem como proposta esboçar sobre como se deu a experiência dos estagiários do curso de Psicologia dentro do contexto hospitalar, mais precisamente no setor ambulatorial, dentro da disciplina de estágio de Procedimentos Investigativos e Interventivos em Psicologia da Saúde e Hospitalar, cujo objetivo foi proporcionar aos estagiários uma experiência prática dentro do contexto hospitalar, abordando os níveis de atenção à saúde e o trabalho multidisciplinar. Os atendimentos focaram nos aspectos da Psicologia Hospitalar e foram prestados em um Hospital Municipal do interior paulista, objetivando-se o aperfeiçoamento de um olhar crítico, empírico e a vivência prática do papel fundamental do profissional de psicologia no contexto de hospital e as suas investigações e intervenções considerando o paciente, a família, os profissionais de saúde e o fator institucional.

Palavras-chave: Psicologia; saúde; hospital; experiência.

ABSTRACT

This work aims to outline how the experience of the interns of the Psychology course took place within the hospital context, more precisely in the outpatient sector, within the internship discipline of Investigative and Interventional Procedures in Health and Hospital Psychology, whose objective was to provide the interns with a practical experience within the hospital context, addressing the levels of health care and multidisciplinary work. The consultations focused on the aspects of Hospital Psychology and were provided in a Municipal Hospital located in the interior of São Paulo State, aiming at the improvement of a critical, empirical look and the practical experience of the fundamental role of the psychology professional in the hospital context and their investigations and interventions considering the patient, the family, the health professionals and the institutional factor.

Keywords: Psychology; health; hospital; experience.

¹ Psicóloga, Graduação em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário UNIFAAT; Coordenadora Clínica ABA pelo Núcleo Liberta; Pós-Graduada em Musicoterapia pela FAMOSP.

² Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT.

³ Psicólogo, Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Centro Universitário UNIFAAT, Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo, MBA em Liderança Positiva, Cultura Organizacional e Desenvolvimento Humano pela ARTMED – PUCPR; Coordenador Adjunto do Curso de Psicologia, Monitor Técnico do Núcleo de Treinamento em Avaliação Psicológica; Docente de Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT e Diretor da Tricoli Saúde Mental. *E-mail:* taian-felipe@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresentará uma descrição de como foi a experiência dos estagiários do 5º ano do curso de Psicologia inseridos no contexto da saúde e hospitalar, contando essencialmente com a prática de atendimentos no ambiente hospitalar, objetivando a aprendizagem no quesito em lidar com demandas psicológicas presentes, relacionadas ao aspecto do adoecimento físico, familiar e institucional. O dinamismo hospitalar abarca inúmeras possibilidades de manejo e técnica do profissional, neste caso, dos estagiários que ali estiveram, ainda mais quando se trata de um hospital municipal, que atende não somente ao seu município, mas também toda a região em seu entorno, o que exige uma flexibilidade de técnicas a serem utilizadas frente às diferentes situações de saúde e doença.

O ambiente hospitalar, marcado pelo contato constante com situações de vulnerabilidade e sofrimento, favorece a emergência de reflexões sobre questões existenciais e emocionais que exigem um processo de compreensão e elaboração aprofundado (Assunção *et al.*, 2025, p. 109).

Essa experiência contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento e aprimoramento da escuta ativa e de intervenções adequadas e precisas diante das demandas apresentadas por pacientes e acompanhantes, a fim de proporcionar apoio emocional e prático, redução da ansiedade e estresse devido à hospitalização, orientação, promoção de qualidade de vida e humanização. Em especial, o papel da humanização por finalidade à garantia de direitos aos pacientes, acompanhantes e profissionais, no que tange à promoção de saúde e condições de trabalhos.

Nessa perspectiva, buscou-se uma abordagem mais direcionada aos aspectos emocionais e psicológicos dos pacientes, sendo essa a principal ferramenta do psicólogo hospitalar, pois estes aspectos são muito difíceis de serem acessados pela equipe de saúde e, quando acessados, falta-lhes o manejo técnico sobre eles (Lulli *et al.*, 2025). Em suma, a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão (PNH) (2010) preconiza que “o SUS institui uma política pública de saúde que visa à integralidade, à universalidade, à busca da equidade e à incorporação de novas tecnologias, saberes e práticas”, ou seja, construção de diálogos, trocas entre os diversos saberes de equipes multiprofissionais para ações de saúde que visem à interatividade, cientificidade, solidariedade, ética, participação e protagonismo.

Nesse sentido, Almeida e Malagris (2015) ressaltam que a Psicologia da Saúde procura entender como e o quanto as variáveis psicológicas dos pacientes e da família podem vir a impactar na manutenção da saúde, tanto em relação ao desenvolvimento de doenças quanto também em seus comportamentos associados a determinado quadro clínico, uma vez que o psicólogo e todos os agentes componentes da equipe de saúde do hospital experienciam

cotidianamente emoções e sentimentos relacionados a noções de vida e morte, sentimentos de ambivalência e impotência muitas vezes atrelados à prevalência da doença, abarcando também demasiadas cobranças e expectativas frente à finitude.

Por sua vez, a psicologia hospitalar visa auxiliar pacientes e familiares a lidarem com aspectos emocionais e de ordem psíquica relacionados ao adoecimento e às angústias quanto ao processo de hospitalização (Assis; Figueiredo, 2020). No entanto, ainda são encontradas barreiras que podem limitar os processos investigativos e interventivos e, consequentemente, exercer atendimento e atenção especializada à pessoa hospitalizada, sendo ela em sua integralidade o seu principal estudo, e não a doença que a acomete.

No contexto hospitalar, a atenção voltada para a saúde dos pacientes é dividida em níveis considerando a complexidade da demanda suportada por cada instituição, conforme aponta Carvalho (2013), citado por Santos, Gomes e Silveira (2020, p. 88):

1. Atenção básica; além do atendimento, visa a realizar promoção, prevenção e recuperação da saúde, é um trabalho voltado também para as famílias. 2. Atenção secundária; a doença já identificada no paciente requer um acompanhamento mais específico. 3. A Atenção terciária; é para paciente com caso mais grave, precisando de internação para melhor tratamento. 4. A Reabilitação; apesar do paciente ter feito todos os procedimentos ele ainda precisa de acompanhamento.

A Psicologia Hospitalar propõe uma especialização ao psicólogo e centraliza-se nos setores secundário e terciário de atenção à saúde, atuando em instituições de saúde, propondo:

[...] atendimento psicoterapêutico; grupos psicoterapêuticos; grupos de psicoprofilaxia; atendimentos em ambulatório e unidade de terapia intensiva; pronto atendimento; enfermarias em geral; psicomotricidade no contexto hospitalar; avaliação diagnóstica; psicodiagnóstico; consultoria e interconsultoria (CFP, 2007, p. 21).

Nesse sentido, a experiência do estágio proporcionou aos estagiários, especialmente durante os atendimentos realizados no setor ambulatorial, a vivência das dificuldades em desenvolver ações preventivas ou de promoção da saúde, dada a alta demanda e o pensamento ainda muito cristalizado em ações individuais somado à desarticulação com os outros pontos da rede, como uma das inúmeras barreiras que acabam por dificultar o trabalho do psicólogo hospitalar no setor ambulatorial (Homercher; Oliveira; Guazina, 2023). Porém, é necessário que, diante dessas barreiras, o profissional consiga buscar essa articulação com os outros setores para que possam ser ofertadas ao paciente melhores condições de tratamento e qualidade de vida.

Durante essa experiência, os estagiários se depararam com pacientes e familiares lidando, ou ao menos tentando lidar, com distintas emoções e sentimentos direta ou indiretamente relacionados à doença, principalmente doenças que restringiam o paciente ao

leito hospitalar. Essa experiência abarca o surgimento de reações emocionais e psicológicas, reações comportamentais, reações somáticas, entre outras que mostravam-se afetando o modo com o qual os pacientes se percebiam e entendiam sobre si mesmos, em decorrência da necessidade da hospitalização e do distanciamento de suas vidas, entendendo este processo dado na hospitalização dos pacientes como um potencializador de emoções e sentimentos adversos que impactam na procedência de suas vidas após serem retirados de suas rotinas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta dos atendimentos em âmbito hospitalar, com ênfase nos setores secundários e terciários, se deu para o contato com o dinamismo e diferentes demandas psicológicas e de saúde que existem nas internações e tratamentos mais intensivos, o que torna a estadia no hospital algo denso e desgastante psicologicamente, não somente aos pacientes e acompanhantes, mas também pode impactar os profissionais da saúde, que lidam com diversas demandas com os recursos que lhes estão disponíveis, muitas vezes faltosos em relação à estrutura da instituição. Desta forma, o ambiente hospitalar, pelo seu dinamismo, é um forte agente estressor, que pode gerar outros comprometimentos psíquicos e emocionais. Conforme Ely *et al.* (2015, p.2) apontam:

O estresse tanto pode ser causado pela doença, como pelos procedimentos médicos e, também, pelo ambiente físico-social. As consequências são variadas manifestações negativas no corpo humano como ansiedade, depressão, aumento da pressão arterial, aumento da tensão muscular, isolamento social, sonolência, complicações com medicamentos, entre outras. Portanto, o ambiente hospitalar deve prover atributos que contribuam para o bem-estar destes usuários.

O setor secundário de atenção tem por objetivo atendimentos ambulatoriais especializados, considerados como nível de complexidade média, alinhados à atenção primária, casos que não necessitem de urgência e emergência, como em casos de necessidade de investigação dos sintomas apresentados. Exemplos das especialidades que se enquadram neste setor são consultas ao cardiologista, ortopedista, dermatologista ou gastroenterologista. O setor terciário compreende em seu campo hospitais maiores, enquadrando-se no nível de complexidade alta, tendo casos mais emergenciais e pontuais e necessitando de uma especialização mais ampla com tratamentos mais incisivos, como oncologia, transplantes e cirurgias de alto risco.

Abordando esses dois campos de atuação, o período de realização do estágio compreendeu os aspectos apresentados no artigo 11 da Resolução Nº 17, de 19 de julho de 2022, do CFP (Conselho Federal de Psicologia) (2022, p. 4), que diz que:

Art. 11. A atuação da psicóloga e do psicólogo na Atenção Secundária deverá estar pautada nos atributos desse nível de atenção à saúde, especialmente no que se refere à equidade, à integralidade, à universalidade do acesso, à longitudinalidade, ao acolhimento e ao cuidado em liberdade e compartilhado em rede.

Desta forma, foi possível elencar as demandas que mais surgiram no período de estágio, sendo elas a angústia perante conflitos familiares e o aspecto da responsabilização do cuidado ao ente adoecido, a rede de apoio propriamente dita e o ambiente hospitalar, que apresentou carência em alguns recursos, e o próprio impacto que causava sobre os pacientes, como a perda da autonomia e autenticidade do indivíduo hospitalizado e de quem os acompanhava, a tristeza, a mudança em como cada um dos envolvidos percebia a si próprio e ao outro, a proximidade com a morte, seja pelo avançar da idade ou através de um diagnóstico difícil, que os lançava para uma reflexão sobre o fim da vida e como era necessário, a partir destas reflexões, o olhar para as possibilidades diante da situação existencial; cada um deles experienciava de modo único a hospitalização.

Segundo Braga e Uzuelle (2021, p.30):

A Psicologia Hospitalar busca comprometer-se com questões ligadas à qualidade de vida dos usuários bem como dos profissionais da saúde. Portanto, não se restringindo ao atendimento clínico, mesmo este sendo uma prática universal dos psicólogos hospitalares.

Destarte, foi fundamental realizar intervenções precisas mediante as falas e os pensamentos dos pacientes, tendo os estagiários compreendido, durante os seus atendimentos, que deveriam, dentro da posição na qual estavam colocados, trabalhar junto a estes pacientes as suas possibilidades e potencialidades a partir de um diagnóstico médico e/ou o saber da prevalência de uma doença crônica, visando sempre, neste contexto delicado, ao lado humano do paciente, ao invés da sua doença.

A temática ligada à humanização do atendimento em saúde mostra-se relevante no contexto atual, uma vez que a atenção e o atendimento no setor saúde, calcados em princípios como a integralidade da assistência, a equidade e a participação social do usuário, dentre outros, demandam a revisão das práticas cotidianas com ênfase na criação de espaços de trabalho menos alienantes que valorizem a dignidade do trabalhador e do usuário (Casate, 2005 *apud* Braga; Uzuelle, 2021, p. 32).

Pois, por mais que cada diagnóstico pudesse vir a ser entendido por eles como uma sentença, o saber sobre a doença, bem como o saber sobre si mesmos, compõem a história de vida e visão particular de mundo destas pessoas, possibilitando, desta maneira, ao escolherem mudar seus hábitos de vida e se responsabilizarem por si próprios, encontrar possibilidades que os permitam vir a superar essa tal “sentença médica” e buscar um modo mais sadio de existir, promovendo qualidade de vida a partir do momento em que a humanização passa a ser experienciada, na medida em que essas pessoas são enxergadas pela equipe profissional do

hospital como um ser humano para muito além de seu enquadramento clínico.

2 METODOLOGIA

Para este estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa e bibliográfica voltada para a compreensão acerca da Psicologia Hospitalar, a fim de elucidar as características gerais do atendimento psicológico em hospitais, com ênfase nos setores secundário e terciário.

A análise qualitativa foi realizada ao buscar nos atendimentos o aprofundamento das demandas emergentes, utilizando como premissa a descrição delas por cada paciente, acompanhante ou funcionário, que com a escuta ativa e discussões supervisionadas puderam ser desenvolvidas a fim de gerar uma boa compreensão dos fatos obtidos, unindo-os aos referenciais teóricos, buscados nas pesquisas bibliográficas extraídas de diversos textos, artigos científicos e livros de autores e estudiosos da área.

Nessa perspectiva, Sousa e Oliveira (2021) citam que a pesquisa bibliográfica faz parte da vivência acadêmica e tem por finalidade propiciar o desenvolvimento de habilidades sociais acadêmicas específicas, a citar: atualização do conhecimento e aprimoramento sobre temas específicos, alinhados ao empirismo científico de obras publicadas.

3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A intervenção foi realizada com pacientes de diversos setores do hospital, mais predominantemente no setor ambulatorial, de acordo com demandas e urgências pertinentes dos dias de atendimento. Foram realizados 76 atendimentos no total, sendo 28 pacientes do sexo feminino e 63 pacientes do sexo masculino, compreendendo as faixas etárias de 06 a 82 anos. Também se fez necessário, ao longo do estágio, realizar atendimentos com os acompanhantes devido à complexidade e delicadeza de alguns casos atendidos, compreendendo como também sendo uma extensão dos seus serviços prestados, que preconizam a prevenção e a promoção da saúde no contexto hospitalar.

As queixas que mais se apresentaram durante os atendimentos, de modo geral, foram sobre as angústias emergidas durante o percurso da hospitalização frente aos aspectos particularmente institucionais, mas também angústias advindas dos aspectos interpessoais com relação aos outros pacientes e/ou com membros da equipe hospitalar, ocasionando diversas demandas psicoemocionais com necessidade de acolhimento. Em conjunto, foi evidenciado também que, em alguns relatos, as queixas acolhidas vinham das dores propriamente ditas, a

dor física e o sofrimento que cada paciente trazia frente ao seu modo de experienciar determinada doença em seu modo mais particular de existir.

4 PROCEDIMENTOS

O estágio em Psicologia da Saúde e Hospitalar possibilitou aos estagiários a inserção dos atendimentos psicológicos investigativos e interventivos nos setores de atenção à saúde secundária e terciária, em sua maior parte na ala denominada “*ambulatório*”, onde se encontravam 08 quartos de internação, com um a três leitos, e o posto de enfermagem, com os utensílios e recursos de intervenção dos enfermeiros.

Durante os dias em que eram realizados os atendimentos, os estagiários eram direcionados pela psicóloga da instituição em casos específicos, como por exemplo, de pacientes que apresentavam qualquer tipo de quadro psiquiátrico. Quando não, os estagiários tinham livre acesso aos quartos e leitos dos pacientes sem quaisquer tipos de restrição por parte tanto da psicóloga responsável pelos estagiários dentro da instituição quanto também por parte dos médicos e enfermeiros, tendo acesso à leitura de prontuário de pacientes para que pudessem compreender cada caso de modo integral, sem que pudessem ter uma experiência fragmentada sobre determinado quadro. Deste modo, fluidificaram-se informações fundamentais de cada paciente para que pudesse se fazer um acompanhamento intersetorial e multidisciplinar de modo eficaz (Inêz et al., 2025), ofertando a esses alunos maior autonomia para que pudessem ter suas próprias experiências na prática como Psicólogos Hospitalares e na articulação entre o saber da Psicologia e os demais saberes quando se trabalha com a ideia de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Alguns atendimentos ocorreram no pronto-socorro, com demandas oriundas de saúde física, o que comprometia o emocional alinhado ao estresse que o ambiente hospitalar propiciava. A demanda mais emergente foi a espera, que, diante da alta demanda, era um tempo extenso. Foram observados os fatores que causavam essa angústia entre o ser atendido na recepção, formalizar a ficha, receber o atendimento médico, realizar exames, receber a medicação e o retorno dos enfermeiros para conferir sinais vitais e receber a confirmação da alta ou a necessidade de internação.

Ressaltando os aspectos psicológicos dos pacientes, observa-se que:

Ao ser hospitalizado no pronto atendimento, o paciente vê-se exposto a experiências mobilizadoras de afetos: a espera pela chegada do médico, pela realização e resultado de exames, a expectativa pelo diagnóstico e o impacto que este pode gerar em sua vida, a ansiedade a depender do prognóstico e as implicações geradas pelos tratamentos a serem realizados. Além dos sentimentos de angústia e apreensão que podem ser experienciados, o paciente vê-se em uma situação de vulnerabilidade, uma

vez que, além de estar longe de casa, está também submetido aos cuidados de outras pessoas, cerceado em sua autonomia (Leite *et al.*, 2018, p. 147).

De modo geral, os estagiários fizeram seus atendimentos na beira do leito dos pacientes, seguindo as orientações recebidas em supervisão e de acordo com a teoria apreendida quanto ao atendimento do psicólogo hospitalar, entendendo o aspecto do termo “psicólogo de corredor”, que diz respeito à flexibilização e ao dinamismo do serviço. A observação atenta fez parte das visitas no hospital, uma vez que compreendeu-se que muitas vezes as demandas e as angústias não surgiam de modo explícito, então foi apurado o olhar e a escuta, sempre mediante perspectiva dos próprios pacientes sobre como se percebiam naquele momento frente ao tratamento que recebiam.

Vale destacar que, além dos atendimentos, foram realizadas reuniões pontuais com a equipe multiprofissional, a citar: psicóloga hospitalar responsável, fonoaudióloga, enfermeiros de plantão no período em que o estágio foi realizado e consultas aos prontuários mediante autorização. Notou-se uma melhora gradativa ao longo do estágio neste ponto, pois esse contato com os profissionais proporcionou aos estagiários a oportunidade de desenvolverem a atuação no hospital de modo mais efetivo, o que demonstrou a importância da função da equipe multidisciplinar e interdisciplinar dentro do hospital. Entende-se que:

O fazer do psicólogo fundamenta-se no conhecimento do perfil de saúde-enfermidade da comunidade e volta-se para o desenvolvimento de seu potencial de saúde. Só assim, será possível pensar as práticas de promoção de saúde e de prevenção primária de doenças. Neste nível as práticas devem ser interdisciplinares e multiprofissionais, já que dependem do conhecimento e da contribuição das várias disciplinas relacionadas (Alves *et al.*, 2017, p. 552).

O setor ambulatorial marcou a experiência dos estagiários devido a todas as formas de sofrimento que se apresentavam através da condição de cada paciente, abrindo-se como possibilidade proporcionar um acolhimento diferencial a essas pessoas, como apontam os autores Lulli *et al.* (2025, p. 233):

O acolhimento e a escuta qualificada são recursos instrumentais da prática do PH, possibilitando um espaço para toda e qualquer queixa ou relato, permitindo que o paciente seja compreendido para além da categorização diagnóstica.

Deste modo, trabalhou-se de forma a humanizar os pacientes, promovendo reflexões junto a eles em relação a si próprios e ao modo privado no qual se percebiam “presos ao leito”, o que poderia vir a levá-los ao sofrimento relacionado a estas privações no presente e também em relação ao futuro de cada paciente acometido por tantas outras formas de perturbações. Deste modo, experienciou-se o exercício da profissão do psicólogo hospitalar a partir da elaboração de uma escuta desse ser que muitas vezes se desvela imerso no paciente no contexto

hospitalar, ainda mais no setor ambulatorial.

Existe a necessidade de se compor este acompanhamento humano através dos olhos de uma equipe multiprofissional, sendo facilitadora no andamento da recuperação do paciente em todas as frentes, tanto do campo biológico quanto do campo psíquico. Mas também deve-se ofertar um acolhimento aos acompanhantes, de modo que, segundo Chagas e Silva (2021, p. 480), “compreende-se esta atuação multiprofissional como uma inter-relação entre os diferentes profissionais, que considera o paciente na sua integralidade, numa atitude humanizada, tendo uma abordagem ampla e resolutiva do cuidado”, ou seja, faz-se necessário não apenas realizar um tratamento direcionado à doença, mas também abranger o ser humano e sua família, que também fazem parte deste processo, muitas vezes difícil e doloroso. Porém:

Apesar dos dispositivos legais que formalizam a atuação multiprofissional na rede de saúde pública, percebe-se na prática a existência de desafios para esta atuação em âmbitos hospitalares, devido às estruturas implantadas nas redes hospitalares, seguidos por modelo de gestão verticalizado, que apresentam uma oferta de assistência impessoal e fragmentada, partindo para a indefinição de vínculos entre usuários e profissionais (Chagas; Silva, 2021, p. 481).

Na prática psicológica hospitalar, o profissional deve se atentar a algo muito além de uma questão de saúde, a questão social, pelo fato de muitas vezes o familiar se abdicar de sua vida visando se dedicar ao acompanhamento de seu ente querido, sendo muito comum nesses contextos os acompanhantes virem a passar horas e dias ao lado do leito de um hospital acompanhando de fora a dor e o sofrimento da pessoa querida, conforme apontam Bruscato e Condes (2020, p. 09):

O adoecimento de um membro altera o cotidiano da família, de modo a afetar a dinâmica e o estado emocional dos demais, uma vez que os eventuais problemas financeiros, o medo da morte, o sofrimento do doente e o do próprio familiar se fazem presentes para todos.

Um fato que difere o psicólogo hospitalar dos demais agentes dessas instituições que visam ao cuidar, no cotidiano de uma rotina muitas vezes estressante e desgastante, é o olhar humanizado para além da pessoa enferma no leito, abrangendo também o núcleo social dessa pessoa, a sua família, suas dores e angústias frente à imprevisibilidade de um quadro clínico, pois estes acompanhantes não podem passar como vivências invisíveis dentro do cotidiano hospitalar.

Nos relatos analisados, observou-se a presença de diversos fenômenos psicológicos, os quais puderam ser compreendidos à luz da abordagem teórica dos estagiários e suas implicações, especialmente os processos de abdicar, sobrecarga, angústia existencial e resistência emocional, tanto do paciente quanto do acompanhante, além do relato de alguns funcionários acerca de dificuldades em demonstrarem suas emoções e sentimentos.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A experiência de estagiar em um hospital municipal do interior paulista, dentro da perspectiva da psicologia hospitalar, trouxe um pouco de como se faz psicologia quando o profissional está inserido em um contexto complexo, devido a inúmeras e distintas demandas que chegam ao psicólogo e no devido conhecimento que envolve não somente a saúde mental, popularmente atribuída às emoções e sentimentos, mas também lhe é exigido um conhecimento e/ou um melhor entendimento sobre o adoecer físico/orgânico no qual o psicólogo poderá vir a atuar na resultante qualidade de vida. Ou seja, o fazer psicologia no hospital requer do profissional muita flexibilidade e resiliência, considerado o dinamismo e, em muitos casos, aprendendo a lidar com outro aspecto, muito comum em instituições como essa, a falta de infraestrutura para que consiga exercer sua função com maior conforto e segurança.

Conforme Batista (*et al.*, 2025), quando se busca compreender a evolução dos modelos de atenção à saúde através da história, é possível compreender que desde sua origem estiveram intrinsicamente vinculados ao modo como o qual as ciências se fundamentavam na visão biomédica, isto é, visavam preconizar somente a dimensão biológica se contrapondo à subjetividade e às necessidades psicossociais dos pacientes. Contudo, estes aspectos, antes negligenciados pelo saber médico, na atualidade vêm ganhando cada vez mais atenção e cuidado por parte da equipe médica e de enfermagem, por reconhecerem que fatores associados à subjetividade dos pacientes carregam fortes implicações no estabelecimento da doença, bem como diversos fatores psicossociais. Hoje, através da humanização do processo de tratamento da doença, pode-se perceber suas influências no modo como surgem determinadas comorbidades e de como se é realizado o acompanhamento e direcionamento nestes casos.

Quanto à questão da humanização do processo de tratamento, durante a experiência pôde-se perceber que este fenômeno surgiu como sendo um dos mais importantes fatores que, unidos ao tratamento, vêm a contribuir muito para que as pessoas em condição de paciente se sintam acolhidas e respeitadas durante o período no qual necessitam de estar hospitalizadas. Os próprios pacientes levaram aos estagiários o quanto um simples ouvir lhes trazia um conforto e proporcionava a eles, durante estes momentos, esquecerem da doença em si, e ao mesmo tempo resgatavam a si próprios através do poder falar como se sentiam frente às enfermidades que lhes afligiam, contribuindo para o fortalecimento de uma simples escuta o aspecto psicoemocional frente à sua hospitalização.

É no escutar que isso emerge, diante destes contextos de dor e sofrimento, nos quais muito daquilo que é tratado é o físico, pois trata-se para que a doença não venha a progredir e,

através disso, o corpo do paciente passa a ser invadido por agulhas e sondas. Porém, simplesmente se permitindo ouvi-las já pode se estar contribuindo para o resgate da dignidade daquela pessoa, sendo este um papel fundamental do profissional psicólogo, que, através deste olhar para o ser humano, vai contribuir para que o sofrimento seja minimizado durante a hospitalização, tanto do paciente quanto também das pessoas que estão ao lado do leito (Gomes; Rocha, 2024). Se o paciente, em muitos dos casos, é tratado sem dignidade alguma, quando se é voltado para os acompanhantes, percebe-se, através da fala dessas pessoas em experiências passadas, que acabam sendo tratadas como invisíveis para o hospital.

O que também remete a um fenômeno importante observado, a abdicação dos acompanhantes, que muitas vezes se dedicavam completamente ao cuidado do paciente, deixando suas próprias necessidades de lado. Esse sacrifício emocional gerou um desgaste psíquico profundo, principalmente quando havia resistência em aceitar ajuda externa. A busca incessante por controlar a situação e o desejo de serem os cuidadores perfeitos, muitas vezes, resultavam em uma sobrecarga emocional difícil de lidar.

A escuta atenta e empática foi essencial para que os pacientes e acompanhantes se sentissem compreendidos e acolhidos, ajudando-os a lidar melhor com as angústias e o sofrimento. O apoio psicológico contribuiu para que cada pessoa pudesse ressignificar sua experiência de hospitalização, encontrando alívio e, em muitos casos, um novo significado para suas vivências. Assim, a psicologia hospitalar se mostrou um elemento fundamental no cuidado integral, auxiliando na qualidade de vida e no enfrentamento dos desafios do adoecimento.

Compreendeu-se que os atendimentos no ambiente hospitalar não poderiam ser pautados em um atendimento psicológico clínico; o olhar clínico e crítico da situação pode e deve existir, mas a postura do psicoterapeuta clássico não é possível por não sanar as demandas de forma pontual, não ser o ambiente adequado para isso e pelas demandas serem quanto à necessidade de apoio e informação dos pacientes internados, fenômenos altamente observados nos atendimentos. Ao verem os estagiários de jaleco, os pacientes direcionavam perguntas sobre a instituição ou procedimentos médicos a que seriam ou foram submetidos. O psicólogo hospitalar assume uma posição de atuante da “Psicologia Médica”, que proporciona, a princípio, qualidade de vida diante do sofrimento psicológico que a doença orgânica traz a partir desse primeiro contato, ainda na relação paciente-doença.

No contato com o paciente, o psicólogo constrói o vínculo terapêutico, mostra-se disponível para a escuta das queixas e demandas, identificando, de forma colaborativa, as situações que provocam sofrimento, visando reorganizar a tensão emocional. Busca-se promover conversações para os acompanhantes, demais familiares e equipe de saúde com o objetivo de mediar o relacionamento e a

comunicação destes com o paciente e, por outro lado, atender às demandas emocionais da família (Azevêdo; Crepaldi, 2016, p.581).

No estágio foi possível intervir de acordo com as demandas trazidas pelo paciente que, em alguns casos, permeou apenas o ambiente hospitalar e a doença, em outros foi possível chegar a aspectos mais subjetivos do ser e até receber uma demanda descontraída, que proporcionava um escape das tensões que a doença e o ambiente trazem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio em Procedimentos Investigativos e Interventivos em Psicologia da Saúde e Hospitalar tinha por finalidade possibilitar aos estagiários uma melhor compreensão de como o fazer da psicologia acontecia no âmbito da prática dentro do contexto hospitalar, entendendo o quanto pode ser requisitado pelo paciente um espaço de fala, onde suas angústias possam ser acolhidas e trabalhadas devolvendo a dignidade dessas pessoas. O trabalho do profissional da psicologia no hospital é justamente de se resgatar o lado mais humano do paciente, nunca abdicando de sua história de vida, de modo que este profissional consiga se desmistificar da imagem atrelada ao jaleco e passar a ser concebido dentro deste enquadre como uma figura distinta, na qual a doença nunca é sobreposta à pessoa, visando sempre preconizar a saúde e a qualidade de vida de cada um dos assistidos.

Diante de tudo o que foi explicitado neste trabalho, a possibilidade ofertada pelo curso de psicologia durante o quinto ano de graduação trouxe aos estagiários a oportunidade de experienciar um pouco de como a vivência da rotina hospitalar pode desencadear inúmeras emoções e sentimentos para o paciente, principalmente no ambulatório, onde suas possibilidades se mostraram restritas frente às suas condições de saúde física, emocional e psicológica, tornando esta vivência muito rica e agregadora de um aprendizado único e complexo, frente às competências que estes profissionais necessitam para lidarem diariamente com distintas e complexas questões oriundas do sofrimento humano, tanto no âmbito da saúde como também e, essencialmente, social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. Psicólogo da saúde no hospital geral: um estudo sobre a atividade e a formação do psicólogo hospitalar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 754-767, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3wfdVFWNsD6FhhR9vHPrtYF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

ALVES, Railda et al. Atualidades sobre a psicologia da saúde e a realidade brasileira.

Psicologia, Saúde e Doenças, v. 18, n. 2, p. 545-555, 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/362/36252193021.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

ASSIS, Fabiane Espindola de; FIGUEIREDO, Sue Ellen Ferreira Modesto Rey de. A Atuação da Psicologia hospitalar, breve histórico e seu processo de formação no Brasil. *Psicologia Argumento*, [S. l.], v. 37, n. 98, p. 501–512, 2020.

ASSUNÇÃO, Ana Caroline et al. Inserção da Psicologia em um hospital geral: desafios, demandas e perfis dos pacientes atendidos. **Scientia Generalis**, v. 6, n. 1, p. 100-111, 2025.

Disponível em: <https://www.scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/671/514>.

Acesso em: 01 de maio de 2025.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos; CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 4, p. 573–585, out. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/JHXxwcXNsqNk3f3pfsyyhFP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 de abr. de 2025.

BATISTA, Rodrigo de Aguiar Santos *et al.* Humanização No Atendimento À Saúde Centrado No Paciente. **Cognitus Interdisciplinary Journal**, v. 2, n. 1, p. 217-226, 2025. Disponível em: <https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/view/37/44>. Acesso em: 15 de abr. de 2025.

BRAGA, Beatriz Gomes; UZUELLE, Ricardo Mancera. **A atuação do psicólogo hospitalar: um olhar fenomenológico a partir da percepção dos profissionais da saúde**. 2021. Tese de Doutorado. Centro Universitário Barão de Mauá. Disponível em:

<https://repositorio.baraodemaua.br/items/cff95704-4bda-4806-8b3b-d0f69f2e91a4>. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

BRUSCATO, Wilze Laura; CONDES, Renata Pereira. Caracterização do Atendimento Psicológico na Saúde. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, p. e3642, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/tx3rcWYLRXjQgmnyN689XL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

CHAGAS, Júlio César das; SILVA, Luciana Maria Nascimento da. A atuação da equipe multiprofissional na reabilitação do paciente com acidente vascular cerebral-relato de experiência. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 9, p. 466–486, 2021. DOI:

10.12957/sustinere.2021.57345. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/57345>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução Administrativa/Financeira n.º 13, de 14 de setembro de 2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao título profissional de Especialista em Psicologia, e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 17, de 19 de julho de 2022**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/parametros-para-assistencia-psicologica-em-saude/conheca-a-resolucao-17-2022/>. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

ELY, Vera Helena Moro Bins; VERGARA, Lizandra G. Lupi; TISSOT, Juliana Tasca. A humanização como estratégia na redução do estresse em pacientes internados, 2015.

GOMES, Rannatricia Sampaio; ROCHA, André Sousa. Estágio em psicologia hospitalar: desafios e potencialidades. **Scientia. Revista de Ensino**, Pesquisa e Extensão, v. 7, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.flucianofejiao.com.br/scientia/article/view/9/2>. Acesso em: 15 de abr. de 2025.

HOMERCHER, Bibiana Massem; DE OLIVEIRA, Felipe Schroeder; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento. Atendimento psicológico ambulatorial em hospital geral: reflexões de um (a) estagiário (a) de psicologia. **Psicologia Revista**, v. 32, n. 2, p. 435-458, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/51526/44323>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

INÊZ, Natália Pereira et al. Referência e Contrarreferência: Desafios para a Integralidade do Cuidado. **Revista Mosaico**, v. 16, n. 1, p. 163-176, 2025. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/4819/2806>. Acesso em: 06 de jun. de 2025.

LEITE, Kauane Linassi; YOSHII, Tatiane Pedroso; LANGARO, Fabíola. O olhar da psicologia sobre demandas emocionais de pacientes em pronto atendimento de hospital geral. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 21, n. 2, p. 145-166, 2018. Disponível em: <https://revistasbph.emnuvens.com.br/revista/article/view/292>. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

LULLI, Maria Clara Salvina Rosa et al. A PSICOLOGIA HOSPITALAR NA ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: Percepção da enfermagem em uma Unidade de Pronto Atendimento da cidade de Patos de Minas–MG. **Scientia Generalis**, v. 6, n. 1, p. 227-238, 2025. Disponível em: <https://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/682/528>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. **Série B. Textos Básicos de Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**, 2010.

SANTOS, Denise Bernardo dos; GOMES, Maria Helena Pinheiro; SILVEIRA, Bárbara Batista. O papel do (a) Psicólogo (a) na Unidade Básica de Saúde sob uma Perspectiva da Psicologia da Saúde. **Revista Mosaico**, v.11, n.1, p. 88-92, 2020. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2282/1375>. Acesso em: 01 de maio. de 2025.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

A INFLUÊNCIA DO E-SPORTS NA PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE À LUZ DO REFERENCIAL PSICANALÍTICO

LIVRAMENTO, Emanuelle Moraes¹; AUGUSTO, Marcela Cavallari².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-546>

RESUMO

Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, investiga a influência do cenário de e-sports na produção da subjetividade e na construção da identidade de jovens e adultos, utilizando o referencial teórico psicanalítico. A pesquisa busca compreender como a participação em competições de jogos eletrônicos impacta a constituição da identidade por meio dos processos de identificação grupal, além de explorar o papel do profissional de psicologia no desenvolvimento e desempenho de atletas de alto rendimento nesse universo. Enfatiza-se a importância de considerar a inter-relação entre o social e o psíquico na formação da subjetividade, reconhecendo que a identidade é moldada tanto por experiências pessoais quanto pelas dinâmicas sociais em que os indivíduos estão inseridos.

Palavras-chave: Psicanálise; e-sports; subjetividade.

ABSTRACT

This article, through a bibliographic review, investigates the influence of the e-sports environment on the production of subjectivity and the construction of identity among young people and adults, using the psychoanalytic theoretical framework. The research seeks to understand how participation in electronic game competitions impacts identity formation through group identification processes, as well as to explore the role of psychology professionals in the development and performance of high-performance athletes within this context. The study emphasizes the importance of considering the interrelation between the social and the psychic in the formation of subjectivity, recognizing that identity is shaped both by personal experiences and by the social dynamics in which individuals are embedded.

Keywords: Psychoanalysis; e-sports; subjectivity.

¹ Psicóloga, graduada pelo Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* livramentoemanuelle@gmail.com

² Psicóloga, mestre em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* marcela.cavallari@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O esporte, em suas diversas manifestações, sempre desempenhou um papel central na formação da subjetividade e na construção social do sujeito. Desde os tempos da Grécia Antiga, com as Olimpíadas, até as competições esportivas contemporâneas, o esporte não apenas molda os corpos, mas também identidades e papéis sociais do indivíduo. Além disso, o atleta é idealizado como uma figura que carrega promessas de superação individual e de impacto social.

O Esporte tornou-se uma relação social cujo expediente prioritário – e inegociável – é o da reprodução da sociedade do espetáculo, com uma diferença fundamental que se observa na capacidade que alguns poucos portadores de habilidades excepcionais têm de mobilizar imagens e afetos que escapam ao expediente acima mencionado. O atleta contemporâneo, assim, encontra-se no centro ou no limiar de uma disputa que, transcendendo o próprio campo esportivo, mobiliza as bases filosóficas e culturais constitutivas do humano (Rubio, 2021, p. 31).

Atendo-se a isso, para muitos jovens, o desempenho esportivo surge como uma oportunidade de ascensão, tanto pessoal quanto familiar, sobretudo em contextos periféricos. É por meio do esporte que esses jovens podem vislumbrar não só reconhecimento e validação, mas também a possibilidade de oferecer recursos financeiros e estabilidade para suas famílias. Tal idealização vai além do aspecto técnico, envolve a expectativa de que possa transformar sua realidade social e construir um futuro de maiores oportunidades, impactando diretamente não só a si, mas também a todos ao seu redor. Dessa forma, a imagem do atleta “compreenderá, por isso mesmo, uma história, uma narrativa de caráter exemplar, tradicionalmente personificada na figura de deuses e deusas, heróis e heroínas, mas também homens e mulheres cuja trajetória é, de algum modo, dedicada à liberação do fluxo da vida” (Rubio, 2021, p. 33).

A psicanálise, teoria de Sigmund Freud, oferece uma visão para compreender o fenômeno da identificação, o qual sugere que, no processo de formação do ego (“Eu”), conceito central na psicanálise, este é uma das três instâncias da personalidade humana, juntamente com o id (“Isso”) e o superego (“Sobre-eu”). Cada uma desempenha um papel crucial na dinâmica psíquica e no comportamento humano. Dessa forma, se dá em grande parte pela relação com o outro, seja uma figura parental, um grupo social ou, no caso dos esportes, o time ou atleta com quem o sujeito se identifica, “onde temos sua identificação com a figura do guerreiro que tem por objetivo a força, como tarefa a coragem e como fraqueza o medo. E não é de estranhar, portanto, que sua vida seja trágica” (Rubio, 2021, p. 136).

A identificação com grupos presentes na construção de sociedade também é percebida no cenário dos esportes, tendo um impacto profundo na construção da identidade, especialmente na fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. Freud (1921) aponta a identificação

como a forma mais antiga de vínculo afetivo, ressaltando como o sujeito incorpora características de grupos ou figuras externas em seu processo de formação do ego.

[A identificação] desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo. O garoto revela um interesse especial por seu pai, gostaria de crescer e ser como ele, tomar o lugar dele em todas as situações. Digamos tranquilamente: ele toma o pai como seu ideal. Essa conduta nada tem a ver com uma atitude passiva ou feminina diante do pai (ou dos homens em geral); é tipicamente masculina. Mas harmoniza-se bem com o complexo de Édipo, e ajuda a preparar o terreno para este (Freud, 1921, p. 47).

No campo da Psicologia do Esporte, autores como Katia Rubio exploram a identidade do atleta, conectando-a a mitos e narrativas heroicas. Segundo Rubio (2021), a jornada do atleta se assemelha ao mito do herói, em que o indivíduo se molda através de desafios, superações e conquistas, sendo a performance esportiva uma extensão de sua trajetória pessoal e social.

Esportes eletrônicos ou e-sports são competições organizadas de videogames que envolvem jogadores individuais ou equipes competindo entre si em diferentes modalidades e gêneros de jogos, como estratégia em tempo real, jogos de luta e atiradores em primeira pessoa. Por definição, segundo Cláudio Godoi, psicólogo e pioneiro na atuação de psicologia esportiva nos e-sports no Brasil, “as características dos e-sports, podemos enquadrá-las como esportes intelectuais devido ao aparato cognitivo – e mesmo o emocional –, atuar como protagonista na performance, enquanto o desempenho físico-motor é secundário nessas modalidades” (Godoi, 2024, p. 16). No e-sports, esses atletas eletrônicos complementam ainda mais o papel de heróis modernos, mobilizando uma legião de fãs de forma online e presencial e oferecendo, através de suas vitórias e derrotas, exemplos de superação e pertencimento. Assim como no esporte físico, os jogadores de e-sports enfrentam suas próprias jornadas, não apenas no nível técnico, mas também na busca por validação e reconhecimento dentro de suas comunidades – e dentro de si mesmos –.

O cenário do e-sports, entretanto, traz nuances particulares do brincar, de acordo com a teoria de Winnicott (1971), a qual explora a importância do espaço transicional – um espaço intermediário entre a realidade interna e externa onde o indivíduo encontra a criatividade e a subjetividade –. O universo dos jogos eletrônicos pode ser entendido como um espaço potencial, onde o sujeito não só participa de um jogo, mas também se encontra em um processo constante de elaboração da sua subjetividade. O ato de jogar e competir oferece uma plataforma onde se projetam desejos, frustrações e identidades em formação.

Winnicott (1971), em sua teoria, propõe que o ato de brincar é crucial para o desenvolvimento saudável, permitindo à criança e ao adolescente expressar sua agressividade em um ambiente seguro. Nos e-sports, os jogos virtuais podem ser entendidos como uma

extensão desse espaço de brincadeira, onde os jovens exploram impulsos agressivos sem grandes consequências na vida real. O jogo oferece um ambiente estruturado onde o adolescente pode testar suas habilidades e lidar com a frustração, elaborando a agressividade de forma simbólica. No entanto, um problema que surge é a ausência de limites claros no ambiente digital. A falta de supervisão adulta e a prevalência de comportamentos tóxicos podem transformar esse “brincar” em algo destrutivo, levando a uma desregulação da agressividade e à dificuldade de desenvolver empatia e autocontrole.

A pesquisa objetiva analisar o papel do esporte e dos e-sports na formação da identidade e subjetividade dos indivíduos, explorando como a participação nessas atividades pode facilitar tanto a construção do ego quanto a identificação com figuras exemplares. Partindo-se da hipótese de que o esporte físico e os esportes eletrônicos proporcionam mais do que desenvolvimento técnico, mas também oportunidades de validação e ascensão social, projetando ideais heroicos e narrativas de superação que influenciam diretamente na autoimagem e nas relações interpessoais.

A necessidade de incorporar o mito e, mais especificamente, o herói neste trabalho, se deve em grande medida ao fato de atualmente esse modelo de ‘personalidade’ ser querido, respeitado e utilizado como referencial de projeção de alguém, que mesmo tendo enfrentado as mais duras provas e os piores inimigos traz consigo a marca da vitória. [...] a busca impetrada por esse personagem tem um alto custo para quem se aventura em levá-la a cabo e chega a ser considerada uma atitude insana para aqueles que não veem sentido nela (Rubio, 2021, p. 115).

Considerando as teorias psicanalíticas, particularmente sobre identificação e o espaço transicional, o artigo propõe que o esporte físico e o espaço dos e-sports propiciam um contexto em que jovens vivenciam e elaboram impulsos, desafios e identificações sociais, tanto de forma positiva quanto potencialmente negativa. A pesquisa busca compreender como esses espaços de prática esportiva funcionam como plataformas para a construção de subjetividade, sendo os e-sports caracterizados como uma extensão do espaço de brincadeira, onde a agressividade e as frustrações podem ser expressas e trabalhadas.

1 METODOLOGIA

Este artigo utiliza uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com o objetivo de explorar a influência dos e-sports na produção da subjetividade e na construção da identidade de jovens adultos. A pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando plataformas acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO e PePSIC, para obter o embasamento teórico adequado e identificar trabalhos relevantes dentro da psicanálise e da psicologia do esporte.

As pesquisas foram realizadas utilizando palavras-chave, incluindo “e-sports”, “psicologia do esporte”, “psicanálise”, “identidade” e “subjetividade”, de modo a abranger os trabalhos que relacionam o universo dos jogos eletrônicos com processos psíquicos e sociais.

O período de coleta compreendeu estudos contemporâneos que abordassem o cenário atual dos e-sports e as transformações no comportamento e na identidade de jovens adultos, embora depare-se com uma escassez de estudos voltados ao e-sports.

O estudo segue uma linha teórica centrada nos conceitos freudianos de identificação e construção do sujeito, aplicados ao contexto dos e-sports e esportes, o qual fornece a base teórica sobre a constituição do sujeito e os mecanismos de identificação. A análise também levou em consideração as teorias de Winnicott sobre o espaço transicional, abordando como os ambientes virtual e presencial dos jogos podem ser interpretados como um espaço potencial de formação da subjetividade. Com base na literatura e nas teorias psicanalíticas, foi formulada uma análise crítica e estruturada do tema, buscando iniciar a discussão sobre como a participação em competições de jogos eletrônicos impacta o processo de identificação com grupos e a construção da identidade, bem como o papel do psicólogo no apoio a atletas de alto desempenho.

Todavia, apesar do crescente interesse pelo cenário de e-sports e sua própria ascensão no campo de esportes, observa-se uma carência de referencial bibliográfico diretamente direcionado à psicologia dos e-sports. Embora existam estudos que abordam a psicologia do esporte de forma geral, poucos exploram especificamente o impacto psicológico dos jogos eletrônicos competitivos. Essa lacuna teórica apresenta desafios para a compreensão integral das demandas emocionais e psíquicas enfrentadas pelos jogadores, além de dificultar a formulação de estratégias específicas para o acompanhamento psicológico desses atletas.

2 IDENTIFICAÇÃO E SUBJETIVIDADE

A identificação, “forma de ligação emocional a um objeto, desempenha um papel na história inicial do complexo de Édipo” (Freud, 1921, p. 105). É um dos primeiros modos de relação do sujeito com o mundo externo e se estabelece inicialmente com as figuras parentais e de autoridade, cruciais na formação do ego, ao incorporar aspectos do outro, formando-se por intermédio dessas relações. Na dinâmica de grupos, a identificação com figuras significativas e valores comuns gera uma sensação de pertencimento e contribui para a formação da identidade do sujeito, “amplia o papel do indivíduo dentro de um grupo, vinculando-o ao líder e aos outros membros do grupo através de laços emocionais compartilhados.” (Freud, 1921, p. 124).

Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921), Freud relata como o indivíduo em um grupo tende a sacrificar parte de sua individualidade em favor de um ideal coletivo. Relação essa mediada pelo líder ou por um ideal comum que serve como ponto de identificação para os membros do grupo. É por intermédio desse processo que os indivíduos desenvolvem uma identificação afetiva com os colegas, fundamentada em uma ligação com a proposta ou líder que compartilham, trazendo coesão ao grupo, mas também atuando no desenvolvimento de uma subjetividade em que o sujeito vê a si mesmo como parte de algo maior.

Entretanto, no processo de construção da subjetividade, a identificação com grupos fortalece certas características que são compartilhadas coletivamente, como valores, atitudes e objetivos. A identificação, processo inconsciente, pode influenciar profundamente o ego e o superego, “a tensão entre as exigências do superego e o ego é sentida como uma necessidade de punição. O superego é, no entanto, a herdeira do complexo de Édipo, e assim representa os sentimentos hostis e amorosos da criança em relação aos pais” (Freud, 1923, p. 42).

Dessa forma, o indivíduo, ao internalizar aspectos de figuras com as quais se identifica, incorpora padrões de comportamento e princípios que moldam sua percepção de si, do ambiente e dos demais. Não obstante, os e-sports, um cenário novo, principalmente no Brasil, “evoluíram nas últimas décadas e, recentemente, masterizar as habilidades de jogos tornou-se uma profissão” (Godoi, 2024, p. 15), o que outrora era possível não apenas, mas principalmente, com o futebol, iniciando pela categoria de base até tornar-se um jogador profissional.

Em “Cabeça fria, coração quente” (2022), após a reestruturação da Sociedade Esportiva Palmeiras e a contratação de Abel Ferreira, coach português, e sua equipe técnica, com a conquista de dois títulos da Copa Libertadores depois de um hiato de 21 anos para o clube, o técnico então propôs uma reflexão acerca do futebol brasileiro: “uma enorme parte das crianças brasileiras sonha em se tornar jogador de futebol profissional. Elas já crescem nesse contexto de expectativa e ambição. Não nos surpreende, portanto, que o futebol brasileiro seja um verdadeiro celeiro de talentos” (Ferreira *et al.*, 2022, p. 390).

Assim como no futebol, o e-sports, embora novo, possibilita ao indivíduo a construção de um sonho, até então atrelado apenas ao futebol, mesmo que outros esportes ofereçam a carreira profissional e a possibilidade de representar o Brasil, como visto nas Olimpíadas.

Por conseguinte, o e-sports dá aos adolescentes e até mesmo adultos a possibilidade de encontrar-se em um esporte que não o futebol. De forma que, por ser um esporte virtual, possibilita uma ampla diversidade cultural, mesmo diante a obstáculos financeiros, de forma que “não é incomum em uma equipe de cinco jogadores e um técnico, encontrar pessoas de

mais de três nacionalidades, com línguas nativas diferentes, jogando juntas uma modalidade em que a comunicação tem papel crucial na performance da equipe” (Godoi, 2024, p. 21).

Outra forma de impacto se dá na criação da comunidade do jogo:

No Brasil, esse aspecto é estruturado principalmente por fatores econômicos. Todo jogo necessita de um hardware para ser jogado, seja um celular smartphone, um console ou um computador. Jogos como Rainbow Six Siege exigem, no modo competitivo, um computador com investimento médio de dez mil reais, sem contar que o jogo é pago, e seu custo médio com personagens o bastante para competir é de trezentos reais. Com isso, cria-se uma barreira financeira que o torna inacessível para grande parte da população (Godoi, 2024, p. 21).

Entretanto, com a diversidade de jogos online e abrangência das modalidades competitivas do e-sports, existem jogos, como é o caso do Free Fire e PUBG, que são gratuitos e acessíveis ao público através de um smartphone médio.

Em contrapartida, o Free Fire é um jogo gratuito. Ainda que contenha produtos opcionais comercializáveis dentro do game (que, por sua vez, geram impacto na performance em competições), necessita de um celular de custo médio de mil reais. Como muitas vezes o contato inicial da criança ou adolescente com o jogo é pelo celular de pais ou familiares, o Free Fire se torna acessível à grande parte da população e abre as portas do cenário profissional para jogadores de regiões mais isoladas e com elevada vulnerabilidade social. Essas estruturas e barreiras financeiras dos e-sports tendem a criar uma comunidade de jogadores com idades e classes sociais mais próximas (Godoi, 2024, p. 21).

Por sua vez, no e-sports, o processo de identificação se torna particularmente evidente. Os times de e-sports, além de partilharem de ideais e hábitos específicos que facilitam a criação de laços entre seus membros e torcedores, se comunicam através de um dialeto próprio, seja durante as *calls*, termo em inglês para chamadas de equipe durante o treino ou o próprio campeonato, ou no próprio cotidiano, em que os termos se estendem. Dentre eles, estão:

- a. **“GG” ou “Good Game”** – utilizado como saudação para saudar o time adversário ou para aceitar uma derrota.
- b. **“F”** – utilizado principalmente durante as transmissões dos campeonatos on-line, uma forma de prestar condolências ou de declarar o jogo como perdido.
- c. **MD3 ou MD5** – tipos de torneio onde se especifica a quantidade de partidas, como “Melhor de 3” ou “Melhor de 5”, em que o campeão é aquele que ganhar a melhor das partidas.
- d. **MVP** – similar ao “Craque do Jogo”, o termo “*Most Valuable Player*” é o jogador que mais se destacou durante a partida, não necessariamente pertencente ao time vencedor da partida.

Os jogadores de e-sports não fazem apenas parte de uma equipe, mas também de uma comunidade, em que a identificação dos jogadores e dos fãs com os valores em comum propicia um sentimento de pertencimento e de valorização, conectando-se e identificando-se com os jogadores, que por sua vez são indivíduos mais próximos dos telespectadores, tanto na idade quanto no contexto social. De tal forma que a participação nos campeonatos tornou-se mais acessível aos adolescentes, não se limitando apenas à transmissão na TV aberta, mas em plataformas de streaming, como a Twitch e YouTube, com grandes nomes como Gaules, ex-jogador profissional de CS-GO, youtuber brasileiro que teve o canal mais assistido em 2022, de acordo com o site Esports Charts, com mais de 103.7 milhões de horas assistidas (Murko, 2022, n.p.).

Outrossim, a identificação no e-sports gera uma fusão entre o eu individual e o eu coletivo, em que as realizações pessoais são vistas como uma extensão do sucesso coletivo da equipe e vice-versa; tal fenômeno é intensificado pelas redes sociais e pela visibilidade dos e-sports, permitindo que jogadores e fãs vislumbrem uma versão idealizada do eu, que se alinha aos padrões e ideais presentes nesse universo competitivo.

Apesar da loucura ou do 'desespero' vivido por torcidas, e por vezes nações, diante de um resultado, os componentes ideologia e paixão não são os únicos a mover o esporte. Grande parte do interesse despertado por espectadores e/ou torcedores com relação à disputa esportiva não se distingue do mistério e polêmica que envolvem o protagonista do espetáculo esportivo (Rubio, 2021, p. 133).

Mesmo sendo um campo novo, o cenário de e-sports vem movimentando milhões de reais e de espectadores ao redor do mundo. De acordo com o Relatório Anual da consultoria NewZoo, “o número de jogadores em todo o mundo deve atingir 3,31 bilhões em 2023, crescendo 4,3% em relação ao ano anterior” (Newzoo, 2023, p. 18), crescimento esse atrelado ao consumo de jogos de plataforma *mobile*.

A Ásia-Pacífico responde por mais da metade dos jogadores em todo o mundo, graças a grandes mercados como Índia e China e países altamente engajados em jogos como Japão e Coreia do Sul. Enquanto isso, América do Norte e Europa respondem por 21% dos jogadores. Relativamente falando, os mercados menos maduros do Oriente Médio e África (+11,3% de crescimento de jogadores ano a ano) e América Latina (+6,0%) desfrutarão do maior crescimento de jogadores em 2023. Os fatores que impulsionam esse crescimento incluem melhor infraestrutura de internet (móvel), internet (móvel) acessível e barata e a ascensão da classe média. A disponibilidade de jogos como uma atividade recreativa acessível, graças ao modelo free-to-play e à crescente população de usuários de smartphones, também está contribuindo (Newzoo, 2023, p. 19).

Entretanto, “um fenômeno de massa como o esporte não consegue se sustentar por muito tempo sem a presença de ‘heróis’, ‘estrelas’ ou ‘ídolos’, uma vez que eles levam as pessoas a se identificarem com aquele evento” (Rubio, 2021, p. 133).

Dessa forma, o processo de construção da subjetividade no e-sports também é permeado por aspectos relacionados à busca por reconhecimento e pertencimento. A identificação com o time e o espelhamento com a comunidade, principalmente com os jogadores, possibilitam uma subjetividade influenciada pelos ideais competitivos e pelo desejo de validação social, “o papel que desempenham como representantes de uma comunidade, frequentemente transpondo obstáculos aparentemente intransponíveis, favorece a construção da condição de herói” (Rubio, 2021, p. 133-134).

O mercado brasileiro de e-sports, embora recente, revelou grandes nomes, como "FalleN" (Gabriel Toledo), pro player de CS:GO e jogador da Fúria E-sports; "brTT" (Felipe Gonçalves), profissional de LOL pela Los Grandes; e "KSCERATO" (Kaíke Cerato), rifler da Fúria E-sports, destacado entre os 20 melhores jogadores do mundo por quatro anos consecutivos.

De tal forma, a identificação no e-sports atua como um mecanismo para a promoção da subjetividade, promovendo a assimilação de valores e comportamentos específicos, processo esse que leva o sujeito a construir uma identidade em conformidade com os padrões de um cenário social altamente valorizado e competitivo. O ambiente competitivo, por sua vez, fomenta a agressividade e raiva durante as partidas. Quanto a isso, assim como “o futebol é um jogo coletivo, não individual, dentro deste coletivo é que o individual emerge.” (Ferreira *et al.*, 2022, p. 164). Nos jogos de e-sports, o individual também se manifesta no contexto do coletivo, seja pela atuação decisiva de um jogador, seja pela forma como ele se destaca em habilidades específicas. Essa dualidade permite compreender que o indivíduo, ao identificar-se com o grupo, encontra uma forma de satisfazer desejos inconscientes, ao mesmo tempo que se submete às normas e valores compartilhados por esse coletivo. No caso dos e-sports, a identificação com a equipe ou com os jogadores promove tanto um fortalecimento de laços interpessoais quanto a formação de uma identidade coletiva que ecoa os valores do cenário competitivo: resiliência, estratégia, disciplina e, muitas vezes, agressividade.

A agressividade é muitas vezes canalizada durante os jogos como uma expressão sublimada das pulsões, conforme descritas por Freud (1920). O ambiente competitivo não apenas oferece uma válvula de escape para as pulsões, mas as regula através de normas e códigos específicos que delimitam o comportamento dentro do espaço de jogo, reforçando que o cenário digital competitivo serve como um espaço simbólico para a expressão de aspectos inconscientes, ao mesmo tempo que promove a integração do sujeito à realidade social.

Segundo Lacan (1966), “é no campo do Outro que o sujeito se constitui, na medida em que, nesse campo, os significantes estão localizados e o determinam em sua posição de sujeito.” (Lacan, 1966, p. 688). Tais significantes incluem não apenas os valores e normas do jogo, mas também as interações com outros jogadores, a visibilidade proporcionada pelas redes sociais e a competição constante para se destacar como o melhor. Em última instância, o processo de identificação no e-sports transcende o jogo em si, estendendo-se para a formação de uma subjetividade que reflete os desafios e as dinâmicas do mundo contemporâneo. O sujeito que emerge desse cenário é, portanto, um produto da interseção entre suas pulsões internas e as demandas do meio digital, um espaço onde o ideal de performance e a busca por pertencimento se tornam centrais para sua identidade.

3 PSICANÁLISE E O SUJEITO NO E-SPORTS

O envolvimento com o esporte durante a adolescência propicia ao indivíduo uma oportunidade de experimentar o papel na sociedade e buscar um lugar onde encontre pertencimento e relevância. A busca de uma identidade única e autônoma pode encontrar terreno fértil em ambientes de desafio e conquista. O cenário competitivo é altamente atraente para jovens que anseiam sair da posição de dependência e assumir um papel ativo e visível em uma comunidade.

Para os adolescentes, as competições de e-sports tornam-se um espaço de validação social e autoafirmação, onde habilidades específicas são valorizadas e premiadas, possibilitando ao jovem experimentar e ajustar sua identidade a partir de feedbacks externos, sejam eles positivos ou negativos, como uma forma de experimentação identitária, “a identificação é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. [...] Ela surge de uma tentativa de configurar o ego à semelhança do objeto que constitui o modelo” (Freud, 1923, p. 34), em que o adolescente testa diferentes versões de si mesmo na busca por reconhecimento e aprovação, enquanto tenta lidar com os conflitos internos e o medo de falhar.

O grupo fornece ao sujeito a possibilidade de identificar-se com valores e ideais que o ajudam a constituir sua subjetividade, oferecendo suporte emocional e reconhecimento. Para além, o pertencer ao clube torna a experiência grupal mais significativa, levando o indivíduo a buscar por clubes e times que tenham os mesmos valores e ideais que ele busca para si. Diante disso, podemos ver, por exemplo, a força que a camisa do time atribui a cada torcedor, em que o título e as premiações ficam em plano secundário.

As ações sociais e as causas apoiadas por times de e-sports vão além da competição, refletindo os valores que atraem os indivíduos a esses grupos. Fundada em 2017 por Jaime

Pádua, André Akkari e Cris Guedes, a Fúria E-sports atua em diversas modalidades de campeonatos eletrônicos, como CS:GO, Rocket League e League of Legends.

Apesar de sua popularidade ser atrelada ao CS:GO, a organização se conecta ao público através do dialeto próprio do e-sports, favorecendo criadores de conteúdos e jogadores nacionais, sendo um dos poucos times a ter uma *line* exclusivamente brasileira, sem jogadores externos, até o ano de 2024. Com a pantera como mascote, a Fúria tem como principal mensagem a superação, realização de sonhos e a excelência diante das oportunidades oferecidas:

Os seres humanos vivem por resultados positivos, para realizar sonhos. Os sonhos são imprevisíveis, desafiadores! Devemos estar prontos para maximizar todas as oportunidades. Estar pronto é tomar as decisões corretas para construir uma jornada em direção aos nossos objetivos. Objetivos precisam de preparação, comprometimento implacável e estratégia de longo prazo. A estratégia se reflete em aprendizado, treinamento e competição em um ciclo sem fim que constrói a evolução. A evolução traz resultados positivos, que traz diversão, que aproxima as pessoas. E unir as pessoas, atingindo resultados positivos e nos divertindo, é o nosso sonho (Furia, 2021, n.p.).

O pertencimento é frequentemente consolidado por símbolos, como a camisa de um time, que adquirem uma força emocional, carregam consigo a história, os valores e as conquistas do grupo, mas também se destacam como uma afirmação do que o clube representa para cada indivíduo.

Exemplos concretos incluem clubes esportivos que promovem campanhas contra o racismo, em prol da diversidade e da igualdade de gênero, ou times de e-sports que se engajam em iniciativas para democratizar o acesso à tecnologia e ao aprendizado de programação. Tais ações reforçam a identificação dos torcedores com causas que eles mesmos consideram importantes, tornando o vínculo emocional ainda mais profundo e significativo.

4 A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CAMPO ESPORTIVO

No ambiente competitivo, o papel do psicólogo é fundamental para o desenvolvimento integral dos jogadores. Assim como nos esportes tradicionais, os atletas enfrentam demandas emocionais significativas, que exigem estratégias para gestão emocional, controle de ansiedade e promoção da saúde mental. A atuação do psicólogo engloba a assistência na regulação emocional, ajudando os jogadores a manterem o equilíbrio diante das frustrações e pressões do ambiente competitivo, “a premissa que deve ser lembrada pelo psicólogo quando estiver realizando o acompanhamento psicológico em e-sports é: a atuação tem como foco o jogador em si, seus interesses e necessidades” (Zakalski, 2024, p. 41).

A psicologia oferece ferramentas para ajudar jogadores a lidar com as pressões do desempenho e explorar suas identidades competitivas, de forma que “os jogadores de esportes eletrônicos parecem valorizar uma aliança de trabalho efetiva, partindo do que podem construir com base na confiança que sentem no psicólogo.” (Zakalski, 2024, p. 41). A transferência e a contratransferência, conceitos centrais da teoria, permitem a compreensão das relações entre os jogadores e suas equipes, treinadores e até mesmo com o público, dinâmicas as quais frequentemente refletem padrões inconscientes que podem influenciar a cooperação ou gerar conflitos.

Inicialmente, é necessário definir o que é o relacionamento terapêutico e a aliança de trabalho. No contexto clínico, muitos psicólogos podem chamar essa relação de "vínculo", "transferência e contratransferência" ou "aliança terapêutica". Todos esses conceitos dizem respeito à mesma vivência. Esse fenômeno foi discutido por diversos psicólogos e teóricos ao longo dos anos, começando por Freud, em 1895, que, com sua atuação com pacientes histéricas, desenvolveu o conceito de transferência. Tal conceito foi amadurecido por ele em 1912 e novamente em 1917, quando finalizou sua definição ligando-a com a contratransferência (Zakalski, 2024, p. 37).

A pressão para alcançar resultados também é um aspecto crítico. A escuta possibilita que os atletas identifiquem e ressignifiquem as demandas externas, ajudando-os a entender como essas influências moldam sua autoestima e motivação. “O segredo de um bom desempenho em uma competição é aplicar com maestria, no momento decisivo da competição, o que foi aprendido em treino.” (Godoi, 2024, p. 20). Além disso, no universo dos e-sports, onde jogadores adotam pseudônimos, criam avatares e utilizam de um dialeto próprio:

[...] é fundamental ao psicólogo estar atento aos efeitos culturais dos jogos, pois, além de uma linguagem própria surgir nesses núcleos, em uma equipe profissional é provável que os jogadores compartilhem o mesmo espaço não apenas com outras pessoas do mesmo jogo e comunidade, mas também de jogos diferentes (Godoi, 2024, p. 21).

A vivência no e-sports e no esporte, em geral, influencia diretamente na subjetividade dos jogadores, trazendo impactos psicológicos significativos. A formação de vínculos no ambiente virtual, convivência em centro de treinamento e nas *gaming houses*, por exemplo, oferece tanto vantagens quanto desafios.

Grande parte das equipes de e-sports possui centros de treinamento e alojamento, as chamadas *gaming houses*. Então, mais do que dividir o espaço de trabalho, os jogadores também dividem o banheiro, a cozinha e são colegas de quarto. É importante estar atento a esse momento fora de jogo, pois, nos períodos de convivência, surgem conflitos que não apenas são levados para dentro do jogo, como também potencializam situações de frustração capazes de causar o rompimento de uma equipe (Godoi, 2024, p. 18).

Outro ponto de grande valia é a competitividade extrema. A avaliação constante do desempenho pode levar os jogadores à associação de sua identidade exclusivamente aos resultados alcançados, gerando desequilíbrios emocionais e afetando sua autopercepção, sendo importante a realização do biofeedback, conforme abordado por Godoi (2024), de forma que:

O uso dessa ferramenta facilita que o usuário identifique e aprenda a controlar melhor sensações e processos involuntários que o atrapalham. A aprendizagem ocorre por meio da disposição em tempo real das informações fisiológicas (como batimentos cardíacos, pressão arterial, ondas cerebrais, entre outras), captadas por equipamentos eletrônicos que monitoram constantemente determinados parâmetros fisiológicos. Quando sinais corporais específicos são emitidos, o computador prontamente sinaliza, indicando os momentos em que se entra ou sai do estado de tensão, relaxamento ou atenção desejado (Godoi, 2024, p. 19).

Mais do que um espaço competitivo, o e-sports também atua como um importante meio de socialização e expressão identitária. As interações entre jogadores, equipes e comunidades criadas em torno dos jogos promovem um senso de pertencimento, embora possam também gerar conflitos que impactam a autoestima dos envolvidos. Essas dinâmicas são cruciais para a formação das subjetividades dos jogadores e do indivíduo.

A demanda inicial do acompanhamento psicológico nos e-sports surge da necessidade de que o atleta desenvolva habilidades para lidar e controlar os impulsos durante a competição. Entretanto, o acompanhamento psicológico vai além do controle imediato dos impulsos: ele permite que o atleta compreenda e ressignifique sentimentos frequentemente rotulados como ruins, como a raiva, frustração, agressividade e até depressão. Em vez de vilanizar essas emoções, o psicólogo visa ajudar o indivíduo a reconhecê-las como parte integrante da experiência humana, possibilitando um entendimento mais profundo de si mesmo.

No contexto competitivo, o atleta aprende a diferenciar o “estar ansioso” do “ser ansioso”, distinção fundamental, pois ajuda a evitar que um estado emocional transitório seja confundido com uma característica fixa de sua personalidade. Ao perceber a ansiedade como um fenômeno momentâneo, o atleta pode lidar com ela de maneira mais saudável, atribuindo ao momento sua devida importância sem generalizá-lo para toda a sua identidade.

A vivência repetida de momentos desafiadores, como frustração e agressividade, também contribui para que o indivíduo desenvolva um repertório emocional mais amplo. Como representado por Freud (1920), no jogo “fort-da”, é possível ressignificar experiências de perda, entendendo-as como parte de um ciclo em que ganhos e perdas coexistem. Assim, até mesmo na derrota, o atleta pode identificar aprendizados e elementos positivos.

O atleta de alto desempenho, frequentemente visto como herói e inspiração para muitos, não é sustentado apenas por sua coleção de títulos, troféus ou conquistas marcantes. Sua

condição de herói se perpetua especialmente em momentos de baixa performance, quando, mesmo diante da possibilidade de derrota, ele continua disposto a competir, “o verdadeiro ídolo não é apenas aquele que vence, mas aquele que persiste, mesmo diante de adversidades” (Rubio, 2021, p. 134).

O jogo, em sua essência, é uma dinâmica fria: equipes competindo com o único objetivo de vencer. Contudo, o componente emocional atrelado a essas disputas transforma o ato de competir em uma experiência carregada de pressões e significados. Por exemplo, no futebol, um embate entre o time A, líder da tabela, e o time B, próximo à zona de rebaixamento, pode parecer inicialmente apenas mais uma partida. No entanto, a pressão imposta ao time A por estar no topo e enfrentar um clássico eleva significativamente a importância da disputa. Essa pressão transcende o jogo em si, alimentada pela expectativa de torcedores, a tradição do clube e o peso simbólico da camisa que vestem.

Mesmo diante de uma possível goleada nos primeiros 45 minutos, o time tem duas opções: entregar o jogo ou lutar por uma virada. A escolha de perseverar, mesmo quando as chances de sucesso parecem mínimas, revela o valor psicológico e emocional atribuído ao jogo. É essa resiliência emocional que o acompanhamento psicológico propicia aos atletas, permitindo-lhes encarar desafios, baseados pelo princípio da realidade e do que se encontra ao alcance de cada um. No jogo de volta das oitavas de finais da Copa Libertadores, entre Palmeiras e a Universidad Católica do Chile, em coletiva de imprensa, Abel Ferreira, técnico do Palmeiras, disse: “No futebol, gostamos de individualizar, mas há uma palavra de que gosto muito, que é o nós. Nós ganhamos, nós perdemos e cada um contribui com o seu melhor para proporcionar as melhores condições para que os jogadores possam render o seu máximo” (Ferreira *et al.*, 2022, p. 272).

Entretanto, o acompanhamento psicológico de atletas de alto rendimento não só propicia a compreensão do indivíduo e do atleta, de forma que o *fair-play* seja ministrado dentro e fora de campo, com o adversário e com o próprio jogador, uma vez que independentemente de como o outro jogará, o que prevalecerá será a identidade do indivíduo. (Ferreira, 2022, p. 272).

5 DISCUSSÃO

A pesquisa apresentada procurou evidenciar o papel central que tanto os esportes tradicionais quanto os e-sports desempenham na formação da identidade e subjetividade dos indivíduos, especialmente entre jovens e adolescentes. Esses espaços em potencial se mostram mais do que arenas de desenvolvimento técnico, emergindo como contextos significativos para a elaboração de valores, a experimentação identitária e a busca por validação e pertencimento.

Conforme discutido ao longo do artigo, é possível observar que o cenário de e-sports emerge como um campo complexo e ainda incipiente, o qual desempenha um papel fundamental na construção e manutenção da subjetividade dos indivíduos. Através da interação com os times ou das *gaming houses*, a construção de uma identidade coletiva e a busca por pertencimento e reconhecimento, os atletas e fãs se envolvem profundamente nesse universo. Fomentados pela vivência em grupo e os ideais compartilhados, tornam-se essenciais para o desenvolvimento emocional e psicológico dos participantes. É nesse contexto que a atuação da psicologia oferece uma compreensão mais profunda das motivações inconscientes por trás desse envolvimento, bem como das tensões entre o ego, o superego e as pulsões individuais, presentes no ambiente competitivo.

O papel da psicologia, nesse cenário, é fundamental não apenas no apoio psicológico direto aos atletas, mas também na produção de conhecimento sobre o impacto das telas na saúde mental dos indivíduos. A prática de e-sports, embora ofereça oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, também pode levar ao surgimento de questões relacionadas a vícios em jogos, exposição excessiva a telas e desequilíbrios emocionais. Dessa forma, o psicólogo desempenhará um papel crucial na identificação e no tratamento de problemas decorrentes do uso excessivo de tecnologias, ao mesmo tempo em que promove o equilíbrio entre a vida virtual e as necessidades emocionais dos jogadores, campos esses que se fundem quando o indivíduo tem como labor o mesmo objeto do lazer.

É através da conciliação da jornada do atleta atrelada a narrativas heroicas e de mitos, que se molda não apenas a autoimagem dos atletas, mas também as expectativas e relação da sociedade para com eles. Sendo assim, o conceito de identificação demonstrou-se central para compreender como indivíduos incorporam características de figuras exemplares e se conectam a valores coletivos, fortalecendo laços interpessoais e promovendo a coesão social.

A vivência do arquétipo do herói pelo atleta é experimentada em toda a sua abrangência, seja pela demonstração de força e coragem, seja pela capacidade de realizar virtudes destinadas a poucos, seja até em determinados momentos pela morte trágica. Contudo, isso não é de se estranhar que justamente este personagem seja o alvo de projeção de grande parcela da população de crianças e jovens. Reside na possibilidade de realizações semelhantes e, na consequente permanência, a esperança de um futuro que inscreva seu nome na história, como o tiveram os heróis-atletas da Antiguidade (Rubio, 2021, p. 250).

Os e-sports, como espaço transicional, conceito de Winnicott, oferecem uma plataforma para canalizar impulsos agressivos, lidar com frustrações e desenvolver resiliência. Entretanto, desafios relacionados a burnout, frustração e o medo de falhar destacam a importância de suporte psicológico e da ampliação de trabalhos acadêmicos voltados para a área.

Por sua vez, é importante considerar as variáveis diante ao perder ou ganhar, uma vez que a cada ganho há um aumento na expectativa e, principalmente em atletas de alto rendimento, o peso recai sobre o jogador, que muitas das vezes acata o rendimento coletivo como mérito do seu rendimento individual.

A atuação do psicólogo esportivo encontra-se numa crescente exponencial, tanto nos esportes físicos quanto nos eletrônicos, uma área ainda incipiente de recursos e discussões. O trabalho com atletas vai além da gestão de ansiedade e emoções momentâneas, abrangendo a ressignificação de experiências desafiadoras, a promoção do autocontrole e a construção de uma subjetividade equilibrada e autêntica, do atleta e do indivíduo, sendo que “os dois ingredientes que mais contribuem para uma atuação efetiva na psicologia do esporte são: conhecimento psicológico e habilidade de estabelecer relações positivas de trabalho com atletas” (Zakalski, 2024, p. 40).

Outrossim, o cenário como um todo reforça ainda mais a elasticidade do psicólogo em poder atuar para além das quatro paredes da clínica, ao desenvolver habilidades e técnicas que propiciem o atendimento, seja de forma on-line, presencial, em corredores, por videochamadas, dentro dos CTs e das *gaming houses*, uma vez que o profissional se permita, dentro dos limites profissionais, adentrar o jogo e compreender aquele espaço junto ao indivíduo.

Mais do que entender quais os processos físicos, cognitivos e psicológicos serão constantemente ativados - algo que muda de eSport para eSport -, toda a linguagem dos jogadores é moldada com base nas regras e nos conteúdos do jogo; portanto, até para entender o que está sendo falado é preciso estar por dentro do jogo (Godoi, 2024, p. 19).

Portanto, a discussão não se limita a reconhecer o potencial positivo ou negativo dos esportes, mas a evidenciar suas ambiguidades. Ao mesmo tempo em que criam comunidades, podem gerar isolamento, e ao mesmo tempo em que ampliam horizontes profissionais, podem reduzir e limitar o sujeito à sua performance. Ao mesmo tempo em que funcionam como espaço transicional, podem cristalizar compulsões. Tais paradoxos desafiam a uma atuação psicológica que vá além da clínica tradicional, integrando o universo digital e suas especificidades.

Em março de 2025, no jogo da Libertadores Sub-20 entre Palmeiras e Cerro Porteño, durante a partida, torcedores paraguaios fizeram gestos racistas dirigidos aos atletas Figueiredo e Luighi. Tal episódio traz uma problematização necessária ao debate: se os esportes funcionam como espaços de pertencimento e construção de identidade, eles também podem reproduzir, mesmo que em escala reduzida, tensões e violências próprias da sociedade.

As manifestações racistas sofridas pelos jogadores do Palmeiras revelam como o cenário esportivo não está isolado das contradições sociais, mas sim por vezes as reproduz e as

intensifica sob a lógica da competição. A ausência de punição ao time paraguaio, o qual foi orientado a realizar campanhas contra o racismo nas redes sociais, porém não foi penalizado formalmente na competição, mesmo após a denúncia formal à Conmebol, levanta a questão de até que ponto as instituições esportivas assumem de fato a responsabilidade ética por seus públicos e comunidades e como outros utilizam de tal discurso para endossar o próprio, ao mesmo tempo que a CBF e times brasileiros adotaram posturas e campanhas contra o racismo em seus jogos, principalmente contra adversários estrangeiros.

Dessa forma, fica claro que a postura dos clubes e organizações não é neutra: ao decidir agir ou se omitir, elas comunicam valores e legitimam práticas. Do mesmo modo, as reações dos atletas e torcedores constituem discursos simbólicos que reforçam ou questionam normas sociais, pautadas pela figura exemplar. Assim, se o esporte pode ser lugar de construção de coesão e de narrativas heroicas, também pode se converter em palco de exclusão e violência quando as instâncias falham em estabelecer limites claros.

Dessa forma, pode-se compreender que tanto os esportes quanto os esportes eletrônicos são movimentados por forças inconscientes, identificações e narrativas coletivas que moldam a subjetividade e o contexto no qual estão inseridos. O campo esportivo, físico ou digital, é, ao mesmo tempo, um espaço de construção de pertencimento e de reprodução de tensões sociais. Sendo assim, reconhecer tais paradoxos é parte fundamental para compreender como a subjetividade se produz no esporte contemporâneo e para sustentar intervenções que promovam não apenas performance, mas também saúde psíquica e ética coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do apoio direto aos atletas, a psicologia atua na formação de intervenções que considerem as especificidades do universo dos e-sports, incluindo a pressão por desempenho, a competitividade exacerbada e as dinâmicas de grupo intensificadas por plataformas digitais. A psicologia, portanto, se apresenta como uma ferramenta essencial para garantir que os e-sports se desenvolvam de forma saudável, de forma a não evitar sentimentos desagradáveis ou apenas almejar o título, mas proporcionando o equilíbrio ao aplicar com maestria em competição aquilo que foi abordado em treino.

O cenário dos e-sports traz características únicas, como a interação em ambientes virtuais e a forte influência de comunidades online, elementos que exigem adaptações nos modelos teóricos e de intervenção psicológica, tão bem quanto a possibilidade de acesso a indivíduos que não se identificam com o esporte convencional, como futebol, vôlei etc.

Consequentemente, há uma necessidade de ampliar a produção acadêmica nessa área, elaborando teorias que considerem as particularidades do envolvimento com jogos eletrônicos competitivos e seus efeitos na formação da subjetividade e da identidade, tão bem quanto seus ganhos e perdas.

O papel do psicólogo é crucial no suporte aos atletas de e-sports, ajudando-os a lidar com as pressões emocionais e sociais que enfrentam durante as competições e treinos. A pesquisa sugere que o acompanhamento psicológico através do viés psicanalítico pode oferecer insights sobre como os jovens lidam com suas experiências dentro desse universo competitivo. É fundamental que os profissionais desenvolvam estratégias que atendam às necessidades específicas desses jogadores, considerando as particularidades do ambiente digital e o presencial.

Entretanto, o presente artigo apresenta algumas limitações. A ausência de literatura sobre psicologia de e-sports o limita a comparações teóricas e à construção de um referencial mais robusto. Entretanto, concentrou-se principalmente na perspectiva psicanalítica, podendo ser abordado e explorado por outras abordagens que possam contribuir de formas significativas ao estudo. Os fatores culturais, socioeconômicos e tecnológicos abordados representam um recorte de eventos recentes utilizados para ilustrar a influência do esporte para com o indivíduo, apesar de influenciarem a experiência e o desempenho dos jogadores.

Sendo assim, em pesquisas futuras, explorar a eficácia das intervenções psicológicas adaptadas a diferentes perfis de jogadores e níveis de competição demonstra-se importante na investigação de outras abordagens teóricas para compreender melhor o impacto dos e-sports na saúde mental e nas habilidades socioemocionais. Estudos que abordem a influência das interações online, comunidades digitais e redes sociais na construção da identidade e nas relações sociais são importantes, visto que não há mais uma perspectiva do mundo real sem sua interação com a virtualidade.

Por fim, os e-sports vão além do entretenimento, impactando a subjetividade daqueles que os consomem. A psicologia neste contexto pode oferecer ferramentas fundamentais para promover e contribuir com o bem-estar e o desenvolvimento integral dos atletas, além de abrir espaço para novas investigações acadêmicas que aprofundem a compreensão desse universo em expansão.

Em suma, o artigo conclui que os e-sports são mais do que uma forma de entretenimento; eles são um fenômeno social que impacta profundamente a subjetividade dos indivíduos. A intersecção entre o social e o psíquico é vital para entender como adolescentes constroem suas identidades em um mundo cada vez mais digitalizado. A pesquisa abre espaço

para futuras investigações sobre a psicologia dos e-sports, ressaltando a necessidade de mais estudos que explorem essa área em crescimento. Dessa forma, compreender como o digital influencia no contexto psíquico pode ser uma ferramenta imprescindível para auxiliar o psicólogo e a equipe multidisciplinar na superação de traumas e obstáculos; é fundamental para a promoção da saúde mental.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Abel; MARTINS, João; COSTA, Tiago e CASTANHEIRA, Vitor. **Cabeça fria, coração quente**. Uma viagem pelos bastidores da equipa técnica: segredos, reflexões e métodos de trabalho revelados em primeira pessoa. São Paulo: Garoa Livros, 2022.

FURIA. **O DNA FURIA**. YouTube, 6 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZYY77BP7cU4>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

FREUD, Sigmund. (1920-1923). **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. In.: Obras completas volume 15: Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. 1921.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. In: FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19, p. 15-70. (Trabalho original publicado em 1923).

GODOI, Cláudio. **Introdução à psicologia dos esportes eletrônicos**: contexto geral. In: ZAKALSKI, Natália; FORTIM, Ivelise; GRANNIER, Júlia (orgs). **Psicologia dos esportes eletrônicos**: teoria e prática. São Paulo: Senac, 2024.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MURKO, Dmytro. Most popular esports channels on Twitch in 2022. In. **Esports Charts**. 2022. Disponível em: <https://escharts.com/news/most-watched-esports-twitch-channels-2022>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NEWZOO. Global games market report 2023 – free version. Disponível em: <https://newzoo.com/resources/trend-reports/newzoo-global-games-market-report-2023-free-version>. Acesso em: 24 nov. 2024.

RUBIO, Kátia. **Atletas olímpicos brasileiros**: heróis e ídolos para sempre. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2021.

RUBIO, Kátia; OLIVEIRA CAMILO, Juliana Aparecida de. **Psicologia Social do Esporte**. São Paulo: Képos, 2019.

RUBIO, Kátia. **O Atleta e o Mito do Herói**: o Imaginário Esportivo Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Laços, 2021.

WINNICOTT, Donald Woods. (1896-1971) **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

WINNICOTT, Donald Woods. Communicating and not communicating leading to a study of certain opposites. *In*: WINNICOTT, Donald Woods **The maturational process and the facilitating environment**. London: Karnac, 1990, p. 179-192. (Trabalho original publicado em 1963).

ZAKALSKI, Natália. Relacionamento terapêutico e aliança de trabalho. *In*: ZAKALSKI, Natália; FORTIM, Ivelise; GRANNIER, Júlia (orgs). **Psicologia dos esportes eletrônicos: teoria e prática**. São Paulo:Senac, 2024.

PSICOLOGIA DO TRABALHO E TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO MANEJO DA ANSIEDADE SOCIAL E DE DÉFICITS EM HABILIDADES SOCIAIS: ESTUDO DE CASO

TRICOLI, Taian Felipe Pinto Puzoni¹; TRICOLI, Valquiria Aparecida Cintra².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-588>

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo evidenciar um estudo de caso e a importância da psicologia do trabalho no ambiente corporativo. Uma jovem adulta buscou o atendimento psicológico, sendo este um dos dispositivos de acesso do “Programa Saúde Mental do Trabalhador”, a fim de que se pudesse ajudá-la a lidar com as crises de ansiedade e excesso de timidez, além de não conseguir fazer as coisas que queria e sentir medo da rejeição. Essas crises, marcadas por excesso de timidez e desesperança, tiveram início na adolescência, aos 17 anos, e se estenderam até a fase adulta, totalizando cerca de 30 anos de intenso sofrimento e impacto negativo sobre sua forma de pensar, sentir e agir. Em síntese, ela se descrevia como uma pessoa triste, desmotivada, insegura, e por vezes trazia que se sentia “horrível”, que as pessoas a olhavam e a julgavam. A abordagem que direcionou este caso foi a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) em consonância com a Psicologia do Trabalho, utilizando-se técnicas cognitivas, comportamentais e emocionais. Ao todo realizaram-se 65 sessões (no período de 08/10/2021 a 28/05/2025).

Palavras-chave: psicologia do trabalho; Terapia Cognitivo-Comportamental; ansiedade social; habilidades sociais; autoestima.

ABSTRACT

This article aims to highlight a case study and the importance of occupational psychology in the corporate environment. A young adult sought psychological care, one of the access mechanisms of the "Worker's Mental Health Program," to help her deal with anxiety crises and excessive shyness, in addition to being unable to do the things she wanted and fearing rejection. These crises, marked by excessive shyness and hopelessness, began in adolescence at age 17 and continued into adulthood, totaling approximately 30 years of intense suffering and a negative impact on her way of thinking, feeling, and acting. In summary, she described herself as a sad, unmotivated, and insecure person, and sometimes expressed she felt "horrible" because people looked at her and judged her. The approach that guided this case was Cognitive Behavioral Therapy (CBT) aligned with Occupational Psychology, using cognitive, behavioral, and emotional techniques. In total, 65 sessions were held (from 10/08/2021 to 05/28/2025).

Keywords: work psychology; Cognitive Behavioral Therapy; social anxiety; social skills; self-esteem.

¹ Psicólogo, Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Centro Universitário UNIFAAT, Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo, MBA em Liderança Positiva, Cultura Organizacional e Desenvolvimento Humano pela ARTMED – PUCPR; Coordenador Adjunto do Curso de Psicologia, Monitor Técnico do Núcleo de Treinamento em Avaliação Psicológica; Docente de Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT e Diretor da Tricoli Saúde Mental. *E-mail:* taian-felipe@hotmail.com

² Psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e Doutora em Psicologia como Ciência e Profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAAT - Atibaia, SP. Coordenadora do Centro de Técnicas Terapêuticas e Preventivas de Atibaia (CETEPEA). *E-mail:* valtricoli@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em sua cartilha da POT (Psicologia Organizacional e do Trabalho, 2025), destaca a relevância da psicologia do trabalho, que representa um campo que orienta os psicólogos a atuarem na perspectiva de análise das condições laborais e, a partir disso, quais as consequências sobre a saúde física e emocional dos trabalhadores. Ou seja, o CFP (2025, p. 16) destaca:

Essa abordagem busca compreender os fatores psicossociais de risco e proteção presentes nos contextos organizacionais, propondo intervenções voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, segurança ocupacional, ergonomia, gestão de conflitos, bem como ações de prevenção ao assédio moral e sexual.

O Programa Saúde Mental do Trabalhador, vinculado ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), mais precisamente à Medicina do Trabalho, tem por objetivo oferecer um espaço de acolhimento, orientação, prevenção e desenvolvimento, permitindo a promoção do bem-estar psicológico e emocional, prevenindo os adoecimentos mentais e promovendo a melhoria de qualidade de vida e do ambiente de trabalho. Vale destacar que o programa não centraliza a sua atuação apenas nas demandas advindas do trabalho, mas sim em outras esferas de vida do(a) colaborador(a), a citar: pessoal, familiar, social, educacional, econômica, ambiental e cultural.

De acordo com o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (2020), foram registrados 3.428 casos de reações ao estresse grave e transtornos de adaptação (CID F43), 2.242 casos de outros transtornos ansiosos (CID F41), 1.488 casos de transtornos depressivos (CID F32) e 485 casos de transtornos depressivos recorrentes (CID F33). Destaca-se também que há casos de subnotificação e situações não cadastradas e/ou reconhecidas como transtornos mentais, que não são correlacionadas ao trabalho.

No âmbito do Programa de Saúde Mental do Trabalhador, que possibilitou a realização deste estudo de caso, entre as diferentes modalidades de atendimento oferecidas, foi o Plantão Psicológico a modalidade direcionada à colaboradora deste estudo.

De acordo com Mahfoud (2012), o plantão psicológico consiste em um serviço no qual profissionais da psicologia se colocam à disposição para atender pessoas que necessitam, em locais, dias e horários previamente definidos de forma contínua. Nesse espaço, plantonistas e paciente trabalham juntos na compreensão das situações vivenciadas, analisando dificuldades, elaborando estratégias diante dos desafios, reconhecendo potencialidades latentes e articulando diferentes dimensões da experiência emergente, a fim de construir possíveis direcionamentos para a trajetória do indivíduo.

Nesse sentido, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), em consonância com a Psicologia do Trabalho, contribuiu efetivamente para o caso. Soares (2020, p. 100) destaca:

TCC tem como base o modelo cognitivo, em que uma situação leva a pensamentos automáticos que se relacionam e influenciam mutuamente determinadas respostas emocionais, comportamentais e fisiológicas de um indivíduo.

Dobson e Dozois (2006) complementam que as três premissas básicas e essenciais são: “1. A cognição afeta o comportamento. 2. A cognição pode ser monitorada e alterada. 3. A mudança comportamental desejada pode ser efetuada por meio da mudança cognitiva” (p. 17).

A TCC como modelo de psicoterapia, bem como suas técnicas e ferramentas utilizadas, são baseadas empiricamente, objetivando evocar a eficácia no alívio do sofrimento humano e possibilitar qualidade de vida e fortalecimento do bem-estar dos pacientes (Rocha; Oliveira; Kappler, 2017). Destaca-se também que a TCC se configura como uma abordagem integrativa, devido à incorporação de distintos referenciais teóricos e bases de conhecimento ao seu modelo, alinhados às evidências científicas (Beck; Alford, 2000).

Em articulação com a Psicologia do Trabalho, o atendimento em plantão psicológico não se limitou a avaliar apenas a percepção da colaboradora sobre a instituição, tampouco a compreender exclusivamente seus pensamentos e crenças disfuncionais possivelmente relacionados a comportamentos e emoções negativas no ambiente laboral, como: ansiedade, estresse, baixa produtividade e desequilíbrio emocional. O objetivo foi, sobretudo, compreender sua história de vida de forma integral, considerando também as demais esferas que a constituem.

Portanto, no atendimento psicológico individual em organizações, mais precisamente no plantão psicológico, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem se mostrado eficaz na promoção de mudanças duradouras, podendo ser aplicada tanto em intervenções clínicas individuais quanto em programas de saúde mental no trabalho. Nessa perspectiva, Schein (1982) embasa que a psicologia organizacional e do trabalho configura-se como um campo interdisciplinar voltado à compreensão dos fenômenos que ocorrem no ambiente organizacional, especialmente aqueles relacionados ao bem-estar do indivíduo.

Desta forma, a experiência relatada nesse artigo apresentará a elaboração e condução de um plano terapêutico voltado a uma paciente que manifestou elevada prevalência de transtornos de ansiedade com sintomas depressivos e baixo repertório de habilidades sociais, decorrentes de sua história de vida, e o Programa de Saúde Mental do Trabalhador favoreceu a identificação desse quadro e a possibilidade de trabalhá-lo. A análise funcional possibilitou compreender

aspectos importantes da colaboradora, como o modo de pensar, sentir e agir diante das situações.

Ao longo do atendimento, utilizando-se da observação clínica, aplicação de instrumentos específicos e questionamentos direcionados, foi possível levantar a hipótese diagnóstica de Transtorno de Ansiedade Social, com sintomas depressivos, conforme o quadro apresentado pela paciente.

Ramos e Cerqueira-Santos (2021) mencionam que o Transtorno de Ansiedade Social (TAS) apresenta características intensas, o medo ou ansiedade diante de situações sociais em que o sujeito se sente exposto à avaliação e julgamento dos outros. Este transtorno frequentemente é confundido com timidez ou com outros tipos de transtornos ansiosos.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) (2022), o Transtorno de Ansiedade Social, anteriormente denominado Fobia Social, baliza as características do medo intenso e persistente de situações sociais nas quais o sujeito possa estar exposto ao escrutínio ou julgamento por outros. O medo é desproporcional à ameaça real e frequentemente evoca comportamentos evitativos e prejuízos significativos nas esferas funcionais, organizacionais, afetivas e sociais. No caso descrito, a paciente apresentou sintomas compatíveis com esse diagnóstico, associados a humor deprimido, baixa autoestima, sentimentos de inadequação e desesperança.

Barlow (2023) ressalta que a principal característica da ansiedade social é o medo irracional, acompanhado de uma ansiedade intensa e desproporcional diante de situações sociais ou de desempenho, nas quais o indivíduo teme ser avaliado negativamente.

Beck *et al.* (1997) reconhecem a alta taxa de comorbidade entre a ansiedade social e sintomas depressivos e sugerem que a evitação social prolongada, a autorreferência negativa e os déficits em habilidades sociais interpessoais contribuem, na maioria dos casos, à manutenção ou ao desenvolvimento do quadro depressivo.

De acordo com Muskin (2021) e Torres (2020), citados por Costa e Alves (2023), a ansiedade e a depressão figuram como os transtornos psiquiátricos mais prevalentes na atualidade. São os transtornos mentais mais comuns, apresentando maior probabilidade de ocorrência em mulheres do que em homens. A ansiedade afeta quase 30% dos adultos, enquanto a depressão acomete cerca de 16,6% das pessoas em algum momento da vida.

O presente estudo de caso objetiva discutir o processo terapêutico de uma paciente que apresentou sofrimentos significativos que impactaram sua vida por anos. Através de um programa oferecido pela instituição onde trabalha, passou por uma intervenção terapêutica e

evidenciou resultados efetivos não apenas no plano clínico individual, mas também demonstrou a importância da integração da POT e a aplicação da TCC no ambiente laboral, considerando que o bem-estar psicológico repercute diretamente na qualidade das relações no trabalho, na regulação emocional e na produtividade, além de evidenciar a efetividade do tratamento na promoção da saúde sob uma abordagem integrativa e a consequente melhora na qualidade de vida da paciente.

1 PROCEDIMENTOS

Foram realizadas 65 sessões entre outubro de 2021 e maio de 2025. A primeira sessão teve como objetivo identificar a demanda apresentada pela paciente, além de realizar o levantamento de seu histórico de vida, ou seja: aspectos familiares, profissionais, sociais e acadêmicos, bem como a apresentação do Programa de Saúde Mental do Trabalhador. As intervenções em plantão psicológico seguiram os princípios da TCC, articulados à POT, visando não apenas a melhora clínica da paciente, mas também a promoção de competências socioemocionais relevantes para o ambiente organizacional.

É importante destacar que a observância das normas éticas foi rigorosamente respeitada. A preservação da confidencialidade da paciente foi garantida por meio da anonimização dos dados, conforme orientações do Conselho Federal de Psicologia e diretrizes internacionais. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) foi devidamente apresentado e esclarecido à paciente, assegurando sua compreensão sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios do estudo, além do direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo ao tratamento.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2023): “o exercício profissional da(o) psicóloga(o) deve utilizar princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional”. Em suma, a adoção dessas práticas éticas fortalece a legitimidade da pesquisa, assegurando respeito à autonomia da paciente e respaldo científico ao estudo.

A Terapia Cognitivo-Comportamental, articulada aos princípios da Psicologia do Trabalho, foi empregada com o propósito de promover a qualidade de vida e o bem-estar emocional, portanto, o plano terapêutico desenvolvido fundamentou-se na utilização integrada de técnicas cognitivas, comportamentais e emocionais.

Destarte, os dados de avaliação levantados contribuíram para que no primeiro momento fosse realizada uma psicoeducação sobre o modelo de tratamento da TCC, destacando-se seu processo estruturado, empirismo colaborativo, atenção ao momento presente com o propósito

de desenvolver a aliança terapêutica e fortalecer o vínculo, gestando as dificuldades e instaurando a esperança diante das demandas. Nessa linha de pensamento, Beck (2013, p. 22) destaca que:

O tratamento também está baseado em uma conceituação, ou compreensão, de cada paciente (suas crenças específicas e padrões de comportamento). O terapeuta procura produzir de várias formas uma mudança cognitiva - modificação no pensamento e no sistema de crenças do paciente - para produzir uma mudança emocional e comportamental duradoura.

Desta forma, os procedimentos a citar: técnicas e instrumentos que nortearam o quadro apresentado, bem como a contribuição significativa e eficaz dos atendimentos, serão apresentados em duas etapas, conforme abaixo:

Parte 1 – Processo de Avaliação

Histórico de vida: esse instrumento possibilitou investigar e melhor entender de forma detalhada as experiências passadas e atuais da paciente, a citar: informações pessoais e familiares, relações interpessoais, histórico acadêmico e profissional, eventos significativos (tanto positivamente quanto negativamente), histórico de saúde física, emocional, psicológica etc. Esse recurso permitiu melhor compreender o contexto de vida da paciente e os possíveis fatores que influenciavam seus comportamentos atuais. Entre os aspectos identificados, destacou-se de forma significativa uma autoimagem fragilizada. Ao apontar os itens que reconheceu como representativos de sua trajetória de vida atual, a paciente descreveu-se com sentimentos de inutilidade, inadequação, confusão, culpa e infelicidade. Relatou também perceber seu futuro como incerto, além de se sentir não amada, não compreendida e emocionalmente incompreensível. Sua autoimagem incluía ainda percepções de ausência de atrativos, insegurança e ansiedade. No entanto, também destacou aspectos positivos de si mesma, como ser companheira, confidente e discreta.

Inventário - Bateria Fatorial de Personalidade (BFP) Hutz *et al.* (2010): o BFP, segundo Hutz *et al.* (2010), é um inventário padronizado que avalia cinco dimensões principais da personalidade divididas em facetas específicas, que são: neuroticismo, extroversão, socialização, realização e abertura. O inventário, como instrumento norteador do funcionamento da personalidade, possibilitou que fosse identificado o perfil vulnerável ao sofrimento psíquico com indicadores compatíveis com tendência depressiva, ou seja, apresentou: sentimentos de inadequação, isolamento social, autocrítica excessiva, desânimo, baixa autoestima, desesperança. Além disso, o alto neuroticismo, baixa socialização e a persistência reduzida comprometiam significativamente a sua qualidade de vida e o seu modo geral de funcionamento.

Inventário de Crenças de Ellis (1973): das 12 crenças irracionais, absolutistas, inflexíveis e que auxiliavam negativamente a sua realidade, houve 07 concordâncias.

Tríade Cognitiva de Beck (1979): o objetivo foi identificar padrões de pensamentos negativos que influenciavam:

Visão sobre si mesma: *“uma pessoa triste, tímida, com muitas vontades, mas não colocava nada em prática. Desanimada, autoestima baixa, pensa muito nos outros, confusa.”* Baliza a forma inadequada de como se via.

Visão sobre o mundo: *“um lugar bem difícil.”* A realidade era vista como um lugar injusto e cheio de obstáculos.

Visão sobre o futuro: *“não tenho visão do futuro, porque estou mudando de opinião constantemente.”* O futuro era visto como algo sem esperança, o que reforçava o seu desânimo e a desesperança.

Knapp e Beck (2008, p. 56) citam que:

Baseado em pesquisa sistemática e observações clínicas, Beck propôs que os sintomas de depressão poderiam ser explicados em termos cognitivos como interpretações tendenciosas das situações, atribuídas à ativação de representações negativas de si mesmo, do mundo pessoal e do futuro (a tríade cognitiva).

Essa afirmação evidencia a inclinação da pessoa em possível estado depressivo a manifestar os três tipos de pensamentos automáticos negativos.

Análise Funcional: identificaram-se as variáveis (estímulo, resposta e consequência) que influenciavam os comportamentos da paciente, buscando explicar seu comportamento dentro de determinados contextos.

Em síntese, o processo de avaliação teve como objetivo apresentar os fatores pessoais (autoimagem fragilizada, crenças irracionais e alta vulnerabilidade emocional) que, de certa forma, poderiam refletir diretamente no desempenho e na adaptação no trabalho da paciente. Nessa perspectiva, Zanelli *et al.* (2014, p. 550) apontam que o principal objetivo do profissional que atua na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho é:

Explorar, analisar, compreender como interagem as múltiplas dimensões que caracterizam a vida das pessoas, dos grupos e das organizações, em um mundo crescentemente complexo e em transformação, construindo, a partir daí, estratégias e procedimentos que possam promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

Assim, reafirma-se o papel fundamental do psicólogo em analisar e integrar as múltiplas dimensões que afetam o indivíduo em distintos contextos, elaborando estratégias que favoreçam tanto o bem-estar quanto a qualidade de vida.

Parte 2 – Processo de Intervenção

A atuação da Psicologia do Trabalho, por meio de estratégias de intervenção alinhadas à TCC, favoreceu a promoção da saúde mental, o desenvolvimento de competências e habilidades, além do fortalecimento da autoestima, refletindo em diferentes dimensões da vida da paciente. A seguir, serão apresentadas as intervenções realizadas no contexto do Plantão Psicológico:

Diálogo socrático: Segundo Wright, Basco e Thase (2008), é uma técnica de questionamento colaborativo, por meio de perguntas estratégicas, que busca examinar a validade, probabilidade e a utilidade dos pensamentos desadaptativos.

Pensamentos automáticos: com base no livro *“Bons pensamentos – bons sentimentos: guia de terapia cognitivo-comportamental para adolescentes e jovens adultos”* (Stallard, 2021), realizou-se a atividade sobre pensamentos automáticos com o objetivo de ajudar a paciente a compreender como esses pensamentos influenciavam suas emoções e comportamentos, por meio de perguntas direcionadoras: *“Pensamentos bons sobre mim”*; *“Pensamentos bons sobre o meu futuro”*; *“Pensamentos desagradáveis sobre mim”*; e *“Pensamentos preocupantes sobre o que faço”*.

Psicoeducação:

- *Distorções Cognitivas:* “as distorções cognitivas são erros sistemáticos no processamento da informação que resultam em percepções distorcidas da realidade, que mantêm e reforçam os transtornos emocionais” (Beck, 2013). A psicoeducação sobre esse tema permitiu que a paciente identificasse os padrões que prejudicavam a avaliação objetiva dos fatos, gerando sofrimento emocional e comportamentos desadaptativos.

- *“Criando stress com o pensamento”* (capítulo do livro: *“O stress está dentro de você”*, 1999): a discussão desse tema com a paciente teve como objetivo levá-la a compreender que a forma como interpreta os eventos influencia mais em seu estresse do que os próprios acontecimentos em si.

Técnica do Equilibrista: auxiliou-a a encontrar um ponto de equilíbrio entre pensamentos extremos, como o “tudo ou nada”, promovendo uma visão mais equilibrada e adequada diante das situações.

RPD – Registros de Pensamentos Disfuncionais: Segundo Beck (2013, p. 75): “o registro dos pensamentos automáticos é uma técnica central na terapia cognitiva, que permite aos pacientes tomarem consciência dos pensamentos disfuncionais e aprender a questioná-los sistematicamente”. A utilização do RPD favoreceu a análise das evidências relacionadas às

situações apresentadas, facilitando o acesso aos pensamentos automáticos, emoções e sentimentos, além de possibilitar discussões sobre suas consequências. É importante destacar que essa técnica facilita a reestruturação cognitiva, essencial para a redução dos sintomas de ansiedade e depressão, como evidenciado no caso da paciente.

Diferenciando pensamentos de sentimentos: essa atividade teve como objetivo registrar a situação, os sentimentos e os pensamentos envolvidos, promovendo a diferenciação entre eles — sendo os pensamentos interpretações dos fatos e os sentimentos, as emoções resultantes dessas interpretações —.

Metáfora: “Sou feliz e radiante” (Lauro Trevisan): o uso dessa metáfora teve como objetivo estimular a reflexão sobre como os pensamentos influenciam emoções e comportamentos no cotidiano, destacando que a mudança começa, primeiramente, pela forma de pensar, estimulando a reestruturação cognitiva.

Autoestima: realizou-se uma intervenção focada nesse tema, considerando que as implicações cognitivas e emocionais impactavam diretamente o funcionamento interpessoal da paciente, contribuindo para sua inabilidade social. “A baixa autoestima está associada à ativação de crenças centrais negativas que influenciam a forma como o indivíduo percebe a si mesmo, os outros e o mundo, gerando sofrimento emocional e padrões desadaptativos de comportamento” (Beck, 2013, p. 250). Para isso, utilizou-se o “*caderno de exercícios para aumentar a autoestima*” (Poletti; Dobbs, 2013).

Segundo Del Prette e Del Prette (2005), a autoestima contribui para a expressão espontânea e eficaz dos comportamentos sociais, atuando como um elemento facilitador do desenvolvimento da competência social.

Atividade “Como você se via?” e “Como você se vê hoje?”: essa atividade incentivou a paciente a refletir sobre sua autoimagem, permitindo a comparação entre sua percepção atual e os avanços conquistados ao longo do processo. Ela relatou que, anteriormente, percebia a si mesma de forma extremamente negativa, sentindo-se como um “lixo”, horrível e incapaz de ter amigos. No entanto, atualmente, descrevia-se como uma pessoa incrível, trabalhadora e com bons amigos. Rosenberg (1979, p. 34) cita que: “a autoimagem é um componente central do autoconceito, refletindo a forma como os indivíduos se veem em relação a diferentes aspectos de si mesmos, influenciando seu comportamento e suas interações com os outros.”

Atividade Roda da Vida: ferramenta visual e prática que possibilitou à paciente avaliar de maneira clara, rápida e quantitativa (por meio da atribuição de notas) as diferentes áreas da sua vida.

Treinamento de Habilidades Sociais: realizaram-se intervenções estruturadas com o objetivo de desenvolver e fortalecer comportamentos sociais funcionais, promovendo a interação interpessoal e a adaptação da paciente aos diversos contextos sociais, especialmente aqueles marcados por padrões de evitamento e fuga.

Del Prette e Del Prette (2001, p. 12) citam que “o treinamento de habilidades sociais consiste em um conjunto de procedimentos que visam ensinar repertórios sociais deficitários ou aprimorar aqueles que estão presentes, mas são pouco eficientes.”

Escada dos objetivos: com base nos objetivos apresentados pela paciente, a atividade permitiu que ela identificasse sua situação atual, definisse seus objetivos futuros e planejasse estratégias para superar os obstáculos.

Respiração Diafragmática: a técnica auxiliou no manejo do alívio da ansiedade. Orientou-se que, ao inspirar, a paciente ficasse atenta à movimentação do diafragma, localizado próximo ao tórax e abdômen, observando sua expansão durante a inspiração e sua contração na expiração. Falcone e Oliveira (2012) afirmam que a respiração diafragmática tende a restabelecer o equilíbrio, contribuindo para a redução dos sintomas e promovendo maior controle da ansiedade.

Parada mental “PLACA PARE”: ao comando da palavra “PARE”, a paciente deveria interromper a progressão dos pensamentos negativos e catastróficos. Essa técnica mostrou-se eficaz ao lidar com pensamentos incômodos que favoreciam a manifestação de comportamentos indesejados.

Técnica Relaxamento da Ansiedade (Lipp, 2015): foi introduzida uma técnica de relaxamento voltada para o manejo da ansiedade, com o objetivo de auxiliar a paciente no controle da tensão e do medo excessivo.

Assertividade: realizou-se uma psicoeducação sobre os estilos de comportamento agressivo, passivo e assertivo, incluindo a discussão da Lista de Direitos Humanos e a exibição do vídeo “Assertividade” (canal Minutos Psíquicos, YouTube), com o objetivo de favorecer a compreensão e a modificação dos padrões comportamentais da paciente.

Técnicas emocionais: trabalhou-se com a educação psicoafetiva com a paciente, devido à dificuldade em reconhecer e compreender os próprios sentimentos e emoções. Para isso, foram utilizadas estratégias que facilitassem esse acesso, como a discussão do filme *Divertidamente* (Pixar, 2015) e a construção do mapa das emoções, relacionando-os com os pensamentos trazidos pela paciente.

Roteiro de Resolução de Problemas: essa atividade teve como objetivo apresentar alternativas para os passos necessários à resolução de problemas, estimulando a capacidade de planejamento e incentivando a criatividade na tomada de decisões.

Avaliação do Processo Terapêutico: pautou-se nas seguintes perguntas:

1. *Quais avanços ou conquistas tinha percebido;*
2. *Como avaliava a experiência ao longo do processo terapêutico;*
3. *Quais sentimentos estiveram presentes durante essa trajetória;*
4. *Quais aspectos identificava que ainda precisavam ser desenvolvidos ou aprimorados;*

Estratégias para follow up e prevenção de recaídas:

O objetivo foi espaçar as sessões a fim de observar como a paciente lidaria com as demandas do cotidiano sem o suporte terapêutico contínuo, favorecendo o registro das estratégias utilizadas e a identificação das habilidades desenvolvidas ao longo do processo.

Dobson e Dozois (2010) destacam que, na fase de encerramento do processo psicoterapêutico, é essencial realizar uma revisão do percurso terapêutico e, em conjunto com a paciente, planejar metas e ações voltadas ao fortalecimento da autoestima e à reformulação de crenças relacionadas à autoeficácia. Esse planejamento favorece a consolidação de estratégias e a introdução de novos exercícios, promovendo o desenvolvimento de habilidades para modificar crenças disfuncionais, tornando-as mais adaptativas e realistas.

A etapa da intervenção envolveu um plano terapêutico que buscou trabalhar técnicas cognitivas, comportamentais e emocionais, favorecendo o engajamento ativo da paciente no processo que objetivou a flexibilização de crenças rígidas e autodepreciativas, desenvolvimento de competências interpessoais e assertividade, bem como o reconhecimento da importância dessas habilidades, desenvolvidas e/ou aprimoradas, para o funcionamento saudável não apenas no contexto laboral, mas também para a prevenção de adoecimentos e a promoção da saúde em todas as esferas da vida da paciente.

2 RESULTADO E DISCUSSÃO

É importante destacar que programas de qualidade de vida voltados ao bem-estar psicológico, emocional e físico dos trabalhadores contribuem de forma significativa e positiva para o ambiente organizacional, ao promover acolhimento, prevenção e promoção da saúde. Nessa linha de pensamento, Bock e Aguiar (1995, p. 110) elucidam que:

Promover saúde significa compreender e trabalhar com o indivíduo a partir de suas relações sociais; significa trabalhar estas relações construindo uma compreensão sobre elas e sua transformação necessária. Promover saúde significa trabalhar para ampliar a consciência que o indivíduo possui sobre a realidade que o cerca,

instrumentando-o para agir, no sentido de transformar e resolver todas as dificuldades que esta realidade lhe apresenta.

Por conseguinte, o Programa de Saúde Mental do Trabalhador, em especial por meio da modalidade de atendimento de Plantão Psicológico, contribuiu para a promoção da saúde de forma integrativa, atendendo a paciente, que não apresentou queixas relacionadas ao contexto organizacional, mas sim a aspectos de sua trajetória de vida que poderiam repercutir negativamente em sua esfera profissional. Nesse sentido, o programa mostrou-se acolhedor e efetivo na elaboração e reestruturação de demandas e sofrimento da paciente.

A posteriori, com base nos atendimentos realizados, observou-se que o trabalho desenvolvido em relação a pensamentos, sentimentos e comportamentos foi bastante significativo para as queixas apresentadas pela paciente. Ela conseguiu distinguir claramente entre o que pensava, sentia e como se comportava, reconhecendo a existência de alternativas para suas ações. Ao longo do processo, ela desenvolveu autoestima e seus pilares, ou seja: autoconhecimento, autoconfiança, autoaceitação, autorrespeito e autovalorização. Além disso, destacam-se as habilidades sociais, especialmente aquelas relacionadas à interação social, que foram significativamente desenvolvidas e aprimoradas. Esse desenvolvimento proporcionou à paciente maior autoconfiança e segurança na comunicação e no estabelecimento de relacionamentos interpessoais, em destaque o relacionamento amoroso, contribuindo para a construção de vínculos mais saudáveis e a redução do isolamento social (saindo, indo a festas, conhecendo novas pessoas etc.).

Importa ressaltar que o sucesso alcançado no processo terapêutico foi possível porque a paciente assumiu um papel ativo na sua própria evolução. A participação ativa do indivíduo é um fator crucial para a efetividade e manutenção dos ganhos terapêuticos (Kazantzis *et al.*, 2018). No caso da paciente, observaram-se avanços significativos, especialmente no que se refere à reestruturação da autoimagem e à compreensão das próprias dificuldades, aspectos fundamentais para a prevenção de recaídas e para o êxito do acompanhamento pós-tratamento (follow-up). Esses resultados corroboram evidências empíricas que apontam para a importância do engajamento do paciente na consolidação das mudanças cognitivas e comportamentais a longo prazo.

Assim, o programa de saúde mental não se restringiu apenas à redução do sofrimento, mas funcionou como um recurso de prevenção, fortalecimento de recursos internos e promoção de bem-estar, refletindo-se em ganhos expressivos para a vida pessoal e para o desenvolvimento ocupacional da paciente, evidenciando a efetividade da aplicação da TCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre a Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) possibilitou compreender a paciente em sua complexidade, articulando saúde emocional, competências sociais e possíveis implicações organizacionais. O caso apresentado demonstrou que as intervenções clínicas individuais, mais precisamente a modalidade de atendimento em Plantão Psicológico, podem oferecer subsídios práticos para os diversos contextos que a paciente poderia experimentar. Além disso, destaca-se que a demanda apresentada não se relacionava a questões organizacionais, mas sim a aspectos da trajetória de vida da referida paciente, acumulados ao longo dos anos, que influenciavam seu momento atual e, consequentemente, poderiam impactar de forma negativa na esfera profissional.

Ao longo de todo o processo terapêutico, foi possível evidenciar a eficácia da Terapia Cognitivo-Comportamental no manejo das demandas apresentadas pela paciente. Observou-se o comprometimento dela com a abordagem, aplicando os princípios aprendidos em seu dia a dia, o que resultou em mudanças significativas em seus padrões de pensamento, emoção e comportamento. Além disso, ela demonstrou uma crescente autonomia ao assumir o papel de agente ativa em seu próprio tratamento, conforme relato: “... o processo de aceitação foi difícil, mas aprendi a deixar o passado para trás e abrir espaço para o novo. Hoje me sinto mais confiante, livre do medo do julgamento e capaz de valorizar as coisas boas da minha vida.”

Esse relato reforça a importância de buscar ajuda psicológica como meio de alinhar e ampliar a compreensão sobre si mesmo, sobre os contextos vivenciados e sobre a forma como se interpreta as situações. Além disso, evidencia a relevância de permitir-se entrar em contato com os próprios conflitos internos, reconhecendo que, por vezes, é necessário desconstruir antigas crenças e padrões para possibilitar uma reconstrução mais consciente e funcional. Esse processo favorece o desenvolvimento de uma vida mais saudável, leve e emocionalmente equilibrada. Ressalta-se que esse processo de transformação pessoal foi favorecido pelo acesso ao Programa de Saúde Mental do Trabalhador, que ofereceu suporte especializado e acessível, possibilitando a construção de estratégias eficazes de enfrentamento, refletindo também diretamente na qualidade de vida e bem-estar da paciente, o que com certeza contribuiu para um melhor desempenho na sua área de atuação na empresa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed., texto revisado. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2022.

BARLOW, David. H. **Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BECK, Aaron Temkin. **Terapia cognitiva e os transtornos emocionais**. Tradução de Daniel Blaufuks. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BECK, Aaron Temkin; RUSH, Augustus John; SHAW, Brian Francis; EMERY, Gary. **Terapia cognitiva da depressão**. Tradução de Iara Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECK, Aaron Temkin; ALFORD, Brad Andrew. **O poder integrador da terapia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BECK, Judith S. **Terapia cognitiva: teoria e prática**. Tradução de Sandra Baptista. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Junqueira. Por uma prática promotora de saúde em orientação profissional. In: BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 9-23.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 07, de 22 de março de 2023. Dispõe sobre a laicidade no exercício profissional da Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-resolucao-sobre-laicidade-no-exercicio-da-psicologia/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Anuário estatístico de acidentes do trabalho. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/seguranca-e-saude-no-trabalho/estatisticas-de-acidentes-de-trabalho>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT): você precisa conhecê-la**. Brasília: CFP, 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/06/cartilha_POT_B.pdf Acesso em: 01 ago. 2025.

COSTA, Ana Paula Pimentel; ALVES, Ana Paula Pereira. Análise das bases genéticas e neurobiológicas da Ansiedade e Depressão: um painel de genes candidatos. **Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento**, v. 23, n. 1, p. 99-129, 2023.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Habilidades sociais e comportamento social: uma perspectiva educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOBSON, Keith S.; DOZOIS, David JA. Fundamentos históricos e filosóficos das terapias cognitivo-comportamentais. In: DOBSON, Keith S(org.). **Manual de terapias cognitivo-comportamentais**. São Paulo: Artmed, 2006. p. 17-44.

DOBSON, Keith S. & DOZOIS, David JA. **A terapia cognitivo-comportamental baseada em evidências**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

DOCTER, Pete; DEL CARMEN, Ronnie (Diretores). **Divertidamente [Inside Out]**. Estados Unidos: Pixar Animation Studios; Walt Disney Pictures, 2015. Filme (1h35min), animação.

ELLIS, Albert. **Psicoterapia Humanista: A Abordagem Racional-Emotiva**. Nova Iorque: Julian Press, 1973.

FALCONE, Eliane Mary de Oliveira & OLIVEIRA, Margareth da Silva. **Terapia Cognitivo comportamental**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

KAZANTZIS, Nikolaos *et al.* Diálogo socrático e descoberta guiada na terapia cognitivo-comportamental: um painel Delphi modificado [Socratic dialogue and guided discovery in cognitive behavioral therapy: A modified Delphi panel]. **International Journal of Cognitive Therapy**, v. 11, n. 2, p. 140-157, 2018.

KNAPP, Paulo; BECK, Aaron T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. s54-s64, 2008.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **O stress está dentro de você**. São Paulo: Contexto, 1999.

LIPP, Marilda. **Relaxamento para todos: controle o seu stress**. Papirus, 2015.

MAHFOUD, Miguel. **Plantão Psicológico: Novos horizontes**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012.

NUNES, Carlos Henrique Silva dos Santos; HUTZ, Cláudio Simon; NUNES, Maiana Farias Oliveira. **Bateria Fatorial de Personalidade (BFP): manual técnico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. v. 126.

POLETTI, Rosette; DOBBS, Barbara. **Caderno de exercícios para aumentar a autoestima**. São Paulo: Vozes, 2013.

RAMOS, Mozer de Miranda; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Ansiedade social: adaptação e evidências de validade da forma curta da Social Interaction Anxiety Scale e da Social Phobia Scale para o Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, p. 149-156, 2021.

ROCHA, Luiz Felipe Dias da; OLIVEIRA, Evelyn Rodrigues; KAPPLER, Stella Rabello. Contratransferência na Terapia Cognitivo-Comportamental: uma revisão da literatura brasileira. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 13, n. 2, p. 104-112, 2017.

ROSENBERG, Morris. **Conceito de si mesmo e sociedade**. São Paulo: EPU, 1979.

SCHEIN, Edgar H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

STALLARD, Paul. **Bons pensamentos – bons sentimentos: guia de terapia cognitivo-comportamental para adolescentes e jovens adultos**. Tradução de Daniel Bueno. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

SOARES, Adriana Benevides et al. Terapia Cognitivo Comportamental: o que pensam os estudantes de Psicologia? **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 16, n. 2, p. 99-106, 2020.

WRIGHT, Jesse H.; BROWN, Gregory K.; THASE, Michael E. **Aprendendo a Terapia Cognitivo-Comportamental: Um Guia Ilustrado**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil-2**. AMGH, 2014.

AVALIAÇÃO DE NUTRIENTES NO COMPOSTO ORGÂNICO FEITO NA BASE DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA USO NA PRODUÇÃO DE HORTÍCOLAS, NA CIDADE DE LICHINGA, NIASA, MOÇAMBIQUE

MANSO, Estela Fiel¹; PICARDO, Nelson Bonifacio²; MAHADAL, Saidelamine Abibi³.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-579>

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar os nutrientes contidos em um composto orgânico de origem vegetal, produzido com base na mistura de resíduos orgânicos gerados no município de Lichinga, província de Niassa, Moçambique. Foi motivado pela observância da excessiva produção de resíduos sólidos orgânicos de origem vegetal nos mercados da cidade de Lichinga e do perigo que este fenômeno constitui para a comunidade. Assume um caráter descritivo, experimental e envolve técnicas de coleta de dados, como observação sistemática, experimentação e revisão bibliográfica, em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados da pesquisa mostraram que, no processo de compostagem, entraram 15 tipos de resíduos sólidos, designadamente farelo de milho, de arroz e de mexoeira, cascas de feijão manteiga, de mandioca, de banana, de batata reno, de batata-doce e de ervilha, restos de repolho, de couve, de alface e de tomate, capim, serradura para permitir equilíbrio nutritivo. Da avaliação do composto produzido, verificou-se que apresentava sinais de maturação (coloração castanha e escura). Em termos quantitativos, da amostra de 1 kg de composto, foi possível alcançar 23,96 g de nitrogênio, 0,000637 g de fósforo e 0,00299 g de potássio, quantidades aceitáveis e capazes de responder positivamente na adubação de solos com deficiência crítica de nutrientes para certas culturas. O pH estava em torno de 6,5 ácido, característico de alguns tipos de solos. Assim sendo, considerou-se existir uma contribuição do composto produzido tanto para as plantas como para redução dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: compostagem; nutrientes; produção de hortícolas.

ABSTRACT

The objective of this article is to evaluate the nutrients contained in an organic compound of plant origin, produced based on a mixture of organic waste generated in the municipality of Lichinga, Niassa province, Mozambique; It was motivated by the excessive production of organic solid waste of plant origin in the markets in the city of Lichinga and the danger that this phenomenon poses to the community. It assumes a descriptive, experimental nature and involves data collection techniques such as systematic observation, experimentation, and bibliographic review, in a qualitative and quantitative approach. The results of the research showed that: 15 types of solid waste entered into the composting process, namely corn, rice and millet bran, butter bean, cassava, banana, reno potato, sweet potato and peas, leftover cabbage, kale, lettuce and tomato, grass, sawdust to provide nutritional balance. From the evaluation of the compost produced, it was found that it showed signs of maturation (brown and dark coloring), in quantitative terms, from the 1kg sample of compost it was possible to reach 23.96g of Nitrogen, 0.000637g of phosphorus and 0.00299g of potassium, acceptable quantities capable of responding positively to the fertilization of soils with critical nutrient deficiencies, for certain crops. The pH was around 6.5 acid, characteristic of some types of soil. Therefore, it was considered that there was a contribution from the compost produced both to the plants and to the reduction of solid waste.

Keywords: composting; nutrients; vegetable production.

¹ Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Rovuma-Niassa-Moçambique. *E-mail:* estelafielmanso@gmail.com

² Mestre em Gestão Ambiental, Universidade Rovuma, Niassa-Moçambique. *Email:* nel8622@gmail.com

³ Doutor em Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento ambiental, Universidade Rovuma, Nampula-Moçambique. *E-mail:* smahadal@gmail.com

INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente, no mundo em geral e em Moçambique, na cidade de Lichinga em particular, um aumento na produção de resíduos sólidos. Segundo o Ministério de Terra e Ambiente - MTA (2020), em Moçambique os resíduos representam um problema que não só afeta os grandes centros urbanos, mas também, as vilas e distritos ao nível do território nacional. A falta de recursos financeiros constitui um dos grandes desafios para os sistemas de local dos resíduos sólidos, tornando-se necessário encontrar formas eficientes e pouco dispendiosas para sua redução no meio ambiente.

Igualmente diz o MTA que os locais de maior produção de lixo são os grandes centros urbanos, Maputo, Matola, Beira e Nampula, que produzem 1.115.000, 110.000, 162.060 e 191.625 toneladas por ano, respectivamente. E não apenas estes, mas as cidades que estão emergindo também têm a tendência de maior produção de resíduos sólidos, como é o caso da cidade de Lichinga.

Diz ainda o MTA que, em termos de composição de resíduos, verifica-se que há 60% de materiais facilmente fermentáveis (matéria orgânica), 25% de materiais potencialmente recicláveis e 15% de outros. Estas percentagens poderão sofrer alguma evolução ao longo do tempo, considerando a alteração do padrão de vida da população.

Em termos de tratamento, o destino final da maior parte dos resíduos são as lixeiras a céu aberto e aterros não controlados. Sendo que, para os resíduos perigosos, o país conta com um único aterro sanitário, situado em Mavoco, no distrito de Boane, província de Maputo.

Na cidade de Lichinga, verifica-se a existência de lixeiras a céu aberto como destino final de resíduos sólidos que são recolhidos no centro da cidade.

Assim, baseando-se nesta alarmante produção de resíduos sólidos, os autores propuseram-se ao tema de avaliar os nutrientes que pode conter o composto orgânico produzido através da mistura de resíduos sólidos orgânicos de origem vegetal, gerados no município de Lichinga para uso na produção de hortícolas.

Segundo a OMS (2006), a falta de saneamento do meio causa doenças nos humanos através de vetores transmissores, contaminação do ar, contato direto com o lixo e consumo de água contaminada pelo lixo [...]. Algumas das doenças que podem surgir devido ao baixo saneamento,

dentre várias, são a malária, doenças diarreicas (cólera, disenteria bacilar e amebiana), parasitoses (ascaridíase, giardíase), doenças respiratórias (pneumonia, gripe, constipação), micoses etc.

Assim sendo, acredita-se que futuramente o estudo sirva para fornecer uma alternativa para aquisição de biofertilizante sem grandes dispêndios financeiros e como parte da solução da problemática dos resíduos sólidos.

Problematização

Os resíduos produzidos nos mercados da cidade de Lichinga não passam por um tratamento, simplesmente são colocados em contentores ou acumulados em depósitos provisórios e depois transportados para os locais de deposição definitiva. Esses locais não observam normas que os dispositivos que velam pela gestão dos resíduos sólidos recomendam, como é o caso de aterro sanitário, sendo apenas depositados os resíduos em lixeiras a céu aberto. Um outro reparo é o fato de a maior parte dos resíduos produzidos nos mercados ser de natureza orgânica, fato que oferece a possibilidade de serem processados e transformados em matéria útil para a agricultura, no caso biofertilizante, capaz de ajudar os residentes que praticam horticultura em suas residências na fertilização do solo, mas infelizmente tal possibilidade não é fato. Nota-se o contrário, já que parte dos residentes que praticam horticultura em suas residências usam fertilizantes químicos que com facilidade esgotam a capacidade vital dos solos.

Diz-se ainda que o composto melhora a qualidade do solo e reduz a contaminação e poluição ambiental; estimula o exercício à cidadania pela contribuição na diminuição do lixo destinado aos aterros sanitários; melhora a eficiência dos fertilizantes químicos; economiza espaços físicos em aterros sanitários; recicla os nutrientes; e elimina agentes patogênicos dos resíduos domésticos (Kiehl, 1985, p.491).

Cientes de que os resíduos sólidos não tratados trazem danos ao meio ambiente e à saúde humana e do fato de que podem ser reciclados por meio de compostagem para beneficiamento na agricultura, surgiu a necessidade de se pesquisar o tema sob o seguinte problema de pesquisa: que níveis de nutrientes pode conter o composto orgânico produzido através de resíduos sólidos orgânicos de origem vegetal?

Justificativa

O estudo tem como motivação a observância da excessiva produção de Resíduos Sólidos Orgânicos (RSO) nos mercados do município de Lichinga, com mais referência nos mercados Josina Machel, vulgo Changanane, Chiuaula, Namacula e Mercado Central, que, na sua maioria, são biodegradáveis.

A pesquisa revela-se importante na medida em que tem como foco o bem-estar da comunidade no saneamento, porque o elevado índice de resíduos sólidos deixa o ambiente inóspito e causa desequilíbrio socioambiental e ecológico em geral, provocando até doenças nos humanos. É também relevante na comunidade científica como ferramenta de auxílio para as futuras investigações relacionadas com o tratamento dos resíduos sólidos em geral ao nível doméstico ou público, e como ferramenta de aquisição de fertilizantes orgânicos para uso em hortícolas.

Salienta-se que esta pesquisa não é nova na área de ciências. Várias foram as pesquisas feitas relacionadas com este tema em diferentes pontos do país e que tiveram resultados positivos, mas esta encontra especificidade na medida em que tem como foco a componente resíduos *orgânicos de origem vegetal*.

Objetivos

Objetivo geral:

- Avaliar os nutrientes contidos no composto orgânico de origem vegetal, produzido com base na mistura de resíduos sólidos gerados no município de Lichinga.

Objetivos específicos

- Selecionar os resíduos sólidos orgânicos ideais para a produção do composto;
- Testar a maturação do composto produzido;
- Determinar a percentagem dos nutrientes no composto produzido.

1 METODOLOGIA

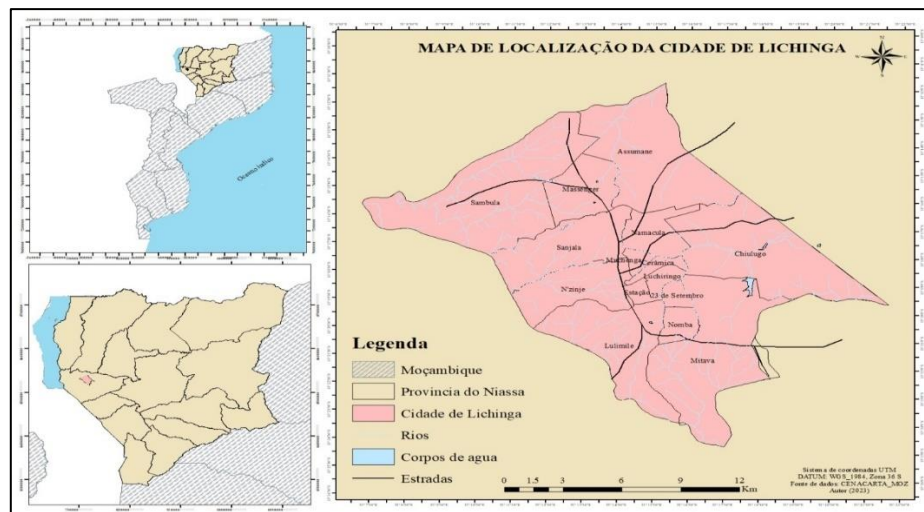
O estudo foi desenvolvido usando-se o método hipotético-dedutivo, segundo o qual: “quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenómeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no

problema, são formuladas hipóteses” (Gil, 1999, p.30). Foi uma pesquisa mista, descritiva e experimental que usou como técnicas de coleta de dados a observação sistemática, experimentação e revisão bibliográfica. Foram realizadas também entrevistas com pessoas que lidam com gestão de resíduos⁴.

1.1 Descrição da área de estudo

O estudo foi realizado na Cidade de Lichinga, que se encontra situada no extremo oeste da província do Niassa, Moçambique, a cerca de 2800 km de Maputo, entre as coordenadas 13°19'S e 35°14'E. Em termos de limites, a cidade limita-se a noroeste pela localidade de Lussanhando e rio Sambula, a oeste pelos postos administrativos de Lione e Meponda e a sul pelo posto administrativo sede, distrito de Chimbunila (Fernando; Ussy; Baptista, 2015), como mostra a Figura 1 abaixo:

Figura1 – Mapa de localização da cidade de Lichinga



Fonte: Autores (2023)

1.2 Divisão administrativa e distribuição populacional

De acordo com os dados do último censo populacional 2017, obtidos na cidade de Lichinga, esta possui 141.724 habitantes, distribuídos em quatro postos administrativos e 15 bairros. Os

⁴ Chefe do Mercado de Chiuaula, [15 de abril de 2024: 08 horas] e Chefe adjunto do Mercado Josina Machel Vulgo Changanane [18 de abril de 2024: 08 horas]

residentes destes bairros têm um modo de vida característico das áreas rurais. Por hábito e como atividade, produzem hortícolas nos quintais na base de fertilizantes químicos comercializados no mercado, o que pode levar a acreditar que o uso do produto resultante da compostagem é desconhecido. Além disso, há muita produção de resíduos sólidos orgânicos vegetais, sendo estes em sua maior parte depositados nas lixeiras municipais transitórias e depois levados para locais de depósito definitivo sem reaproveitamento ou tratamento.

Salienta-se que o estudo foca nos mercados mais frequentados da cidade: Josina Machel e Central. No mercado Chiuaula, por exemplo, os seus usuários são provenientes de 3 bairros, nomeadamente: Cerâmica, Estação e Lucheringo, com uma população estimada em 12.646, 12.893 e 14.761 habitantes, respectivamente. Namacula é o bairro mais populoso da cidade de Lichinga, com uma população estimada em 24.329 habitantes (Fernando; Ussy; Baptista, 2015).

1.3 Aspectos físicos geográficos

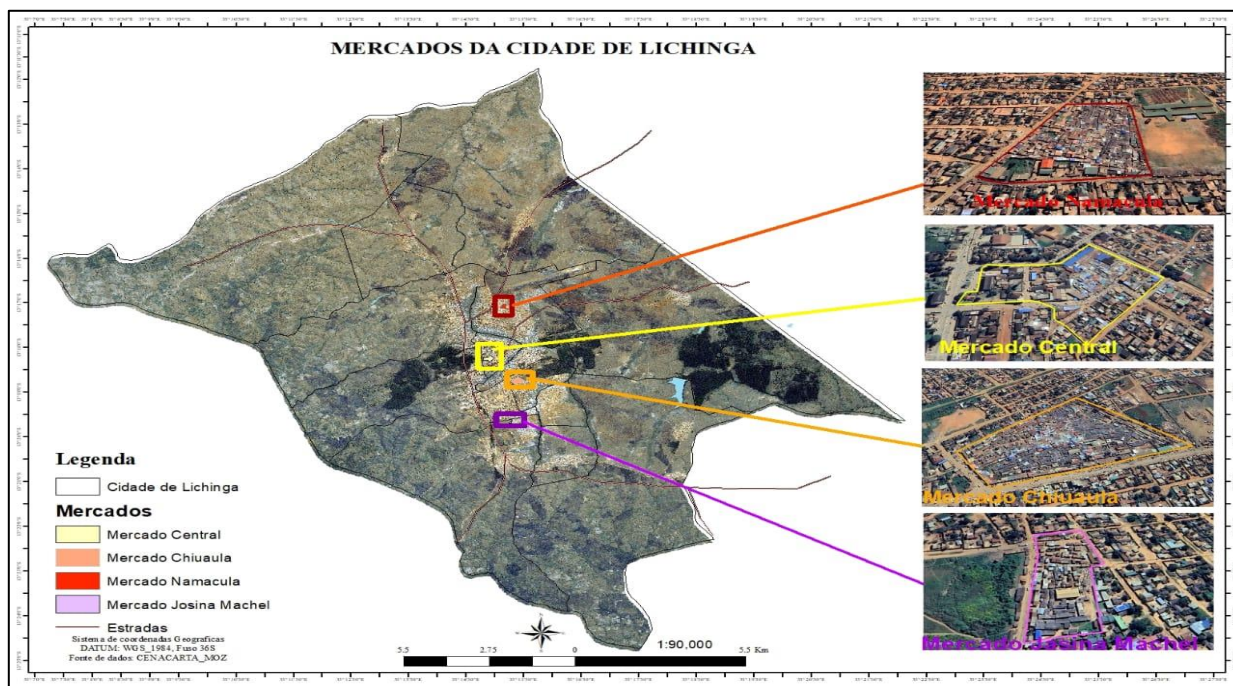
Do ponto de vista geomorfológico, a cidade insere-se em uma zona planáltica, ocorrendo solos de natureza silto-argilosa de cor avermelhada, geralmente com espessuras superiores a 1 m. Esses solos possuem pouca permeabilidade, dificultando a drenagem das águas, provocando problemas de trânsito nas vias não asfaltadas na época chuvosa (Fernando; Ussy; Baptista, 2015).

1.4 Aspecto socioeconômico

Lichinga é uma cidade com características econômicas fundamentalmente agrícolas. Possui diversas pequenas indústrias de processamento primário de produtos agrícolas, comércio e serviços e uma rede de infraestruturas deficiente.

A população desta cidade pratica diversas atividades, desde o comércio até agricultura, atividades estas que conduzem a maior produção de resíduos sólidos, principalmente orgânicos de origem vegetal, tendo como base os mercados, segundo as coordenadas ilustradas no mapa a seguir:

Figura 2 – Mapa de localização dos mercados de Lichinga



Fonte: Autores (2023)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Resíduos sólidos (RS), de acordo com a NBR nº 10.004 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), citada por Silva (2008), podem ser entendidos como resíduos nos estados sólido e semissólido, os que resultam da atividade da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nessa definição lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviáveis fazer a melhor tecnologia prática disponível.

Problemas causados pelos resíduos sólidos

O aumento na geração de resíduos sólidos tem várias consequências negativas, tanto ao nível social quanto ao nível ambiental, assim como na saúde humana: custos cada vez mais altos para coleta e tratamento de resíduos sólidos; dificuldade para encontrar áreas disponíveis para sua disposição final; grandes desperdícios de matérias-primas etc. Por isso, os resíduos deveriam ser integrados como matérias-primas nos ciclos produtivos ou na natureza. Outras consequências do

grande volume de resíduos sólidos gerados pelas sociedades modernas, quando os resíduos sólidos são depositados em locais inadequados ou quando a coleta é deficitária, são:

- ✓ Contaminação do solo, ar e água;
- ✓ Proliferação de vetores transmissores de doenças (ratos, baratas, mosquitos, bactérias etc.);
- ✓ Entupimento de redes de drenagem urbana;
- ✓ Enchentes dos resíduos em locais impróprios;
- ✓ Degradação do ambiente (Dionysio; Dionysio, 2013, p.21).

Estas consequências concorrem para o surgimento e proliferação de doenças nos seres humanos, como doenças diarreicas (disenterias: amebiana e bacilar, cólera, diarreias: aguda, moderada e grave), parasitoses (giardíase, amebíase), ocasionadas pelo consumo de água ou alimentos sem o devido tratamento, doenças respiratórias no homem (bronquite, pneumonia, gripe, constipação etc.) ocasionadas pela contaminação do ar.

Estima-se atualmente que a população mundial produz mais de 60 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano; desse número, mais de 20 milhões de toneladas seguem para lixeiras e aterros controlados, e o restante não chega a ser coletado (Bard, 2002, p.142-149).

Formas de tratamento dos resíduos sólidos

Existem diferentes formas de tratamento de resíduos sólidos, dentre as quais a compostagem, compactação, incineração, disposição em aterros sanitários, reciclagem, entre outras. Na maior parte das vezes, os resíduos são colocados em depósitos a céu aberto, em áreas de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Nestes locais, não há sistema de tratamento de efluentes líquidos – o chorume (líquido que escorre dos resíduos sólidos, fruto da decomposição da matéria orgânica) –. Em consequência disso, este líquido penetra pela terra, com substâncias contaminantes para o solo e para o lençol freático (Dionysio; Dionysio, 2013, p. 29).

As diferentes formas serão analisadas a seguir:

Compactação - “A compactação é o processo que reduz o volume inicial dos resíduos orgânicos até um terço ou um quinto e que é uma das formas de tratamento do lixo mais eficaz, que não coloca em risco o ambiente e a saúde humana” (Bard, 2002, p.53).

Este processo é acompanhado por compostagem artificial, que consiste na indução do material orgânico à decomposição, que ocorre por duas etapas principais: a degradação ativa e a maturação. Mas é sempre necessário um preparo inicial do lixo, que é a trituração do material, visto que, quanto menores as partículas, maior será a superfície de contato e mais efetivo será o contato com os microrganismos.

Aterro sanitário - Processo em que os resíduos têm como disposição final o aterro sanitário, um local em que os resíduos são depositados com uma preparação anterior deste, e depois de cheio é enterrado. Esse método traz certas desvantagens se não forem observadas as questões ambientais, como a poluição da água por meio da contaminação do lençol freático e do solo pela natureza dos resíduos encaminhados ao aterro.

Incineração - Ocorre quando a disposição final de resíduos sólidos é a “queima”; tem graves consequências, principalmente na poluição do ar.

Segundo o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) (1999, p.63), “incineradores reduzem o lixo a cinzas. São altamente poluidores, gerando dioxinas e gases de efeito estufa. É o método utilizado para a destruição de lixo hospitalar, que pode conter agentes causadores de doenças potencialmente fatais”.

Segundo Bard (2002), o lixo coletado pode ser processado, isto é, passar por algum tipo de beneficiamento a fim de reduzir custos de transporte e inconvenientes sanitários e ambientais. Quando o processamento tem por objetivo fundamental a diminuição dos inconvenientes sanitários ao homem e ao meio ambiente, diz-se então que o lixo foi submetido a um tratamento.

Como se pode ver, a compactação é um dos métodos que não coloca em risco a saúde humana e ambiental, mas em contrapartida não é reconhecida como forma de tratamento ou redução dos resíduos sólidos produzidos.

Reciclagem - A reciclagem dos materiais recuperáveis no lixo urbano tem cada vez maior aceitação no mundo; as vantagens econômicas, sociais, sanitárias e ambientais sobre os outros métodos são evidentes. Este processo constitui importante forma de recuperação energética, especialmente quando associado a um sistema de compostagem. Dependendo das características regionais, a reciclagem pode representar um fator importante de redução de custos dentro do sistema de limpeza urbana (Filgueira, 2000, p.32).

Legislação sobre resíduos sólidos

Da legislação moçambicana sobre RS, também foram extraídos alguns conceitos relacionados à pesquisa. Assim sendo, de acordo com artigo número 1 do Decreto 14/94, de 31 de dezembro, o qual trata do regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU), que coincide com o Diploma Ministerial n.º 31/2018, que aprova a diretiva para a construção, operação e encerramento dos aterros controlados, temos:

- ✓ **Compostagem** – método para decomposição do material orgânico existente nos resíduos, sob condições adequadas, de forma a se obter um composto orgânico;
- ✓ **Gestão de Resíduos** – todos os procedimentos viáveis com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional dos resíduos, tendo em conta a necessidade da sua redução, reciclagem e reutilização, incluindo a separação, recolha, manuseamento, transporte, armazenagem e/ou eliminação de resíduos, bem como a posterior proteção dos locais de eliminação, de forma a proteger a saúde humana e o ambiente contra os efeitos nocivos que possam advir dos mesmos;
- ✓ **Tratamento de resíduos:** qualquer operação de valorização ou eliminação de resíduos, incluindo a preparação prévia, a valorização ou eliminação, compreendendo os processos mecânicos, físicos, térmicos, químicos ou biológicos, que alteram as características dos resíduos de forma a reduzir o seu volume ou periculosidade.

Pode-se notar a clareza da legislação sobre o processo de gestão e classificação dos resíduos sólidos, mas infelizmente, na prática, as formas de gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não seguem a legislação, fator este que condiciona para o desequilíbrio ambiental, e a título de exemplo observa-se acúmulo de resíduos nas redes de drenagem, nos rios e até em cemitérios. Poucos são os casos de compostagem através de resíduos sólidos urbanos e, pelo contrário, as pessoas com hábitos de prática de horticultura, mesmo em escalas mínimas, acabam usando fertilizantes químicos, outro fator de desequilíbrio ambiental através do empobrecimento do solo pela lixiviação.

Para além destas formas, temos a incineração e a compostagem, que também são formas de reciclagem. Portanto, é certamente esta forma de tratamento (compostagem) que levou à preocupação para se investigar o tema e colocar formas sugestivas de tratamento dos resíduos sem interferir no meio ambiente e na saúde humana.

Segundo Viana (2012), **compostagem artificial** também é uma forma de tratamento de resíduos sólidos, que consiste na indução do material orgânico à decomposição, que ocorre por duas etapas principais: a degradação ativa e a maturação antecedida por um preparo inicial dos resíduos sólidos, que é a trituração do material, visto que, quanto menores as partículas, maior será a superfície de contato e mais efetivo será o contato com os microrganismos.

Material necessário para fazer a compostagem

Para fazer a compostagem, é necessário, conforme consta na tabela 1 apresentada a seguir, o lixo doméstico orgânico, que é rico em nitrogênio (N), um nutriente importante para que o processo bioquímico da compostagem aconteça, e restos de capim ou qualquer outro material rico em carbono (C), como palhadas de milho, de banana, folhas de jardim, restos de grama etc. Caso se tenha disponibilidade de esterco de animais, como boi, galinha, porco etc., a sua utilização como fonte de microrganismos decompositores acelera a formação do composto (Kiehl, 1998, p.171).

Tabela 1 – Composição de alguns materiais empregados no preparo do composto (resultados em material seco a 110 °C)

Material	M.O.(g/kg)	C/N	C (g/kg)	N(g/kg)	P ₂ O ₅ (K/kg)	K ₂ O(K/Kg)
Casca de arroz	850,0	63/1	472,5	7,5	1,5	5,3
Banana (folhas)	889,9	19/1	490,2	25,8	1,9	-
Mandioca (folhas)	916,4	12/1	522,0	43,5	7,2	-
Palha de feijão	946,8	32/1	521,6	16,3	2,9	19,4
Serragem de madeira	934,5	865/1	519,0	0,6	0,1	0,1

M.O. – matéria orgânica; C/N – relação carbono-nitrogênio

Fonte: Oliveira, Aquino e Neto (2005).

*o teor de C (g/kg) foi calculado com base na relação C/N e teores de N informados pelo autor.

Vantagens do uso do composto orgânico

O composto melhora a qualidade do solo e reduz a contaminação e poluição ambiental; estimula o exercício à cidadania pela contribuição na diminuição dos resíduos sólidos destinados

aos aterros sanitários; melhora a eficiência dos fertilizantes químicos; economiza espaços físicos em aterros sanitários; recicla os nutrientes e elimina agentes patogênicos dos resíduos domésticos.

Além de ser uma fonte de nutrientes (N, P, K etc.), a adição de matéria orgânica do composto melhora a estrutura física do solo, proporcionando aos solos arenosos maior retenção de água e de nutrientes, enquanto nos solos argilosos aumenta a porosidade, melhorando a sua aeração. Aumenta também a população de microrganismos benéficos, como bactérias e fungos, que disponibilizam os nutrientes minerais do solo para as plantas.

O composto orgânico pode ser utilizado em todos os cultivos e plantas; para cultivos comerciais, as dosagens a serem utilizadas devem ser baseadas na exigência da cultura e no teor de nutrientes do composto (Kiehl, 1985, p.491).

Estão apresentadas a seguir as tabelas de recomendações de quantidades de uso de composto a diferentes dimensões de campos de cultivo (Tabelas 2, 3 e 4).

Tabela 2 – Necessidades nutricionais de algumas culturas em kg/há

Cultura	Necessidades (Kg/ha)			Rend. Alcançável
	N	P	K	
Milho	100	100	60	4000
Cebola	100	105	95	5000
Repolho	120	100	140	30000
Feijão Manteiga	40	60	120	
Couve	150	115	240	20000
Amendoim	25	100	75	1000
Batata reno	100	100	150	25000
Batata doce	90	20	120	10000
Tomate	150	200	250	20000

Fonte: Sys *et al.* (1993)

Tabela 3 – Necessidades nutricionais de algumas culturas em kg/m²

Cultura	Necessidades(kg/m ²)		
	N	P	K
Milho	0,01	0,01	0,006
Cebola	0,01	0,0105	0,0095
Repolho	0,012	0,01	0,014
Feijão			
Manteiga	0,004	0,006	0,012
Couve	0,015	0,0115	0,024
Amendoim	0,0025	0,01	0,0075
Batata			
reno	0,01	0,01	0,015
Batata			
doce	0,009	0,002	0,012
Tomate	0,015	0,02	0,025

Fonte: Sys *et al.* (1993)

Tabela 4 – Necessidades nutricionais de algumas culturas em g/m²

Cultura	Necessidades (g/m ²)		
	N	P	K
Milho	10	10	6
Cebola	10	10,5	9,5
Repolho	12	10	14
Feijão Manteiga	4	6	12
Couve	15	11,5	24
Amendoim	2,5	10	7,5
Batata reno	10	10	15
Batata doce	9	2	12

Fonte: Sys *et al.* (1993).

Fatores intervenientes no processo da compostagem

Entre os fatores intervenientes no processo de compostagem, podem-se destacar:

✓ Bactérias

Entre as bactérias, tal como os fungos, existem espécies saprofíticas, que decompõem a matéria orgânica no processo de sua nutrição, criando condições de apodrecimento de certos produtos. E ainda existem fungos e bactérias parasitas que causam doenças nos seus hospedeiros durante a sua nutrição (Pelczar, 2009, p.210).

✓ **Fungos**

Os fungos saprófagos (do grego *saprós*, “podre”, e *phagos*, “comedor”) fazem parte do grupo dos principais decompositores da biosfera, participando intensamente do processo de degradação da matéria orgânica morta por digestão enzimática externa, processo que os ajuda a absorver os nutrientes presentes na matéria orgânica, fato que promove a reciclagem dos elementos químicos constituintes dos seres vivos. São encontrados no solo, nos vegetais, na água, nos animais etc. A principal via de dispersão é o ar atmosférico, através dos ventos (Pelczar, 2009, p.210).

✓ **Umidade**

A umidade é outro parâmetro determinante das condições a serem respeitadas na produção do composto orgânico, pois afeta o metabolismo dos organismos responsáveis pela fermentação; é necessária na constituição desses organismos, dissolvendo os elementos nutritivos, tornando-os assimiláveis pelas bactérias. O teor de umidade deve situar-se entre 30 e 60%, isto porque a umidade em excesso faz com que a água desloque o ar dos vazios que estes deveriam ocupar, provocando retardamento do processo e, em alguns casos, a decomposição pode até tornar-se anaeróbica, podendo levar também à formação do chorume. A falta da umidade torna os microrganismos desprovidos de água necessária ao seu metabolismo, impedindo, portanto, a sua atividade (Silva, 2008, p.194).

✓ **Temperatura**

A elevação da temperatura no composto ocorre devido à atividade dos microrganismos ao degradarem a matéria orgânica por fermentação para a sua nutrição.

De acordo com Bard (2002, p.301),

Decomposição aeróbia ocorre através de reações químicas de oxidação, atingindo temperaturas de até 70°C que decompõem proteínas e matam quase todos os microrganismos patogênicos do lixo. Pelo fato de dois terços do lixo orgânico ser composto por carbono, há maior produção de CO₂ (dióxido de carbono), um gás que contribui para o efeito estufa. E a decomposição anaeróbia é mais lenta e ocorre em temperaturas mais baixas e por serem reduzidas as reações de oxidação, o material orgânico do lixo gera grande quantidade de metano (CH₄), muito mais danoso à camada de ozônio e, portanto, ainda mais poluidor que o CO₂.

Segundo Dalles e Teixeira (2010, p.143), “a temperatura do composto que corresponde à atividade dos microrganismos decompositores não sofre grandes influências das variações ambientais e de pluviosidade”.

✓ **Relação C/N**

Os microrganismos absorvem os elementos C e N em uma proporção de 30:1. Dez partes do carbono são incorporados ao protoplasma e 20 eliminadas como gás (CO); o nitrogênio é assimilado na estrutura na proporção 10:1, ou seja, dez partes de carbono para uma de nitrogênio. Essas considerações explicam por que o húmus, produto da ação dos microrganismos, apresenta C/N na proporção 10:1. Quando a proporção for mais elevada que 60:1, por exemplo, os microrganismos utilizam o nitrogênio mineral do solo ou dos organismos que morrem – NO_3 e NH_3 –, transformando-o em nitrogênio orgânico. Diz-se que os microrganismos emprestam o nitrogênio e, quando o excesso de C for eliminado, o material estará sendo mineralizado, ou seja, nitrogênio orgânico insolúvel volta a ser mineralizado, solúvel (Bidone, 1999, p.55).

✓ **Matéria-prima**

A compostagem é realizada com material orgânico putrescível. Os resíduos sólidos domésticos são uma boa fonte de matéria orgânica e que corresponde a mais de 50% da sua composição. Materiais com tamanhos pequenos se decompõem mais rapidamente (Silva, 2008, 194).

Contribuição do composto às plantas

O nitrogênio é um elemento importante no desenvolvimento de plantas sob a forma de nitrato (NO_3^-), amônia (NH_3) e íon amônio (NH_4^+), este encontra-se juntamente com outros elementos incorporado nas proteínas dos organismos, sendo devolvido ao ambiente quando animais e vegetais morrem e ainda eliminado sob a forma de urina ou fezes no processo digestivo dos animais, em processos designados ciclos biogeoquímicos.

Sua incorporação às plantas acontece quando restos mortais dos organismos são decompostos por fungos e bactérias durante o processo de sua alimentação, eliminando para o ambiente compostos nitrogenados, e estes, por sua vez, quando presentes no solo, são assimiláveis pelas raízes dos vegetais que aí se encontram, visto que a produção das proteínas dos vegetais depende da presença dos compostos nitrogenados do solo (Oliveira; Aquino; Neto, 2005, p.7).

Além disso, o produto obtido da compostagem contém macro e micro nutrientes essenciais para o bom desenvolvimento das plantas. Mas segundo Serrat *et al.* (2002, p.25), no adubo orgânico feito na base de matéria orgânica animal e vegetal, os nutrientes encontram-se menos concentrados, e para o seu uso como substituto do adubo químico, deve ser em maior quantidade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Tipos de resíduos selecionados para o composto orgânico

Para fazer a montagem da pilha do composto orgânico, foram selecionados resíduos sólidos de natureza orgânica e de origem vegetal classificados em grupos de acordo com a tabela 6 abaixo:

Tabela 6 – Tipos de resíduos envolvidos na compostagem

Grupo	Parte	Resíduos vegetais	Quantidade em kg
Cereais	Casca farelo	Milho	13
		Arroz	13
		Mexoeira	13
Fruteira	Casca	Banana	13
Tubérculo		Batata-reno	13
Tubérculo		Batata-doce	13
Leguminosa		Feijão Manteiga	13
Leguminosa		Ervilheira	13
Raízes		Mandioqueira	13
Fruteira	Folhas	Bananeira	13
Hortícola		Repolho	13
Hortícola		Alface	13
Hortícola		Tomate	13
Lenhosa	Madeira	Serradura	13
Gramínea	Toda planta	Capim	13
Somatório			195

Fonte: Autores (2023)

Kiehl (1998, p.171) diz que é necessário resíduo sólido doméstico orgânico, que é rico em nitrogênio (N), um nutriente importante para que o processo bioquímico da compostagem aconteça, e restos de capim ou qualquer outro material rico em carbono (C), como palhas de milho, de banana, folhas de jardim, restos de grama etc. Portanto, mesmo tendo este conhecimento, fez-se uma proporção de 13 kg por cada resíduo que foi colocado na compostagem, e de acordo com a determinação laboratorial, cada parte contribuiu com 6,6 g em 1 kg de composto processado (vide a tabela em anexo).

3.1.1. Montagem da pilha de compostagem para o tratamento de RS

Durante o processo de compostagem, os fatores de desenvolvimento foram devidamente controlados, pelo que se pôde alcançar boa umidade no composto; a temperatura se comportava em função da atividade microbiana (Fig. 3 e Gráfico 2)

Figura 3 – Pilha de compostagem (30 dias depois da montagem)



Fonte: Autores (2023)

Na degradação, segundo Bard (2002, p.58), “há uma oxidação intensa do material, causando um aumento de temperatura, assim, a matéria orgânica é transformada em substâncias mais simples permitindo que os microrganismos e macrorganismos atuem na decomposição”. Pode-se ver que, passados 30 dias, a pilha de compostagem já não tem as mesmas dimensões que apresentava no princípio no ato da montagem, significando que houve uma atividade intensiva de degradação de acordo aos fatores de desenvolvimento.

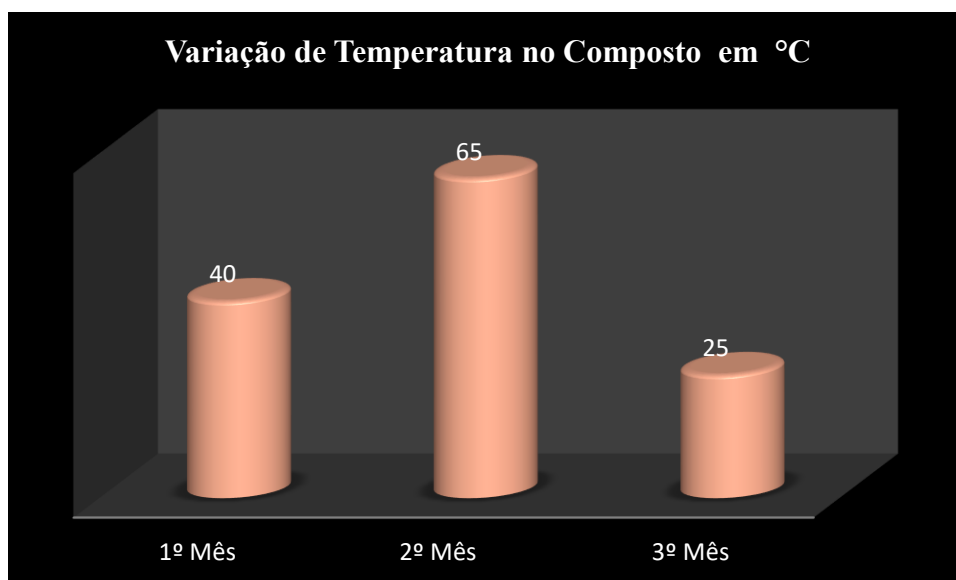
3.1.2. Variação da temperatura

O controle da variação de temperatura foi feito através do uso de um termômetro associado a uma barra de ferro que era testada através do toque da mão. Segundo Oliveira, Aquimo e Neto (2005), o ideal é que, no processo inicial de decomposição, a temperatura fique em torno de 60° C. Com a decomposição dos materiais orgânicos, a temperatura vai decrescendo, girando em torno de 40° C. Para se controlar a temperatura, pode-se usar termômetro apropriado ou, de uma maneira mais rústica, introduzem-se barras de ferro até o centro do composto. Essas devem ser tocadas periodicamente com a palma da mão e estar bem quentes. Caso o calor seja suportável ao toque,

provavelmente se tem a temperatura ideal. Se a mão não suportar o toque, então é necessário revirar a leira. Se a barra de ferro estiver fria, não está ocorrendo a compostagem. Deve-se revirar o composto para promover aeração e reativação do processo de compostagem. Durante o reviramento, se o composto estiver seco, deve-se umedecê-lo uniformemente.

Portanto, nesta experiência foi usado um termômetro para o controle exato da temperatura, mas mesmo assim o aumento da temperatura não foi tal como descreve o autor acima. Como observado no gráfico 1 a seguir, presume-se que houve desajuste dos fatores de desenvolvimento no princípio.

Gráfico 1 – Variação da temperatura na compostagem



Fonte: Autores (2023)

3.2 Avaliação do processo de maturação

Da avaliação da maturação do composto orgânico, observou-se que a solução que foi preparada apresentou-se de cor castanha escura, como ilustram as imagens a seguir (Figura 4):

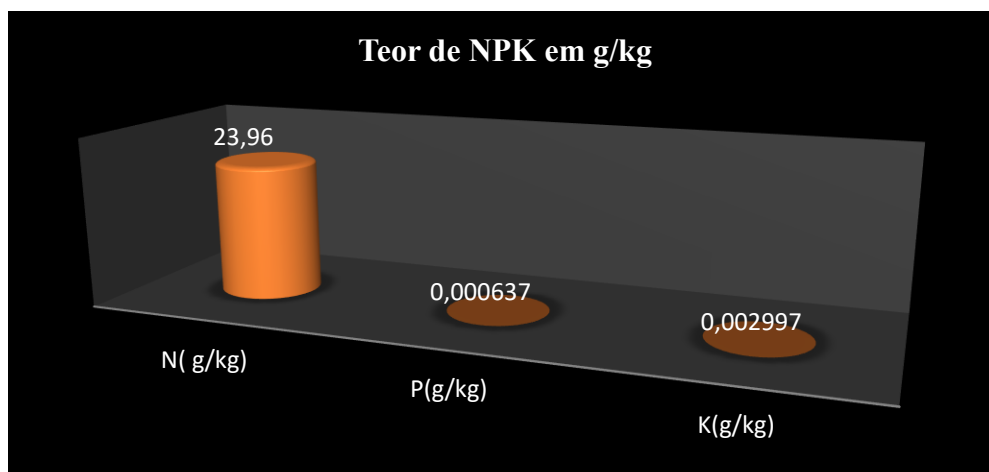
Figura 4 – Demonstração de maturação do composto orgânico

Fonte: Autores (2023)

Este resultado entra em concordância com Filgueira (2000, p.27), segundo o qual, para comprovar que o composto está maduro, coloca-se em um copo de vidro duas colheres do composto, adiciona-se água, adiciona-se uma colher de café de amoníaco, mexe-se e deixa-se em repouso para decantar areia, terra e outras partículas insolúveis; em seguida observa-se a coloração do líquido: quando o composto estiver maduro, o líquido fica escuro como uma tinta, e a maior parte das partículas fica em suspensão.

3.3 Análise laboratorial do composto

Da análise química do composto, foi possível determinar a existência em g/kg de 23,96 g de nitrogênio, 0,000637 g de fósforo e 0,00299 g de potássio. O pH estava rondando em torno de 6,5 com característica ácida, como mostram os gráficos 2 e 3 abaixo.

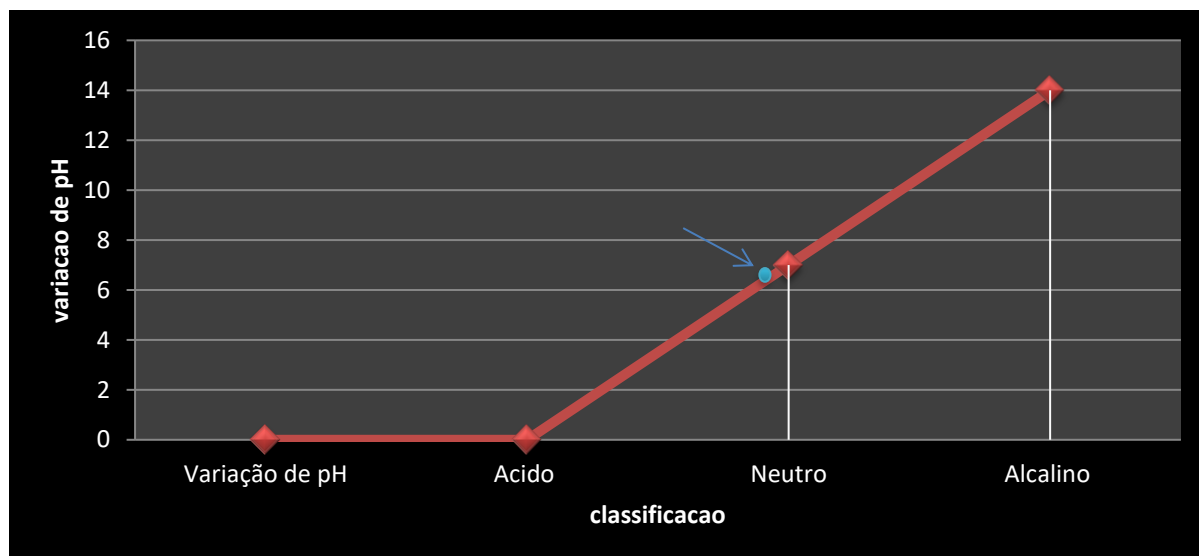
Gráfico 2 – Teor de NPK no composto produzido em g/kg

Fonte: Autores (2023)

3.3.1 Variação de pH

O pH encontrado no composto produzido foi de 6.5 ácido, como mostra o gráfico a seguir. Este pH aproximadamente coincide com a descrição do Bidone (999, p.55) sobre o comportamento de pH na compostagem, segundo o qual a compostagem aeróbica provoca a elevação do pH. No início do processo, o material produzido pode tornar-se mais ácido ainda, devido à formação de ácidos minerais; estes logo desaparecem, dando lugar aos ácidos orgânicos, que reagem com as bases liberadas, neutralizando e transformando o meio em alcalino. Assim, independentemente do uso de corretivos, a compostagem conduz à formação da matéria orgânica úmida com reação alcalina.

Gráfico 3 – Variação de pH



Fonte: Autores (2023)

Estes resultados significam que, nos resíduos produzidos nos mercados, existem proporções de nutrientes que podem suprir as necessidades das plantas. Por exemplo, de acordo com a tabela das necessidades nutricionais das plantas que consta na revisão de literatura, para produzir 30.000 toneladas de repolho, são necessários 120 kg de nitrogênio, 100 kg de fósforo e 140 de potássio em 1 ha. Essas quantidades de nutrientes podem ser alcançáveis se os resíduos que são descartados em toneladas por dia forem compostados.

Para este caso, para alcançar 23,96 g de nitrogênio, apenas foram compostados 195 kg de resíduos sólidos, proporcionados de maneiras não equacionais, nutriente este capaz de suprir necessidades de hortícolas em pequenas dimensões de campo para produção. Por exemplo, feijão manteiga necessita apenas de 0,004 kg de nitrogênio, 0,006 kg de fósforo e 0,012 kg de potássio em 1 m² para suprir as suas necessidades nutricionais. Portanto, pode se imaginar quantos kg de nitrogênio podem ser alcançados se forem compostados 1000 kg de resíduos equacionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito o estudo, conclui-se que:

- Para o processo de compostagem, foram selecionados 15 grupos de resíduos sólidos, designadamente farelo de milho, de arroz e de mexoeira, cascas de feijão manteiga, de mandioca, de banana, de batata reno e de ervilha, restos de repolho, de couve, de alface e de tomate, capim, serradura, com base no critério de ser matéria orgânica vegetal;
- O composto formado mostrou sinais de maturação, pois o material humificado se apresentou com a cor castanha escura, cheiro de bolor, homogêneo e sem restos vegetais.
- Na composição química, o composto continha elementos de NPK em quantidades aceitáveis, sendo 2,396% de nitrogênio, 0,637% de fósforo e 2,997% de potássio, que constituem os macronutrientes para suprir as necessidades nutricionais das plantas, e um pH de 6,5, característico dos compostos orgânicos. Assim, torna-se aceitável a hipótese 1, segundo a qual o composto orgânico produzido através de resíduos sólidos orgânicos e de origem vegetal pode conter macro e micronutrientes equilibrados para suprir as necessidades nutricionais das hortícolas em solos menos nutritivos.

Portanto, pode se tomar nota que, ao descartar resíduos sólidos orgânicos, perdem-se junto desse descarte quantidades de matéria orgânica útil para agricultura, não só, mas também, perde-se oportunidade de saneamento ambiental (redução de RS a serem encaminhados para lixeiras públicas) e uso racional dos recursos (reciclagem), fator que contribui para o bem-estar social e corresponde aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Assim sendo, recomenda-se às autoridades municipais que, no capítulo de saneamento, capitalizem projetos de reciclagem, sobretudo a compostagem para reduzir a quantidade de resíduos a serem levados para as lixeiras; que se estabeleçam parcerias com a UR-Lichinga para que, junto com os estudantes, se faça a difusão das informações referentes ao saneamento; aos pesquisadores, que se façam mais pesquisas referentes à identificação de níveis de vários outros nutrientes existentes no composto orgânico produzido com base nos resíduos sólidos, e às autoridades do ramo agrário também recomenda-se que encontrem mecanismos de incentivar mais o uso do composto orgânico em detrimento do químico, pois este último traz consequências negativas para o ambiente.

REFERÊNCIAS

- BARD, C. **Química Ambiental**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- BIDONE, F.R.A. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos – SP: EESC, 1999.
- DALLES, R. N.; TEIXEIRA, I. Processamento de adubo orgânico, a partir de resíduos domésticos, em uma comunidade rural: uma proposta ecológica e viável. **Rev. REMPEC–Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 3, n. 3, p. 137-150, 2010.
- DIONYSIO, Luis Gustavo Magro; DIONYSIO, Renata Barbosa. **Lixo urbano: descarte e reciclagem de materiais**. Rio de Janeiro: CCEAD/PUC Rio, 2013.
- FERNANDO, A.; USSY, J.; BAPTISTA, A. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos**. Lichinga: CMCL, 2015.
- FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa: UFV, 2000.
- GIL, A. C., **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KIEHL, E.J. **Fertilizantes orgânicos**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.
- KIEHL, E.J. **Manual de Compostagem: maturação e qualidade do composto**. ESALQ: Piracicaba, 1998.
- MOÇAMBIQUE Ministério de Terra e Ambiente – MTA. **Guião Metodológico para Elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos**. Maputo: MTA, 2020.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). **Política Nacional de Gestão de Calamidades**. Maputo: INGC, 1999.

OLIVEIRA, A.M.G.; AQUIMO, A.M.de; NETO, M.T. de C. **Compostagem caseira do lixo doméstico orgânico**. Circular técnica 76, Brasília/São Paulo: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/EMBRAPA, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde**. Genebra: OMS, 2006

PELCZAR, JR., JM.; CHAN, E.C.S; CRIEG N.R. **Microbiologia, conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. v. 1.

SERRAT, B. M.; LIMA, M. R.; GARCIAS, C. E.; FANTIN, E. R., CARNIERI, I. M. R. S. A.; PINTO, L. S. **Conhecendo o solo**. Curitiba: UFPR/Ciências Agrárias, 2002.

SILVA, M.E de C. **Compostagem de Lixo em pequenas unidades de tratamento**. Viçosa: CPT, 2008.

SYS, C.; RANST, E. V.; DEBAVEYE, J.; BEERNAERT, F. **Land Evaluation part III**. Ghent/ Belgium: AGRIS, 1993.

VIANA, G., **Manual Clube do Jardim: Compostagem**. São Paulo: Oficina de Jardim. Disponível em: www.oficinadejardim.com.br. Acesso: 09/10/ 2012.

RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA APÓS O VENDAVAL NA VILA MUNICIPAL DE METANGULA EM MOÇAMBIQUE

USSENE, Mustafa¹; MALOA, Joaquim²; NHACHUNGUE, Francisco Gonçalves³;

SALIMANJA JUNIOR, Graciano Bocaimane⁴.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-582>

RESUMO

Nas primeiras horas do dia 31 do mês de dezembro de 2024, um vendaval acompanhado de chuva forte surpreendeu as famílias da vila sede de Metangula, o qual desalojou várias famílias, destruindo residências, colocando em condições de desapropriados os alimentos, destruindo infraestruturas públicas e privadas, bem como ocasionando a perda de vidas humanas. Este artigo analisa a resiliência da população; após este desastre de ventos fortes e, baseando-se numa pesquisa explicativa, usando o método da observação e entrevista semiestruturada às populações afetadas, foi possível obter dados sobre resiliência destas após a passagem do vendaval. A entrevista foi aplicada também aos funcionários do Instituto Nacional de Gestão de Desastres, de modo a fornecerem dados sobre o número de famílias afetadas, número de pessoas afetadas, número de famílias que perderam significativamente o alimento, o tempo previsto para a recuperação dos bens perdidos e outros bens de uso doméstico, número de residências destruídas, tipo de material de construção, a sua intervenção na ajuda às populações e sobre a potencialização da resiliência. Para o tratamento dos dados, foram usados os Softwares SPSS v.21 e Microsoft Excel v.2013, para a análise de dados quantitativos (produção de gráficos do nível de resiliência) e análise de conteúdo (informações orais e imagens) para os dados qualitativos. Os resultados mostram desafios na melhoria da gestão dos desastres, a necessidade da potencialização do nível de preparação a qualquer evento climático perigoso e que o nível de resiliência comunitária pode ser considerado baixo nesta vila, isto é, há longo tempo de recuperação dos danos causados associados a vários fatores sociais e econômicos. Isto evidencia-se pela dependência total da população do apoio das autoridades governamentais e outras.

Palavras-chaves: resiliência comunitária; vendaval; evento climático; Metangula.

ABSTRACT

In the early hours of the last day of the year 2024, a windstorm accompanied by heavy rain surprised the families of the town of Metangula, which displaced several families, destroying homes, watering food, destroying public and private infrastructure as well as the loss of human lives. This article analyses the resilience of the population after this high-wind disaster. Based on explanatory research, using the method of observation and semi-structured interviews with the affected populations, it was possible to obtain data on their resilience after the windstorm. The interview was also conducted with staff from the National Institute for Disaster Management, in order to provide data on the number of families affected, the number of people affected, the number of families who significantly lost food, the expected time for recovery of lost property and other household goods, the number of homes destroyed, the type of construction material, their intervention in helping the populations and on enhancing resilience. For data processing, SPSS v.21 and Microsoft Excel v.2013 software were used to analyse quantitative data (producing graphs of the level of resilience) and content analysis (oral information and images) for qualitative data. The results show challenges in improving disaster management, the need to boost the level of preparedness for any dangerous climatic event and that the level of community resilience can be considered low, i.e. a long time to recover from the damage caused associated with various social and economic factors. This is evidenced by the population's total dependence on the support of the authorities.

Keywords: community resilience; windstorm; climatic event; Metangula.

¹ Mestrando em Gestão Ambiental, Licenciado em Ensino de Química com Habilidades em Gestão de Laboratórios, ambos na Universidade Rovuma, Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. *E-mail:* mustafaussenemussogi@gmail.com

² Professor Auxiliar do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma - Moçambique. Pós-Doutorado pela Universidade de Brasília (2025); Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2017); Doutorado (Ph.D) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2016) e Doutorado (Ph.D) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil (2019) e Mestrado (MSc) em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2012), Licenciado (Lic) em Sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane (2008) e Bacharelato (Bach) em Ciências Sociais pela Universidade Eduardo Mondlane (2005). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>. *E-mail:* joaquimmaloa@gmail.com

³ Doutor em Energia e Meio Ambiente Docente e Coordenador do Mestrado em Gestão Ambiental. Coordenador de Pesquisa e Extensão no Projecto Qualifica Niassa e Chefe de Departamento de Pesquisa, Inovação e Publicação. *E-mail:* fnhachungue@unirovuma.ac.mz

⁴ Mestrando em Gestão Ambiental na Universidade Rovuma, Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. *E-mail:* gracianojunior94@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o início da história da humanidade, comunidades, sociedades e civilizações precisam lançar mão de capacidades adaptativas para sobreviver às grandes mudanças sociais e ambientais. Na contemporaneidade, os desafios têm se multiplicado. A globalização, mudanças climáticas e o crescimento econômico desenfreado favorecem a ocorrência de situações estressoras para indivíduos e comunidades, tais como desastres de causa natural, tecnológica ou humana, guerras, epidemias e desigualdade social. O termo resiliência tem sido utilizado por muitos especialistas para explicar respostas adaptativas e saudáveis que indivíduos e grupos apresentam a esses desafios, gerando um corpo crescente de pesquisas sobre o assunto (Smith, *et al.*, 2012).

No mundo, tem-se verificado, nas últimas décadas, um aumento das ocorrências de desastres naturais e dos prejuízos decorrentes. Constata-se uma tendência global para o significativo incremento do número de desastres a partir da década de 1970, que passou de 50 registros por ano para 350 em 2008, tendo chegado a 500 em 2005. Segundo esta mesma fonte, os prejuízos estimados, que em 1975 eram de aproximadamente 5 bilhões de dólares, passaram a 180 bilhões em 2008. Em 2005, ano do Furação Katrina nos Estados Unidos, o prejuízo atingiu 210 bilhões de dólares (Tominaga *et al.*, 2009, p. 15).

Moçambique é um país vulnerável a eventos climáticos, e estes eventos são mais frequentes em certas regiões, sobretudo na faixa costeira, e em outras não. Surpreendentemente, nas primeiras horas do dia 31 de dezembro do ano de 2024, a vila sede municipal de Metangula, sede do distrito do Lago, Província do Niassa, foi fustigada por vendaval, ou seja, vento forte acompanhado de chuvas, que destruiu várias infraestruturas públicas e privadas, residências particulares, causando perda de vidas humanas e danos de outros bens do uso doméstico, em destaque para alimentos (Caomba, 2018, p. 24).

É bem-sabido que na atualidade é muito comum surgirem situações imprevistas e inéditas, em que se sucedem exigências cada vez maiores e, nestes contextos, ou se sabe sobreviver e recuperar o equilíbrio na instabilidade existente ou se sucumbe às contrariedades.

A Agenda 2030 das Nações Unidas, nos seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), no 13º objetivo dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pelas Nações Unidas, estabelece o seguinte: *Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos*, o qual se desdobra em reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países; integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais e melhorar

a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima (ONU, 2015).

No país existem vários planos nacionais de adaptação às mudanças climáticas, sendo estes reduzidos ao nível provincial, distrital e local. Na vila sede de Metangula, estando na costa do lago Niassa, um dos lagos que não cria ventos fortes assustadores, os cidadãos sempre estiveram sossegados, não tendo a menor hipótese de ocorrência de um vendaval que fustigaria a sua circunscrição territorial.

O vendaval decorrido em Metangula incutiu um novo ritmo, novas exigências, novas demandas, trazendo desafios para a superação. Estes desafios podem ser traduzidos, numa dimensão interpessoal, pelas dificuldades enfrentadas diariamente, em um ambiente em que se vive a falta recursos para esta superação.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a resiliência comunitária após o vendaval em Metangula e como objetivos específicos, identificar as residências atingidas pelo vendaval, aferir os danos causados em cada residência e analisar as formas de recuperação dos danos causados.

Foi usado o método de observação direta para se identificar as residências afetadas pelo vendaval. Foram entrevistados vinte e cinco afetados para a descrição dos danos causados, bem como a observação e questionário; sobre as formas de recuperação, foi efetuada uma entrevista aos visados.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo vendaval tem a sua origem em *vent d'aval*, uma expressão francesa que se pode traduzir como “vento de baixo”. A noção é usada, no seu sentido mais amplo, com referência a um vento de grande intensidade. São perturbações marcantes no estado normal da atmosfera, deslocamento violento de uma massa de ar, de uma área de alta pressão para outra de baixa pressão. Os vendavais, também chamados de ventos muito duros, correspondem ao número 10 na escala de Beaufort, compreendendo ventos cujas velocidades variam entre 88,0 e 102,0 km/h.⁵

Como danos, os vendavais derrubam árvores e causam estragos às plantações; derrubam a fiação e provocam interrupções no fornecimento de energia elétrica e nas comunicações telefônicas; provocam enxurradas e alagamentos; produzem danos em habitações mal

⁵ <https://conceito.de> > vendaval

construídas e/ou mal situadas; provocam destelhamento em edificações; causam traumatismos provocados pelo impacto de objetos transportados pelo vento, por afogamento e por deslizamentos ou desmoronamentos (Tominaga *et al.*, 2004).

O conceito de vendaval, às vezes, adquire acepções mais específicas. Em alguns países, um vendaval inclui, para além de vento, precipitações. Por isso, pode tratar-se de um temporal.

O vendaval faz parte da classificação dos desastres naturais, que segundo Souza *et al.* (2009, p 5),

Desastres naturais são aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza que atuam independentemente da ação humana. Em geral, considera-se como desastre natural todo aquele que tem como gênese um fenômeno natural de grande intensidade, agravado ou não pela atividade humana. Exemplo: chuvas intensas provocando inundação, erosão e escorregamentos; ventos fortes formando vendaval, tornado e furacão; etc.

Com isto, pode se associar o decorrido na vila sede de Metangula como um desastre natural, tendo em conta a magnitude dos danos causados. Estes vendavais são provocados pelo deslocamento violento de uma massa de ar. Normalmente são acompanhados de precipitações hídricas intensas e concentradas, que caracterizam as tempestades. O superaquecimento local, ao provocar a formação de grandes *cumulunimbus* isolados, gera correntes de deslocamento horizontal e vertical de grande violência e de elevado poder destruidor.

A resiliência, outro conceito analisado neste artigo, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, citado por Garcia (2017), é definida como a habilidade de voltar para o seu habitual estado de saúde ou de espírito, depois de passar por dificuldades.

A resiliência pode ser compreendida também como a capacidade de os sistemas sofrerem impactos oriundos de desastres naturais, de modo não a retornar ao seu estado original, mas manter sua estrutura e funcionalidade rumo a novo equilíbrio.

As comunidades, compostas por indivíduos, organizadas em famílias, em grupos, em estratos ou classes, são estruturas dinâmicas que criam oportunidades e que se deparam com desafios, alguns esperados, outros inesperados.

É também entendida a resiliência como capacidade que permite enfrentar adversidades de forma positiva, que envolve ativamente mecanismos de proteção e faz parte de um processo evolutivo que pode ser promovido em todas as fases do ciclo vital.

Segundo o programa da Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), citado por Tominaga *et al.* (2009), no seu guia de adaptação e resiliência climática para municípios e regiões, a perspectiva da construção de resiliência, por sua vez, vem sendo difundida mundialmente pela Campanha Construindo Cidades Resilientes – MCR2030, promovida pela ONU por meio do United Nations Office for Disaster Risk

Reduction (UNDRR). A iniciativa teve como base o Marco de Ação de Hyogo (2005-2015) e, posteriormente, foi atualizada para adaptar-se aos objetivos definidos no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030), bem como aos ODS. Mais detalhes sobre a campanha são apresentados adiante, na seção “Planejamento da adaptação e resiliência nos níveis municipal e regional: especificidades municipais”.

Garcia (2017, p. 01) considera que

A resiliência é como um elástico que poderá ser esticado quase até a sua rotura e uma vez ultrapassada a situação anterior, está apto para regressar à sua forma inicial. Assim a pessoa ganha segurança para ultrapassar obstáculos, procurar novas experiências, saber mais sobre si próprio e ligar-se de forma mais forte aos outros. O conceito de resiliência teve origem na engenharia, mas tem sido explorado pela psicologia, que o define como a capacidade do indivíduo resistir às dificuldades.

Ainda sobre o conceito de resiliência, Pastorelli Júnior (2018, p.53) destaca que a evolução conjunta das sociedades e das cidades que têm sido estudadas extensivamente e muitas trajetórias insustentáveis foram registradas e define a resiliência como sendo a adaptação e redução da vulnerabilidade; a capacidade de qualquer sistema lidar com mudanças externas, mantendo sua estrutura, funções e identidade. Este autor menciona que a resiliência pode ser classificada em quatro tipos, a saber: *Resiliência de infraestrutura*, que está relacionada à redução da vulnerabilidade de estruturas, como prédios e sistemas de transporte, e também faz referência à capacidade de abrigo, unidades de saúde, energia, informação, água e a disponibilidade de rotas de evacuação e abastecimento de itens de necessidades básicas pós-desastres; *Resiliência Institucional*, que se refere aos sistemas governamentais e não governamentais que administram a comunidade; *Resiliência Econômica*, que faz referência à diversidade econômica em áreas como empregos e quantidade de atividades comerciais e a sua habilidade de funcionar após a ocorrência de um desastre; e *Resiliência Social*, que se relaciona ao perfil demográfico da população (sexo, idade, status socioeconômico etc.), contudo, esta componente da resiliência é a capacidade de uma comunidade ou grupo de cidadãos de se adaptar, com um sentimento de afeto à região.

A Tabela 1 a seguir foi elaborada por Carvalho e Costa (2015) para descrever alguns indicadores de cada tipo de resiliência anteriormente apresentado:

Tabela 1 – Indicadores da Resiliência de Desastres Urbanos

Resiliência de Infraestrutura	Resiliência Institucional	Resiliência Econômica	Resiliência Social
• Tipo de Moradia; • Capacidade de acolhimento (abrigo); • Capacidade médica; • Acessos/potencial de evacuação; • Necessidades nos abrigos; • Recuperação.	• Mitigação; • Serviços Municipais; • Fragmentação Política; • Experiência em desastres anteriores; • Conectividade social.	• Empregos; • Acesso ao sistema de saúde; • Capital para moradia; • Abrangência do setor econômico.	• Idade, Equilíbrio educacional; • Acesso ao transporte; • Capacidade de comunicação; • Necessidades especiais; • Cobertura do sistema de saúde.

Fonte: Carvalho e Costa (2015)

Com isto, é possível entender que, diante de quaisquer adversidades, sejam estas desastrosas, os indivíduos têm formas de como se adaptar, se reorganizar e superar tais adversidades. O mesmo autor considera que uma organização é resiliente quando possui algumas características próprias, como: flexibilidade; responsabilidade; proatividade; resistência ao stress; estrutura baseada no conhecimento; capacidade de adaptação; capacidade de recomeçar quando os resultados não são os esperados; e a rapidez na resposta a novas situações.

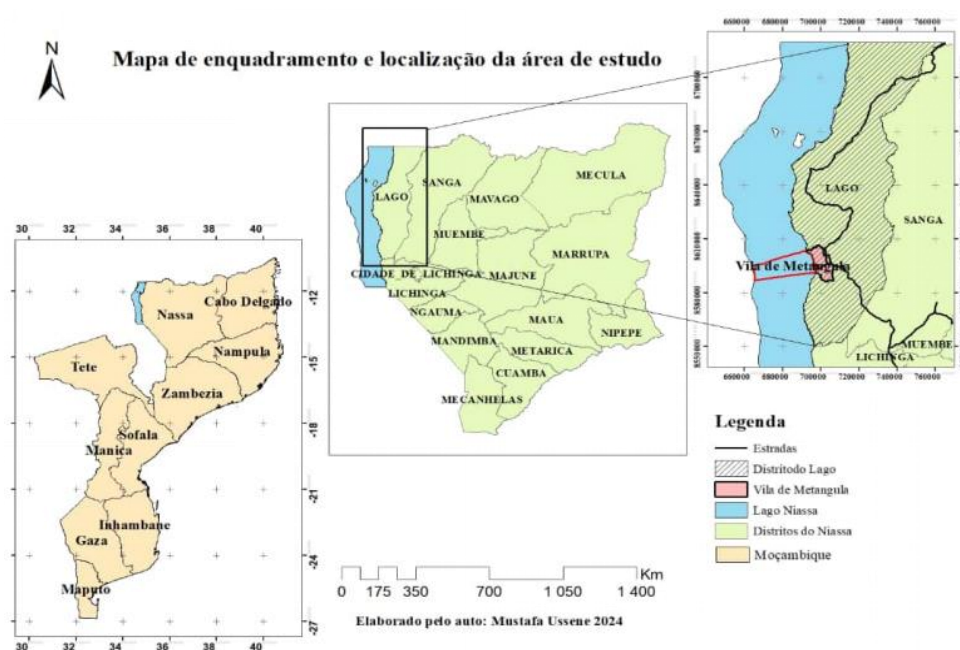
2 METODOLOGIA

O presente estudo abrange a vila sede de Metangula, na qual o autor analisa o nível de resiliência comunitária após a passagem do vendaval.

O Município da Vila de Metangula situa-se na região norte de Moçambique, na Província de Niassa. Com uma superfície de 81 km², localiza-se a cerca de 107 km da cidade capital do Niassa Lichinga, entre as coordenadas 12° 43' 33.6'' latitude sul, 34° 46' 20.64'' longitude oeste, o que confere uma excelente posição geográfica e uma extraordinária benignidade de clima e frescura e corresponde à zona do litoral do Lago Niassa. Possui uma população global de 17.235 habitantes (população projetada, 2014), distribuídos e estruturados em 12 bairros comunais, designadamente: Sanjala, Seli, Muchenga, Thungo, Chipile, Micuio, Chiwanga, Chigoma, Mifungo, Mpelua, Capweleza e Michumwa. A temperatura média anual

varia entre 22 e 24 °C. A pluviosidade média anual oscila entre 1000 e 1400 mm, a época chuvosa decorre entre novembro e abril. As precipitações são em regime torrencial, acompanhadas de fortes tempestades. As próprias características do relevo da região, predominada por zonas montanhosas, fazem com que ocorram variações térmicas ao longo do ano (INE, 2019). No mapa a seguir (Figura 1), está representada a área de estudo para melhor descrever de forma genérica e específica.

Figura 1 – Localização geográfica da Vila de Metangula e Lago Niassa



Fonte: Autores (2025)

2.1 Método

Segue-se a caracterização do método utilizado na pesquisa em termos lógicos da abordagem, aos procedimentos e quanto às suas bases técnicas.

A pesquisa tem uma abordagem mista, na modalidade de estudo de caso. De acordo com Ludke e André (2013), a abordagem mista (qualitativa e quantitativa) pode assumir diferentes modalidades, destacando-se o estudo de caso, cujo interesse incide naquilo que ele tem de único, de singular, ainda que remanesçam certas evidências com outros casos ou situações a posterior.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão. Também é pesquisa de campo

tendo em conta que sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicados, quer gravados, bem como levantamento de dados no campo (Marconi, Lakatos, 2003; Lakatos, 2007). Com isso, o autor baseou-se em diferentes artigos já publicados sobre resiliência e sobre os vendavais, bem como no contato direto com os residentes das infraestruturas afetadas.

A pesquisa teve como participantes vinte e cinco (25) pessoas que estiveram dispostas a fazer parte dela, dentre as quais, vinte (20) indivíduos diretamente afetados pelo vendaval, dois (2) técnicos do Instituto Nacional de Gestão de Desastres, um (1) do Conselho Municipal da Vila de Metangula, um (1) do Instituto Nacional Oceanográfico e um (1) da Estação Meteorológica de Metangula. A amostragem por conveniência consiste na seleção de elementos que mais prontamente estiverem disponíveis na participação em um estudo ou que podem fornecer informações necessárias (Hair *et al.*, 2005).

Foram usados vários métodos devido a sua classificação (abordagem mista), nos procedimentos e instrumentos de recolha de dados. Devido a esta abordagem (mista) e aos objetivos traçados que se pretendiam alcançar, foi efetuado o método bibliográfico, observação e entrevista.

A entrevista foi através de um questionário semiestruturado, cujo uso justifica-se pela necessidade de levantar percepções, pontos de vista, opiniões e significados sobre o nível de resiliência da comunidade pós-vendaval em Metangula. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. Também usou-se o método da observação, em que, através de meios fotográficos, obtiveram-se dados sobre os danos causados pelo vendaval e tipo de material de construção usado nas residências destruídas.

Para o tratamento de dados, focalizou-se em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações e procurar estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos. Estas são comprovadas ou refutadas mediante a análise. Assim, foram usados os Softwares *SPSS v.21* e *Microsoft Excel v.2013* para a sua análise, para organização dos dados em tabelas e produção de gráficos.

Para questões éticas, os residentes foram entrevistados por livre e espontânea vontade, através de um pedido oral formulado pelo autor, tendo em conta as relações de amizade existentes entre o autor e certos residentes. As fotografias das residências foram tiradas com o

consentimento dos proprietários. As instituições públicas foram acionadas por meio de um contato verbal e autorização prévia. Não constam imagens de indivíduos entrevistados de modo a proteger a sua integridade social e laboral.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

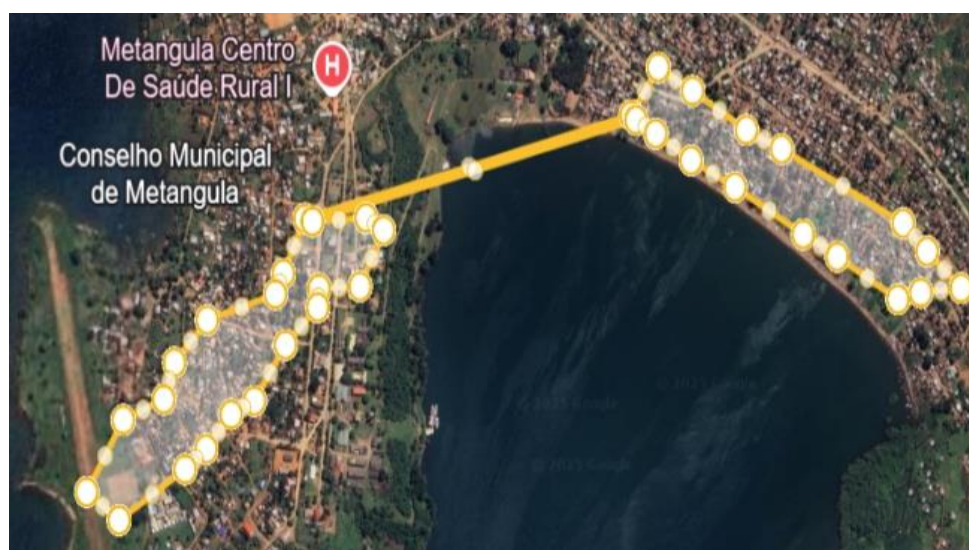
Neste tópico, faz-se a análise, avaliação e descrição dos resultados obtidos referenciando a pesquisa, os relatos feitos durante a recolha de dados sobre o pós-vendaval em Metangula.

3.1 Residências Atingidas pelo Vendaval em Metangula

De acordo com Nedel, Sausen e Saito (2012), dentre os eventos ocorridos, os vendavais foram os que ocasionaram o maior número de notificações, segundo a defesa civil, afetando maior quantidade de municípios (aos residentes) até decretos de situação de emergência. Neste episódio não se relatam danos humanos e nem materiais, talvez por conta da durabilidade do material usado na construção das residências, diferentemente da situação de Metangula.

Com base na observação, foi possível analisar que Metangula, como uma das parcelas pertencentes a Moçambique, tal como referido por Caomba (2018), é uma vila também vulnerável a eventos climáticos devido a sua localização geográfica, condicionados pelo confinamento entre a montanha e o Lago Niassa. Com isto, é frequente a ocorrência de ventos que sopram para o sudeste. No referido dia, o cenário foi muito surpreendente devido à forma como decorreu, no período da noite, deixando muitas famílias sem abrigo, num intervalo de tempo de dois minutos, atingindo os bairros de Sanjala e Thungo (Figura 2).

Figura 2 – Bairros atingidos pelo Vendaval em Metangula



Fonte: Autores (2025)

Isto foi confirmado pelo técnico do Instituto Nacional de Gestão de Desastres, Victor Salimo, que, segundo o qual, o vendaval destruiu perto de 200 residências e teve percurso em dois bairros, nomeadamente, Thungo e Sanjala, em que no último houve até destruição de infraestruturas públicas, como o edifício dos serviços distritais das atividades econômicas e o edifício da rádio comunitária do lago.

3.2 Danos causados para cada residência em análise

A Figura 3 mostra uma das residências afetadas e com maior dano, no bairro de Thungo. Segundo o proprietário, ele perdeu quase tudo que estava na sala, como cadeiras plásticas, televisor, decoder, aparelho de som, aparador e disse que, com sorte, apesar da destruição da própria residência, não houve perda de vida humana, entrando em consonância com os autores que discutem o capital social, ao reconhecerem que os esforços empreendidos na preparação para desastres devem ser mais focados na infraestrutura social, pois é esta que impulsiona resiliência comunitária (Aldrich; Meyer, 2015; Poortinga, 2012; Rob, 2012). Nesta figura, notou-se a falta da resiliência de infraestrutura, pois o tipo de material usado na construção não seria capaz de resistir ao vendaval decorrido. O proprietário não foi acolhido pelos vizinhos ou familiares, visto que teve que recorrer a outra residência que estava no quintal, construída por blocos de adobe e coberta de capim. Não teve danos corporais, e apesar de não precisar de atendimento médico, teve necessidade imediata de abrigo. O tempo de recuperação descreve-se no subcapítulo a seguir.

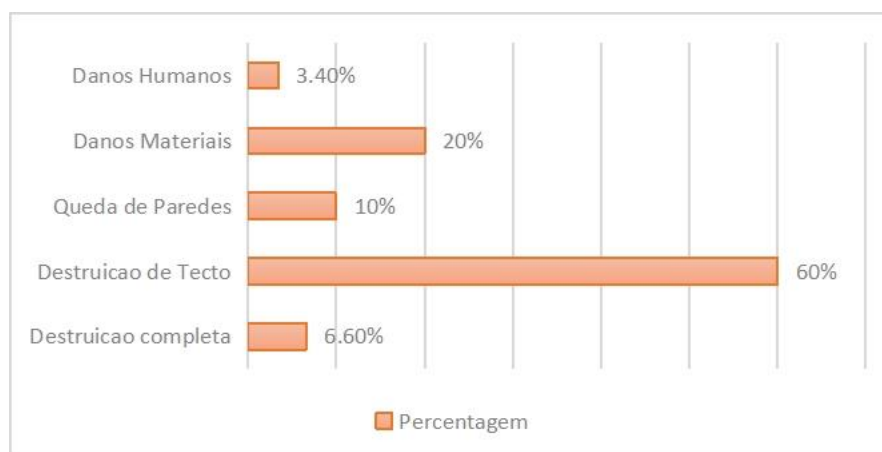
Figura 3 - Uma das residências com maior dano causado pelo vendaval



Fonte: Autores (2025)

O Gráfico 1, a seguir, mostra um dos resultados obtidos na entrevista de vinte (20) residentes afetados, com idades que variam de 20 a 40 anos, em que foram questionados sobre os danos causados pelo vendaval na sua residência.

Gráfico 1 – Danos causados pelo vendaval



Fonte: Autores (2025)

Como agente das autoridades locais, Mabenze (2024), vereador do pelouro da área social, confirma os danos causados em instituições públicas da urbe, bem como os danos causados nas residências familiares (Figura 4). Segundo este, vários bens imensuráveis foram perdidos por famílias.

Figura 4 – Residências atingidas pelo vendaval, destruindo tetos



Fonte: Autores (2025)

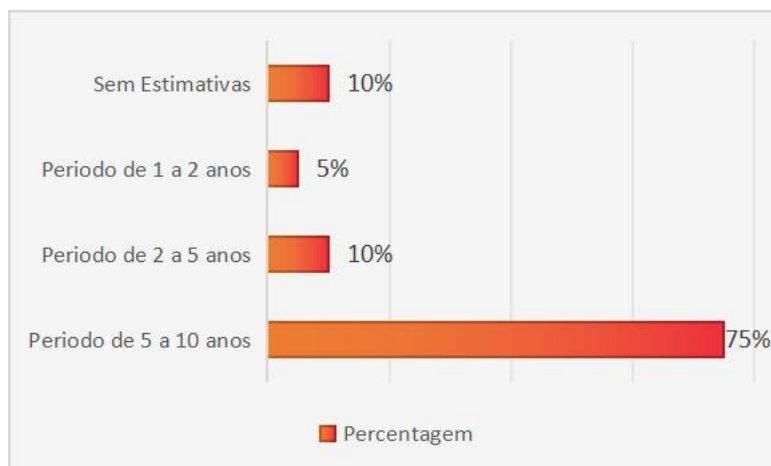
3.3 Tempo de recuperação dos danos causados pelo vendaval pelos residentes

Como forma de espera para a recuperação, o governo, através do Instituto Nacional de Gestão de Desastres, ativou um centro de acolhimento às vítimas do vendaval, o qual não foi aderido por vários afetados, que justificaram terem escutado uma notícia na rádio comunitária

de que outros acolhidos na localidade de Mepochi estavam passando por situações desumanas. Ao pesquisar a página do facebook da Rádio Comunitária do Lago, na qual são reportadas as informações, foi possível encontrar o conteúdo segundo o qual as famílias reassentadas em Mepochi clamam pelas condições básicas de sobrevivência. Com isto, as vítimas do vendaval em Metangula também se recusaram a aderir os locais de acolhimento. Segundo o técnico do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (Salimo, 2025), foi reassentado um total de 27 famílias na Escola Primária de Sanjala, em um total de 100 famílias previstas, correspondentes a 27% de adesão, e até o momento não se sabia o real motivo da pouca adesão.

Através das respostas dadas pelos 20 residentes afetados e entrevistados, foi possível constatar que a recuperação dos danos causados é de longo prazo, em um período que varia entre 5 e 10 anos, dadas as fontes de renda de grande parte das famílias que não são empregados formais, sobrevivem da agricultura, pesca e outras atividades domésticas, isto é, devido ao fator social fragilizado, tendo em conta que o capital social anteriormente destacado é formado pelas redes de suporte social que o indivíduo pode acessar, sejam redes informais (amigos, vizinhos e familiares) ou estruturas formais de apoio social, como equipamentos sociais e ONGs (Aldrich e Meyer, 2015; Poortinga, 2012; Ungar, 2011), o que não se verificou com prontidão na hora exata.

Gráfico 2 – Dados referentes ao período de recuperação dos danos causados



Fonte: Autores (2025)

Entre os afetados que estabeleceram intervalos menores de recuperação dos bens perdidos, a maior parte deles são empregados formais, ou seja, funcionários do Estado, e estes constituem a minoria dos afetados pelo vendaval.

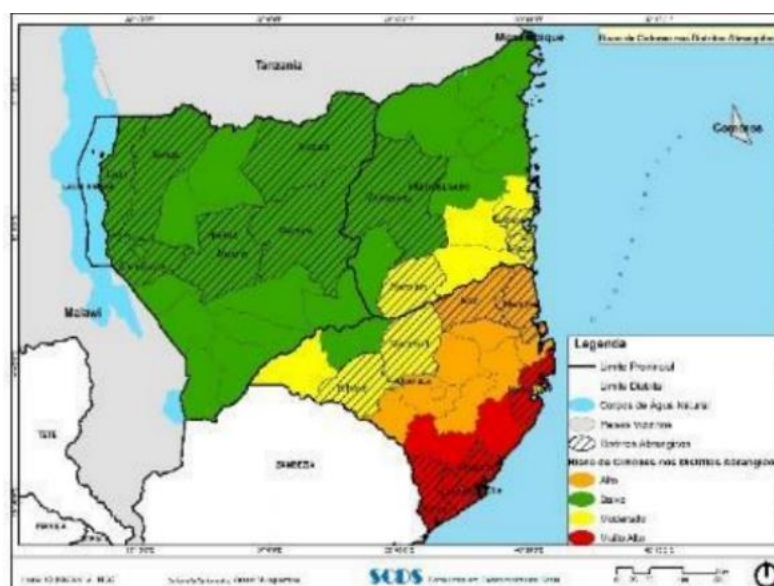
Uma notícia publicada na página da Rádio Comunitária, datada de 06 de fevereiro de 2023, com título *vítimas do vendaval em thungo amotinam-se defronte do conselho municipal de metangula, exigindo esclarecimento sobre o apoio doado*, refere que:

Na manhã da última terça-feira (04) viveu-se um ambiente de agitação nas instalações do Conselho Municipal de Metangula, criado pelas famílias vítimas do vendaval de 31 de dezembro passado, que exigem esclarecimento sobre a forma como foram distribuídos os apoios às vítimas. Os populares dizem ter havido um tratamento diferenciado entre as vítimas dos 2 bairros que sofreram com o fenómeno (Sanjala e Thungo). Estes questionam o porquê de as vítimas do bairro de Sanjala terem recebido vários apoios em detrimento das vítimas do bairro de Thungo.

Com esta reportagem, torna-se evidente a diferença do tempo de recuperação dos bens perdidos, tendo em conta que os afetados do bairro de Thungo e de Sanjala possuem características socioeconômicas diferentes. Há evidências da dependência total para a sua recuperação, podendo se considerar que a maioria dos afetados foi desfavorecida. A forma como as autoridades reagiu criou mais conflitos, sociais e políticos.

É importante salientar que, depois de quase 14 dias do vendaval, foi desativado o centro de acolhimento às vítimas do vendaval, cuja decisão, segundo a nossa fonte oral (Salimo, 2025), foi tomada após a visita da Presidente do INGD ao distrito do Lago. As famílias receberam kits de material de construção precários, como lonas, pregos, cerrotes e outros. Para as famílias de residências com materiais convencionais, o governo teve dificuldade de adquiri-los, e outras tiveram de recorrer a dívidas nos agiotas para conseguir comprar chapas de zinco, por exemplo. Esta falta de prontidão do governo pode estar associada à consideração de que grande parte da província do Niassa em geral, e Metangula em particular, tem uma vulnerabilidade muito baixa da ocorrência de ciclones, tal como consta na caracterização ambiental na zona norte, em que a área verde é considerada com baixa vulnerabilidade e Metangula esta inserida nesta área, tal como se pode observar na Figura 5 a seguir:

Figura 5 – Mapeamento das áreas vulneráveis aos ciclones na zona Norte



Fonte: Moçambique, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2021)

Metangula está em uma área que não foi projetada como área moçambicana de ocorrência dos riscos de desastre natural, mas, na realidade, ocorreu um vendaval em que em menos de um mês as populações não estiveram preparadas para este evento, o que levou a maior adaptação após o vendaval. Isto também leva as autoridades de tutela a não intensificarem as suas práticas de sensibilização sobre as medidas preventivas, bem como os apoios governamentais sobre habitação condigna, segura e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que as residências atingidas pelo vendaval localizam-se nos bairros de Sanjala e Thungo e apresentam diferentes características em termos do tipo de material de construção, sendo que as de Sanjala, na sua maioria, possuem material convencional (levantadas a tijolos e cobertas de chapas de zinco maioritariamente), enquanto que as de Thungo, na sua maioria, são construídas de material precário (levantadas com blocos de adobe e cobertas por lonas e capim).

Nas residências de Sanjala, houve muito mais a destruição dos tetos pelo vendaval, perda de bens materiais, como eletrodomésticos, devido à chuva intensa que se verificou, e bens alimentícios. Já no bairro de Thungo, existiu até perda de vidas humanas (03) por conta de queda de paredes devido à infiltração de água causada pela destruição do teto nessas residências, perda de eletrodomésticos, alimentos e outros bens domésticos.

Em termos do período ou tempo de recuperação dos bens perdidos, os materiais usados na construção das residências de Thungo são precários e mostraram muita dificuldade e longo tempo de recuperação, necessitando fortemente do apoio das autoridades, que, segundo o jornal, até foram cobrar providências no conselho municipal. Com isto, a resiliência comunitária adaptativa às mudanças climáticas depende muito mais dos fatores socioeconômicos das comunidades. Recomenda-se às autoridades que potencializem programas de distribuição de habitações, de modo a reduzir a vulnerabilidade dos mais desfavorecidos, para não criar mais conflitos.

Para aumentar a resiliência comunitária em Metangula, devem ser feitas ações integradas que fortaleçam a capacidade da comunidade de prevenir, resistir, adaptar-se e se recuperar de choques (ambientais, sociais ou econômicos), tais como: educação e conscientização, em que se devem fazer campanhas de informação sobre riscos locais (enchentes, secas, doenças) e formação em primeiros socorros, proteção ambiental e cidadania; planejamento urbano e ambiental, no qual devem se evitar ocupações de risco (encostas, margens de rios) e deve se promover o uso sustentável dos recursos naturais; fortalecimento das lideranças locais, onde devem se envolver associações comunitárias e líderes em decisões e planos de emergência; melhoria das infraestruturas – o acesso à água potável, saneamento, energia e abrigos seguros; desenvolvimento econômico local apoiando os pequenos negócios, cooperativas e capacitação profissional; criação de redes de apoio e solidariedade com foco para grupos de mulheres, jovens, idosos e pessoas vulneráveis; e elaboração e implementação de planos e projetos de gestão de riscos e emergência, tendo protocolos claros de resposta a desastres.

A Resiliência de Infraestrutura, Resiliência Institucional, Resiliência Econômica e Resiliência Social estão em um nível insatisfatório, isto devido ao tempo de recuperação que as famílias apresentam, bem como a demora de prontidão das instituições de apoio e a inexistência de Organizações Não Governamentais (ONGs) para apoio prévio. Portanto, sugere-se que os próximos estudos sobre resiliência comunitária possam caminhar no sentido de uma perspectiva integradora da resiliência comunitária e institucional, seja ela pública e/ou privada (ONGs). É também importante o maior desenvolvimento de estudos de campo sobre resiliência comunitária no contexto moçambicano, estimando as condições socioeconômicas e psíquicas da população sobre a sua resiliência.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Daniel P.; MEYER, Michelle A. Capital social e resiliência comunitária. **American Behavioral Scientist**, v. 59, n. 2, p. 254–269, 2015.

CAOMBA, David Paulo António. **Ocupações informais do solo urbano em Moçambique: análise dos factores de motivação e do risco de ocupação das planícies de inundação na cidade de Lichinga**. 2018. Tese (Doutorado) — Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2018.

CARVALHO, Cecília Campos; COSTA, Larissa Nóbrega Luques Alves. **O papel da resiliência urbana e do metabolismo urbano na questão da redução de risco de desastre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE METANGULA. **Plano da estrutura urbana municipal**. Metangula: CMM, 2015.

GARCIA, Cátia Pereira. **Conceito de resiliência**. 2017. Disponível em <https://www.utad.pt/tutoria/wp-content/uploads/sites/40/2017/09/resili%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Relatório das atividades do Censo de 2017**. Maputo: INE, 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRE Maria Eduarda de Almeida. **Pesquisa em Educação: Abordagem qualitativa**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2013.

MABENZE, Fernando. **Vereador do Pelouro da área Social**. Conselho Municipal da Vila de Metangula: CMM: 2025.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Fundo nacional de desenvolvimento sustentável**. Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (Projecto n. 174635): Quadro de gestão ambiental e social. Maputo: MADER, 2021.

NEDEL, Anderson; SAUSEN, Tania M.; SAITO, Silvia M. Zoneamento dos desastres naturais ocorridos no estado do Rio Grande do Sul no período 1989-2009: Granizo e vendaval. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 27, p. 119-126, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/7tqpDfkzsyDjTQ5cY4SqKNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PASTORELLI JUNIOR, José Henrique. **Estudo da sustentabilidade e resiliência urbana no contexto da redução de risco de desastres**. 247 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Unicamp, Campinas, 2018.

POORTINGA, Wouter. Community resilience and health: The role of bonding, bridging, and linking aspects of social capital. **Health & Place**, v. 18, n. 2, p. 286–295, 2012.

RÁDIO COMUNITÁRIA DO LAGO. Página oficial de comunicação. Facebook, 2023. Disponível em: www.radiocomunitariadolago@gmail.com. Acesso em: 26 fev. 2025.

ROB, Ahsan Ullah. Social protection for disaster-induced displacement in Bangladesh: Policies and practices. **Migration and Development**, v. 1, n. 1, p. 138–145, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/21632324.2012.718566>.

SALIMO, Victor. **Técnico do Instituto Nacional de Gestão de Desastres no Lago**. Metangula: INGDL, 2025.

SMITH, James W.; et all. Community resilience in Southern Appalachia: a theoretical framework and three case studies. **Human Ecology**, v. 40, n. 3, p. 341–353, 2012. DOI: 10.1007/s10745-012-9470-y.

SOUZA, Maria Teresa Sampaio. **A resiliência na terapia familiar: construindo, compartilhando e ressignificando experiências**. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOMINAGA, Lúcia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela. **Desastres naturais**. São Paulo: Editora Instituto Geológico, 2009.

TOMINAGA, Lidia; FERREIRA, Claudio José; SOUZA, Célia Regina de Gouvêia. **Cartas de perigo a escorregamentos e de risco a pessoas e bens do Litoral Norte de São Paulo: conceitos e técnicas**. 2004. Disponível em: https://lcb.fflch.usp.br/sites/lcb.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Tominaga_et_al_2004_Mapa_de_Perigo_Escorregamento.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

UNGAR, Michael. Community resilience for youth and families: facilitative physical and social capital in contexts of adversity. **Children and Youth Services Review**, v. 33, n. 9, p. 1742–1748, 2011.

USO DE REDES SOCIAIS PELAS EMPRESAS: SUA INFLUÊNCIA NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TALENTOS

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso¹; ALMEIDA, Allycia Catarina da Silva².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-595>

RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre a temática Recrutamento e Seleção (R&S) de candidatos pelas empresas, no Brasil, mediados pelas redes sociais, como tendência da atual sociedade. O estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre as redes sociais como instrumento do capitalismo de vigilância, estabelecido na sociedade humana a partir do início do séc. XXI. Realizou-se também uma pesquisa de natureza quantitativa, do tipo descritiva, com levantamento de campo por meio de questionário de múltipla escolha, para colher a percepção de colaboradores de empresas dos ramos industrial, serviços, comércio e outros, sediadas na região metropolitana de São Paulo e municípios vizinhos e da região bragantina, com uma amostra de 139 sujeitos. Os principais resultados apontam para o uso das redes sociais LinkedIn e Whatsapp pelas empresas para a atração e comunicação com os candidatos e a falta de percepção dos colaboradores de que as empresas os monitoram pelas redes sociais, com reflexo nos processos de promoção ou não. Os setores industrial e serviços entendem que a qualidade do R&S depende da competência do recrutador; todos os setores concordam que o uso das redes sociais torna o R&S mais ágil e com menor custo em relação ao modelo tradicional, mas que não influencia na qualidade da seleção.

Palavras-chave: redes sociais; recrutamento; seleção.

ABSTRACT

The article presents a study on the theme of Recruitment and Selection (R&S) of candidates by companies in Brazil, mediated by social networks, as a trend in contemporary society. The study includes a literature review on social networks as instruments of surveillance capitalism, established in human society since the beginning of the 21st century. A quantitative, descriptive field survey was also conducted using a multiple-choice questionnaire to gather the perceptions of employees from companies in the industrial, services, commerce, and other sectors, located in the metropolitan region of São Paulo, neighboring municipalities, and the Bragança region, with a sample of 139 subject. The main results indicate the use of LinkedIn and WhatsApp by companies for attracting and communicating with candidates; a lack of awareness among employees that companies monitor them through social networks, which may affect promotion processes. The industrial and services sectors believe that the quality of R&S depends on the recruiter's competence; all sectors agree that the use of social networks makes R&S faster and less costly compared to the traditional model, but does not influence the quality of selection.

Keywords: social networks; recruitment; selection.

¹ Doutora. Centro Universitário UNIFAAT e Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *E-mail:* hildabraga@terra.com.br

² Aluna de Iniciação Científica do Curso de Jornalismo do Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* allyciaalmeida4@gmail.com

INTRODUÇÃO

As redes sociais tornaram-se ferramentas estratégicas nas organizações, notadamente nas atividades de recrutamento e seleção de candidatos, como também no processo de promoção, transferência interna e valorização de colaboradores, ao oferecer às empresas novas formas de atrair, avaliar, engajar e conhecer melhor seus talentos humanos.

Os principais usos, pelas empresas, consistem na divulgação de vagas, análise de perfil, triagem inicial, comunicação com os candidatos, engajamento da empresa com seus talentos humanos e o monitoramento de seus talentos, tanto em relação à imagem que divulgam da empresa e de si próprios. Nesse sentido as empresas passam a ter uma visão mais ampla e acurada de seus talentos e de candidatos para vagas na empresa.

Coloca-se em discussão, no entanto, os riscos de tanta exposição das pessoas em suas redes sociais, o que leva a cair as máscaras, pois as pessoas criam uma imagem de si mesmas, a que desejam divulgar, mas, com o passar do tempo, essa imagem criada vai cedendo lugar à pessoa real, num processo de alienação em relação ao fato de que as redes sociais são mecanismos de monitoramento e vigilância e, mais do que isso, mecanismos de transformar as pessoas em “mais valia” de um sistema econômico. É um dos efeitos do chamado *big brother* moderno como forma de relacionar-se com o mundo, em que todos são monitorados por todos e todos monitorados pelas redes sociais, uma das implicações do chamado capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021; Sousa, 2015).

Este cenário instiga reflexões sobre os efeitos das redes sociais em ambientes corporativos, relacionado à gestão dos talentos, seja na forma de captação, retenção e valorização. Nessa perspectiva, este artigo suscita alguns questionamentos: o uso das redes sociais, pelas empresas, tem favorecido os processos de recrutamento e seleção de novos talentos, do ponto de vista da qualidade e efetividade do processo? A escolha do melhor candidato é resultado do uso das redes sociais ou a melhor escolha depende da perspicácia do recrutador? A melhor escolha no recrutamento garante a permanência de um novo colaborador? As empresas têm investido nas redes sociais por ser um processo de atração e retenção de talentos com menor custo e mais rápido? As escolhas, nesse sistema, são mais eficazes? Do ponto de vista do uso das redes sociais pelas pessoas, quais os efeitos negativos de tanta exposição?

No intuito de promover uma reflexão sobre o processo de recrutamento e seleção, retenção e valorização dos talentos humanos, com o apoio das redes sociais, este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a temática em pauta e dados quantitativos, por meio de levantamento empírico.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O papel das redes sociais no capitalismo de vigilância

Este artigo é o resultado de um estudo sobre a influência das mídias digitais nos processos organizacionais, com foco na área de gestão de pessoas, setor de recrutamento e seleção. Antes de analisar sua influência nos processos organizacionais e para os profissionais, faz-se necessária a reflexão sobre como o mundo alterou sua forma de comunicação entre pessoas e das pessoas com as organizações, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), de tal forma que nossa sociedade foi se tornando dependente e refém dessas tecnologias.

As redes sociais modernas, mediadas pelas tecnologias de comunicação desenvolvidas principalmente na segunda metade do séc. XX, surgiram no final desse século, com a criação da WEB (*World Wide Web*³), condição para o surgimento da primeira rede social, o GeoCities (1994 – 2009), que possibilitava às pessoas criarem suas próprias páginas na internet (Helmond, 2015).

Com o florescimento das tecnologias digitais, no final dos anos 1990, o mercado financeiro vivenciou um intenso fluxo de investimentos para as empresas, cujos produtos estavam ligados às tecnologias da Internet (Schifferes, 2008). Tais empresas, mesmo sem um plano de negócio viável ou ainda sem retornos de receitas, passaram a receber investimentos, o que culminou no fenômeno chamado “estouro da bolha da internet”, o colapso financeiro que afetou empresas de tecnologia e internet nos Estados Unidos entre 1999 e 2001 (Koerner, 2021, p.1). Com a retração de investimentos nessas *startups* americanas, a Google passou a explorar comercialmente os dados dos usuários de seus serviços, passando a vender dados a empresas de outros setores, criando assim um mercado de comportamentos futuros (Zuboff, 2021; Koerner, 2021, p.1).

O outro evento significativo foi o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, que levou as autoridades norte-americanas a financiarem e se associarem às empresas de tecnologia, para dominarem programas de monitoramento dos usuários da internet, a fim de se protegerem de novas ameaças (Zuboff, 2021).

Na 1ª década do séc. XXI, no entanto, surgem as redes sociais fortes, como o Facebook (2004), que veio a se tornar a rede mais popular do mundo; o LinkedIn (2003), concentrado no mundo profissional; o Twitter (2006), que introduziu a ideia de *microblogging*, permitindo que

³ WEB: *World Wide Web* (Rede de alcance mundial).

os usuários compartilhassem atualizações curtas, em tempo real (Helmond, 2015; Moura *et al.*, 2024).

Essa mudança significativa pela qual a sociedade passou, desde a metade do século passado até o início deste século, suscitou estudos, análise e críticas, dentre os quais se destaca o estudo de Shoshana Zuboff⁴ (2019), que resultou na publicação do livro “A era do capitalismo de vigilância”, em que analisa como a sociedade humana vivenciou, no final do século XX, o intenso desenvolvimento das tecnologias da informação, que possibilitou o advento da internet, fato que criou a expectativa de que as tecnologias iriam facilitar as atividades humanas, em suas diversas atividades pessoais e nas organizações. No entanto, logo no início do século XXI, a sociedade percebeu uma mudança radical do que se esperava do desenvolvimento dessas tecnologias “[...] para uma nova ordem econômica que reivindicaria a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração [...]” (Zuboff, 2021, p. 162). Essa nova configuração denomina-se capitalismo de vigilância, como uma mutação do capitalismo da informação (Koerner, 2021) e contrário às bases da civilização liberal, que defende a autonomia e a vontade da pessoa humana (Melquior, 2016).

Estão aí criadas as condições para o advento do chamado capitalismo de vigilância, no qual em qualquer dispositivo ligado à internet são capturados os comportamentos humanos – arquitetura de extração (Zuboff, 2021, p. 163) –. “O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes” (Koerner, 2021, p.1). Então, neste século, a sociedade humana passa a ser manipulada pelas tecnologias e mídias sociais (Brito, 2021; Santos, 2024).

1.2 Redes sociais e seu papel nas organizações

A chamada 4ª Revolução Industrial⁵ se caracteriza pela geração de muitas tecnologias – a criação da internet, a automação de processos, inteligência artificial –, as quais impulsionaram as mudanças na forma como produtos e serviços passaram a ser realizados e apresentados aos mercados (Schwab, 2019).

A internet, em especial, possibilitou o desenvolvimento das diversas mídias, denominadas redes sociais, que, a princípio, eram utilizadas para lazer e distração das pessoas,

⁴ Shoshana Zuboff: professora e pesquisadora da Universidade de Harvard.

⁵ Klaus Schwab: Fundador do Fórum Econômico Mundial, popularizou o termo com o livro *A Quarta Revolução Industrial* (2016).

com alcance global, permitindo-se saber o que está ocorrendo no mundo (Marques, 2020) e, com o passar do tempo, evoluíram para a principal forma de comunicação entre as pessoas, inclusive nos ambientes organizacionais.

Rede é uma representação formal de atores e suas relações, e rede social se refere a um conjunto de pessoas, organizações ou outras entidades de caráter social “[...] conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão constituindo e reconstruindo a estrutura social” (Tomaél; Marteleto, 2006, p. 75).

“As redes sociais online permitem estender este contexto para o universo virtual, permitindo a interação entre pessoas e grupos em função dos seus objetivos, compartilhando conteúdos em diversos formatos [...]” (Marques, 2020, p. 45), com amplitude mundial.

No entanto, com a sociedade cada vez mais digital, as redes sociais passaram a ser mediadoras inclusive dos contatos interpessoais (Fragoso, 2017). No ambiente organizacional, por exemplo, as diversas formas de comunicação pelas redes sociais vieram possibilitar respostas mais ágeis às demandas do mercado, fortalecendo a conexão com os clientes e da empresa com seus colaboradores (Fragoso, 2017).

Dentre as principais mídias sociais que influenciam os ambientes organizacionais, destacam-se o LinkedIn, WhatsApp, Instagram e Facebook (Poder360, 2023).

De acordo com o Relatório Global Digital 2024, os brasileiros passam em média 3h37 por dia nas redes sociais, o que coloca o país em terceiro lugar mundial nesse quesito, atrás apenas da Índia e da Indonésia (Kemp, 2024; Forbes Tech, 2023; Poder360, 2023).

As redes mais acessadas no país são: YouTube (96,4% de alcance); Facebook (85,1%); e Instagram (81,4%) (Conscore, 2023).

O LinkedIn é uma plataforma de mídia social que possui comunidades de discussão, abrangendo diversos setores (Banov, 2020), e tem como público profissionais das diversas áreas. O Brasil é o quarto país que mais consome a rede social LinkedIn e, até o final de 2023, já possuía 62,2 milhões de usuários registrados na referida plataforma (Kemp, 2023).

No Brasil e no mundo, a rede social mais utilizada é o WhatsApp, como o principal canal de comunicação, tanto para mensagens pessoais quanto as do ambiente corporativo (Conscore, 2024), agilizando e barateando os processos.

As redes sociais, como meio de comunicação, promoveram transformações dos processos organizacionais, muito além de seu uso nas atividades do marketing. Essas mudanças foram, inclusive, muito significativas na área de gestão de pessoas, em suas atividades de recrutamento e seleção (R&S), treinamento e gestão de talentos (Bes; Capaverde, 2020). As

atividades de R&S mediadas pelas mídias sociais são o foco da análise e reflexão deste artigo, considerando a amplitude de possibilidades, agilidade nos processos, entre outras vantagens, mas também acenando para fatores negativos, como a vigilância social e a dependência e submissão da sociedade às regras das redes sociais.

1.3 As redes sociais como ferramentas estratégicas no recrutamento e seleção de candidatos

As pessoas constituem o capital humano e intelectual de uma organização e representam a inteligência que comanda os demais recursos em direção aos objetivos organizacionais (Chiavenato, 2021). Os estudos mostram que empresas bem-sucedidas tratam seus talentos como parceiros e não mais como empregados. Esta nova postura das organizações exige, no entanto, “[...] investimentos em desenvolvimento e capacitação, reconhecimento e incentivos pela contribuição aos resultados [...]” (ibidem, p. 2). A viabilização dessa nova forma de relacionamento empresa-colaboradores, no entanto, passa pelo aprimoramento dos processos de recrutamento e seleção a fim de que se encontre o melhor candidato: competências (*soft e hard skills*) alinhadas ao *fit*⁶ cultural.

O *fit* cultural refere-se ao alinhamento dos valores, comportamentos e atitudes de um indivíduo, seja colaborador, ou candidato, com a cultura, valores e as práticas da empresa. Quando há o chamado *fit* cultural, a empresa tende a reduzir o *turnover*, aumenta a produtividade, melhora o clima organizacional, fortalece sua marca perante os diversos públicos, dentre outras vantagens (Schein e Schein, 2022; Chiavenato, 2021). Esse alinhamento potencializa o engajamento e produtividade de seus talentos, promove equipes mais coesas, reduz a rotatividade e os custos com pessoal.

As chamadas *soft skills* são competências comportamentais que vão além do conhecimento técnico. Elas dizem respeito à forma como o profissional interage, se comunica, lidera, toma decisões e se adapta aos contextos organizacionais (Dutra *et al.*, 2017).

As empresas que publicam sistematicamente, nas redes sociais, conteúdos sobre sua cultura – eventos, conquistas e insights de seus colaboradores –, interagindo ativamente com a comunidade, têm obtido mais eficácia no processo de atração de bons candidatos (Marques, 2020).

⁶ *Fit* é uma palavra americana utilizada pela área de RH para expressar o alinhamento entre os ideais do candidato e da empresa.

As empresas, desde o final da última década, têm-se utilizado das mídias LinkedIn, Instagram e Facebook, principalmente para anúncio de vagas de emprego, ampliando consideravelmente o alcance da divulgação e também atraindo candidatos mais alinhados ao *fit* cultural (Souza *et al.*, 2023).

As informações públicas dos perfis dos profissionais são consideradas, num primeiro momento, avaliando-se o teor de suas mensagens, o currículo – experiência profissional, formação acadêmica, habilidades e interesses –. Este é um sinalizador de perfil para uma triagem inicial de candidatos e que, na sequência, será confirmado ou não pela apresentação de currículo e entrevista (Zucco, 2023; Marques, 2020).

O uso das tecnologias de informação e comunicação já se fazia presente nos ambientes empresariais desde a década passada e, na área de R&S, por exemplo, muitas empresas já utilizavam “[...] jogos on-line, softwares e programas para avaliação de conhecimentos práticos de candidatos, análise de perfil social [...] por meio das publicações nas redes sociais e entrevistas online” (Gaspar; Schwartz, 2017 *apud* Blumen; Cepellos, 2023, p. 5).

A inteligência artificial (IA) também passou a ser utilizada nos processos de R&S, favorecendo a triagem de currículos, evitando possíveis vieses de percepção dos profissionais recrutadores, no sentido de privilegiar ou recusar perfis, considerando fatores não relativos às competências profissionais (Ferreira, 2020; Souza *et al.*, 2023), possibilitando mais transparência, objetividade e a mesma oportunidade para todos os concorrentes a uma dada posição. Estudos da ABRH/SP (2025) apontam a incorporação do uso de inteligência artificial e *machine learning* (aprendizado de máquina) nos processos de R&S, que possibilitam a compreensão do padrão de contratação das empresas, aumentando a chance de acerto da escolha do candidato, além da redução do tempo do processo (Serrato; Lespinasse, 2023).

A literatura internacional suscita reflexões relevantes ao documentar como as redes sociais influenciam o relacionamento entre empresas e seus colaboradores e candidatos. Empresas americanas (70%), por exemplo, utilizam algum tipo de mídia social para pesquisar o candidato durante um processo de seleção; 50% monitoram seus empregados nas mídias sociais, e destes, 35% já repreenderam ou demitiram colaboradores pelo teor de suas postagens; quase 30% mencionam gostar de reunir mais informações, por meio das redes sociais, antes de contatar um candidato (CareerBuilder, 2018).

O fato de um candidato não ser ativo na internet pode indicar também que ele não é bem conectado com pessoas e/ou não possua habilidades interpessoais (Melton; Miller; Jensen; Shah, 2018), o que pode vir a se confirmar ou não se este candidato tiver a oportunidade de ser convidado para entrevista ou qualquer outro evento de contato pessoal.

A literatura internacional apresenta também discussão sobre a questão ética relacionada a *cybervetting* (avaliação cibernética) (Backman e Hedenus, 2019; Berkelaar; Harruisson, 2017). Tanto no Reino Unido como na Austrália, 60% dos colaboradores defendem que os empregadores não devem investigar informações em suas redes sociais; já no Canadá, entende-se que cada um é responsável pelo conteúdo postado, cabendo a este restringir as condições de acesso ao seu perfil e suas manifestações, que não sejam de caráter profissional.

O estudo brasileiro de Biberg (2019) traz uma contribuição muito interessante sobre o uso do *cybervetting* nos processos de R&S: os recrutadores do setor farmacêutico declararam não fazer uso dessa prática, pois a consideram antiética. A autora relata também que o segmento farmacêutico é altamente regulamentado, com procedimentos e *compliance* bastante rigorosos, tanto para os profissionais como para as empresas do setor.

No Brasil há vários estudos que mostram que as informações postadas por candidatos em mídias sociais são consideradas importantes e decisórias em processos de R&S (Kroker; Tonon; Niada, 2018).

Estudos brasileiros ressaltam as vantagens do uso das tecnologias na área de R&S como um poderoso suporte para o trabalho dos profissionais de RH (Avelar; Silva; Saraiva, 2021), redução de custo estimado para a contratação de um novo colaborador e que os processos que envolvem tecnologia são muito mais ágeis e assertivos (Lorenz, Oliveira e Silva, 2019).

Embora as redes sociais tenham facilitado os processos de recrutamento e seleção, como todos os demais processos de empresas, estudiosos apontam para o fato de que os candidatos também monitoram as empresas antes de se candidatarem, uma vez que se amplia o acesso às oportunidades em outras empresas, talvez com condições mais interessantes ou vantajosas (Gaspar; Schwartz, 2017; Pellaes, 2021; Teixeira; Hanashiro, 2000).

1.4 Os riscos do uso das redes sociais pelas empresas

Mas além de analisar os benefícios que a internet trouxe, também é preciso considerar os possíveis impactos. O uso das mídias sociais também oferece riscos relativos à privacidade dos candidatos e implicações éticas relativas às questões discriminatórias, julgamento indevido de candidatos e a validade das informações disponíveis (Chiavenato, 2022; Marques, 2020; Zucco, 2023).

As empresas, ao utilizarem as informações de candidatos, devem atentar para as leis antidiscriminatórias e respeito à privacidade dos candidatos, como se estabelece no artigo 5º, inciso I, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. No contexto das relações de trabalho, esse princípio proíbe que candidatos sejam tratados de maneira

diferenciada com base em condições de saúde, origem, gênero, cor ou qualquer outra característica pessoal irrelevante para o desempenho da função (Brasil, 2024; Figueiredo, 2019).

Em acréscimo, o artigo 7º, inciso XXX da Constituição, determina a “[...] proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Brasil, 2024).

O direito à igualdade se aplica a todas as fases do vínculo empregatício, incluindo o processo seletivo. O empregador não pode criar barreiras discriminatórias para a contratação, sob pena de violar princípios fundamentais do direito do trabalho.

Nesse sentido, há riscos de julgamento indevido, a partir da análise de postagens pessoais, fotos ou a ausência de foto que poderiam influenciar negativamente a avaliação, mesmo que o candidato seja qualificado. Há também o risco de informações de candidatos postadas não serem verdadeiras, inclusive com perfil falso, conforme alerta da Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH-SP (2024). Segundo dados do Gartner⁷, até 2028 1 em cada 4 candidatos poderá ser artificialmente criado, como estratégia para extrair dados das empresas.

Nesse sentido, os especialistas também discutem sobre uma regulamentação específica sobre o uso da IA no recrutamento, uma vez que a Lei Geral de Proteção de Dados e o Marco Civil da internet não tratam especificamente desse tema (ABRH-SP 2024).

2 METODOLOGIA

O método para a realização desta pesquisa caracteriza-se como de natureza quantitativa, do tipo descritiva, com delineamento denominado *survey*, com uso de questionário de múltipla escolha (Sampieri; Collado; Lucio, 2013; Gil, 2019; Gil, 2022). Preliminarmente, foi realizada uma revisão da literatura sobre o uso das redes sociais pelas empresas brasileiras, com levantamento de publicações de caráter acadêmico, dos últimos 15 anos, disponíveis nas fontes: Scielo, portal periódicos Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e portal de publicações da FGV-SP, com o intuito de analisar a importância do uso das redes sociais na área de gestão de pessoas, especificamente para o processo de recrutamento e seleção, e também para a gestão dos talentos, para fins de promoção, mudança de atividade, entre outras

⁷ Gartner: **empresa** de TI, servir de norte para as outras empresas de tecnologia no mundo. Está entre as 500 maiores empresas de capital aberto dos EUA, pelo índice S&P.

possibilidades em atendimento às demandas das empresas e o reconhecimento das competências de seus colaboradores.

Em seguida procedeu-se à pesquisa de campo, por meio de questionário com perguntas fechadas: seis questões com cinco alternativas cada uma, versando sobre: as principais redes sociais utilizadas para as atividades de R&S de novos colaboradores, bem como identificar talentos entre seus colaboradores; eficácia do uso das redes sociais no R&S e as principais vantagens de seu uso. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e junho de 2025.

A amostra abrangeu colaboradores de empresas dos ramos industrial, serviços, comércio e outras, sediadas na região metropolitana de São Paulo (municípios de São Paulo, Santo André e São Caetano do Sul) e municípios da região bragantina (Atibaia, Bragança Paulista, Nazaré Paulista e Jarinu), integralizando 139 sujeitos.

O questionário foi enviado aos convidados, por e-mail, e o teor explicitava as finalidades da pesquisa – estudo acadêmico na área de gestão empresarial –. Junto ao convite foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo os objetivos da pesquisa, o anonimato do participante, bem como da empresa em que atua ou já atuou nos últimos dois anos. Para os que concordaram com a participação, mediante manifestação via e-mail, foi enviado o questionário de pesquisa. As respostas dos sujeitos foram devolvidas também por e-mail.

A tabulação dos resultados foi realizada de forma segmentada por tipo de atividade: indústria, serviços, comércio e outros (este grupo reuniu profissionais de comércio exterior, agronegócios e outros).

A análise e interpretação dos dados foi realizada com o apoio dos conceitos e estudos realizados, no item da fundamentação teórica. Na sequência estão apresentados os resultados de cada pergunta, por meio de tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 139 profissionais de empresas sediadas no município de São Paulo e ABC paulista, dos segmentos: indústria (52), serviços (45), comércio (10) e outros (32) – Dados coletados na Questão 1, com predominância de empresas dos segmentos industrial e serviços –.

Na questão 2 (Q2) (Tabela 1) foi perguntado se “A empresa em que trabalha (ou trabalhou nos últimos 2 anos) utiliza-se das redes sociais para recrutamento e seleção de novos colaboradores?”

Tabela 1 – Tipos de redes sociais usadas pelas empresas

Tipos de redes sociais usadas pelas empresas								
Quest.	Indústria		Serviço		Comércio		Outros (*)	
Q2	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.
a. LinkedIn	23	44,23%	17	37,78%	2	20,00%	14	43,75%
b. Instagram	3	5,77%	1	2,22%	0	0,00%	6	18,75%
c. Whatsapp	6	11,54%	3	6,67%	5	50,00%	6	18,75%
d. LinkedIn e Whatsapp	19	36,54%	19	42,22%	1	10,00%	4	12,5%
e. Desconheço	1	1,92%	5	11,11%	2	20,00%	2	6,25%
Total	52	100%	45	100%	10	100%	32	100%

Fonte: Os autores (2025).

Nas respostas relativas aos segmentos indústria, serviços e outros, em média 42% apontaram o uso do LinkedIn e 39% dessa mesma amostra apontaram uso do LinkedIn e whatsapp. No setor do comércio, as respostas apontaram para o uso do Whatsapp em 50% da amostra, o que indica o uso das redes sociais para comunicação e não para conhecer e avaliar perfil.

Na questão 3 (Q3) (Tabela 2) foi perguntado se “A empresa em que trabalha (ou atuou nos últimos 2 anos) utiliza as redes sociais para identificar colaboradores a serem promovidos?”, com as seguintes alternativas de resposta:

Q3a. Sim, para conhecer melhor o comportamento profissional de seus colaboradores.

Q3b. Sim, para monitorar seus comentários em relação à vida profissional (novos conhecimentos e perspectivas de carreira na empresa).

Q3c. Sim, para avaliar suas postagens: conteúdos, postura ética e forma de expressão.

Q3d. Sim, para avaliar sua forma de relacionar-se com os colegas de trabalho (empatia, colaboração, liderança).

Q3e. Não se utiliza das redes sociais para identificar talentos a serem promovidos.

Tabela 2 – Uso das redes sociais para monitorar os colaboradores

Uso das redes sociais para monitorar os colaboradores								
Quest.	Indústria		Serviço		Comércio		Outros (*)	
Q3	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.
Q3a.	2	4,00%	3	6,98%	1	10,00%	6	18,74%
Q3b.	1	2,00%	1	2,33%	0	0,00%	0	0,00%
Q3c.	4	8,00%	5	11,63%	0	0,00%	1	3,13%
Q3d.	1	2,00%	1	2,33%	0	0,00%	1	3,13%
Q3e.	43	86,00%	32	74,42%	9	90,00%	24	75,00%
Total	52	100%	45	100%	10	100%	32	100%

Fonte: Os autores (2025)

Na questão 3, ao se indagar se as empresas utilizam as redes sociais para monitorar seus colaboradores para as diversas finalidades – promoção, transferência de função ou outro tipo de valorização do colaborador –, 85% afirmam que a empresa não faz esse tipo de monitoramento. Essa resposta remete a um questionamento: com toda a exposição das pessoas nas mídias sociais, como elas podem negar que outros colaboradores da empresa não os acompanham e avaliam suas postagens? Parece uma percepção incoerente, em relação às respostas das outras questões. O processo de alienação de pessoas que utilizam sistematicamente as redes sociais desencadeia a perda de percepção da exposição a que se submetem. Ao cadastrar-se em uma rede e criar seus perfis, as pessoas buscam criar uma imagem – a que desejam que as pessoas façam dela –. Com o passar do tempo, no entanto, perdem a noção do monitoramento a que se expõem e passam a se mostrar como realmente são.

Na questão 4 (Q4) (Tabela 3) foi perguntado aos sujeitos da pesquisa “Qual sua percepção sobre a eficácia do recrutamento e seleção de talentos pelas redes sociais, considerando sua experiência e das pessoas mais próximas a você?”

Q4a. Ineficaz, pois as pessoas podem criar uma imagem pelas redes sociais que não corresponde à verdade.

Q4b. Pouco eficaz, pois as pessoas expõem apenas parte de suas experiências profissionais e talentos.

Q4c. A eficácia depende mais da perspicácia dos profissionais da empresa contratante do que da ferramenta.

Q4d. Eficaz, pois muitos profissionais investem em suas redes sociais e as empresas monitoram suas trajetórias.

Q4e. Muito eficaz, pois dá visibilidade aos profissionais disponíveis no mercado e, para as empresas, também é um processo simples e barato de captação de talentos.

Tabela 3 – Eficácia das redes sociais para R&S

Eficácia das redes sociais para R&S								
Quest.	Indústria		Serviço		Comércio		Outros (*)	
Q4	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.
Q4a.	4	8,00%	4	9,30%	0	0,00%	2	6,25%
Q4b.	6	12,00%	5	11,63%	4	40,00%	3	9,38%
Q4c.	15	30,00%	8	18,60%	3	30,00%	7	21,87%
Q4d.	9	18,00%	13	30,23%	2	20,00%	8	25,00%
Q4e.	18	36,00%	12	27,91%	1	10,00%	12	37,50%
Total	52	100%	45	100%	10	100%	32	100%

Fonte: Os autores (2025).

Os resultados da questão 4 revelam percepções diferentes, entre os segmentos empresariais, sobre a eficácia do uso das redes sociais para o recrutamento e seleção de talentos. Na indústria, 30% consideram a perspicácia dos recrutadores como ponto forte e 36% como uma ferramenta que dá visibilidade aos profissionais e é um recurso barato e simples para as empresas recrutarem candidatos. Portanto, esse processo traz vantagens, porém a qualidade da escolha do candidato depende da competência do recrutador.

Já no segmento de serviços, a percepção de 40% dos sujeitos é de que as pessoas não explicitam nas redes sociais suas verdadeiras experiências e competências, pois criam uma imagem que acreditam ser bem-vista pela sociedade. Também, 30% dos sujeitos acreditam mais na perspicácia dos recrutadores para identificarem bons candidatos, adequados às vagas existentes.

Na categoria “Outros”, 37,50% acreditam que o uso das redes sociais dá maior visibilidade aos profissionais, potencializando a recolocação no mercado.

Na questão 5 (Q5) (Tabela 4) foi perguntado “[...] qual a principal vantagem de empresas utilizarem as redes sociais para o processo de recrutamento e seleção externo?”

Q5a. Maior eficácia nas contratações.

Q5b. Conhecer melhor o perfil e potencial dos candidatos.

Q5c. Fomenta a proximidade da empresa com o público profissional, potenciais colaboradores.

Q5d. É uma forma dinâmica e mais barata para atrair bons candidatos.

Q5e. A empresa torna-se mais atraente para os potenciais candidatos.

Tabela 4 – Vantagens do uso de redes sociais no R&S

Vantagens do uso de redes sociais no R&S								
Quest.	Indústria		Serviço		Comércio		Outros (*)	
Q5	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.
Q5a.	1	2,00%	2	4,65%	0	0,00%	1	3,13%
Q5b.	13	26,00%	11	25,58%	4	40,00%	10	31,25%
Q5c.	15	30,00%	11	25,58%	3	30,00%	10	31,25%
Q5d.	14	28,00%	14	32,56%	3	30,00%	11	34,38%
Q5e.	8	16,00%	3	6,98%	0	0,00%	0	0,00%
Total	52	100%	45	100%	10	100%	32	100%

Fonte: Os autores (2025).

Na questão 5, a maioria dos sujeitos dos segmentos pesquisados aponta para a importância do uso das redes sociais no R&S, considerando a possibilidade de conhecer os candidatos, aproximação da empresa com profissionais de mercado, potenciais candidatos e é uma forma rápida e barata para atrair candidatos, o que não garante a qualidade da escolha. Esse resultado remete à importância das redes sociais para as empresas, não só para a atração de candidatos, agilidade e baixo custo no processo, mas para avaliar o quanto as vagas ofertadas atraem candidatos bem qualificados ou não, o que funciona como forma de autoavaliação das empresas.

Todos os setores reconhecem também que o uso das redes sociais não garante boas contratações e nem potencializa a atratividade da empresa para os potenciais candidatos, mesmo com a construção da imagem institucional nas redes sociais.

Talvez essa percepção dos sujeitos não considere as empresas que se utilizam das redes sociais para a construção de sua imagem como estratégia de atratividade e não somente as utilizem para um evento pontual, como o recrutamento.

Na questão 6 (Q6) (Tabela 5) foi perguntado, na percepção dos sujeitos, “[...] qual a principal vantagem para as empresas de utilizarem as redes sociais para o processo de recrutamento e seleção interno?”

Q6a. Retenção de talentos.

Q6b. Conhecer melhor seus colaboradores.

Q6c. Fomenta a proximidade entre a empresa e seus colaboradores.

Q6d. É uma forma prática e mais barata de monitorar seus colaboradores.

Q6e. Gera maior identidade entre a empresa e seus colaboradores.

Tabela 5 – Vantagem do uso de redes sociais para R&S interno

Vantagem do uso de redes sociais para R&S interno								
Quest.	Indústria		Serviço		Comércio		Outros (*)	
Q6	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.	Nº	Perc.
Q6a.	9	18,00%	4	9,30%	0	0,00%	4	12,50%
Q6b.	12	26,00%	10	23,26%	4	40,00%	10	31,25%
Q6c.	16	32,00%	9	20,93%	3	30,00%	10	31,25%
Q6d.	9	18,00%	12	27,91%	2	20,00%	4	12,50%
Q6e.	6	12,00%	7	16,28%	1	10,00%	4	12,50%
Total	52	100%	45	100%	10	100%	32	100%

Fonte: Os autores (2025).

Na questão 6, três segmentos de empresas concordam que as redes sociais possibilitam às empresas conhecerem melhor seus colaboradores e também fomentam a proximidade entre empresa e colaborador. Os percentuais desse tipo de percepção são: 58% na indústria, 51% em serviço, 70% no comércio e 62,5% em outros. Esta resposta dos sujeitos contradiz o resultado da questão 3, quando os sujeitos afirmam que as empresas em que atuam (Q3e.) “Não se utilizam das redes sociais para identificar talentos a serem promovidos”, ou seja, não monitoram seus colaboradores. Novamente, a resposta acena para uma possível alienação das pessoas em relação à exposição nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, realizado por meio de levantamento bibliográfico e levantamento de campo, ainda que numa delimitada região – município de São Paulo e municípios vizinhos (ABC paulista) e região bragantina –, vem analisar o papel das redes sociais nas atividades

organizacionais, especificamente no setor do recrutamento e seleção, e a percepção de profissionais que buscam novas oportunidades de trabalho. Do ponto de vista do estudo bibliográfico, além de apresentar como as empresas têm se beneficiado das redes sociais, suas limitações e apontar quais os fatores decisivos para uma boa seleção, o trabalho apresenta também uma visão crítica do papel das redes sociais na sociedade humana, em que o comportamento das pessoas se tornou a “mais valia”, no modelo econômico estabelecido no início deste século, denominado capitalismo de vigilância.

Os estudos bibliográficos e o levantamento de campo apontam a importância da perspicácia dos profissionais que atuam na área de gestão de pessoas, que é o fator decisivo para a melhor escolha de um candidato, embora as redes sociais tenham facilitado e agilizado o processo de divulgação de vagas de emprego, alcance geográfico na divulgação e redução de custo. O LinkedIn é reconhecido como a principal ferramenta de captação de candidatos, e o whatsapp o melhor meio de comunicação entre empresa e candidato.

A pesquisa de campo revelou também um fato muito interessante, que é a baixa percepção das pessoas de que podem ser monitoradas pela exposição nas redes sociais. Ao criarem seus perfis profissionais e publicarem ideias, atividades, gostos pessoais, conversas com amigos ou com pessoas, diante de uma disputa, perdem a noção das consequências de tanta exposição, a ponto de não perceberem o quanto são monitoradas, inclusive no ambiente de trabalho.

Do ponto de vista das empresas, o desafio dos profissionais do R&S remete à capacidade de desconstruir a imagem que muitos profissionais criam nas redes sociais para construir a imagem real – competências técnicas e comportamentos – e o quanto o candidato profissional tem compatibilidade com o *fit* cultural.

Embora as redes sociais e outras tecnologias como a IA tenham facilitado o processo de R&S, estas não garantem a melhor escolha, pois levam a excluir candidatos cujas informações do currículo, por exemplo, não apresentam vocabulário a ser incorporado pelo algoritmo, programado para o que a empresa pretende selecionar, por exemplo. Além disso, ainda se coloca uma problemática: o quanto as redes sociais são vulneráveis a preconceitos (gênero, cor, idade, estado civil etc.) e percepções errôneas sobre candidatos e tendem a excluir aqueles com pouca habilidade com a ferramenta, ao informar tecnicamente suas competências.

REFERÊNCIAS

ABRH-SP. Associação Brasileira de Recursos Humanos: São Paulo. Grupo de estudos. Disponível em: <https://abrhsp.org.br/>. Acesso em 20 ago. 2025.

AVELAR, C. F. P.; SILVA, Y. M.; SARAIVA, H. L. Tecnologia Aplicada ao Recrutamento e Seleção: Mudanças Divulgadas e Resultados Percebidos no Uso de Soluções Oferecidas por Hr Techs Brasileiras. **Gestão & Sociedade**, n.15, p. 4620-4643, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v15i43.3490>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BACKMAN, C.; HEDENUS, A. Online privacy in job recruitment processes?: boundary work among cybervetting recruiters. **New Technology, Work and Employment**, 2019, v. 34, n. 2 p. 157-173. DOI: 10.1111/ntwe.12140. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/202a13a7-bb33-3480-a8be-caab1be58e30/ent...> preview & related info | Mendeley. Acesso em: 12 ago. 2025.

BANOV, M. R. **Recrutamento e Seleção com Foco na Transformação Digital**. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597026115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026115/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BERKELAAR, B. L.; HARRUISSON, M. A. *Cybervetting*. **International Enciclopedias of Communicationg**. Texas, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2017. DOI: 10.1002/9781118955567. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118955567>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BES, P.; CAPAVERDE, C. B. **Planejamento em Gestão de Pessoas**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492946.

BIBERG, J. M. M. **Mídias sociais em processos de recrutamento & seleção: um estudo pela perspectiva de recrutadores e selecionadores brasileiros** (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2019.

BLUMEN, D.; CEPellos, V. M. Dimensões do uso de tecnologia e Inteligência Artificial (IA) em Recrutamento e Seleção (R&S): benefícios, tendências e resistências. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 2, p. e2022-0080, 2023. DOI: 10.1590/1679395120220080. Disponível em: 23 <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/88515>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. (atualizada). Brasília, DF: Emendas, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 29 jul. 2025.

BRITO, L. A. de. **Entre a utopia e a distopia: o capitalismo de vigilância e suas consequências na democracia**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 153 p.

CAREERBUILDER. **Candidate Sourcing, Workforce Analytics e HR Software**. Chicago, Illinois. 2018. Disponível em: <http://www.careerbuilder.com>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel da gestão do talento humano**. 5. ed. [3. Reimp.]. São Paulo: Atlas, 2022. 512 p. ISBN 978-85-97-02406-7.

- CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. *E-book*. ISBN 9788597027778. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027778/>. Acesso em: 31 maio. 2025.
- CONSCORE. **Tendências de Social Media 2023**. Publicação de 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Eventos-Webinars/Webinar/2023/Tendencias-de-Social-Media-2023>ncias de Social Media 2023 - Comscore, Inc. Acesso em: 10 ago. 2025.
- CONSCORE. **Um olhar em Social media**: Insights 2023 x 2024. Publicação de 4 mar. 2024. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-documentos/2024/Um-olhar-em-Social-media-Insights-2023-x-2024>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 496 p. E-book. ISBN 9788597013320.
- FERREIRA, B. P. **Inteligência Artificial no Recrutamento e Seleção**: Amiga ou Inimiga? Percepções e Atitudes de Profissionais de Recrutamento e Seleção portugueses. (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2020.
- FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 2019. 1088 p. ISBN-13: 978-8553213467.
- FORBES Tech. [portal]. **Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo**. Por: Luiz Gustavo Pacete. Publicado em mar. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- FRAGOSO, A. I. M. **A Influência das Redes Sociais nos Processos de Recrutamento e Seleção**. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos). Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Portugal, 2017. 163f.
- GASPAR, D. J.; SCHWARTZ, G. M. Recrutar e Selecionar Pessoas com o Apoio das Tecnologias: Olhares dos Profissionais de Recursos Humanos. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 21, n. 34, p. 98-107, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Gen Atlas, 2022. 208 p. ISBN: 978-65597716.
- GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis estratégicos. 2. ed. São Paulo: Gen Atlas, 2019. 328 p. ISBN 8597003901 9788597003901.
- HELMOND, A. The platformization of the web: making web data platform ready. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, 2015. Doi: 205630511560308. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305115603080>. Acesso em: 16 ago. 2015.
- KEMP, Simon. Digital 2024: Global overview report. **Datareportal**. 31 jan. 2024. Disponível em: Digital 2024: Global Overview Report-DataReportal-Global Digital Insights. Acesso em: 11 ago. 2025.

KOERNER, Andrei. Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática. Resenha. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 36, n. 105, p. 1–6, 2021. e3610514. DOI: 10.1590/3610514/2020.

KROKER, N.; TONON, L.; NIADA, A. Uso e influência das redes sociais virtuais nos processos de Recrutamento & Seleção: uma análise na perspectiva de profissionais de recursos humanos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 42, 2018. Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: ANPAD, 2018.1v.

LORENZ, D. R.; OLIVEIRA, J. M. S.; SILVA, J. R. D. **Instrumentos Tecnológicos: Vantagens e Desvantagens da Utilização no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoas**, 2019. Disponível em: <http://tcconline.fag.edu.br:8080/app/webroot/files/trabalhos/20191021-231403.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MARQUES, V. **Redes sociais 360: como comunicar online**. Lisboa: Actual (Portugal), 2020. 596 p. ISBN 9789896945732.

MELQUIOR, J. G. **O Liberalismo: antigo e moderno**. 3. ed. 2016. eBook Kindle. 336 p. (Biblioteca José Guilherme Merquior). ISBN-13: 978-8580332599.

MELTON, J.; MILLER, R.; JENSEN, B. R.; SHAH, V. Decisions, decisions: Cybervetting through the eyes of students. **Journal of Education for Business**, v. 93, n. 5, p. 252-259, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08832323.2018.1442785>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MOURA, L. F.de et al. A história das redes sociais e seus impactos. **Revista FIT: Ciências Humanas**, v. 28, n.131, fev. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10626254. Disponível em <https://revistaft.com.br/category/edicao131/>. Acesso em: 14 ago.2025.

PELLAES, A. A adoção de ferramentas de atração e recrutamento online pelas organizações no Brasil: um estudo sobre motivações e impactos. **Brazilian Journals of Business**, v. 3, ed. 4, p. 3192-3207, 30 jun. 2021. DOI 10.34140/bjbv3n4-027. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/index.php/BJB/article/download/34836/27243>. Acesso em: 15 maio 2025.

PODER360. [portal]. **Levantamento da Comscore**. Dados publicados em mar. 2023. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=https%3A%2F%2Fwww.poder360.com.br%2Fmidia%2Fbrasile-o-3o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-no-mundo%2F%29&f>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Ver. técnica Ana G. Q. Garcia, Dirceu da Silva e Marcos Júlio. Porto Alegre: Editora Penso, 2013. 624 p.

SANTOS, D. M. dos. **Comunicação Mercadológica infantil em tempos de Capitalismo de Vigilância: Uma análise sobre a eficácia das ferramentas de “controle parental” em redes sociais digitais**. Orientador: Dr. Rogério Covaleski. 2024. 209 f. Tese (Doutorado em

Comunicação) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SCHEIN, E. H.; SCHEIN, P. **Cultura organizacional e liderança**. 5. ed. Trad. Ailton Bomfim Brandão; revisão técnica Humberto Mariotti. São Paulo: Gen Atlas, 2022. 328 p. ISBN: 9786559773626.

SCHIFFERES, Steve. Crises financeiras: as lições da história. A crise das ponto.com, fim dos anos 90. **BBC Brasil.com**. Brasília, DF. Publicado em 22 jan., 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080122_economiacrisislicoes_ba. Acesso em: 14 ago. 2025.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Trad. Moreira Daniel Miranda. eBook Kindle. Edipro, 2019. 234 p. (*World Economic Forum*).

SERRATO, C.; LESPINASSE, B. ABRH-SP. **Afinal de contas, o que é RH?** ABRH-SP. Grupo: Transformação digital e analytics. São Paulo/SP, 2023.

SOUSA, R. B. F. **As estratégias transmídias em Big Brother Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, Recife, 2015. 121 p.

SOUZA, R. A.; SILVA, E. F.; BERTLACI JR., L. A.; FREITAS JR., N. O Impacto das Redes Sociais nos Processos de Recrutamento e Seleção. **Revista F**, v. 27, n. 127, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10028929. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-das-redes-sociais-nos-processos-de-recrutamento-e-selecao/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TEIXEIRA, M. L.; HANASHIRO, D. **Gestão do Fator Humano: Uma visão baseada na era digital: Uma visão baseada na era digital**. São Paulo: Saraiva, 2020. ISBN 658795846X, 9786587958460.

TOMÁÉL, M. I.; MARTELETO, R. M. Redes sociais: posição dos atores no fluxo da informação. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. especial, p. 75-91, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/342/387>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na fronteira do poder**. Trad. George. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021. 823 p. Edição digital. E-ISBN 978-65-5560-145-9.

ZUCCO, Alessandra. Influência das redes sociais no recrutamento e seleção de candidatos: avaliação, desafios e perspectivas futuras. **Revista Tópicos**, v. 1, n. 4, 2023. ISSN: 2965-6672. Doi: 10.5281/zenodo.10359568.

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DAS DÍVIDAS BANCÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO DO SETOR DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO DE MARRUPA, PROVÍNCIA DE NIASA, MOÇAMBIQUE

JAMISSE, Isabel Fernando Mapapa¹; ALMEIDA, Almeida Joao².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-584>

RESUMO

O endividamento bancário dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) tem provocado impactos significativos nas suas condições de vida, sobretudo no setor da educação em regiões periféricas como Marrupa. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos sociais e econômicos do sobre-endividamento entre FAE, abordando suas implicações na estabilidade pessoal e funcional. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os resultados evidenciam que o endividamento compromete o rendimento líquido, limita o consumo, provoca absentismo, sofrimento psicoemocional, conflitos familiares e insegurança laboral. Verificou-se também a recorrência de práticas como solicitação de novos créditos para pagar dívidas antigas e o uso de álcool como mecanismo compensatório. Estes efeitos demonstram que o endividamento deixou de ser uma situação pontual, tornando-se um fenômeno estrutural que fragiliza o funcionalismo público. Conclui-se que é necessária uma resposta integrada, com políticas salariais ajustadas, educação financeira e regulação adequada do crédito.

Palavras-chave: endividamento bancário; funcionários públicos; impacto socioeconômico; setor da educação.

ABSTRACT

Bank indebtedness among State Officials and Agents (FAE) has generated significant impacts on their living conditions, particularly in the education sector of peripheral regions such as Marrupa. This study aimed to analyse the social and economic effects of over-indebtedness among FAE, focusing on its implications for personal and professional stability. A qualitative approach was used, based on semi-structured interviews and documentary analysis. Results show that indebtedness compromises net income, limits consumption, causes absenteeism, emotional distress, family conflicts, and job insecurity. Recurrent behaviors such as taking new loans to pay old debts and using alcohol as an emotional coping mechanism were observed. These effects indicate that indebtedness has become a structural phenomenon, no longer an isolated issue, and contributes to the systemic fragilization of the public service. It is concluded that a comprehensive response is needed, including fair wage policies, financial literacy promotion, and proper regulation of credit practices.

Keywords: bank indebtedness; public employees; socioeconomic impact; education sector.

¹ Universidade Rovuma-Extensão do Niassa. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. Licenciada pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal pela Universidade Eduardo Mondlane. *E-mail:* isabelmapapa@gmail.com

² Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. *E-mail:* almeidajmucuna@gmail.com

INTRODUÇÃO

A situação econômica dos funcionários públicos em Moçambique é caracterizada por baixos salários, aumento do custo de vida e limitada capacidade de poupança, o que tem contribuído para uma crescente vulnerabilidade financeira. Entre os setores mais afetados, destaca-se o da educação. Apesar do papel estratégico dos seus profissionais no desenvolvimento do país, estes enfrentam dificuldades econômicas persistentes (MEF, 2023; UNICEF, 2021).

Nos últimos vinte anos, muitos funcionários públicos recorreram ao crédito bancário e ao microcrédito como forma de suprir necessidades básicas ou financiar pequenos negócios. No entanto, esta prática tem gerado situações de sobre-endividamento, com influência negativa na estabilidade financeira e no bem-estar social dos trabalhadores (BID, 2022; Albino, 2020). O crédito consignado, por exemplo, é amplamente promovido pelos bancos comerciais e permite o desconto automático das prestações nos salários. Embora facilite o acesso ao crédito, esta modalidade reduz significativamente o rendimento disponível dos funcionários e reforça a sua dependência do sistema financeiro formal (Banco de Moçambique, 2021).

No setor da educação, os salários geralmente não acompanham a inflação nem refletem o custo real de vida, sobretudo em distritos remotos como Marrupa, na província do Niassa. Esta região apresenta fraco acesso a serviços financeiros adequados e uma economia local limitada, o que torna os funcionários mais vulneráveis ao endividamento. Além disso, a ausência de políticas eficazes de educação financeira contribui para decisões de crédito pouco informadas, agravando o ciclo de dívidas (Mutembwa; Tandí, 2023).

A escolha do distrito de Marrupa como foco deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos do endividamento bancário em um contexto rural, onde o apoio institucional é escasso e as consequências sociais da dívida são mais visíveis. Trata-se de uma zona onde o peso do crédito sobre os salários mensais é significativo, afetando diretamente as condições de vida, a saúde mental e o desempenho profissional dos funcionários.

A questão central desta pesquisa é: Como as dívidas bancárias afetam a vida social e econômica dos professores e demais funcionários do setor da educação no distrito de Marrupa? Para responder, definiu-se como objetivo geral analisar o impacto socioeconômico das dívidas bancárias sobre os funcionários da educação em Marrupa. Os objetivos específicos são: (i) descrever o nível de endividamento dos funcionários e agentes do Estado; (ii) analisar as

consequências econômicas nas condições de vida dos trabalhadores; e (iii) avaliar os efeitos sociais e psicológicos do sobre-endividamento.

Este estudo pretende contribuir para o debate sobre a responsabilidade do sistema bancário e do Estado na proteção dos rendimentos dos funcionários públicos, especialmente no setor da educação, em que os impactos das políticas econômicas se manifestam de forma mais severa em contextos marcados por fragilidade estrutural.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Teoria do consumo e endividamento

A teoria do consumo, tal como proposta por Keynes (1982), pressupõe que os indivíduos tendem a consumir uma parte do seu rendimento e poupar outra, mas em contextos de baixos rendimentos, o consumo tende a superar a poupança, conduzindo ao endividamento. Este comportamento é intensificado pela ausência de redes de proteção social e por necessidades básicas insatisfeitas, como se verifica entre os funcionários públicos de baixos salários em países em desenvolvimento, como Moçambique. Segundo Modigliani e Brumberg (1954), o consumo é planeado ao longo do ciclo de vida, com as pessoas contraindo dívidas durante os períodos de menor rendimento e amortizando-as quando a capacidade financeira melhora, o que raramente se concretiza no contexto dos funcionários públicos moçambicanos.

Além disso, o modelo da racionalidade limitada, desenvolvido por Simon (1957), ajuda a compreender o comportamento financeiro de muitos funcionários, que tomam decisões de endividamento com base em informações incompletas ou sob pressão emocional e social. Este aspecto é crucial para analisar os fatores que levam ao endividamento no setor da educação, em que o acesso a formação financeira é geralmente escasso.

1.2 Crédito ao consumo e sobre-endividamento na África

Na África Subsaariana, o crédito ao consumo tem crescido de forma acelerada, especialmente entre os funcionários públicos, considerados clientes de baixo risco pelos bancos devido à estabilidade relativa do seu vínculo laboral. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado por medidas adequadas de regulação e educação financeira, contribuindo para elevados níveis de sobre-endividamento (BID, 2022). Os trabalhadores recorrem frequentemente a múltiplas fontes de crédito, bancos comerciais, instituições de microfinanças e prestadores

informais, o que aumenta o risco de colapso financeiro individual e familiar (Southern Africa Trust, 2020).

No contexto moçambicano, esta tendência é visível no aumento de produtos financeiros dirigidos aos funcionários públicos, sobretudo no formato de crédito consignado. Segundo o Banco de Moçambique (2021), entre 2018 e 2021, o número de contratos de crédito ao consumo aumentou em mais de 40%, sendo os funcionários da educação e da saúde os mais atingidos. Esta realidade agrava-se pela falta de uma política nacional de gestão do endividamento pessoal e de mecanismos que limitem a percentagem do salário comprometida com créditos.

1.3 Situação salarial, vulnerabilidade financeira e endividamento dos professores em Moçambique

Os professores em Moçambique enfrentam condições salariais que, apesar de terem melhorado nos últimos anos, continuam insuficientes para cobrir as despesas básicas das suas famílias. Dados indicam que o salário líquido mensal inicial de um professor do ensino primário situa-se entre 12.700 e 22.000 meticais, dependendo da antiguidade e progressão na carreira (Meusalario.Org, 2025). Contudo, a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) estima que o custo básico mensal para uma família de cinco pessoas ultrapassa os 40.000 meticais, evidenciando uma grande discrepância entre o rendimento e as necessidades essenciais (OTM, 2023). Essa diferença força muitos docentes a recorrerem com frequência a empréstimos bancários, microcréditos informais, comércio paralelo e outras estratégias de sobrevivência (Albino, 2020; UNICEF, 2021).

Além disso, a inflação anual média, que variou entre 9% e 11% no período de 2020 a 2023, tem reduzido significativamente o poder de compra dos professores, cujos salários permaneceram praticamente congelados nesse período (Banco de Moçambique, 2022). Essa situação é ainda mais crítica em zonas periféricas, onde a escassez de instituições financeiras, os preços elevados dos bens essenciais e as dificuldades de acesso agravam o problema (Cuamba, 2022). Segundo Albino (2020), mais de 65% dos professores em áreas rurais gastam todo o seu salário nos primeiros dez dias do mês, recorrendo a crédito rotativo ou à ajuda de familiares para suprir as necessidades do restante período.

Essa vulnerabilidade econômica gera uma dependência crescente de crédito, resultando em múltiplos empréstimos simultâneos e situações de sobre-endividamento. Segundo o Instituto de

Estudos Sociais e Econômicos (IESE, 2021), mais de 60% dos funcionários públicos possuem dívidas ativas, e cerca de 38% contraem dois ou mais créditos simultaneamente, situação comum entre professores (Chichava; Nhabinde, 2019).

O sistema de crédito consignado via e-FOLHA impõe limites legais ao comprometimento salarial, mas sua eficácia é limitada pela existência de microcréditos concedidos por cooperativas e operadores informais, que não realizam avaliação rigorosa da capacidade financeira dos mutuários, facilitando o endividamento excessivo (Paulo, 2011; Banco de Moçambique, 2023). A proliferação desses microcréditos contribui para o agravamento da dívida e compromete o bem-estar dos funcionários.

O aumento expressivo do crédito ao consumo das famílias, com crescimento de 19,8% entre maio de 2022 e maio de 2023, contra 7,8% do crédito ao setor empresarial, revela a dependência crescente do crédito pessoal para despesas básicas (Banco de Moçambique, 2023). Essa realidade tem implicações profundas: estudos indicam que 72% dos professores endividados relatam estresse constante, 51% enfrentam conflitos familiares e 36% reconhecem queda no desempenho profissional (Mutembwa; Tandí, 2023).

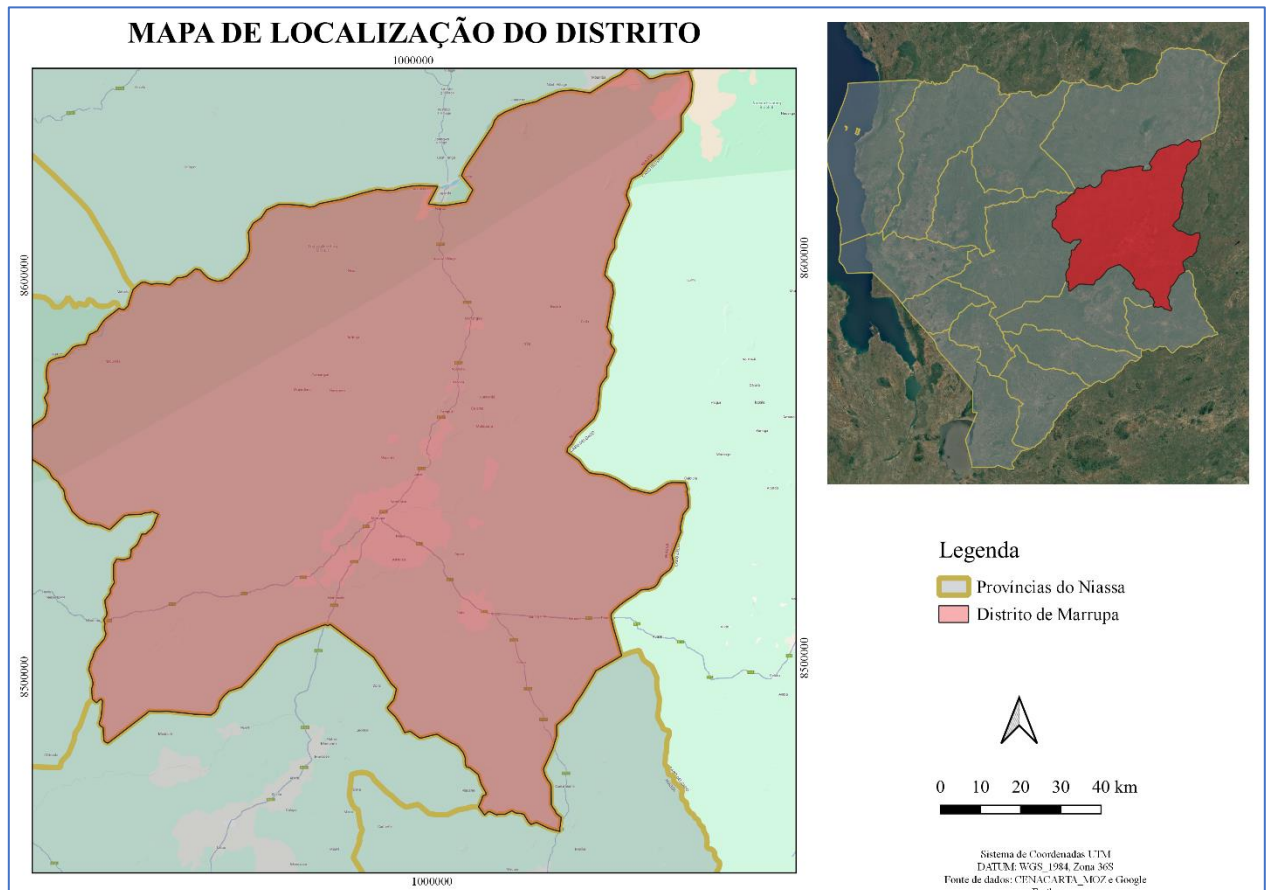
Experiências internacionais, como o Cadastro Positivo no Brasil e políticas obrigatórias de educação financeira na África do Sul, demonstram que a integração dos operadores de crédito em um sistema nacional de controle e a promoção da literacia financeira são essenciais para mitigar o sobre-endividamento (FMI, 2007). Em Moçambique, a adoção dessas medidas, aliada a políticas salariais que garantam rendimento digno aos funcionários públicos, poderá contribuir para a sustentabilidade financeira e social dos professores.

2 METODOLOGIA

2.1 Descrição da área de estudo

O distrito de Marrupa está localizado na província de Niassa, em Moçambique. Limita-se ao norte com o distrito de Mecula, a leste com os distritos de Majune e Mavago, sul com os distritos de Nipepe e Mauá, e a Oeste com o distrito de Balama, na província de Cabo Delgado. Com uma área territorial de 6.528 km² (INE, 2024), Marrupa está dividido em três postos administrativos: Marrangira, Nungo e Marrupa sede. O distrito também inclui três localidades principais, que são Messenguesse, Messalo e Pregilane (figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Distrito de Marrupa



Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção de Moçambique - CENACARTA e Google Earth Pro v7.3.6 (2025)

2.2 População, atividades econômicas e setor de educação

Segundo a projeção populacional para 2024, o distrito de Marrupa possui uma população de 103.155 habitantes, dos quais 53.007 são mulheres (INE, 2024). Esta população é servida por uma rede educacional composta por 61 escolas, incluindo três escolas secundárias (uma do segundo ciclo e duas do primeiro ciclo), seis escolas básicas e 52 escolas primárias. Além dessas instituições, destaca-se o Instituto Médio de Fauna e Ecoturismo Armindo Emílio Guebuza (INE, 2024). No ano de 2024, estas escolas atenderam 25.554 alunos, dos quais 11.988 eram do sexo feminino, refletindo a importância da educação para a população local.

A base econômica do distrito é predominantemente agrícola, centrada na agricultura de subsistência, que sustenta a maior parte da população. Culturas como milho, mandioca e feijão são as mais cultivadas, adaptando-se às condições climáticas locais (INE, 2024; MINAG, 2020). Essa atividade agrícola depende diretamente do clima tropical úmido a subúmido da região, com uma estação chuvosa que se estende de novembro a abril, período crucial para o desenvolvimento das culturas (MINAG, 2020). A relação entre a população, educação e a atividade econômica evidencia os desafios e as potencialidades do distrito no desenvolvimento socioeconômico.

2.3 Método da pesquisa

2.3.1 Abordagem e tipo de pesquisa

Esta investigação utiliza uma metodologia mista, com ênfase na abordagem qualitativa, complementada por dados quantitativos, por ser a mais indicada para compreender em profundidade as razões que levam os FAE ao aumento do endividamento e os seus impactos socioeconômicos. A combinação de métodos qualitativos e quantitativos possibilita uma análise detalhada das experiências e percepções dos indivíduos, considerando os seus contextos culturais e institucionais (Flick, 2018; Tashakkori; Teddlie 2010).

O caráter descritivo da pesquisa é essencial para mapear os processos institucionais relacionados à adesão ao crédito, o destino dos recursos obtidos e as consequências para os envolvidos, proporcionando um quadro detalhado e realista da realidade estudada. Paralelamente, a dimensão exploratória justifica-se pela limitada literatura existente sobre o tema na região do Niassa, abrindo caminho para a identificação de novas variáveis e fatores que influenciam o fenômeno do endividamento (Gil, 2008; Thomas, 2003).

2.3.2 Procedimento da pesquisa

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica permitiu fundamentar o estudo no funcionamento do sistema bancário e no contexto do endividamento dos FAE, conforme metodologias sugeridas por Gil (2017) e Lakatos e Marconi (2017). Complementarmente, a análise documental consistiu na sistematização e interpretação crítica de documentos oficiais, relatórios institucionais e normativos, o que ampliou a confiabilidade dos dados e possibilitou a identificação

dos critérios institucionais vigentes no sistema bancário, alinhando-se às recomendações de Yin (2015) e Bowen (2009).

A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e março de 2025, com a coleta de dados principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas. Este método foi escolhido por possibilitar a obtenção de percepções detalhadas dos FAE, técnicos das áreas de contabilidade e recursos humanos, bem como do dirigente da instituição, acerca das motivações para a contratação de dívidas, seus impactos e o nível de educação financeira dos envolvidos. Conforme destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 52-53), a pesquisa exploratória visa desenvolver e esclarecer conceitos, permitindo uma abordagem flexível que integra levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas, proporcionando uma compreensão multifacetada do tema.

No total, participaram do estudo vinte e duas (22) pessoas, incluindo um (01) especialista, seis (06) profissionais de nível superior, oito (08) de nível médio, dois (02) bacharéis, três (03) com formação elementar, além de um (01) técnico de contabilidade e um (01) técnico de recursos humanos, garantindo uma amostra diversificada e representativa para a análise.

2.3.3 Análise de dados

A análise dos dados foi conduzida através da triangulação e da análise de conteúdo, metodologias complementares que permitiram aprofundar a compreensão do fenômeno estudado. A triangulação consistiu no cruzamento das informações recolhidas na revisão da literatura, nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas, reforçando a validade dos resultados (Triviños, 1987; Flick, 2009).

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para identificar temas recorrentes, padrões de discurso e significados implícitos nas falas dos participantes, permitindo uma interpretação que vai além do conteúdo literal (Bardin, 1977; Hsieh e Shannon, 2005).

Sobre os princípios éticos, garantiu-se o anonimato dos participantes por meio da atribuição de códigos segundo o perfil profissional: “ESP” (Especialista), “NS” (Nível Superior), “NM” (Nível Médio), “BC” (Bacharéis), “FE” (Formação Elementar), “TC” (Técnico de Contabilidade) e “TRH” (Técnico de Recursos Humanos), seguidos de numeração sequencial (ex.: NS1, NM1...).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Nível de endividamento dos funcionários públicos do setor da educação

A tabela 1 apresenta o total de FAE no distrito de Marrupa, distribuídos por sexo e nível de escolaridade. Ao todo, são 724 pessoas, sendo 577 homens e 147 mulheres. A maioria tem nível médio (313), seguido de básico (241) e elementar (40). Entre os que possuem ensino superior, há 117 licenciados, 12 bacharéis e apenas 1 especialista. Os dados da tabela 1 mostram que a maior parte dos funcionários tem formação média ou básica e que há menor participação feminina em todos os níveis de escolaridade.

Tabela 1 – Número de FAE distribuídos por nível acadêmico

Total de FAEF		Especialista		Licenciado		Bacharel		Médio		Básico		Elementar	
HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
577	147	1	0	99	18	9	3	253	60	187	54	28	12

Fonte: Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT; 2025a).

Esses dados tornam-se ainda mais relevantes quando relacionados com a análise da distribuição percentual de endividamento entre os FAE. De um total de 769 funcionários analisados, a maior proporção de endividados está entre os profissionais com nível médio (43,7%), seguidos dos que possuem nível básico (32,78%) e licenciatura (15,61%). Já os níveis elementares (6,23%), bacharel (1,56%) e especialista (0,13%) apresentam percentagens significativamente menores.

Além disso, observou-se que os funcionários com duas ou mais dívidas são mais frequentes nos níveis médio e básico. Os com duas dívidas representam 21,33% (médio) e 15,60% (básico); os com três dívidas, 13,65% (médio) e 12,24% (básico). A presença de funcionários com quatro dívidas, ainda que menor, continua expressiva nesses mesmos níveis, como ilustra a tabela 2.

Tabela 2 – Percentagem das dívidas de acordo com o nível acadêmico

Nº de Dívidas	Especialista	Licenciado	Bacharel	Médio	Básico	Elementar
1 Dívida	0,1%	3,0%	0,4%	5,7%	3,5%	1,3%
2 Dívidas	0,0%	7,8%	1,0%	21,3%	15,6%	2,2%
3 Dívidas	0,0%	4,4%	0,1%	13,7%	12,2%	1,7%
4 Dívidas	0,0%	0,4%	0,0%	3,0%	1,4%	1,0%
Total (%)	0,1%	15,6%	1,6%	43,7%	32,8%	6,2%

Fonte: Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT, 2025b)

A concentração do endividamento entre os funcionários com menor qualificação acadêmica, que constituem a maioria do quadro funcional no distrito de Marrupa, pode ser atribuída a salários mais baixos e maior vulnerabilidade econômica, como já apontam Albino (2020) e UNICEF (2021). Estes profissionais recorrem frequentemente ao crédito para satisfazer necessidades básicas, dada a limitação da sua capacidade de poupança (MEF, 2023). Em contrapartida, os funcionários com formação superior revelam níveis mais baixos de endividamento, o que poderá ser explicado por melhores rendimentos e maior acesso à informação e a estratégias de gestão financeira (Mutembwa; Tandi, 2023).

As entrevistas realizadas no terreno reforçam a necessidade de compreender o fenômeno do endividamento para além dos dados quantitativos. Verificou-se que muitas mulheres tendem a contrair dívidas com objetivos estruturantes, como o investimento em pequenos negócios ou na formação acadêmica, o que revela um comportamento financeiro mais racional e estratégico.

Nesse sentido, a entrevistada NM2 relatou:

Pedi emprestado 100 mil meticais por um período de 12 meses e, no final do processo, paguei 118 mil meticais. Comprei uma máquina de sorvetes para melhorar a minha renda e, com o lucro, comecei a construir a minha casa, porque só com o salário seria muito difícil (Entrevistada NM2, 2025).

Este testemunho evidencia um uso consciente do crédito, demonstrando capacidade de planeamento financeiro e valorização da autonomia econômica. A dívida, neste caso, foi instrumental para a diversificação de fontes de rendimento e melhoria das condições habitacionais.

Contudo, nem todos os casos revelam um planeamento criterioso. A entrevistada NS1, por exemplo, confessou:

Confesso que não fiz uma análise criteriosa do empréstimo. Contraí duas dívidas no valor total de 250 mil meticais para custear os meus estudos de licenciatura. Como o prazo é de cinco anos, vou pagar quase o dobro do valor pedido (Entrevistada NS1, 2025).

Estes relatos ilustram a coexistência de planeamento e de decisões influenciadas por racionalidade limitada no comportamento financeiro dos FAE. Conforme argumenta Simon (1957), em contextos de pressão econômica e baixa literacia financeira, as decisões tendem a ser tomadas com base em informação incompleta, o que aumenta o risco de escolhas insustentáveis.

Entre os homens, por outro lado, o endividamento é frequentemente motivado por obrigações imediatas de caráter social ou pessoal. Um dos entrevistados afirmou: “Solicitei um empréstimo de 200 mil meticais para casar, pois engravidei a minha companheira e precisava assumir a responsabilidade” (Entrevistado BC1).

Esse tipo de comportamento confirma a análise de Loreiro (2021), para quem as decisões de crédito são condicionadas por fatores institucionais, culturais e pelo próprio funcionamento do mercado, não se restringindo apenas à necessidade econômica objetiva.

Dessa forma, os dados e testemunhos recolhidos apontam para um quadro preocupante de sobre-endividamento entre os funcionários com menor qualificação, evidenciando a necessidade de políticas públicas integradas que combinem educação financeira obrigatória, revisão das estruturas salariais e regulação mais rigorosa do crédito ao consumo. Tais medidas podem contribuir para quebrar o ciclo vicioso da dívida que atualmente compromete a qualidade de vida e o desempenho dos profissionais do setor da educação.

3.2 Efeitos sociais do endividamento bancário

Os testemunhos recolhidos no terreno revelam que o endividamento bancário dos FAE afeta intensamente a sua vida social e profissional, sobretudo em contextos rurais como o distrito de Marrupa. Um número expressivo de entrevistados relatou que, devido aos descontos automáticos nos salários, são forçados a procurar fontes alternativas de rendimento, o que interfere com as suas funções docentes. Um dos participantes afirmou: “Depois dos descontos fico com menos de 1.000 meticais. Tenho que vender recargas e ovos para sobreviver. As vezes falto às aulas.” (NM2). Outro declarou: “Já fui chamado à direção três vezes por faltar. Mas se não for vender carvão, não como.” (FE1).

Esses relatos são consistentes com os estudos de Mutembwa e Tandi (2023), Albino (2020) e Chichava e Nhabinde (2019), que associam o endividamento à redução da assiduidade dos professores, à degradação da qualidade do ensino e à sobrecarga das escolas públicas com turmas superlotadas.

Os dados confirmam que o endividamento bancário compromete diretamente o desempenho profissional, não apenas por limitar o rendimento disponível, mas por obrigar os funcionários a se afastarem das suas obrigações, criando lacunas operacionais nas instituições educativas e pondo em risco o direito ao ensino de qualidade em zonas já estruturalmente vulneráveis.

Além das ausências, os dados qualitativos indicam um elevado nível de sofrimento emocional entre os entrevistados. As falas expressam insônia, ansiedade, preocupação excessiva

com as contas e sentimento de frustração. Um entrevistado revelou: “Estou a fazer tratamento para insônia, pois passo horas a fazer contas que nunca fecham” (NS1).

Esta condição é sustentada pelas análises de Simon (1957), Southern Africa Trust (2020) e Cuamba (2022), que demonstram como o estresse financeiro permanente afeta o bem-estar psicológico, conduz a decisões tomadas sob pressão e pode comprometer a estabilidade emocional e funcional do trabalhador.

A racionalidade limitada associada à vulnerabilidade financeira torna-se um fator gerador de sofrimento psíquico, que tende a reduzir a produtividade, agravar o absentismo e criar um ambiente laboral emocionalmente tóxico, com consequências sobre o desempenho institucional e os resultados pedagógicos.

Em consequência direta da instabilidade emocional e da necessidade de geração de renda extra, têm-se verificado casos frequentes de faltas injustificadas, o que resulta em procedimentos disciplinares. As entrevistas e os dados documentais indicam que, em muitos casos, os funcionários acumulam mais de 60 dias de ausência no ano, infringindo o estabelecido pela Lei n.º 4/2022. Só na província da Zambézia, 31 FAE foram expulsos da função pública no primeiro semestre de 2024 por abandono reiterado do posto de trabalho (RM, 2024).

Estes casos confirmam a análise de UNICEF (2021), Mateus (2020) e Banco de Moçambique (2021), que apontam o endividamento como um fator estruturante da instabilidade funcional no setor público, com impactos na relação contratual, segurança no emprego e confiança institucional. A incapacidade de cumprir com as obrigações laborais, associada à pressão financeira, compromete a permanência dos funcionários no quadro do Estado, transformando o crédito, originalmente pensado como solução, em um elemento desestabilizador da própria relação de trabalho.

Outra consequência evidente nos relatos dos participantes é a degradação das condições básicas de vida. Muitos entrevistados descreveram situações de privação alimentar e dificuldades no acesso a bens essenciais. Um exemplo ilustrativo foi: “Cheguei a comer bolo de casamento nas três refeições por um mês” (NM5).

Esta experiência extrema reforça os dados de Albino (2020), Cuamba (2022) e OTM (2023), que indicam que a maioria dos funcionários públicos consome integralmente o salário nos primeiros dez dias do mês, ficando dependentes de crédito rotativo, redes informais ou ajuda familiar para sobreviver.

Em um contexto em que o custo médio da cesta básica ultrapassa os 24 mil meticaís CEEG/UEM (2020), o salário líquido remanescente após os descontos torna-se manifestamente insuficiente, aprofundando a precariedade e desumanizando as condições de sobrevivência dos servidores públicos.

No plano familiar, os efeitos do endividamento manifestam-se através de conflitos conjugais, rupturas afetivas e distanciamento emocional. “Minha mulher separou-se. Disse que já não aguentava viver sem nada” (FE2), declarou um dos entrevistados, sintetizando o impacto que a fragilidade econômica pode ter nas relações íntimas.

Esta realidade é confirmada por Mutembwa e Tandi (2023), Southern Africa Trust (2020) e Albino (2020), que destacam a instabilidade econômica como um fator central na erosão dos laços familiares, contribuindo para a fragilização das redes de apoio e do bem-estar emocional do trabalhador. A tensão permanente entre carência material e responsabilidade familiar cria um terreno fértil para o conflito conjugal, provocando rupturas com efeitos profundos na estabilidade psicoemocional dos profissionais, o que se reflete negativamente também na sua atuação profissional.

Por fim, muitos participantes referiram o consumo de álcool como mecanismo compensatório para lidar com o sofrimento. “Não precisamos de muito dinheiro para beber. Isso ajuda a esquecer a desgraça” (BC1), referiu um dos entrevistados.

Esse padrão de comportamento é analisado em Southern Africa Trust (2020), Banco de Moçambique (2022) e Mateus (2020), que mostram que a pressão financeira contínua pode desencadear comportamentos aditivos, criando um ciclo vicioso entre instabilidade econômica, sofrimento mental e consumo nocivo de substâncias. A evasão emocional através do álcool não só compromete a saúde física e mental dos profissionais, mas também enfraquece a sua capacidade de resiliência, prejudicando o ambiente familiar e laboral e perpetuando a exclusão social.

Assim, os efeitos sociais do endividamento bancário ultrapassam largamente a esfera econômica. O fenômeno revela uma fragilização estrutural do funcionalismo público e uma ameaça real à dignidade, ao bem-estar e à funcionalidade institucional. A dívida, em vez de ser uma solução temporária, tornou-se uma condição estrutural de vida precária.

À luz desta análise, não se pode atribuir essa realidade apenas a falhas individuais de gestão. Trata-se de um problema sistêmico, que envolve a inadequação das políticas salariais (MEF, 2023;

OTM, 2023), a ausência de educação financeira estruturada (Mutembwa; Tandi, 2023; BID, 2022) e a fraca regulação do crédito (Banco de Moçambique, 2021; Albino, 2020; Paulo, 2011).

Reverter este cenário exige ações integradas e multissetoriais, que combinem: (i) valorização dos salários dos funcionários públicos; (ii) regulação rigorosa do crédito consignado e informal; e (iii) promoção da literacia financeira desde os primeiros níveis da formação profissional. Sem essas intervenções estruturais, o endividamento continuará a reproduzir desigualdades e a comprometer a função pública como pilar do desenvolvimento nacional, especialmente em contextos de vulnerabilidade extrema.

3.3 Implicações econômicas do endividamento

O comprometimento do rendimento líquido dos Funcionários e Agentes do Estado (FAEs) tem efeitos econômicos profundos, tanto ao nível individual como coletivo. Diversos entrevistados relataram que, após os descontos automáticos referentes ao crédito consignado, restam-lhes valores residuais que em alguns casos não ultrapassam os 500 meticais, o que inviabiliza qualquer forma de poupança ou investimento produtivo. Essa condição foi ilustrada em uma fala representativa: “Tenho colegas que pediram crédito para pagar outro crédito. E continuam a pedir, como se fosse normal” (TRH1). O testemunho revela um comportamento de endividamento em cadeia que se naturalizou no seio do funcionalismo público, demonstrando a consolidação de um padrão de sobrevivência sustentado por dívidas sucessivas.

Este fenômeno é amplamente analisado por autores como Albino (2020), IESE (2021) e Banco de Moçambique (2023), que identificam a falta de sistemas eficazes de avaliação da capacidade de endividamento como uma das principais causas do sobre-endividamento estrutural no setor público. O fácil acesso ao crédito, associado à ausência de regulamentação integrada dos diferentes operadores (bancos, microfinanças, agentes informais), promove uma cultura de empréstimo que desconsidera os limites reais da capacidade financeira dos mutuários.

A consequência direta deste quadro é o comprometimento permanente da renda líquida, o que obriga os funcionários a gastarem mais do que ganham, tornando-os vulneráveis a qualquer imprevisto financeiro, como doença, morte de familiar ou acidente. A impossibilidade de poupança ou acumulação impede a constituição de reservas e enfraquece a segurança econômica dos agregados familiares. Como observa Modigliani e Brumberg (1954), o consumo ao longo do ciclo

de vida pressupõe a existência de períodos de poupança, o que é completamente inviável neste contexto de rendimento negativo acumulado.

Outro impacto importante é o efeito multiplicador do endividamento sobre a economia local. Ao reduzir drasticamente a capacidade de consumo dos funcionários públicos, que, em muitos distritos rurais, constituem o principal grupo com rendimento fixo mensal, imita-se a circulação de moeda no mercado interno, prejudicando comerciantes, produtores locais e prestadores de serviços. Cuamba (2022), Chichava e Nhabinde (2019) e MEF (2023) demonstram que, em zonas periféricas, os salários dos funcionários públicos são um dos principais motores da economia local. Quando esses rendimentos são absorvidos pelas instituições de crédito antes mesmo de entrarem no circuito econômico real, a comunidade local também sofre as consequências.

Para além disso, a fragilidade econômica dos funcionários públicos tem implicações fiscais. A redução do consumo diminui a arrecadação de impostos sobre bens e serviços, afetando negativamente a capacidade do Estado de financiar políticas públicas. Esta dimensão macroeconômica do endividamento é frequentemente ignorada, mas já foi destacada por instituições como o BID (2022) e a Southern Africa Trust (2020), que alertam para o impacto sistêmico da deterioração do rendimento disponível entre servidores públicos.

O uso contínuo de crédito, geralmente associado a taxas de juro elevadas e prazos longos, aprisiona os trabalhadores num ciclo vicioso de dívida e dependência. Muitos recorrem a novos empréstimos para saldar dívidas anteriores, fenómeno conhecido como “bola de neve do crédito”, que agrava o risco de incumprimento e de crédito malparado. Esta prática é analisada por Paulo (2011), Mateus (2020) e Banco de Moçambique (2022), que apontam para a fragilidade dos mecanismos de proteção ao consumidor financeiro no país e para a permissividade do sistema na renovação de dívidas sem reavaliação da capacidade de pagamento.

Essa dinâmica tem implicações estruturais: impede a mobilidade social dos funcionários, retira-lhes autonomia econômica e compromete o papel estratégico que deviam desempenhar como agentes de desenvolvimento local. A instabilidade financeira dos FAE afeta não apenas a sua performance individual, mas a estabilidade e o desempenho do próprio Estado, pois são estes profissionais que garantem o funcionamento dos setores sociais básicos.

Em nível macroeconômico, a expansão desregulada do crédito pessoal em detrimento do crédito produtivo revela um modelo de crescimento baseado no consumo financiado por dívida e

não na geração de valor. Segundo o Banco de Moçambique (2023), o crédito ao consumo das famílias cresceu 19,8% entre maio de 2022 e maio de 2023, enquanto o crédito ao setor empresarial cresceu apenas 7,8%. Esse desvio de prioridades compromete o investimento em atividades produtivas, reduz a competitividade da economia e perpetua um modelo de dependência financeira.

Portanto, as implicações econômicas do endividamento bancário dos FAE não se esgotam nas limitações orçamentais individuais. Trata-se de um fenômeno com efeitos sistêmicos, que restringe o consumo, fragiliza a economia local, dificulta a arrecadação fiscal, distorce o sistema de crédito e compromete a sustentabilidade da função pública. Interpretar esse cenário apenas como resultado de decisões pessoais infelizes equivale a desresponsabilizar o Estado, as instituições financeiras e o sistema normativo por uma crise que é, em grande medida, estrutural e institucionalizada.

Assim, enfrentar as implicações econômicas do endividamento dos funcionários públicos requer medidas articuladas: a revisão da política salarial, a regulamentação integrada do mercado de crédito, a responsabilização dos operadores financeiros e a implementação de políticas de educação financeira obrigatória. Sem essas reformas, o funcionalismo continuará aprisionado em um ciclo de crédito e pobreza, inviabilizando o seu contributo pleno para o desenvolvimento econômico e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, conclui-se que o endividamento bancário dos FAE no setor da educação, no distrito de Marrupa, resulta principalmente da insuficiência salarial face ao custo de vida. O recurso ao crédito tornou-se uma estratégia recorrente de sobrevivência, utilizada para cobrir despesas essenciais, como alimentação, saúde, educação e habitação. A prática deixou de ser pontual e assumiu caráter estrutural, revelando a vulnerabilidade econômica dos trabalhadores.

Os efeitos sociais são evidentes e profundos. O sobre-endividamento tem causado absentismo, conflitos familiares, degradação das condições de vida e sofrimento emocional. Os entrevistados relataram insônia, ansiedade e frustração persistente, o que compromete o seu desempenho laboral e a qualidade dos serviços nas escolas públicas. As instituições ficam fragilizadas, e os alunos são os primeiros prejudicados.

Do ponto de vista econômico, o comprometimento quase total da renda líquida inviabiliza qualquer capacidade de poupança ou investimento. Muitos funcionários recorrem a novos empréstimos para pagar dívidas antigas, perpetuando um ciclo de dependência financeira. Essa realidade reduz o consumo das famílias, enfraquece a economia local e prejudica a eficácia das políticas públicas, uma vez que os próprios servidores se tornam economicamente instáveis.

Assim, o endividamento bancário não deve ser visto apenas como resultado de decisões individuais, mas como consequência de falhas estruturais. Enfrentar este fenômeno exige ações concretas e articuladas, como a valorização dos salários, a regulação rigorosa do crédito consignado e a inclusão da literacia financeira na formação dos profissionais do setor público.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Francisco. **A dívida e o trabalhador:** endividamento e crédito consignado no funcionalismo público moçambicano. Maputo: IESE, 2020.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório anual 2021.** Maputo: BdM, 2021. Disponível em: <https://bancomoc.mz/pt/publicacoes%20estudos?Query=&category=Relat%C3%B3rio+Anual&dateBegin=&dateEnd=>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório anual 2022.** Maputo: BdM, 2022. Disponível em: <https://bancomoc.mz/pt/publicacoes%20estudos?Query=&category=Relat%C3%B3rio+Anual&dateBegin=&dateEnd=>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório mensal de maio 2023.** Maputo: BdM, 2023. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/media/mxmpylgz/relat%C3%B3rio-anual-2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Endividamento e inclusão financeira em África Subsariana.** Washington, D.C.: BID, 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/relatorio-anual-2022-do-banco-interamericano-de-desenvolvimento-resenha-do-ano>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v.9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240807798_Document_Analysis_as_a_Qualitative_Research_Method. Acesso em: 21 jun. 2025

CEEG/UEM. **Custo da cesta básica em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2020. Disponível em: https://www.ceeg.uem.mz/images/publicacoes/Boletim_Informativo_do_CEEG_n_1_Publicacao_Final.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2025.

CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDETECÇÃO DE MOÇAMBIQUE. CENACARTA. Portal Nacional de Informação Geoespacial. Disponível em: www.mozgis.gov.mz/portal/apps/sites/#/pagina-inicial-do-portal/. Acesso em 20 de jun. 2025.

CHICHAVA, Sérgio; NHABINDE, Vasco. **Funcionários públicos, condições de trabalho e qualidade dos serviços: o caso dos professores**. Maputo: IESE, 2019.

CUAMBA, Arlindo. **Estratégias de sobrevivência económica dos funcionários públicos nas zonas rurais de Moçambique**. Lichinga: Universidade do Niassa, 2022.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 4. ed. London: Sage, 2009. Disponível em: https://elearning.shisu.edu.cn/pluginfile.php/35310/mod_resource/content/2/Research-Intro-Flick.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/789472350/TEXT0-04-Pesquisa-Qualitativa-Porque-e-Como-Faze-la-Pesquisa-Qualitativa-e-Quantitativa-FLICK-Uwe>. Acesso em: 20 jun.2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/340174>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HSIEH, Hsiu-Fang; SHANNON, Sarah E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16204405/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Projeção populacional do distrito de Marrupa**. Maputo: INE, 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS – IESE. **Estudo sobre endividamento do funcionalismo público**. Maputo: IESE, 2021.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOREIRO, Daniel Dias. **Endividamento do Servidor Público: a Possibilidade de Estudo da Realidade do MPDFT sob a perspectiva do PES**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

MATEUS, J. **Endividamento e instabilidade funcional no sector público**. Maputo: IESE, 2020.

MEUSALARIO.ORG. **Salário de professores em Moçambique**. [S.l.]: Fundação WageIndicator, 2025. Disponível em: <https://meusalario.org/mocambique>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS – MEF. **Relatório económico e social de Moçambique 2023**. Maputo: MEF, 2023. Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/pesquisa?searchword=Relat%C3%B3rio%20econ%C3%B3mico%20e%20social%20de%20Mo%C3%A7ambique%202023&searchphrase=all>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – MINAG. **Relatório anual sobre agricultura de subsistência em Niassa**. Maputo: MINAG, 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/institucional/ministerio/arquivo/relatorios/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MODIGLIANI, Franco; BRUMBERG, Richard. Utility Analysis and the Consumption Function: An Interpretation of Cross-Section Data. In: KURIHARA, K. K. (Ed.). **Post-Keynesian Economics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954. p. 388–436. Disponível em: <https://www.econbiz.de/Record/utility-analysis-and-the-consumption-function-an-interpretation-of-cross-section-data-modigliani-franco/1000250284>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUTEMBWA, Luís; TANDI, Anabela. **Literacia financeira e endividamento entre professores no Niassa**. Lichinga: Universidade do Niassa, 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS – OTM. **Relatório sobre condições salariais em Moçambique**. Maputo: OTM, 2023. Disponível em: https://otm.org.mz/sdm_downloads/tabela-de-salarios-minimos-2023/. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAULO, José. **Microcrédito em Moçambique: impactos e desafios**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

PRODANOV, Cândido Cristóvão; FREITAS, Ester de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVISTA MOÇAMBICANA – RM. **Relatório sobre expulsões por abandono de posto na província da Zambézia**. Maputo: RM, 2024. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/tag/zambezia-funcionarios-expulsos/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA – SDEJT. **Balanco do Plano Económico e Social do Sector da Educação referente ao ano 2024**. Marrupa, 2025a

SERVICO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA – SDEJT. **Relatório Anual das Dívidas Bancárias dos Funcionários do Sector da Educação 2024**. Marrupa, 2025b

SIMON, Herbert Alexander. **Models of Man: Social and Rational**. New York: Wiley, 1957. Disponível em: https://books.google.co.mz/books/about/Models_of_Man.html?id=XhBKyAEACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 23 de jun. 2025.

SOUTHERN AFRICA TRUST. **Report on mental health and indebtedness**. Johannesburg: SAT, 2020.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles (Ed.). **Handbook of mixed methods in social & behavioral research**. Thousand Oaks: Sage, 2010. Disponível em: https://methods.sagepub.com/hnbk/edvol/sage-handbook-of-mixed-methods-social-behavioral-research-2e/toc#_=_. Acesso em: 23 de jun. 2025.

THOMAS, R. Murray. **Blending Qualitative and Quantitative**. Research Methods in theses and Dissertations. Thousand Oaks: Carwin Press, 2003.

TRIVIÑOS, Antônio N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNICEF. **Situação dos professores em Moçambique: desafios salariais e motivacionais**. Maputo: UNICEF, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

EFETIVIDADE E PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

BRABO, Gustavo¹.

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-587>

RESUMO

Este artigo analisa a crescente litigiosidade no Poder Judiciário brasileiro, investigando o descompasso entre o aumento exponencial de processos e o crescimento populacional, identificando fatores como a massificação das relações digitais e a amplitude do direito de acesso à justiça. São examinadas as respostas estatais, incluindo o Programa Justiça 4.0, com suas ferramentas tecnológicas (e.g., Juízo 100% Digital, Balcão Virtual), e a adoção dos precedentes vinculantes pelo Código de Processo Civil de 2015, visando celeridade e segurança jurídica. Constata-se que, apesar dessas inovações otimizarem a prestação jurisdicional, elas não têm sido suficientes para conter a cultura hiper litigante. O estudo aponta o próprio Estado e grandes empresas como protagonistas na geração de demandas massificadas e conclui pela urgência de se investir em políticas de desjudicialização e métodos extrajudiciais de solução de conflitos para assegurar uma justiça mais efetiva e acessível.

Palavras-chave: litigiosidade; justiça 4.0; solução de conflitos.

ABSTRACT

This article analyzes the escalating litigiousness within the Brazilian Judiciary, investigating the disparity between the exponential increase in lawsuits and population growth. It identifies factors such as the widespread nature of digital interactions and the broad scope of the right to access to justice. State responses are examined, including the Justice 4.0 Program, with its technological tools (e.g., 100% Digital Court, Virtual Counter), and the adoption of binding precedents by the 2015 Civil Procedure Code, aiming for promptness and legal certainty. It is observed that, despite these innovations optimizing judicial provision, they have not been sufficient to contain the hyper-litigious culture. The study points to the State itself and large corporations as key drivers in generating mass litigation and concludes that it is urgent to invest in dejudicialization policies and extrajudicial conflict resolution methods to ensure more effective and accessible justice.

Keywords: litigiousness; justice 4.0; conflict resolution.

¹ Advogado. Professor de Direito Civil e Digital no Centro Universitário UNIFAAT. Mestre em Direito pela Escola Paulista de Direito – EPD. Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito – EPD. Pós-graduado em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário UNIFAAT – Atibaia. *E-mail:* gustavo_gb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário brasileiro, pilar essencial do Estado Democrático de Direito, enfrenta um desafio crescente e complexo: o expressivo aumento da litigiosidade. Evidenciado anualmente pelo relatório "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esse fenômeno revela um descompasso preocupante entre o crescimento das demandas judiciais e a capacidade de resposta do sistema.

A morosidade processual e a oneração orçamentária resultantes dessa hiperjudicialização comprometem a efetividade da prestação jurisdicional e a própria confiança da sociedade na justiça.

Nesse contexto, o presente artigo propõe-se a analisar a dinâmica da litigiosidade no Brasil, examinando as causas de sua escalada e as respostas estratégicas adotadas pelo Poder Judiciário e por outras esferas do Estado. Para tanto, utiliza-se uma metodologia de pesquisa pautada na análise dos dados oficiais do CNJ, na revisão bibliográfica de doutrina especializada sobre judicialização, massificação processual e sistemas de precedentes e na observação de exemplos práticos de desjudicialização.

Inicialmente, discute-se a realidade apresentada pelo "Justiça em Números", destacando-se o cenário de intensa judicialização e a evolução tecnológica do Poder Judiciário, com ênfase no Programa Justiça 4.0 e suas ferramentas inovadoras, como o Juízo 100% Digital e o Balcão Virtual.

Em seguida, aprofunda-se a compreensão sobre a massificação dos processos, identificando os grandes litigantes e os fatores que contribuem para a perpetuação de uma cultura litigante.

Posteriormente, aborda-se a resposta do Estado às demandas massificadas, contrastando o crescimento desproporcional de casos judiciais com o aumento populacional e analisando a política de desjudicialização, em especial as iniciativas de autocomposição.

Por fim, o artigo explora o papel dos precedentes judiciais introduzidos pelo CPC de 2015 como uma ferramenta para a solução de conflitos repetitivos, debatendo sua eficácia e o alinhamento do sistema jurídico brasileiro às tradições do *common law* e do *civil law*.

Este estudo busca, portanto, não apenas diagnosticar o panorama da litigiosidade, mas também avaliar a pertinência e a suficiência das soluções empregadas, apontando caminhos para uma gestão mais eficiente e para a promoção de um acesso à justiça que transcenda a mera porta do judiciário, em prol de uma sociedade mais pacificada e de um sistema jurídico sustentável.

1 JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão do Poder Judiciário Brasileiro, atualmente considerado a principal fonte das estatísticas oficiais do setor no Brasil, divulga, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números, pesquisa que aponta a realidade dos tribunais de todo o país, detalha a litigiosidade e provê indicadores que auxiliam a Gestão Judiciária.

Pela análise dos relatórios, é possível observar como a sociedade tem se comportado ao longo destes anos e qual tem sido a forma e a qualidade da resposta jurisdicional aos infinitos litígios que se instauram. A partir das estatísticas, estudiosos do Direito conseguem delimitar pontos e locais de atuação concentrada que demandam melhoras, bem como basear-se em estratégias passadas que tenham apresentado bons resultados. Sempre muito detalhado, o relatório do CNJ aclara o poder Judiciário para toda a população e evidencia o funcionamento do sistema processual, seus pontos bons e ruins

Dentre os tópicos da pesquisa, alguns possuem maior adesão ao tema em estudo, motivo pelo qual serão alvo de análise mais detalhada, a fim de se apontar as vantagens destas exposições a partir dos dados aglomerados pelo CNJ em seu mais recente levantamento, em 2024 (CNJ, 2024, p. 144).

Inicialmente, o título de Gestão Judiciária apresenta uma reflexão pontual sobre o acesso à justiça e os índices de produtividade e desempenho dos tribunais na análise de conflitos judicializados. Os dados acerca do tema mostram que, em média, a cada grupo de mil habitantes, 143 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2023, o que representa um aumento de 8,4% nos casos, se comparado com os mesmos dados de 2022.

Trata-se de um número que representa muita preocupação para os estudiosos do Direito, estes que pretendiam uma redução dos litígios, enquanto o que se vê é um crescimento desenfreado que tem fugido ao controle da jurisdição e acumulado uma carga cada vez maior de conflitos não solucionados. Mais que isso, a litigiosidade acumulada presume a necessidade de um órgão estatal ainda maior, que causa uma inflação nas despesas de manutenção do ente público, investimento que poderia ser destinado para áreas diferentes.

De fato, a atuação tradicional do sistema judiciário, diante das modificações robustas da sociedade nos séculos XX e XXI, não mais suporta os anseios da população, que exige uma nova forma de trabalho. Pensando nisso, o Poder Judiciário se amolda ao uso das novas tecnologias e constrói o que o relatório nomeia de Programa de Transformação Digital e Atuação Inovadora.

Por meio do Programa Justiça 4.0, considerado um dos pilares deste campo tecnológico jurídico, o Poder Judiciário buscou informatização e modernização, e estabeleceu, por exemplo, a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), que possibilitou a disseminação do uso de um *marketplace* de serviços digitais, beneficiando a gestão processual por meio eletrônico.

Dentre as ferramentas mais notáveis, o chamado Balcão Virtual estabeleceu uma maior proximidade entre as partes e os advogados com o magistrado e os servidores responsáveis pela demanda distribuída, o que facilita o contato pessoal, mesmo que à distância. Aquele velho hábito de despachar presencialmente, ao menos para os que sabem utilizar o sistema, acabou, e isso evita o deslocamento e o consumo de tempo destes sujeitos. Passado o período de isolamento vivenciado durante o início da pandemia da COVID-19, esta vantagem tornou-se ainda mais evidente.

Efetividade e promoção do acesso à Justiça são objetos principais desta modernização, que emprega novas tecnologias, inclusive o uso da inteligência artificial, tudo com o propósito de conferir celeridade à prestação jurisdicional e reduzir as despesas orçamentárias. Trata-se de medidas que, embora iniciadas há tempo, tomaram um ritmo mais acelerado desde 2020.

O relatório analítico destaca as seguintes ações e iniciativas de inovação (CNJ, 2024, p. 218-219):

Implantação do Domicílio Eletrônico, solução que cria um endereço judicial virtual para centralizar as comunicações processuais, citações e intimações de forma eletrônica às pessoas jurídicas e físicas;
Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), como mecanismo de desenvolvimento colaborativo e oferecimento de multisserviço de soluções de sistemas;
Consolidação do DataJud como fonte oficial do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário;
Plataforma Codex, que permite a captura de peças processuais para aplicação de modelos de Inteligência Artificial (IA);
Sinapse, plataforma nacional de armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de IA;
Implantação do Núcleo de Justiça 4.0;
Implantação do Juízo 100% Digital;
Implantação do Balcão Virtual [...]

Como mencionado, todas as medidas citadas foram criadas ou amplificadas em um momento de extrema necessidade, que foi o descontrole provocado pela pandemia da COVID. Porém, ao perceber o avanço e os benefícios inquestionáveis dessas tecnologias, o Poder Judiciário entendeu por bem mantê-las e estimular o uso cada vez maior dessas ferramentas.

Tratando da implementação do programa Juízo 100% Digital, a pesquisa do CNJ aponta boa recepção dos administradores da Justiça à tecnologia, tendo em vista que cerca de 79,3%

das unidades judiciárias de primeiro grau já aderiram ao sistema. Sob uma óptica mais ampla, 49 Tribunais já apresentam total adesão ao Juízo 100% Digital.

A informatização implementada em todo o território nacional ressalta o direito de acesso à justiça dos litigantes e, conseqüentemente, confere maior segurança jurídica na formação de negócios jurídicos à distância, uma vez que a operação processual pode também ser praticada de maneira não presencial. O que ainda dificulta um pouco o trabalho do profissional do direito é a diversidade de programas adotados por cada Tribunal, o que poderia ser alvo de padronização em alguma escala.

O Núcleo de Justiça 4.0 também se destaca pelo excelente resultado de auxílio ao jurisdicionado que apresenta. Disciplinado pela Resolução CNJ nº 398, de 9 de junho de 2021 (CNJ, 2021, p. 3-5), o programa visa, conforme disposição do artigo 1º, ao apoio às unidades judiciais, em todos os segmentos do Poder Judiciário, naqueles processos em que se discutem questões especializadas, em razão de sua complexidade de pessoa ou de fase processual; que abranjam repetitivos ou direitos individuais homogêneos; que envolvam questões afetadas por precedentes obrigatórios, em especial, definidos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; que estejam em situação de descumprimento de metas nacionais do Poder Judiciário; e aqueles que se encontrem com elevado prazo para a realização de audiência, sessão de julgamento ou com grande prazo de conclusão para sentença ou voto.

O Núcleo de Justiça 4.0 aproxima os ideais da ordem jurídica justa, conforme expressam, por exemplo, os primeiros artigos do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que buscam garantir assistência técnica aos desamparados, maior segurança processual e fiscalização de atendimento célere, tudo voltado à efetividade do atendimento daquele sujeito que, em estado de fragilidade, teve de socorrer-se ao Poder Judiciário. É evidente que, na contramão de direção, a judicialidade impensada, prematura, realiza um desserviço ao sucesso do programa.

Como parte de solução da crítica tecida anteriormente quanto aos variados sistemas de processos eletrônicos de cada Tribunal, a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), criada pela Resolução CNJ nº 335, de 29 de setembro de 2020 (CNJ, 2020, p. 2-6), tem como finalidade promover uma política para a gestão e a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que o estabelece como sistema prioritário do Conselho Nacional de Justiça.

O projeto não pretende apenas a unificação do trâmite processual no país, mas também transformar o PJe em uma plataforma multisserviço adaptativo, que permite que os tribunais

adequem o sistema conforme suas necessidades. É importante dizer que, quando estiver padronizado, o trabalho do jurista local será muito mais simplificado, o que evitará erros levianos por desconhecimento do sistema operacional de outras regiões.

Ainda falando sobre as novas tecnologias, o relatório aponta o chamado Domicílio Eletrônico, originalmente criado pela Resolução CNJ nº 234/2016 (CNJ, 2016, p. 5-8) e atualmente regulado pela Resolução CNJ nº 455/2022 (CNJ, 2022, p. 2-5). Trata-se de uma plataforma voltada à realização e à facilitação de comunicações processuais, ou seja, cumprimento de citações e intimações pela via eletrônica. Para seu funcionamento, o sistema exige apenas o cadastramento dos usuários e a manutenção atualizada dos dados em questão. A grande vantagem está na integração entre todos os tribunais do país, o que viabiliza o envio de comunicações processuais por qualquer juízo acessado pela parte litigante.

A ferramenta apresenta o possível fim dos deslocamentos de oficiais da justiça, bem como de cartas extraviadas pelos meios postais, e tudo se fará de forma digital. Afinal, de nada adianta uma excelente taxa de uso do sistema eletrônico pelos Tribunais, ambientes virtuais de atendimento que auxiliam o jurisdicionado e uma possível padronização da plataforma de litígios contenciosos, se as partes não forem encontradas para a formação do ciclo citatório processual.

Em resumo, o relatório produzido pelo CNJ escancara o cotidiano do Poder Judiciário, revisita as estratégias e as ferramentas utilizadas pelo Estado, a fim de sanar, da maneira mais satisfatória possível, os conflitos da população brasileira. Outros tantos mecanismos e dados relatados também foram analisados na presente pesquisa, porém em tópicos individualizados, tendo em vista a importância de discussão que carregam.

2 OS GRANDES LITIGANTES E OS PROCESSOS MASSIFICADOS

O Poder Judiciário tem sido amplamente observado e criticado nos últimos anos, principalmente desde o final do século XX e início do século XXI, arrazoado na falta de respostas adequadas aos processos que examina, e destaca-se nesse assunto a morosidade excessiva de solução das infinitas disputas judiciais que são apresentadas ano após ano, fator em boa parte causado pelo crescimento exponencial das relações jurídicas digitais, as quais se formam nesse contexto em maior velocidade e quantidade, assim como os litígios resultantes destas mesmas negociações. Sobre esta ineficácia evidente, disserta Isabela Ferrari (Ferrari et al., 2020, p. 25):

Não foi senão no início do século XX que o Judiciário passou a ser visto como o principal *locus* para a resolução de conflitos, uma vez resistida a pretensão original.

Já na metade do século XX, tornou-se claro que o Judiciário não era capaz de responder, com a velocidade desejada, a todos os conflitos que lhe fossem apresentados. Tampouco apresentar respostas satisfatórias, na maioria das vezes, tendo em vista a falta de conhecimento específico sobre o objeto da lide.

Na mesma medida, não se pode atribuir tal prejuízo única e exclusivamente à esfera privada, como se a amplitude do direito de acesso à Justiça fosse algo tão prejudicial. Como tratado adiante, este direito também é utilizado de forma indiscriminada e causa um aumento significativo de demandas desvantajosas, porém, o que ainda se vê, em verdade, é a grande maioria de processos judiciais com a participação do próprio Estado, seja no polo ativo ou passivo das causas, distribuídas entre todas as esferas do governo e de suas entidades autárquicas.

Neste sentido, Daniela Monteiro Gabby e Luciana Gross Siqueira Cunha apontam algumas possíveis razões desta litigiosidade exorbitante na esfera privada e pública (Gabbay; Cunha, 2012, pos. 509-514):

A percepção do cidadão é alimentada e ao mesmo tempo filtrada por dois outros atores extremamente importantes e que não haviam sido contemplados nas hipóteses iniciais: a mídia, que exerce um papel importante na divulgação de informações aos cidadãos, e os advogados, que orientam seus clientes, identificam conflitos e produzem (e reproduzem) teses jurídicas, auxiliados pelas facilidades tecnológicas e pelo fluxo dinâmico das informações.

[...]

Além desses atores, o Poder Público também contribui para a construção do ambiente de litigiosidade, seja por meio de práticas gerenciais da Administração Pública direta ou indireta, seja na criação ou modificação de políticas públicas, ou, ainda, através da cobrança de dívidas ativas da União, Estados e Municípios – causa geradora do grande volume de execuções fiscais que hoje tramitam nos Tribunais brasileiros. Outra atuação do Poder Público que contribui para a construção de um ambiente propício ao aumento da litigiosidade é a forma de regulamentação das relações público-privadas e entre os próprios entes privados, marcada pelo excesso de normas e por “zonas cinzentas de regulamentação” que favorecem o surgimento de conflitos interpretativos acerca do Direito aplicável a determinada situação de fato, bem como de oportunidades para a criação de teses jurídicas que chegam ao Judiciário.

Do mesmo modo, é pertinente também expor a detalhada lição de Rodolfo de Camargo Mancuso sobre os fatores da hiper judicialização (Mancuso, 2018, p. 66):

Neste passo, pode-se tentar uma sistematização dos fatores que, operando como concausas, resultam no excesso de demanda por justiça estatal: (a) desinformação ou oferta insuficiente quanto a outros meio, ditos alternativos, de auto e heterocomposição de litígios, gerando uma cultura da sentença, na expressão de Kazuo Watanabe; (b) exacerbada juridicização da vida em sociedade, para que o contribui a pródiga positivação de novos direitos e garantias, individuais e coletivos, a partir do texto constitucional, projetando ao interno da coletividade uma expectativa (utópica), de pronto atendimento a todo e qualquer interesse contrariado ou insatisfeito; (c) ufanista e irrealista leitura do que se contém no inciso XXXV do art. 5º da CF/1998 – usualmente tomado como sede do acesso à Justiça – enunciado que, embora se enderece ao legislador, foi sendo gradualmente superdimensionado (ao influxo de motes como ubiquidade da justiça, universalidade da jurisdição), praticamente implicando em converter o que deverá ser o direito de ação (específico e condicionado) num prodigalizado dever de ação!; (d) crescimento desmesurado da

estrutura judiciária – oferta de mais do mesmo, sob a óptica quantitativa – com a incessante criação de novos órgãos singulares e colegiados, e correspondentes recursos humanos e materiais, engendrando o atual gigantismo que, sobre exigir parcelas cada vez mais expressivas do orçamento público, provocando zonas de tensão com o Poder Executivo, induz a que o aumento da oferta contribua para retroalimentar a demanda.

O que se verifica é que até mesmo o próprio Poder Judiciário é causador da massificação destes litígios, seja pela velocidade de resposta dos processos *sub judice*, seja pela ausência de uniformização jurisprudencial, pelo mau gerenciamento dos processos individuais, entre outros fatores. Tratando deste resultado lógico, Carlos Felipe de Aguiar Nery destaca (Nery, 2023, p. 40):

Portanto, quanto mais são demandados, mais lentos ficam os tribunais em dar uma resposta satisfatória para as partes, em especial nos casos dos vulneráveis, pois também sofrem com os altos custos para litigar e acabam por se tornarem presas fáceis para os grandes e frequentes jogadores desse ramo, que se utilizam do próprio sistema judiciário para protelar os litígios o quanto conseguirem.

Tamanho era o problema, e ainda é; por isso é que o Estado teve de pensar em uma solução, ainda que parcial, para dissolver conjuntos processuais de uma única vez, criando a sistemática de precedentes vinculantes no CPC de 2015, o que otimizou o julgamento das demandas repetitivas e reduziu a insegurança jurídica, os dois pontos de maior crítica ao sistema judicial pela população.

Bianca M. Schneider Van Der Broocke, por sua vez, ao fazer menção à política de controle jurisdicional do Poder Judiciário brasileiro, disserta (Der Broocke, 2021, pos. 106-107):

O controle jurisdicional do resultado final esperado das políticas públicas em determinado setor tem se revelado uma face contundente do fenômeno da judicialização da política no país. Outrossim, esses casos trazem em seu bojo problemas que ultrapassam a tradicional configuração do processo judicial individual. Além de veicularem valores sociais e envolverem vários centros de interesse concorrentes, a sua complexidade exige soluções que vão além da simples imposição de uma ordem de fazer ou não fazer, entregar coisa ou pagar quantia.

O que se vê, em realidade, é um modelo de trabalho do Judiciário que dá prioridade à solução de demandas individuais, que garante o direito perquirido pelo particular que procura a justiça, mas que não soluciona a origem destes problemas, mantendo-se uma cultura hiper litigante que direciona ao juízo toda sorte de conflitos.

No mesmo sentido, a autora continua (Der Broocke, 2021, pos. 107-108):

Essas visões e ferramentas tradicionais não fornecem a tutela jurisdicional adequada para dar conta dos complexos e imprevisíveis problemas jurídicos que a discussão de políticas públicas alberga em sede de litígios estruturais. Tais ações exigem “decisões que se orientam para uma perspectiva futura, tendo em conta a mais perfeita resolução da controvérsia como um todo, evitando que a decisão judicial se converta em problema maior do que o litígio que foi examinado”. Diante desse quadro,

recentemente, uma parcela da doutrina brasileira afeita ao tema passou a pensar na possibilidade de um modelo de processo de viés coletivo diferenciado, tomando como ponto de partida os estudos das experiências do direito comparado no enfrentamento dos mesmos desafios.

O projeto citado pela doutrinadora acerca de decisões capazes de solucionar litígios estruturais foi contemplado pela sistemática de precedentes vinculantes do CPC de 2015, que resolve a individualização de decisões sobre temas de grande relevância ou repercussão social. Porém, a judicialização continua apontando um crescimento detestável e ressalta a necessidade de uma política pública voltada à desjudicialização além dos atos puramente processuais.

Como ele cria um acúmulo de casos não solucionados, o Poder Judiciário necessita de cada vez mais contingente para suportar os anseios sociais, onera demasiadamente as despesas públicas e prejudica o jurisdicionado que, de fato, carece da apreciação judicial, o que retrata mais uma vez a tão mencionada inefetividade no serviço prestado.

Segundo pesquisa da Fundação Getulio Vargas (FGV), em seu último relatório do Índice de Confiança na Justiça do Brasil – ICJBrasil, realizado no ano de 2021, 83% dos entrevistados responderam que o maior problema do Judiciário brasileiro é a morosidade do sistema, além do custo para acessar a Justiça, que foi mencionado por 77% dos entrevistados (FGV, 2021).

Pensando em um universo judicial melhor para o futuro, o Conselho Nacional de Justiça expõe claro interesse na busca pela redução da judicialidade e maior efetividade na solução dos conflitos já existentes. No entanto, para a concretização desta meta, é essencial que se tenha a compreensão de quem são os maiores litigantes do país, bem como que se identifique o motivo pelo qual eles ocupam tais colocações. Neste sentido, o Justiça em Números apresenta o Painel de Grandes Litigantes, o qual identifica e mapeia os maiores participantes de ações judiciais na atualidade (CNJ, 2024).

O painel em questão, a partir da coleta de informações por partes dos processos, consegue identificar os vinte maiores litigantes do país, tanto no polo ativo quanto no polo passivo, de forma geral ou mesmo seccionados por Ramos da Justiça (cível, trabalhista etc.), por Tribunais (estaduais ou federais), grau de jurisdição, órgãos específicos da Justiça, ou mesmo por segmento de atividade.

Segundo a pesquisa, em termos gerais, o *ranking* dos maiores litigantes, no polo passivo do país, inclui entes do governo como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal, além de instituições bancárias como o Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bmg S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A., entre outros. No polo ativo, por sua vez, muitos destes institutos se repetem.

A base de dados do painel do CNJ esclarece o que foi discutido anteriormente, que o próprio Estado ocupa as primeiras posições entre os litigantes do país, em ambos os polos processuais, distribuídas entre entes federados, entidades autárquicas e empresas públicas ou de economia mista. No mesmo sentido, empresas privadas em que prevalecem relações de consumo se destacam nos indicativos.

Para o bom desenvolvimento da política de extrajudicialização e redução do número de processos, os hiper litigantes devem entender as razões que os levam ao temido *ranking*. Ficou claro como a grande atividade negocial expõe as partes à formação de conflitos, mas políticas de gestão mal executadas também podem causar este acréscimo.

Neste sentido, observa-se que as empresas que participam ou disponibilizam um número maior de ferramentas autocompositivas, ou seja, aquelas que mais facilitam a solução de litígios sobre as próprias negociações, se afastam da judicialização massificada. Porém, não é esta a realidade atual, e há ainda muita resistência de uso das ferramentas consensuais.

3 A RESPOSTA DO ESTADO ÀS DEMANDAS MASSIFICADAS

No início dos anos 2000, segundo o censo apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contava com uma população aproximada de 170 milhões de habitantes. Já no levantamento mais atual, pesquisa realizada no ano de 2022, a população brasileira teve um crescimento de quase 20% de habitantes, totalizando aproximadas 202 milhões de pessoas (IBGE, 2022).

Por sua vez, o CNJ, em sua primeira edição do relatório Justiça em Números, no ano de 2003, identificou cerca de 36 milhões de processos em andamento, considerando todos os tribunais do país, estaduais e federais (CNJ, 2003). Ou seja, ao se fazer uma métrica com a indicação populacional dos anos 2000 divulgada pelo IBGE, como citado anteriormente, a cada cinco habitantes, ao menos um era parte de um processo judicial.

Já na atualidade, o último relatório do Justiça em Números apontou que, ao final de 2023, a Justiça brasileira contava com 81,4 milhões de casos em tramitação, que aguardam alguma solução definitiva (CNJ, 2024). Um crescimento de mais de 125% em comparação com o ano de 2003. O crescimento populacional, por sua vez, ainda que tenha aumentado, como visto na pesquisa do IBGE, teve um desenvolvimento muito mais singelo. Neste novo comparativo, observa-se que, a cada três habitantes, no mínimo um é parte integrante de um processual judicial, de forma ativa ou passiva.

O crescimento populacional é muito claro, fato que por si só seria capaz de majorar o número de processos judiciais no território nacional. Porém, a alta no número de conflitos salta aos olhos, uma vez que o crescimento representa mais de cinco vezes o aumento de habitantes no mesmo período.

Em grande medida, observa-se o crescimento de negociações desencadeadas pelos canais digitais, os chamados *e-commerce*. Nas palavras de Carlos Felipe de Aguiar Nery, esta tecnologia gerou grande velocidade na formação das relações jurídicas no ciberespaço, o que evidencia uma ruptura dos meios tradicionais de contratualização e exige, na mesma medida, métodos diferentes de solução destes conflitos (Nery, 2023, p. 169). Sob uma perspectiva diferente, o autor também discorre que o próprio direito de acesso à justiça, por ter sido um tanto quanto deturpado no período pós-ditatorial, em busca de um ideal democrático, seria mais um causador deste aumento exponencial de litígios (Nery, 2023, p. 45-46):

[...] no caso brasileiro segue tendência constitucional pós-ditadura de garantir a todos o direito de se socorrer ao Estado na busca por seus direitos, acabou por permitir o crescimento incontrolável da litigiosidade e afetou diretamente o desempenho dos órgãos que integram o Poder Judiciário, seus gastos e sua estrutura.

Luiz Fux também relata com clareza este paradoxo da Justiça (Arabi *et al.*, 2021, p. 21-22):

[...] ao mesmo tempo em que se lutou muito para que houvesse o acesso à justiça, sua facilitação erodiu a eficiência e a celeridade com que se deveriam resolver os conflitos, aplicando-se a máxima “better the roads, more the traffic”, a Justiça ficou muito abarrotada de processos, ações e recursos.

No mesmo sentido, Bianca Schneider Van Der Broocke discorre acerca do interesse constitucional de 1988 em dar maior amplitude às garantias fundamentais, o que ocasionou este acesso quase irrestrito ao Poder Judiciário (Der Broocke, 2021, pos. 109-112):

No Brasil, a Constituição de 1988 adveio como uma forma de reação aos graves retrocessos vivenciados durante vinte e um anos de ditadura militar, bem assim como resposta às aspirações relativas à superação da profunda desigualdade socioeconômica produzida ao longo da história do país. Para tanto, dentre outras mudanças, trouxe a previsão acerca da proibição da tortura, restabeleceu o voto direto e secreto, fixou penas severas contra as restrições às liberdades civis, dispôs sobre o acesso à justiça, incluiu mecanismos de participação política e estabeleceu um amplo rol de liberdades e direitos fundamentais, em especial os direitos sociais, definindo inclusive os seus modos de concretização.

[...]

O fortalecimento do controle de constitucionalidade, aliado à adoção de um extenso catálogo constitucional de direitos, trouxe como consequência a judicialização da política no país, dando azo, no início do século XXI, a uma mudança comportamental por parte dos integrantes do tribunal na resolução das questões de grande repercussão política ou social que lhes passaram a ser submetidas a partir de 1988 e desde então eram tratadas mediante atitudes de passivismo judicial.

Der Broocke ainda destaca que a prevalência de decisões individualizadas, em vez de uma adequação das políticas públicas de entrega daquele direito perseguido judicialmente, tornando-as mais efetivas, subverte a lógica redistributiva dos direitos socioeconômicos (Der Broocke, 2021, pos. 116).

Fato é que os direitos sociais não podem ser afastados pela jurisdição, o que obriga o provimento de demandas neste sentido, sob pena de retrocesso legal, o que causa uma confusão orçamentária do Estado, que acaba por onerar o Poder Judiciário, enquanto poderia evitar a lide e redirecionar o investimento às soluções efetivas.

Ainda sobre esta política de julgamento de demandas individuais, Ana Paula Barcellos retrata este mesmo cenário como macrojustiça no âmbito da microjustiça (Sarlet, 2008, p. 139):

Assim, se determinados bens são considerados indispensáveis para a dignidade humana em uma dada sociedade, a atribuição de tais bens às pessoas - as múltiplas 'micro-justiças' - formarão necessariamente um dos conteúdos obrigatórios da 'macro-justiça', de tal modo que, se esta última não incluir tais prestações em seu bojo, haverá uma injuricidade em sua concepção.

A mesma incoerência ocorre no setor privado com empresas mal gerenciadas, que despontam conflitos judiciais evitáveis e, principalmente, mais caros que a negociação extrajudicial. Como bom exemplo desta política econômica, Isabella Fonseca Alves destaca que um estudo realizado pelo Mercado Livre, no ano de 2017, apontou que 40% dos consumidores da plataforma ajuizavam demandas contra a empresa antes mesmo de tentar resolver amigavelmente a disputa (Alves, 2019, p. 13).

Vendo que se tratava de questões de baixa complexidade, a empresa então decidiu por instituir o programa chamado Compra Garantida, na qual o usuário, se preenchidos certos requisitos, receberia seu dinheiro de volta ou, quando não se adequasse à hipótese, poderia conversar diretamente com o vendedor via *chat* interno, inclusive com o auxílio de um terceiro mediador, se necessário. As medidas adotadas pelo *marketplace* geraram uma taxa de desjudicialização de 98,9%, um incontestável sucesso.

É possível observar que a efetividade da proteção de direitos sociais, como o acesso à ordem jurídica justa, aqui interpretada de maneira ampla, não apenas como acesso ao Poder Judiciário, demanda uma perspectiva coletiva, de vez que a análise individualizada, em regra, acaba por favorecer apenas um indivíduo, o que prejudica todo o planejamento estatal.

Assim, o Judiciário ocupa função de mantenedor do Estado Democrático de Direito, mas com a missão de fazê-lo de forma planejada ao bem-estar coletivo, utilizando-se de novas técnicas decisórias para operacionalizar o interesse da sociedade (macrojustiça), sem prejuízo ao direito subjetivo da proteção jurisdicional (microjustiça).

Embora o resultado positivo deste investimento das soluções judiciais coletivas seja evidente, com destaque para a aplicação da sistemática de precedentes vinculantes do CPC de 2015, o que se apresenta pelas pesquisas de judicialização do CNJ ainda é uma inflação de processos, ou seja, a manutenção da cultura litigante. Por isso, o trabalho de julgamentos massificados deve prosseguir, como forma de contenção processual, contudo, o investimento em soluções extrajudiciais é inevitável.

Além das técnicas mais apuradas de julgamento, o Poder Judiciário também tem promovido elevados investimentos no uso de novas tecnologias para a maior efetividade da jurisdição. A instituição do sistema Juízo 100% digital e do Balcão Virtual, entre outras ferramentas já citadas, são bons exemplos desse avanço. Entretanto, ainda assim se trata da tecnologia em prol da solução judicial dos conflitos, e não para a diminuição do número de processos.

Enquanto o Poder Judiciário, aliado ao CNJ, pensa em novas formas para a maior efetividade de julgamentos, outras facetas do Estado promovem estudos aprofundados e criam ferramentas voltadas à extrajudicialização, e auxiliam a disseminação da cultura da paz. O Poder Executivo, por exemplo, quando da promulgação do CPC de 2015, que dispôs, no artigo 334, a obrigação de agendamento da audiência de tentativa de conciliação e mediação antes de oferecida a contestação pela parte Ré (Brasil, 2015, art. 334).

Segundo os dados oferecidos pela pesquisa do CNJ, após a entrada em vigor na nova norma processual, os índices conciliatórios aumentaram em 17,4% até os dias atuais, passando de 2.987.623 sentenças homologatórias de acordo, no ano de 2015, para 3.508.705, em 2022 (CNJ, 2024).

O mesmo ocorre com outros entes públicos, em busca de providências resolutivas de conflitos, prioritariamente anteriores à judicialização, ferramentas que serão tratadas com maior atenção adiante.

4 OS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS REPETITIVOS

Com o advento do CPC, em 2015, um novo sistema de precedentes judiciais se instalou, uma ferramenta própria e adaptada ao Brasil. Para alguns doutrinadores, este regime foi interpretado como uma aproximação do ordenamento jurídico, ou mesmo aderência plena, à tradição jurídica do *common law*, ao passo que, para outros, nada mudou, haja vista a determinação legal ao uso das decisões vinculativas, característica inequívoca da *civil law*.

Defensores da primeira corrente de pensamento, Luiz Fux e Bruno Bodart afirmam que o CPC de 2015 se aproximou, de forma mútua e colaborativa, das duas tradições jurídicas, o que gerou o fortalecimento da aplicação do Direito (Fux; Bodart, 2021, p. 282-288):

A distinção clássica entre as duas tradições jurídicas, common law e civil law, tem se tornado cada vez mais nebulosa, à medida que um movimento de aproximação entre os sistemas ocorre em ritmo acelerado.

[...]

Este paralelo entre os sistemas norte-americano e brasileiro representa bem a tendência de aproximação e harmonização entre os diferentes sistemas jurídicos. A influência mútua entre as diferentes tradições de sistemas jurídicos conduz a um profícuo aprimoramento contínuo e bilateral. Pelo Direito Comparado, o cientista social examina cuidadosamente o desempenho de regras jurídicas variadas em sociedades heterogêneas. O resultado pretendido é a evolução dos sistemas de justiça para que melhor atendam ao cidadão jurisdicionado e à sociedade em geral.

Já para a segunda corrente doutrinária, que exemplifica aqueles que entendem que nada foi alterado, ou seja, que o Direito brasileiro continua sob a guarda do *civil law*, Alexandre Freitas Câmara disserta (Câmara, 2018, p. 56):

Vê-se, pois, que não é o mero fato de um ordenamento jurídico adotar instituições que normalmente são encontradas em uma determinada tradição jurídica que o faz integrar essa “família”, saindo daquela a que sempre pertenceu.

Pois é exatamente isto o que se tem no Direito brasileiro. Não obstante a adoção de institutos que têm origem no Direito anglo-saxônico, o Brasil não abandonou sua tradição de civil law para passar a integrar-se ao common law (ou mesmo para passar a adotar um sistema híbrido, uma espécie de “civil law commonlizado”).

Diante de um sistema judiciário superlotado, com cada vez mais demandas que vão se acumulando, o Estado decide adotar uma ferramenta capaz de sentenciar casos de maneira coletiva, que resulta também em uma diminuição de interpretações legislativas conflitantes, a famigerada loteria judicial. Pela aplicação do novo recurso, portanto, com o mesmo tempo anteriormente gasto para a análise individualizada de processos, agora é possível solucionar todo um conjunto de lides, desde que condizentes em seus objetos e especificidades.

Sobre o tema, Humberto Theodoro Júnior explica que (Theodoro Júnior, 2016, p. 792):

Num país tradicionalmente estruturado no regime do *civil law*, como é o nosso, a jurisprudência dos tribunais não funciona como fonte primária ou originária do direito. Na interpretação e aplicação da lei, no entanto, cabe-lhe importantíssimo papel, quer no preenchimento das lacunas da lei, quer na uniformização da inteligência dos enunciados das normas (regras e princípios) que formam o ordenamento jurídico (direito positivo). Com esse sistema o direito processual prestigia, acima de tudo, a segurança jurídica, um dos pilares sobre que assenta, constitucionalmente, o Estado Democrático de Direito.

Consequentemente, diante da nova sistemática de formação do *decisum*, a jurisprudência contraiu observância vinculativa, isso por determinação da nova Lei Processual, fator que destaca, novamente, a manutenção do regime *civil law* pelo Direito brasileiro.

A celeridade garantida pelo novo ordenamento processual vai além da mera antecipação do resultado da lide, e é também a representatividade do Estado Democrático de Direito pela segurança jurídica que propõe. A ação é o meio pelo qual a parte busca do Estado a aplicação justa e efetiva de seu direito material; a solução do problema que não foi capaz de resolver sozinha e o fato de não ter um mínimo de previsibilidade acerca do resultado do conflito judicial quase inutilizam a jurisdição.

Interpretando o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal (CF), Humberto Theodoro Júnior explica que tal garantia conecta efetividade com tempestividade na essência do acesso à tutela jurisdicional por meio de um processo justo. Complementa o autor, ainda, quando afirma que “justiça tardia, segundo universal reconhecimento, é o mesmo que justiça denegada, ou, em outros termos, é pura e completa injustiça” (Theodoro Júnior, 2023, p. 107).

O autor destaca que o conceito de justiça se apresenta pela soma da efetividade e tempestividade. Como já mencionado anteriormente, inclusive pela pesquisa realizada pelo instituto FGV, o tempo é fator fundamental ao exercício da jurisdição, sendo o principal tópico de desgosto da população geral frente ao Poder Judiciário.

Também é indissociável do conceito de ordem jurídica justa e efetiva a segurança jurídica, definida por Guilherme Peña de Moraes como sendo a (Peña de Moraes, 2022, p. 176):

[...] proteção da confiança e legítimas expectativas das pessoas na continuidade da ordem jurídica, de arte a preservar atos normativos ou, pelo menos, efeitos já produzidos por atos administrativos ou legislativos, invalidados por ilegais ou inconstitucionais.

Diante da massa processual crescente e da busca pelo ideal de justiça, o sistema de precedentes vinculantes desponta como a principal resposta do Poder Judiciário aos litígios acumulados, o que faz prevalecer o posicionamento de Bianca Schneider Van Der Broocke acerca da necessidade de ferramentas que estabeleçam uma resposta em sentido macro de justiça, ou seja, ao coletivo, para acelerar e para dar maior transparência e segurança ao postulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste artigo revela um cenário desafiador para o Poder Judiciário brasileiro, marcado por uma crescente e desproporcional hiper judicialização.

Os dados do CNJ confirmam que, apesar dos avanços tecnológicos e da modernização do sistema, o volume de processos continua a expandir-se a taxas muito superiores ao crescimento populacional, evidenciando a persistência de uma cultura litigante. A morosidade

e o custo para o acesso à justiça permanecem como preocupações centrais, conforme indicado por pesquisas de confiança pública.

Constatou-se que as estratégias de modernização do Poder Judiciário, como o Programa Justiça 4.0, o Juízo 100% Digital e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), têm sido fundamentais para otimizar a gestão processual e promover a celeridade e a segurança jurídica dentro do ambiente judicial.

Da mesma forma, a introdução dos precedentes vinculantes pelo Código de Processo Civil de 2015 representou um passo crucial para o tratamento de demandas repetitivas e a uniformização da jurisprudência, conferindo maior previsibilidade ao sistema e aproximando-o de uma lógica de "macrojustiça".

Entretanto, as iniciativas, embora meritórias, concentram-se predominantemente na eficiência da resposta jurisdicional aos conflitos já instaurados, sem atacar de forma robusta as causas da entrada massiva de novas ações.

O próprio Estado e grandes empresas, identificados como hiper litigantes, contribuem significativamente para esse cenário, muitas vezes por falta de políticas internas de gestão de conflitos ou resistência à utilização de mecanismos de autocomposição.

Diante disso, é imperativo que a política de desjudicialização seja ampliada e receba investimentos substanciais, transcendendo a mera otimização dos procedimentos judiciais.

A promoção de uma cultura da paz e a disseminação de métodos adequados de solução consensual de conflitos, como a conciliação e a mediação – cujos índices de sucesso já demonstram o potencial, especialmente após a obrigatoriedade prevista no CPC de 2015 –, são essenciais.

A efetividade da justiça, em sua plenitude, exige uma perspectiva coletiva que compreenda a proteção dos direitos sociais não apenas pela via judicial individualizada, mas por meio de políticas públicas integradas e eficientes que desestimulem a litigância desnecessária e fomentem a resolução extrajudicial.

Somente assim será possível construir um sistema de justiça mais célere, acessível e verdadeiramente eficaz para toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabella Fonseca. **Inteligência Artificial e Processo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

ARABI, Abhner Youssif Mota *et. al.* Coordenação - FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Tecnologia e Justiça Multiportas**. Indaiatuba/SP: Foco, 2021. *E-book*.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Painel de Grandes Litigantes**. Disponível em: <https://grandes-litigantes.stg.cloud.cnj.jus.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Relatório Justiça em Números, 2003**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/justica_numeros_2003.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Relatório Justiça em Números, 2024**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Resolução nº 234 de 13 de julho de 2016**. Institui o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário, para os efeitos da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 e dá outras providências. DJe/CNJ, nº 120, de 14/07/2016, p. 5-8. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2311>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Resolução nº 335 de 29 de setembro de 2020**. Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça. DJe/CNJ nº 320, de 30/09/2020, p. 2-6. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3496>. Acesso em: 03 julho. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Resolução nº 398 de 09 de junho de 2021**. Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais. DJe/CNJ nº 150/2021, de 11 de junho de 2021, p. 3-5. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3978>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Resolução nº 455 de 27 de abril de 2022**. Institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos. DJe/CNJ nº 101/2022, de 02/05/2022, p. 2-5. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4509>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: p. 1, 17 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Levando os Padrões Decisórios a Sério**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

DER BROOCKE, Bianca M. Schneider Van. **Litígios Estruturais, Estado de Coisas Inconstitucional e Gestão Democrática do Processo** – um papel transformador para o controle judicial de políticas públicas. Londrina/PR: Thoth, 2021. *E-book*.

FERRARI, Isabela *et al.* **Justiça digital**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. *E-book*.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV/SP. **Relatório ICJ Brasil, 2021**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30922/Relatório%20ICJBrasil%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo Civil e Análise Econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross Siqueira. **Litigiosidade, Morosidade e Litigância Repetitiva no Judiciário** – uma análise empírica. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama do Censo, 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à Justiça** - condicionantes legítimas e ilegítimas. 3. ed. rev. amp. atua. Salvador: JusPodivm, 2018.

NERY, Carlos Felipe de Aguiar. **O custo da Justiça no Brasil e a crise dos números** - a importância da solução extrajudicial de conflitos no combate à litigiosidade. São Paulo: Dialética, 2023. *E-book*.

PEÑA DE MORAES, Guilherme. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. Barueri/SP: Atlas, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos Fundamentais: orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. volume I. 64. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. volume III. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

O REFLEXO PSICOSSOCIAL DE UM TEMPO TRADUZIDO EM ROUPAS: A MODA DAS DÉCADAS DE 1930 A 1970 NO BRASIL ATRAVÉS DA VIDA DE AMÉRICA FERREIRA MELCHIORI

BIAGI, Orivaldo Leme¹; ABBAS, Mel Lyz Ferreira².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-548>

RESUMO

Mesmo sendo um dos campos mais populares na vida social, a moda tende a ser negligenciada nos estudos acadêmicos. Vista como “imagem passageira” ou “pensamento superficial”, quando não “fútil”, a moda, assim como outras manifestações culturais, apresenta representações sociais e históricas muito significativas – ela demonstra uma forma de ver o mundo dentro da sua dinâmica (roupas, comportamentos etc.). No presente estudo, finalizado em 2023, as imagens de apoio datam das décadas de 1930 a 1970 no Brasil e, ao compará-las aos desfiles de alta-costura deste ano (2025), é possível ver o retorno dos modelos e ideais representados pelas peças. Assim sendo, esta pesquisa aborda a moda como uma construção social e cultural humana, ou seja, é um campo significativo para o estudo de certos grupos e momentos históricos e sociais e da vida de América Ferreira Melchiori.

Palavras-chave: moda; feminismo; história; poder simbólico; construção social.

ABSTRACT

Even though it is one of the most popular fields in social life, fashion tends to be neglected in academic studies. Seen as a “passing image” or “superficial thought”, if not “futile”, fashion, like other cultural manifestations, presents very significant social and historical representations – it demonstrates a way of seeing the world within its dynamics (clothes, behaviors, etc.). In the present study, completed in 2023, the supporting images date from the 1930s to the 1970s in Brazil and, when comparing them to this year's haute couture shows (2025), it is possible to see the return of the models and ideals represented by the pieces. Therefore, this research approaches fashion as a human social and cultural construction, that is, it is a significant field for the study of certain groups and historical and social moments and the life of América Ferreira Melchiori.

Keywords: fashion; feminism; history; symbolic power; social construction.

¹Mestre e Doutor em História pela UNICAMP e Pós-Doutor em Relações Públicas pela USP. *E-mail:* orivaldo.leme.biagi@gmail.com

² Aluna do curso de Jornalismo do Centro Universitário UNIFAAT. *E-mail:* abbasmel05@gmail.com

INTRODUÇÃO

Mesmo sendo um dos campos mais populares na vida social, a moda era negligenciada nos estudos acadêmicos. Vista como “imagem passageira” ou “pensamento superficial”, quando não “fútil”, a moda, assim como outras manifestações culturais, não disputava um lugar relevante nos estudos culturais.

Tal situação mudou de maneira profunda nos últimos anos: a moda ganhou novas visões e abordagens, adquirindo uma relevante importância nos estudos acadêmicos. A moda apresenta representações sociais e históricas muito significativas – ela demonstra uma forma de ver o mundo dentro da sua dinâmica (roupas, comportamentos etc.) –.

Pode-se definir moda como um conjunto de opiniões, gostos, bem como modo de agir e viver, sem contar a existência de um sentimento coletivo. Dentro dessa definição, ela apresenta significativas representações sociais, sendo, portanto, parte da construção intelectual de seu momento.

Assim, a moda nada tem de “passageira” (por mais rápida que seja o tempo de suas tendências), “superficial” (as aparências, por mais frágeis que pareçam, carregam fortes representações sociais) e “fútil” (muitas vezes são os grupos sociais que procuram, de acordo com seu momento cultural, definir o que é importante e o que não é – o que demonstra que tanto o “fútil” quanto o “útil” não passam de construções sociais e, portanto, importantes para os estudos –).

A moda é uma construção social e cultural humana, ou seja, é um campo significativo para o estudo de certos grupos e momentos históricos e sociais. Sendo um campo significativo, pode-se também considerar seu papel como o de um dos principais instrumentos de dominação e o menos considerado por sua compreensão ser lida como “fútil”: a indumentária e seus atributos de poderio econômico, simbólico e cultural, conforme estudo realizado por Braga e Prado na obra *História da Moda no Brasil* (2011).

Questões de poder envolvendo aspectos visuais e comportamentais são antigas na História, como pode-se observar no site Ancient Origins, a prática do *Oraguho*, ou seja, conjunto de práticas (modismo) datado do século VI e vivido pelas japonesas por seu status: os dentes negros eram beleza, riqueza e poder. Independentemente do local, lá está a linha de segregação da indumentária: todos estão sujeitos ao modo dos sujeitos no poder. Mas não se pode esquecer que não existe apenas dominação nas relações sociais da moda: ela

também ajuda a permitir criações que vão além dos interesses dominantes, como pode ser destacado nos movimentos Beat, Hippie e Punk (Ancient Origins, 2021).

Muito das modernidades, não necessariamente desejadas pelo conservadorismo de sua época, ganharam dimensões com a moda – quer elas inspirando a moda ou a moda as inspirando –.

Observado o contexto de produções relacionadas a moda no ano de 2025, dois anos após a conclusão desta pesquisa, é possível ver exatamente o mesmo padrão de vestimenta e pensamentos explorados neste trabalho retornando às passarelas: com o momento político e social conservador em voga, as roupas mais uma vez fecharam-se e retornaram aos modelos explorados nesta pesquisa, tornando-a ainda mais atual.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no CEPE da UNIFAAT, já encerrada. A pesquisa procurou trabalhar com o conceito de moda, seus debates mais significativos e sua importância na vida cultural, contando com o acervo documental da própria América Melchiori Ferreira³.

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Uma Vida e a História

Caminhando pelo passeio público, o pólen coça os narizes dos jovens que andam sob o tórrido sol de dezembro; os violinos dentro do coreto, todo um quarteto de cordas, entregam docemente suas últimas castas no ar, preparados para outra música.

O verão de 1943 ainda não vicejou para o perfil imponente, ainda que jovem, de América Ferreira Melchiori. Ela não sabe que será história, um dia; sabe que, com seus poucos pertences, recém-chegada na cidade de Casa Branca, terá aulas no ano seguinte da segunda série. Sabe, de algum lugar profundo, que nunca vai pedir nada a ninguém, e ali é o primeiro passo para estudar, para ser independente.

Parece uma história distante, longínqua, mas é sobre uma avó. É uma América, mulher Continental, gigante em ações como o nome sugere, que mostrará a história do pensamento de uma época, vestida e aplicada, em seu tempo histórico. Na data deste texto, ela é uma senhora ativa de 87 anos, vividos com um humor ácido e um "bár.ba.ro" logo sob a língua.

³ Além do acevo pessoal, também contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa a entrevista concedida por América Ferreira Melchiori em 23 de fevereiro de 2023.

Busca-se, por meio deste trabalho, uma observação parcial do panorama que criou a inspiração desta pesquisa, ou seja, as roupas e comportamentos de América, pesquisando o máximo possível de informações dentro do limitado tempo que se tem. Pierre Bourdieu, em seu livro *O Poder Simbólico*, apresentou uma frase absolutamente verídica e que norteará este trabalho: "Pessoas são história, pessoas têm história" (Bourdieu, 1989).

Figura 1 - América Melchiori Ferreira ainda bebê, 1935



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira.

É válido estudar uma pessoa apenas para contextualizar uma época e um elemento cultural (moda)? Pode ser apenas uma amostragem, mas significa muito historicamente para se entender o momento – as estruturas culturais que América estava enfrentando diz muito sobre a sociedade da época, mesmo que ela seja uma exceção dentro daquele contexto –.

O historiador Carlo Ginzburg, na sua obra *O Queijo e os Vermes*, que estuda a leitura cultural realizada pelo moleiro Menocchio, levanta o problema da relevância de trabalhar com as ideias de um indivíduo único em relação aos de seu nível social (1987).

Mas, assim como Menocchio não era “um camponês ‘típico’” (Ginzburg, 1987, p. 27), América não é uma mulher “típica” de seu tempo, e sua leitura cultural (e enfrentamentos) revela um universo cultural intenso. As questões sobre a moda deixam esse universo cultural ainda mais rico e tenso – enfrentar um universo com predominância masculina, tanto nas práticas sociais quanto na escolha cultural, indica um momento histórico bem preciso –.

1.2 Conservadorismo Político e Social no Brasil

O conservadorismo moral foi (e continua sendo) uma das marcas da cultura brasileira, em particular pelo papel da mulher na sociedade – a “superioridade” masculina impondo o

“papel de mulher” na sociedade é antiga, vindo da estrutura patriarcal das primeiras formações nacionais (o senhor de engenho era o dono de todos e hierarquicamente superior, com a mulher representando sua propriedade e lógica de total submissão) – (Schwarcz; Starling, 2015).

Nesse sentido, o papel da mulher estava definido: ela deveria ser “virgem” para casar-se, “esposa” e “dona de casa” para seu marido e “prostituta” caso não conseguisse ser nenhuma das duas condições anteriores.

O papel da moda era limitado inicialmente – o tradicionalismo das roupas era baseado na lógica conservadora da sociedade –. Com o tempo e outras referências culturais, tal situação iria se alterar.

O filósofo Michel Foucault defendia que o século XX não passava de uma continuidade do século XIX – ideia bastante coerente, pois muitas das características do século XIX (desenvolvimento tecnológico, avanços na área de medicina, crescimento do capitalismo – e das guerras – etc.) ficaram mais intensas no século XX (Eribon, 1990).

Depois de 1945, pode-se observar uma fragmentação cultural de grandes proporções produzida, principalmente, pelo desenvolvimento dos meios eletrônicos (inicialmente a televisão e, depois, a informática), que inundou as sociedades com um volume gigantesco de informações (Barnard, 2003). Tal fragmentação iria começar a contestar os valores mais tradicionais e provocar alterações profundas na vida das pessoas – e na vida cultural de cada país –.

O Brasil também mudou, mas dentro do seu ritmo. Em termos culturais, a educação no Brasil sempre foi de elite (com intensa valorização da cultura europeia em relação a outras), muito desigual, valorizando: 1 - elementos conservadores no comportamento; 2 - desprezando o novo, visto como algo quase sempre negativo; 3 - e pregando obediência às autoridades (Prado Júnior, 1984).

Em termos sociais, foi criada uma lógica familiar patriarcal, ou seja, o homem é o chefe da família e deve ter a obediência dos demais; o primogênito tem preferência na administração do engenho e o papel da mulher é como esposa e mãe (Fausto, 1996).

Não que não se tenham momentos peculiares. Um fato curioso em termos de moda aconteceu com a vinda da Família Real em 1808: as mulheres que chegaram ao Brasil nos navios vieram com os cabelos cortados e usando uma espécie de turbante, sendo imitadas pelas mulheres brasileiras no Rio de Janeiro (Fausto, 1996). Na verdade, os cabelos foram cortados por causa dos piolhos, e os turbantes, feitos com os tecidos à disposição, eram o que possuíam para cobrir suas cabeças.

A Proclamação da República em 1889, com seus discursos de mudança e da transformação da sociedade brasileira, não mudou a estrutura do país: os variados interesses de grupos e a instabilidade política foram as marcas do Brasil republicano, gerando crises e derrubadas de presidentes. A república não mudou a estrutura hierárquica e conservadora do país (Carvalho, 1989).

As décadas de 1910 e 1920 no Brasil seriam marcadas por governos republicanos autoritários, justificados pela figura jurídica do estado de sítio, procurando impedir as manifestações e luta de direitos de grupos minoritários ou economicamente mais fracos.

Mas a moda começava a ganhar destaque no Brasil no período. As revistas eram realidade no país desde o final do século XIX, mas iriam crescer na década de 1920: *Revista da Semana*, *O Cruzeiro*, *Fon Fon* e *A Cigarra*. A *Fon Fon* destacava uma novidade tecnológica: a buzina de um carro (Biagi, 2003).

De um modo geral, as mulheres estavam livres dos espartilhos típicos do século XIX, mostrando uma silhueta tubular; as saias estavam relativamente mais curtas, mostrando mais as pernas e o colo; os produtos de maquiagem principais eram o batom e o carmim (em forma de coração); meias-calças, decotes, chapéus variados e moda-praia eram as novidades para as mulheres – homens continuavam com ternos, calças largas e chapéus –.

O Teatro de Revista era o grande meio de comunicação popular na época – e as danças e histórias cômicas levavam um grande público no Rio de Janeiro –. E os artistas, em particular as atrizes e dançarinas, influenciavam a moda (Veneziano, 2013). As iniciativas femininas eram muito tímidas – os negócios continuavam em nome dos pais e maridos –.

A crise econômica de 1929 e o fortalecimento de grupos contrários ao conservadorismo político da época, destacando a figura de Getúlio Vargas, iria derrubar a República Velha em 1930. Os vários governos Vargas que se seguiram até 1945 iriam colocar a indústria em primeiro plano na economia do Brasil (Fausto, 1996). Com o fortalecimento da industrialização e de uma, mesmo que tímida, diversificação cultural, começavam a se criar padrões de comportamento e de roupas.

A moda dos anos 30 tinha como referenciais o esporte, a vida ao ar livre e os banhos de sol – dando origem aos maiôs –, sendo que os decotes também aumentaram. O padrão físico da mulher também começava a mudar: dos belos rostos em corpos robustos para belos rostos com corpo magro e bronzeado, além de valorizado pelas práticas esportivas. As saias ficaram longas e os vestidos justos e retos – acompanhados, normalmente, por pequenas capas ou um bolero – confeccionados com algodão e casimira, em particular nos vestidos utilizados à noite.

As mulheres começavam, timidamente, a poder realizar iniciativas comerciais (como ser donas de negócios) e a participar politicamente da sociedade (tiveram o reconhecimento do direito de voto a partir do Código Eleitoral de 1933) (Fausto, 1996). Foi nesse contexto histórico que viveu América Ferreira Melchiori.

2 AMÉRICA FERREIRA MELCHIORI

2.1 Nascimento e Desenvolvimento da Vida de América Ferreira Melchiori

É possível encontrar várias pessoas importantes na vida de América Ferreira Melchiori. Aqui apresentam-se os que aparecerão neste trabalho, em ordem de nascimento: Honorato Ferreira, avô de América e dono do cartório; Anésia Ferreira, que por uma questão identitária será citada sem seu nome de casada; Joaquim Melchiori (Joanim); Benedita Ferreira Melchiori (Dita); Nívea Melchiori Francisco; América Melchiori Ferreira, que apenas realocou o nome de sua mãe ao se casar. Nas imagens haverá aparições especiais, como as de Gilbert Francisco, Aparecido Melchiori e de Sônia Andrade.

Nascida em 16 de dezembro de 1935, América foi registrada na cidade em que nasceu, São Sebastião da Gramma, pelo seu avô, Honorato Ferreira (na época, os cartórios eram empresas passadas de pai para filho e não um bem público, com concursos e estudos; era comum que os filhos tomassem o cargo de seus pais quando esses envelhecessem). A família Ferreira, de sua mãe, demorou a apoiar o casamento de Benedita com Joanim, já que este gostava de ir aos coretos e passeios e fazer inflamados discursos a favor de Mussolini, coisa essa malvista em uma família de políticos dos anos trinta; seria como, em tempos vindouros, ter na família um marqueteiro político da oposição.

Figura 2 – Pais de América, s/d

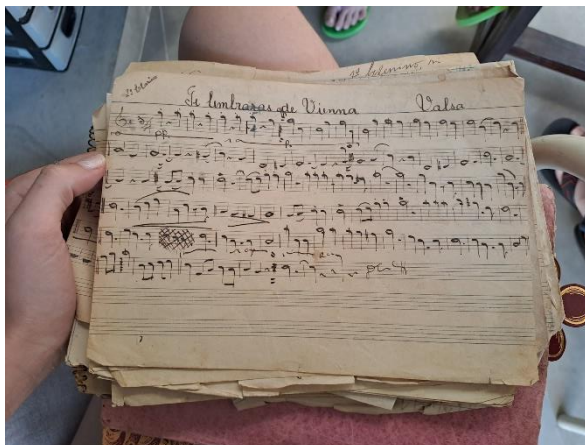


Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira.

Havia visíveis linhas de distinção polarizada: havia os a favor dos Aliados da Segunda Grande Guerra e os contra. Sem meio termo: ou se estava com os Estados Unidos ou contra

eles; assim, alguns nomes e lugares eram perigosos de se dizer, como já apresentado. Nesse caso, tinha-se um homem contra os queridos do Tio Sam, que inclusive propagava seus ideais em suas composições, como na valsa “Te lembrarás de Vienna”, abaixo, feita para todos os instrumentos da banda que regia, inclusive.

Figura 3 – Partitura, s/d



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Por sua oposição latente ao lado vencedor da guerra, Joanim passou a ter severas dificuldades em seu ofício como alfaiate, dificuldades essas que a família de sua esposa tentou suprir de diversas formas: Honorato alugou para a família de sua filha uma metade de carroto para que saíssem de São Sebastião da Gramma rumo a Mairiporã, levando consigo os filhos mais jovens; à época, Anésia se prontificou a criar Nívea, sua afilhada, custeando seus estudos e tudo mais de que precisasse.

De fato, Nívea voltou para a casa de seus pais poucas vezes na infância, o que limita o número de fotografias dela no acervo de propriedade da aluna pesquisadora, fonte de estudos deste trabalho. Assim, das poucas fotos existentes, pode-se tirar poucas conclusões, mas uma delas é indiscutivelmente o lado *fashion* do perfil de suas roupas: a foto ao lado do casal Benedita e Joanim data de 1949, época em que bons tecidos eram escassos e caros; e as listras estavam na moda, ambas coisas que Nívea vestia e não lhe faltavam.

Figura 4 – América e Nívea (1949)



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

América viu quando aconteceu o uso das roupas. Ali, teve seu primeiro contato com a moda, com o fenômeno de pensamento que ela é, com sua força. Ela, mais tarde, escolheria esse destino para si, escolheria o Poder Efêmero que se tornou Império Oligárquico de poder, definido por Lipovetsky precisamente no trecho:

[...] a inconstante da moda, assim como suas diversas manifestações, invariavelmente explicadas a partir dos fenômenos de estratificação social e das estratégias mundanas de distinção honorífica. Em nenhuma outra área o conhecimento erudito instalou-se a esse ponto no repisamento tranquilo, na razão preguiçosa explorando a mesma receita boa para todas as ocasiões [...] (Lipovetsky, 1989, p. 14).

Correndo do seio familiar e indo em busca de sua independência econômica, ela não sabia quanto a moda lhe auxiliaria em sua emancipação: dando o primeiro passo ao afrontar seu pai para que fosse estudar, olhando em seus olhos ao dizer que deveriam ser desfeitos os arranjos para que ela trabalhasse como empregada doméstica. América foi de encontro a Anésia e escolheu seu caminho.

Na foto abaixo, estão Joanim e suas filhas; da esquerda para a direita, está Nivea, reservada; à frente, com mão na cintura e posando com suas pernas, está América, com olhos desafiadores no auge de seus doze anos; Theresa, que morreu na juventude, e Anésia. A foto foi tirada em 1947, na cidade de Casa Branca.

Figura 5 - Foto da Família (1947)



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Seu olhar na foto fornece uma ideia para se imaginar o que virá a seguir, em sua foto da carteira de trabalho: no referido documento, constam dois empregos: um como escriturária e outro como professora primária.

Figura 6 - Carteira Profissional de América Melchior Ferreira, década de 1950



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Ela nunca foi doméstica, conforme os desejos de seu pai, nunca permitiu que, como definiu Bourdieu (1989, p. 12) sobre os sistemas simbólicos, “[...] a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” a diminuíssem.

Muito pelo contrário, ela usou de todos os artifícios convencionais para se situar na sociedade como independente: ia à missa, vestia-se com elegante ousadia, tinha seu próprio dinheiro e não se importava com a opinião dos que não gostavam, como mostra nas entrevistas feitas; nas palavras dela: “[...] Havia colegas e amigas, bem como as mães delas que eram uns purgantes; elas me tratavam mal porque não tínhamos (em minha família) bonecas, nem muita roupa[...]. O seu Elías, dono do armazém, era gente boa, como as filhas! [...]” (entrevista de América Ferreira Melchiori, 2023) (grifos nossos).

Seu olhar é desafiador, tanto que suas roupas “Gibson Girl” mostram que ela decidiu vestir o poder. Tudo, desde os cabelos ao batom, sugere confiança, poder, autonomia, coisas essas improváveis para uma mulher na época; mesmo assim, tem-se um retrato de “Mulher Fatal” abaixo, contrariando as expectativas.

A seguir será apresentado mais sobre a vida da mulher que vive ainda e das que a moldaram.

2.2 Lugar de Mulher

Uma emancipação em níveis absolutos para as mulheres é algo relativamente novo; ter uma profissão além de “do lar” era algo ainda inédito. A herege ideia de uma mulher ser detentora de bens só veio a cair em desuso de uma só vez nos anos 80, com a evolução, dentre outras coisas, da indumentária e dos contraceptivos.

Tem-se noticiado, em 1932, no jornal *Folha da Noite*, datado de 28 de dezembro de 1932, o essencial nos estudos femininos das classes mais ricas: moças que sabiam música, socialmente falando, eram mais bem aceitas que as moças letradas. Uma filha mulher, na época, servia para limpar a casa, a latrina e ser moeda nos acertos políticos de casamentos arranjados.

Figura 7 - Anúncio do jornal Folha da Noite (1932)



Fonte: Acervo Folha

Adentrando o campo da fenomenologia, Lipovetisky (1989, p. 35) fala sobre a “[...]crise profunda, geral, em parte inconsciente, em que se encontra na realidade a compreensão global do fenômeno”, quando se refere ao instrumento de dominação *Modae*. O termo aqui se enquadra pela compreensão da moda além de apenas roupas, mas sim como um estilo de vida absoluto na sociedade pós-Revolução Industrial, mais ainda se se salta aos dias atuais, que, no âmbito filosófico, foram denominados por Bauman (2000) de “Modernidade Líquida”.

Remonta-se aos longínquos e analógicos anos de 1930: o contexto histórico primário para essa década num todo certamente é o político. As agitações causadas pelas saias acima do joelho na década anterior agora estavam com todo seu poderio nas ruas, desde os chapeuzinhos para andar na cidade até nas piscinas e praias; a fortuna de novidades em que, a exemplo, o cartunista Belmonte “bebeu” para suas caricaturas era inegavelmente chocante: tanta pele, meias-finas e maquiagem inegavelmente eram novidades interessantíssimas para as adeptas desses modismos e para os que de fora viam (Nosso Século, v. II, 1985).

Segundo descrições orais, Nésia não era adepta deste estilo de vestimenta, mas sim de algo mais conservador: blusas com gola, terninhos e calças eram mais a sua coisa. Em foto com suas irmãs, ela se destaca usando cores opostas às delas, escuras e com desenho de gola em V.

Figura 8 – América e colegas com as roupas da moda, s/d



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Bourdieu (1989, p. 14) escreveu sobre o contraste e seus efeitos: “[...] Dito por outras palavras, a interação é a resultante visível e puramente fenomênica da intersecção dos campos hierarquizados”; não se poderia formular uma frase para descrever um primeiro olhar a esta fotografia.

Vestir-se pode ser um ato político. Tudo que é posto, exposto ou escondido, um milimétrico cálculo, mostra intenção, poder. Caso se desacredite dessa afirmação, pode-se simplificar desta forma: todas as fotografias deste trabalho são partes de um acervo pessoal; considerando que se fala dos anos 30, 40 e 50 do século passado, não é necessário dizer o grau de poderio econômico para se ter uma câmera, as roupas das modas e o poder de escolha sobre a própria vida.

Bourdieu (1989, p. 22) afirmou, sobre os estudos de uma sociedade, que em

[...] primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. [...] é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. [...] é preciso pois considerar as taxas de representação (no sentido estatístico e no sentido social) das diferentes categorias (sexo, idade, estudos etc.), logo, as probabilidades de [...] acesso à palavra, mensurável em tempos de expressão.

Partindo dessa afirmativa, as entrelinhas de todo esse trabalho permeiam o fenômeno das pessoas-História, e pode-se afirmar que as mulheres acima eram simultaneamente excluídas e excludentes: eram excluídas dos espaços de convenção masculina, como eleições e clubes; e excludentes de espaços convencionais femininos, tendo seu próprio dinheiro, posses, dirigindo

carros e usando calças. Criaram, portanto, sua própria esfera de convívio e ideário de social, adeptas de ideias e viveres próprios.

Agora que as ideias se estruturam, volta-se à fazenda, ao café e a América. Ao chegar em Casa Branca, América teve de aprender a fazer de tudo: desde lavar e passar roupa até encerrar o chão, hábito comum pelos pisos serem majoritariamente madeira. Ela, portanto, barganhou sua moradia e alimentação. Não chegou em um cenário faustoso, mas o encontraria.

Na data, uma outra sobrinha de Anésia fora também a Casa Branca estudar, Sônia Andrade. Sendo elas primas, tornaram-se quase inseparáveis, como irmãs, nos anos seguintes, mantendo contato até os dias de hoje para colocar o assunto em dia vez ou outra; a geografia as afastou um pouco, depois das décadas, já que Sônia foi para Londrina constituir sua vida, mas outro laço as manteve próximas, de forma até curiosa: Nívea casou-se com um primo de Sônia, Gilbert.

Pertinente dúvida que talvez seja levantada é a estranheza desse casamento ao primeiro olhar, mas Gilbert era primo de Sônia por seu lado paterno, que nada tem a ver com o parentesco de Sônia e Nívea; assim, é apenas um “causo” cômico.

Em Casa Branca, têm-se poucos registros fotográficos de América na década de 1940, portanto recorre-se aos seus relatos orais durante os anos. Ela chegou para fazer o segundo ano do Tempo Primário, expressão usada na época para o equivalente ao fim do ciclo de alfabetização infantil, e concluiu seus estudos como professora primária na cidade, em 1954, conforme pode-se perceber na imagem seguinte, de sua caderneta de estudante para ter desconto no cinema da cidade.

Figura 9 – Caderneta de estudante de América Melchiori Ferreira, 1951



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Em um panorama mundial, a moda tinha, e ainda tem, seu coração na França; têm-se registros que comprovam isso datados da Era Vitoriana, através de miniaturas de modelos como a Lady Clapham; assim, pode-se assumir que Coco Chanel não é um nome desconhecido, e sua influência muito menos (<https://collections.vam.ac.uk/item/O41517/lady-clapham-doll-unknown/>). No auge da fama na Segunda Guerra, em 1930, seus perfumes e modelos vestiam desde a rainha Elizabeth até as moças brasileiras, como América e Nivea.

É seguro dizer, segundo os materiais indiretos da época que se tem, como a foto abaixo de um desfile cívico conduzido pelo Maestro Joanim Melchiori, que suas roupas tinham toda a influência do símbolo de elegância Chanel.

Figura 10 – Ambiente escolar, década de 1940



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

O civismo já era fundamental para a época, não muito antes de se ter um severo regime militar no país, e todo um código de vestimenta era necessário para as manifestações do amor à pátria. Professoras conduziam seus alunos pelas ruas, comportando-se de acordo com a solene ocasião, exibindo todo seu orgulho da instituição de ensino. Têm-se agora os anos vindouros.

2.3 Décadas de 1960 e 1970

A juventude ia a bailes, à escola, aos museus: cada ocasião exigia uma roupa, cada lugar tinha seu código próprio de vestimenta; não se usavam as mesmas roupas para dois fins. América se situava na sociedade com elegância, mas seu referencial de moda já havia mudado. Agora, os Estados Unidos já haviam tomado tanto espaço e importância, que a França finalmente decaiu em poderio.

Na Figura 11, é possível observar um típico modelo de vestido norte-americano da época.

Figura 11 - Catálogo da National Bellas Hess, Coleção Inverno 1960-1961

Fonte: <https://images.app.goo.gl/XpFJrs4nqwNjfBNJ8> (2025)

E, segundo a moda, pode-se observar América com seu irmão em um baile típico da década de 1960.

Figura 12 – América com o irmão em um baile, década de 1960

Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

A ditadura militar dava seus primeiros passos. América entendeu o jogo de cintura necessário para manter-se bem e vestiu seu silêncio: nada lhe aconteceu no período. Foi uma simples civil, adequando-se à necessidade da época, pois, como Alencar (2022, p. 18) disse:

“A Moda não se resume somente às roupas e outras materialidades, apesar de automaticamente isso ser feito, podendo desdobrar-se nos mais diversos setores que compõem o plano abstrato – das ideias, do imaterial – como algo em vigor que atinge o senso comum. [...]”.

O mundo lá fora avançava: os hippies e as feministas tomavam as ruas, mudavam a realidade. Mas não no Brasil. Até 1985, o Brasil esteve fora desse jogo, controlado por um regime ditatorial que não permitia avanços (Skidmore, 1996).

Na foto, observa-se América ao centro, ostentando um belo vestido; o francês já não era mais matéria obrigatória nas escolas, sendo substituído por aulas de puericultura, onde abordavam a maternidade como foco de vida da mulher comum.

A vida para a mulher tinha regredido graças ao regime, mas América deu um jeito. Formada no curso normal, nossa persona já lecionava em Tupi Paulista, divisa com Mato Grosso, vivendo sozinha em uma localidade distante de seus pais, incomum também na época. Além de suas matérias comuns, dava aula de costura e bordado. Nesta etapa da vida, América estava na fase que Gouveia (2007, p. 37) descreve:

A lógica da competência começa, assim, a instalar-se na definição das profissões, na formação contínua, na adaptação e orientação profissionais e procura ser uma resposta à desadequação constante entre a lógica do emprego e a flexibilidade acrescida das organizações de trabalho.

A adequação ao momento permitiu a América passar despercebida.

Nívea já era casada, mãe. América, portanto, era tia. Não tinha pretendente, e todos diziam que *ficaria para tia*. Surpreende a todos, então, quando no final de 1960, conhece Benedito Ferreira... E casa-se.

Figura 13 - Casamento de América (1972)



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

Chegando à década de 1970, finalmente o “cupido flechou o coração” de América e ela casou-se, em 1972, com Benedito Ferreira; as más línguas “deram nós” após esse arranjo... Que dirá quando, apenas 10 meses depois, o casal já tinha sua primeira filha, Greyce. Um ano

e nove meses após o nascimento da primeira filha, a família Ferreira estava completa com a chegada de sua segunda filha, Glauce.

Figura 14 – América, junto de seu marido e suas duas filhas (1976)



Fonte: Acervo pessoal de América Melchiori Ferreira

América, segundo sua própria narrativa, encontrou o amor e o companheirismo, por isso se casou; isso nem de longe quer dizer que deixou de ser senhora de si: seguia indo aos salões, fazendo os cabelos e as unhas, trabalhando e conquistando espaço. Lipovetsky (1989, p. 15) escreveu que a “Moda não faz desaparecer as reivindicações e a defesa dos interesses particulares, ela as torna mais negociáveis, as lutas de interesses, os egoísmos permanecem”.

A moda permitiu que ela fizesse todas as suas escolhas, desde trabalhar até casar-se em idade relativamente avançada, aos 37 anos, coisa impensável para a patriarcal sociedade da época. Assim, é possível dizer que a moda é mais que meramente vestir-se: é sobre escolhas, sobre liberdade, sobre independência, ideologias.

Inserido no cenário político mundial, o Brasil travava suas próprias guerras ideológicas. Lipovetsky (1989, p. 20) escreveu, em *O Império do Efêmero*, o excerto abaixo:

Indivíduos atomizados, absorvidos consigo mesmos, estão pouco dispostos a considerar o interesse a renunciar aos privilégios adquiridos; a construção do geral, futuro tende a ser sacrificada às satisfações das categorias e dos indivíduos do presente. Comportamentos altamente problemáticos quanto ao vigor do espírito democrático, quanto à capacidade de nossas sociedades de se recuperar, de se readaptar a tempo, de ganhar a nova guerra dos mercados.

Essa definição universalizada é de valia inestimável se tratando de um olhar sobre o cenário político brasileiro: um governo ditatorial, com a estética do Eixo e a dependência econômica dos Estados Unidos criou uma inigualável tensão; éramos guiados pela *Arte da Guerra*, livro de Sun Tzu (1996), tanto quanto Adolf Hitler ou Mussolini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou demonstrar como a moda é um signo de poder e parte essencial do entendimento de uma sociedade e um período. Entretanto, pouco após sua conclusão, América foi diagnosticada com senilidade em estágio inicial, tornando algumas das informações por ela passadas menos confiáveis. Mesmo com os detalhes de sua vida pessoal que acaso não sejam verdadeiros, eles não desqualificam ou diminuem o estudo de seu modo de vida, comprovado pelas fotografias aqui expostas.

A vida de América Ferreira Melchiori mostrou-se bastante peculiar e, no conceito de Carlo Ginzburg, representativa de um momento histórico – mesmo sendo apenas uma vida (Ginzburg, 1987) –.

A sociedade brasileira sempre se caracterizou por ser conservadora nos costumes – e violenta com as mulheres de um modo geral, principalmente aquelas que desafiavam as ordens patriarcal e machista típicas da cultura brasileira –. Em muitos sentidos, a mulher era propriedade do homem – do pai, inicialmente; e do marido, posteriormente –. As várias legislações brasileiras limitavam demais o papel da mulher na sociedade; o Código Civil de 1916, por exemplo, determinava que as mulheres casadas eram incapazes: para trabalhar fora ou assinar documentos, era necessária a autorização expressa do marido.

Muitas mulheres da sua época não se conformavam com as imposições sociais, mas, praticamente, sucumbiam perante as forças da sociedade conservadora: eram agredidas violentamente, abandonadas e desprezadas pela sociedade. O caminho da prostituição era comum em tais circunstâncias; o suicídio, constante; e a solidão, implacável.

América Ferreira Melchiori não concordava com tal situação. Como muitas mulheres da sua época, estava limitada ao papel de filha obediente e esposa dedicada. Ela seguiu o seu próprio caminho: seria professora, e não dona de casa como seu pai determinara; e seria a figura ativa no casamento, discutindo com pé de igualdade todos os caminhos de vida do casal.

Os mecanismos sociais repressivos limitavam as possibilidades de ação das mulheres com mais independência. Mas América Ferreira Melchiori encontrou um mecanismo, uma ferramenta eficiente, moderna e cultural para encontrar o seu próprio caminho: a moda.

A moda, antes vista como forma cultural superficial e instantânea, aparece cada vez mais como consequência do universo urbano e industrial para manter a ordem desigual das sociedades: compre as novidades sem pensar sobre elas!

Moda é uma produção intelectual humana – representa, com suas características próprias, o seu momento histórico, como qualquer produção cultural conhecida –. Sua aparente

“superficialidade” e “instantaneidade” pode produzir efeitos avassaladores em sociedades mais fechadas: apresenta o novo e o belo de maneira contundente e arrebatadora.

Vários estilistas, com seus modelos de roupas imensamente diferentes da lógica do momento, apresentaram questões culturais inovadoras; o cinema, fonte de entretenimento por excelência (criticado, de um modo geral, por sua superficialidade, mas que sempre produziu grande dinâmica cultural em várias sociedades), criou verdadeiros universos mentais e sociais que seriam admirados por milhões de pessoas (muitas vidas mudaram realmente perante um filme); e a música, com suas mensagens no som e nas letras, além de visuais chocantes (Elvis Presley, Beatles, Sex Pistols etc.), mudaram o mundo.

América Ferreira Melchiori percebeu, pela moda das revistas, dos filmes e da música, que poderia sair de um universo injusto para as mulheres. Ao usar uma roupa de uma revista (quer comprando-a ou costurando-a), ela deixava bem claro que não era uma expressão de “superficialidade” ou de “instantaneidade”: era um desafio contra um mundo limitado.

A moda, para América Ferreira Melchiori, foi mais do que uma expressão de gosto pessoal ou de vaidade: foi uma ferramenta de libertação.

REFERÊNCIAS

ACERVO FOLHA. Folha da Noite. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/busca.do?sort=asc&page=1&decadeStatus=&jornais=3&keyword=&periododesc=19%2F02%2F1921+-+31%2F12%2F1959&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=19%2F02%2F1921&endDate=31%2F12%2F1959&days=&month=&year=&jornais=3>. Acesso em: 04 . dez. 2025

ALENCAR, Beatriz. **O Papel da Moda: Jum Nakao**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo, 2022.

ANCIET ORIGINS. <https://www.ancient-origins.net/>. Acessado em 20 de agosto de 2021.

BARNARD, Malcolm. **Moda e Comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O Imaginário e as Guerras da Imprensa: Estudo das Coberturas realizadas pela Imprensa Brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973)**. São Paulo: Editora Virtual, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**: Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, João e PRADO, Luís André do. **História da Moda no Brasil**: das Influências às Autorreferências. São Paulo: Disal Editora, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COLLECITONS. <https://collections.vam.ac.uk/item/O41517/lady-clapham-doll-unknown/>. Acessado em 20/11/2023 às 14h00.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOUVEIA, João. Competências: Moda ou Inevitabilidade? **Revista Saber & Educar**. Porto, Portugal: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, 2007.

IMAGENS. <https://images.app.goo.gl/XpFJrs4nqwNjfBNJ8>. Acessado em 15/10/2023, às 14h00.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a Moda e seu Destino nas Sociedades Modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 30. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 10. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. 18. ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

V/A. **Nosso Século** (Coleção de 10 Volumes). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

VENEZIANO, Neyde. **O Teatro de Revista no Brasil: Dramaturgia e Convenções**. São Paulo: Editora SESI-SP, 2013.